



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO

CARINA MARTINY

“O CHEFE POLÍTICO DOS MAIS AVANÇADOS REPUBLICANOS”:
JÚLIO DE CASTILHOS E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA
(1882-1903)

PORTO ALEGRE

2018

CARINA MARTINY

“o chefe político dos mais avançados republicanos”:
Júlio de Castilhos e o processo de construção da República (1882-1903)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito para a obtenção do grau de Doutora em História. Linha de Pesquisa: Relações de poder político-institucionais.

Orientador Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Porto Alegre
2018

CIP - Catalogação na Publicação

Martiny, Carina
"o chefe político dos mais avançados republicanos":
Júlio de Castilhos e o processo de construção da
República (1882-1903) / Carina Martiny. -- 2018.
382 f.
Orientador: Luiz Alberto Grijó.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2018.

1. Política. 2. Primeira República. 3. Júlio de
Castilhos. I. Grijó, Luiz Alberto, orient. II. Título.

Carina Martiny

“O CHEFE POLÍTICO DOS MAIS AVANÇADOS REPUBLICANOS”:
JÚLIO DE CASTILHOS E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA
(1882-1903)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito para a obtenção do grau de Doutora em História. Linha de Pesquisa: Relações de poder político-institucionais.

Aprovada em 14 de março de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (orientador)

Prof^a. Dr^a. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi – Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof^a. Dr^a. Cláudia Mauch – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Eliane Cristina Deckmann Fleck – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas – Universidade Federal de Pelotas

Este trabalho é dedicado àqueles que acreditam na política e lutam por um país mais justo e democrático.

AGRADECIMENTOS

O momento final, em que paramos para escrever os “agradecimentos” é o mais gratificante. É nele que nos damos conta de como, ao longo de anos de pesquisa, cruzamos e nos relacionamos com diferentes pessoas que, de modos distintos, contribuíram para que essa tese fosse escrita. Nos arquivos, nos congressos, nas aulas e nas conversas de corredor. Na universidade e em casa. Pessoalmente ou através das redes sociais. Trocas de ideias e de fontes. Presenças e ausências fizeram parte desse processo. Enfim, a todas essas pessoas, meu agradecimento. Mas, há algumas pessoas e instituições que precisam ser nomeadas, pois sem elas essa tese não teria sido escrita.

Agradeço ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. À CAPES, pela bolsa que me permitiu cursar o Doutorado. Também a todos os cidadãos brasileiros que, com o pagamento de impostos, tornam possível o financiamento estatal de pesquisas científicas como essa.

Aos professores com quem cursei disciplinas. Parte do conhecimento construído em suas aulas está refletido neste texto. À professora Céli Pinto e aos professores Aldrin Castelucci, Benito Schmidt, Eduardo Neumann, Fábio Kuhn, Jonas Vargas e Luiz Grijó, meu muito obrigada! Aos professores da banca de qualificação, professora Helén Osório e Jonas Vargas, pelas contribuições e orientações.

Às inúmeras instituições arquivísticas em que pesquisei e aos seus funcionários, agradeço pela atenção, presteza e, muitas vezes, compreensão: ao Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, ao Museu Júlio de Castilhos, ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, aos Arquivos das Cúrias de Porto Alegre e Santa Maria, ao Arquivo Nacional e à Biblioteca Nacional. Obrigada especialmente ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e aos funcionários que, com paciência e disposição, carregaram as 17 caixas contendo 79 maços até a sala de pesquisa para que eu pudesse fotografar ao longo de meses.

À minha amiga Gení e aos familiares, pelo apoio e torcida e por compreenderem as ausências desses anos de pesquisa. Aos amigos Denize e Johny, com quem compartilhei muitas horas de boas conversas. Aos amigos Livia e André, por nos receber tão amavelmente em sua casa. Às amigas e colegas Caren e Cláudia, pelo apoio e incentivo diário.

Meu agradecimento ao professor Luiz Grijó, que acompanhou a realização deste trabalho. Obrigada pelas leituras criteriosas, pelas discussões dos textos e pela autonomia que me concedeu. Obrigada pela orientação que foi essencial para que a tese pudesse ser escrita.

Essa tese é também resultado do apoio incondicional de duas pessoas que me ensinaram, desde muito cedo, sobre a importância do estudo. À minha mãe, Escolástica, e ao meu pai, Gilberto, obrigada pelos ensinamentos, pelo amor, pelo apoio e compreensão. Aos meus irmãos, Patricia e Diogo, pela torcida. À minha sogra, dona Antônia, agradeço o carinho com que sempre me tratou, fazendo-me sentir uma filha. Obrigada por ser compreensiva pelas nossas ausências e por demonstrar sempre seu apoio e amor.

Mas essa tese não teria se concretizado se não fosse o Max. Marido, companheiro de todas as horas, professor e sábio leitor. Aquele que há alguns anos me deu forças para voltar à pós-graduação, me incentivando a escrever um projeto de doutorado e que, ao longo desses últimos anos, acompanhou de pertinho todo o processo que resultou neste texto. Aquele que foi a todos os arquivos comigo e que teve a paciência de me ouvir falar incessantemente sobre Castilhos e a República enquanto escrevia sua tese sobre memória, identidade e os guaranis de Rio Pardo. Você ouviu, leu, discutiu e discutiu mais um pouco cada capítulo dessa tese. Cada página dela tem um pouquinho de você também! Obrigada por dividir teus dias comigo. Obrigada por fazer projetos e por sonhar comigo. Obrigada por todo amor que existe entre nós. Te amo e desejo que logo um serzinho possa te chamar de pai.

[...] a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete, no presente, a própria ação.

BLOCH, 2001, p. 63.

RESUMO

O tema desta tese é a construção da República no Brasil, nos seus anos iniciais, a partir do estudo da trajetória de Júlio Prates de Castilhos, cujo papel de liderança iniciou mais diretamente na luta político-partidária quando da fundação do Partido Republicano no Rio Grande do Sul, em 1882, estendendo-se até a sua morte, em 1903, quando já reconhecido no seu estado e no país inteiro. O trabalho objetiva analisar a governabilidade dos anos iniciais da Primeira República através do processo de formação de uma liderança republicana, identificando como Castilhos chegou às posições que atingiu enfocando tanto suas ações e concepções políticas, passando pelos contextos das lutas nas quais se engajou, como também buscando suas origens sociais e as relações interpessoais que herdou e expandiu ao longo de sua vida. Sustenta a hipótese de que a estabilidade e sobrevivência do regime republicano foi uma preocupação desde o início e neste processo houve a participação intensa de Júlio de Castilhos, que foi centralizando as decisões não somente de seu partido, como também as ações do governo de seu estado. Partindo do método da micro-história italiana, realiza análise intensiva de um conjunto variado de fontes. São registros eclesiásticos, jornais, fontes cartoriais e, sobretudo, correspondência. Esse universo de fontes demonstra que os papéis desempenhados por Castilhos derivavam de mecanismos e recursos diversos, entre os quais se destacam a situação econômica familiar privilegiada, a formação superior, as relações sociais e o envolvimento com movimentos em expansão e com visibilidade social e política na conjuntura da década de 1880, como o republicanismo e o abolicionismo. A construção da liderança de Castilhos ocorreu, primeiramente, dentro do seu próprio partido, tendo sua participação na imprensa importante papel nesse sentido, e, após a Proclamação da República, se estendeu à política estadual, sendo os meios utilizados para tal as tentativas de controle efetivo de questões municipais, das eleições e das oposições. Acompanhou esse processo o reconhecimento paulatino de seu poder e posição por parte de outros líderes e de seus próprios correligionários. Por fim, a tese analisa de que modo esta liderança, uma vez consolidada regionalmente, adquiriu posições de destaque também no âmbito nacional, onde diferentes projetos e interesses entravam em disputa.

Palavras-chave: Política. Primeira República. Júlio de Castilhos.

ABSTRACT

This thesis deals with the construction of the Republic in Brazil in its early years, having the study of Júlio Prates de Castilhos' trajectory as its starting point. The time scope ranges from Castilho's role as a leader in the political struggle that led to the founding of the Republican Party in Rio Grande do Sul, in 1882, until his death in 1903, when he was already recognized both in his state and in the whole country. This work analyzes the governability in the early years of the First Republic scoping the formation process of a republican leadership; and also to identify how Castilhos managed to reach the positions he occupied, focusing both his actions and political conceptions. To do so, we are going to go through the contexts of the contents in which he took part, as well as searching his social origins and interpersonal relationships that he inherited and expanded throughout his life. This work supports that both the stability and survival of the republican regime was a concern since the beginning and Julio de Castilhos participated intensively in this process, centralizing decisions not only within his party, as well as in the actions of the government of his state. Having the Italian micro-history as a methodological starting point, an intensive analysis of a varied set of sources is carried out. These are ecclesiastical records, newspapers, public registers, and, more importantly, mail. This universe of sources shows demonstrate that the roles performed by Castilhos derive from diverse mechanisms and resources, especially his family's privileged economic situation, superior education, social relationships and his involvement to expanding movements with political and social visibility in the 1880's, such as the republicanism and abolitionism. Castilhos' leadership began to be built at first within his own party, and his participation in the press had a major role in this sense. After the Proclamation of the Republic his power extended to state politics, and to do so, he used methods such as trying to control effectively municipal issues, elections and opposition being examples of that. Alongside this process came the gradual recognition of his power and position by a part of the other leaders and his own coreligionists. Lastly, this thesis analyses in what ways this leadership, once regionally consolidated, took over prominent positions in the national scenario, where different projects and interests were being disputed.

Keywords: Politics. First Republic. Júlio de Castilhos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Árvore Genealógica da Família de Carlos Moreira de Castilhos	36
Figura 2 - Árvore Genealógica da Família de Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates	38
Figura 3 – Casa de Fidélis Nepomuceno Prates	40
Figura 4 – Relações de parentesco entre proprietários-comerciantes de tropas	46
Figura 5 – Distância aproximada de São Martinho em relação a sedes municipais próximas com presença de escolas.....	85
Figura 6 – Relações de parentesco entre jovens bacharéis da elite do PRR	126
Figura 7 - Árvore genealógica das famílias Ayres e Pinheiro Machado	127
Figura 8 – Árvore genealógica da família Martins França.....	129
Figura 9 – Locais de origem da correspondência enviada a Júlio de Castilhos (1890-1903)	183
Figura 10 – Densidade da correspondência passiva de Castilhos com destaque para localidades com maior número de missivas enviadas (1890-1903)	185
Figura 11 – Circular para eleição à Intendência Municipal (Cruz Alta, 1900)	239
Figura 12 – Instrução para distribuição de votos na eleição de quatro deputados federais pelo 1º distrito	276
Figura 13 – Preferência de candidato à presidência da República, por estado, manifestada pelos delegados na reunião prévia do PRF (1897)	305
Figura 14 – Possível distribuição de votos, por estado, no terceiro escrutínio da reunião do PRF em 1897	308
Figura 15 - Preferência de candidato, por delegado, manifestada na reunião prévia do PRF (1897)	310
Figura 16 – Possível distribuição de votos, por delegado, no terceiro escrutínio da reunião prévia do PRF (1897).....	311
Figura 17 – Panfleto em homenagem a Júlio Prates de Castilhos	334

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Correspondência passiva de Castilhos com origem no Rio Grande do Sul entre 1890-1903.....	171
Gráfico 2 - Missivas enviadas por Castilhos ao secretário Aurélio (1894-1903).....	174

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Animais por rebanho de propriedade do casal Castilhos	66
Quadro 2 - Comissões executivas do PRR (1882-1886).....	113
Quadro 3 – Agentes do <i>A Federação</i> em outras províncias - 1886.....	141
Quadro 4 – Local de origem da correspondência passiva de Castilhos	181
Quadro 5 – Séries de candidatos para distribuição de votos para eleição de quatro deputados	275

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos Bens de Francisco Ferreira de Castilhos.....	62
Tabela 2 – Distribuição de bens no inventário de Júlio Prates de Castilhos	99
Tabela 3 – Distribuição dos bens de raiz do Inventário de Júlio de Castilhos	100
Tabela 4 – Número de missivas enviadas pelos remetentes (1890-1903)	187
Tabela 5 – Preferência e votação dos delegados do PRF, por candidato, na reunião prévia (1897).....	307

LISTA DE SIGLAS

ACDO	Arquivo da Cúria Diocesana de Osório (RS)
ACDSM	Arquivo da Cúria Diocesana de Santa Maria (RS)
ACMVSSC	Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de São Sebastião do Caí (RS)
AHCMPOA	Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (RS)
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
AN	Arquivo Nacional
APABF	Arquivo Particular Ariosto Borges Fortes
APAVB	Arquivo Particular Aurélio Viríssimo de Bittencourt
APERS	Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
APJC	Arquivo Particular Júlio de Castilhos
BNDigital	Biblioteca Nacional Digital
FBM	Fundo Borges de Medeiros
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FOH	Fundo Ordens Honoríficas
IHGRGS	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
IPEA	Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada
MALRS	Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul
NPHEd	Núcleo de Pesquisa Histórica Econômica e Demográfica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 O FILHO DO COMENDADOR: FAMÍLIA, NEGÓCIOS E POLÍTICA ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA	30
2.1 Um rico estancieiro escravista no Planalto sul-rio-grandense	34
2.2 Uma fortuna construída pelo trabalho escravo	73
2.3 Uma família de elite: educação e relações sociais	80
3 UM JOVEM BACHAREL NA CAPITAL DA PROVÍNCIA NOS TEMPOS DA PROPAGANDA REPUBLICANA.....	94
3.1 “o advogado principiante e o republicano intransigente”: os negócios rurais de um bacharel e político residente na capital do Estado	96
3.2 Um jovem republicano no tempo da propaganda: a fundação e fortalecimento do PRR.....	106
3.3 O partido em uma teia de relações.....	124
3.4 “a ela dedico, por assim dizer, o amor de pai”: a folha republicana A Federação	131
3.5 O abolicionismo de Castilhos: entre a dimensão política e pública e a prática privada.....	148
4 ENTRE CHEFE E “CORRELIGIONÁRIOS”: CONSTRUINDO A REPÚBLICA NOS MUNICÍPIOS.....	161
4.1 Entre cartas, bilhetes e telegramas: liderança e relações pessoais	164
4.1.1 Da Figueira ao Palácio: o ir e vir da correspondência de uma liderança	164
4.1.2 “amigo exemplar, devotado companheiro de jornada política”: o secretário Aurélio Viríssimo de Bittencourt	166
4.1.3 Mais que um presidente, um chefe político: liderança para além da presidência estadual.....	169
4.1.4 “Falai, chefe, falai”: os “correligionários”	180
4.2 “muito vos agradeceríamos a nomeação de nosso prestante amigo”: Júlio de Castilhos, o clientelismo e a legalidade do regime republicano	194
4.3 “Estou hoje sob a ameaça de uma onda de visitantes e importunos”: as reuniões e as audiências de um chefe republicano	211
5 “A MENINA DOS SEUS OLHOS”: OPOSIÇÕES, ELEIÇÕES E A CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA A PARTIR DOS MUNICÍPIOS.....	218
5.1 O município na República: aspectos da legislação e da prática política.....	220

5.2 “pretenderão esses homens ser os competentes para fazer a República?”: a vez dos castilhistas e o combate aos federalistas	227
5.3 “podem-nos riscar a todos do partido”: as diversas oposições	230
5.4 As alianças do PRR e os adesistas	243
5.5 “Estou alerta, confiante vitória todo transe”: as eleições republicanas.....	254
6 UM REPUBLICANO QUE NÃO FOI PRESIDENTE: LIDERANÇA NACIONAL E EMBATES REPUBLICANOS	283
6.1 O Partido Republicano Federal: da tentativa de construir uma unidade à cisão republicana	286
6.2 “Depois de calorosa discussão”: a reunião prévia e a convenção para a escolha do candidato opositor	299
6.3 “no momento atual o Sr. Castilhos não é indicado nem para a política nem para a administração do país”: disputas e opiniões.....	316
6.3.1 A liderança do “estadista de Campinas”	316
6.3.2 “a opinião pública não corresponde a estas ideias”: República, positivismo e violência	321
6.4 “Quem menos se incomodou foi o Júlio”: os estados e a política nacional	330
6.5 “O Candidato do Povo Brasileiro”: Júlio de Castilhos como liderança nacional	333
CONCLUSÃO	344
BIBLIOGRAFIA	352
FONTES	370
ANEXO A – FIGURA.....	379
ANEXO B - FIGURA.....	380
ANEXO C – FIGURA.....	381
ANEXO D - QUADRO	382

1 INTRODUÇÃO

Em 2009, o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs) passou a disponibilizar para consulta os documentos que compõem o Arquivo Particular Júlio de Castilhos (APJC).¹ Naquele ano, finalizando a escrita da dissertação de Mestrado, pesquisei neste fundo documental em busca da correspondência enviada pelas autoridades de um município em particular àquele que havia se tornado um destacado político do Rio Grande do Sul na década de 1890.² Apesar da pesquisa ter sido pontual, não passou despercebida a riqueza documental daquele Arquivo Particular.

Trata-se de um conjunto documental amplo, composto por cartas, telegramas, bilhetes, registros contábeis, procurações, excertos de jornais, fotografias, notas de compras, anotações diversas, entre outros documentos relacionados não somente a Júlio de Castilhos, que se tornou um dos políticos mais influentes do movimento republicano, mas também aos seus familiares. Parte do acervo é composto por documentos relativos às décadas de 1860, 1870 e 1880. A maior parte, entretanto, compreende o período 1890-1903, quando Castilhos concentrou boa parte das decisões políticas do PRR e do próprio poder Executivo estadual. Era esta uma documentação inédita entre pesquisas acadêmicas.

Segundo Rejane Silva Penna e Cleusa Maria Gomes Graebin, a origem da documentação que forma o APJC é desconhecida, mas “por suas características de caráter muito íntimo [...] pressupõe-se ter pertencido ao próprio Júlio de Castilhos” (2009, p. 57). A inferência das autoras é bastante plausível, visto que Castilhos tinha o hábito de guardar cópias de cartas enviadas e as minutas de telegramas que escrevia. Outro dado que reforça essa ideia é a existência de um caderno de cópias das missivas que ele escreveu na década de 1880 e que hoje está sob a guarda do Museu Júlio de Castilhos.³

O hábito de fazer cópias das missivas que escrevia, entretanto, parece ter se perdido durante a década de 1890. Isso leva a crer que, depois que a República foi proclamada, momento em que Castilhos se envolveu nas questões administrativas, o volume de escritos que produzia

¹ Segundo informam Penna e Graebin (2009), a documentação foi doada por familiares de Castilhos, em 2002, à Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, depois de ter sido guardada por cerca de vinte e cinco anos em Petrópolis (RJ). O acervo doado era composto por objetos e documentos escritos. Os objetos acabaram sendo doados ao Museu Júlio de Castilhos (MJC) e a documentação ficou sob a guarda do AHRs.

² Tratava-se da documentação enviada por autoridades municipais de São Sebastião do Caí (RS) a Júlio de Castilhos. Ver MARTINY (2010).

³ Esse caderno de cópias de sua correspondência ativa foi transcrito e publicado por Ketter Velho (2013). Trata-se tanto de missivas de caráter mais pessoal e familiar, quanto de missivas de caráter político do período da propaganda republicana.

diariamente, entre ofícios, cartas, telegramas e bilhetes, aumentou muito, não possibilitando que continuasse a manter um caderno de cópias.⁴ Ainda assim, guardava as minutas de telegramas e muitas das missivas que recebia. Ao seu secretário, Aurélio Viríssimo de Bittencourt, solicitou, em 22 de novembro de 1900, a devolução das minutas das missivas “para serem recolhidas ao meu arquivo”.⁵ Como se percebe, Castilhos se preocupava em criar um arquivo de sua correspondência. Mas esse trabalho passava por um filtro. Nem todas as missivas eram guardadas.

Ainda que a ordem original do arquivo tenha sido perdida, não sendo possível “resgatar a globalidade de sua lógica”, a que se refere Priscila Fraiz (1998, p.5), é possível inferir a existência de uma seleção dos documentos que deveriam ser guardados e daqueles que não poderiam. Os critérios dessa seleção também não estão explícitos, mas se percebe que contextos marcados por disputas eleitorais e enfrentamentos violentos com oposições geraram lacunas documentais no APJC. Podemos sugerir que Castilhos tenha feito uma seleção das missivas que deveriam ficar para a posteridade, atento à “necessidade de reter física e mentalmente o passado”, como uma “forma de defesa no presente e preparação para o futuro” (FRAIZ, 1998, p. 70).

Mesmo que haja tais lacunas, que não seja possível determinar as intenções de Castilhos e daqueles que posteriormente mantiveram a guarda dessa documentação; ainda que não se identifique com precisão o critério de seleção do que deveria ser guardado e o que não deveria ser; ainda que poucas vezes tenha sido possível localizar a resposta a uma carta recebida; apesar de todas as dificuldades, a riqueza desse material é incontestável.⁶

O contato inicial com a documentação do APJC sinalizava à importância deste arquivo, não apenas para uma reconstituição da trajetória de Castilhos, mas também para análises interessadas na história política do Brasil dos anos iniciais da República. Se seu nome aparece com frequência numa literatura com caráter regional sobre o período inicial do regime, quando o assunto é a política nacional ele tem menos projeção, sobretudo se comparado a outras lideranças republicanas, como Quintino Bocaiúva e Campos Sales. Quando aparece, porém, é vinculado à adesão às ideias positivistas.⁷ Mas, o manuseio na documentação do APJC mostrou que através de Castilhos seria possível compreender outros aspectos relacionados à história

⁴ No APJC há um número bastante diminuto de correspondência ativa de Castilhos (cerca de uma centena e meia) se comparado à correspondência passiva (quase dois milhares).

⁵ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Sem local, 22 de novembro de 1900. Localização: AHRS, APAVB, Maço 5, Doc. 434.

⁶ Sobre as dificuldades e cuidados metodológicos relacionados ao trabalho com cartas ver Ângela de Castro Gomes (2004).

⁷ São exemplos dessa abordagem os trabalhos de Ângela Alonso (2002) e Cristina Buarque de Holanda (2009).

política da República brasileira, para além de sua atuação regional ou da filiação a princípios positivistas.

Júlio Prates de Castilhos tornou-se a grande liderança republicana no estado durante a década de 1890. Nos anos 1880, se envolveu com a constituição do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e com a criação do jornal partidário *A Federação*, no qual atuou, por muito tempo, como redator. Depois da instalação da República, em 1889, quando o PRR, mesmo minoritário, foi alçado ao poder no estado, se ocupando da máquina burocrático-administrativa, ele se tornou a figura central não somente do partido. Em 1897, seu nome apareceu como possível candidato à presidência da República. Após seu falecimento, em 1903, seu sucessor, Borges de Medeiros, se encarregou de preservar a imagem do chefe a posteridade com a construção de monumentos glorificadores.⁸

Durante o século XX, diversos autores trataram de biografá-lo.⁹ Seu nome também passou a ser homenageado em grande parte dos municípios sul-rio-grandenses: não raro ruas, avenidas e praças levam o nome do chefe político. Na historiografia que trata da Primeira República no Rio Grande do Sul, Castilhos aparece como a grande líder político do período e, por vezes, é também apresentado como liderança republicana nacional, como um dos expoentes do positivismo no Brasil.¹⁰ Se há uma concordância acerca do papel de líder político exercido por Castilhos, pouco se sabe sobre como ele se tornou um dos maiores expoentes entre os republicanos brasileiros. Sendo assim, a questão que se coloca é: como ele se tornou essa liderança?

Para responder essa questão, se buscou inspiração em Marc Bloch (2001)¹¹ quando afirmou que toda explicação histórica busca os “fluxos de ondas causais” ou o “leque de forças geradoras”, recusando a identificação de uma explicação monocausal, que apresente uma resposta única frente a um “porque”. Segundo Bloch, as respostas são múltiplas e interconectadas, pois “em uma sociedade, seja qual for, tudo se liga e controla mutuamente” (BLOCH, 2001, p. 152).

Assim, para compreender como Castilhos se tornou uma liderança política, se buscou pelas várias condições e fatores interdependentes que, em um contexto específico, marcado pela

⁸ Sobre a construção de monumentos em homenagem a Castilhos ver LEAL (2006).

⁹ São exemplos os trabalhos de Othelo Rosa (1928), Cláudio Todeschini (1978), Sérgio da Costa Franco (1996; publicado originalmente em 1967) e Esther Cohen (1985).

¹⁰ Nas últimas décadas surgiram alguns trabalhos que exploraram dimensões diversas da atuação de Castilhos. São exemplos o livro de Margaret Bakos (2006), a coletânea de artigos organizada por Gunter Axt et al. (2005) e o livro de Ketter Velho (2013). Este último, além da transcrição de cartas escritas por Castilhos, explora algumas dimensões ainda pouco trabalhadas, como sua relação com o escravismo.

¹¹ Originalmente publicado em 1949.

mudança de regime político no país, proporcionaram que ele se tornasse o mais influente dos republicanos no Rio Grande do Sul e com certa projeção nacional. Compreende-se que foram fatores econômicos, familiares, sociais e políticos que, juntos, em uma conjuntura de contestação da Monarquia e de expansão do movimento republicano, possibilitaram sua atuação destacada.

O manuseio da documentação permitiu acessar aspectos que foram essenciais na busca de responder à questão acima descrita, identificando esses múltiplos fatores. Através da correspondência familiar, por exemplo, foi possível acessar aspectos da dinâmica relacional e econômica das famílias Prates e Castilhos. A análise das cartas trocadas entre Francisco Ferreira de Castilhos, pai de Júlio, com os cunhados Prates, assim como os registros de venda de animais e créditos, revelavam a centralidade da atividade pecuária e a dinâmica do comércio de mulas no qual se envolveram diversos membros da família, atuantes também em outras províncias como no Paraná, em São Paulo e na Corte. Essas atividades foram fundamentais para sustentar sua posição econômica privilegiada.

Os indícios sobre as relações comerciais da família Castilhos exigiram buscar outras fontes. O ponto de partida desta busca foi o nome, seguindo a proposta de Carlo Ginzburg e Carlo Poni (1991). Selecionamos toda a documentação que conseguimos localizar sobre Júlio de Castilhos. Da análise desta documentação, novos nomes iam surgindo, tornando possível remontar a trama social na qual ele se inseria, ou seja, “a complexidade das relações que ligam um indivíduo a uma sociedade determinada” ou “a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido” (GINZBURG; PONI, 1991, p. 173; 175).

A documentação cartorial (inventários, testamentos, alforrias, registros de compra e venda) localizada no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) forneceu maiores detalhes sobre o patrimônio e as atividades econômicas. Se a correspondência familiar e alguns documentos avulsos, como uma carta de liberdade, sinalizavam a centralidade que a escravidão assumiu na formação do patrimônio familiar, a presença de escravos no arrolamento dos bens de inventários, assim como de milhares de animais de rebanhos diversos confirmou que se tratava de uma família ligada ao setor mais tradicional da economia provincial, pautada na produção agropastoril escravista ligada ao mercado interno.¹²

¹² A historiografia já demonstrou que as lideranças do PRR não diferiam, em termos de origem socioeconômica, da elite provincial do período imperial e, assim como a elite republicana de outras regiões do país, estavam de certa forma ligados a uma economia agroexportadora escravista. No caso dos paulistas, Joseph Love (1982) demonstrou que muitas das lideranças do partido Republicano Paulista (PRP) eram originários de famílias cafeeicultoras. Sobre a origem da elite republicana sul-riograndense ver GRIJÓ, 2005 e SACCOL, 2013.

Para compreender o universo relacional da família Castilhos foi preciso investigar as alianças matrimoniais e de compadrio, seladas por diversos de seus membros. Elas foram remontadas a partir da consulta a registros eclesiásticos nos arquivos da Arquidiocese de Porto Alegre e da Cúria de Santa Maria, como de batismo e de matrimônio. Somaram-se a elas as informações constantes em inventários e testamentos. A documentação sobre Ordens Honoríficas, localizadas no Arquivo Nacional (AN), sinalizava para o fato de que se tratava de uma família bem posicionada não somente econômica, mas também social e politicamente.

Tanto as informações relativas ao patrimônio familiar quanto aquelas pertinentes ao universo relacional foram analisadas e trabalhadas a partir de alguns *softwares*. As informações que se reiteravam nos registros de batismo e matrimônio (nomes, locais e datas) foram catalogadas em planilhas do *Excel for Windows* e depois importadas para o banco de dados do *Access for Windows* a fim de serem cruzadas com outras planilhas. As diversas informações encontradas nos inventários e testamentos de todos os familiares de Júlio de Castilhos que conseguimos localizar (pais, sogro, tios, avôs) foram inseridas em formulários do *Access*. Nestes formulários foram cadastrados tanto os nomes que aparecem ao longo do processo (inventariado, inventariante, herdeiros, procuradores, avaliadores, juízes, tutores), quanto as informações relativas à descrição dos bens dos inventariados. As informações sobre relações familiares que eram recolhidas nas diversas documentações e em obras de caráter genealógico¹³, foram inseridas no *software GenoPro*, para remontar as árvores genealógicas e, assim, melhor compreender parte do universo relacional das famílias analisadas.

Ainda do APJC, as cartas escritas por Júlio e pelos irmãos à mãe Carolina, assim como as notas de compras de livros e dicionários encontradas nos inventários, assinalavam para outro aspecto fundamental para uma família abastada da segunda metade do século XIX. Em um país composto por uma população essencialmente analfabeta, a formação educacional constituía um privilégio acessível a poucos, mais ainda se levarmos em conta a formação superior a qual Júlio teve acesso. Formar um filho em Direito era uma opção familiar, em um contexto onde o título de bacharel dava condições para adentrar no mundo da política.¹⁴

¹³ Utilizamos especialmente os volumes que compõem a coleção Genealogia Tropeira (PEREIRA, 2004a; 2004b; 2006a; 2006b; 2008) e o Nobiliário sul-riograndense (CARVALHO, 2011; originalmente publicado em 1937).

¹⁴ Diversos trabalhos já sinalizaram para importância que assumiu a formação superior, especialmente em Direito, no recrutamento da elite política brasileira no período imperial. José Murilo de Carvalho (2007) demonstrou que ministros, senadores e deputados imperiais eram membros da elite formados em Direito, primeiramente em Coimbra e depois em São Paulo e Olinda/Recife. Jonas Vargas (2010b) demonstrou que na segunda metade do século XIX, os membros da elite política sul-rio-grandense, que ocupavam cargos tanto na administração imperial quanto provincial, eram recrutados, cada vez mais, entre os bacharéis de Direito. Com a instituição da República, esta característica foi mantida e até ampliada, como demonstrou Joseph Love (1982) ao estudar o caso da elite republicana paulista.

Se a documentação do APJC é ampla e variada, também é marcada por algumas lacunas como já referido. Sobre o período da propaganda republicana, por exemplo, pouco há disponível. Isso nos levou a buscar fontes em outros arquivos e foi no Museu Júlio de Castilhos (MJC) que encontramos uma série de cartas redigidas por Castilhos na década de 1880, cuja análise indicava sua centralidade no processo de formação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e na criação do jornal partidário *A Federação*.¹⁵ Em busca de mais informações, a consulta a uma série de edições desse jornal, disponíveis no sítio eletrônico da Biblioteca Nacional (BNDigital), foi essencial para compreender como Castilhos e o PRR conseguiram criar uma rede de colaboradores que tornou o projeto da imprensa republicana em realidade.

Para além da riqueza do APJC em informações sobre as atividades econômicas e relações familiares dos Castilhos, chamou atenção, também, as milhares de cartas, telegramas e bilhetes remetidos por indivíduos diversos, que se autodenominavam colaboradores, correligionários, amigos e admiradores do chefe republicano, e que escreviam de distintos locais do Rio Grande do Sul e de outras províncias do país. A política era o assunto mais recorrente nelas. Tratavam de eleições, arranjos políticos, solicitações de cargos e outros favores, forneciam informações sobre a ação das oposições e muitas colocavam em pauta a situação política municipal.

No conjunto, são poucas as missivas que podem ser caracterizadas como documentação oficial, expedida ou remetida por algum órgão do governo. Tratava-se, ao contrário, de correspondência não formal, remetida diretamente ao chefe republicano, muitas delas enviadas para tratar de assuntos que, via de regra, seriam de competência do Executivo estadual. Dado o considerável volume da correspondência e a variedade de remetentes e temas tratados, alguns cuidados precisaram ser tomados.

O primeiro estava relacionado à própria organização da documentação em séries distintas no interior do APJC. As missivas a que aludimos estavam distribuídas em cinco séries: Assuntos Familiares (Série 2), Cargos, Provimentos e Solicitações (Série 4), Conflitos e Sedições (Série 6), Telegramas (Série 7) e Correligionários (Série 8).¹⁶ Como sua natureza e o teor eram muito semelhantes, para que pudéssemos analisá-las em conjunto, as reunimos e catalogamos em uma mesma planilha *Excel for Windows*, organizada em colunas para

¹⁵ Infelizmente não foi possível consultar os originais dessa correspondência. Por isso, fazemos referência, na tese, à transcrição feita por Ketter Velho (2013).

¹⁶ A ordem original do arquivo acabou sendo perdida, de modo que o AHRS atribuiu nova organização à documentação com base em grandes temas (Assuntos de Estado, Assuntos Familiares, Correligionários, Telegramas, entre outros).

armazenamento de informações reiteradas como: tipo de correspondência (se carta, telegrama, bilhete ou ofício), data, remetente, destinatário, local de origem, local de destino e assuntos tratados. Depois de completa a planilha, a transferimos para uma base de dados do *Access for Windows*, que nos permitiu trabalhar com esses dados de modo a contabilizar as informações e cruzar com outras planilhas como, por exemplo, as planilhas de batismo, matrimônio e inventários.

Outro cuidado dizia respeito ao uso do termo “correligionário”. Ele aparece de modo indiscriminado e pouco preciso, tanto nas missivas quanto na organização arquivística, onde se encontra uma série denominada “Correligionários”. O uso disseminado do termo escondia a diversidade de indivíduos que escreviam com objetivos distintos ao chefe republicano. Essa diversidade foi sendo revelada à medida que realizávamos a leitura das cartas, nos aproximando de seu conteúdo e buscando maiores informações sobre os missivistas e sobre sua relação com Castilhos, tarefa que nem sempre teve êxito. Eram intendentess municipais, chefes políticos com atuação mais regional, deputados, senadores, amigos do período da propaganda republicana, ex-colegas de faculdade além de uma grande quantidade de indivíduos que, muito provavelmente, Castilhos sequer conhecia.

A característica pluralidade de temas tratados nas missivas também precisou ser considerada, visto que uma carta poderia conter três, quatro ou até mais assuntos. Tornou-se impossível separá-las por assunto, a exemplo do que fizeram outros pesquisadores que, interessados em analisar os pedidos que eram feitos a alguns políticos, criaram tipologias destacando aquelas em que os remetentes exigiam favores.¹⁷ A riqueza dessa documentação para nossa pesquisa estava exatamente nessa diversidade de remetentes e de assuntos tratados com o chefe.

Assim, ao invés de criarmos tipologias temáticas das missivas, preferimos realizar um estudo intensivo destas fontes, buscando acessar informações que estavam para além do escrito, inspirados, em grande medida, no método indiciário, cuja aplicação à investigação histórica foi proposta por Carlo Ginzburg (1989).¹⁸ Trata-se de um método interpretativo que busca, a partir de indícios encontrados nas fontes, reconstituir comportamentos e traçar perfis de ação. Assim, parte importante do tratamento dispensado às fontes tem por base o cruzamento de fontes e a

¹⁷ São exemplos desse tipo de análise os trabalhos de Richard Graham (1997) e de José Murilo de Carvalho (2000). Os autores criaram tipologias da correspondência passiva de alguns políticos buscando aquelas que possuíam pedidos de favor.

¹⁸ Fazemos referência ao texto *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*, de Carlo Ginzburg (1989).

busca, a partir da leitura das missivas, de informações que se reiteram e que podem se tornar indícios de práticas políticas e ações individuais, bem como de interações entre atores.

A busca pela identificação de ações e pelas interações individuais considerou os postulados de Fredrik Barth (2000), que entende que são elas que devem constituir o ponto de partida da análise. A análise deve considerar, neste sentido, as microdecisões dos atores sociais que agem, tendo por base, suas próprias intenções¹⁹, as ações ou reações de outras pessoas e as contingências derivadas do contexto no qual as decisões sociais estão invariavelmente conectadas. Buscamos, assim, compreender não só o universo de ações individuais, mas também reconstituir o meio social que proporcionou as escolhas possíveis.

A leitura dessas missivas nos levou até os municípios e aos atores políticos que atuavam nessa esfera de poder. Nas cartas que escreviam a Castilhos eles negociavam favores e cargos, barganhavam e tratavam dos mais diferentes temas relativos à organização político-administrativa local. Tratavam do delegado que não cumpria seu papel, da aproximação de um conselheiro municipal com um grupo de opositores, da necessidade de reeleger o intendente, dos embaraços que algum adversário impunha à qualificação de eleitores, entre tantos outros assuntos. Era possível perceber que, no conjunto, essas missivas sinalizavam para a existência de uma rede de comunicação do chefe republicano com os mais diversos municípios do estado.

Mas, se havia uma grande quantidade de correspondência passiva de Castilhos, a correspondência ativa era pouca. Raras vezes foi possível localizar a resposta a alguma missiva recebida. Para que fosse possível compreender melhor a dinâmica política que a leitura dessa correspondência revelava, buscamos realizar o cruzamento de informações com as cartas e bilhetes que Castilhos enviava quase que diariamente ao seu secretário Aurélio Viríssimo de Bittencourt.²⁰ Nelas, Castilhos indicava como algumas cartas e telegramas deveriam ser respondidos, comentava o conteúdo de outras, determinava quais pedidos poderiam ser atendidos e quais deveriam ser ignorados, marcava o horário que disponibilizaria para receber visitantes e tratava, em caráter confidencial, de problemas e aborrecimentos. Através do cruzamento realizado, novas questões surgiam.

A rede de comunicação que ligava as esferas estadual e municipal era sustentada não somente pelo fluxo de correspondência, mas também pelas audiências que o chefe concedia

¹⁹ Por intenção Barth entende “o objetivo da pessoa que age, a orientação em relação a um objetivo a partir do qual surgiu o ato”. Conforme o próprio antropólogo assinala, não se deve confundir-la com a questão restrita da racionalidade, dado que “a intenção pode surgir tanto da urgente necessidade de expressar um estado de espírito, quanto em função da busca inteligente e instrumental de um determinado fim” (BARTH, 2000, p. 173).

²⁰ Faz-se referência aqui à documentação do Arquivo Particular Aurélio Viríssimo de Bittencourt (APAVB) localizado no AHRS. Trata-se de um acervo composto em grande maioria por missivas enviadas por Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros ao secretário Aurélio Viríssimo de Bittencourt.

quase que diariamente no palácio de governo ou em sua residência. Se nas cartas do APJC havia indícios da realização dessas audiências, a comunicação de Castilhos com seu secretário confirmou que este era outro expediente importante na relação mantida com a esfera municipal. Autoridades municipais e chefes políticos variados eram recebidos por Castilhos para longas horas de conversas, algumas agradáveis, mas muitas regadas à chateação, como ele próprio as descrevia.

Se muitos eram os que procuravam o chefe e diante do fato de que Castilhos reservava boa parcela de seu tempo para tratar de assuntos municipais, seja através de correspondência ou de audiências, havia indícios de que os municípios se tornaram peça-chave para a estruturação do novo regime. A legislação do período apontava para uma ampliação de autonomia à esfera estadual que, entretanto, não teria se estendido na mesma proporção à esfera municipal. Esse cenário seria observável no Rio Grande do Sul, onde a Constituição estadual garantia amplos poderes ao poder Executivo estadual. A documentação, entretanto, apontava para o fato de que, apesar de uma prevista menor autonomia, as questões municipais não tinham importância menor. Se já havia importantes trabalhos que abordaram questões da macropolítica²¹, ficava evidente que atentar para política municipal e, principalmente, para a interação entre as esferas estadual e municipal, poderia abrir novas possibilidades interpretativas.²²

As missivas que tratavam de pedidos de favores e cargos, e que eram muitas, indicavam a permanência de velhas práticas políticas, sobreviventes à Proclamação, como é o caso do clientelismo. Entretanto, os recados de Castilhos ao secretário, sinalizavam a preocupação de Castilhos em formalizar muitas de suas decisões.

Essa mesma preocupação com a formalidade aparece em relação às eleições, um tema recorrente nas missivas tanto recebidas quanto enviadas por Castilhos. Assim, se a historiografia já havia assinalado a permanência de práticas informais, como o clientelismo²³,

²¹ Essa é a proposta dos trabalhos de Cláudia Viscardi. Em sua tese a autora trabalhou com as alianças entre elites no contexto das sucessões presidenciais. Em seu último trabalho, o foco está na construção do federalismo republicano, analisando o que denominou de “montagem do regime”, desde o período da propaganda republicana, passando pela constituinte de 1891 e pela elaboração da legislação eleitoral, até chegar à instituição da política dos estados pelo governo de Campos Sales (VISCARDI, 2017, p. 21).

²² A existência de trabalhos com essa perspectiva reforçou ainda mais a importância de considerar a relação entre as esferas municipal e estadual de poder. Loiva Félix (1996), que publicou originalmente em 1987, trabalhou com as dinâmicas da política municipal durante o período do governo de Borges de Medeiros (a partir de 1898), demonstrando a existência de negociações e barganhas entre o Executivo estadual e líderes locais. Ainda que trate do período imperial, o trabalho de Jonas Vargas (2010b) também sinalizou para a importância de atentar para as questões políticas de nível “paroquial” como meio para compreender a política da “Corte”.

²³ Trabalham nessa perspectiva Richard Graham (1997) e José Murilo de Carvalho (2000).

e de eleições marcadas por fraudes e violências²⁴, parecia evidente, a partir da documentação, que havia outros aspectos a serem explorados.

Se legalidade e formalidade orientavam a ação dos republicanos que ascenderam ao poder desde os primeiros momentos pós-Proclamação, ao longo dos anos elas se tornaram cada vez mais centrais para a República. Como se verá, se Castilhos fez uma boa leitura da necessidade de garantir a legalidade desde os anos iniciais da década de 1890, teve dificuldades em compreender que a violência não podia mais ser o recurso imperante no findar daquela mesma década. Este parece ter sido um dos motivos pelos quais outras lideranças rejeitaram uma possível candidatura sua à presidência da República.

Há indícios de que Castilhos almejava conquistar maior projeção nacional, sendo a candidatura à presidência um possível projeto pessoal. Acompanhar o processo de escolha do candidato à presidência da República a partir das prévias de 1897, na qual Castilhos figurou como um dos nomes cotados, permitiu analisar disputas partidárias, identificando algumas características dos republicanos, como a falta de homogeneidade e os diferentes projetos e interesses que defendiam.

Apesar de trabalhar com apenas um indivíduo, a tese propõe que, através da análise de suas ações e relações, questões gerais ligadas à política nacional do período possam ser vislumbradas. Não se trata, porém, de escrever uma biografia ou tão somente a trajetória de Castilhos, pois esta não é a intenção do trabalho. Conforme apontou Giovanni Levi (1998), o historiador tem a necessidade de reconstituir o contexto ou a “superfície social” em que age o indivíduo.²⁵ Assim, Castilhos é fio condutor da narrativa dos capítulos e, também, o recurso metodológico utilizado para compreender a questão mais geral relacionada à construção da governabilidade nos anos iniciais da Primeira República, à qual estavam ligados temas como a legalidade e a estabilidade do novo regime.

Assim sendo, o que fazemos é um exercício experimental que parte do particular (indivíduo – Castilhos) ao geral (a política), tendo por base os postulados metodológicos da micro-história italiana.²⁶ Giovanni Levi lembra, neste sentido, que se trata de “um procedimento

²⁴ Victor Nunes Leal (1975) entende os pleitos como subordinados ao funcionamento do sistema coronelista e José Murilo de Carvalho (1987) assinala que eram marcados por violência, dando continuidade a uma característica dos pleitos imperiais. Recentemente, outros autores têm se dedicado à temática das eleições, explorando novas propostas interpretativas. É este o caso de Vítor Fonseca Figueiredo (2013a; 2013b), Cláudia Viscardi (2017) e Paolo Ricci e Jaqueline Porto Zulini (2014; 2016). Em comum, esses trabalhos buscam analisar as eleições republicanas a partir de outros aspectos para além da diminuta participação eleitoral e das fraudes e controle eleitoral por parte de coronéis.

²⁵ Discussões e análises sobre os usos da biografia ver: BOURDIEU, 1998; LEVI, 1998; DOSSE, 2009; LORIGA, 1998; 2001; GRIJÓ, 2008; SCHMIDT, 2003; 2012.

²⁶ Giovanni Levi argumenta que o “princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados” (LEVI, 1992, p. 139). Sobre a metodologia

que toma o particular como ponto de partida [...] e prossegue, identificando seu significado à luz de seu próprio contexto específico” (LEVI, 1992, p. 154).²⁷ Observando o processo de formação de uma liderança republicana no contexto da segunda metade do século XIX, podemos vislumbrar aspectos mais gerais da política do período e do próprio processo de construção do regime.

Através das ações de Castilhos e de seu universo relacional, foi possível reconstituir processos mais amplos, relacionados à formação e exercício de liderança e de estruturação político-institucional de um novo regime político.²⁸ As ações de Castilhos à frente da política estadual demonstram uma preocupação constante em garantir a sobrevivência e a estabilidade do regime instalado a partir de um golpe. Não é possível ignorar que sua carreira política estava diretamente ligada à ascensão da República como forma de governo. Ainda que práticas políticas informais sobrevivessem, percebe-se um esforço em formalizar as decisões como se fossem elas escolhas de governo, o que era uma maneira de evitar qualquer tipo de contestação à legalidade do regime.

No âmbito historiográfico é comum encontrar interpretações do processo de estruturação da República que resultem na divisão dos anos iniciais do regime em dois períodos distintos, tendo por base o governo de Campos Sales. Segundo essas interpretações, os anos iniciais, que se seguiram à Proclamação e que se estenderam até o governo de Prudente de Moraes, tem como marca a instabilidade; a estabilidade teria sido alcançada com o governo de Campos Sales (1898-1902), como resultado da denominada *política café-com-leite* – uma aliança entre Minas Gerais e São Paulo que garantiu a estes estados a hegemonia política do período – e das reformas institucionais por ele promovidas, como a *política dos Estados*²⁹ e as modificações na Verificação dos Poderes³⁰.

Segundo essa leitura, as medidas do governo Sales teriam sido fundamentais para superar as dificuldades iniciais e promover a estabilização do novo regime político. Este tipo

da redução de escala de análise proposta pela micro-história italiana ver Giovanni Levi (1992), Carlo Ginzburg e Carlo Poni (1991) e Jacques Revel (1998; 2000).

²⁷ Levi lembra que este particular é muitas vezes específico e individual, não devendo ser descrito como um caso típico. Ver LEVI, 1992; 2014.

²⁸ Diversos outros autores já se utilizaram de biografias e trajetórias com a mesma intenção, ou seja, como um recurso metodológico para acessar a questão mais geral de sua pesquisa, ainda que não tenham adotado a metodologia proposta pela micro-história. Ver, por exemplo, o trabalho de Mário Grynszpan (1990), que propõe estudar a trajetória de Tenório Cavalcanti. O objeto e o fim de seu trabalho não são propriamente os percursos do personagem escolhido, mas as relações de patronagem que imperaram no Brasil e que podem ser compreendidas através da trajetória de Tenório. Outros trabalhos com perspectiva semelhante são os de Luiz Alberto Grijó (2001/2002), Benito Schmidt (2004), Sílvia Noronha Sarmento (2009), João José Reis, Flávio Gomes e Marcus Carvalho (2010) e Tassiana Saccol (2013) entre outros.

²⁹ Sobre a *política dos Estados* ver LESSA, 1988.

³⁰ Especialmente sobre a verificação de poderes ver FIGUEIREDO, 2013a; 2013b.

de interpretação fica evidente nos clássicos trabalhos de Edgar Carone (1974) e Renato Lessa (1988), mas também está presente em textos como os de Marieta de Moraes Ferreira (1994), Fernando Henrique Cardoso (2006)³¹, Ana Luiza Backes (2004), Maria Emília Prado (2005) e Margarida de Souza Neves (2010).

Se por um lado esta periodização é útil para compreendermos as dificuldades dos anos iniciais do regime, por outro, ela concede pouco relevo ao fato de que, desde os primeiros anos que sucederam a Proclamação, havia uma preocupação com a construção dessa estabilidade. Diante disso, sustentamos a tese de que a construção da estabilidade republicana foi um processo iniciado logo após a Proclamação.³² A preocupação de Castilhos com as formalidades também indicava suas ações no sentido de garantir a estabilidade e consolidação do próprio regime republicano que acabava por afirmar e reforçar seu poder no PRR e na política estadual.

O período a ser analisado nesta tese é estabelecido entre 1882 e 1903. O ano de 1882 corresponde à fundação do PRR, sendo, portanto, o momento em que Castilhos despontava na política estadual. Já 1903 é ano do falecimento de Júlio Prates de Castilhos, quando se encerra a produção das fontes utilizadas, uma vez que são prioritariamente relacionadas a ele. Entretanto, para compreender como seu papel de liderança foi construído, foi necessário compreender o contexto anterior e, portanto, recuar temporalmente, em busca dos processos gestados ainda antes de seu envolvimento com a política.

Sendo assim, o objetivo dessa tese é analisar a governabilidade dos anos iniciais da Primeira República através do processo de formação de uma liderança republicana. Para isso busca: a) identificar os mecanismos que possibilitaram a Castilhos tornar-se uma liderança política; b) compreender como ele exerceu essa liderança; c) analisar o universo relacional de Castilhos enquanto chefe político; d) ao identificar seus interlocutores, destacaram-se indivíduos que atuavam no âmbito da política municipal, de modo que se busca analisar o papel que os municípios adquiriram naquela conjuntura e identificar os meios através dos quais ocorria a interação entre as esferas estadual e municipal de poder; e) identificar ações em prol

³¹ Originalmente publicado em 1997.

³² Essa tese encontra respaldo em trabalhos que há algum tempo já vem contestando questões que eram consenso na historiografia. É o caso do trabalho de Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (2012) que, retomando a *política café-com-leite*, demonstrou, através da análise das sucessões presidenciais, que a aliança mineiro-paulista não era tão estável e nem garantidora da estabilidade do regime. A autora assinalou que as sucessões presidenciais foram marcadas por constantes instabilidades, decorrentes dos arranjos e rearranjos entre as oligarquias estaduais. Viscardi sustenta que a estabilidade do regime se pautou em instabilidades e disputas que se renovavam a cada sucessão presidencial. Neste mesmo trabalho Viscardi apontava também para a necessidade de relativizar “o grau de estabilidade conferido pela ‘política dos estados’ à ordem institucional brasileira” (VISCARDI, 2012, p. 37). Em trabalho mais recente a autora concluiu que “a tese do caráter estabilizador da República resultante da política dos estados, bastante consolidada, merece ser contestada” (VISCARDI, 2017, p. 187).

da estabilidade e legalidade do regime. Partindo desses objetivos, a tese está estruturada em cinco capítulos.

O capítulo inicial – *O filho do comendador: família, negócios e política entre o Império e a República* –, busca analisar “o fluxo de ondas causais” de que fala Bloch (2001), essencial na construção de uma liderança republicana. A análise se centra nas condições que poderiam levar um indivíduo a se tornar liderança republicana no contexto da segunda metade do século XIX. Considera-se, portanto, através do caso de Castilhos, as origens familiares, a formação educacional, a situação econômica e o modo pelo qual ocorreu o envolvimento com as questões republicanas.

Estratégias matrimoniais, a estrutura econômica familiar e investimentos educacionais são alguns dos temas que perpassam este capítulo. O objetivo é reconstituir as condições históricas que permitiram que um jovem, recém-formado, se tornasse uma liderança republicana. Inventários, testamentos, registros contábeis, correspondência familiar e registros paroquiais são algumas das fontes que permitiram este trabalho de reconstituição. Emerge desta análise a ideia de que foi a inter-relação entre um contexto específico e as ações individuais e familiares que possibilitou a Castilhos acessar recursos que facilitaram sua entrada no mundo da política.

O capítulo *Um jovem bacharel na capital da província nos tempos da propaganda republicana* demonstra como os recursos advindos da produção pecuária foram essenciais para que Castilhos, depois de formado bacharel em Direito, pudesse se manter em Porto Alegre, participando ativamente do movimento republicano. O enfoque temporal é a década de 1880, quando se envolve com a fundação do partido e da imprensa republicana e se insere no movimento abolicionista que crescia. Adquirem destaque as relações pessoais construídas nas décadas anteriores, que passaram a ser acionadas em prol do partido e da imprensa naquele momento de fortalecimento do republicanismo.

Os dois capítulos seguintes exploram a relação entre os níveis estadual e municipal de poder. Demonstram como a dinâmica política dos municípios foi essencial para o processo de construção da República e como Castilhos consolidou, através dessa dinâmica, seu papel de liderança, sabendo lidar com as pluralidades e demandas municipais, com o intento de garantir controle sobre oposições e eleições. O capítulo *Entre chefes e “correligionários”: construindo a República nos municípios* explora os mecanismos de ampliação do apoio ao PRR a nível municipal. Demonstra que Castilhos, na condição de liderança estadual, soube tecer relações de poder com diferentes indivíduos que atuavam no âmbito municipal, evidenciando que os municípios se tornaram, na década de 1890, alvo de suas investidas para assegurar o domínio

sobre o estado e obter o reconhecimento de sua autoridade pelo governo federal. A análise demonstra que a interação estabelecida entre os níveis estadual – através do Executivo estadual, da Comissão Executiva central do PRR e do próprio Castilhos – e municipal resultou em relações de diferente natureza visto que havia uma preocupação, por parte das lideranças atuantes especialmente nas esferas federal e estadual, com a formalidade institucional.

Em “*A menina dos seus olhos*”: *oposições, eleições e a construção da República a partir dos municípios*, o foco está na dinâmica política municipal, centrada em duas questões: oposições e eleições. Chama a atenção para a pluralidade de oposições existentes e os modos distintos como o PRR e Castilhos trataram com elas. Sinaliza para a centralidade do processo eleitoral como legitimador da República e analisa o controle que o Executivo estadual buscou exercer sobre os pleitos, visando garantir a hegemonia da política sul-rio-grandense.

O capítulo final – *Um republicano que não foi presidente: liderança nacional e embates republicanos* – analisa a organização político-partidária dos republicanos, as disputas, articulações e alianças que marcaram a política nacional nos anos iniciais da República através de três eventos políticos, quais sejam, a reunião prévia e a convenção do Partido Republicano Federal (PRF) realizadas em 1897 e a eleição presidencial de 1898. Como será demonstrado, no contexto destes eventos, o nome de Castilhos foi cotado como possível candidato oposicionista à presidência da República. Sua candidatura, porém, foi rejeitada pela maioria dos líderes republicanos da oposição. Assim, através de fontes como jornais e correspondência, o capítulo evidencia os atributos que tornavam possível uma candidatura à presidência, os motivos pelos quais poderia ser rejeitada e toda a dinâmica que a escolha de um candidato envolvia. Explora o processo político relacionado às eleições presidenciais para além da escolha do candidato vencedor. Demonstra a complexidade do processo de alianças e ações de lideranças estaduais que agiam a nível nacional e que pouca visibilidade recebeu da historiografia. Ao invés de destacarmos a escolha do candidato governista – sempre vencedor –, procuramos desvendar o processo que estava por trás dos pleitos, demarcando a heterogeneidade dos republicanos, suas disputas e cisões.

As páginas que seguem constituem um esforço explicativo do processo de construção da liderança política de Castilhos e sua atuação como chefe republicano. Ele pretende colocar em foco aspectos da construção da República que, a um nível mais macro, poderiam passar despercebidos. A narrativa estará menos preocupada com generalizações e mais atenta às especificidades e particularidades vivenciadas pelos atores naquele contexto de instituição de um novo regime político.

2 O FILHO DO COMENDADOR: FAMÍLIA, NEGÓCIOS E POLÍTICA ENTRE O IMPÉRIO E A REPÚBLICA

Dia 24 de outubro de 1903. Ao final da tarde daquele sábado, faleceu o líder republicano sul-rio-grandense Júlio Prates de Castilhos. A vida política de Castilhos havia começado cedo. Ainda quando estudante de Direito, na Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo, atuou em jornais acadêmicos republicanos. Depois de bacharelado, retornou ao Rio Grande do Sul, onde participou da criação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) em 1882 e, dois anos depois, da fundação d' *A Federação*, órgão de imprensa do PRR no estado.

Proclamada a República, teve participação ativa na política estadual, assumindo o cargo de Secretário de Estado. Eleito deputado ao Congresso Constituinte que se reuniu em 1891, Júlio foi o representante do Rio Grande do Sul na Comissão dos 21, responsável por conceder parecer ao projeto de Constituição enviado pelo governo provisório. De volta ao Rio Grande do Sul, participou da elaboração da constituição estadual, aprovada pela Assembleia Constituinte Estadual que o elegeu presidente do estado. Poucos meses depois, em consequência do apoio que prestou ao ato do presidente da República, Deodoro da Fonseca, em fechar o Congresso Nacional, deixou o governo estadual, retornando ao cargo de presidente do Estado somente em 1893, depois de eleito. Em 1898, encaminhou à sucessão Antônio Augusto Borges de Medeiros. A partir desse ano, mesmo sem ocupar a presidência do Estado, permaneceu na chefia do partido, mantendo-se na posição de grande liderança republicana estadual.

Problemas de rouquidão assolavam Castilhos há algum tempo. A doença na garganta o impedia de cumprir com compromissos corriqueiros, como conceder conferências a aliados políticos. Algo que fazia com muita frequência. Depois de tentar se tratar com remédios caseiros sem obter sucesso, o médico Carlos Barbosa Gonçalves, também político republicano, receitou-lhe medicações. Retirando-se à Chácara da Figueira, foi atendido por outros médicos. Na Casa de Saúde de Porto Alegre, submeteu-se a tratamentos como eletroterapia.

Naquele sábado, sofrendo com falta de ar, foi submetido a uma traqueostomia realizada pelo médico e companheiro político Dr. Protásio Alves, em sua própria casa, na rua Duque de Caxias, na capital do estado. Acompanhando o procedimento estavam presentes João Abbott, Borges de Medeiros, presidente do estado, Evaristo do Amaral, José Montauray e Francisco

Jaguarão acompanhavam o trabalho dos médicos. Na casa, aguardavam por notícias, entre outros, o Dr. Parobé e o secretário de Júlio, Aurélio de Bittencourt.³³

Júlio não resistiu ao procedimento cirúrgico e acabou falecendo. Encerrava-se, assim, a trajetória de um dos políticos mais marcantes da história republicana. Depois de seu falecimento, Borges de Medeiros, que sucedeu Castilhos na presidência do Estado em 1898 e nela permaneceu por cinco mandatos, tratou de garantir a permanência da memória do chefe republicano.³⁴

Segundo Elisabete da Costa Leal (2006), uma semana após a morte de Castilhos, Borges de Medeiros escreveu a Décio Villares “encarregando-o de fazer os monumentos fúnebre e público” de Júlio de Castilhos, obras patrocinadas pela Secretaria de Obras Públicas do Estado (LEAL, 2006, p. 256). Segundo a autora, na década que seguiu à morte do chefe republicano “foram construídos os veículos de glorificação cívica de Castilhos, com biografias, monumentos cívico e fúnebre (feito por Villares), bustos em bronze, romarias ao túmulo e criação do Museu onde foi sua casa” (LEAL, 2006, p. 252).

Sobre o político republicano Júlio Prates de Castilhos há uma longa série de obras, especialmente de caráter biográfico. Elas constituem, em grande maioria, uma produção apologética, heroificante, podendo ser enquadrada no tipo de biografia que bem traduz a ideia de *ilusão biográfica*, como definiu Pierre Bourdieu (1998). São trabalhos que atribuem à vida de Castilhos uma coerência que na realidade nunca existiu. Expressam a ideia de projeto, como se todo o desenrolar dos acontecimentos ao longo da vida visassem ou estivessem direcionados a atingir um determinado fim previamente traçado. É o caso dos trabalhos de Othelo Rosa (1928) e Sérgio da Costa Franco (1996)³⁵, que escreveram as duas obras mais conhecidas sobre Castilhos, mas também de Esther Cohen (1985) e do trabalho organizado por Cláudio J. B. Todeschini (1978).

A obra de Othelo Rosa (1928) constitui-se em uma das mais completas e clássicas biografias sobre Júlio de Castilhos. Nesta obra, Rosa deixa transparecer sua simpatia partidária e admiração pelo fundador do PRR, explicável, em boa medida, pela trajetória política do próprio autor, que foi secretário de Borges de Medeiros e deputado estadual pelo PRR. Já o

³³ Narração baseada no artigo *A morte do chefe*, publicado no jornal *A Federação* de 26 de outubro de 1903. Ver: A MORTE do chefe. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano XX, n. 249, p.1, 26 out.1903. Localização: Biblioteca Nacional Digital (BNDigital). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20190&pesq=>. Acesso em 11 ago. 2015. Todas as demais edições do jornal *A Federação* foram consultadas no mesmo sítio.

³⁴ Antônio Augusto Borges de Medeiros ocupou a presidência do estado do Rio Grande do Sul de 1898 a 1908 e de 1913 a 1928. Após a morte de Júlio de Castilhos, tornou-se também chefe do PRR.

³⁵ Originalmente publicado em 1967.

trabalho de Sérgio da Costa Franco (1996) não é propriamente uma biografia, mas um estudo que busca relacionar esse chefe republicano com o contexto político, especialmente entre os anos de 1882, quando da efervescência da propaganda republicana no Estado com a fundação do PRR, e o ano de 1903, marcado pela morte de Castilhos. Assim, Sérgio da Costa Franco nos oferece uma imagem bem definida de Castilhos: o político que, entre dissidências de republicanos e uma guerra civil, conseguiu estruturar um estado republicano forte e garantir a modernização do Rio Grande do Sul.

Em perspectiva inversa, mas com presença da mesma ideia de coerência e projeto, pode-se citar o livro de Décio Freitas (1999), no qual o autor contrapõe à imagem do Castilhos-herói a do Castilhos-ditador. O autor acusa a existência de um exercício de construção heroificada de Castilhos pelos seus seguidores, supondo inclusive, a sobrevivência da doutrina castilhista após a Primeira República, com a instituição de uma ditadura por Vargas, em 1937, e pelos militares em 1964. Esse processo de heroificação de Júlio de Castilhos estaria assentado, em grande medida, no silêncio, por parte da historiografia, sobre a própria guerra civil e as violências perpetradas pelas duas partes envolvidas no conflito, uma vez que esta deslegitimava o regime castilhista.

Baseado nos diários e no material gerado pelo trabalho do jornalista norte-americano A. Bierce como correspondente do periódico *Tribune*, de Nova York, Décio Freitas (1999) trata do episódio da guerra civil entre federalistas e republicanos na década de 1890 e aponta para a construção da ditadura castilhista neste mesmo período. Tendo por base a descrição da personalidade de Castilhos segundo a visão de A. Bierce, o autor delinea uma imagem de Castilhos bastante distinta da tradicionalmente apresentada por seus biógrafos.

Para além das obras de caráter biográfico, Castilhos também serviu de ponto de partida para outros trabalhos. Sua ligação com a doutrina positivista e o desenvolvimento de uma doutrina própria inspirada nas ideias de Auguste Comte – o castilhismo – são exploradas por Ricardo Vélez-Rodríguez (1980). No âmbito da produção acadêmica, destaca-se o trabalho de Margareth Bakos (2006), que explora, a partir de artigos publicados por Castilhos no jornal *A Federação* entre 1884 e 1887, aspectos como suas críticas à escravidão e ao Império e sua adesão às ideias do francês August Comte. Faz-se referência, também, ao livro *Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano*, organizado por Gunter Axt e outros autores (2005), com abordagens distintas – políticas e biográficas – sobre o líder republicano.

De maneira geral, acima das perspectivas distintas, todos estes trabalhos destacam a atuação de Júlio de Castilhos na política, reduzindo a análise a suas ideias e práticas políticas, seja no período da propaganda ou do governo republicano. Ao não articular trajetória pessoal,

política, econômica, familiar e social, tomam o personagem de forma atomizada, desvinculando suas ações do processo histórico. Apresentam Castilhos como um líder nato, como se já tivesse nascido para ser político, republicano, abolicionista e chefe do PRR.

Júlio de Castilhos não nasceu político; não foi “desde sempre” um republicano; e, enfim, não estava predestinado a lutar pela República e garantir sua sobrevivência depois de instalada, como sugerem muitos de seus biógrafos. Uma das hipóteses que sustenta nossa investigação refere-se às “ondas causais” – para utilizarmos uma expressão de Marc Bloch (2001) – que levaram Júlio ao exercício da liderança republicana.

Bloch argumenta que as causas estão tanto no passado quanto no presente: no passado porque é nele que encontramos sua origem (sendo a origem vinculada à ideia de causa e não de começo) e no presente porque é nele que há um “terreno” favorável de desenvolvimento, ou seja, porque “nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento” (BLOCH, 2001, p. 60). Portanto, para compreender como Castilhos e outros indivíduos se tornaram lideranças republicanas, devemos associar as condições históricas construídas no período imperial à conjuntura das décadas de 1880 e 1890.

Assim sendo, o mote deste capítulo é a busca das causas que estão no passado. Caracterizar-se-á social e economicamente o líder em questão quanto à procedência e posição social familiar destacada, os investimentos na formação educacional, e o modo pelo qual a riqueza e a fortuna tornaram possível o acesso ao mundo da política.

A trajetória de cada um dos republicanos – e em especial das lideranças – à frente do novo regime de governo instalado no Brasil em 1889 resultou de condições históricas e conjunturais que precisam ser melhor analisadas para que possamos compreender suas ações no âmbito da política. Assim, a condição de liderança é entendida como resultado de um processo maior, que envolvia escolhas e estratégias não somente individuais como também familiares, condições econômicas e relações sociais.

As fontes utilizadas são variadas. Cada tipo documental recebeu um tratamento metodológico próprio, mas sempre priorizando uma leitura qualitativa e o cruzamento de informações constantes nas diversas fontes consultadas. Inventários, testamentos, registros contábeis, correspondência familiar e registros paroquiais oferecem a oportunidade de uma visão para além do individual.

2.1 Um rico estancieiro escravista no Planalto sul-rio-grandense

Júlio Prates de Castilhos, o oitavo filho de Francisco Ferreira de Castilhos e Carolina Prates, nasceu a 29 de junho de 1860. Além de Júlio, eram também filhos do casal Francisca, Carlos, Adelaide, Clara, Francisco, Inocência, Carolina³⁶, Rita de Cássia, Maria Cecília e Alfredo³⁷. Quando Júlio nasceu, os Castilhos já residiam no povoado de São Martinho, distrito do município de Cruz Alta.

A Fazenda da Reserva, onde morava a família Castilhos em São Martinho, adquirida por Francisco em 1848, foi comprada de Manoel Joaquim de Abreu Macedo pela quantia de 833,333 libras esterlinas (ou 8:000\$000 réis).³⁸ Segundo a escritura pública de compra e venda, Francisco dispôs do prazo de 18 meses para efetuar o pagamento.³⁹ Era uma grande propriedade, contando com mais de 23.000 hectares⁴⁰ incluindo “estabelecimento de moradia, casas, galpão, mangueiras, quintas e mais benfeitorias”.⁴¹

Francisco Ferreira de Castilhos, pai de Júlio de Castilhos, nasceu em Santo Antônio da Patrulha, filho de Carlos Moreira de Castilhos e Felipa Néri da Conceição. Segundo Sérgio da Costa Franco, Francisco era “filho de um natural de Lages e neto de paulistas de Taubaté, autêntico representante, pois, da linhagem dos pioneiros que ocuparam o planalto rio-

³⁶ Carolina nasceu dois anos antes de Júlio, em 16 de julho de 1858, tendo sido batizada a 26 de agosto do mesmo ano. Entretanto, não encontramos qualquer outra referência a esta filha na documentação, o que nos leva a crer que faleceu muito jovem (ACDSM. *Batismos de São Martinho*. Livro n. 2, 1855-1863, f. 189).

³⁷ Alfredo, o filho mais novo do casal faleceu a 17 de março de 1876, com idade de sete para oito anos, na cidade de Desterro, província de Santa Catarina, em residência da irmã Adelaide e do cunhado Hermínio Francisco do Espírito Santo (Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93, f. 175).

³⁸ Utilizamos a conversão de réis em libras esterlinas seguindo prática comum entre os historiadores, dado que a moeda inglesa apresentava menor flutuação do que a brasileira, facilitando a análise e a comparação com outros trabalhos. A conversão foi realizada a partir da tabela da Taxa de Câmbio por ano da relação libra esterlina/mil réis RJ disponível no sitio do IPEA: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em 28/02/2015.

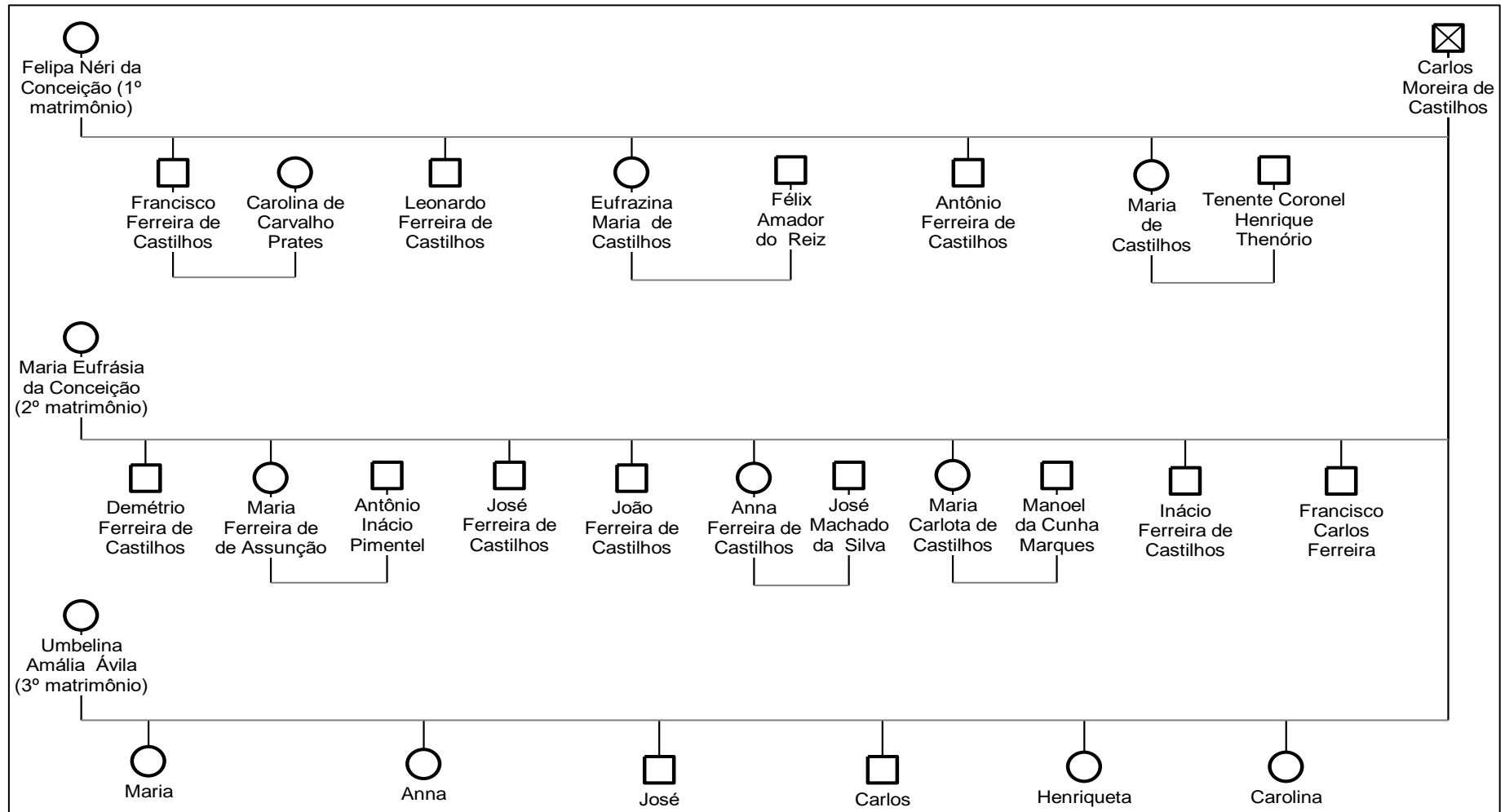
³⁹ Escritura pública de compra e venda que faz Manoel Joaquim d'Abreu Macedo a Francisco Ferreira de Castilhos. Localização: BRASIL, Rio Grande do Sul, Registros Diversos, *Transmissão de Notas*, Livro 6, Cruz Alta, 1847-1852, f. 13v-15. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33SQ-G1RD-ZTB?i=55&wc=SW74-VZ4%3A264198901%2C264242601&cc=1985805>> Acesso em: 05 ago. 2015.

⁴⁰ Conforme dados do inventário de Francisco Ferreira de Castilhos, a Fazenda da Reserva possuía “a extensão de duas sesmarias, mais ou menos” (Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93). Considerando que uma sesmaria possuía cerca de 13 mil hectares, segundo dados apresentados por Zarth (2002, p. 61), a Fazenda da Reserva teria algo em torno de 26 mil hectares. No inventário de Carolina Prates de Castilhos, de 1891, apresenta um dado bastante próximo: a fazenda possuía 236 314 800 m², ou seja, cerca de 23 631 hectares (Inventário *post-mortem*. Inventariado: Carolina Prates de Castilhos; Inventariante: Júlio Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1890, maço 11, n. 277).

⁴¹ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93, f. 41v.

grandense” (FRANCO, 1996, p. 11). Depois da morte da esposa, com quem teve cinco filhos, sendo Francisco o mais velho, Carlos casou-se ainda duas vezes. Primeiro com Maria Eufrásia da Conceição, de cujo matrimônio nasceram mais oito filhos e, por fim, com Umbelina Amália, tendo outros seis filhos. A árvore genealógica abaixo exposta permite visualizarmos melhor os familiares de Francisco Ferreira de Castilhos.

Figura 1 - Árvore Genealógica da Família de Carlos Moreira de Castilhos



Fonte: Figura elaborada no software *GenoPro* com base em informações de APERS, Inventários; APERS, Testamentos; ACDO, Livros de Batismo.⁴²

⁴² Agradeço a Sherol dos Santos por ter gentilmente cedido os registros da família Castilhos que se encontram nos livros de Batismo de Santo Antônio da Patrulha.

Diante de uma tão numerosa família – 19 filhos no total –, é possível que tenha sido a busca por melhores condições que levou Francisco a deixar a casa paterna na década de 1840. Consta na *Genealogia Tropeira* que

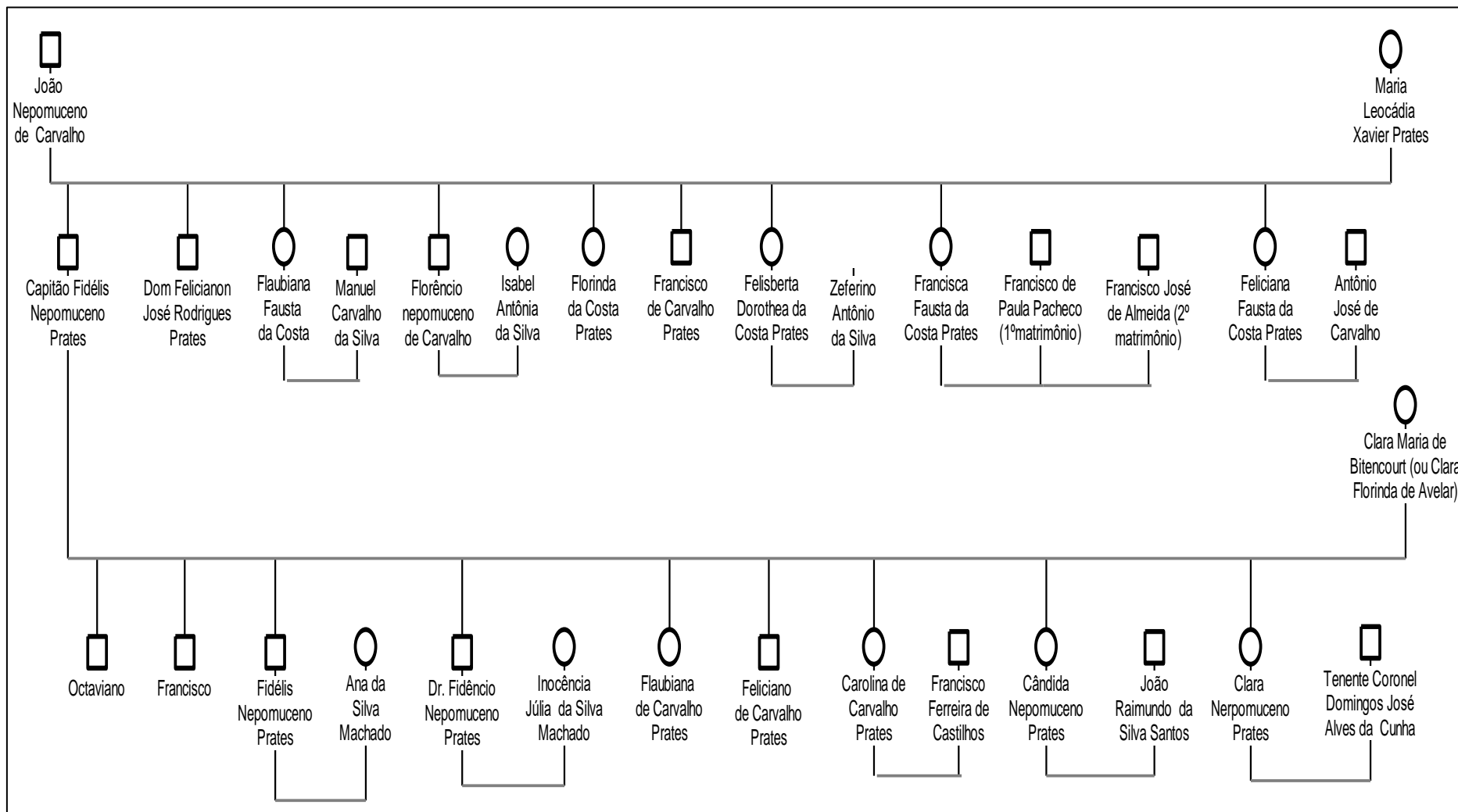
Francisco Ferreira de Castilhos, filho do dono de um cartório de Santo Antônio da Patrulha, resolveu, em 1846, deixar a casa paterna e veio de lá para Santa Maria, - onde foi caixeiro numa venda na Rua do Acampamento, indo depois para Cruz Alta, onde conheceu Carolina de Carvalho Prates, já órfã, que morava no Cadeado com sua irmã Cândida, casada com João Raimundo da Silveira Santos (PEREIRA, 2004a, p. 185; volume 2; versão digital).

Não temos como confirmar todos estes dados sobre Francisco. Não sabemos se foi no ano de 1846 que ele deixou Santo Antônio da Patrulha. Não temos conhecimento sobre sua atividade como caixeiro numa venda em Santa Maria. Sabemos apenas que foi na década de 1840 que se casou com Carolina Prates. Carolina Prates era filha de Clara Florinda de Avelar e do Capitão Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates. Tratando da família de Carolina Prates, Sérgio da Costa Franco afirma que

Júlio de Castilhos vinculava-se a aristocráticas famílias do sul do Estado, pois D. Carolina era filha do Capitão Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates, que foi deputado à Assembléia (sic) Constituinte da República de Piratini, e sobrinha de D. Feliciano José Rodrigues Prates, 1º Bispo do Rio Grande do Sul. Era o Capitão Fidélis próspero fazendeiro em São Gabriel, tendo inclusive ajudado financeiramente a Revolução Farroupilha (FRANCO, 1996, p.11-12).

É muito provável que o casamento realizado com Carolina Prates tenha garantido a Francisco de Castilhos um futuro mais próspero, dada a possibilidade de relações sociais que a união proporcionou. Observando a árvore genealógica da família do capitão Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates, localizamos, entre os irmãos de Carolina, indivíduos que adquiriram posições importantes junto ao Império brasileiro.

Figura 2 - Árvore Genealógica da Família de Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates



Fonte: Figura elaborada no software *GenoPro* com base em informações de APERS, Inventários; APERS, Testamentos; AHRs, APABF, Genealogia João Rodrigues Prates, maço 7, doc. 24; PEREIRA (2004a).

O filho mais jovem, Francisco de Carvalho Prates, formou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo em 1864 e, duas décadas depois, entrou para a política municipal em Pelotas (RS), onde foi eleito vereador (1881-1882). Feliciano Nepomuceno Prates, que tinha o mesmo nome do tio, Dom Feliciano José Rodrigues Prates, primeiro Bispo do Rio Grande do Sul, residia no Paraná e era casado com Maria da Conceição. O tio, além de Bispo foi também agraciado pelo governo imperial com a mercê de Cavaleiro da Ordem da Rosa, por decreto de 29 de janeiro de 1846.⁴³ O sobrinho, Feliciano Prates, por sua vez, era “Tenente Coronel chefe do Estado Maior do Comando Superior da Nacional da Comarca de Castro”.⁴⁴ Havia também recebido alguns privilégios econômicos.

Em 1856, a Secretaria de Estado dos Negócios do Império lhe concedia uma “Carta de privilégio exclusivo por seis anos para a construção de alambiques de sua invenção” destinados à fabricação de aguardente.⁴⁵ Dois anos depois, em 1858, recebeu da Tesouraria da província do Paraná a quantia de dez contos de réis “para as despesas com o transporte de praças para a província do Mato Grosso” e outros cinco contos de réis “para os consertos e melhoramentos da estrada da Serrinha ao Itajajy”.⁴⁶

Homônimo do pai, Fidélis Nepomuceno Prates Jr. foi nomeado oficial da Ordem da Rosa em 1854.⁴⁷ Em muitos documentos consultados seu nome aparece junto ao título de Comendador. No inventário de seu pai, em 1868, apresentava-se como “Oficial da Imperial Ordem da Rosa”, além de “Tenente Coronel reformado do Estado Maior da Guarda Nacional”.⁴⁸ Residia em São Paulo, especificamente na região da Luz. Era este um bairro que,

⁴³ Decreto Honorífico de Feliciano José Rodrigues Prates. Porto Alegre, 29.01.1846. Localização: Arquivo Nacional (AN), Fundo Ordens Honoríficas (FOH), Decretos Honoríficos, Hábito da Ordem da Rosa, caixa 789, doc. 71. PRATES, Feliciano José Rodrigues Prates; Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando licença para jurar por procurador, Hábito da Rosa. [s.l.], 1853. Localização: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – BRASIL (FBN – BRASIL). Fundo Coleção Documentos Biográficos. PRATES, Feliciano José Rodrigues. Original, Manuscrito. Código de Referência: C-0168,001, n.001.

⁴⁴ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Fidélis Nepomuceno de carvalho Prates; Inventariante: Cândida Flora de Carvalho Prates e outros. Localização: APERS, Cartório do Cível, São Gabriel, *Inventário*, Ano 1868, maço 1, n. 8, f. 15.

⁴⁵ Guia de pagamento passada a Feliciano Prates, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, para que possa obter carta de privilégio exclusivo, durante seis anos, para construção de alambiques de sua invenção destinados à fabricação de aguardente. [s.l.], 1853. Original, Manuscrito. Localização: FBN – BRASIL. Fundo Coleção Documentos Biográficos, Série Privilégios Industriais. Código de referência: C-1007, 053.

⁴⁶ Minuta de Ofício ao inspetor da Tesouraria da Fazenda do Paraná tratando da prestação de contas que deve ser feita por Feliciano Nepomuceno Pratis. Rio de Janeiro, 15/12/1863. Localização: FBN – BRASIL. Fundo Coleção Galvão, Série: Documentos Administrativos. ABRANTES, Miguel Calmon du Pin e Almeida, marques de. Cópia, manuscrita. Código de Referência: I-34,13,070.

⁴⁷ Decreto Honorífico de Fidélis Nepomuceno Prates. Rio de Janeiro, 02.12.1854. Localização: AN, FOH, Decretos Honoríficos, Oficial da Ordem da Rosa, caixa 789, doc. 90. PRATES, Fidélis Nepomuceno.

⁴⁸ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Fidélis Nepomuceno de carvalho Prates; Inventariante: Cândida Flora de Carvalho Prates e outros. Localização: APERS, Cartório do Cível, São Gabriel, *Inventário*, Ano 1868, maço 1, n. 8, f. 11.

em meados do século XIX, foi ocupado por “residências pautadas por referências aburguesadas”, entre as quais estava o casarão sede da chácara de Fidélis, representado na “Figura 3”, construído aproximadamente entre 1857-1860 em estilo neoclássico (CAMPOS, 2005, p.13).

Figura 3 – Casa de Fidélis Nepomuceno Prates



Fonte: Postal da Escola Politécnica, ed. Ducheim Irmãos, década de 1910. Acervo do Museu Paulista da USP. Reprodução de José Rosael. *Apud* CAMPOS, 2005, p.23.

Fidêncio Nepomuceno Prates, também residia no bairro da Luz, em São Paulo. Era “Bacharel em Letras, e em Ciências Físicas e Doutor em Medicina pela Faculdade de Paris”⁴⁹, tendo ocupado espaço na política imperial como deputado provincial, entre 1848 e 1859, e deputado geral, entre 1853 e 1856 (SACCOL, 2014, p. 69). Décadas mais tarde, a sete de maio de 1887, foi nomeado Comendador da Ordem da Rosa.⁵⁰

Fidélis e Fidêncio Nepomuceno Prates eram, além de sobrinhos-netos, genros de João da Silva Machado, o Barão de Antonina, outro morador do bairro da Luz. Fidélis havia casado com Ana da Silva Machado e Fidêncio com Inocência Júlia da Silva Machado, ambas filhas do

⁴⁹ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Fidélis Nepomuceno de carvalho Prates; Inventariante: Cândida Flora de Carvalho Prates e outros. Localização: APERS, Cartório do Cível, São Gabriel, *Inventário*, Ano 1868, maço 1, n. 8, f. 13.

⁵⁰ Decreto Honorífico de Fidêncio Nepomuceno Prates, de 07.05.1887. Localização. AN, FOH, Decretos Honoríficos, Comendador da Ordem da Rosa, caixa 789, doc. 69. PRATES, Fidêncio Nepomuceno.

barão. Machado, além de ocupar “várias colocações nos corpos das Ordenanças”, chegou ao comando superior da Guarda Nacional. Neste posto, envolveu-se com a Revolta Liberal de Sorocaba em 1842, sendo que por sua atuação “para unificar a elite local em torno do governo central”, “recebeu o baronato, com o título de Barão de Antonina” (BORGES, 2014, p. 27-28).⁵¹ Atuou em diversos cargos políticos. Iniciou como vereador na Vila do Príncipe (próximo a Curitiba) em 1821; foi “conselheiro no Conselho Geral da presidência de São Paulo na legislatura 1830-1833”; ocupou o cargo de deputado provincial por São Paulo por quatro legislaturas (1835-1836, 1838-1840, 1840-1841 e 1841-1843) além de ter ocupado “a vice-presidência da província de São Paulo”, entre 1838-1839 (BORGES, 2014, p. 26-27). Em 1853, aos 70 anos, foi eleito Senador pelo Paraná. Em 1855, foi condecorado com a Ordem da Rosa.⁵² O Barão de Antonina era irmão de Francisco de Paula e Silva, o barão do Ibicuí que, portanto, também era tio-avô de Fidélis, Fidêncio e seus outros irmãos.⁵³

Vê-se, portanto, que os Prates estavam ligados à política imperial. E essa ligação se amplia quando observamos as relações familiares mais extensas. Balbina Alexandrina da Silva Machado, filha do Barão de Antonina, casou-se com Luiz Pereira de Campos Vergueiro, filho de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, cafeicultor paulista, conhecido como o liberal Senador Vergueiro (BORGES, 2014, p. 184).⁵⁴ As relações familiares ampliaram assim o espaço de circulação dos Prates, família à qual Francisco adentrou através do matrimônio com Carolina.

Quando do falecimento do capitão Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates, em 1868, foi legado aos seus herdeiros a quantia de 7.919,596 libras (ou 101:514\$298 réis) composta por bens de raiz, bens móveis, animais e 16 escravos. Carolina, já casada com Francisco, herdou 167,771 libras (2:368\$530 réis), ou seja, um valor não tão significativo se compararmos à fortuna deixada por Francisco três anos depois. Assim, o futuro próspero proporcionado pelo casamento com Carolina estava menos ligado à possibilidade de herdar alguma riqueza material da família Prates e mais às possibilidades de relações que Francisco pôde estabelecer a partir desse casamento.

⁵¹ O baronato foi concedido a João da Silva Machado em 11 de setembro de 1843. Ver: Guia para retirar a Carta das Honras de Grandeza, concedido ao barão de Antonina. [s.l.], 1860. Localização: FBN – BRASIL. Fundo Coleção Documentos Biográficos. Código de referência: C-0424, 067 n. 005, doc. 2.

⁵² Guia para pagamento pelo Ministério do Império, relativo a diploma da Ordem da Rosa, concedido ao Barão de Antonina. [s.l.], 1855. Localização: FBN – BRASIL. Fundo Coleção Documentos Biográficos. Original, Manuscrito. Código de referência: C-0424, 067 n.004.

⁵³ Sobre o Barão do Ibicuí ver CARVALHO, 2011, p. 111-114.

⁵⁴ Nascido em Portugal, Nicolau dos Santos Vergueiro iniciou sua carreira política sendo eleito para a deputação que participou das Cortes de Lisboa.

Também da casa paterna Francisco não herdou muitos bens. Quando seu pai, Carlos Moreira de Castilhos, faleceu, em 1858, legou aos seus herdeiros 3.120,490 libras (29:881\$403 réis).⁵⁵ Francisco, assim como seus 18 irmãos, recebeu como herança 54,745 libras (524\$235 réis). Além da sua legítima, Francisco recebeu ainda 133,669 libras (1:280\$000 réis), referente a uma dívida que, supomos, se tratava de uma estratégia de Carlos para beneficiar o primogênito na distribuição dos bens.⁵⁶ No inventário não há qualquer informação complementar sobre a origem desta dívida. Note-se que, em seu testamento, realizado no ano anterior a seu falecimento, Carlos já fazia referência a esta dívida e à necessidade dos demais herdeiros não se oporem ao seu pagamento. Determinava Carlos: “Declaro mais que devo ao meu primeiro testamenteiro certa quantia da qual o mesmo tem sua clareza por mim passada, rogo aos meus herdeiros não queiram por princípio algum opor-se ao pagamento dela por ser toda verdadeira”.⁵⁷

É possível pensarmos na possibilidade desta dívida ter sido uma estratégia do pai para beneficiar o filho mais velho, visto que pela lei todos os filhos deveriam receber a mesma legítima. A nossa desconfiança aumenta quando reparamos que Francisco é nomeado por Carlos como seu primeiro testamenteiro, evidenciando uma clara preferência do pai por seu primeiro filho. Ainda que, beneficiado pela estratégia do pagamento de uma dívida, nos parece evidente que o sucesso econômico de Francisco estava pouco vinculado à herança material familiar. Entretanto, a maior herança que Carlos legou ao filho era a lide da atividade criatória.

Carlos Moreira de Castilhos é descrito em seu inventário como “fazendeiro”. Analisando a descrição dos seus bens, observa-se que era proprietário de terras em Santo Antônio da Patrulha e “em Cima da Serra”⁵⁸, onde desenvolvia tanto a criação de animais quanto a agricultura.⁵⁹ Dos mais de 32 contos de réis do total de bens inventariados (monte-mor), cerca de 18 contos de réis correspondiam a animais, ou seja, cerca de 55% de sua riqueza

⁵⁵ Apesar do processo de inventário ter sido aberto em 1858, utilizamos o ano de 1859 como base para o cálculo de conversão de réis em libras esterlinas uma vez que a avaliação dos bens ocorreu neste último ano.

⁵⁶ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Carlos Moreira de Castilhos; Inventariante: Umbelina Amália de Castilhos. Localização: APERS, Juizado de Órfãos, Santo Antônio da Patrulha, *Inventário*, Ano 1858, maço 7, n. 218, f. 41.

⁵⁷ Testamento. Testador: Carlos Moreira de Castilhos; Testamenteiro: Francisco Ferreira de Castilhos. Localização: APERS, Órfãos e Provedoria, Santo Antônio da Patrulha, *Testamento*, Ano 1860, maço 2, n. 45, f. 2. A grafia de todos os documentos citados foi atualizada.

⁵⁸ Trata-se dos Campos de Cima da Serra, região nordeste do Rio Grande do Sul. Sobre Santo Antônio da Patrulha e a região dos campos de Cima da Serra ver a Dissertação de Sherol dos Santos (2009).

⁵⁹ O inventário de Carlos demonstra também a dedicação à agricultura. Constam, na relação de bens avaliados, além de lavouras, ferramentas como arados, foices de roçar, cavadeiras, enxadas e pás de ferro. A existência de uma casa de atafona, por sua vez, sinaliza para o cultivo de mandioca (Inventário *post-mortem*. Inventariado: Carlos Moreira de Castilhos; Inventariante: Umbelina Amália de Castilhos. Localização: APERS, Juizado de Órfãos, Santo Antônio da Patrulha, *Inventário*, Ano 1858, maço 7, n. 218, f. 34v, 37 e 38).

estava concentrada em rebanhos.⁶⁰ Constam no inventário de Carlos 1285 reses de criar, 71 novilhos, 62 bois mansos, 13 mulas mansas, 7 mulas xucras, 131 éguas xucras, 1 burro, 12 potros e 42 cavalos. Ainda que, tanto em número quanto em valor, os rebanhos de Carlos fossem bem menores que os possuídos por seu filho Francisco uma década mais tarde, como adiante veremos, podemos considerá-lo como um médio criador de animais.

Assim, é plausível pensarmos que Francisco atuava no ramo da criação e comércio de animais e que tenha sido naquele contexto que conheceu os Prates, também negociantes. Talvez esta seja a explicação para ter deixado a casa paterna e se transferido para a região central da província, vindo logo em seguida a casar com Carolina Prates. Entretanto, não tendo como confirmar essa hipótese, consideramos também a possibilidade de Francisco ter conhecido os Prates depois de ter deixado Santo Antônio da Patrulha, o que teria lhe possibilitado o matrimônio e a inserção no comércio de muares. Importa que, quando inserido na família Prates, que tinha na criação e comércio de animais suas principais atividades, Francisco não era um total desconhecedor da atividade, de modo que não lhe foi difícil se inserir nos negócios desenvolvidos pela família de sua esposa.

Os Prates descendiam do capitão-mor de Laguna, João Rodrigues Prates que, nas palavras de Fábio Kuhn, “é tido pela historiografia tradicional como um dos pioneiros do Continente, tendo uma sesmaria concedida em 1738”.⁶¹ Segundo o mesmo autor, a “base do seu poder econômico estava assentada no comércio de gado, obtido através de sucessivas entradas para o arrebanhamento dos animais que seriam transportados para a feira de Sorocaba” (KUHNS, 2003, p. 246). A atividade parece ter atravessado gerações.

O bisneto de João Rodrigues Prates, o Capitão Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates, pai de Carolina, também criava animais em suas propriedades no município de São Gabriel. Seu inventário, datado de 1868, contabiliza 4083 animais, distribuídos em rebanhos vacum (2153 animais), ovino (1130), cavalari (584), muar (134) e asinino (82). Diante de um montemor que somava 5.536,439 libras esterlinas (ou 78:161\$493 réis), os animais representavam pouco mais de 16% do valor total de seus bens.⁶²

⁶⁰ Avaliação dos bens de Carlos Moreira de Castilhos. In: Inventário *post-mortem*. Inventariado: Carlos Moreira de Castilhos; Inventariante: Umbelina Amália de Castilhos. Localização: APERS, Juizado de Órfãos, Santo Antônio da Patrulha, *Inventário*, Ano 1858, maço 7, n. 218, f. 32-40.

⁶¹ Carolina Prates era trineta de João Rodrigues Prates.

⁶² Inventário *post-mortem*. Inventariado: Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates; Inventariante: Cândida Flora de Carvalho Prates e outros. Localização: APERS, Cartório do Cível, São Gabriel, *Inventário*, Ano 1868, maço 1, n. 8.

Além dele, sabemos também que pelo menos três dos filhos do capitão Fidélis se dedicavam à venda de animais, especialmente de mulas às províncias do Paraná e São Paulo.⁶³ Eram eles: Fidélis Nepomuceno Prates Júnior, Fidêncio Nepomuceno Prates e Francisco Prates. Este último era o filho mais jovem do Capitão Fidélis. Depois de formado em Direito, em 1864, retornou à casa paterna onde se envolveu diretamente com as atividades de fazenda. Quanto a Fidélis e Fidêncio, ambos, residindo na província de São Paulo, tinham no comércio de mulas parte importante de sua fonte de rendas.

Segundo Carlos Eduardo Suprinyak, os dois aparecem na documentação dos registros do Rio Negro, sendo o nome de Fidélis “o mais recorrente, conduzindo vinte tropas de dezembro de 1842 a dezembro de 1853”, que somavam um total de 9143 animais (SUPRINYAK, 2008, p. 118). Suprinyak localiza também o nome de Fidélis entre os principais proprietários das tropas registradas na Barreira de Itapetininga, nas décadas de 1850 e 1860, somando 6460 animais (SUPRINYAK, 2008, p. 124).

Estes dois irmãos Prates, cunhados de Francisco, como já apontamos, eram genros de João da Silva Machado, o Barão de Antonina, outro grande comerciante de tropas. Luiz Adriano Gonçalves Borges, em sua tese, apresenta João da Silva Machado como “o maior negociante de animais do Sul na primeira metade do século XIX” (BORGES, 2014, p. 13). Na condição de sargento-mor das Ordenanças em Lages, foi o responsável pela ampliação da Estrada da Mata, caminho que ligava o sul até a região do Rio Negro, freguesia da Lapa, e que “atravessava uma intensa floresta na serra catarinense, entre o norte de Lages e o Sul de Lapa” (BORGES, 2014, p. 78).⁶⁴

Suprinyak aponta que, na documentação do registro de Rio Negro, no período entre 1842-1853, o Barão de Antonina aparece como proprietário de 19 tropas, sendo que ninguém conduziu mais animais do que ele: um total de 14.189 animais (SUPRINYAK, 2008, p. 118). Além de constar na lista dos maiores proprietários, João da Silva Machado afiançava tropas de outros proprietários. Segundo o mesmo autor, Machado foi fiador, durante esse período, das tropas de 18 diferentes proprietários, entre os quais consta o nome de seu genro Fidélis Nepomuceno Prates Jr., para quem afiançou quatro tropas (SUPRINYAK, 2008, p. 123).

O Barão de Antonina envolveu nos seus negócios de mulas outro familiar. Trata-se de David dos Santos Pacheco, seu afilhado com quem, na década de 1830, Machado firmou uma

⁶³ Sobre o tropeirismo e o comércio de mulas, ver os trabalhos de Tiago Gil (2009) e Carlos Eduardo Suprinyak (2008).

⁶⁴ Sobre a Estrada da Mata e sua ampliação, realizada por João da Silva Machado, ver especialmente o trabalho de Luiz Adriano Gonçalves Borges (2014, p. 76-82).

sociedade para a condução de tropas (BORGES, 2014, p. 106). Dois irmãos de David Pacheco também estavam inseridos no negócio. Eram eles: Antônio dos Santos Pacheco e Joaquim Pacheco da Silva Resende.⁶⁵

Além da sociedade que teve com Pacheco, José da Silva Machado associou-se, na década de 1820, com Antônio da Silva Prado, Barão de Iguape. Segundo Luís Adriano Gonçalves Borges, “Prado havia acumulado um grande cabedal através do comércio de açúcar e de arrematação de contratos”, passando a atuar, a partir dos anos 1820, no comércio de animais (BORGES, 2014, p. 97). Esta sociedade, entre os anos de 1827 e 1830, “foi responsável por cerca de um quarto a um terço do total de animais registrados em Sorocaba” (BORGES, 2014, p. 98). O laço que unia Machado e Prado via sociedade comercial, foi estreitado pelo matrimônio de seus filhos. Em 1835, Francisca de Paula da Silva, filha do Barão de Antonina, casou-se com Joaquim da Silva Prado, filho do Barão de Iguape.

Outro familiar dos Prates envolvido no comércio de muares era João Raimundo da Silva Jr., apresentado por Suprinyak como um dos grandes proprietários dos animais que passaram pela barreira de Itapetininga nas décadas de 1850 e 1860, com 5.168 animais registrados. Trata-se de um dos filhos de João Raimundo da Silva Santos e Cândida Nepomuceno Prates. Cândida era irmã de Fidélis, Fidêncio e Francisco. João Raimundo da Silva Santos era irmão de Clara Florinda de Avelar, de modo que os irmãos Prates – Fidélis, Fidêncio e Francisco – eram seus sobrinhos e ao mesmo tempo cunhados. Assim, João Raimundo da Silva Jr. era sobrinho e primo dos irmãos Prates.

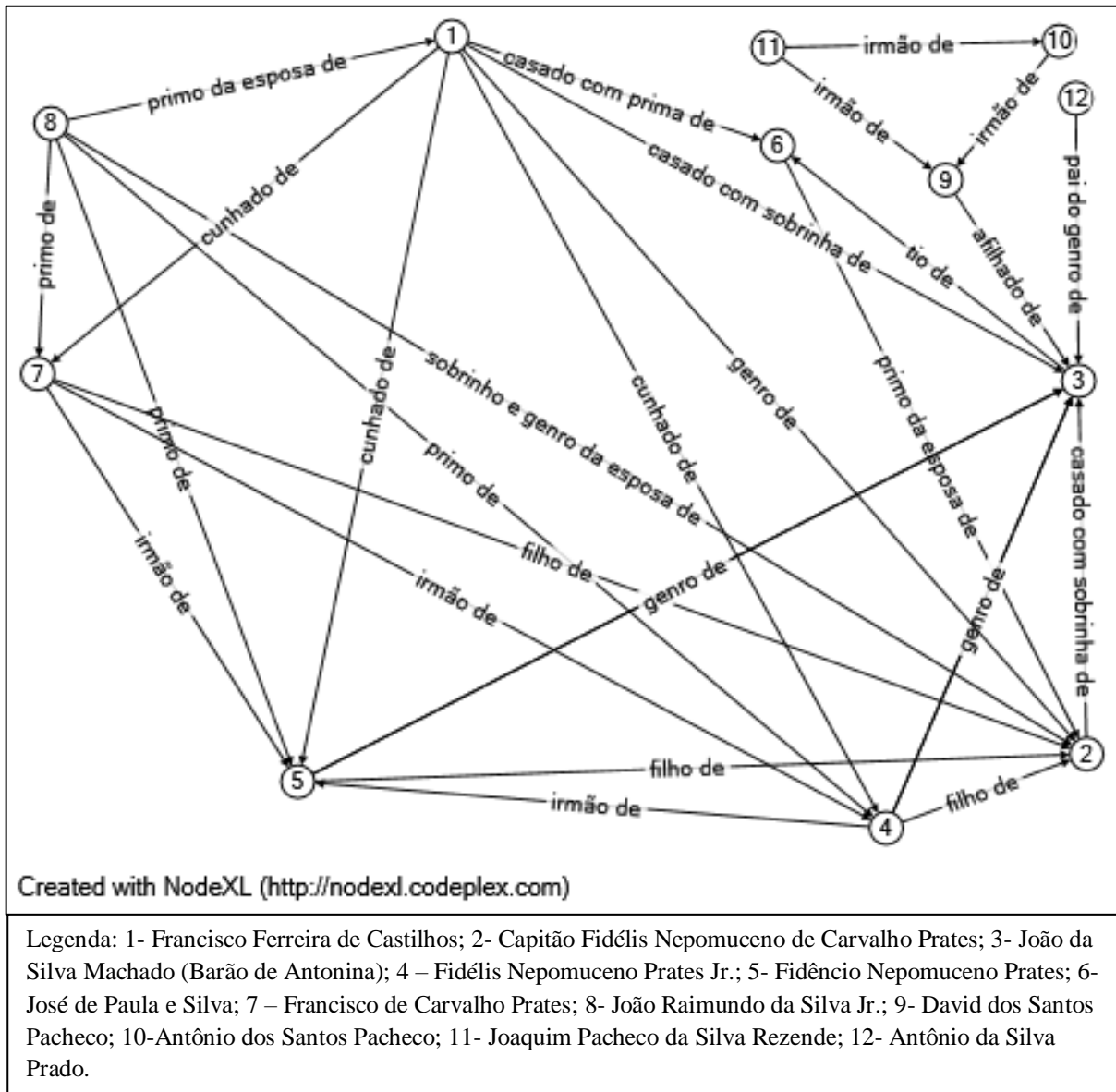
Por fim, temos ainda José de Paula e Silva, sobrinho do Barão de Antonina e, portanto, primo de Clara Florinda de Avelar, mãe de Carolina Prates de Castilhos. José de Paula e Silva foi, segundo Suprinyak (2008, p. 124) o proprietário do maior número de tropas registradas na Barreira de Itapetininga entre 1857 e 1869. Além disso, diferente de muitos proprietários, ele próprio conduziu a maior parte de suas tropas. Segundo a documentação da Barreira de Itapetininga, Paulo e Silva era proprietário de 21 tropas que totalizavam 10.781 animais (SUPRINYAK, 2008, p. 124).

Referindo-se a José de Paula e Silva, Suprinyak chama atenção para o fato de que “o maior proprietário de tropas do período de Itapetininga não possuía título algum” (SUPRINYAK, 2008, p. 125). Ele não era, entretanto, um tropeiro qualquer. Era filho do Barão de Ibicuí e sobrinho do Barão de Antonina. Temos assim um grupo bastante significativo de

⁶⁵ Segundo Borges (2014), o Barão de Antonina conheceu a família Pacheco porque ambos residiam na Lapa, (Vila do Príncipe) próximo ao registro do Rio Negro, na província do Paraná.

proprietários e comerciantes de tropas ligados entre si por laços de parentesco, como se pode ver pela figura que segue:

Figura 4 – Relações de parentesco entre proprietários-comerciantes de tropas



Fonte: Figura elaborada no software *Excel NodeXL* com base em informações de APERS, Inventários; APERS, Testamentos; AHRs, APABF, Genealogia João Rodrigues Prates, maço 7, doc. 24; PEREIRA (2004a).

Com auxílio da figura “4”, é possível visualizar a existência de laços de parentesco entre doze grandes proprietários presentes no comércio de muares que ligava o Rio Grande do Sul às províncias de Paraná e São Paulo. Note-se que as setas que unem os círculos numerados (indivíduos) especificam o tipo de relação existente. Assim, por exemplo, a seta que parte de

Francisco Ferreira de Castilhos (círculo 1) em direção ao Capitão Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates (círculo 2) indica que o primeiro era genro do último. Tem-se, nesta figura, a presença de um grupo fechado – os círculos 1 a 8 – que aparecem interconectados, unidos entre si por laços de parentesco. Há um pequeno grupo externo – círculos 9 a 11 – e um círculo isolado (o de número 12). Ambos, entretanto, estão relacionados ao grupo maior por estarem ligados a um de seus membros, o Barão de Antonina (círculo 3).

O grupo de comerciantes de muares representado na figura era responsável por um significativo volume dos negócios realizados no Paraná e em São Paulo. Se somarmos todos os animais registrados na barreira de Rio Negro e Itapetininga no período 1830-1869 – um total de 1.393.925 animais –, este grupo era responsável por 6,7% dos animais registrados. Entretanto, os números tomam maior significado quando consideramos o percentual relativo aos maiores proprietários.

Conforme o Registro de Rio Negro⁶⁶, o Barão de Antonina, Fidélis Nepomuceno Prates Jr., David dos Santos Pacheco, Antônio dos Santos Pacheco e Joaquim Pacheco da Silva Rezende faziam parte do grupo de 17 maiores proprietários de tropas.⁶⁷ Para termos uma ideia, juntos eles transportaram 40.084 animais durante o período 1831-1854⁶⁸, o que corresponde a mais de 43% do total de animais transportados pelos 17 maiores proprietários.⁶⁹ Já em relação aos 20 maiores proprietários registrados na Barreira de Itapetininga entre 1854 e 1869, a participação dessa rede de comércio subiu para 44%, aparecendo os nomes de João da Silva Machado, Fidélis Nepomuceno Prates⁷⁰, Francisco Ferreira de Castilhos, Fidélis Nepomuceno Prates Jr., João Raimundo da Silva Jr., David dos Santos Pacheco e Joaquim Pacheco da Silva Rezende. Especificamente Francisco Ferreira de Castilhos aparece como o quarto maior proprietário, com 8.020 animais.

⁶⁶ O Registro de Rio Negro foi criado em 1829 com o intuito de evitar o contrabando, visto que muitos condutores de tropa que subiam pelo caminho de Viamão desviavam do Registro de Curitiba. Sobre os caminhos das tropas e a instalação dos registros ver o trabalho de Carlos Eduardo Suprinyak (2008).

⁶⁷ Suprinyak não especifica os critérios para a seleção dos 17 maiores proprietários registrados na documentação que consultou. Apenas aponta tratar-se de “uma lista dos principais proprietários de tropas registrados na documentação de Rio Negro, tanto sob a ótica das tropas quanto dos animais conduzidos” (SUPRINYAK, 2008, p. 117). Segundo o autor, “Durante o período em funcionamento do registro de Rio Negro, 1.693 proprietários” aparecem nos registros. Já para Itapetininga o número é de 1494 proprietários (SUPRINYAK, 2008, p. 82).

⁶⁸ Suprinyak especifica que analisou o período utilizando apenas os “anos financeiros para os quais” encontrou “os dados relevantes, sendo eles: 1831/31 a 1835/36; 1840/41 a 1841/42; 1843/44 a 1851/52; e 1853/54”. Apesar de ter encontrado “dados para os dois primeiros semestres dos anos financeiros 1842/43 e 1852/53”, não os incluiu na análise (SUPRINYAK, 2008, p. 70).

⁶⁹ Conforme dados da Tabela V.4 Principais proprietários de tropas registrados na documentação do Registro do Rio Negro apresentada por Suprinyak (2008, p. 118).

⁷⁰ Este Fidélis Nepomuceno Prates pode ser o pai Capitão Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates ou então tratar-se de Fidélis Nepomuceno Prates Jr., visto que algumas vezes, na documentação que consultamos, seu nome aparece sem o designativo “Júnior”.

Como nosso maior interesse são as atividades desenvolvidas por Francisco Ferreira de Castilhos buscamos, em sua correspondência passiva, maiores detalhes da atuação que teve no comércio de muares. Nesta busca, acabamos por identificar a existência de uma rede de comércio de animais envolvendo Francisco e alguns dos indivíduos presentes na figura 4.

Remetendo-nos a Michel Bertrand, temos que as redes sociais constituem um “complejo sistema relacional que permite la circulación de bienes y servicios, tanto materiales como inmateriales, dentro de un conjunto de relaciones establecidas entre sus miembros, que los afecta a todos, directa o indirectamente y mui desigualmente” (BERTRAND, 2000, p. 74).⁷¹ Tal definição pode ser em boa medida aplicada à rede de comércio que identificamos, com algumas ressalvas. Primeiramente cumpre levar em consideração que estamos muito longe de trabalhar com a complexidade deste sistema relacional, visto que nos limitamos a identificar apenas a existência de laços parentais entre os membros da rede, sendo muito provável que outros tipos de laços estivessem presentes. Assim, não temos, dados os limites desta pesquisa, a dimensão completa desta rede de comércio. O que identificamos é uma rede de comércio que atravessa uma família, sendo possível perceber que os laços familiares foram fundamentais, visto que seus membros agiram em prol de um objetivo comum, qual seja, o sucesso nos negócios.

É preciso também considerar que esta é uma análise em grande medida sincrônica, visto que não acompanhamos a reconfiguração desta rede ao longo do tempo. Trabalhamos apenas com momentos de sua existência, mas deixamos de acompanhar seu movimento, por exemplo, após a morte de Francisco Ferreira de Castilhos.

Michel Bertrand assinala como um limite dos estudos de redes sociais, a dependência que nós, historiadores, temos em relação às fontes. Isto porque, é através delas que “identificamos con facilidad a los miembros de una red a partir del momento en que ésta entra en acción” (BERTRAND, 1999, p. 115). Foi exatamente o que aconteceu, uma vez que a partir das fontes – no caso as cartas recebidas por Francisco nas décadas de 1850 e 1860 – observamos uma rede de comércio de animais em ação e assim identificamos alguns de seus membros.

A rede de comércio que identificamos se pautava na circulação de informações e favores entre seus membros, visando o sucesso individual na atividade comercial em questão. Ainda que cada um estivesse envolvido em seus próprios negócios, de algum modo também participava dos negócios de outros membros. O caso que conseguimos acompanhar mais detidamente, sobretudo em função das fontes disponíveis, foi a movimentação desta rede em

⁷¹ Sobre redes sociais ver ainda Michel Bertrand (2000; 2002a; 2002b).

prol dos negócios de Francisco Ferreira de Castilhos. A correspondência revela facetas deste envolvimento.

José de Paula e Silva escreveu a Castilhos de Sorocaba, em 27 de maio de 1862. Informava sobre a “horrrível” e “desanimadora” feira que ocorreu em Sorocaba e sobre sua decisão de retornar com as tropas para as invernações do Paraná, acreditando que o mesmo aconteceria com as tropas de Castilhos, que ainda não haviam chegado.⁷² Mas Paula e Silva não era somente informante. Como é possível perceber pela carta de Fidêncio Nepomuceno Prates a um sobrinho, datada de 1864, Francisco e José faziam viagens de negócios juntos. Na carta, escreveu Fidêncio: “Por carta de nosso tio Antonina escrita do Rio de Janeiro, [...] soubemos de que o mano Castilhos com o primo José de Paula vinham embarcados até Paranaguá”.⁷³ Mesmo depois do falecimento de Francisco, José de Paula e Silva permaneceu cuidando dos negócios da família. Em 1873 efetuou uma cobrança de dívida em Sorocaba a favor do inventário de Francisco.⁷⁴

Fidêncio, por sua vez, mantinha Castilhos informado das condições das feiras que ocorriam no centro do país, aconselhando o cunhado sobre como melhor proceder com seus negócios. Assim, por exemplo, a três de agosto de 1857, escreveu de São Paulo. Entre notícias familiares, informava Castilhos das dificuldades que se abatiam sobre o comércio de mulas na feira de Sorocaba, ocasionadas pela grande oferta de animais e pelas falhas que enfrentava a lavoura do café.⁷⁵ Diante deste quadro, aconselhava:

Entendo ser preferível no atual quadro de negócios vender as tropas em Missões, e não tocá-las por sua conta para vender na Província do Paraná, ou na próxima feira em Sorocaba; porque é muito de recear que tão breve não

⁷² Carta de José de Paula e Silva a Francisco Ferreira de Castilhos. Sorocaba, 27 de maio de 1862. Localização: AHRS, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos - Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 4, doc. 64.

⁷³ Carta de Fidêncio Nepomuceno Prates a um sobrinho. São Paulo, 02 de maio de 1864. Localização: AHRS, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos - Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 4, doc. 97A catalogação apontou de forma equivocada como destinatário da carta Francisco Ferreira de Castilhos.

⁷⁴ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93, f. 139v.

⁷⁵ Observe-se que as motivações da crise do comércio de mueres apontadas por Fidêncio em sua carta a Castilhos – a excessiva oferta de animais e a crise na lavoura de café – corroboram as afirmações de Carlos Eduardo Suprinyak. O autor, discordando de explicações que apontavam como causa da crise do comércio de mueres em Sorocaba distúrbios na oferta de animais, ocasionados por questões climáticas e de produção, afirma que “a crise da década de 1860 foi desencadeada primordialmente por fatores de demanda” (SUPRINYAK, 2008, p. 57-58). Em relação à crise cafeeira, Suprinyak aponta que, no fim da década de 1850 e início da década 1860, houve uma queda nas exportações de café. Argumenta que ao observar “a evolução do volume de café exportado anualmente pelo Brasil neste período, percebemos que os anos iniciais da década de 1860 são marcados por um brusco declínio – a exportação cai de um patamar de quase 3,6 milhões de sacas no ano financeiro de 1860/61 para pouco mais de 2,4 milhões em 1861/62, não passando de 2 milhões de sacas em 1863/64” (SUPRINYAK, 2008, p. 59).

melhore este gênero de negócio a vista das sobras de bestas na próxima passada feira e sobretudo do grande número d'elas existente em Missões [...].⁷⁶

Como veremos mais adiante, Francisco Ferreira de Castilhos possuía uma fazenda em que criava animais no município de São Gabriel. Como residia em São Martinho, distrito do município de Cruz Alta, seus negócios em São Gabriel eram acompanhados de perto pelos Prates, que lá residiam. Em 1866, Francisco Prates, o irmão mais novo de Carolina, escreveu ao cunhado Castilhos informando que:

Este ano venderam 18 bois seus e duas vacas, sendo 8 a 14 réis e 10 a 12 réis e as vacas a 16 réis somando tudo a quantia de 252\$000 réis. Esta quantia acha-se em meu poder e d'ela já tenho tirado pequenas parcelas, para pagar a palha para coberta e [ilegível] do rancho e para pagar o Eustáquio e Gregório.⁷⁷

Em relação ao Barão de Antonina, tio-avô de Carolina e sogro de Fidélis e Fidêncio, encontramos evidência de sua intervenção a favor de Francisco na cobrança de dívidas. Em agosto de 1865, Camilo Maria Ferreira Armond, o Barão de Prados⁷⁸, escreveu a Francisco participando-o da impossibilidade momentânea de cobrar a dívida de José Tomaz de Aquino, morador de Barbacena. O Barão de Prados fazia referência a uma carta que Francisco lhe havia enviado meses antes e outra que lhe fora enviada pelo Barão de Antonina tratando do assunto. Ao que se pode supor, Francisco contava com a intervenção do Barão de Antonina junto ao Barão de Prados para efetuar a cobrança. Fica assim assinalada a importância da relação que Francisco possuía com o Barão de Antonina, uma vez que esta lhe dava acesso a outros indivíduos – como o Barão de Prados –, o que poderia ser fundamental para o sucesso nos negócios.

Ainda pela correspondência de Francisco podemos constatar que, quando viajava ao Rio de Janeiro para efetuar cobranças, era na casa do Barão de Antonina que se hospedava. Sabemos, por exemplo, que, em meados de 1866, Francisco empreendeu uma viagem, passando pelas províncias do Paraná e de São Paulo, para depois ir até o Rio de Janeiro. Segundo informações de sua esposa em carta datada de sete de junho daquele ano, Francisco viajara para

⁷⁶ Carta de Fidêncio Nepomuceno Prates a Francisco Ferreira de Castilhos. São Paulo, 3 de agosto de 1857. Localização: AHRS, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos - Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 3, doc. 28.

⁷⁷ Carta de Francisco Prates a Francisco Ferreira de Castilhos. Cahira, 27 de maio de 1866. Localização: AHRS, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos - Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 4, doc. 127. Está catalogado como local de origem Cachoeira, mas verificamos tratar-se da Fazenda da Cahira, propriedade do Capitão Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates, em São Gabriel.

⁷⁸ Sobre o Barão de Prados ver a dissertação de mestrado de Marjorie Rocha Cohn (2013), intitulada *A fazenda Santa Sofia: cafeicultura e escravidão no Vale do Paraíba Mineiro, 1850-1882*.

vender tropas e realizar cobranças. Carolina escreveu: “muito estimarei tenha feito boa venda de suas boas tropas ainda mais desejo que tenha feito algumas cobranças”.⁷⁹ No mês seguinte, quem escrevia a Francisco era o cunhado Fidélis Nepomuceno Prates Jr. e a carta, endereçada ao Rio de Janeiro, revela o local em que Castilhos se encontrava: “Em casa do Exmo. Sr. Barão de Antonina”.⁸⁰

De todos os familiares negociantes de animais, era com Fidélis Nepomuceno Prates Jr. que Francisco mantinha uma relação mais estreita. Fidélis, que residia em São Paulo, atuava nesta província como um representante dos interesses financeiros do cunhado. É o que nos sugere a documentação. A *Lista de créditos pertencentes ao Senhor Francisco Ferreira de Castilhos e que estão em poder do Senhor Fidélis Nepomuceno Prates Júnior*⁸¹, contendo anotações de créditos e débitos dos negócios de Castilhos; as letras⁸² do Registro de Sorocaba referentes ao pagamento de impostos sobre passagens de animais na Barreira de Itapetininga, assinadas em conjunto por Francisco Ferreira de Castilhos e Fidélis Nepomuceno Prates Jr.⁸³; a *Relação dos créditos pertencentes a casa do Senhor Francisco Ferreira de Castilhos*⁸⁴, apresentada por Fidélis por ocasião do processo de inventário de Castilhos, são apenas alguns dos documentos que evidenciam a atuação conjunta de Francisco e Fidélis nos negócios realizados em Sorocaba e no Paraná. A estas evidências devemos somar as inúmeras cartas

⁷⁹ Carta de Carolina Prates de Castilhos a Francisco Ferreira de Castilhos. Fazenda da Reserva, 7 de junho de 1866. Localização: AHRS, APJC, Série 2 – Assuntos Familiares, Subsérie 4 – Carolina Prates de Castilhos - Correspondência enviada, caixa 2, maço 7, doc. 1. Consta equivocadamente catalogado no APJC com a data de 7 de maio.

⁸⁰ Carta de Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates a Francisco Ferreira de Castilhos. São Paulo, 14 de julho de 1866. Localização: AHRS, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos - Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 4, doc. 134.

⁸¹ . Lista de créditos, sem data. Nesta Lista de Créditos assinada por Fidélis, estão listados os devedores a Francisco Ferreira, com seus respectivos fiadores, valores devidos e vencimentos. Localização: AHRS, APJC, Serie 1 – Assuntos Familiares, Subsérie 1 – Francisco Ferreira de Castilhos - Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 3, doc. 4.

⁸² As letras eram espécies de guias de arrecadação de impostos sobre o trânsito de tropas. Segundo Cássia Maria Baddini, no “caminho para o sul, foram criadas Barreiras para aplicação dos rendimentos na conservação da Estrada Geral e ramificações. Em 1836, logo após a aprovação da lei, o governo provincial instalou agências em Castro, Guarapuava e Príncipe – hoje a cidade de Lapa –, localizadas em território do atual Estado do Paraná. Em 1849, criou uma barreira em Itapetininga e, em 1851, uma Barreira verificadora em Sorocaba para controlar aquela arrecadação” (BADDINI, 2002, p. 63).

⁸³ Imposto por transporte de animais – Francisco Ferreira de Castilhos e Fidélis Nepomuceno Prates Jr. Sorocaba, 23 de maio de 1861. Localização: AHRS, APJC, Serie 1: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos - Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 3, doc. 52; e Imposto pela passagem de animais – Francisco Ferreira de Castilhos e Fidélis Nepomuceno Prates Jr. Sorocaba, 23 de maio de 1861. Localização: AHRS, APJC, Serie 1: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos - Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 3, doc. 53.

⁸⁴ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93, f. 48-48v.

enviadas por Fidélis a Francisco tratando do comércio de mulas em Sorocaba e da cobrança de dívidas derivadas destes negócios.⁸⁵

A *Relação dos créditos pertencentes a casa do Senhor Francisco Ferreira de Castilhos* a que fizemos referência consistia em uma lista de devedores e sua respectiva dívida para com Francisco. Nesta lista, Fidélis apontava serem “estes os documentos de dívidas, que tenho em meu poder”. Além de apontar os devedores e o valor devido, Fidélis fornecia detalhes sobre o processo de cobrança, demonstrando seu envolvimento direto com os negócios do cunhado. Entre os devedores apontava o nome de Francisco Ribeiro da Luz Filho, morador da província de Minas Gerais, que devia a Francisco 168,217 libras esterlinas (1:680\$000 réis), crédito que foi firmado no ano de 1868, em Sorocaba, proveniente, muito provavelmente, da compra de mulas. Sobre esta dívida Fidélis anotava: “Não tendo pago tem sido procurado; promete pagar, e consta que suas circunstâncias não são más”.⁸⁶

Vê-se, portanto, Francisco inserido em uma rede de comércio de animais, especialmente de mulas, que tinha nas feiras realizadas em Sorocaba seu principal destino.⁸⁷ As atividades comerciais dos indivíduos envolvidos nesta rede não podem ser compreendidas de forma descolada das atividades de alguns familiares de gerações anteriores. Segundo Borges, José da Silva Machado, que aos 18 anos de idade fez a sua primeira viagem à feira de Sorocaba, ampliou “sua inserção no negócio de animais” quando “se casou com Ana Ubaldina do Paraíso Guimarães, na década de 1810, filha de um prestigiado negociante de animais dos Campos de Curitiba, Manoel Gonçalves Guimarães” (BORGES, 2014, p. 26).

Segundo Fábio Kuhn (2006), David dos Santos Pacheco (o número 9, na Figura 4), afilhado de João da Silva Machado, foi introduzido na atividade de comércio de tropas por seu padrinho. Mas, David dos Santos Pacheco, que se tornou mais tarde o Barão dos Campos Gerais, era também afilhado de José dos Santos Pacheco, irmão de Luís Vicente Pacheco de Miranda, condutor de tropas de mulas que era genro de Jerônimo de Ornelas (HAMEISTER, 2002; KUHN, 2006). Jerônimo de Ornelas, era “natural da ilha da Madeira, sendo um dos primeiros habitantes de Viamão a receber carta de sesmaria, ainda na década de 1730” (HAMEISTER, 2002, p. 216). Antes, porém, morando em Laguna, atuou no tropeirismo, sendo

⁸⁵ Estas cartas podem ser encontradas em: AHRS, APJC, Serie 1: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos - Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maços 3 e 4.

⁸⁶ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93, f. 48-48v.

⁸⁷ Sobre Sorocaba e a importância dos muares e do tropeirismo, ver o trabalho de Carlos de Almeida Prado Bacellar (2001).

que suas três filhas mais velhas contraíram matrimônio com outros tropeiros: José Leite de Oliveira, Francisco Xavier de Azambuja e Manuel Gonçalves Meirelles (KUHNS, 2006, p. 218).

É muito válida, portanto, a conclusão de Fábio Kuhn ao apontar que, “quando olhamos de perto o funcionamento do comércio de animais na região sulina e as famílias que atuavam nele, encontramos redes parentais exercendo por um século e meio as variadas atividades de negócios de tropas de gado muar” (KUHNS, 2006, p. 222). Castilhos se inseriu, portanto, em uma rede comercial constituída por membros de uma família – os Prates – que atuavam no comércio de muares há mais de um século. Assim como Castilhos fez uso dela para obter sucesso nos negócios, é provável que outros membros também o tenham feito, mas que, nos limites de nossa análise, que teve como ponto de observação o pai de Júlio de Castilhos, não foi possível identificar. Essa rede assumia novas configurações ao longo do tempo. Assim como a entrada de Castilhos na família provocou uma reconfiguração da rede de comércio, outros eventos familiares como casamentos e falecimentos podem ter provocando outras tantas reconfigurações dessa rede.

Deve-se considerar, ainda, que essa rede da qual Francisco fazia parte não era uma sociedade. Afora pequenas sociedades estabelecidas entre alguns de seus membros – como a existente entre João da Silva Machado e David dos Santos Pacheco, entre 1833 e 1843 (BORGES, 2014, p. 98) – a rede, que contava com relações de parentesco entre seus membros, se pautava no auxílio mútuo visando o sucesso dos negócios individuais de cada um, seja trocando informações, afiançando dívidas, fornecendo créditos ou representando um ao outro nos negócios. Além do que, as ligações sociais e políticas de alguns de seus membros, abriam possibilidades de melhores e mais seguros negócios.

Tiago Gil (2009), estudando a atividade tropeira ao final do século XVIII, e início do XIX, assinalou que esta era uma atividade mercantil aberta a muitos, “não apenas a membros salientes de uma elite local” (GIL, 2009, p. 56). Ainda assim, o mesmo autor considera que “não era qualquer um que podia montar uma tropa” (GIL, 2009, p. 57). Para empenhar-se no negócio era necessário dispor de campos e recursos, visto que “uma tropa deveria demandar mais de uma internada, talvez, no mínimo, de algum pasto temporário”, além da “necessidade de fundos de compra, o custeio das tropas e o pagamento dos altos impostos” (GIL, 2009, p. 57). Segundo Gil, essas eram “ocasiões em que o crédito e a fiança se faziam mais do que necessários” (GIL, 2009, p. 57).⁸⁸ Estes, certamente, não estavam ao alcance de todos. Mas Francisco os possuía e sua relação com os Prates pode ter sido fundamental para isso.

⁸⁸Segundo as fontes, as internadas são campos utilizados para o descanso e engorda de animais. Os tropeiros que conduziam mulas do sul para o Paraná e Sorocaba, alugavam internadas pelo caminho.

Como não era natural da região, pode-se pensar que parte importante de seu prestígio – que lhe abria possibilidades de crédito – devia-se à família de sua esposa. Chama a atenção em seu inventário que, quando faleceu, Francisco devia mais de nove mil libras esterlinas (ou mais de 90 contos de réis), ou seja, 21% de todo o seu patrimônio estava comprometido em dívidas, que foram saldadas por ocasião da partilha da herança. Diante de uma dívida tão alta, poderíamos questionar quem, naquele contexto, poderia acumular uma dívida tão grande; ou, ainda, quem possuiria crédito para acumular uma dívida tão expressiva.

As respostas possíveis sinalizam para a posição social do devedor. Uma tão significativa dívida poderia ser acumulada por quem possuísse o capital para saldá-la e/ou por quem detinha prestígio suficiente para contraí-la. Ambos parecem ter sido o caso de Francisco. As mais de 9.000 libras que devia sinalizam menos para o fato de possuir dificuldades financeiras e mais para o prestígio que acumulava, uma vez que o acesso ao crédito lhe era facilitado.

Entre os credores de Francisco de Castilhos estavam instituições financeiras como o Banco Mauá, para quem devia 2.334,709 libras (23:316\$968 réis) e a Casa Chaves & Almeida⁸⁹, de Porto Alegre, a quem devia 647,971 libras (6:471\$350 réis), derivados da aquisição de produtos e letras sacadas. Mas havia também particulares como Guilherme Wellington, que mantinha uma escola em Santa Maria e que havia emprestado a Castilhos quatro contos de réis; e o Major José Alves Valença, de Santa Maria da Boca do Monte, correspondendo a 1.337,856 libras (13:361\$300 réis).

Segundo Jonas Vargas, o “estancieiro José Alves Valença, nas décadas de 1850 e 1860, tornou-se o cidadão mais influente de Santa Maria”, graças a “uma série de alianças mantidas com alguns políticos” (VARGAS, 2010a, p. 294). Assim como o sogro de Francisco, Capitão Fidélis, José Alves Valença também havia lutado na Revolução Farroupilha (1835-1845). Não podemos descartar, portanto, uma proximidade entre os Valença e os Prates, o que pode ser fundamental para que José Alves Valença se tornasse credor de Francisco.

Outra dívida que chama a atenção é a que possuía com o Registro de Sorocaba, no valor de 752,971 libras (7:520\$000 réis), relativos a 3.008 bestas transportadas para a feira de Sorocaba. Isso ocorria porque o imposto sobre transporte de animais nem sempre era pago no ato. No caso de Francisco, consultando as poucas guias de pagamento de imposto por transporte

⁸⁹ Segundo Vania Herédia (2000), a “Casa Comercial dos Chaves & Almeida havia sido fundada a 20 de outubro de 1866, por Antônio Chaves Barcellos e Francisco José de Almeida, com capital de R\$.26:000\$000, explorando inicialmente fazendas e miudezas” (HERÉDIA, 2000, p.5). Mais tarde, já no século XX, passaram a se dedicar à indústria têxtil.

de animais que encontramos, observamos que o prazo utilizado para pagamento variava, o que explica a existência desta dívida considerável no momento de seu falecimento.

Em 23 de maio de 1862 foi paga a letra de número 114 de 23 de maio do ano anterior, no valor de 1:482\$000 réis, relativo ao direito “dos animais que passaram na Barreira de Itapetininga em 30 de Abril de 1861”.⁹⁰ Outras vezes, entretanto, o pagamento foi mais demorado, como se vê na letra número 115 do Registro de Sorocaba datada de 23 de maio de 1861 no valor de 1:324\$000 relativo ao direito de animais que haviam passado na Barreira de Itapetininga em primeiro de maio daquele mesmo ano. A letra foi saldada somente três anos depois, em 23 de maio de 1864.

Pertencente a uma família de aristocratas, como era o caso dos Prates, Francisco também galgou importante posição social. Quando em 1866 viajou ao Rio de Janeiro, hospedando-se na casa do Barão de Antonina, não era esta uma viagem que tinha por intuito apenas vender tropas e realizar cobranças, como sugeriram as cartas de sua esposa e de seu cunhado, Fidêncio.⁹¹ Francisco foi ao Rio de Janeiro para “solicitar de V. M. Imperial a graça de uma comenda”.⁹²

Segundo o requerimento que apresentava em 26 de julho de 1866, o pedido era feito “para que seus filhos conheçam que a Municicência Imperial nunca se faz esperar sempre que o cidadão distingue-se no serviço do país”. Tratava-se, segundo Francisco, de “serviços prestados à bem da reunião das forças que marcharam d’aquela Município [de Cruz Alta]” e dos donativos que fez de “trezentos e cinquenta cavalos para a montaria das mesmas forças sob as ordens do Brigadeiro José Gomes Portinho, donativos que avulta no valor de sete contos de reis em relação ao preço porque então se comprava cavalos para o Estado”.⁹³

Conforme averiguamos, a doação da cavahada ocorreu por ocasião da Guerra do Paraguai. Entre os anexos que Francisco apresentava como comprovação dos serviços que prestou estava um ofício do Brigadeiro José Gomes Portinho, datado de setembro do ano anterior, 1865, no qual este afirmava:

⁹⁰ Imposto por transporte de animais – Francisco Ferreira de Castilhos e Fidélis Nepomuceno Prates Jr. Sorocaba, 23 de maio de 1861. Localização: AHRS, APJC, Serie 1 – Assuntos Familiares, Subsérie 1 – Francisco Ferreira de Castilhos Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 3, doc. 52.

⁹¹ Fazemos referência às cartas de Carolina e Fidélis, já citadas anteriormente: Carta de Carolina Prates de Castilhos a Francisco Ferreira de Castilhos. Fazenda da Reserva, 7 de junho de 1866. Localização: AHRS, APJC, Série 2 – Assuntos Familiares, Subsérie 4 – Carolina Prates de Castilhos - Correspondência enviada, caixa 2, maço 7, doc. 1.; Carta de Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates a Francisco Ferreira de Castilhos. São Paulo, 14 de julho de 1866. Localização: AHRS, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos - Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 4, doc. 134.

⁹² Requerimento de Francisco Ferreira de Castilhos a Vossa Majestade Imperial. Rio de Janeiro, 26 de julho de 1866. As transcrições que seguem no próximo parágrafo são do mesmo documento. Localização: AN, FOH, Graças Honoríficas. CASTILHO, Francisco Ferreira de.

⁹³ Idem.

Foi-me entregue a presada carta de V. S^a. datada do 1º do corrente mês, em que me declarava V. S^a., que não podendo acudir pessoalmente a santa cruzada em que se levanta a província para castigar o estrangeiro insolente que ousa polui-la com sua presença, mas que desejando para ela concorrer de algum modo, faz doação ao Estado de trezentos e cinquenta cavalos gordos e mansos, para a montaria da Divisão que comando, os quais põem a minha disposição na internada em que se acham. Reconhecido a semelhante ato de patriotismo me é grato responder que aceito o valioso donativo de V. S^a, e que levarei ao conhecimento do Governo imperial e de S. Ex^a o Sr. General em Chefe do Exército.⁹⁴

Gomes Portinho ainda dava instruções de como Francisco deveria realizar a entrega dos cavalos: “E como se me apresentasse voluntário para a campanha o irmão de V. S^a. Ignácio Ferreira de Castilho, sirva-se V. S. entregar-lhe a cavallhada para que a conserve e trate na internada em que está, até que eu a mande buscar”.

Em novembro do mesmo ano, em carta a Francisco, Gomes Portinho requeria o envio dos cavalos: “O Srº Ignácio deve vir o mais pronto possível a se me reunir devendo trazer a cavallhada e os praças voluntários, as quais já foram contadas no Corpo do Serafim”.⁹⁵ Ao que pudemos supor, além de doar cavalos, Francisco também havia atuado na reunião de voluntários para participar da Guerra do Paraguai.⁹⁶ Eram esses os “serviços” que prestara ao país e pelos quais, no ano seguinte, requeria “a graça de uma comenda”.

Alguns meses antes de viajar ao Rio de Janeiro e apresentar seu requerimento ao governo imperial, Francisco recebeu um ofício enviado por Vicente Pereira de Melo, do quartel do comando da 1ª Companhia da 22ª Seção da Reserva em São Martinho. Nele, datado de 27 maio de 1866, Melo afirmava:

De ordens superiores que recebi, para tirar a lista, de todos os cidadãos que nesta presente conjuntura prestaram seus Elegantes serviço, e como sei que Vossa Senhoria deu grande número de cavallhada e assim tenha a bondade de mandar-me o número que deu e a quem foram entregues para bem de eu remeter esta Lista, ao Exmo. Snr. Presidente, outrossim julgo que esta lista é para o governo gratificar a todos os que ajudaram com seus bens [...].⁹⁷

⁹⁴ Ofício de José Gomes Portinho a Francisco Ferreira de Castilho. São Bernardo, 06 de setembro de 1865. Localização: AN, FOH, Graças Honoríficas. CASTILHO, Francisco Ferreira de.

⁹⁵ Carta de José Gomes Portinho a Francisco Ferreira de Castilho. São Bernardo, 12 de novembro de 1865. Localização: AN, FOH, Graças Honoríficas. CASTILHO, Francisco Ferreira de.

⁹⁶ Sobre o recrutamento de voluntários para a Guerra do Paraguai ver IZECKSOHN, 2001.

⁹⁷ Ofício de Vicente Pereira de Melo a Francisco Ferreira de Castilhos. São Martinho, 27 de maio de 1866. Localização: AHRS, APJC, Serie 1: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos - Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 4, doc. 128.

Como se percebe, Francisco adiantou-se, apresentando, ele próprio, requerimento para receber graça pelos serviços que prestara. O governo imperial, atendendo ao seu pedido, concedeu a ele o título de Comendador da Ordem da Rosa⁹⁸, por decreto de 28 de agosto de 1866.⁹⁹ Em setembro, quando já havia retornado da viagem, Francisco recebeu uma carta de Alexandre José de Guimarães, na qual este oferecia “os meus sinceros parabéns pelo despacho que acaba de ter do oficialato da ordem da rosa; pois quem presta serviços deve ter recompensa”.¹⁰⁰ Em novembro do mesmo ano, José Xavier Ferreira, na condição de procurador de Francisco, apresentava requerimento solicitando ao governo imperial permissão para prestar juramento e solicitar o diploma do Oficialato da Rosa, com que foi agraciado Castilhos.¹⁰¹

A Guerra do Paraguai constituiu, para Francisco, a oportunidade de obter benefícios. Além da graça da comenda, outros ganhos eram possíveis, como demonstra um atestado datado de dezembro de 1865 e assinado pelo brigadeiro José Gomes Portinho, do quartel do comando da Divisão de Guarda Nacional de Cima da Serra. Portinho atestava que havia comprado cavalos de Francisco Ferreira de Castilhos e requeria que o pagamento fosse efetuado:

comprei do Sr. Francisco Ferreira de Castilho, em virtude de autorização que me foi concedida pelo Exmo. Snr. General Comandante em Chefe do Exército duzentos cavalos mansos e gordos, para montaria da Divisão de meu comando, à preço de vinte mil réis cada um; e para que o dito Snr. Castilho possa haver o seu pagamento da Repartição competente mandei passar o presente em duplicada, que assino.¹⁰²

Observe-se que a compra de cavalos realizada por Portinho ocorreu em período muito próximo à doação de cavalos realizada por Francisco. Assim, pode-se levantar a possibilidade

⁹⁸ A Ordem da Rosa foi criada em 1829 pelo Imperador D. Pedro I “em comemoração ao seu casamento com a princesa d. Amélia de Leuchtenberg” (SILVA, 2013, p. 45-46). Camila Borges da Silva (2013) aponta que enquanto D. Pedro I condecorou penas 189 pessoas com a Ordem da Rosa, uma vez que a ordem havia sido criada já ao final de seu reinado, D. Pedro II condecorou 15.146 pessoas no período 1840-1889. Sobre as Ordens Honoríficas no Império Brasileiro ver Silva (2013).

⁹⁹ Requerimento encaminhado ao Ministério do Império solicitando seu procurador José Xavier Ferreira, licença para prestar juramento necessário, a fim de que possa seu constituinte gozar a mercê da Ordem da Rosa. [s.l.], 1866. Localização: FBN – BRASIL. Fundo Coleção Documentos Biográficos. CASTILHO, Francisco Ferreira de, capitão. Original, manuscrito. Código de referência: C-0977,037.

¹⁰⁰ Carta de Alexandre José Guimarães a Francisco Ferreira de Castilhos. Rio de Janeiro, 05 de setembro de 1866. Localização: AHRs, APJC, Serie 1: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos - Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 4, doc. 142.

¹⁰¹ Requerimento encaminhado ao Ministério do Império solicitando seu procurador José Xavier Ferreira, licença para prestar juramento necessário, a fim de que possa seu constituinte gozar a mercê da Ordem da Rosa. [s.l.], 1866. Localização: FBN – BRASIL. Fundo Coleção Documentos Biográficos. CASTILHO, Francisco Ferreira de, capitão. Original, manuscrito. Código de referência: C-0977,037.

¹⁰² Atestado de compra de cavalos por José Gomes Portinho. Quartel do Comando da divisão da Guarda nacional de Cima da Serra no Inhacapedim, 03 de dezembro de 1865. Localização: AHRs, APJC, Série 2: Assuntos Familiares; Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos – Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 4, doc. 121.

de parte dos cavalos doados (200 dos 350 cavalos doados) terem sido, na realidade, vendidos. Entretanto, esta é apenas uma possibilidade, que não temos como confirmar. O que sabemos é que Francisco concorreu com o fornecimento de cavalos à Guerra do Paraguai e isto lhe rendeu, mais do que ganhos monetários, destaque social com a obtenção de uma comenda imperial.

Segundo Camila Borges da Silva, “as ordens honoríficas”, entre as quais se inclui a Ordem da Rosa, “eram instrumentos que capitaneavam os desejos de ascensão hierárquica e de distinção dos habitantes do Brasil” (SILVA, 2013, p. 48). Assim, o recebimento da condecoração pode ter significado para Francisco o ápice da construção de sua fortuna, que não era somente material, mas também imaterial, como membro que se tornou de uma importante família do Rio Grande do Sul com laços estendidos até São Paulo e a Corte.

Como se percebe, Francisco recebeu o título cinco anos antes de falecer. Não foi, portanto, o fato de se tornar comendador que lhe garantiu distinção social. Mais importante para tanto foram os laços de parentesco e a proximidade relacional que teve com seus cunhados Fidélis e Fidêncio e, especialmente, com o Barão de Antonina. O título honorífico que recebia, neste sentido, apenas referendava sua posição de destaque.

Percebe-se ainda que o fato de não ser natural da região não se tornou um impedimento para que assumisse posição de destaque na sociedade do Planalto sul-rio-grandense. Como membro da família Prates, ampliou seu círculo de relações, o que fazia dele uma referência na sociedade local.

Essa posição de destaque é percebida na carta enviada por Félix Xavier da Cunha a Francisco Ferreira de Castilhos, a quem chamava de “Respeitável parente e amigo”. Félix, entretanto, não conhecia Francisco, como ele próprio admite em sua carta: “Não o tendo encontrado n’este lugar, como esperava, para ter a satisfação de fazer uma visita e conhecer a Vossa Senhoria, como prometi ao meu par^{te}. e amigo o Senhor Capitão Fidélis, com quem estive na Caieira [...]”.¹⁰³ Note-se que Félix também nomeia o Capitão Fidélis de “parente e amigo”, o que nos leva a pensar que o remetente talvez possuísse algum parentesco para com os Prates e estivesse estendendo-o a Francisco, especialmente em um momento em que era interessante mobilizar todos os laços possíveis em busca de apoio eleitoral.

Félix da Cunha era natural de Porto Alegre. Filho de estancieiro, depois de formado em Direito, pela Faculdade de São Paulo, em 1854, retornou à província e passou a atuar na política. Como demonstra Jonas Vargas, sob a proteção política de Manuel Luís Osório, foi eleito

¹⁰³ Carta de Félix Xavier da Cunha a Francisco Ferreira de Castilhos. São Martinho, 17 de junho de 1860. Localização: AHRS, APJC, Serie 1: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos - Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 3, doc. 41.

deputado provincial em 1856, pela Contra-Liga, agremiação partidária de predominância liberal formada em oposição à Liga, onde dominavam os conservadores. (VARGAS, 2010b, p. 60). Na década seguinte, exerceu a chefia do Partido Liberal Histórico fundado por Osório, pelo qual concorreu à deputação geral em 1860. Foi por ocasião deste pleito que, a 17 de junho de 1860, escreveu a Francisco Ferreira de Castilhos pedindo-lhe apoio para sua candidatura:

[...] vou por este meio dirigir-lhe meus cumprimentos e solicitar de Vossa Senhoria o seu muito valioso auxílio a favor de minha candidatura à deputação geral por este círculo.

Ignoro se meu par^{te}. tem já algum compromisso, mas qualquer que ele seja, presumo que não se verá em embaraços para servir-me, visto ter de votar cada eleitor em dois nomes; e eu me julgaria minimamente honrado se Vossa Senhoria me distinguisse com um de seus votos, sendo eleitor, e se quisesse alcançar [ilegível] igual favor de seus numerosos amigos, se o [ilegível] que obtenha com a maior facilidade atentas [ilegível] justas e gerais simpatias de que goza, por suas eminentes qualidades.¹⁰⁴

Félix da Cunha acabou sendo eleito, mas não sabemos se Francisco lhe concedeu o apoio requisitado. De todo o modo, na carta de Félix fica evidenciado o papel de destaque de Castilhos na sociedade local, dada a influência que poderia ter sobre outros eleitores.

Os Prates também souberam fazer uso da influência de Francisco no povoado de São Martinho. Anos antes, em 1854, era o bispo Dom Feliciano Rodrigues Prates, tio de Carolina Prates, quem enviava um ofício a Francisco informando que, por ocasião da criação de um Seminário Episcopal na província e diante da “deficiência de meios pecuniários nossos”, eram nomeadas “Comissões em todos os Municípios, Vilas e Freguesias” com a tarefa de “solicitar de nossos Diocesanos e Concidadãos algumas esmolas para a edificação desta casa”.¹⁰⁵ Informava também que, em São Martinho, a comissão seria formada por Francisco Ferreira de Castilhos, pelo General Mor Francisco de Paula e Silva, Tenente Coronel João Padilha, José Joaquim Brizola e pelo Reverendo Vigário. Francisco e os demais membros da comissão conseguiram arrecadar 554\$000 réis¹⁰⁶ de um total de 28 contribuintes.¹⁰⁷

¹⁰⁴ Carta de Félix Xavier da Cunha a Francisco Ferreira de Castilhos. São Martinho, 17 de junho de 1860. Localização: AHRS, APJC, Serie 1: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos - Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 3, doc. 41.

¹⁰⁵ Ofício do Bispo Dom Feliciano Prates a Francisco Ferreira de Castilhos. Residência Episcopal na Vila de São Gabriel, 14 de junho de 1854. Localização: AHRS, APJC, Serie 1: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos - Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 3, doc. 21.

¹⁰⁶ Carta do Bispo Feliciano a Francisco Ferreira de Castilhos. Palácio da Lapa, 17 de agosto de 1855. Localização: AHRS, APJC, Serie 1: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos - Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 3, doc. 24.

¹⁰⁷ Assinatura de contribuintes para o Seminário. São Martinho, 28 de julho de 1854. Localização: AHRS, APJC, Serie 1: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos - Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 3, doc. 22.

Assim, inserido através do laço matrimonial com Carolina na família Prates, um mundo muito mais amplo e seguro de negócios ligados à criação e venda de animais, bem como um círculo maior de relações sociais se abriu para Francisco Ferreira de Castilhos, permitindo a construção de sua fortuna.

Quando faleceu, em 1871, quase três décadas depois de seu casamento, Francisco deixava para seus herdeiros uma fortuna considerável, que somava 34.357,357 libras ou 343:130\$356 réis.¹⁰⁸ Era ela onze vezes maior que a herança deixada por seu pai, Carlos Moreira de Castilhos, pouco mais de uma década antes. Portanto, foram as atividades econômicas desenvolvidas por Francisco depois de deixar a casa paterna e casar com Carolina Prates as responsáveis por seu enriquecimento. Parte importante de seu sucesso derivava do fato de estar inserido em uma rede de comércio de animais controlada pelos Prates e pelo barão de Antonina.

Para termos uma ideia mais clara da riqueza de Francisco Ferreira de Castilhos, comparamos sua fortuna com outras encontradas na província do mesmo período. Para tornar possível a comparação, utilizaremos o valor do monte-mor do inventário, que corresponde à soma dos bens sem o desconto das dívidas devidas pela herança, uma vez que é este o valor utilizado por outros historiadores. No caso do inventário de Francisco, tem-se um monte-mor no valor de 43.430,094 libras ou 433:740\$691 réis.

Luís Augusto Ebling Farinatti (2010a) aponta, para a década de 1861-1870, em Alegrete, na região da Campanha sul-rio-grandense, uma média de monte bruto de 3.476,500 libras em um total de 51 inventários analisados.¹⁰⁹ Percebe-se que a fortuna de Castilhos estava muito acima da média encontrada por Farinatti. Para estudar a elite agrária de Alegrete, o autor selecionou 16 inventários no período 1831-1870 que possuíam as maiores fortunas, estabelecendo como ponto de corte, fortunas superiores a 10 mil libras esterlinas. Ou seja, em um universo de 205 inventários analisados pelo autor, apenas 16 possuíam fortunas superiores a 10 mil libras. Se elevássemos o ponto de corte para 40 mil libras esterlinas, contemplando a faixa de fortuna de Castilhos, em Alegrete, em todo o período, encontraríamos apenas dois inventários nesta faixa de riqueza. Também na região da Campanha, Luciano Gomes Costa (2008), analisando os 23 inventários de São Gabriel com presença de rebanhos bovinos,

¹⁰⁸ Este valor corresponde ao monte-partilha do inventário, tendo sido descontadas do monte-mor as dívidas pendentes (Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93).

¹⁰⁹ Segundo Graciela Garcia, a “Campanha rio-grandense localiza-se na fronteira-oeste do Rio Grande [do] Sul, um espaço ao mesmo tempo de encontro e limites entre Brasil, Argentina e Uruguai” (GARCIA, 2010, p. 42).

cavaleiros e muaras, no período de 1846-1851, encontrou apenas um com fortuna acima de 10 mil libras esterlinas.

Deslocando-se mais ao sul, para Pelotas, região dedicada à produção charqueadora, é possível encontrar fortunas muito maiores às encontradas por Farinatti. Eram, também, muito superiores à fortuna de Castilhos. No universo de inventários de charqueadores que encontrou, Vargas destaca, para o período 1850-1900, a existência de um total de onze processos com monte-mor acima de 50 mil libras esterlinas. Francisco Castilhos estava bem abaixo desse corte. Destes onze, apenas quatro ficavam na faixa entre 50 e 60 mil libras. Todos os demais tinham valores muito superiores, sendo que quatro apresentavam uma fortuna superior a 140 mil libras.¹¹⁰

Ainda que o monte-mor do inventário de Castilhos ficasse bem abaixo da faixa de fortuna dos charqueadores de Pelotas na segunda metade do século XIX, a comparação com outras regiões da província permite colocá-lo como parte integrante do seleto grupo da elite econômica da província. Ele fazia parte, portanto, da elite regional que, dedicada às atividades econômicas pecuárias e conectada ao mercado interno brasileiro, acumulava fortuna que possibilitava a sua família o acesso a privilégios como instrução e ocupação de cargos políticos. Sobre estes aspectos, trataremos mais adiante. Neste momento, atentemos para o fator econômico de sua condição de elite. Mais importante do que a comparação e constatação em relação ao tamanho de sua fortuna, é compreender a origem e composição dela.

Para tanto, o inventário *post-mortem* de Francisco pode nos ajudar. Sabe-se das limitações desta fonte documental. Além de corresponder a uma imagem do momento em que foi produzido, não reproduzindo a riqueza familiar ao longo do tempo, o inventário *post-mortem* ainda pode ser incompleto, já que dados podem não estar presentes em virtude de antecipações de herança não declaradas, pagamentos de dotes ou mesmo omissão de bens. Há, ainda, de se considerar que a avaliação dos bens pode subvalorizar. Ainda assim, essa imagem, mesmo que estática, pode nos fornecer importantes informações acerca das condições econômicas da família do inventariado e indícios de suas atividades econômicas. Além do que, documentos anexos ao processo possibilitam análise mais ampla e diacrônica. Deriva desta condição a riqueza de informações fornecidas por esta fonte, sobretudo quando cruzada com outras fontes, como aqui faremos.

Observando a distribuição dos bens da família Castilhos constante no inventário de Francisco, temos a seguinte distribuição de bens:

¹¹⁰ Ver Tabela 9.3 em VARGAS, 2013, p. 378.

Tabela 1 – Distribuição dos Bens de Francisco Ferreira de Castilhos

Distribuição de bens	Valor em mil-réis	Valor em Libras	
		Esterlinas	Em %
Bens de Raiz	168:300\$000	16.851,739	39%
Bens Móveis	3:219\$000	322,316	1%
Semoventes Animais	139:471\$000	13.965,115	32%
Semoventes Escravos	24:850\$000	2.488,210	6%
Dívida Ativa	97:900\$691	9.802,715	22%
MONTEMOR	433:740\$691	43.430,094	100%
Dívida Passiva	90:610\$335	9.072,737	21%
MONTE PARTILHA	343:130\$356	34.357,357	

Fonte: Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93.

Atentando para os dados apresentados na tabela acima, observa-se que a maior parte do patrimônio da família estava concentrada em bens de raiz (39%) e animais (32%), que juntos, somavam mais de 70% de toda a riqueza. Em relação aos bens de raiz, cumpre destacar que as propriedades da família estavam distribuídas em três municípios: São Gabriel, Cruz Alta e Santa Maria.

Em São Gabriel, também local de residência do pai de Carolina, a família Castilhos possuía campos, ranchos, currais e uma casa com benfeitorias, além de um terreno na praça da matriz. Sabemos que este último foi comprado por Francisco do cunhado Fidélis Nepomuceno Prates.¹¹¹ As demais propriedades em São Gabriel podem ter sido adquiridas através de herança, por ocasião do falecimento de Clara Florinda de Avelar. Em seu testamento, datado de 1865, o Capitão Fidélis afirmava, sobre os filhos do primeiro matrimônio, que “foram todos inteirados de sua legítima materna”.¹¹² Infelizmente não conseguimos localizar o inventário de Clara Florinda de Avelar para obter maiores informações e assim comprovar nossa suspeita.

Em São Martinho, município de Cruz Alta, além da Fazenda da Reserva, a família possuía outras propriedades: cerca de duas léguas de campo denominado Sortiga com matas, invernoada, casas, mangueiras e benfeitorias; mais de duas léguas de campos com casas, mangueiras e benfeitorias denominadas Boa Vista e Taquará; uma légua de extensão

¹¹¹ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93, f. 7v.

¹¹² Testamento. Testador: Fidélis Nepomuceno de Carvalho; Testamenteira: Cândida Flora de Carvalho Prates. Localização: APERS, Provedoria, São Gabriel, *Testamento*, Ano 1865, maço 6, n. 129, f. 1.

correspondente à invernada da Várzea; e, uma légua de extensão de terras lavradas na Serra Geral de São Martinho, com paiol e benfeitorias. Por fim, na vila de Santa Maria da Boca do Monte, município vizinho de Cruz Alta, a família era proprietária de um quarto de légua de mato.

Consta ainda, no inventário de Francisco, outras propriedades que não foram avaliadas “por não se conhecer a extensão” e “por faltarem outras informações”. Trata-se de “uns matos na Costa do Rio Vacacahy” e “um campo sito no lugar denominado São Francisco de Paula de Cima da Serra de Santo Antônio da Patrulha”.¹¹³ Esta última posse sabemos que Francisco adquiriu como pagamento de uma dívida devida por seu pai, Carlos Moreira de Castilhos, quando da partilha de bens após seu falecimento, em 1858.¹¹⁴

Observe-se, a partir da descrição dos bens de raiz, que a maior parte era propriedades rurais, com grande destaque para os campos e invernadas, propícias para a criação de animais. Como visto, juntamente aos bens de raiz, os animais compunham a maior parte do patrimônio da família. Evidencia-se, pela quantidade de animais inventariados, que somam mais de 15 mil cabeças de diferentes rebanhos, a predominância da atividade pecuária nas propriedades dos Castilhos. Como já mencionamos anteriormente, através do matrimônio com Carolina Prates, Francisco fez do comércio de animais, assim como seus cunhados e outros familiares, sua principal fonte de renda.

Os dados de seu inventário demonstram que Francisco criava animais tanto na Fazenda da Reserva, em São Martinho, quanto na propriedade que possuía em São Gabriel. Conforme destacado pela historiografia, a atividade pecuária era praticada em grande escala nestas regiões da província, adquirindo importância econômica central. São Gabriel estava localizado na Campanha sul-rio-grandense, uma região que era, até o início do século XIX, espaço missionário. Conforme Maximiliano Menz, que analisa a dissolução do espaço missionário após 1801 e sua incorporação ao restante do Rio Grande do Sul, a região sul deste espaço, “através da pecuária bovina, ligou-se com as zonas charqueadoras em torno de Pelotas, permanecendo como um importante posto de contrabando de gado trazido da Banda Oriental” (MENZ, 2001, p. 77).

¹¹³ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93, f. 46.

¹¹⁴ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Carlos Moreira de Castilhos; Inventariante: Umbelina Amália de Castilhos. Localização: APERS, Juizado de Órfãos, Santo Antônio da Patrulha, *Inventário*, Ano 1858, maço 7, n. 218, f. 66v.

Assim também a região em que surgiu o município de Cruz Alta em 1834, no Planalto da província, antes território missioneiro, graças a sua fitogeografia marcada pela presença de campos nativos e ervais, teve seu desenvolvimento econômico ligado, em grande parte, ao estabelecimento de propriedades dedicadas à criação de animais, ao extrativismo de erva-mate e à agricultura. Segundo Zarth, “a economia regional [do Planalto] durante o século XIX esteve assentada na pecuária e no extrativismo de erva-mate, e sustentada por uma agricultura de subsistência” (ZARTH, 1997, p. 78).

Apesar dos criadores representarem apenas 4% da população do distrito de São Martinho classificada com profissão no Censo de 1872, eles representavam parte essencial da economia local. Paulo Afonso Zarth (1997) e Thiago Leitão Araújo (2008), ao tratarem da estrutura econômica e produtiva da região de Cruz Alta, sinalizaram para a importância da atividade de criação de animais. Segundo Zarth, a “pecuária representou durante todo o século XIX a principal atividade econômica do planalto gaúcho” (1997, p. 78). Francisco Ferreira de Castilhos era um entre os 153 criadores existentes no município.

Ao analisar a composição dos rebanhos da família Castilhos, apresentadas a seguir no Quadro 1, algumas considerações merecem ser tecidas. Observe-se, em primeiro lugar, como característica da atividade criatória de suas propriedades, a diversificação dos rebanhos. Reses, cavalos, burros e ovelhas eram criados nas duas propriedades.

Em São Martinho, ainda há de se acrescentar a presença em número bastante elevado de muars. Isto em nada difere do que foi observado por Zarth (2002) ao analisar os dados dos inventários *post-mortem*, no período 1811-1881. O autor aponta como característica da atividade criatória do município de Cruz Alta a diversificação de rebanhos, assinalando a presença de animais vacum, cavalos, muar e ovino.¹¹⁵ Essa mesma prática de uma pecuária diversificada, tanto por parte dos criadores quanto criadores-lavradores, também foi observada por Helen Osório (2007) ao analisar a estrutura produtiva do Rio Grande do Sul no período anterior ao focado por Zarth.

Do mesmo modo, a diversificação dos rebanhos encontrada para o caso analisado não destoia da constatação feita por Araújo (2008) em relação aos demais criadores do município de Cruz Alta: a diversificação dos rebanhos era a principal característica de muitas propriedades. Ainda que analisando outro município, no caso Caçapava no período 1821-1850, André

¹¹⁵ Ver especialmente o quadro elaborado pelo autor *Perfil da Pecuária nas Estâncias de Alguns Municípios* (ZARTH, 2002, p. 235).

Nascimento Corrêa (2013) também observou a diversidade de rebanhos nas propriedades criatórias.¹¹⁶

¹¹⁶ Ver especialmente gráfico 2, Tamanho dos rebanhos por década em Caçapava, 1821-1850 (CORREA, 2013, p. 40). Neste gráfico fica evidenciada a presença constante da diversificação da criação de animais, além de destacar a grande predominância de gado vacum.

Quadro 1 – Animais por rebanho de propriedade do casal Castilhos

Rebanhos	Descrição rebanho	Animais S. Gabriel		Animais em S. Martinho		Total		Valor unitário em mil-réis	Valor total em mil-réis	Valor total em Libras Esterlinas	% em nº de animais	% em valor do rebanho
		Em nº	Em %	Em nº	Em %	Em nº	Em %					
Vacum	Reses de criar xucras	3600	45,8%	4257	54,2%	7857	100	8\$000	62:856\$000	6.293,719		
	Reses de criar mansas	0	0%	484	100%	484	100	8\$000	3:872\$000	387,700		
	Bois mansos	46	18,5%	203	81,5%	249	100	20\$000	4:980\$000	498,643		
	Novilhos	240	18,5%	1054	81,5%	1294	100	16\$000	20:704\$000	2.073,074		
	TOTAL VACUM	3886	39,2%	6028	60,8%	9914	100	-	92:412\$000	9.253,137	65,75%	66,26%
Muares	Mulas xucras	0	0%	2108	100%	2108	100	14\$000	29:512\$000	2.955,012		
	Mulas mansas	0	0%	192	100%	192	100	24\$000	4:608\$000	461,395		
	TOTAL MUARES	0	0%	2300	100%	2300	100	-	34:120\$000	3.416,407	15,25%	24,46%
Cavalares	Cavalos mansos	80	16,0%	420	84,0%	500	100	16\$000	8:000\$000	801,033		
	Éguas de criar	280	18,0%	1279	82,0%	1559	100	2\$000	3:118\$000	312,203		
	Éguas de criar xucras	0	0%	66	100%	66	100	2\$000	132\$000	13,217		
	Potros	0	0%	103	100%	103	100	8\$000	824\$000	82,506		
	TOTAL CAVALAR	360	16,2%	1868	83,8%	2228	100	-	12:074\$000	1.208,960	14,78%	8,66%
Burros	Burros\burros bureiros	80	51,0%	77	49,0%	157	100	1\$000	157\$000	15,720		
	Burros trabalhadores	0	0%	29	100%	29	100	12\$000	348\$000	34,845		
	TOTAL BURROS	80	43,0%	106	57,0%	186	100	-	505\$000	50,565	1,23%	0,36%
Ovinos	Ovelhas	200	44,4%	250	55,6%	450	100	0\$800	360\$000	36,046		
	TOTAL OVINOS	200	44,4%	250	55,6%	450	100	-	360\$000	36,046	2,99%	0,26%
	TOTAL GERAL					15078			139:471\$000	13.965,115	100%	100%

Fonte: Quadro elaborado com base em: Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93.

Apesar de o gado *vacum* compor a maior parte dos rebanhos de Francisco, tanto em termos de animais quanto de valor, devemos considerar a importância da criação de mulas. Pelo quadro se percebe que elas compunham 15,25% dos animais dos Castilhos e, em valor, representavam 24,46%. Essa discrepância do percentual de animais e de valores deve-se, em grande medida, ao fato de que as mulas possuíam um valor unitário maior que as reses. Enquanto a cabeça de rês foi avaliada em oito mil réis, a mula xucra valia 14 mil réis e a mula mansa 24 mil réis. Mesmo que estes preços possam não corresponder ao valor de mercado, uma vez que nos inventários, muitas vezes, os valores podem ser subestimados, são, ainda assim, um bom indicativo das vantagens monetárias que a criação de muares poderia representar.

Observando os demais tipos de rebanhos percebemos um grande número de éguas de criar e burros, de cujo cruzamento era possível se obter mulas. Assim, pode-se avaliar que a criação de mulas era parte essencial da produção das fazendas dos Castilhos. Lembremos que São Martinho era distrito de Cruz Alta, apontada por Araújo (2008) como região caracterizada economicamente pela criação de gado *vacum* e muar, de modo que a composição dos rebanhos de Francisco de Castilhos seguia a tendência da região.¹¹⁷

A importância da criação de mulas ganha nova dimensão quando consideramos as dívidas ativas constantes no inventário.¹¹⁸ Do total de 9.802,715 libras (97:900\$691 réis) que Francisco tinha a receber, conseguimos identificar que pelo menos 95% era proveniente de transações comerciais de tropas de mulas realizadas em São Paulo. Assim, além dos 34 contos de réis que possuía em muares, outros 94 contos de réis provinham do comércio de mulas, de modo que estas representavam praticamente um terço do patrimônio total da família Castilhos.

Entre estas dívidas estava um documento no valor de 3.874,999 libras esterlinas (38:700\$000 réis), referentes à “Importância de uma tropa de bestas em número de novecentas” que haviam sido vendidas na província de São Paulo.¹¹⁹ Também consta no inventário a existência de uma dívida ativa no valor de 5.580,899 libras (55:737\$000 réis) referente a seis documentos que estavam em poder do Comendador Fidélis Nepomuceno Prates, seu cunhado, em São Paulo. Na *Relação dos créditos pertencentes a casa do Senhor Francisco Ferreira de*

¹¹⁷ O período que analisamos, de início da década de 1870, corresponde, segundo Araújo, à retomada da alta do comércio de muares, que havia enfrentado um decréscimo na década anterior (ARAÚJO, 2008, p. 99). Vale lembrar que Leandro Goya Fontella (2013), analisando um total de 110 inventários da Vila de São Borja, na região missioneira, correspondente ao período 1828-1858, encontrou em 104 processos descrição de rebanhos que sinalizavam para atividade pecuária. Em 77 deles (que representam o elevado percentual de 74%), havia indícios de criação de muares.

¹¹⁸ Uma análise crítica do arrolamento de dívidas ativas em Inventários pode ser vista no capítulo 10 da tese de Tiago Gil (2009, p. 253-279).

¹¹⁹ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93, f. 43v

Castilhos enviados por Fidélis Nepomuceno Prates atendendo à solicitação do juiz, constam quatro dívidas ativas firmadas em Sorocaba nos anos de 1863, 1864, 1865 e 1868. É plausível supormos que estas derivavam de negócios relacionados à venda de muares na feira de Sorocaba.¹²⁰ Essa atividade, como já mencionamos, estava diretamente ligada à família Prates, que também se dedicava ao comércio de muares, sendo Francisco parte de uma rede de comércio de mulas das mais significativas.

Cumprе destacar que maior importância adquirem os negócios de muares se considerarmos que não há, no inventário de Francisco, qualquer quantia em dinheiro. Todo o dinheiro que possuía estava acumulado em crédito. Se observarmos que suas dívidas passivas (aproximadamente 9.072 libras) somavam um valor muito parecido ao das dívidas ativas (cerca de 9.802 libras), e que, como demonstramos, estas últimas estavam diretamente conectadas ao comércio de mulas, confirma-se a dependência da economia familiar à atividade do comércio de muares.¹²¹

Somando os dados das três guias da barreira de Itapetininga que conseguimos localizar, relativas ao ano financeiro de 1860\1861, temos que Francisco teria transportado 1626 bestas e 11 cavalos naquele ano. Cruzando com as informações apresentadas por Suprinyak, de que pela barreira de Itapetininga passaram, naquele ano financeiro, um total de 57.043 muares e 7.021 cavalos, temos que o número de bestas transportado por Francisco de Castilhos correspondia a 2,85% do total, lembrando que este percentual pode ser maior, uma vez que só encontramos três guias.

Mas, para além do comércio de bestas no Paraná e São Paulo, Francisco também comercializava gado vacum. Este constitui, como demonstra do Quadro 1, o percentual de 65,75% do número total de animais criados pelos Castilhos. Em termos de valor, 66,26% do total de animais presentes no inventário de Francisco correspondiam a vacuns. Corrêa (2013), ao analisar os a presença de animais em inventários de Caçapava no período de 1821-1850, observou a mesma predominância vacum. Na década de 1840, estes representaram 78% do total de animais presentes nos inventários analisados pelo autor.

¹²⁰ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93, f. 48-48v.

¹²¹ Em relação às dívidas devidas por Francisco quando de seu falecimento, parte estava ligada também ao comércio de mulas. Entretanto, a escassez de informações no detalhamento destas dívidas no inventário não permitiu determinar a origem de todas elas. Ainda assim, o processo especifica que havia duas dívidas, que somavam quase 753 libras esterlinas, para com o registro de Sorocaba. Uma dívida decorria do direito sobre a venda de 900 bestas e outra do direito sobre 2108 bestas. (Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. f. 44v. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93).

Do mesmo modo que destaca a predominância dos vacuns entre os rebanhos, Corrêa (2013) aponta que o mesmo pode ser observado quanto aos valores. Na análise geral dos 132 inventários com animais, correspondente a três décadas (1820, 1830 e 1840), o autor observou que o rebanho vacum representava 80% do valor total dos rebanhos. Para o caso de Alegrete, estudado por Farinatti (2010a), no período 1861-1870, em um total de 181 inventários analisados pelo autor, os bovinos representavam 72,4% do total de animais inventariados e 84,2% do valor dos animais inventariados, ou seja, um percentual mais elevado se considerado o conjunto de animais das propriedades de Castilhos.¹²²

A análise do rebanho vacum de Castilhos e a comparação realizada com outros estudos evidencia a predominância de gado vacum como característica da criação de animais no Rio Grande do Sul no século XIX. Mais do que isto, evidencia que a economia pecuária era central na província, a qual também se integrava, como é possível perceber, Francisco Ferreira de Castilhos. Ele pode ser considerado um grande criador de animais, sobretudo se adotarmos os critérios estabelecidos por outros historiadores para classificar os criadores.

Helen Osório (2007), tratando da segunda metade do século XVIII, classificou os maiores proprietários como possuidores de mais de cinco mil cabeças de gado vacum. No levantamento de 240 inventários no período 1765-1815 que fez, encontrou apenas quatro unidades produtivas no Rio Grande com mais de cinco mil cabeças. Em comparação, Francisco possuía mais de seis mil cabeças de gado vacum somente em São Martinho. Somando com o gado vacum de São Gabriel, era possuidor de quase dez mil cabeças de gado.

Deve-se levar em conta que o período que analisamos, início da década de 1870, ainda corresponde a um período de recuperação da pecuária vacum. Conforme apontado por Farinatti (2010a), a situação da pecuária era delicada em todo o Rio Grande do Sul no período que se seguiu à Revolução Farroupilha, com significativa diminuição do número de animais. Foi somente a partir da década de 1860 que haveria uma recuperação da pecuária bovina (FARINATTI, 2010a, p. 113).

Ainda em relação ao gado vacum, observe-se a predominância nas propriedades de Castilhos de reses de criar xucras em detrimento das reses de criar mansas. Estas últimas representavam apenas 5,8% das reses de criar e estavam presentes apenas na propriedade de São Martinho. Como observou Farinatti (2010b), essa era a tendência. Segundo o autor, “nas grandes estâncias, com rebanhos que superavam as 2.000 reses, a média de animais mansos foi de apenas 10%” (FARINATTI, 2010b, p. 76). Isto porque o costeio do gado exigia mais mão-

¹²² Ver especialmente a tabela 2.2 Participação dos tipos de animais no rebanho total (Alegrete, 1831-1870) (FARINATTI, 2010a, p. 110).

de-obra, de modo que os estancieiros tinham preferência em manter as reses xucras, até porque, como observou o mesmo autor, xucro não significava necessariamente selvagem, mas apenas com um grau menor de domesticação.¹²³

Observe-se que as 484 reses de criar mansas de Francisco, que demandavam investimentos em mão-de-obra para o amansamento, estavam todas em São Martinho, sede das propriedades da família e onde, como veremos, estava concentrada a maior parte da mão-de-obra. É interessante notar que no inventário de Francisco Ferreira de Castilhos não há a diferença de valor entre gado xucro e manso observado por Osório (OSÓRIO, 2007, p. 138).¹²⁴ No caso por nós analisado, tanto as reses de criar mansas quanto as xucras possuíam o mesmo valor, oito réis por cabeça.

O que era feito com esse gado? A venda para as charqueadas parece ter sido o destino de parte dos vacuns de Francisco de Castilhos. Paulo Zarth faz referência aos escritos de Evaristo Afonso de Castro, um jornalista cruz-altense que, em publicação de 1887, destacava a importância do comércio de gado da região do Planalto com as charqueadas. Segundo Castro,

A exportação de gado vacuum para as charqueadas da província e principalmente de Pelotas constitui ramo mais seguro de comércio de animais, tendo todos os anos saído em maior ou menor escala, o que não se dá com o das mulas que é muito sujeito a paralização ou pouca demanda (CASTRO *apud* ZARTH, 1997, p. 82).

Apesar de não termos encontrado nenhum documento que comprove a efetiva venda de rebanhos para as charqueadas, podemos supor que ela ocorria por conta de uma carta, sem data, enviada por Cândido Antônio Costa a Francisco de Castilhos. Nesta, Costa recomendava seu irmão, José Bonifácio da Costa, de Pelotas, como comprador das tropas de Francisco para as charqueadas. Consultando a lista de votantes de Pelotas, de 1865, José Bonifácio aparece como

¹²³ Segundo Farinatti, para aquele contexto, gado xucro poderia significar apenas um grau menor de domesticação, intermediário entre o gado alçado e o gado manso. Assim especifica o autor: “Ao gado xucro era aplicada uma intensidade menor de manejo, sem garantir um nível mais forte de controle. Contudo, havia um limite para essa diminuição da intensidade do costeio. [...] Assim, a palavra ‘xucro’ não pode ser tomada aqui como sinônimo exato de gado não-domesticado. A designação de ‘reses xucras’ até podia incluir dentro desse rebanho reses realmente alçadas, mas, em maioria, designava reses com um certo grau de domesticação, localizado entre os extremos ocupados pelo que se considerava gado manso, de um lado, e alçado, de outro” (FARINATTI, 2010b, p. 75).

¹²⁴ Segundo a autora, que tem sua análise centrada na segunda metade do século XVIII e início do século XIX, as “reses mansas custavam, no mínimo, 23% a mais que o gado xucro, diferenciação essa encontrada desde a década de 1750” (OSÓRIO, 2007, p. 137).

comerciante.¹²⁵ Ao que se pode supor, ele comprava tropas de estancieiros e as revendia aos charqueadores. Escreveu Cândido:

Junta tem Vossa Senhoria a carta de que lhe falei para meu mano José Bonifácio da Costa, de Pelotas, e espero que a ele se dirigirá quando tiver de mandar tropas para aquelas charqueadas, e que quando tenha tido relações com ele e o julgar digno a sua proteção, o recomende aos seus amigos da campanha para lhe consignarem suas tropas.¹²⁶

Jonas Vargas (2013), ao analisar o mercado de gado para as charqueadas de Pelotas, apontou a existência de três distintas formas de transação de animais. A primeira era dependente de agentes e negociantes. Neste caso, tropas de desconhecidos chegavam em Pelotas “por intermédio de agentes e negociantes que as vendiam aos charqueadores” (VARGAS, 2013, p. 293). Mas havia ainda outra maneira: criadores que possuíam negócios pré-acordados com charqueadores; e a *tablada*, ou seja, o mercado ou feira de gado de Pelotas, onde os charqueadores compravam diretamente o gado, sem a presença de intermediários. Interessanos, aqui, a primeira forma de transação, visto que parece ser nela que se inclui o destino do gado de Francisco tratado por Costa na carta.

Segundo Vargas “comumente os charqueadores adiantavam dinheiro aos seus agentes que partiam para o interior da província ou cruzavam a fronteira para comprar tropas de gado dos grandes estancieiros, trazendo as mesmas para as charqueadas durante a época das safras” (VARGAS, 2013, p. 293). Entretanto, segundo o autor, o contrário também ocorria, uma vez que grandes “estancieiros podiam ter parentes e agentes envolvidos com a formação das tropas para remetê-las à Pelotas, tornando este mercado repleto de intermediários” (VARGAS, 2013, p. 294). No caso que analisamos, a transação era um pouco distinta.

O negócio seria realizado de forma consignada, de modo que Francisco somente receberia pelas tropas depois que José Bonifácio vendesse aos charqueadores. Deriva desta condição a importância de que esse atravessador fosse alguém de confiança, portanto, que tivesse recomendação. Compreende-se então o pedido de Cândido Costa: Castilhos, que possuía relações com estancieiros da Campanha – lembrando que possuía também propriedade em São Gabriel –, seria o protetor de José Bonifácio, recomendando-o aos seus conhecidos.

¹²⁵ Lista Geral dos Cidadãos Qualificados Votantes no 1º Distrito de Pelotas. Pelotas, 03 de fevereiro de 1865. Localização: APERS, maço 2. Agradeço à gentileza do professor Dr. Paulo Moreira por ceder a planilha com a lista de qualificação de votantes de Pelotas.

¹²⁶ Carta de Cândido Antônio da Costa a Francisco Ferreira de Castilhos. Sem local, sem data. Localização: AHRS, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos - Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 3, doc. 2.

Outro indicativo de que Francisco vendia gado para as charqueadas está em uma carta enviada pela casa comercial Dutra, Valença & Cia, da capital da província, a Castilhos em dezembro de 1862. Esta informava Francisco de Castilhos de que “O charqueador Antônio Rois d’Amorim, já está prevenido para dividir o gado de sua tropa no caso de vir ela em número grande”.¹²⁷ Como veremos mais adiante, a venda de gado para as charqueadas adquiriu maior importância para a família Castilhos especialmente a partir da década de 1880.

Apesar da criação e comércio de animais aparecer como a principal atividade econômica da família de Francisco Ferreira de Castilhos, cumpre ressaltar que não é possível ignorar a existência de produção agrícola, como pode ser constatado pela existência de terras lavradas em São Martinho, pela existência de bois mansos entre os animais e a posse de dois escravos cuja ocupação era “roceiro”. Como observou Fragoso ao atentar para produção das estâncias sulinas, “os proprietários das estâncias procuravam manter a auto-suficiência de seus estabelecimentos, desenvolvendo internamente produções de subsistência” (FRAGOSO, 1998, p. 142). Essa combinação de atividade criadora com a agricultura também foi observada por outros autores, sendo muito comum nas propriedades do Rio Grande do Sul oitocentista (OSÓRIO, 2007; FARINATTI, 2010a; ARAÚJO, 2008; CORRÊA, 2013).

É possível que as terras lavradas de Francisco tenham gerado uma produção destinada ao consumo interno da fazenda e também daqueles que não mais residiam na Fazenda da Reserva. É o que se pode supor a partir da carta escrita por Rita de Cássia à Carolina, provavelmente na década de 1880.¹²⁸ Casada com José Carrilho do Revoredo Barros e residindo distante, Rita de Cássia recebia gêneros produzidos na Fazenda da Reserva, como evidencia o seguinte trecho de sua carta, em que comunica o envio das embalagens em que havia recebido produtos: “Vão os seus sacos que vieram com farinha e polvilho; assim como as malas que o Carrilho trouxe com batatas”.¹²⁹

As atividades de Francisco de Castilhos, como comerciante de mulas e criador de gado vacum, que tinha por destino as charqueadas, coloca-o dentro do círculo da economia do Império brasileiro, no que diz respeito ao mercado interno e especialmente interprovincial,

¹²⁷ Carta de Dutra, Valença & Cia a Francisco Ferreira de Castilhos. Porto Alegre, 30 de dezembro de 1862. Localização: AHRS, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 2: Francisco Ferreira de Castilhos - Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 4, doc. 76.

¹²⁸ Apesar de não haver data, supõe-se que foi escrita nos anos 1880 ou início da década de 1890, uma vez que Rita de Cássia pergunta pelo cunhado Assis Brasil: “Diga-me quando esperam o Assis?”. Joaquim Francisco de Assis Brasil casou-se com Maria Cecília Prates de Castilhos em 1885.

¹²⁹ Carta de Rita de Cássia a Carolina Prates de Castilhos. Sem local, sem data. Localização: AHRS, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 3: Carolina Prates de Castilhos - Correspondência recebida, caixa 2, maço 6, doc. 7.

essencial para o funcionamento da economia agroexportadora brasileira, como já demonstrou João Fragoso (1998).

Ao analisar a economia colonial, entre fins do século XVIII e início do século XIX, Fragoso assinalou para a necessidade de entendê-la para além da economia de *plantation* e da agro-exportação. Segundo ele, juntamente à indústria capitalista agro-exportadora – cana-de-açúcar – desenvolveu-se uma economia voltada para o mercado interno, sobretudo inter-provincial, importante para sustentar as áreas agro-exportadoras. É o caso da produção de alimentos no Rio de Janeiro e da agropecuária mineira, paulista e sulina. Para o autor, “o mercado colonial surge como resultado da interação e reprodução de diversas formas de produção” (FRAGOSO, 1998, p. 119).

No caso do Rio Grande do Sul, sua integração à economia colonial ocorreu no século XVIII, com o fornecimento de animais para a região da mineração. O desenvolvimento desta atividade ocorreu com o estabelecimento de tropeiros e militares, por volta de 1730, que recebiam da Coroa grandes extensões de terra, surgindo assim estâncias dedicadas à criação de gado. Em fins daquele século, à pecuária seria somada a produção de charque, tornando o Rio Grande do Sul um dos maiores abastecedores do produto no mercado interno, especialmente para o Sudeste (FRAGOSO, 1998).

É, portanto, neste cenário que precisamos entender as atividades econômicas da família Castilhos. Inserida na lógica da economia imperial e provincial, não deixou também de ter presente o escravismo. João Fragoso ressalta que a produção voltada para o mercado interno, mesmo que subsidiária, foi importante tanto para sustentar as áreas agroexportadoras, quanto para garantir o funcionamento da economia interna e da própria economia escravista.

2.2 Uma fortuna construída pelo trabalho escravo

Como demonstra João Fragoso, a economia pecuária e de alimentos se pautou tanto na mão-de-obra familiar e camponesa quanto na mão de obra escrava. O autor conclui: “A reiteração de tal escravismo passa a ter como pano de fundo um mercado interno colonial, constituído por outras formas sociais de produção não-capitalistas, além de escravistas” (FRAGOSO, 1998, p. 145). Tratando especificamente do caso do Rio Grande do Sul, assinala “a associação de três formas de produção não capitalista – trabalho escravo, peonagem e campesinato” (FRAGOSO, 1998, p. 143). O caso do Rio Grande do Sul não é distinto de outros locais também vinculados ao mercado interno, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, núcleos de produção que abasteciam a praça do Rio de Janeiro, voltada à agroexportação.

Segundo o autor, estes núcleos “combinavam a força de trabalho escrava com diversos outros regimes de produção” (FRAGOSO, 1998, p. 143).

Ultrapassada a historiografia que afirmava a ausência da escravidão no Rio Grande do Sul, depois que o trabalho de Fernando Henrique Cardoso (1997)¹³⁰ demonstrou o caráter dominante do trabalhador cativo nas charqueadas, o passo seguinte foi admitir a presença da escravidão fora das charqueadas. Paulo Afonso Zarth pergunta: “o que fariam os milhares de escravos existentes nas regiões onde sequer existiam charqueadas?” (ZARTH, 2002, p. 108). Segundo dados apresentados pelo autor, em 1874 o Rio Grande do Sul era a terceira província com maior percentual de população cativa em relação ao total de sua população. Com 21,3% da população composta por escravos, perdia apenas para a província do Rio de Janeiro, na qual 39,7% da população era escrava e Espírito Santo, que contava com 27,6% de cativos (ZARTH, 2002, p. 108-109).

A resposta apresentada por Zarth para seu questionamento admitia a presença de cativos nas atividades rurais da província, tanto agrícolas quanto pecuárias. Argumenta o autor em relação às grandes estâncias de criação que nestas a mão-de-obra escrava não somente era presente como tinha função estruturante: “É certo que, nas grandes estâncias, a utilização de escravos foi indispensável por muito tempo” (ZARTH, 2002, p. 112).

Depois de Zarth, diversos outros historiadores aprofundaram estudos em relação à utilização da mão-de-obra escrava nas estâncias. Zarth havia lançado a hipótese de que a maior parte dos escravos das estâncias se dedicava à agricultura, dada a dupla atividade que estas propriedades congregavam, combinando pecuária e agricultura. Helen Osório (2007, p. 149-150), entretanto, questionando sobre onde eram empregados e que atividades realizavam os cativos nas estâncias concluiu, com base nos inventários que discriminavam a ocupação dos escravos, a predominância de escravos dedicados às atividades pecuárias. É o que ocorria nas propriedades de Francisco Ferreira de Castilhos. A produção pecuária em suas fazendas era diretamente dependente da mão-de-obra escrava.

Voltando para a Tabela 1 (p. 62), observa-se a presença de escravos entre os bens da família. Ainda que em relação ao valor total de bens do inventário, os escravos representavam apenas 6%, uma vez que foram avaliados em quase 25 contos de réis (ou cerca de 2.488 libras esterlinas), sua presença, em números, é significativa. Os Castilhos possuíam 56 escravos, sendo 37 escravos e 19 escravas. Em São Martinho estavam a maioria, 52 escravos. O restante, residia na propriedade dos Castilhos em São Gabriel.

¹³⁰ Originalmente publicado em 1962.

A fim de dimensionar o que significava possuir 56 escravos no Rio Grande do Sul, especialmente na região do Planalto, recorremos aos dados do Censo de 1872.¹³¹ A Fazenda da Reserva estava localizada em um distrito que contava com 491 casas habitadas. Este mesmo distrito possuía uma população cativa que somava 804 indivíduos. Ou seja, uma das 491 casas de São Martinho – a de Francisco Ferreira de Castilhos – possuía 52 dos 804 escravos locais, ou seja, 6,5% de todos os escravos do distrito estavam na Fazenda da Reserva.¹³² Assim, não estaríamos errados em caracterizá-lo como um grande criador proprietário de uma significativa escravaria, sobretudo quando comparamos com dados de posse escrava na região central da província, apresentados por outros historiadores.

André Corrêa (2013), estudando Caçapava no período 1821-1850, analisou 148 inventários com presença de escravos entre os bens avaliados. Neste conjunto, encontrou apenas dois inventários com mais de 50 escravos. Situação semelhante apresenta Thiago Leitão Araújo (2008) para Cruz Alta. No período 1860-1879, Araújo encontrou apenas três proprietários com 20 ou mais escravos. Ou seja, Francisco Ferreira de Castilhos era de fato um grande senhor de escravos naquele contexto. Se esta designação não é possível ao comparar com as grandes escravarias de outras regiões do Brasil, ela serve como um designativo local, visto que, se por um lado o trabalho cativo era comum na pecuária sul-rio-grandense, como já demonstrado pela historiografia, na região da Serra Geral a média do número de escravos por proprietário era bem menor.

Buscando confirmar que o trabalho cativo era fundamental para a produção pecuária da família Castilhos, buscamos por informações mais detalhadas sobre seus escravos. Tivemos a sorte de encontrar, no inventário de Francisco Ferreira, a discriminação da ocupação de 22 dos 37 escravos. Destes, 14 eram campeiros, três roceiros, um pedreiro, um oleiro, um sapateiro, um carpinteiro e um alfaiate.

Pode-se supor que os ofícios diversificados dos escravos permitiram à família uma certa autosuficiência de serviços ou mesmo uma renda extra com o aluguel de serviços de escravos. Entretanto, o que nos interessa mais, neste caso, é o fato de que a maior parte dos escravos com

¹³¹ NPHEd. *Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872*. Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html;jsessionid=2ac625afe469f43635d3f58b78c9>. Acesso em 27 ago. 2015.

¹³² Segundo dados do Censo, São Martinho possuía uma população de 6.767 moradores, dos quais 804 eram escravos. Os 52 escravos que Castilhos possuía em São Martinho representam 6,5% da população escrava local.

designativo de ocupação são campeiros, ou seja, estavam diretamente ligados à atividade criatória de animais.¹³³

A aproximação destas duas posses – animais e escravos – corrobora o que a historiografia sul-rio-grandense vem demonstrando em relação ao século XIX. Paulo Afonso Zarth (2002) e Helen Osório (2007) para o caso da província do Rio Grande do Sul como um todo, Luís Augusto Farinatti (2010a) para o caso de Alegrete, Tiago Araújo (2008) para Cruz Alta, Natália Pinto (2012) para Pelotas e André Corrêa (2013) para Caçapava observaram que as grandes escravarias estavam presentes nas propriedades com grande concentração de rebanhos, especialmente vacum. É este o caso das propriedades de Francisco Ferreira de Castilhos. Não por coincidência, todos os escravos campeiros residiam em São Martinho, local que concentrava dois terços de seus rebanhos.¹³⁴

Ainda é preciso considerar que há escravos sem descrição de ocupação. Como aponta Farinatti, “a omissão” da ocupação “pode significar que aquele escravo era empregado em um variado leque de funções”, inclusive, neste caso, a lide campeira (FARINATTI, 2010a, p. 353). Se tomarmos os escravos masculinos sem descrição de ofício e com idade de oito anos ou mais, teríamos seis escravos que poderiam, possivelmente, ter exercido atividades campeiras, três dos quais nas propriedades de São Martinho e os demais três em São Gabriel.¹³⁵

Havia, portanto, um núcleo fixo de trabalhadores escravos que atuavam na atividade criatória. Apesar do número significativo de escravos, a família também fazia uso, concomitante, de mão-de-obra livre. Nas últimas declarações feitas por Carolina após a avaliação dos bens da família, em 1871, ela declarava ter “recebido do doutor Antônio Gomes Pinheiro Machado a quantia de dois contos de réis” e que teria aplicado “essa quantia em pagamentos dos mestres e mais oficiais de carpinteiro [...], **peões**, contas que depois juntará, e despesa”.¹³⁶

¹³³ Entre estes, observa-se que a variação de idade é significativa. A maior parte eram escravos relativamente jovens. Seis campeiros tinham entre 11 e 20 anos e outros quatro entre 21 e 30 anos. Mas, aparecem dois escravos ainda mais jovens – um de 8 anos e outro com 9 – e outros com idade bem mais avançada: um com 48 anos e outro com 56 anos. (Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93).

¹³⁴ Voltando ao Quadro 1 observa-se que em São Martinho havia 10.552 animais entre vacuns, muares, asininos e ovinos enquanto em São Gabriel havia 4.526 animais.

¹³⁵ Considerou-se a idade de oito anos como baliza uma vez que parece ser já uma idade apta para o trabalho no campo, visto que o escravo Basílio, de 8 anos, é descrito como campeiro.

¹³⁶ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93, f. 47. Grifo nosso.

Infere-se, assim, que os Castilhos faziam uso combinado de mão-de-obra cativa e livre, sendo a primeira estruturante, como núcleo fixo de trabalhadores, à principal atividade econômica da família. Este comportamento em relação ao uso da mão-de-obra mista não era novidade. Helen Osório (2007) demonstrou a concomitância do uso de trabalhadores escravos e livres nas estâncias no século XVIII, enquanto que Farinatti (2010) o fez para o século XIX (1825-1865).

A importância dos escravos dedicados à pecuária era tal que, mesmo após a abolição da escravidão, observa-se a permanência de ex-escravos campeiros na propriedade na condição de trabalhadores livres. No inventário de Carolina Prates de Castilhos, falecida em 1890, há indícios de que parte dos ex-escravos possam ter permanecido na Fazenda da Reserva. No ano de 1892, o inventariante Júlio Prates de Castilhos apresentava os “documentos das dívidas passivas da herança, que por não oferecerem dúvida e pela natureza e procedência delas”, requeria “o respectivo pagamento”.¹³⁷ Entre os documentos apresentados como parte da dívida passiva estavam contas que a Fazenda da Reserva devia a seu capataz, datadas de 1890 e 1891. Na descrição das contas constava o pagamento realizado aos empregados.¹³⁸

Ao cruzarmos a lista dos empregados com a lista dos escravos da família Castilhos, percebemos que alguns nomes podem ser encontrados nas duas listagens. Na lista dos empregados aparecem dez nomes que tem correspondência na lista de escravos, de duas décadas antes. Certamente um dos problemas deste tipo de metodologia está na existência de homônimos. Assim, o Manoel da lista dos empregados de 1891 pode não ser o mesmo Manoel escravo da lista de 1871. Entretanto, alguns indícios nos levam a crer que, na maioria dos casos, se trate da mesma pessoa.

Primeiro porque este parece ser um comportamento comum. Walter Fraga Filho (2004) observou, com base nos dados referentes à Rio Fundo e Lustosa, no Recôncavo Baiano, “que os engenhos continuaram a operar”, após o fim da escravidão, “com mão-de-obra das próprias localidades, boa parte dela egressa da escravidão” (FRAGA FILHO, 2004, p. 236). Não dispomos das mesmas fontes utilizadas pelo historiador, ou seja, registros de nascimento e lista dos internados em hospitais, cruzadas com listas de escravos em inventários. Entretanto, o cruzamento que fizemos, apesar de frágil, sinaliza para a possibilidade de permanência de ex-escravos na Fazenda da Reserva.

¹³⁷ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Carolina Prates de Castilhos; Inventariante: Júlio Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1890, maço 11, n. 277, f. 32.

¹³⁸ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Carolina Prates de Castilhos; Inventariante: Júlio Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1890, maço 11, n. 277, f. 51-53v.

É preciso considerar também que, os possíveis ex-escravos que reencontramos na lista de trabalhadores livres de 1890 e 1891 eram, na década de 1870, ainda jovens. Ernesto e Anastácio, por exemplo, aparecem, em 1871, com idade de três anos, de modo que em 1891 estariam com 23 anos. Os empregados mais velhos seriam mulheres – Catarina, que em 1891 estaria com 66 anos e Castorina com 60 – ainda aptas para serviços domésticos. Nada sabemos dos ofícios destas escravas, mas é possível supor que se dedicavam ao trabalho doméstico pois, como lembra Farinatti, o “trabalho doméstico não pode ser visto como algo de pouca importância, já que era essencial para a reprodução das unidades produtivas”, sendo que mesmo os criadores “que possuíam escravarias com alta proporção de homens, jamais deixaram de contar com cativas” (FARINATTI, 2010a, p. 353). No mesmo sentido, Walter Fraga Filho (2004) observou que, no Recôncavo Baiano, as domésticas constituíam o terceiro grupo profissional mais numeroso de ex-escravos que permaneceram nos engenhos após a abolição.

Além do mais, há outras evidências que reforçam nossa suspeita de permanência de ex-escravos na fazenda na condição de trabalhadores livres. Veja-se o caso dos empregados Salvador e Vicente. Entre os escravos da família Castilhos, arrolados na década de 1870, estava Salvador, de 23 anos, descrito como campeiro. Salvador reaparece na listagem de 1891. Considerando que ainda em 1891 as atividades pecuárias eram centrais para a família, a manutenção de um ex-escravo campeiro, na condição de trabalhador livre, seria compreensível. Mais exemplar ainda é o caso de Vicente que, em 1871, é descrito como escravo pardo, de 12 anos, campeiro e que aparece na listagem dos empregados da fazenda, em 1890, como o peão Vicente.

Os dados referentes à reprodução endógena da escravaria de Francisco também nos ajudam a dimensionar a importância do trabalho cativo em suas propriedades. Analisando, a partir da listagem dos escravos da família presente no inventário de Francisco, a idade destes cativos, observa-se um número significativo de crianças. Dos 56 escravos arrolados no inventário, 18 tinham a idade de dez anos ou menos. Destes, cinco contavam com idade de um ano e outros seis entre dois e cinco anos. Pode-se pensar, a partir destes dados, em uma reprodução endógena da escravaria.

Se analisarmos os dados encontrados nos registros batismais de São Martinho, veremos que o nascimento de crianças escravas era uma constante na fazenda dos Castilhos. Encontramos o registro de treze batismos realizados na casa de Francisco Ferreira de Castilhos, entre 1856 e 1862, envolvendo filhos de escravas de propriedade da família. Atentando para o nascimento destes batizados, tem-se uma constante de nascimento de escravos ao longo deste

período. Dois nascimentos em 1855, um em 1856, três em 1857, mais três em 1860 e outros quatro em 1862.¹³⁹

Ao atentar para as mães escravas destas crianças, percebe-se uma recorrência: para as 18 crianças escravas nascidas no período (1855-1862 e 1870), existiam cinco mães escravas distintas.¹⁴⁰ Se considerarmos não ter havido escravas homônimas, Maria e Joaquina tiveram, cada uma, cinco filhos no período em análise, Catarina quatro, Castorina três e Joana um. Tem-se, portanto, um grupo formado por cinco escravas que proporcionou a reprodução interna desta escravaria. Estes números são, certamente, incompletos e subestimados, como se pode supor a partir do caso da escrava Joaquina.

A análise dos batismos e dos escravos arrolados no inventário indicou que Joaquina teve, pelo menos, cinco filhos escravos. Entretanto, uma petição de Carolina Prates de Castilhos dirigida ao Juiz Municipal, em 1879, demonstra que a escrava Joaquina possuía, pelo menos, mais outros dois filhos. Na petição, Carolina afirmou ter se esquecido de assentar na matrícula os escravos menores José e Félix, “estes filhos da escrava Joaquina de sua propriedade”.¹⁴¹ Félix encontra-se entre os escravos arrolados, em 1871, no inventário de Francisco, descrito como “preto, de quatro anos de idade, pouco mais ou menos”.¹⁴² Em 1879, quando por ocasião da petição, Félix possuía cerca de 12 anos. Já José não está entre os arrolados no inventário o que nos leva a crer que tenha nascido depois de 1871.

Foram as atividades pecuárias, sustentadas em grande medida por uma teia de relações familiares e pela utilização do trabalho escravo em concomitância à mão-de-obra livre, que permitiram aos Castilhos acumular uma fortuna significativa. Tal fortuna, conjuntamente às relações sociais, ampliaram as possibilidades de investimentos, não somente econômico como também social. A educação dos filhos e as alianças matrimoniais parecem ter sido centrais neste contexto, como analisaremos em seguida.

¹³⁹ ACDSM. Batismos de São Martinho. Livro n. 2, 1855-1863.

¹⁴⁰ O número de 18 crianças escravas nascidas no período de 1855-1862 e 1870 deriva da soma dos batismos de filhas de escravas entre 1855 e 1862 e as 5 crianças escravas descritas no inventário de Francisco com idade de um ano.

¹⁴¹ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93, f. 189.

¹⁴² Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93, f. 38.

2.3 Uma família de elite: educação e relações sociais

Em 1876, Carolina Prates de Castilhos, na condição de inventariante e tutora dos filhos menores, prestava conta ao Juiz de Órfãos da Comarca de Cruz Alta dos gastos efetuados com parte da herança de seus filhos. Especificamente em relação ao filho Júlio de Castilhos afirmava,

que este seu filho se acha na cidade de Porto Alegre, em um Colégio estudando, **com o fim de cursar uma das faculdades de ensino superior**, e que com ele **há despendido as rendas** de sua legítima, acrescentando que sua despesa é superior às ditas rendas, mas despesas se compreende não só o ensino que recebe, como também vestuário e mensalidade do colégio em que se acha, sendo tem tido muito aproveitamento. [...] Outrossim, requer que de agora em diante se lhe conceda licença para **dispender os rendimentos da legítima de seu filho, com sua educação e outras necessidades**”.¹⁴³

A única carta redigida por Júlio tratando de seus estudos que conseguimos localizar data do período em que se encontrava em Porto Alegre, estudando no Colégio Fernando Gomes. Endereçada à mãe, a carta datada de 19 de novembro de 1875, noticiava os progressos que fazia: “Fiz o meu primeiro exame e estou n’ele aprovado plenamente”. Sabendo do agrado que fazia à mãe com a notícia de sua aprovação, alertava-a para as dificuldades que ainda teria de enfrentar em exames futuros: “Mas por isso não julgue Vosmecê que eu tenha a plena certeza de sair aprovado nas outras matérias de que tenho de fazer exame”. O filho de Carolina justificava seus temores em relação aos próximos exames:

Não. Os exames estão sendo muito apertados, apertadíssimos. Os examinadores estão implacáveis. No exame que já fiz, entraram também colegas meus habilitadíssimos, e no entanto saíram reprovados. Digo-lhe isto para que Vosmecê não se surpreenda se por acaso eu for tão infeliz que saia reprovado, não julgue, se tal acontecer, que foi vadiação minha. D’aqui há 4 dias pouco mais ou menos eu farei o meu segundo exame, e lhe participarei o resultado d’ele.¹⁴⁴

Quais eram os “rendimentos da legítima de seu filho” que Carolina pedia autorização para utilizar para sustentar a “educação e outras necessidades”? Consultando a partilha dos bens

¹⁴³ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS. Tutoria – Auto de Contas Prestada por Carolina Prates de Castilhos. In: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93, f. 5v. Grifos nossos.

¹⁴⁴ Carta de Júlio Prates de Castilhos a Carolina Prates de Castilhos. Porto Alegre, 19 de novembro de 1875. Localização: AHRS, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 3: Carolina Prates de Castilhos – Correspondência Recebida, caixa 2, maço 6, doc. 26.

deixados por Francisco Ferreira de Castilhos é possível verificar que se tratava de 17:156\$517 réis herdados por Júlio, distribuídos em parte dos “campos e casas do campo denominado Boa Vista, do distrito de São Martinho”, parte “de terras lavradas sitas neste Município na serra de São Martinho”, os escravos Basílio e Benedito, 388 reses e o valor de 3:710\$517 réis em dívidas ativas.¹⁴⁵

Ou seja, foi o capital derivado do meio rural, decorrente especialmente da venda de animais e da exploração da mãe-de-obra escrava, o utilizado para a formação educacional de Júlio de Castilhos. Foram estes mesmos recursos utilizados para, anos depois, de 1877 a 1881, sustentá-lo em São Paulo, para onde se transferiu a fim de cursar Direito na Faculdade do Largo de São Francisco.

Segundo José Murilo de Carvalho (2007), um curso de Direito durava cinco anos, existindo, durante todo o período imperial, somente duas faculdades de Direito em todo o Brasil, criadas em 1827 e em funcionamento a partir do ano seguinte. Tratava-se das Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda. Esta última acabou sendo transferida para Recife, em 1854.¹⁴⁶ Luiz Alberto Grijó demonstra que, para além da formação de magistrados e advogados, os cursos foram criados com o objetivo de suprir a “carência de pessoal habilitado a assumir posições na estrutura estatal em formação” (GRIJÓ, 2005, p. 23). Assim, segundo os autores, desde sua criação, os cursos de Direito no Brasil estavam condicionados ao objetivo de formar uma elite política, o que antes ocorria via envio de filhos da elite para Coimbra.

Dada a existência de apenas duas escolas, os alunos provenientes de outras províncias, além do gasto com a matrícula, necessitavam se manter por cinco anos longe de suas famílias. Sendo assim, é compreensível a afirmação de Carvalho de que, de “modo geral, os alunos das escolas de direito provinham de famílias de recursos” (CARVALHO, 2007, p. 74).¹⁴⁷ Era este o caso de Júlio de Castilhos. João Daudt Filho (2003)¹⁴⁸, em suas memórias, relata que, em São Paulo, quando estudante, Castilhos morava em uma “república”, junto a Assis Brasil, Joaquim Pereira da Costa e Eduardo Lima, também estudantes de Direito. Assim, as boas condições financeiras de sua família garantiram a formação superior em São Paulo. Ainda que contasse

¹⁴⁵ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93, f. 43v.

¹⁴⁶ Sobre as Faculdades de Direito, além da já citada obra de José Murilo de Carvalho (2007), ver: GRIJÓ (2005) e KIRKENDALL (2002).

¹⁴⁷ Também tratando do acesso às escolas de Direito, Luiz Alberto Grijó (2005) aponta que, algumas vezes, estas poderiam se tornar a via de ascensão para estudantes que provinham de família menos abastadas. Nestes casos, o exercício de alguma profissão que tinha como requisito o diploma de Direito ou mesmo um casamento derivado das relações estabelecidas na faculdade poderiam se tornar uma via de ascensão social e até política. O autor assinala, entretanto, que estes eram casos excepcionais.

¹⁴⁸ Publicado originalmente em 1936.

com o apoio de familiares residentes naquela província – lembrando que seus tios Fidêncio, Fidélis e Felisberto lá residiam – a trajetória de Júlio de Castilhos até a obtenção do diploma superior requereu da família significativos investimentos.

Luiz Alberto Grijó aponta que, além da origem financeira privilegiada, os alunos de Direito provinham, na maior parte dos casos, de “grupos familiares inseridos em redes de relações sociais e em facções político-partidárias”, seja a nível nacional ou provincial e paroquial (GRIJÓ, 2005, p. 44). Assim, assevera o autor que “a iniciação dos estudantes nas lições político-partidárias não se dava durante o período de estudo nas academias, ao contrário, eles já traziam desde ‘casa’ tal engajamento” (GRIJÓ, 2005, p. 43).

A matrícula nas faculdades de Direito não era, como demonstraram Luiz Alberto Grijó (2005) e Jonas Moreira Vargas (2010b), uma opção individual dos jovens. Ao contrário, era uma decisão familiar, visto, sobretudo, os recursos financeiros que precisavam ser mobilizados para manter um filho longe de casa. Para Vargas, “em muitos casos, o envio do filho para os estudos no Centro do País fazia parte de um *projeto familiar*, em que uma das principais metas era estabelecer (ou reforçar) uma intervenção mais qualificada no mundo da alta política”. Assim entendido, “muitas das famílias que mandaram seus filhos possuíam um projeto de intervenção política e aproximação com a Corte mais ambicioso e mais bem estabelecido” (VARGAS, 2010b, p. 209). Isto ocorria porque, segundo Vargas, a partir da década de 1860, os diplomas superiores tornaram-se cada vez mais “um pré-requisito fundamental para o ingresso na carreira política” (VARGAS, 2010b, p. 208). Se José Murilo de Carvalho (2007) já havia demonstrado a predominância de bacharéis em Direito entre os cargos políticos gerais, Vargas (2010b) observou, para o caso do Rio Grande do Sul, a presença cada vez maior, a partir de 1860, de bacharéis na Assembleia Provincial.

Concordando com Jonas Vargas, o envio de jovens a São Paulo ou a Recife era um investimento familiar. A decisão de se tornar bacharel não resultava de uma tomada de decisão individual de Júlio. Esta foi, antes, uma opção dos Castilhos. A ideia de que as famílias possuíam um projeto mais ambicioso, projetando uma intervenção política, faz sentido quando entendemos que o envio de um filho à faculdade estava vinculado a uma espécie de tradição. Eram famílias que por mais de uma geração já vinham investindo na formação de um ou mais filhos e estes já haviam conquistado espaço na política imperial. Assim, tratava-se de um comportamento naturalizado, que visava dar continuidade a algo que já vinha ocorrendo na geração anterior.¹⁴⁹

¹⁴⁹ Algumas vezes era uma prática de várias gerações. Antes, entretanto, como demonstra Carvalho, os filhos eram enviados à Coimbra (2007). A partir da criação das escolas no Brasil, passaram a ser enviados para elas.

Observando mais atentamente o caso de Júlio de Castilhos não seria equivocados afirmar a existência de uma espécie de comportamento familiar naturalizado. A opção de enviar Júlio a São Paulo buscava dar continuidade a uma prática que já havia ocorrido na geração anterior. Fidêncio Nepomuceno Prates e Francisco de Carvalho Prates, tios de Júlio de Castilhos, possuíam diploma superior. Fidêncio era bacharel em Medicina pela Faculdade de Paris.¹⁵⁰ Francisco, por sua vez, formou-se, em 1864, bacharel em Direito, pela Faculdade do Largo de São Francisco. Visto assim, Júlio só estaria dando continuidade a algo que já existia.¹⁵¹

Luiz Alberto Grijó (2005), ao tratar do que denominou de “geração de 1907”, apresenta os casos de Getúlio Vargas e João Neves que, depois de formados em Direito na Faculdade de Porto Alegre, retornaram aos seus municípios para exercer a profissão e atuar no âmbito da política municipal.¹⁵² O autor assinala que este comportamento dos “filhos das grandes famílias do estado”, demonstrava suas “predisposições no sentido de herdar as posições paternas” (GRIJÓ, 2005, p. 242). Assim, é possível pensar que no horizonte destas famílias nem sempre estivesse a ambição de formar o filho para inseri-lo no mundo da alta política.

Além do mais é preciso considerar que a educação dos filhos era uma preocupação constante da família Castilhos. Se, entre os filhos de Carolina Prates e Francisco Ferreira de Castilhos, Júlio foi o único a adquirir diploma de curso superior, todos os demais receberam algum investimento para garantir a formação escolar mínima. Os biógrafos de Júlio de Castilhos costumam apontar para o fato de ter recebido sua primeira formação educacional em casa, já que seus pais haviam contratado uma professora particular. Afirma Sérgio da Costa Franco que, em 1864, “Francisco Ferreira de Castilhos contratou uma professora para ensinar seus filhos menores na própria fazenda”, dada a “distância em que se achavam de qualquer centro urbano” (FRANCO, 1996, p. 12). Esta professora era Carolina Miller Wellington, esposa de Guilherme Wellington, proprietário de um colégio particular na Vila de Santa Maria que seria frequentado, anos depois, por Júlio de Castilhos, para “concluir o curso primário” (FRANCO, 1996, p. 12).

O fato de residirem no povoado de São Martinho possivelmente impunha algumas dificuldades para a formação educacional. É o que se pode perceber da carta de Fidêncio

¹⁵⁰ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Fidélis Nepomuceno de Carvalho Prates; Inventariante: Cândida Flora de Carvalho Prates e outros. Localização: APERS, Cartório do Cível, São Gabriel, *Inventário*, Ano 1868, maço 1, n. 8, f. 13.

¹⁵¹ O caso de Castilhos não é isolado. Seu colega na Faculdade e também rio-grandense João Jacinto de Mendonça Júnior era filho de Joaquim de Mendonça Júnior, também Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo. Seu tio, João Jacinto de Mendonça, também possuía formação superior, em Medicina, pela Faculdade do Rio de Janeiro.

¹⁵² Da geração de 1907 faziam parte aqueles que “se formaram escolar, cultural e politicamente a partir da hegemonia do PRR no Rio Grande do Sul até o início da década de 1920, ou aproximadamente até o começo dos movimentos tenentistas no Brasil e da disputa eleitoral para as eleições de 1923 no estado” (GRIJÓ, 2005, p. 186).

Nepomuceno Prates, irmão de Carolina, ao cunhado Francisco Ferreira de Castilhos em 1857. Fidêncio aconselhava Francisco, que morava em São Martinho, a comprar uma fazenda próxima a São Gabriel, visto que facilitaria o acesso a recursos, entre os quais, a educação de seus filhos:

Se conseguisse uma boa fazenda nas vizinhanças de São Gabriel bem vantajoso lhes seria, para não só estarem mais perto de nosso Pai e manos, como também mais perto de recursos necessários à vida, **e poder igualmente dar a seus filhos uma mais regular educação [...]**¹⁵³

Note-se, pelo figura abaixo, que o distrito de São Martinho, onde a família residia, estava localizado a considerável distância da vila de Cruz Alta, sede municipal, bem como de Santa Maria, que era a vila mais próxima. Ou seja, a contratação de uma professora particular foi a opção para garantir a formação inicial de seus filhos.

¹⁵³ Carta de Fidêncio Nepomuceno Prates a Francisco Ferreira de Castilhos. São Paulo, 3 de agosto de 1857. Localização: AHRS, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos - Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 3, doc. 28. Grifos nossos.

Figura 5 – Distância aproximada¹⁵⁴ de São Martinho em relação a sedes municipais próximas com presença de escolas



Fonte: Mapa elaborado com software *PowerMap (Excel for Windows)*.

Uma consulta ao inventário de Francisco Ferreira de Castilhos, de 1871, pode nos revelar melhores detalhes sobre os investimentos dos Castilhos na educação de seus filhos Francisca, Carlos, Adelaide, Clara, Francisco, Inocência, Júlio, Rita de Cássia, Maria Cecília e Alfredo. Entre os documentos constantes no inventário, encontram-se duas notas de compra que sinalizam a aquisição de materiais escolares. A primeira corresponde a uma compra realizada por Francisco na casa comercial Dutra, Valença & Companhia, de Porto Alegre, datada de 25 de fevereiro de 1865. Constam, nesta nota, apenas materiais escolares: um dicionário Francês-Português, um dicionário Inglês-Português, um exemplar da obra *Telêmaco*, um atlas de geografia, duas lições de Geografia, duas gramáticas inglesas e duas gramáticas francesas. O valor da compra somava 63\$500 réis.¹⁵⁵

¹⁵⁴ A distância aproximada indicada é atualizada, de modo que é preciso considerar possíveis variações em relação às estradas existentes no período em análise.

¹⁵⁵ Dívida de Francisco Ferreira de Castilhos com Dutra, Valença & Cia. Porto Alegre, 25 de fevereiro de 1865. Localização: AHRs. Fundo Júlio de Castilhos, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos – Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 4, doc. 112.

Outra nota, datada de 14 de julho de 1866, não especifica o estabelecimento comercial, mas entre os vários itens adquiridos estão uma caixa de giz, um exemplar do livro *O Conde de Monte Cristo* e outro de *Os Lusíadas*, de Camões, além de um livro para estudantes de francês. Estes itens somavam 22\$800 réis.¹⁵⁶ Note-se, a partir dos itens comprados, que a formação educacional dos filhos de Francisco e Carolina ultrapassava a alfabetização, incluindo o aprendizado de outras línguas e a leitura de obras literárias.

Mas a formação educacional não se restringiu, para alguns filhos, às aulas tomadas em casa com a professora particular. O caso de Júlio de Castilhos é o mais conhecido, graças, sobretudo, às inúmeras biografias escritas sobre o ele. Depois de ter cumprido a fase inicial de sua formação em casa, completou seus estudos básicos na vila de Santa Maria, na escola de Guilherme Wellington.¹⁵⁷ Como já destacamos, em Porto Alegre cursou os preparatórios à Faculdade de Direito, no Colégio de Fernando Ferreira Gomes, que era, segundo Sérgio da Costa Franco, “reputado como o melhor de seu tempo” (FRANCO, 1996, p. 14). Em 1877, foi a São Paulo, onde cursou Direito na Academia do Largo de São Francisco, bacharelado-se em 1881.

Se Júlio foi o único dos filhos de Francisco e Carolina a obter diploma superior, não foi o único filho a deixar a casa paterna para dedicar-se aos estudos. Carlos, Alfredo e Maria Cecília, irmãos de Júlio, também saíram de São Martinho para dar continuidade à formação inicial que tiveram em casa. Recursos familiares também foram utilizados nestes casos.

Além dos recursos financeiros, os Castilhos também dispunham de um círculo de relações familiares que poderia ser acionado para auxiliar na educação dos filhos, o que facilitava o envio de filhos para outras cidades. Carlos Prates de Castilhos, por exemplo, residiu por quase dois anos em São Paulo, na casa do tio Fidélis Nepomuceno Prates Júnior, onde se dedicou aos estudos. Em 19 de julho de 1866, Carlos escrevia de São Paulo, ao pai Francisco, que se encontrava no Rio de Janeiro, na casa do Barão de Antonina.¹⁵⁸ Carlos informava o pai sobre seus progressos nos estudos:

¹⁵⁶ Nota de compra. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1866. Localização: AHRS. Fundo Júlio de Castilhos, Série 5: Assuntos Privados de Júlio de Castilhos, Subsérie 3: Recibos e Notas, Caixa 5, maço 21, doc. 6. O local foi catalogado no APJC como Rio Grande.

¹⁵⁷ Segundo Sérgio da Costa Franco, o inglês ou americano Guilherme Wellington abriu em 1869, na Rua do Acampamento, na Vila de Santa Maria, um colégio particular. Foi no colégio de Guilherme Wellington que Júlio de Castilhos concluiu o curso primário (FRANCO, 1996, p. 12).

¹⁵⁸ Sabe-se da localização de Francisco porque as cartas de Carlos eram endereçadas ao Rio de Janeiro. No mesmo período, Francisco recebeu uma carta do cunhado Fidélis Nepomuceno Prates, também endereçada ao Rio de Janeiro, mas contendo a informação adicional: “Em casa do Exmo. Barão d’Antonina” (Carta de Fidélis Nepomuceno Prates a Francisco Ferreira de Castilhos. São Paulo, 23 de julho de 1886. Localização: AHRS, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos – Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 4, doc. 139).

Eu tenho esperança em Março fazer exame de Francês de Inglês que deus permitir isso, porque eu ei de fazer todos esforços para eu conseguir. O Colégio não é bom por isso aquele que não estuda não faz nada, no colégio há somente duas aulas de Francês de Inglês não há mais professor de outras matérias não há professor de geografia, tenho de aprender fora do colégio ou colégio mesmo não tem regra nenhuma.¹⁵⁹

Alguns dias depois, em 29 de julho, nova carta era enviada por Carlos novamente fazendo referência aos seus estudos: “Eu vou muito bem em meus estudos eu ei de fazer todos os esforços por estes dois anos ou um ano e meses ficar pronto em Francês, Inglês, Geografia, História e Aritmética, vou estudar com muita vontade para eu ficar nestas línguas para eu ir dar um passear em casa [...]”.¹⁶⁰ Carlos, entretanto, não chegou a cursar uma faculdade. Pode-se supor que o falecimento do pai, Francisco Ferreira de Castilhos, em 1871, tenha exigido que o filho mais velho, então com 21 anos, assumisse, junto com a mãe, a condução dos negócios familiares ligados à criação e venda de animais. Teríamos aí uma explicação para o fato de não ter sido Carlos, o filho mais velho, aquele que adquiriu a formação superior, como era comum nas famílias de elite estudadas por Jonas Vargas (2010b).¹⁶¹

O caso de Carlos pode ser comparado ao que ocorreu na família Assis Brasil, estudada por Tassiana Saccol (2013). A autora demonstra que a morte do patriarca Assis Brasil afetou o destino do núcleo familiar. Segundo Saccol, houve uma mobilização da família pela educação de alguns de seus membros – especialmente os filhos mais novos – sendo que aos filhos mais velhos coube a “administração da estância e o bom andamento dos negócios” (SACCOL, 2013, p. 52).

Também Alfredo Prates de Castilhos, o filho mais novo dos Castilhos, deixou a Fazenda da Reserva na década de 1870 e foi residir em Desterro, na província de Santa Catarina, na casa da irmã, Adelaide, e do cunhado, Hermínio Francisco do Espírito Santo, para receber educação. Eram estas as informações fornecidas por Carolina Prates de Castilhos na *Prestação de Contas*

¹⁵⁹ Carta de Carlos Prates de Castilhos a Francisco Ferreira de Castilhos (pai). São Paulo, 19 de julho de 1886. Localização: AHRs, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos – Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 4, doc. 138.

¹⁶⁰ Carta de Carlos Prates de Castilhos a Francisco Ferreira de Castilhos (pai). São Paulo, 29 de julho de 1886. Localização: AHRs, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos – Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maço 4, doc. 140.

¹⁶¹ É importante destacar que o autor aponta ser o envio dos filhos mais velhos uma tendência e não a regra. Ao observar o comportamento dos 20 políticos sul-rio-grandenses que detinham título nobiliárquico, Vargas aponta que, dos “20 nobres que enviaram filhos para estudarem fora, 13 escolheram os primogênitos”. Mas, o mesmo autor aponta que havia quem fizesse outra opção, como foi o caso dos Tavares, “ricos estancieiros de Bagé” que “não investiram na educação dos primeiros filhos homens”, enviando a São Paulo “somente o quarto filho” (VARGAS, 2010b, p. 208).

de Tutoria¹⁶², onde afirmava que seu filho Alfredo residia na “Província de Santa Catarina em cidade do Desterro, em cujo lugar se achava recebendo educação”.¹⁶³ Esta pode ter sido uma solução familiar para facilitar a criação dos filhos menores depois da morte de Francisco Ferreira de Castilhos. Adelaide, já casada, se responsabilizava pela criação do irmão mais novo. Entretanto, assim como Carlos, Alfredo também não prosseguiu nos estudos. O motivo da interrupção foi sua morte prematura, na cidade de Desterro, aos sete ou oito anos.¹⁶⁴

Sobre Francisco Prates de Castilhos, poucas informações obtivemos. Segundo Sérgio da Costa Franco, Francisco era um dos alunos da professora Carolina Miller Wellington, que os Castilhos haviam contratado para conduzir “o aprendizado das primeiras letras” dos filhos. (FRANCO, 1996, p. 12). Ainda que não saibamos precisar sobre sua formação educacional, as longas cartas – contendo normalmente de duas a três páginas – escritas por ele e endereçadas à mãe revelam um bom domínio da prática da escrita.¹⁶⁵ Depois da morte do pai, com Júlio longe de casa, era Francisco que, junto com Carlos, administrava os negócios da família.

Mas a educação longe de casa não era somente para os filhos homens. Na década de 1880, Maria Cecília foi residir com o irmão, Júlio de Castilhos, em Porto Alegre, na capital da província, onde se dedicava aos estudos.¹⁶⁶ Em carta à mãe Carolina, datada de 10 de novembro de 1883, Júlio afirmava que “Cecília não escreve agora, porque não tem tempo. Escreverá pelo correio seguinte. Ela continua a estudar muito. Tem dado as lições com a regularidade de sempre; os professores não têm faltado”.¹⁶⁷ Em outra carta também dirigida à mãe, em 23 de novembro, mais uma vez informava sobre a irmã: “Vou deixar a Cecília passear mais durante estes últimos tempos que passará aqui. Tão cedo não voltará; é justo, pois, que aproveite bem os últimos dias. [...] Ela tem estudado muito, como sempre”.¹⁶⁸

¹⁶² Sobre tutoria ver a dissertação e tese de José Carlos da Silva Cardozo (2011; 2015).

¹⁶³ APERS. Tutoria – Auto de Contas Prestada por Carolina Prates de Castilhos. In: Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93, f. 8v.

¹⁶⁴ Cópia do termo de assento de óbito de Alfredo de Castilhos Prates (Alfredo Prates de Castilhos) em 17 de março de 1876, em Desterro, província de Santa Catarina. Tutoria – Auto de Contas Prestada por Carolina Prates de Castilhos. In: Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93, f. 175-175v.

¹⁶⁵ Cartas de Francisco Prates de Castilhos a Carolina Prates de Castilhos. Localização: AHRs, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 3: Carolina Prates de Castilhos – Correspondência Recebida, Caixa 2, maço 6.

¹⁶⁶ Em cartas escritas à mãe, Júlio de Castilhos relatava a dedicação da irmã aos estudos. Ver cartas datadas de 10 de novembro e de 23 de novembro de 1883 (VELHO, 2013, p. 113-114; 126-128).

¹⁶⁷ Carta de Júlio de Castilhos a Carolina Prates de Castilhos. Porto Alegre, 10 de novembro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 114.

¹⁶⁸ Carta de Júlio de Castilhos a Carolina Prates de Castilhos. Porto Alegre, 23 de novembro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 127.

Percebe-se, frente ao narrado, que a educação dos filhos foi uma preocupação constante da família Castilhos. Esta era uma realidade pouco comum em um país onde, segundo dados do Censo de 1872, apenas 15,8% da população brasileira sabia ler e escrever. Quanto à província do Rio Grande do Sul, o percentual de população alfabetizada, segundo o mesmo censo, é maior, mas ainda longe de constituir maioria. Pouco mais de 21% aparece como sabendo ler e escrever, enquanto quase 76% são analfabetos.¹⁶⁹

Era uma realidade restrita a uma família de elite, que dispunha de recursos e meios necessários à formação escolar, mas que também colocava a educação dos filhos como preocupação constante. Os investimentos voltados para a formação de um só filho não eram incomuns. Mas em alguns casos, havendo recursos e dispondo de apoio familiar mais amplo, era possível que os investimentos recaíssem sobre mais de um filho. É o que parece ter acontecido no caso dos Castilhos. A família se mostrou disposta a investir na educação de Júlio, Carlos e Alfredo. Contou, para isso, com o apoio de familiares, como os tios Prates e o marido de Adelaide, Hermínio do Espírito Santo. Entretanto, fatalidades parecem ter levado à concentração de investimentos somente em Júlio. Assim, o fato de ter sido Júlio de Castilhos o único dos filhos de Carolina e Francisco com formação superior, longe de ser um privilégio ou um investimento maior em um filho em detrimento dos demais, era, acima de tudo, decorrência de uma conjuntura específica. Tanto a morte do pai, em 1871, que obrigou Carlos e Francisco a se dedicarem às atividades da fazenda, quanto a morte prematura de Alfredo, em Desterro, impediram os Castilhos de ter, além de Júlio de Castilhos, outros filhos com formação superior.

Contudo, as alianças matrimoniais ampliaram o número de membros da família com formação superior. Pelo menos três das filhas de Francisco e Carolina se casaram com bacharéis em Direito. Adelaide casou-se com Hermínio Francisco do Espírito Santo, formado pela Faculdade de Direito de Recife, em 1862.¹⁷⁰ Rita de Cássia, por sua vez, se casou com José Carrilho do Revoredo Barros, bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda (PEREIRA, 2004b, p. 102). Maria Cecília, a filha mais jovem, casou-se com Joaquim Francisco de Assis Brasil, também formado em Direito, mas pela Faculdade de São Paulo.

¹⁶⁹ Cerca de 3% da população da província aparece como sendo de instrução não declarada. Dados do Censo do Império de 1872. (Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. Localização: NPHEd. Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html;jsessionid=2ac625afe469f43635d3f58b78c9>. Acesso em 27 ago. 2015). Esse percentual mais elevado de alfabetização tem relação direta com a presença de população teuto-brasileira no Rio Grande do Sul. No município de São Leopoldo, por exemplo, o percentual de alfabetização chega a pouco mais de 33% da população. Joseph Love, fez observação semelhante ao demonstrar as diferenças entre o que denominou de “o Rio Grande urbano e dos colonos” e o “rio Grande das estâncias”. Os dados de alfabetização utilizados pelo autor são do Censo de 1890, mas não são tão discrepantes do censo anterior. Enquanto em Porto Alegre e São Leopoldo os índices de analfabetismo eram, respectivamente, de 58% e 54,7%, em São Borja chegava a 84% (LOVE, 1975, p. 59).

¹⁷⁰ Notas biográficas de Hermínio Francisco do Espírito Santo ver em BRASIL, [s.d.] e TESSLER, 2014.

A família estava habilitada a adentrar o mundo da política, dando continuidade ao que já havia feito, décadas antes, a família Prates. Afinal, o título de bacharel aumentava as chances de abrir as portas da política imperial, pois, como bem demonstrou Jonas Vargas, “Se um homem desta província [Rio Grande do Sul], na segunda metade do Oitocentos, quisesse ingressar na política e sonhar com uma carreira bem sucedida, não poderia prescindir de um diploma de curso superior, tendo prioridade o de bacharel em direito” (VARGAS, 2010b, p. 123).

Portando, possuir o título de bacharel habilitava Júlio de Castilhos a adentrar não somente no mundo das ciências jurídicas como também no mundo da política provincial e da Corte.¹⁷¹ Além do que, o título de bacharel garantia destacada posição social, que poderia ser utilizada com outros fins, como apontado por Luiz Alberto Grijó:

Mesmo que um aluno retornasse depois de formado a sua paróquia de origem, que assumisse os negócios rurais e/ou comerciais e/ou político-partidários de seu grupo familiar, carregava consigo tais recursos que poderiam utilizar na obtenção de vantagens do governo, de posições dele dependentes, como títulos e honrarias, de créditos financeiros, e/ou lograr assumir cargos eletivos ou outros quaisquer (GRIJÓ, 2005, p. 63).

A atuação política de Júlio durante o período imperial foi, entretanto, fora dos grandes círculos de poder. Não chegou a ocupar qualquer cargo político na Corte. Sequer foi deputado provincial, apesar de ter concorrido ao cargo.¹⁷² Seu caso foi distinto de Félix da Cunha, o mesmo que, duas décadas antes havia escrito ao pai de Júlio de Castilhos pedindo apoio político.

Félix, assim como Júlio, havia se bacharelado em Direito. Logo que retornou à província, depois de formado, se envolveu com a política provincial, participando da Contra-Liga que tinha como uma das maiores lideranças Manuel Luís Osório. Foi Osório quem apoiou a candidatura de Félix da Cunha à deputação provincial em 1856, para a qual foi eleito. Em 1860, Félix já galgava postos maiores, sendo eleito deputado geral pela província do Rio Grande do Sul, concorrendo pelo Partido Liberal Histórico. Sua jovem carreira política foi interrompida em 1865 ao falecer, com tuberculose, aos 32 anos.¹⁷³

Júlio, apesar de não ter ocupado nenhum cargo político, não deixou de se envolver com a política provincial. Retornando ao Rio Grande do Sul depois de bacharelado, instalou um

¹⁷¹ Sobre a relação entre a formação da elite política e as faculdades de Direito ver também NABUCO, 1899.

¹⁷² Em 1889, Castilhos foi candidato à deputação federal pelo 6º círculo, não tendo sido eleito. Ver quadro em: ELEIÇÃO de Deputados Gerais. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano VI, n. 200, p. 2, 2 set. 1889. Localização: BNDigital.

¹⁷³ As informações sobre Félix da Cunha foram retiradas do trabalho de Jonas Vargas (2010b).

escritório de advocacia em Porto Alegre. Residindo na capital da província, participou da fundação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), em 1882. Em 1884, estava à frente da criação do jornal *A Federação*, o órgão de imprensa oficial do partido.¹⁷⁴

Diferente de Félix da Cunha, que ao retornar de São Paulo, se inseriu em um grupo político já consolidado – dos liberais – e logo se elegeu deputado, Júlio de Castilhos optou por atuar a favor de uma terceira e nova via política, o Partido Republicano. Como este era um partido em formação e crítico da Monarquia, menores foram as oportunidades de Júlio acessar algum cargo. Para termos uma ideia, durante o período imperial, o PRR conseguiu eleger apenas um deputado provincial, Joaquim Francisco de Assis Brasil.¹⁷⁵

A escolha partidária distinta feita por Félix da Cunha e por Castilhos remetem à compreensão da diferente conjuntura histórica em que viviam e na qual frequentaram a escola de Direito. Luiz Alberto Grijó (2005), tratando das Faculdades de Direito imperiais demonstrou o forte ambiente político existente nelas. O idealismo político estava presente tanto nos espaços de socialização frequentados pelos alunos fora do ambiente da escola como dentro da própria faculdade. Segundo Grijó, os “ambientes privilegiados de socialização eram os jornais e revistas que os alunos organizavam, redigiam e editavam, os clubes e sociedades mais ou menos secretos aos quais se filiavam, eram as pensões e ‘repúblicas’ nas quais moravam, os cafés que frequentavam” (GRIJÓ, 2005, p. 38).¹⁷⁶

No caso da vida propriamente acadêmica, o autor aponta que a “presença da política partidária” era “também verificada pelo caso dos professores das escolas”, uma vez que “ao menos em torno da metade dos professores das academias tiveram vínculos com a política partidária” (GRIJÓ, 2005, p. 39). Para Grijó, não seria “equivocado presumir que mais da metade dos professores ocuparam cargos públicos de indicação político-partidária no plano nacional e nas províncias antes, durante e/ou depois de suas estadas como lentes das faculdades” (GRIJÓ, 2005, p. 39).

As Faculdades de Direito eram ambiente de circulação de ideias sendo que, no período em que Félix da Cunha esteve no largo de São Francisco, o liberalismo predominava. Jonas Vargas aponta, ao analisar a formação superior dos deputados provinciais do Rio Grande do Sul no período 1868-1889, que a maior parte dos que eram formados em Direito obtiveram o título em São Paulo, sendo a grande maioria ligada ao Partido Liberal. Em relação aos que se

¹⁷⁴ Tais aspectos serão explorados com mais detalhes no próximo capítulo.

¹⁷⁵ Ainda assim não se pode desconsiderar que, a nível municipal o PRR tenha tido melhor êxito. Em 1883, nas eleições municipais, o PRR conseguiu eleger ao menos um vereador em cada município da Campanha, com exceção de São Gabriel. Em Alegrete e Caçapava, foram dois os eleitos (RAMOS, 1990, p. 109).

¹⁷⁶ Sobre este ponto ver também ALONSO, 2002.

formaram em Direito na Faculdade de Recife, a predominância era de conservadores (VARGAS, 2010b, p. 97).¹⁷⁷

Quando Júlio de Castilhos chega à Faculdade de Direito, na segunda metade da década de 1870, o momento era outro e as ideias que circulavam também. São Paulo vivia a efervescência do movimento republicano, o que, certamente, acabou por influenciar suas posições políticas, como a de tantos outros jovens. Na Academia do Largo de São Francisco, como aluno de Direito, Júlio atuou como redator em dois jornais acadêmicos: *A Evolução* e *A República*.¹⁷⁸ Segundo Helga Piccolo, o primeiro era um jornal “redigido por três acadêmicos – Júlio de Castilhos, Assis Brasil e Pereira da Costa – e do qual circularam dez números entre abril e setembro de 1879”. Já no *A República*, “Órgão do Clube Republicano Acadêmico”, Júlio redigiu artigos “entre junho e agosto de 1880” (PICCOLO, 2005, p. 85). Eram ambos jornais de tendência republicana.¹⁷⁹

Assim, dado seu posicionamento político, ao retornar de São Paulo em 1881, ao invés de aderir a um dos dois partidos que predominavam na política sul-rio-grandense, Júlio se envolveu com a criação do PRR. A década de 1880 representou, para ele, o momento de inserção ativa no movimento republicano na província.

* * *

Uma análise do papel exercido pelas lideranças republicanas no período inicial da República não pode prescindir de considerar a dimensão familiar, tanto econômica quanto social, existente anteriormente à proclamação do regime em 1889. É preciso recuar no tempo e ampliar a análise para além do indivíduo a fim de compreender as condições históricas que colaboraram na formação das lideranças republicanas. Neste capítulo, analisamos aspectos que foram essenciais para que um membro de uma família de elite adentrasse o mundo da política. Demonstramos que foi o capital familiar, construído no espaço rural e assentado na exploração de mão de obra escrava, que garantiu sua formação educacional, aspecto fundamental para que

¹⁷⁷ Segundo os dados apresentados por Vargas, dos 51 formados em São Paulo, 31 eram liberais, 16 conservadores e um republicano, sendo que dos outros três não foi possível identificar o partido. Em relação aos 16 deputados formados em Direito pela faculdade de Recife, apenas dois eram liberais. Os outros 14 se tornaram deputados pelo Partido Conservador (VARGAS, 2010, p. 97).

¹⁷⁸ Ver: FRANCO, 1996; PICCOLO, 2005; e GRIJÓ, 2005.

¹⁷⁹ Joaquim Nabuco refere-se também ao envolvimento de seu pai, Nabuco de Araújo, com a fundação de jornais enquanto estudante de Direito: “Logo no primeiro ano do curso funda ele com Ferraz e Cansação o *Echo de Olinda*. [...] Eram esses pequenos jornais, folhas exclusivamente políticas, contendo apenas dissertações retóricas sobre theses constitucionais e às vezes, em “parágrafos” soltos, [...]” (NABUCO, 1899, p. 17; Tomo Primeiro).

Júlio pudesse frequentar os círculos políticos e sociais não somente na capital da província mas também em São Paulo.

Francisco Ferreira de Castilhos, pai de Júlio, era um grande proprietário de terras. A riqueza que acumulou, especialmente depois do casamento com Carolina Prates, advinha das atividades pecuárias, assentadas no trabalho escravo, tendo especial destaque o comércio de mulas nas províncias do Paraná e São Paulo. Era este comércio que conectava Francisco ao grande comércio interprovincial que, por sua vez, sustentava as atividades agroexportadoras do Império, diretamente relacionadas à agroexportação escravista.

A formação superior de Júlio de Castilhos foi proporcionada pela fortuna construída por seu pai, sendo que a conjuntura da morte de Francisco Ferreira de Castilhos, em 1871, pode ter sido fundamental para que Júlio fosse o único filho dos Castilhos com diploma superior, apesar dos esforços constantes da família em garantir a educação de seus filhos.

Estudando em São Paulo no contexto da efervescência do movimento republicano, Júlio retornou à província em 1881 e, ao invés de adentrar nos partidos já consolidados – Liberal e Conservador – se envolveu com a formação de um novo partido – o PRR. No capítulo seguinte, adentramos na década de 1880, quando Castilhos se torna o grande nome do PRR. Acompanhar esse processo de ascensão de Júlio no interior do partido e analisar as estratégias que utilizou para conquistar espaço na política provincial serão alguns dos aspectos explorados na análise.

3 UM JOVEM BACHAREL NA CAPITAL DA PROVÍNCIA NOS TEMPOS DA PROPAGANDA REPUBLICANA

Março de 1883. Este foi um mês bastante agitado para Castilhos. Apesar de ainda estar hospedado na casa do comerciante e correligionário Sebastião Pereira Barros, em Porto Alegre, Júlio preparava a mudança para a casa na qual residiria com Honorina Costa. Faltando menos de dois meses para o casamento, que seria realizado em Pelotas, onde a família Costa residia, os preparativos eram causa de preocupação. Em 28 de março, escrevia à noiva:

- E tu, o que me dizes de ti, das condições atuais do teu espírito? Ele está bem preparado para a nova fase da tua vida? Tens meditado assaz a meu respeito e acerca da nossa próxima vida comum? [...]
[...] Tenho também curiosidade de saber o que D. Aninha tem resolvido com relação ao modo de efetuar-se o casamento. Iremos para a Serra, ou ficaremos aí em alguma chácara? Esta já foi encontrada nas condições desejadas? Responde. Quanto ao próprio ato religioso, ele se há de realizar na forma já combinada entre nós, sem alteração alguma; e dentre todos os lugares lembrados presumo ser preferível sempre a capelinha de que me falaste algumas vezes. [...]¹⁸⁰

Os preparativos para o matrimônio dividiam espaço com a intensa vida política de Júlio na capital, durante aquele mês de março, quando ocorreu, em Porto Alegre, o Congresso Republicano. Nele, sairia como uma das lideranças do Partido fundado no ano anterior. Além de eleito membro da Comissão Executiva, foi também escolhido para compor a comissão de imprensa, na qual atuaria ativamente durante os meses seguintes.

Assim, a década de 1880 foi intensa e decisiva para o jovem bacharel que havia acabado de retornar de São Paulo. Passou a residir na capital de sua província natal. Foi durante esta década que a liderança de Castilhos no interior do PRR foi se afirmando, como apontam seus principais biógrafos, apesar de não serem unânimes em precisar quando isso ocorreu. Othelo Rosa assinala, ao tratar da Convenção Republicana de 1882, na qual foi fundado o PRR: “E pode-se fixar ahi (sic) o início da preponderância que ele passou a exercer na direção do movimento e, principalmente, na organização do partido e na systematização (sic) da propaganda” (ROSA, 1928, p. 67). Para Sérgio da Costa Franco, a liderança de Castilhos se afirmaria apenas em 1883, no primeiro Congresso Republicano: “É a partir do 1º Congresso, de 1883, que Júlio de Castilhos começa a afirmar-se como expressão partidária das mais altas,

¹⁸⁰ Carta de Júlio de Castilhos a Honorina Costa. Porto Alegre, 27 de março de 1883. Apud CASTILHOS, 1993, p. 33-35.

ao ser eleito para redator do futuro jornal republicano, pelo voto de treze dos quinze convencionais presentes” (FRANCO, 1995, p. 28).

Precisar o momento em que Castilhos assumiu papel de liderança dentro do PRR, tal qual tentaram fazer seus biógrafos, é, no mínimo, uma tarefa ingrata, dada a dificuldade, e que pouco nos revela do processo que resultou na sua afirmação. Aqui, mais uma vez, lembramos Bloch (2001) que chama a atenção para a necessidade que tem o historiador, enquanto cientista, de buscar o porquê e aceitar que não há resposta única e pronta. O mote deste capítulo é, portanto, investigar como Castilhos se tornou a grande liderança republicana do Rio Grande do Sul. Mais do que revelar acerca da trajetória política de Castilhos, a análise evidencia os meios que podiam ser eficientes, na segunda metade do século XIX, e especialmente nas décadas de 1870-1880, para que um indivíduo alçasse o topo da política estadual e obtivesse reconhecimento nacional de sua liderança.

Neste sentido, o presente capítulo parte de duas hipóteses centrais. A primeira entende que o processo de afirmação de Castilhos como liderança se estendeu por toda a década de 1880 e adentrou os anos iniciais da República. A segunda hipótese é de que esse processo de afirmação ocorreu através de vias distintas, mas complementares, quais sejam: a atuação de Castilhos dentro do PRR, seja através de sua inserção no pequeno grupo da elite republicana provincial, seja na articulação com os partidos e lideranças municipais; sua atuação junto à criação e consolidação da imprensa republicana; sua inserção no movimento abolicionista; e, por fim, considera que foi central em todas essas vias sua capacidade de acionar relações pré-existentes para atingir seus objetivos. Tais fatores se configuraram como peças no processo de afirmação da liderança republicana.

O capítulo explora a atuação de Júlio de Castilhos no mundo da política durante a década de 1880, no período compreendido entre seu retorno de São Paulo, em 1881, já formado bacharel em Direito, e a proclamação da República, em 1889. Diferentemente de muitos formados que, retornando à província, se instalavam em suas localidades de origem, Castilhos se manteve na capital, Porto Alegre. Essa opção, lhe permitiu um maior envolvimento com o movimento republicano que tomava cada vez mais corpo.

Se, como tratado no capítulo anterior, as condições familiares foram fundamentais para que Júlio tivesse acesso ao restrito mundo da elite política, a conjuntura da década de 1880 foi essencial para que o jovem advogado pudesse chegar à liderança da política no Rio Grande do Sul. O suporte oferecido pelos recursos familiares, os contatos em Porto Alegre e São Paulo, bem como sua ação dentro do movimento republicano resultaram em liderança incontestável

quando a República foi proclamada. São estes o período e o contexto que o presente capítulo irá percorrer.

As fontes utilizadas compreendem essencialmente edições do jornal *A Federação* e a correspondência pessoal e política de Castilhos, como cartas enviadas a amigos, familiares e correligionários. Através da análise destas fontes foi possível acompanhar a atuação de Castilhos nas múltiplas frentes que tomou o movimento republicano no Rio Grande do Sul, o que foi essencial para a definição de seu papel de liderança partidária.

3.1 “o advogado principiante e o republicano intransigente”: os negócios rurais de um bacharel e político residente na capital do Estado

Nascido em uma família cujas atividades econômicas estavam centradas na produção pecuária e escravista, como já demonstramos, Júlio de Castilhos parece, a princípio, não ter seguido os negócios familiares, distanciando-se, inclusive, do espaço rural. Depois de ter retornado de São Paulo, com o título de bacharel em Direito, passou a exercer a advocacia na capital da província, onde abriu um escritório à rua dos Andradas, número 291.¹⁸¹ Envolvido com a política partidária republicana, permaneceu em Porto Alegre, especialmente depois da Proclamação da República.

Em relação à origem das lideranças republicanas no Rio Grande do Sul, por muito tempo a historiografia regional evidenciou que os republicanos, especialmente as lideranças, participantes diretas da fundação do PRR e atuantes em seus primeiros anos de funcionamento da República, representavam uma nova elite regional, mais ligada aos setores urbanos e desvinculada do tradicional grupo que até o final do Império havia dominado a política regional, a saber, a elite vinculada à atividade agropecuária, especialmente da região da Campanha. O principal argumento destes trabalhos se assentava no fato de que o grupo que participou da formação do PRR era composto por jovens egressos das faculdades de Direito. Assim, Hélio Trindade (1979), Walter Spalding (1952), Sérgio da Costa Franco (1996) e Célio Pinto (1979), de diferentes maneiras, deram destaque a este tipo de interpretação.

Já na década de 1970, o brasilianista Joseph Love (1975)¹⁸² afirmava existirem ligações deste grupo de republicanos com a elite tradicional da Campanha. Luiz Alberto Grijó, ao tratar das origens sociais dos bacharéis em direito sul-rio-grandenses, durante o século XIX, afirma que “há uma série de indícios” de que “eram em sua maioria socialmente originários das regiões

¹⁸¹ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano I, n. 50, p. 3, 01 março 1884. Localização: BNDigital.

¹⁸² Originalmente publicado em 1971.

de criação de gado e/ou beneficiamento de produtos derivados desta atividade e/ou de cidades com características comerciais ou administrativas” (GRIJÓ, 2005, p. 107).

Recentemente, Tassiana Saccol (2013) comprovou essa ligação, demonstrando que a elite republicana do Rio Grande do Sul, apesar de ser formada por profissionais liberais, era oriunda de grupos ligados às atividades agrárias e pastoris. E, para além disso, evidenciou que existiam relações pessoais muito estreitas que ligavam o grupo de republicanos aos monarquistas, especialmente laços familiares. A autora demonstrou que foram, por exemplo, essas ligações pessoais que facilitaram a aliança entre republicanos e conservadores, possibilitando a eleição de Assis Brasil à Assembleia Provincial, em 1883.

A trajetória política e profissional de Castilhos longe das propriedades da família, poderia nos levar a caracterizá-lo como um típico profissional liberal, atuante nos meios urbanos. Entretanto, sua trajetória não pode ser desvinculada do mundo rural. Afinal, como já destacamos, foram os recursos advindos de atividades pecuárias pautadas na escravidão que sustentaram a formação deste líder republicano. Formado bacharel, foram também os recursos rurais que garantiram sua permanência na capital da província, onde pôde atuar em prol da política republicana. Residindo na capital, ele ainda manteve forte ligação não somente com sua família, residente em São Martinho, como também com negócios familiares e investimentos próprios realizados em atividades pecuárias.

Conseguir trabalho na capital não era tarefa fácil para um recém-bacharel. Pela correspondência ativa de Castilhos relativa ao período, é possível perceber que ele se valia dos contatos que possuía. Em 20 de julho de 1883, escreveu a João Jacinto de Mendonça Júnior¹⁸³, que foi seu colega na Faculdade de Direito de São Paulo e que, então, advogava na cidade de Pelotas: “Espero que cumpras a tua promessa relativa à remessa de trabalho para a 2ª instância. Por teu intermédio, o dr. Franºco Azevedo e outros teus amigos poderão preferir-me a outro qualquer colega d’aquí. Ofereço em garantia a máxima atividade”.¹⁸⁴ No mesmo ano, escreveu cartas a Venâncio de Oliveira Ayres: “Lembro-lhe a promessa: mande-me serviço para a 2ª

¹⁸³ João Jacinto de Mendonça Júnior era filho de Joaquim Jacinto de Mendonça, político do Partido Conservador. Seu pai formou-se em Direito, na Faculdade de São Paulo, em 1850. Foi nomeado presidente da província de Sergipe, cargo que exerceu de 1861 a 1863. Depois, ainda se elegeu deputado na mesma província (1871-1872). Mendonça Júnior era, ainda, sobrinho de João Jacinto de Mendonça, formado em Medicina. Também conservador, João Jacinto de Mendonça, além de deputado provincial, foi eleito Senador pelo Rio Grande do Sul e nomeado presidente da província de São Paulo. Dados sobre Joaquim Jacinto de Mendonça ver: BARATA, [s.d].

¹⁸⁴ Carta de Júlio de Castilhos a Mendonça Júnior. Porto Alegre, 20 de julho de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 20.

instancia, sempre que tiver”.¹⁸⁵ Alguns meses depois, a sete de setembro renovava o pedido: “Cá espero o serviço para 2ª instancia que promete remeter brevemente”.¹⁸⁶

O trabalho na capital não prosperou conforme o esperado, a tal ponto que, em julho de 1883, Castilhos levantava a possibilidade de retornar a São Martinho. A este respeito, escreveu ao irmão Francisco, a quem chamava de Chiquinho:

Em matéria de advocacia ni bien ni mal. Si não tenho razões para estar contente, também não as tenho para estar absolutamente descontente. O que é, porém, certo, é que, si as coisas correrem como estão correndo agora no princípio, não poderei de forma alguma permanecer aqui. Principiando, como estou, a carreira aqui, tenho assim mesmo ganho mais do que esperava, apesar de não ganhar nem para a 3ª parte das despesas que faço. Desde que o rendimento não aumente no triplo, dentro de quatro meses levantarei a tenda, para estabelecê-la-á aí.¹⁸⁷

Ao colega e amigo Assis Brasil, Castilhos revelava as possíveis motivações das dificuldades que encontrava no campo da advocacia:

Aqui vou remando, remando contra a maré de circunstâncias adversas, circunstâncias em que infalivelmente o acha sempre **o advogado principiante** e o republicano intransigente, no seio d’uma sociedade estragada e dissoluta, como é esta na generalidade.

Acho-me descontente em face do sucesso negativo da minha advocacia. A clientela até o presente anda arredia do meu escriptorio, e, **na minha posição política, com os meus hábitos de inquebrável disciplina moral e com minhas tendências absolutamente refractaria ao servilismo e ao papel de intruso e furão, não sei como fazel-a, a clientela, aproximar-se mais.**¹⁸⁸

O estabelecimento de Castilhos na capital do estado possibilitou-lhe envolvimento direto com a política, especialmente com a criação e o fortalecimento do partido republicano. Assim, sabia que além do fato de ser principiante, suas atividades políticas poderiam representar outra dificuldade para seus negócios na advocacia, especialmente naquele momento em que o partido republicano estava em processo de afirmação.

Buscando por todos os meios permanecer na capital e encontrando dificuldades de se manter somente com os ganhos obtidos na advocacia, Castilhos fez uso, ao longo da década de 1880 e ainda depois de proclamada a República, de outros meios para permanecer em Porto

¹⁸⁵ Carta de Júlio de Castilhos a Venâncio Ayres. Porto Alegre, 19 de julho de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 21.

¹⁸⁶ Carta de Júlio de Castilhos a Venâncio Ayres. Porto Alegre, 7 de setembro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 62.

¹⁸⁷ Carta de Júlio de Castilhos a Chiquinho. Porto Alegre, 30 de julho [de 1883]. Apud VELHO, 2013, p. 27-28. Grifos do autor. Pelo conteúdo da carta é possível supor que data de 1883, apesar da ausência dessa informação.

¹⁸⁸ Carta de Júlio de Castilhos a Joaquim Francisco de Assis Brasil. Porto Alegre, 03 de agosto de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 42. Grifos nossos.

Alegre. A análise dos bens deixados por ele a seus herdeiros, por ocasião de seu falecimento, em 1903, permite algumas considerações acerca dos investimentos realizados e do capital que sustentou sua família e sua carreira política na capital do estado.

Como demonstra a tabela abaixo, Júlio possuía uma fortuna considerável quando faleceu. Os quase 294 contos de réis (ou quase quinze mil libras esterlinas) garantiam uma confortável posição social em Porto Alegre. Para além do que significava tal riqueza, mais interessante é a análise do que formava sua fortuna. Como é possível perceber pela tabela, a maior parte do seu capital era composto por bens de raiz (68%).

Tabela 2 – Distribuição de bens no inventário de Júlio Prates de Castilhos

Distribuição de bens	Valor em Réis	Valor em Libras esterlinas	Em %
Bens de Raiz	200:000\$000	10.000,000	68%
Bens Móveis	12:600\$000	630,000	4%
Semoventes	21:000\$000	1.050,000	7%
Dinheiro	10:179\$000	508,950	4%
Capital social de sociedade	50:000\$000	2.500,000	17%
MONTEMOR	293:779\$000	14.688,950	100%
MONTE PARTILHA	293:779\$000	14.688,950	-

Fonte: Inventário *post-mortem*. Inventariado: Dr. Júlio Prates de Castilhos; Inventariante: D. Honorina de Castilhos. Localização: APERS, Juízo de Órfãos, 3º Cartório, Porto Alegre, *Inventário*, Ano 1903, maço 19, n. 375. Cópia digital.¹⁸⁹

A descrição dos bens presente no inventário possibilita uma percepção mais acurada desta fortuna, bem como oferece indícios das atividades econômicas que sustentavam a família de Júlio de Castilhos. Dos bens descritos, a Chácara da Figueira, adquirida em 1896, e o prédio assobradado estavam localizados em Porto Alegre. Todos os demais bens de raiz, como é possível observar abaixo, na Tabela 3, correspondiam a propriedades que Júlio possuía no município de Vila Rica, onde nasceu.¹⁹⁰

¹⁸⁹ Versão digital gentilmente cedida pelo APERS.

¹⁹⁰ Vale lembrar que Júlio de Castilhos nasceu em 1860 em São Martinho, distrito do município de Cruz Alta. Ao falecer, em 1903, suas propriedades estavam localizadas, segundo consta no inventário, no município de Vila Rica que, até 1891, foi distrito de São Martinho (emancipado de Cruz Alta em 1876). Em 1905, o município passou a chamar-se Júlio de Castilhos.

Tabela 3 – Distribuição dos bens de raiz do Inventário de Júlio de Castilhos

Propriedade	Local	Valor em Réis	Valor em Libras Esterlinas	Valor em %
Chácara da Figueira	Porto Alegre	25:000\$000	1.250,000	12,5%
Prédio assobradado	Porto Alegre	70:000\$000	3.500,000	35%
Fazenda Boa Vista	Vila Rica	50:000\$000	2.500,000	25%
Campo “de fora”	Vila Rica	4:000\$000	200,000	2%
Invernada do Cervo	Vila Rica	50:000\$000	2.500,000	25%
Parte na casa da Fazenda da Reserva	Vila Rica	1:000\$000	50,000	0,5%
Total	-	200:000\$000	10.000,000	100%

Fonte: Inventário *post-mortem*. Inventariado: Dr. Júlio Prates de Castilhos; Inventariante: D. Honorina de Castilhos. Localização: APERS, Juízo de Órfãos, 3º Cartório, Porto Alegre, *Inventário*, Ano 1903, maço 19, n. 375. Cópia digital.

Assim, dos duzentos contos de Réis que possuía em bens de raiz, 52,5% estavam localizados no interior do estado, sendo, basicamente, propriedades rurais. Nota-se que estas propriedades rurais advinham ainda da herança que Júlio recebera quando da morte de seus pais e que ele não só as manteve como fez render ganhos.

Retornando à Tabela 2, é possível fazer algumas considerações sobre suas atividades econômicas. A pequena quantidade de semoventes – 600 bois – que correspondiam a apenas 7% do total de bens inventariados, pode sugerir, em um primeiro momento, que a atividade pecuária não teve grande papel entre os investimentos do político republicano. Entretanto, a análise do capital social de 2.500 libras esterlinas que possuía (Tabela 2) assinala que a atividade criatória constituiu um importante investimento econômico.

Trata-se da parte de Castilhos em uma sociedade, firmada em 24 de março de 1903, com Francisco de Lemos Farias. Segundo declarou Honorina, esposa de Júlio e inventariante, “o cabedal social constava do seguinte: mil trezentos e quarenta e três (1343) Novilhos e Bois, mil setecentos e três (1703) rezes de criar; Seiscentos e sete (607) éguas e potros, quinhentas (500) ovelhas, cinquenta e oito (58) mulas, e setenta (70) cavalos”.¹⁹¹ Somando o valor dos animais com uma quantia em dinheiro que estava em posse do sócio Farias, no valor de 20,080 libras

¹⁹¹ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Dr. Júlio Prates de Castilhos; Inventariante: D. Honorina de Castilhos. Localização: APERS, Juízo de Órfãos, 3º Cartório, Porto Alegre, *Inventário*, Ano 1903, maço 19, n. 375, f. 28v. Cópia digital.

esterlinas (ou 401\$600 réis), e deduzidas as dívidas que possuía (99,635 libras ou 1:992\$700 réis), a sociedade contava com um capital de 5.000 libras esterlinas (ou 100 contos de réis).

Apesar da sociedade ter sido firmada em março de 1903, é possível que Júlio já tivesse negócios anteriores com Francisco Farias pois, em início de janeiro daquele ano, ao escrever a José Caldas, de Santa Maria, afirma ter autorizado a Francisco Farias “propor-vos contrato para toda safra”.¹⁹² Em outra carta, enviada poucos dias depois ao mesmo José Caldas, Júlio afirmava: “Desejo ajusteis contrato Francisco Farias, cujos compromissos subscreverei. Tudo será cumprido fielmente da nossa parte”.¹⁹³ A existência de relações entre Castilhos e Francisco Farias anteriores ao contrato referido no inventário fica evidenciada também na carta enviada por Farias a Júlio, a 25 de março de 1896, demonstrando que eles se conheciam há alguns anos. A carta é endereçada da Boa Vista e trata de questões relacionadas ao cercamento de campos da fazenda e do gado existente nela.¹⁹⁴ Acreditamos que Farias tenha sido uma boa opção para Castilhos após a morte do irmão, Francisco Ferreira de Castilhos, em meados da década de 1890¹⁹⁵, com quem Castilhos mantinha uma sociedade.

A sociedade firmada com Francisco de Farias garantia a Júlio, além dos ganhos com a criação de animais, um ganho extra, advindo do aluguel de campos para a criação destes animais. Segundo consta no inventário, “a sociedade utilizara-se dos campos da Fazenda ‘Boa Vista’ e da internada denominada ‘Cervo’, pelas quais pagava o arrendamento de quatro contos e quinhentos mil reis anuais”.¹⁹⁶

A importância dos ganhos gerados por esta sociedade ganha maior dimensão quando, um ano depois, com o marido já falecido, é Honorina de Castilhos quem firma com o mesmo Francisco Lemos Farias sociedade de criação de animais no valor de 50 contos de Réis. Tal fato

¹⁹² Bilhete de Júlio de Castilhos a José Caldas. Sem local, 05 de janeiro de 1903. Localização: AHRS, APJC, Série 5: Assuntos Privados de Júlio de Castilhos, Subsérie 01: Correspondência enviada, Caixa 5, Maço 19, Doc. 03. A catalogação no APJC aponta como local de origem Santa Maria; entretanto, este é o local de destino.

¹⁹³ Bilhete de Júlio de Castilhos a José Caldas. Sem local, 07 de janeiro de 1903. Localização: AHRS, APJC, Série 5: Assuntos Privados de Júlio de Castilhos, Subsérie 01: Correspondência enviada, Caixa 5, Maço 19, Doc. 05. A catalogação no APJC aponta como local de origem Santa Maria; entretanto, este é o local de destino.

¹⁹⁴ Carta de Francisco Lemos de Farias a Júlio de Castilhos. Boa Vista, 25 de março de 1896. Localização: AHRS, APJC, Série 5: Assuntos Privados de Júlio de Castilhos, Subsérie 02: Correspondência recebida, Caixa 5, Maço 20, Doc.08.

¹⁹⁵ Rita de Cássia, irmão de Júlio, em carta informa que Chiquinho faleceu com 41 anos de idade. Considerando, pelos dados do inventário de Francisco Ferreira de Castilhos (pai) que Chiquinho tenha nascido entre 1854 e 1855, teria falecido em 1896 ou 1896. (Carta de Rita de Cássia a Júlio de Castilhos. Sem local, 19 de junho de 1901. Localização: AHRS, APJC, Série 5: Assuntos Privados de Júlio de Castilhos, Subsérie 2: Correspondência Recebida, Caixa 5, Maço 20, doc. 60).

¹⁹⁶ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Dr. Júlio Prates de Castilhos; Inventariante: D. Honorina de Castilhos. Localização: APERS, Juízo de Órfãos, 3º Cartório, Porto Alegre, *Inventário*, Ano 1903, maço 19, n. 375, f. 27v. Cópia digital.

demonstra que, mesmo depois da morte de Castilhos, os negócios rurais da família eram importantes para seu sustento.¹⁹⁷

Fica cada vez mais evidente que Castilhos, mesmo se distanciando do mundo rural, se mantinha com os ganhos que dele advinham. A análise da correspondência trocada por Júlio e Francisco, ou Chiquinho, como a ele se referia, na década de 1880, revela que os irmãos possuíam negócios em sociedade. Na carta já referida, de julho de 1883, Júlio inqueria seu irmão acerca dos negócios: “Conte-me como estão os **nossos gados**; si prometem bom engorde na safra próxima. Poderemos fazer boa venda de vacas? Exponha tudo minunciosamente”.¹⁹⁸

A relação de negócios que Júlio mantinha com o irmão Francisco pode ter sido condicionada ou incentivada pela divisão de bens da família realizada após a morte de Francisco Ferreira de Castilhos. Na partilha de bens efetuada naquela ocasião, a Fazenda da Boa Vista, propriedade da família avaliada em 19 contos de réis, foi dividida entre os irmãos Júlio e Francisco, recebendo cada qual uma parte no valor de 9 contos e 500 mil-réis.¹⁹⁹ Assim, os dois irmãos se tornaram sócios da posse da propriedade e, como demonstram as correspondências, estenderam esta sociedade para a criação de animais que realizavam na fazenda.

Tratativas acerca de negócios com animais são recorrentes nas correspondências de Júlio ao irmão. É o que ocorre na carta de 27 de agosto de 1883:

Quanto aos nossos gados invernados, não preciso absolutamente dizer-lhe palavra alguma. Melhor do que eu, V. conhece a necessidade que temos de fazer bom negócio na próxima safra. Desde que os nossos gados estejam bem gordos, poderemos, não só vender um número crescido, como obter o preço mais alto que aparecer. Em qualidade o nosso gado é igual aos melhores, portanto um bom negócio depende apenas do estado de gordura. Não deixe de ir de quando em vez ver as nossas vacas invernadas. A safra próxima não promete ser melhor do que a passada; entretanto, é de presumir que a charqueada d’aqui e a de Cachoeira, pelo menos, pagarão os 32\$000 (bois) e as 24\$000 (vacas).²⁰⁰

Nesta correspondência fica confirmado não somente o tipo de negócio que Júlio e Francisco mantinham – a criação de gado – como também sua ligação com a produção charqueadora. Esta ligação, inclusive, gerava grandes preocupações a Júlio, uma vez que a crise

¹⁹⁷ Inventário *post-mortem*. Inventariada: Honorina de Castilhos; Inventariante: Arthur Franco de Souza. Localização: APERS, Cartório de Órfãos e Ausentes, Porto Alegre, *Inventário*, Ano 1905, Maço 19, n. 375. f. 49v.

¹⁹⁸ Carta de Júlio de Castilhos a Chiquinho. Porto Alegre, 30 de julho [de 1883]. Apud VELHO, 2013, p. 29; grifo nosso.

¹⁹⁹ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, Maço 3, n. 93. f. 110v e 112.

²⁰⁰ Carta de Júlio de Castilhos a Chiquinho. Porto Alegre, 27 de agosto de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 55.

que se abatia sobre a produção charqueadora naquela década tinha reflexos nas atividades produtivas dos irmãos. Afirmava Júlio, na carta de 30 de julho de 1883, que “Os negócios de charqueada em Pelotas estão péssimos. Acabaram de quebrar agora 3 charqueadores”.²⁰¹ Júlio não estava errado acerca das informações que concedia ao irmão sobre as charqueadas de Pelotas. Jonas Vargas (2013, p. 190) destaca que a década de 1880 marca o início da decadência das charqueadas em Pelotas, que já enfrentavam o agravamento das crises entre os anos de 1860 e 1870.

Apesar das referências à crise, é possível presumir que os irmãos ou não vendiam seu gado para o complexo charqueador pelotense ou buscaram alternativa. Em carta dirigida a Hermínio Francisco do Espírito Santo, seu cunhado (já que casado com sua irmã Adelaide), a 16 de setembro de 1883, Júlio aponta a situação ruim dos negócios, devido à crise dos charqueadores, sobretudo de Pelotas, mas aponta que “Felizmente, para os invernadores de Cima da Serra existe a Charqueada do Claussen e uma outra recentemente instalada perto da capital. Ambas são fortes e matam muito”.²⁰² Era a estas charqueadas, menos atingidas pela crise do momento, que Francisco e Júlio vendiam os animais que criavam. Em outras cartas é possível encontrar mais referências à charqueada do Claussen, de Cachoeira.

Apesar das queixas e medo em relação aos negócios, ao que parece, na venda de gado no ano de 1883, os irmãos obtiveram bons preços. Como Júlio explica ao cunhado Hermínio, “Abriu-se há poucos dias a safra de gado. Os primeiros preços não são tão maus, como era de esperar e como todos de fato esperavam. [...]. Esta pequena alta sobre os preços da safra passada é devida ao aumento do consumo no norte e à escassez do gênero”, segundo o que Júlio lera numa revista.²⁰³ Animado com o bom preço conseguido na safra daquele ano, Júlio afirma ao irmão Francisco: “A Boa-Vista pode nos dar grande lucro na presente safra”.²⁰⁴

Com dificuldades de obter sucesso na advocacia, em diversas cartas de Castilhos ao irmão é possível perceber que ele fez uso dos recursos advindos das atividades rurais para se sustentar na capital, visto que os trabalhos na advocacia não prosperavam da forma esperada. A 30 de julho de 1883, Júlio avisou ao irmão que “[...] si em setembro V. tiver algum dinheiro

²⁰¹ Carta de Júlio de Castilhos a Chiquinho. Porto Alegre, 30 de julho [de 1883]. Apud VELHO, 2013, p. 30.

²⁰² Carta de Júlio de Castilhos a Hermínio Francisco do Espírito Santo. Porto Alegre, 16 de setembro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 68.

²⁰³ Carta de Júlio de Castilhos a Hermínio Francisco do Espírito Santo. Porto Alegre, 22 de novembro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 125.

²⁰⁴ Carta de Júlio de Castilhos a Chiquinho. Porto Alegre, 23 de novembro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 129.

disponível, deverá reservar para mim um pouco; pois é possível que nesse tempo eu precise de alguma quantia para ocorrer às despesas”.²⁰⁵ Em agosto, Júlio reforçava o pedido:

Na carta que lhe escrevi [...], lhe disse que, si em setembro tiver algum dinheiro disponível, reserve um pouco para mim. Agora, apesar de si haverem decorrido muitos poucos dias, o meu pedido já é n’outro tom. É que o caso não é para facilitar: - os dias escoam-se, e nada de entrar-me no escritório mais trabalho, d’onde o receio de não ter dinheiro para setembro. Por isso, lhe peço que, si lhe tiver sobrado dinheiro disponível da última venda de gados, telegrafe-me – certificando-me, e ao tempo diga quanto me poderá fornecer – sem criar embaraços para si.²⁰⁶

Como é possível inferir pela correspondência, Francisco permanecia em São Martinho tratando de negócios com animais, dos quais Júlio tinha parte e, aos quais, recorria para se sustentar. Mesmo residindo na capital e se dedicando às atividades advocatícias e à imprensa, junto ao jornal *A Federação*, Júlio não só mantinha negócios em São Martinho, de cuja renda dependia, como também se envolvia diretamente nos negócios, como apontou ao cunhado Hermínio, em carta escrita a 10 de abril de 1884: “acresce que tenho necessidade de ir ver os meus negócios da Boa-Vista, que não devo abandonar aos descuidos e à inércia do Chiquinho, o qual por si só nada resolve e nada faz”.²⁰⁷

Assim, parece evidente que Júlio sustentava a família não somente com as atividades que realizava na capital, como advogado, mas em maior parte com o capital advindo do meio rural. Cumpre também notar que mesmo depois de ter se estabelecido como a principal liderança republicana do estado, ocupando inclusive o Executivo estadual, Castilhos não deixou de lado seus negócios rurais. A sociedade a que aludimos, com Francisco Faria, foi firmada em 1903, meses antes de falecer. Além do mais, em cartas trocadas com o secretário do governo, Aurélio de Bitencourt, Castilhos faz, em diversas ocasiões, referências aos negócios que mantinha ainda em São Martinho.²⁰⁸

A 29 de dezembro de 1900, ao final de uma missiva a Aurélio, Júlio escrevia: “Envio uma carta para Francisco Farias, a ser lançada na mala postal para Villa Rica. [...] Ela versa sobre negócio, que é para mim como pão para a boca. O Farias é o meu sócio e prima pars na

²⁰⁵ Carta de Júlio de Castilhos ao irmão Francisco Ferreira (Chiquinho). Porto Alegre, 30 de julho de [1883]. VELHO, 2013, p. 28.

²⁰⁶ Carta de Júlio de Castilhos ao irmão Francisco Ferreira (Chiquinho). Porto Alegre, 4 de agosto de [1883]. Apud VELHO, 2013, p. 45.

²⁰⁷ Carta de Júlio de Castilhos a Hermínio Francisco do Espírito Santo. Porto Alegre, 10 de abril de 1884. Apud VELHO, 2013, p. 173.

²⁰⁸ AHRS, APAVB.

invernada de bois”.²⁰⁹ Tudo isso nos leva a crer que mesmo com um lugar já consolidado no mundo da política estadual, Castilhos não se descuidou dos ganhos que as atividades rurais poderiam lhe render.

Além de cuidar de seus próprios negócios, a correspondência familiar revela que Júlio também estava sempre envolvido com negócios da família. A 13 de novembro de 1883, escrevia a sua mãe, Carolina Prates de Castilhos, noticiando sobre negócios: “Estive com o Esteves várias vezes. Segundo disse-me, obtive do charqueador 33\$000 para o seu gado, e vai telegrafar-lhe hoje”.²¹⁰ Ou seja, a ligação de Júlio com negócios familiares e rurais não só era grande como exigia dele dedicação, já que inúmeras são as cartas em que trata destes assuntos. Dedicação compreensível quando levamos em conta que ele dependia financeiramente do sucesso destes negócios.

A análise que apresentamos a partir do caso do chefe republicano Júlio de Castilhos, não somente corrobora a origem agrária dos republicanos, já demonstrada pela historiografia (LOVE, 1975; GRIJÓ, 2005; VARGAS, 2010b; SACCOL, 2013), como assevera que seu sustento, quando atuando no espaço urbano, no mundo da política e das profissões liberais, ainda estava assentado nas atividades rurais. Assim, a carreira profissional e política de Júlio Prates de Castilhos, que é sempre destacada como ligada essencialmente ao universo urbano da capital do estado, deve ser questionada quando consideramos os capitais utilizados na formação desta carreira.

Mesmo tendo deixado o universo familiar rural muito cedo para se dedicar aos estudos e, depois de retornar ao Rio Grande do Sul, ter fixado residência em Porto Alegre, não é possível desvincular o universo econômico de Júlio de Castilhos das propriedades que possuíam em Vila Rica (antes São Martinho). A atividade desempenhada pelo pai, Francisco, de criação e venda de animais, não foi abandonada pelos filhos. Foram estas atividades ligadas ao mundo rural que permitiram a Castilhos permanecer no mundo da política, vindo, ao longo da década de 1880, a se tornar uma das grandes lideranças do PRR.

Mantendo-se na capital, Castilhos pôde se envolver diretamente na formação do PRR, no fortalecimento das bases municipais do partido, na criação de uma imprensa republicana e assumir protagonismo na campanha abolicionista que crescia em Porto Alegre. Foi a atuação

²⁰⁹ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 29 de dezembro de 1900. Localização: AHRs, APAVB, Maço 5, Doc. 446.

²¹⁰ Carta de Júlio de Castilhos a Honorina Prates de Castilhos. Porto Alegre, 13 de novembro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 118.

nestas diferentes frentes de ação política que ajudaram na construção de sua liderança, ainda na década de 1880.

3.2 Um jovem republicano no tempo da propaganda: a fundação e fortalecimento do PRR

A historiografia que trata do movimento republicano é unânime em vincular sua formação à articulação política derivada da queda do gabinete de Zacarias, que retirou os liberais do poder e viu a subida dos conservadores. José Murilo de Carvalho aponta que o “Partido Republicano foi fundado em 1870 por liberais radicais que se tinham convencido da impossibilidade de realizar as reformas que defendiam dentro do regime monárquico” (2011, p. 142). O fator descontentamento é considerado também por George Boeher (1959) e Marieta de Moraes Ferreira (1994). Para Boeher, a saída dos liberais do poder em 1868 e o entrenchamento dos conservadores no governo, fez com que o grupo mais radical dos liberais se organizasse formando um novo partido.

O movimento republicano, que ganhou ânimo com o Manifesto de 1870, no Rio de Janeiro, não criou uma organização partidária nacional. Apesar de se disseminarem, por diversas províncias, jornais e clubes republicanos, a formação de partidos ocorreu em diferentes momentos e sempre com uma conotação regional. Em São Paulo, o partido foi criado em 1873; na província do Rio de Janeiro, seria fundado apenas em 1888. Antes disso, em 1882, um grupo de sul-rio-grandenses, entre os quais estava Júlio de Castilhos, havia fundado o PRR. Entretanto, quando da proclamação da República, nem todos os estados contavam com um Partido Republicano. Em Mato Grosso, por exemplo, a formação de partidos republicanos ocorreu somente após a proclamação da República.

Apesar da existência de um periódico e três clubes republicanos, segundo Franco, não havia em Mato Grosso “grupos suficientemente organizados para gerar um partido republicano” (2014, p. 40). Foi somente após a proclamação da República que, nesta província, partidos ditos republicanos foram criados. Ainda segundo a autora, Antônio Maria Coelho, presidente da província nomeado pelo Governo Provisório se aproximou dos antigos conservadores “a fim de formar uma agremiação partidária de face republicana”, o Partido Nacional. Generoso Ponce, que era presidente da Assembleia Provincial antes da instalação do novo regime, aproximou-se de outras autoridades regionais para fundar o Partido Republicano (FRANCO, 2014, p. 76-77).

Comparando os diversos casos acima citados, percebe-se que houve grande variação na formação de partidos republicanos provinciais/estaduais, tanto em relação à composição, contexto de formação e período em que ocorreu. Assim, a fundação dos partidos estaduais

atendia, por um lado, a peculiaridades regionais e, por outro, resultava de um contexto nacional de descontentamento com a política imperial associado ao temor de um terceiro reinado.

Ainda que em alguns estados o Partido Republicano tenha surgido apenas após a proclamação, deve-se considerar que a ausência de partidos não indica a inexistência do movimento republicano ou mesmo de políticos defensores do republicanismo. Em Mato Grosso, por exemplo, apesar de inexistirem partidos republicanos antes de 1889, havia lideranças republicanas atuantes tanto na província quanto na capital do Império (FRANCO, 2014). Marieta de Moraes Ferreira (1994), neste mesmo sentido aponta que, apesar da incipiência de partidos, em diversas províncias espalharam-se jornais e clubes republicanos.

No Rio Grande do Sul, a propaganda republicana havia iniciado muito antes da criação do partido, em 1882. Na década de 1870, Francisco Xavier da Cunha e os irmãos Apolinário José Gomes e Apeles Porto Alegre, entre outros, articulavam, na capital, o movimento que, em 1878, resultaria na fundação do primeiro clube republicano da província (FRANCO, 1996, p. 27). Derivaria dele a formação de outros clubes, espalhados pelos municípios das mais diversas regiões do estado.

Os trabalhos de Eloísa Ramos (1990) e Tassiana Saccol (2013) demonstram a existência de clubes republicanos antes da fundação do PRR. Ramos apontou que, entre 1878 e 1882 – ou seja, entre a fundação do Clube Republicano de Porto Alegre e a fundação do Partido Republicano Rio-Grandense –, houve um crescimento significativo do republicanismo no estado, com a formação de diversos clubes e núcleos republicanos (RAMOS, 1990). Segundo a autora, em 1882 havia 14 clubes republicanos e cinco núcleos espalhados pelo estado.²¹¹

Assim sendo, em 1875, quando Castilhos foi para Porto Alegre a fim de cursar os preparatórios para a Faculdade de Direito, no colégio de Fernando Ferreira Gomes, acompanhou, de perto, o emergir do movimento republicano na capital. Segundo Miguel Frederico do Espírito Santo, “Além de republicano, Fernando Gomes era positivista e também não descurou da apresentação das ideias do filósofo de Montpellier aos estudantes do colégio” (2005, p. 21). O professor Gomes pertencia a uma família intensamente envolvida com o movimento republicano da província, sendo primo dos irmãos Porto Alegre, Apolinário e

²¹¹ Ramos aponta que os clubes republicanos estavam localizados em “Porto Alegre, Pelotas, Caçapava, Cachoeira, Cruz Alta, Palmeira, São Martinho, Rosário, Alegrete, Uruguaiana, Itaquí, São Borja, São Luiz e São Gabriel”. Os núcleos, por sua vez, estavam presente em “Santo Ângelo, São João de Montenegro, Vila Isabel (Arroio Grande), Rincão de Santo Izidro (São Vicente), São Sepé” (RAMOS, 1990, p. 106-107).

Apeles, republicanos e envolvidos com a fundação do primeiro Clube Republicano da província.²¹²

Aponta Espírito Santo que foi no colégio de Ferreira Gomes que Castilhos iniciou sua atividade jornalística, na revista estudantil *Aurora Literária*, onde revelaria alguns traços da influência do pensamento de Comte. A estada de Castilhos na escola de Ferreira Gomes marcou sua trajetória. Ao escrever para o secretário Aurélio de Bittencourt, em 1896, tratando do péssimo estado de saúde de seu antigo professor, Castilhos demonstrava sua veneração e gratidão pelo professor:

Enviaste-me hoje uma carta do Graciano Azambuja, datada de ontem, na qual me comunica ele que **o venerado Fernando Ferreira Gomes** está agonizando, esperando-se que viesse a falecer hoje. Indaga si faleceu efetivamente hoje, para me informares amanhã logo que eu chegar aí. Faço questão de assistir aos seus funerais, **atento a profunda gratidão que lhe devo.**²¹³

Além da emergência de ideias republicanas que circulavam pelo colégio e locais de sociabilidade de Porto Alegre, Grijó (2005) assinala que aquele foi também o momento em que Silveira Martins se consolidava como liderança radical, levando à cisão do Partido Liberal rio-grandense, quando contesta a liderança do antigo líder, o militar Manuel Luiz Osório. Era este o ambiente vivenciado por jovens estudantes que se preparavam, na capital da província, para seguir a carreira de bacharel, ingressando depois na Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo.²¹⁴ Assim, como apontou Grijó, os jovens rio-grandenses que ingressaram na década de 1870/1880 na Faculdade de Direito “já traziam certas predisposições condicionadas pela própria dinâmica político-partidária provincial para tomar posições mais radicais que, na época, se abrigavam mais coerentemente no movimento republicano, ao menos no caso de São Paulo” (GRIJÓ, 2005, p.133).

²¹² Fernando Ferreira Gomes era filho de Vicente Ferreira Gomes e Francisca Vélez Gomes. Antônio José Gomes Porto Alegre, pai de Apolinário e Apeles Porto Alegre era irmão de Vicente. Dados recolhidos no sítio do *Familysearch*.

²¹³ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 27 de dezembro de 1896. AHRS, APAVB, Maço 1, doc. 115. Até onde conseguimos investigar, Fernando Ferreira Gomes não exerceu nenhum posto dentro da estrutura republicana de poder depois da proclamação da República, entretanto, seu irmão, Francisco Ferreira Gomes foi chefe da seção da diretoria de rendas e despesas públicas do tesouro do Rio Grande do Sul, como atesta ofício assinado por ele em 1896 (Ofício do Tesouro do Estado do Rio grande do Sul – Diretoria das Rendas e despesas Públicas, assinado pelo chefe da seção Francisco Ferreira Gomes. Porto Alegre, 8 de julho de 1896. AHRS, APJC, Série 1: Assuntos de Estado, Subsérie 1: Documentos Recebidos, caixa 1, maço 2, doc. 9). É possível imaginar que o lugar conquistado por Francisco se devesse às ligações de Castilhos e/ou outros republicanos com o professor.

²¹⁴ Mais detalhes sobre esse ambiente vivenciado pelos futuros propagandistas da República ver GRIJÓ, 2005, p. 128-133.

Se a iniciação às ideias republicanas e positivistas, tanto de Castilhos quando de outros jovens sul-rio-grandenses, ocorreu em Porto Alegre, foi em São Paulo, na Faculdade de Direito, que elas amadureceram. Conforme assinala Grijó (2005), a década de 1870 é também o momento da implementação de projetos de reforma nas faculdades do Império²¹⁵, influenciados por novas ideias que acometeram a estrutura de ensino superior, gerando agitação na faculdade.²¹⁶ Foi este o ambiente vivenciado pelos jovens sul-rio-grandenses que adentravam o Largo de São Francisco.

Além disso, há de se considerar que esse período – décadas de 1870 e 1880 – corresponde à efervescência do movimento republicano e abolicionista na província de São Paulo. Eram estes os ares respirados pelos jovens que estudavam na Faculdade de São Paulo, cuja vida social não se limitava ao ambiente da sala de aula. Cafés, círculos literários, jornais e clubes eram frequentados por eles. Ou seja, a agitação do período podia ser vivenciada dentro da academia – onde funcionavam clubes e jornais criados e dirigidos por estudantes – mas também fora dela.

Ao tratar do grupo formado por 47 membros do PRR, a partir de dados como faixa etária e formação, apresentados Céli Pinto (1979), Grijó evidencia seu caráter geracional. Dados semelhantes são encontrados pelo autor quando analisa os Constituintes Federais do Rio Grande do Sul: eram jovens que se formaram em um período próximo, quase todos na mesma faculdade – a Faculdade de Direito de São Paulo. Diante destas constatações, Grijó conclui que

o movimento republicano no Rio Grande do Sul sob o aspecto de sua elite, foi, em grande medida, o produto da ação de uma geração de militantes político-partidários forjada no contexto das disputas e discussões relativas ao período da introdução no Brasil daquele “bando de ideias novas” (GRIJÓ, 2005, p. 138).

A utilização que faz Grijó da denominação de “*geração*” para se referir a este grupo de jovens sul-rio-grandenses, do qual Castilhos fazia parte, nos fornece uma noção mais acabada da relação intrínseca existente entre uma determinada coletividade – um grupo de indivíduos – e uma conjuntura dada.²¹⁷ Essa leitura também é possível de ser encontrada no trabalho de Ângela Alonso (2000). Segundo a autora, ao final do Império se formou no Brasil o movimento da “nova geração”, que depois passou a ser conhecida como “geração de 1870”.²¹⁸

²¹⁵ Sobre as reformas nas faculdades ver especialmente capítulo 5 da tese de Grijó (2005, p. 74-92).

²¹⁶ As faculdades de direito acolhem, neste contexto, ideias correntes no pensamento europeu do século XIX, como o positivismo, o naturalismo e o evolucionismo. Sobre a influência dessas ideias no ambiente acadêmico ver ALONSO, 2002; GRIJÓ, 2005.

²¹⁷ Ver a utilização feita por Grijó do conceito de “geração” (GRIJÓ, 2005, p. 129-130).

²¹⁸ Segundo Alonso, a automeação “nova geração” fazia referência à juventude de seus membros. Mais tarde, intérpretes passaram a se referir a ela como “movimento intelectual da geração de 1870” (ALONSO, 2000, p. 35).

Eram intelectuais que militaram política e partidariamente na crise do Império, produzindo escritos, influenciados por correntes de pensamento estrangeiras (liberalismo, positivismo, spencerismo, entre outras), com o intento de explicar a realidade brasileira. Para Alonso, essa geração se caracterizou, em sua ação, pela intervenção política. Produção intelectual e ação política eram lados de uma mesma moeda.²¹⁹ Tratava-se, segundo a autora, de uma geração alijada de participação na esfera institucional do Império, que tomou emprestadas teorias estrangeiras capazes de subsidiar suas críticas à instituição imperial.

Castilhos foi um desses jovens membros da “geração de 1870”.²²⁰ Vivenciou o período de crise e contestação da Monarquia e se inseriu no grupo de vozes contestatórias. Lia obras de autores estrangeiros, especialmente do francês August Comte, e explorava essas ideias em suas críticas ao regime monárquico.²²¹ Diferentemente de outros jovens dessa geração – como Joaquim Francisco de Assis Brasil, Joaquim Nabuco e Silva Jardim – Castilhos não escreveu obras. Ainda assim, propagandeou a República e o abolicionismo através de jornais, primeiro no meio acadêmico, depois, na província natal. Sua intervenção era essencialmente política, muito mais do que intelectual.²²²

Concordando com Grijó e Alonso, Castilhos deve ser lido como membro de uma *geração* e de um *movimento* que, invariavelmente, remetam à esfera da ação coletiva, como chamou a atenção Alonso. A crítica que a autora faz às análises que privilegiam o exame de obras ou que pretendem analisar a dimensão intelectual desses indivíduos, como se teoria e prática pudessem ser analisadas de forma desconectada, é muito pertinente. Entretanto, ao defender a necessidade de analisar o fenômeno enquanto “*manifestação coletiva que se expressa tanto em escritos quanto em formas de ação*” negligencia outra esfera importante de análise, qual seja, o papel da ação individual.

No caso de Castilhos, evidentemente não é possível ignorar que ele compunha, com outros tantos jovens que compartilhavam um ambiente social e estudantil semelhante, um

²¹⁹ Entendimento semelhante tem Luiz Alberto Grijó, ao analisar a apropriação que Castilhos e Assis Brasil fazem da Guerra dos Farrapos. Ao analisar os escritos desses republicanos sobre o movimento armado, o autor assinala tratar-se de “uma apropriação que se poderia chamar de militante. Ou seja, o passado é tomado como um recurso instrumentalizável para a luta político-partidária no presente, [...]” (GRIJÓ, 2000, p. 31).

²²⁰ Júlio de Castilhos é classificado por Alonso como membro da geração de 1870 no grupo que denomina de “Federalistas positivistas do Rio Grande do Sul” (ALONSO, 2002, p. 346).

²²¹ Sobre as leituras de Castilhos, ver *Ordem da Leitura*, redigida por Castilhos à noiva Honorina (CASTILHOS, 1993, p. 71). Em outra carta, escrita a 7 de dezembro de 1883, Castilhos afirmava ao amigo Honorato Mercado: “Conto receber em breve os 10 volumes da *Hist. Univ*, 2 d’O Positivismo e o 2º do *Dice. Geogr.*”. Carta de Júlio de Castilhos a Mercado. Porto Alegre, 7 de dezembro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 134-135.

²²² Ângela Alonso (2000) aponta que os escritos dessa geração de 1870 se pautavam em teorias estrangeiras mas não constituíam simples cópias. O critério de seleção era a realidade brasileira, por eles analisada, e a própria necessidade de intervenção política, seu fim último.

movimento e que sua experiência intelectual e prática em termos políticos faziam parte de uma *manifestação coletiva*, como afirmou Alonso. Entretanto, como viemos demonstrando até aqui, essa ação coletiva era também resultado de ações individuais e familiares, dependentes do meio social mais amplo. Sua decisão de se manter na capital da província ao retornar de São Paulo, neste sentido, foi fundamental e ela só se tornou possível porque a família sustentou sua formação e lhe legou uma fortuna capaz de permitir seu sustento enquanto se envolvia com o movimento republicano.

O retorno de Castilhos e outros jovens recém bacharelados à província significava possibilidades de adentrar não somente no mundo da advocacia como também no universo da política provincial. Eram jovens que portavam um diploma que os habilitava a exercer uma atividade profissional, mas também se inserir no seleto grupo da elite política.²²³ Entretanto, as ideias que traziam em suas malas configurariam sério obstáculo em um país monarquista. O desafio que se lhes impunha era, naquele momento, lutar pela mudança de regime político. Era dar continuidade a uma luta que já haviam iniciado quando estudantes e que, na década de 1880, se tornava ainda mais aguda diante da possibilidade de um terceiro reinado.

Assim, a inserção desses jovens bacharéis na vida política da província deu novo ânimo ao já existente movimento republicano do Rio Grande do Sul. Mas esses jovens, como Castilhos, não eram desconhecidos. Júlio, antes de ter ido a São Paulo, passou um período em Porto Alegre, o que o levou a círculos de sociabilidade com os velhos republicanos da província, como Venâncio Ayres e os irmãos Porto Alegre. O retorno, no início da década de 1880 constituía, portanto, um reencontro com velhos conhecidos.

A chegada de Castilhos e outros jovens egressos das escolas de Direito provocou mudanças no curso do movimento republicano na província. O movimento, que já havia se espalhado, mesmo que timidamente, ganhou novo fôlego. Em 1882, sob convocação do Clube Republicano de Porto Alegre, a convenção regional deu origem ao PRR, figurando entre as lideranças do novo partido os jovens republicanos egressos das escolas superiores, especialmente de São Paulo e da Corte, juntamente a antigas lideranças republicanas. A Comissão Executiva do novo partido era então formada por Ramiro Barcellos, Demétrio Ribeiro, Luís Leseigneur, José Pedro Alves e o republicano histórico Apolinário Porto Alegre, que acabou renunciando ao posto.²²⁴ Castilhos, apesar de não compor a Comissão Executiva

²²³ GRIJÓ, 2005; VARGAS, 2010.

²²⁴ Os trabalhos que tratam da formação dessa primeira comissão executiva são unânimes em apontar a renúncia de Apolinário Porto Alegre como derivada de sua incompatibilidade com a nova geração de republicanos. Cumpre, entretanto, ressaltar que Porto Alegre não se afastou do movimento republicano. Em 1885 participou da fundação do Clube Republicano Bento Gonçalves, em Porto Alegre, sendo eleito, também, o primeiro presidente do clube.

provisória (ver Quadro 2), constava entre as lideranças, visto que fazia parte da comissão da imprensa partidária (FRANCO, 1996).

Acompanhado a formação das primeiras comissões executivas do partido, entre 1882 e 1886, vê-se que, com exceção da comissão provisória, conforme já relatado, em todas as demais Castilhos esteve presente. A falta de fontes não nos permitiu remontar as Comissões por toda a década de 1880. Ainda assim, pela amostra que temos, é possível perceber que não houve dificuldades para Castilhos se inserir no movimento que já estava em andamento.

O jornal A Federação, ao noticiar que no dia 22 de novembro daquele ano estava sendo fundado um novo clube republicano na capital, preocupou-se em deixar claro que este não rivalizava com o clube já existente, mas, ao contrário, avaliava que “Esta cidade comporta bem a coexistência de dois agrupamentos clubistas, marchando á sombra da mesma bandeira, nutrindo os mesmos intuítos patrióticos e subordinados ao mesmo influxo moral”. E continuava: “Assim ficará operada uma melhor divisão do trabalho, e mais fácil e rápida será a obra de arregimentação partidária”. Além de Apolinário Porto Alegre, participaram também da fundação desse segundo Clube outros republicanos já envolvidos com o PRR como Luiz Leseigneur e Antão Gonçalves de Faria, além de outros republicanos históricos como o irmão de Apolinário, Apeles Porto Alegre. Ainda que Apolinário tenha renunciado seu posto na primeira Comissão Executiva do PRR em 1882 e fundado um novo clube republicano em 1885, sua presença na Comissão Executiva do PRR de 1885 (ver Quadro 2) sinaliza que, neste período inicial da década de 1880, apesar das incompatibilidades, ele se manteve próximo do partido republicano fundado no Rio Grande do Sul. Seu afastamento ocorreu depois dessa fase inicial, participando, em 1890, da fundação na União Nacional que, em 1891 se tornaria o Partido Republicano Federal e, no ano seguinte, com o retorno de Gaspar Silveira Martins, o Partido Federalista. Sobre a fundação do Clube Republicano Bento Gonçalves, ver: CLUB Republicano Bento Gonçalves. A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano II, n. 266, p. 1, 23 nov. 1885. Localização: BNDigital. Sobre a União Nacional e o Partido Federalista ver texto de FRANCO, 2007, p. 129-170.

Quadro 2 - Comissões executivas do PRR (1882-1886)

Ano	Composição	Suplentes ²²⁵
1882 Comissão provisória	Ramiro Barcellos Demétrio Ribeiro Luis Leseigneur José Pedro Alves Apolinário Porto Alegre (renunciou)	
1883	José Pedro Alves Júlio de Castilhos Demétrio Ribeiro Ramiro Barcelos Antão Gonçalves de Faria	
1884	Demétrio Ribeiro João Abbot Ramiro Barcelos Felicíssimo de Azevedo Júlio de Castilhos	Antão de Faria Luis Leseigneur José Dias da Costa Sebastião Barros Henrique Chaves
1885	Demétrio Ribeiro Ramiro Barcellos Júlio de Castilhos José Pedro Alves Apolinário Porto Alegre	Ernesto Alves Júlio Pacheco Luis Leseigneur Antão de Faria Antônio Caminha
1886	Demétrio Ribeiro Júlio de Castilhos Epaminondas Campos Luiz Leseigneur Ramiro Barcelos	

Fonte: ROSA (1928); A FEDERAÇÃO (Localização: BNDigital).

²²⁵ Constam no Quadro 2 apenas os suplentes das comissões que conseguimos localizar na bibliografia e fontes consultadas.

Dois anos depois da fundação do partido, além de integrar a Comissão Executiva do PRR, Castilhos foi nomeado, no Congresso de 1884, para, junto a Ramiro Barcelos e Demétrio Ribeiro, compor a comissão que deveria organizar o programa dos candidatos republicanos.²²⁶

Assim, se até 1882 Castilhos figurava como um jovem que retornara a sua província animado com o republicanismo que vivenciou na faculdade e nos círculos sociais que frequentou em São Paulo, ao longo da década de 1880, se pode observar o crescimento de sua ação política e o despontar de sua liderança no interior do partido.

Essa pronta inserção de Castilhos no movimento republicano na província deriva do fato de que ele não era um desconhecido e que já havia estabelecido relações importantes na capital. Já havia vivido em Porto Alegre antes de ir a São Paulo. Foi aluno de Ferreira Gomes que, por sua vez, era primo dos irmãos Porto Alegre. Os irmãos, em 1868, haviam ajudado a fundar o Parthenon Literário e, na década de 1870, já propagandeavam a República. É bem possível que Castilhos, no período que esteve na capital, nos anos 1870, tenha frequentado os círculos sociais onde o republicanismo já efervescia. Assim, quando retornava de São Paulo, os propagandistas republicanos não lhe eram desconhecidos. É provável que não lhe tenha sido tão difícil se inserir em um movimento que já estava em andamento há alguns anos e no qual encontrou velhos conhecidos. Como é possível observar pelo Quadro 2, Castilhos passou a fazer parte, já no início da década de 1880, da elite do partido republicano.

A tarefa de determinar quem eram os indivíduos que compunham a elite republicana sul-rio-grandense na década de 1880 não constitui tarefa fácil e não é esta a intenção desta tese. Céli Pinto delimitou o que denominou de “o grupo republicano do tempo da propaganda” (1979, p. 9). Em seu texto, explicitou os critérios utilizados para definir o grupo, formado por 71 nomes, que analisaria:

Limitamos o grupo aos Republicanos que participaram da Convenção de 1882, dos subsequentes Congressos do partido e que, ao mesmo tempo, foram candidatos a eleições municipais e provinciais ou os que integraram a bancada gaúcha na Constituinte Federal de 1891. Excluimos da lista, nomes que mesmo aparecendo na bibliografia corrente como republicanos, não atuaram diretamente nestes eventos oficiais do partido. Por outro lado, incluímos também os deputados e senadores do Rio Grande do Sul na Constituinte Federal, apesar de alguns deles não terem tido participação destacada no período da propaganda (PINTO, 1979, p. 60-61).

Os critérios adotados pela autora, comportando exclusões e inclusões, demonstram a dificuldade de delimitar, com precisão, o que poderia ser chamado de “elite republicana rio-

²²⁶ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano 1, n. 109, p. 1, 12 maio 1884. Localização: BNDigital.

grandense”. Afinal, muitos dos que foram candidatos municipais nem sempre se mantiveram no seio do republicanismo. Outros tantos, ao contrário, podem ter tido atuação destacada, mas não chegaram a concorrer a um cargo eletivo. Como se percebe, a tentativa de delimitar um grupo sempre é, em grande parte, frustrante para o historiador. Ainda assim, cumpre destacar que a proposta de delimitação feita por Pinto constitui uma tentativa importante de se aproximar de um grupo que foi, em grande medida, bastante fluido e nem sempre ativamente participante da ação política. Além do mais, pelos critérios adotados pela autora, vê-se o quão frágil poderia ser a criação de qualquer categoria fechada acerca dos republicanos da propaganda.

Assim sendo, é certo que a elite do partido republicano não pode ser reduzida àqueles indivíduos que compunham as comissões executivas. Mas aqueles que as compunham certamente fizeram parte dela, na década de 1880. Ademais, a relação dessas primeiras composições é interessante por nos demonstrar que, na década de 1880, o papel de Castilhos dentro da estrutura partidária do PRR ascendeu gradativamente. A razão disso, essencialmente, derivava de dois pontos: seu envolvimento com o próprio partido e com a imprensa partidária. Em relação ao segundo ponto, analisaremos mais atentamente a seguir. Sobre o primeiro ponto, seguem algumas considerações.

Primeiramente, cumpre destacar que é possível observar, na correspondência de Castilhos, um esforço pessoal no sentido de ampliar o movimento republicano na província, incluindo a criação e manutenção do partido. Se o movimento republicano existia desde a década anterior, ainda não havia, em 1880, diferentemente do que ocorrera em São Paulo, tomado a forma de partido. Neste sentido a ação de jovens egressos das faculdades de Direito, especialmente de São Paulo, e de outros cursos superiores (engenharia e medicina), parece ter sido fundamental para que o partido surgisse. No Quadro 2, referente às primeiras comissões executivas, tal constatação é evidente. Além de Castilhos, com curso superior aparecem também o médico Ramiro Barcelos²²⁷ e o engenheiro Demétrio Ribeiro²²⁸.

Os dados apresentados por Grijó (2005) sobre os Deputados e Senadores Constituintes Federais do Rio Grande do Sul (1890-1891) confirmam a importância dos bacharéis no seio do PRR.²²⁹ Do total de 19 deputados e senadores (16 deputados e 3 senadores), 10 eram bacharéis

²²⁷ Ramiro Barcellos formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1873. Ver: LOPES; NOLL, 2015a.

²²⁸ Demétrio Ribeiro formou-se pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Ver: LOPES; NOLL, 2015b.

²²⁹ Essa mesma predominância de bacharéis em Direito foi observada na composição da elite política de outros estados. Sobre a elite política mineira ver Cláudia Viscardi (2000) e sobre a elite fluminense ver Surama Pinto (2011).

em Direito, dois em Medicina e dois em Ciências Físicas e Matemáticas.²³⁰ Havia, ainda, neste grupo, um portador de diploma de Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro.²³¹ Como se percebe, dos 19 constituintes, 15 possuíam diploma superior.

Também Céli Pinto evidencia o grande número de formados com Ensino Superior entre os 71 nomes que analisou. Segundo a autora, que encontrou informações para 61 nomes, cerca de três quartos dos membros dessa elite possuíam curso superior (45 indivíduos), sendo a maior parte (27) com formação em Direito pela Faculdade de São Paulo. Esse dado fez a autora chamar a atenção para o fato de que o grupo que analisou e denominou de elite republicana era também uma elite intelectual.²³² Além do mais, não podemos esquecer que, como chamamos atenção no primeiro capítulo, tratava-se de uma elite econômica, pertencente à pequena parcela da população com acesso à educação e ao mundo da política.²³³

A decisão de Castilhos de permanecer na capital da província depois de retornar de São Paulo estava muito mais ligada a questões políticas do que essencialmente profissionais. A instalação de seu escritório de advocacia em Porto Alegre se devia menos por perspectivas de trabalho e mais por seu interesse em participar ativamente da política republicana. A capital era o lugar onde as ideias republicanas efervesciam; onde ele, Castilhos, poderia dedicar-se à vida política da província. Em seu horizonte poderia estar já, a fundação de um partido, tal qual havia ocorrido em São Paulo, e de uma imprensa republicana, parecida, mas com maiores dimensões, da que havia fundado ainda quando aluno no Largo de São Francisco.²³⁴ Deixar a capital e retornar a São Martinho significaria abrir mão de sua carreira política a nível estadual, como fica evidente na carta escrita ao irmão:

Si isso acontecer, irei disposto a desenvolver a máxima atividade na advocacia, rabulejando de todos os modos, para aproveitar alguns elementos latentes que por aí existe. Para a subsistência ganharia o suficiente, tenho certeza; apenas serei forçado a circunscrever assaz [palavra riscada] o

²³⁰ Os dois bacharéis em Ciências Físicas e Matemáticas eram Demétrio Nunes Ribeiro e Júlio Anacleto Falcão da Frota, ambos formados pela Escola Central do Rio de Janeiro. Ver quadro GRIJÓ, 2005, p. 137. Segundo Schwartzman (2012), em 1874, “o sistema brasileiro de educação superior passou por uma completa reforma”, ocorrendo a separação dos cursos de engenharia civil e militar, sendo criada a Escola Politécnica. Nela, “o antigo curso de matemática da escola Militar foi dividido em um curso de ciências físicas e matemáticas e outro de ciências físicas e naturais” (SCHWARTZMAN, 2012, 166; 167).

²³¹ Ver quadros p. 137 em GRIJÓ, 2005.

²³² Sobre esses aspectos que caracterizam a elite republicana como uma elite intelectual ver PINTO, 1979, p. 83-84.

²³³ Jonas Vargas (2013) explicita a relação direta que havia entre elite econômica, política e intelectual a partir do caso dos charqueadores pelotenses, estudados em sua tese de Doutorado.

²³⁴ Referimo-nos aqui ao jornal *A Evolução*, fundado por Castilhos, Assis Brasil e Pereira da Costa em 1879 (PICCOLO, 2005, p. 85).

horizonte das minhas aspirações (e quão altamente louváveis são elas) e reduzir-me a méro rábula d'aldeia.²³⁵

Essas “louváveis” “aspirações” a que se referia estavam ligadas, muito certamente, ao mundo da política. Castilhos entendia bem que a efervescência do movimento ocorria na e a partir da capital da província, de modo que para atingir todos os municípios, era necessário obter êxito em Porto Alegre. Essa convicção de que era da capital que o movimento deveria partir pode ser constatada em outra carta, redigida alguns anos mais tarde, em 1888, a Júlio Pacheco, companheiro dos tempos da propaganda republicana. Ao tratar da necessidade de realizar reuniões políticas em Porto Alegre com a finalidade de organizar a resistência ao terceiro reinado, Castilhos avaliava que a chave do êxito estava na capital: “Se nenhum efeito conseguisse aí, nessa cidade degenerada [Porto Alegre], desafiariam essas reuniões, quando menos, a imitação em outros pontos da província, cujo espírito por essa forma, se iria agitando pouco a pouco”.²³⁶

Aquele foi o ano – 1888 – em que Júlio, forçado pela questão econômica, passou a residir em São Martinho. A circunstância o incomodava. E, mais ainda, estava inconformado com a letargia do movimento republicano da província. Na mesma carta escrita a Pacheco fica evidente sua vontade de conceder novo ânimo ao movimento no estado, algo que se tornava difícil naquele momento por residir tão distante da capital. Depois de agradecer os elogios que Pacheco lhe havia feito, escreveu:

O meu mérito só está na minha boa vontade e dedicação de patriota. N'este sentido, sim, sou capaz de tudo em prol da República; apesar dos pesares, não sinto um só momento de desânimo ou esmorecimento, mesmo n'este recanto obscuro em que vim meter-me, forçado pelas circunstâncias da minha economia privada. O que me falta em capacidade e tino para dirigir, sem embargo dos teus honrosos conceitos, sobra-me em ardor cívico e tenacidade para a luta. Por isso mesmo, penso que, si eu aí estivesse, não conseguiria os resultados lisonjeiros que tu supões, mas já teria tomado qualquer iniciativa capaz de provocar a atenção publica para o terceiro reinado, quebrando a letargia em que está imerso o espirito da província, a começar pela capital, quando está eminente a calamidade do novo reinado.²³⁷

²³⁵ Carta de Júlio de Castilhos a Chiquinho. Porto Alegre, 30 de julho [de 1883]. Apud VELHO, 2013, p. 28. Grifos nossos.

²³⁶ Carta de Júlio de Castilhos a Júlio Pacheco. Boa Vista, 18 de julho de 1888. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 4: correspondência enviada, caixa 10, maço 47, doc. 992/3.

²³⁷ Carta de Júlio de Castilhos a Júlio Pacheco. Boa Vista, 18 de julho de 1888. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 4: correspondência enviada, caixa 10, maço 47, doc. 992/3.

O trecho acima transcrito evidencia que se trata de uma carta na qual Castilhos procurava construir uma autoimagem patriótica e republicana. Para contrabalançar isso, evitando possíveis problemas com seus companheiros de partido, escreveu para não passar a impressão de que estava ele querendo tomar as rédeas do movimento:

É supérfluo acrescentar que não pretendo valer mais ou nutrir melhores disposições do que os denodados companheiros que aí estão lutando. Apenas quero significar que o meu temperamento já ter-me-ia feito adoptar qualquer iniciativa ousada; pelo menos, já teria promovido sucessivas reuniões públicas para soltar o brado de alarme contra o 3º reinado.²³⁸

A preocupação de Castilhos com a emergência de um terceiro reinado, que fica evidenciada na carta a Pacheco, não destoava do discurso de outros republicanos. Esta foi uma das grandes preocupações dos republicanos durante a última década do Império. Já em 1884, Ramiro Barcelos e Ernesto Alves assinavam artigos no *A Federação* denunciando a tentativa da dinastia brasileira de encaminhar o terceiro reinado. Os artigos foram escritos em outubro daquele ano, quando se espalhavam as notícias de que Conde d’Eu e sua família fariam, em breve, uma viagem ao Rio Grande do Sul com a finalidade oficial de “inspecionar os corpos de linha estacionados no Rio Grande do Sul”. O pretexto não convenceu. Ramiro Barcelos acusou a verdadeira razão da viagem: aumentar a popularidade de Conde d’Eu, marido da herdeira do trono, Isabel. Um francês que não era bem visto no Brasil. Escreveu Barcelos:

Ora, o sr. D. Pedro II deve naturalmente ter pensado que, apesar de ser irresponsável e sagrado, não é imortal, reconhecendo ao mesmo tempo que já há muito ultrapassou a média da existência humana.

[...]

A herdeira presumtiva, dizemos *presumtiva* sem a menor ambiguidade, precisa angariar sympathias, popularidade; seu marido necessita inspirar confiança, fazer-se querido.²³⁹

Ernesto Alves, dias depois, externava a percepção da forte influência que Conde d’Eu teria sob um possível reinado de Isabel: “O sr. Conde d’Eu, - dirão que s.a. nunca será senão o marido da imperatriz do Brasil. Replicamos que será tudo isso e que, como tal, a sua influência há de se fazer sentir forçosamente na marcha dos negócios públicos”.²⁴⁰

²³⁸ Carta de Júlio de Castilhos a Júlio Pacheco. Boa Vista, 18 de julho de 1888. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 4: correspondência enviada, caixa 10, maço 47, doc. 992/3.

²³⁹ BARCELOS, Ramiro. A Vinda da ss.aa. imperiais. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano I, n. 242, p.1, 20 out. 1884. Localização: BNDigital.

²⁴⁰ ALVES, Ernesto. O terceiro reinado. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano I, n. 248, p. 1, 27 out. 1884. Localização: BNDigital.

Vê-se a articulação dos republicanos rio-grandenses contra a possibilidade de um terceiro reinado. Para além dos escritos na imprensa, a luta contra um possível governo concentrado nas mãos do Conde d'Eu resultou em ações mais contundentes, como a Moção de São Borja, de 1888.²⁴¹ Tal preocupação não era própria e exclusiva dos republicanos sul-rio-grandenses e, mesmo depois de proclamada a República, o medo de uma reação monarquista que viesse a reinstalar a família real no governo se manteve, como demonstrou Janotti (1986).

A ação de Castilhos à frente do PRR cresceu, portanto, ao longo desta década. Mesmo quando não residia na capital, se manteve à frente da articulação para fortalecer o novo partido. Da Fazenda da Reserva escrevia cartas com a finalidade de coordenar e manter em funcionamento o partido. Foi também na sua fazenda que, a 21 de março de 1889, algumas das maiores lideranças republicanas se reuniram para jurar lutar pela República, contra o terceiro reinado: “[...] só haveremos de parar diante da vitória ou da morte”.²⁴²

A reunião da Fazenda da Reserva, em 1889, era uma resposta à situação de letargia em que se encontrava, na visão de Castilhos, o PRR. Sobretudo, quando comparava à movimentação em outras províncias. Em julho de 1888, quando escreveu a Júlio Pacheco, acusava:

Estou de inteiro acordo contigo: a nossa província está em contraste com outras onde vai avultando de modo considerável o espirito de resistência séria ao 3º reinado. Especialmente o nosso partido está muito aquém da atitude que lhe cabe assumir no presente momento, manifestando uma indiferença e uma quietação realmente criminosas. Os paulistas, principalmente, já nos deixaram pela retaguarda. O último Congresso que eles celebraram foi magnífico, e as resoluções solenes que adotaram quanto à resistência ao novo reinado são admiráveis pela audácia que revelam e pela energia viril que ostentam. Felizmente, estou agora cheio de esperanças de que em breve estejamos sustentando a atitude de honra. É que, poucos dias depois de haver escrito ao Ernesto **no sentido de iniciarmos uma nova fase de luta**, recebi dele duas cartas em que propõe **a medida inicial para entrarmos na vereda revolucionária**.²⁴³

Não tivemos como descobrir quais eram as medidas apontadas a Castilhos por Ernesto Alves, mas é possível que a reunião na Fazenda da Reserva, pouco mais de meio ano depois,

²⁴¹ A Moção de São Borja ou Questão das Câmaras Municipais foi um episódio ocorrido em 1888. Em janeiro daquele ano, a Câmara Municipal de São Borja (RS) aprovou uma resolução, de autoria do vereador Aparício Mariense, reivindicando a realização de plebiscito para determinar se haveria ou não um terceiro reinado. Frente ao proposto, a Câmara acabou sendo dissolvida e a proposta da moção tornou-se inválida. Sobre a Moção de São Borja ver LOVE, 1975, p. 35.

²⁴² Documento assinado por ocasião da reunião na Fazenda da Reserva. Reserva, 21 de março de 1889. Apud: FRANCO, 1995, p. 56.

²⁴³ Carta de Júlio de Castilhos a Júlio Pacheco. Boa Vista, 18 de julho de 1888. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 4: correspondência enviada, Caixa 10, Maço 47, Doc. 992/3. Grifos nossos.

tenha sido uma das resoluções tomadas no sentido de tornar mais revolucionária a luta do PRR.²⁴⁴ A possibilidade é plausível visto que, segundo Otelo Rosa, a reunião ocorreu por iniciativa de Castilhos e Ernesto Alves (1928, p. 88).

Outra frente de atuação de Castilhos para o fortalecimento do PRR estava ligada às questões partidárias municipais. Coordenar e manter atuantes os clubes republicanos municipais era tarefa essencial e, no seu entendimento, ela precisava ser coordenada, seguindo uma só linha: as diretrizes organizadas na Convenção Republicana de 1882. Segundo Otelo Rosa, nesta convenção, realizada em fevereiro, entre as questões discutidas estava a relativa à “homogeneidade de vistas na formação de ‘clubs’”. Foi então determinado que os membros dos clubes deveriam assinar “o manifesto republicano de 3 de dezembro de 1870 e que, no dia da fundação de cada club, fosse esse manifesto lido e copiado na acta da primeira sessão, onde seria seguido das assinaturas” (ROSA, 1927, 60; 62).

Havia, como se percebe, desde o início uma articulação para controlar a formação partidária nos municípios, sempre no sentido de subordiná-la à Comissão Executiva do PRR provincial. Algo parecido ocorria em relação à escolha dos candidatos e às diretrizes das candidaturas. Também na convenção de 1882 definiu-se como regra básica para a apresentação de candidaturas a eleição prévia, sendo relegado ao Congresso republicano, a ser realizado, a responsabilidade de maiores definições. Em 1884, uma comissão composta por Demétrio Ribeiro, Ramiro Barcelos e Júlio de Castilhos apresentou as “bases para o programa dos candidatos republicanos”, que definia, entre outras coisas, que “Todo o procedimento político dos candidatos deve subordinar-se à aspiração suprema do partido republicano brasileiro” (ROSA, 1927, p. 71; 72).

Essa excessiva centralização implementada pela Comissão Executiva do PRR sofria críticas por parte de republicanos de outros estados. Castilhos a defendia, tendo por argumento as particularidades da política e sociedade sul-rio-grandense. Em carta ao amigo Honorato Mercado identificamos como críticos desse modelo partidário centralizado, além do destinatário da carta, republicanos paulistas, como Campos Sales e Francisco Glicério. Segundo os críticos, essa excessiva centralização constituía um empecilho para a expansão do movimento na província. Frente às críticas, Castilhos respondeu:

Li atentamente tudo quanto me dizes com referência à política republicana d’essa província e da nossa. Estou de pleno acordo contigo sobre todos os pontos, salvo no seguinte: no excesso de regulamentação partidária que

²⁴⁴ Ernesto Alves de Oliveira esteve presente na reunião ocorrida em 1889 na Fazenda da Reserva. Ver transcrição do documento redigido por ocasião da reunião transcrito por Franco (1995, p.56).

observas aqui, notado também pelo nosso incomparável Pestana, pelo Campos Salles e pelo Glicério. Aplicada ao partido daí seria justa a observação – si se d’esse o referido excesso, mas ao d’aqui – não, porque a cousa aqui é mui diversa. Tu conheces bem o espirito d’esta gente: sôfrego e irrequieto. Sendo assim, cumpre contê-lo dentro de certas normas, sob pena de realizar-se o – tot capita, tot sententia. Sem essas normas, sem certa disciplina, sem a regulamentação de que falas, surgirá infalivelmente a indisciplina na propaganda e na ação, pensando e obrando cada núcleo um desacordo com o programa em pontos capitais. Antes da reunião do “Congresso” manifestou-se por vezes esse desacordo entre vários núcleos. Para evitar a reprodução d’esse facto inconveniente, foi que o “Congresso” buscou sistematizar a propaganda e a conduta geral.²⁴⁵

Com é possível perceber, desde a criação do PRR havia uma linha centralizadora. Para Castilhos, ainda que o partido estadual integrasse um movimento que era mais amplo – a luta pela República a nível nacional – ele deveria seguir suas próprias diretrizes, atendendo ao que considerava ser as especificidades do Rio Grande do Sul. Como veremos no próximo capítulo, ao longo da década seguinte, essa tendência tornou-se cada vez mais acentuada. Tem-se nesta característica um dos grandes empecilhos para a formação de partidos nacionais.

A ação de Castilhos na afirmação do republicanismo nos municípios, entretanto, ultrapassava as barreiras da coordenação via Executiva Estadual. Em 1882 participou da fundação do Club Republicano de São Martinho, sua terra natal. Foi ele quem, na ocasião, redigiu os estatutos do Club, votados na primeira sessão.²⁴⁶ No Congresso Republicano, realizado em Porto Alegre, em 10 de maio de 1884, Castilhos participou como representante de São Martinho.²⁴⁷ Castilhos mantinha, assim, a ligação local, mesmo que tivesse fixado residência na capital. Esta parece ser uma característica dos jovens republicanos que, depois de bacharéis, retornavam a sua província natal. Tassiana Saccol (2013) demonstra, por exemplo, o envolvimento de Joaquim Francisco de Assis Brasil com o Club Republicano de São Gabriel.

Entretanto, como é possível perceber pela correspondência, a criação de um clube não era garantia de funcionamento do partido. O clube de São Martinho, por exemplo, teve dificuldades de se manter ativo. Escrevendo ao irmão Chiquinho, Júlio fazia referência a uma carta recebida de Vale Machado no qual este “se mostra desgostoso por causa do indiferentismo dos correligionários daí”. Segundo Castilhos, Valle Machado havia informado que não havia sido realizada a eleição anual da diretoria do Club Republicano de São Martinho por falta de

²⁴⁵ Carta de Júlio de Castilhos a Antônio Maria Honorato Mercado. Porto Alegre, 23 de setembro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 73-74. Grifos do autor.

²⁴⁶ Carta de Júlio de Castilhos a Theodoro Ribas. Porto Alegre, 10 de agosto de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 48-49.

²⁴⁷ CONGRESSO Republicano. In: A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, Ano I, n. 109, p. 1, 12 maio 1884. Localização: BNDigital.

comparecimento de correligionários à sessão. Segundo Vale Machado, ele “já convocou por vezes sessão para se fazer a eleição anual da diretoria, e que apenas compareceram 4 ou 5”.²⁴⁸

Assim, Castilhos pedia que Chiquinho intervisse no sentido de “estimular os correligionários, animá-los, fazendo com que se reúnam para fazer a eleição” e orientava que “Devem reeleger o Valle. É conveniente esta reeleição”. Solicitava ainda para o irmão se esforçar a fim de “não morrer tão depressa um núcleo tão belo e esperançoso como este”. Por fim, ainda revelava ao irmão o que faria para contornar o problema que Vale lhe apresentara: “Por minha vez vou escrever a cada um deles [correligionários] neste sentido, e espero ser atendido”.²⁴⁹

E foi o que Júlio fez. Dias depois de escrever a Chiquinho, escreveu a Hilário Pinto²⁵⁰, a Antônio da Silveira Soares²⁵¹, a Theodoro Ribas²⁵², a José de Oliveira Silva Pinto²⁵³ e a José Ferreira d’Ávila²⁵⁴. O teor das cartas enviadas era o mesmo: incitar os remetentes a comparecer à sessão para escolha da diretoria e buscar que mais correligionários o façam. A Antônio da Silveira Soares escreveu: “Peço, pois, a V. que, si até agora não se fez a eleição da diretoria, compareça à sessão para esse fim, e esforce-se para que os demais companheiros não deixem de comparecer”.²⁵⁵

Observe-se que Castilhos, além de não descuidar da política de sua localidade de origem, estava acionando sua rede familiar para garantir a sobrevivência do Clube de São Martinho. Algo muito parecido com o que ocorreu com a família Assis Brasil, que teve cinco dos seis filhos homens frequentando o clube republicano de São Gabriel (SACCOL, 2013, p. 59). Mas não foi só em relação ao clube de São Martinho que Castilhos se envolveu e coordenava a direção que este deveria assumir. Se orientou o irmão Chiquinho a conduzir a reeleição de Vale Machado para presidente do Club Republicano de São Martinho, tratou de colocar Joaquim Pereira da Costa como liderança republicana em Cruz Alta.

²⁴⁸ Carta de Júlio de Castilhos a Chiquinho. Porto Alegre, 30 de julho [de 1883]. Apud VELHO, 2013, p. 29

²⁴⁹ *Ibidem*.

²⁵⁰ Carta de Júlio de Castilhos a Hilário Pinto. Porto Alegre, 2 de agosto de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 30-32.

²⁵¹ Carta de Júlio de Castilhos a Antônio da Silveira Soares. Porto Alegre, 3 de agosto de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 32-33.

²⁵² Carta de Júlio de Castilhos a Theodoro Ribas. Porto Alegre, 2 de agosto de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 34-35.

²⁵³ Carta de Júlio de Castilhos a José de Oliveira Silva Pinto. Porto Alegre, 2 de agosto de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 35-36.

²⁵⁴ Carta de Júlio de Castilhos a José Ferreira d’Ávila. Porto Alegre, 2 de agosto de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 36-37.

²⁵⁵ Carta de Júlio de Castilhos a Antônio da Silveira Soares. Porto Alegre, 3 de agosto de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 32.

Em 1883, escrevendo a Pereira da Costa aconselhava: “Toma a cousa na Cruz-Alta sob a tua direção. Com a mudança de Venâncio para aqui, não poderá ele sem (sic) mais candidato do 2º círculo. É preciso – me parece – escolher outro, que forçosamente serás tu. Tem paciência, e faze o sacrifício de aceitar o fardo”.²⁵⁶ A escolha de Pereira da Costa para ser substituto de Venâncio como condutor da política de Cruz Alta e candidato pelo círculo não era fortuita. Quinca, como Castilhos o chamava, foi colega de Júlio de Castilhos em São Paulo, na Faculdade de Direito e com ele morou, na república na qual também residia Assis Brasil.

O caso de São Martinho demonstra que não é possível tomar a fundação de núcleos e clubes pelo interior do estado como parâmetro, por si só, do fortalecimento e crescimento da atividade republicana no estado.²⁵⁷ Nem sempre as atividades políticas eram mantidas, como ocorreu em São Martinho. Os clubes e núcleos eram essenciais para o fortalecimento do republicanismo no estado, como bem demonstrou Ramos (1990). É por isso que um dos grandes desafios de Castilhos e outros republicanos envolvidos com o fortalecimento do PRR na década de 1880 era garantir a sobrevivência dos clubes fundados e promover a formação de novos. Assim, entusiasmado pelas novas adesões, mas preocupado com as perspectivas de sobrevivência do clube de São Martinho, Castilhos escreveu a Vale Machado:

Quando a propaganda republicana em toda a parte, vai colhendo frutos fecundos e inesperados, quando o partido tende a crescer sempre pelo cem número de adesões que continuamente recebe, quando em S. Vicente, por exemplo, acaba-se de constituir um núcleo republicano composto das principais influências do município, - é absolutamente inadmissível que o nosso “club” daí esmoreça e afinal se desconjunte pela indiferença.²⁵⁸

Se havia a preocupação em fortalecer o republicanismo dentro da província, também havia a necessidade de manter uma vinculação direta com os republicanos de outras províncias. Isso ocorreu, essencialmente, por dois meios. O primeiro foi através dos laços construídos

²⁵⁶ Carta de Júlio de Castilhos a Joaquim Pereira da Costa. Porto Alegre, 19 de outubro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 88-89.

²⁵⁷ Em sua dissertação de mestrado, Eloísa Capovila Ramos (1990) fez um levantamento dos clubes e núcleos republicanos formados no Rio Grande do Sul, concluindo que houve, ao longo da década de 1880, um fortalecimento do republicanismo no estado. A autora apresenta um mapa demonstrando que em 1889 praticamente todos os municípios contavam com um núcleo ou clube. Os dados apresentados pela autora demonstram uma expansão do movimento republicano para além da capital provincial. Entretanto, tais dados precisam ser analisados com cuidado, visto que a fundação de um clube não garantia sua sobrevivência e funcionamento, como se percebe no caso de São Martinho. Ainda é preciso considerar que a fonte de informações que temos sobre esses clubes é, muitas vezes, o jornal *A Federação*, órgão do partido republicano e que, como tal, estava interessado em promover uma imagem positiva da expansão e fortalecimento do republicanismo no estado. Ele não publicaria as dificuldades que esses núcleos e clubes enfrentavam.

²⁵⁸ Carta de Júlio de Castilhos a Vale Machado. Porto Alegre, [ilegível] de agosto de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 39.

durante o período em que Castilhos e outros republicanos haviam frequentado as faculdades de Direito. Muitos dos seus colegas também se tornaram propagandistas da República e, assim como os rio-grandenses, ao voltarem a sua província natal, se engajavam nos movimentos de fundação de clubes e partidos. Outro meio foi através da fundação de clubes republicanos rio-grandenses em outras províncias. Esse foi o caso da fundação do Clube Republicano em São Paulo, pelos estudantes da Faculdade do Largo de São Francisco, do qual participaram, entre outros, Assis Brasil e Júlio de Castilhos; bem como do Clube Republicano 20 de Setembro, fundado no Rio de Janeiro em agosto de 1885 por rio-grandenses, estudantes e residentes na capital do Império.

A importância desse clube como intermediário junto ao movimento republicano de outras províncias e principalmente da capital brasileira garantia, aos rio-grandenses, espaço no cenário nacional do movimento republicano. Veja-se, por exemplo, a aproximação promovida pelo Clube 20 de Setembro com grandes nomes do movimento republicano do país. A 28 de setembro de 1885 o Clube promoveu, no Teatro Lucinda, no Rio de Janeiro, uma grande comemoração em alusão ao 50º aniversário da Guerra Farrroupilha. Depois de Alfredo Mello, presidente da Assembleia, e de Álvaro Chaves discursarem, segundo relato do *A Federação*, “seguiram-se na tribuna, a convite do povo, o nosso colega José do Patrocínio e os srs. Barros Cassal, Quintino Bocaiúva, dr. Campos Sales, Vicente de Souza²⁵⁹, João Clapp e um cavalheiro que recitou uma poesia”.²⁶⁰ Como é possível perceber, o clube formado por rio-grandenses fora de sua província natal tinha a tarefa primordial de promover a comunicação e integração com lideranças do movimento republicano do país.

Castilhos adquiria, assim, ao longo da década de 1880, proeminência no interior do partido. Os laços que acionava em prol do partido foram fundamentais neste processo de consolidação da sigla. O próprio partido, adquiriu, ao longo das décadas de 1880 e 1890, feições de uma grande teia de relações, como fica evidente na análise que segue.

3.3 O partido em uma teia de relações

Muitos dos laços existentes entre republicanos advinham de sua trajetória estudantil. As faculdades, frequentadas pelos filhos da elite do país, tinham importância para além da

²⁵⁹ Sobre Vicente de Souza e seu papel como abolicionista ver o recente artigo de Ana Flávia Magalhães Pinto (2017).

²⁶⁰ CLUB 20 de Setembro. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano II, n. 220, p. 2, 29 set. 1885. Localização: BNDigital.

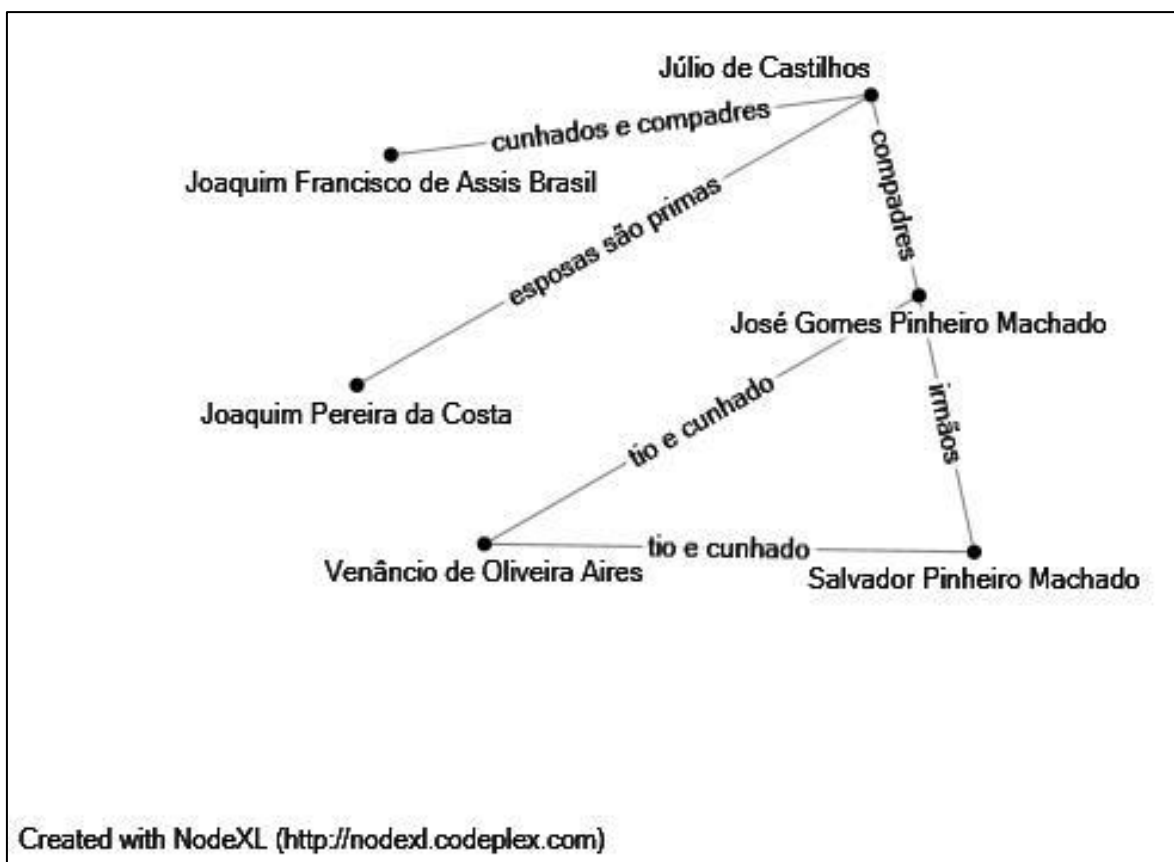
formação profissional. Como bem demonstraram Carvalho (2007), Grijó (2005) e Vargas (2010b), era no âmbito dos estudos superiores que laços se formavam e eram estendidos para além do universo escolar, adentrando, inclusive, o mundo da política.

Como já apontamos, a inserção dos jovens bacharéis ao movimento republicano da capital da província, durante a década de 1880, deve ser entendido a partir de relações anteriores que estes já haviam estabelecido. Durante o período em que foram estudantes no curso preparatório do colégio de Fernando Gomes estiveram em contato com o movimento republicano em Porto Alegre. Aos republicanos históricos, portanto, estes jovens não eram desconhecidos.

No caso dos republicanos sul-rio-grandenses, uma análise que privilegie o individual demonstra os inúmeros laços que ligavam um indivíduo ao outro. Eram laços de parentesco ou de amizade, que solidificaram as teias que faziam do PRR um partido político.²⁶¹ Laços que antes eram de coleguismo e amizade e que haviam se transmutado em laços políticos conforme se envolviam com o movimento republicano, foram, ao longo das décadas finais do século, se fortalecendo e adquirindo um novo sentido, qual seja, o de laços familiares. O PRR se tornava, assim, ao menos no que tange a sua elite, uma rede política e familiar, como é possível observar na figura abaixo:

²⁶¹ Ver texto de Grijó (1999) no qual aponta que a discussão acerca de ter sido o PRR um “partido político” é mais política e retórica do que propriamente acadêmica. Conforme assinala em seu texto, a importação de um modelo de Estado como o que ocorreu na América Latina significou a importação também de instituições, como o partido, que, entretanto, adaptaram-se às condições contextuais e históricas locais. Neste sentido, tendo por base o conceito de Landé (1977) de “grupos não-corporado”, Grijó assinala a característica facciosa, segmentada e personificada em lideranças que assumiu o PRR.

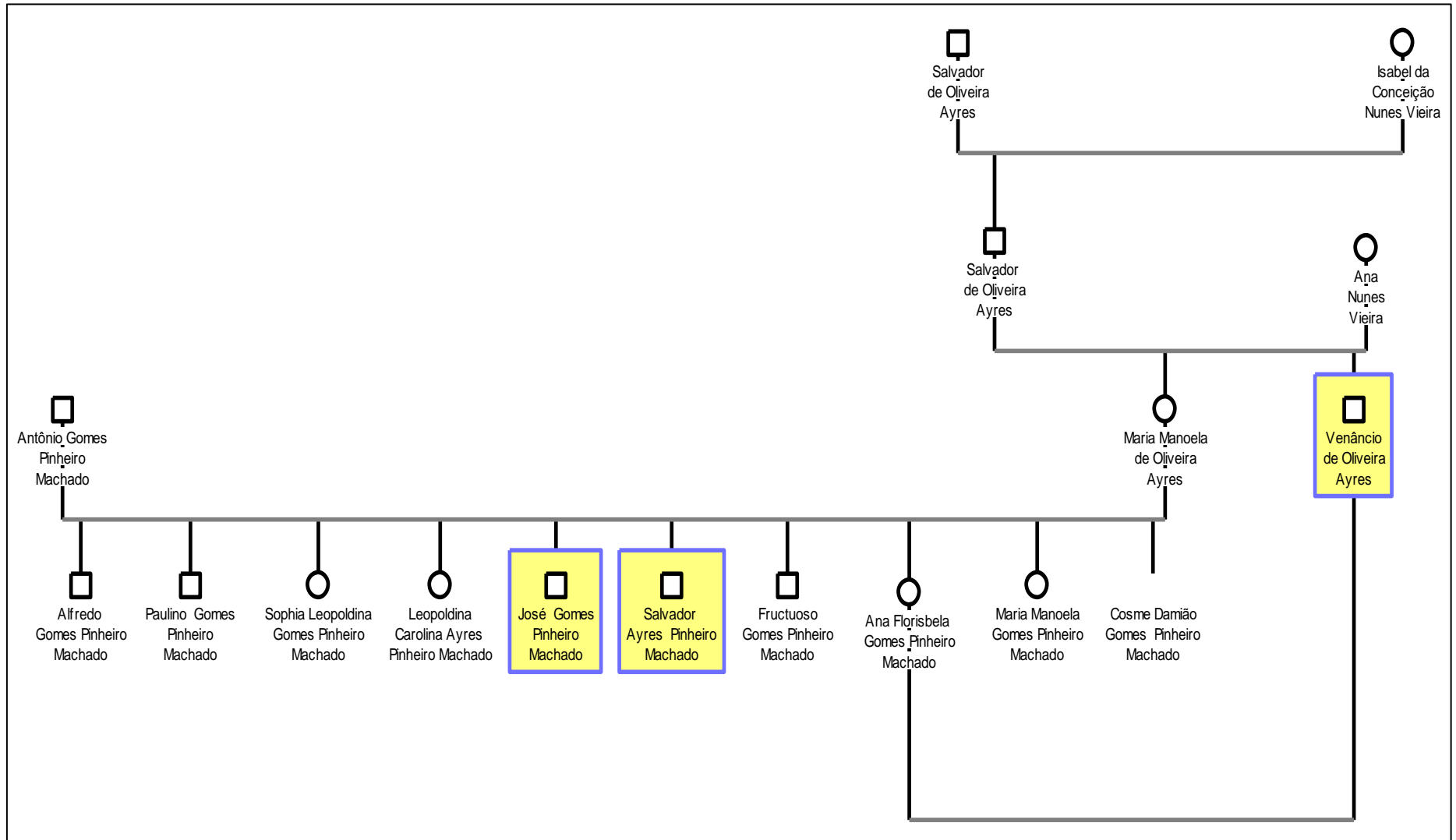
Figura 6 – Relações de parentesco entre jovens bacharéis da elite do PRR



Fonte: Pereira (2004a; 2004b; 2006a; 2006b); AHCMPOA, Livro de Batismos, Paróquia Madre de Deus, Porto Alegre, n. 25, 1889-1891.

Alguns desses laços são anteriores à existência do PRR e mesmo à inserção destes indivíduos no mundo da política. Outros, entretanto, foram constituídos durante o período em que tais indivíduos passaram a atuar na militância republicana. O partido estava permeado por relações pessoais que ultrapassavam o universo do companheirismo político. Como é possível perceber pela figura acima, as famílias Oliveira Aires e Pinheiro Machado estavam intimamente ligadas. Isto porque Venâncio de Oliveira Aires era tio e cunhado dos irmãos Salvador e José Gomes Pinheiro Machado, como é possível verificar na figura abaixo.

Figura 7 - Árvore genealógica das famílias Ayres e Pinheiro Machado



Fonte: PEREIRA (2006b; 2008).

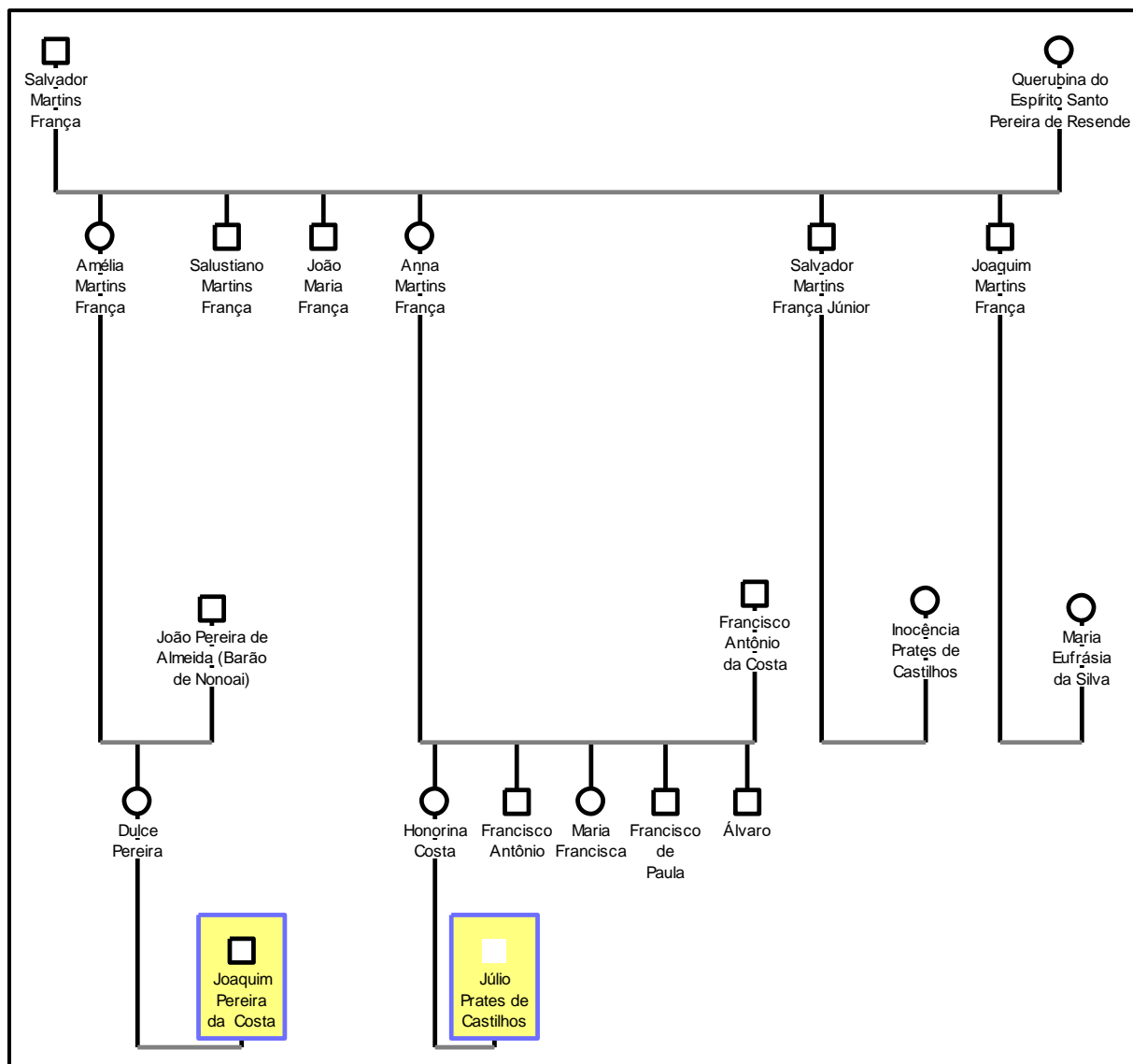
A proximidade existente entre os republicanos não é, certamente, novidade. O caso mais emblemático e conhecido envolve dois dos grandes líderes: Joaquim Francisco de Assis Brasil e Júlio de Castilhos. Assis Brasil estudou com Castilhos em Porto Alegre e em São Paulo, sendo que os dois se tornaram grandes amigos. Em 1885, Assis Brasil pediu a mão de Maria Cecília, irmã de Júlio em casamento, com o aval e entusiasmo do amigo, como foi possível acompanhar na correspondência. Mas, o que estamos demonstrando é que este não foi um caso isolado.

Joaquim Pereira da Costa foi outra liderança republicana na província. Costa nasceu em Cruz Alta em 1859. Filho do capitão Manuel Bento da Costa e de Maria Pereira da Costa, transferiu-se para São Paulo, a fim de cursar Direito, no mesmo período que Júlio de Castilhos e Assis Brasil. Além de colegas, ambos residiam na mesma República, como relatou Daudt Filho em suas memórias (DAUDT FILHO, 2003, p. 66). Em 1890 foi eleito deputado constituinte pelo Rio Grande do Sul e, de 1891 a 1899, exerceu o cargo de deputado federal pelo Rio Grande do Sul.²⁶²

Em 1894, Costa se casou com Dulce Pereira, filha João Pereira de Almeida, o barão de Nonoai, e Amélia Martins França. Amélia, mãe de Dulce, era irmã de Salvador Martins França Júnior, esposo de Inocência Prates de Castilhos, irmã de Júlio, e de Ana Martins França, mãe de Honorina Costa, esposa de Castilhos. As esposas de Júlio e Joaquim eram, portanto, primas. Essa proximidade com a família França nos leva a pensar que Castilhos possa ter interferido ou mesmo atuado em favor do amigo para selar o casamento com Dulce. Firmava-se, assim, um novo laço entre Castilhos e Pereira Costa. Se antes eram amizade, coleguismo e militância política que os ligavam, a partir de 1894, laços de parentesco eram solidificados, como é possível observar na figura abaixo. Com o matrimônio, Joaquim Pereira da Costa estava adentrando em uma família extremamente ligada aos Castilhos.

²⁶² Um pequena biografia de Pereira da Costa pode ser encontrada em SILVA, 2015c.

Figura 8 – Árvore genealógica da família Martins França



Fonte: PEREIRA (2004b).

O compadrio foi outro importante recurso. Em 1885, Joaquim Francisco de Assis Brasil e Maria Cecília apadrinharam Júlia, a filha primogênita de Júlio e Honorina.²⁶³ Em 1891, Castilhos convidou José Gomes Pinheiro Machado e sua esposa para apadrinhar a filha Otília.²⁶⁴ Nos dois casos, sabemos, existiam relações anteriores já bem estabelecidas. Assis Brasil era

²⁶³ Registro de batismo de Júlia, filha legítima de Júlio Prates de Castilhos e Honorina de Castilhos. Igreja Catedral da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus, 12 de dezembro de 1885. Localização: AHCMPPOA, Livro de Batismos, Paróquia Madre de Deus, Porto Alegre, n. 23, 1885-1887, f.22.

²⁶⁴ Registro de batismo de Otília, filha legítima do Dr. Júlio Prates de Castilhos e Honorina de Castilhos. Igreja Catedral da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus, 25 de março de 1891. Localização: AHCMPPOA, Livro de Batismos, Paróquia Madre de Deus, Porto Alegre, n. 25, 1889-1891, f.82.

cunhado de Júlio e, como vimos no capítulo anterior, as ligações da família Castilhos com a de Pinheiro Machado eram já bastante antigas.

Há, ainda, o caso de Luiz Americano. Natural de Minas Gerais, Americano era empregado público, tendo exercido, durante o período imperial, o cargo de secretário da Companhia de Estrada de Ferro do Rio Grande do Sul (Porto Alegre – Uruguaiana).²⁶⁵ Na década de 1880, teve grande atuação como propagandista da República, papel que lhe rendeu severa crítica, em tribuna, do maior líder liberal do Rio Grande do Sul, Gaspar Silveira Martins. O líder liberal considerava incoerente Americano ser empregado do Império e propagandear a República.²⁶⁶ Em 1890, quando Júlio e Honorina batizaram sua filha Eugênia, Luiz Americano foi convidado para apadrinhar a menina, que então estava com pouco mais de quatro anos.

Percebe-se, assim, que uma análise que privilegie o individual também é capaz de demonstrar os inúmeros laços que ligavam um indivíduo ao outro. Eram laços de parentesco ou de amizade que solidificaram as teias que faziam do PRR um partido político. Que laços existam, não é nenhuma novidade. Entretanto, o que mais nos chamou a atenção foi que o mundo da militância política fez com que laços de amizade ou mesmo de companheirismo político se solidificassem em laços de parentesco.

Além do mais, é preciso levar em conta que a existência desta teia de laços pessoais possa ter sido fundamental para que Castilhos adquirisse maior proeminência no interior do partido. Não pretendemos afirmar que Castilhos tenha acionado racionalmente esses laços para obter papel de destaque no PRR, mas é provável que a proximidade com os indivíduos que compunham a cúpula partidária tenha sido essencial na escalada de Castilhos.

Ao mesmo tempo que o papel atuante de Castilhos na fundação e fortalecimento do PRR na década de 1880 foi fundamental para a conquista de maior proeminência, outros fatores também foram essenciais, tais como sua atuação à frente da imprensa partidária e o protagonismo assumido na campanha abolicionista. Analisemos, primeiramente, seu envolvimento com o jornal republicano *A Federação*.

²⁶⁵ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano IV, n. 49, p. 2, 2 março 1887. Localização: BNDigital.

²⁶⁶ Sobre a contenda ver resposta de Luiz Americano publicada no *A Federação* em: AMERICANO, Luiz. Comunicado: O Senador Silveira Martins e os republicanos. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano II, n. 100, p. 2-3, 4 maio 1885. Localização: BNDigital.

3.4 “a ela dedico, por assim dizer, o amor de pai”: a folha republicana *A Federação*

Na convenção regional convocada pelo Clube Republicano de Porto Alegre, em 1882, na qual foi criado o PRR, Castilhos foi designado para a comissão de imprensa partidária. Segundo Franco (1996, p. 27), a experiência de Júlio no jornalismo acadêmico pesou nesta indicação. No Colégio Ferreira Gomes já havia feito sua estreia como escritor, mas foi em São Paulo, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, que Júlio teve maior atuação, como redator de dois jornais acadêmicos: *A Evolução*²⁶⁷ e *A República*²⁶⁸ (PICCOLO, 2005, p. 85).

Assim, retornando a sua província e se inserindo no movimento republicano que nela já existia e que estava em expansão, coube a ele, junto com outros companheiros, a tarefa de fundar a imprensa republicana, na qual viria a ser assíduo escritor. A imprensa teria, para o PRR, o importante papel de fortalecer o partido, mobilizando a base de apoio existente nos mais diferentes municípios da província. Como se verá, as lideranças republicanas existentes nos municípios foram chamadas à mobilização em prol da imprensa que estava em formação.

Em 1883, no primeiro Congresso do Partido Republicano Rio-Grandense ficou determinada a fundação do jornal. Segundo Otelo Rosa, foi Castilhos quem redigiu o projeto, que contou com a assinatura de Antão de Farias e Assis Brasil (ROSA, 1928, p. 37). O próprio Castilhos admitiria, mais de uma vez, que a imprensa nascera de um projeto seu. A Tito Prates, seu primo e correligionário, explicava que *A Federação* era “Filha de um projeto por mim elaborado, é uma folha o alos (sic) do meu empenho atual como republicano, e a ela dedico, por assim dizer, o amor de pai”.²⁶⁹ A Honorato Mercado, afirmava, depois que o jornal já circulava:

Têm trabalhado com afinco na redação o Venâncio, o Ramiro e este pobre diabo que te está a escrever. Dedico meu melhor tempo ao nosso órgão. Também, desde que vim da Academia, lutei, lutei muito pela organização da imprensa, elaborei um projeto meditado, trabalhei com esforço para a sua execução, e agora que – post tantos labores – vejo criada a folha, é meu dever redobrar de esforços e dedicação. É o que faço.²⁷⁰

²⁶⁷ O jornal *A Evolução* circulou entre abril e setembro de 1879, em um total de dez números, redigidos por Júlio de Castilhos, Assis Brasil e Pereira da Costa (PICCOLO, 2005, p. 85).

²⁶⁸ O jornal *A República* era o Órgão do Clube republicano Acadêmico. Castilhos escreveu neste jornal entre junho e agosto de 1880 (PICCOLO, 2005, p. 85).

²⁶⁹ Carta de Júlio de Castilhos a Tito Prates. Porto Alegre, 7 de dezembro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 137.

²⁷⁰ Carta de Júlio de Castilhos a Honorato Mercado. Porto Alegre, 19 de janeiro de 1884. Apud VELHO, 2013, p. 140.

Como se percebe, em cartas a amigos e companheiros de partido, Castilhos sustentava um discurso que assinalava seu protagonismo à frente do movimento. Ele sinalizava todos os empenhos e esforços que fizera para que a imprensa se tornasse uma realidade, o que justificaria o lugar de destaque que passaria a ocupar a partir desse período. Como veremos adiante, esse discurso auto elogioso e ao mesmo tempo afirmativo, de quem sacrificara interesses pessoais em prol do partido e da República, será uma constante em seus escritos. É possível que esta tenha sido uma estratégia utilizada por ele para se promover entre os próprios correligionários. Vale lembrar que a década de 1880 correspondeu ao período da afirmação da liderança de Castilhos dentro do PRR.

Elaborado o projeto, o passo seguinte seria angariar o capital necessário à criação do jornal. Conforme apontam Rosa (1928) e Franco (1996), tratava-se de 30 contos de réis (2.644,500 libras esterlinas). Para termos uma ideia, no inventário de Carolina Prates de Castilhos, mãe de Júlio, datado de 1890, as 2.461 reses de criar xucras que possuía foram avaliadas em 29:532\$000 réis (2.776,377 libras esterlinas), praticamente o capital inicial da empresa.²⁷¹ Não era, portanto, um pequeno valor. Entretanto, em sua correspondência, Castilhos explica que para a empresa iniciar suas atividades precisava da metade deste valor, ou seja, 15 contos de réis, o que ainda era um valor considerável.

Assim, após o Congresso de março, o ano de 1883 foi destinado a angariar o capital necessário. A estratégia para reunir os 15 contos de réis era vender ações a outros republicanos. Em diversas cartas, Júlio relatava a dificuldade que encontrava para a venda de ações. A Theodoro Ribas, escreveu: “A folha republicana (cuja redação, como deve saber, não quis aceitar apesar das insistências dos amigos) aparecerá de novembro até janeiro sem falta. Trataremos agora de passar o resto das ações, o que tem sido difícil”.²⁷² Para Vale Machado, usava o mesmo tom queixoso:

E mais: a folha republicana aparecerá com certeza de novembro a janeiro. Estamos tratando de passar o resto das ações, tarefa que tem sido difícil. Tal é a razão por que ainda não se deu princípio à publicação da folha. É infalível, porém, que de novembro a janeiro tenhamos imprensa, e ótima. Comunique a todos que tomaram ações.²⁷³

²⁷¹ Inventário *post-mortem*. Inventariada: Carolina Prates de Castilhos; Inventariante: Júlio Prates de Castilhos. Localização: APERS, Juízo de Órfãos, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1890, maço 11, n. 277, f. 64.

²⁷² Carta de Júlio de Castilhos a Theodoro Ribas. Porto Alegre, 2 de agosto de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 35.

²⁷³ Carta de Júlio de Castilhos a Vale Machado. Porto Alegre, [ilegível] de agosto de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 40.

No início de agosto, cerca de 145 ações, no valor de 50 mil réis cada, haviam sido subscritas: cem na capital, oito ou dez em Cachoeira, 27 em Jaguarão e 8 em Pelotas. Em outubro, o número de ações passadas chegou a 400, o que somaria 20 contos de réis. Destas, entretanto, poucas haviam sido pagas, segundo Castilhos.²⁷⁴ Assim, tendo conseguido reunir com as ações seis contos de réis, e faltando nove contos de réis para completar os quinze necessários ao início do funcionamento da folha, a solução encontrada por alguns dos envolvidos no movimento foi conceder à empresa uma espécie de “empréstimo” ou “adiantamento”, conforme relatou Castilhos a Antônio Augusto Uflacker:

Em face da execução excessivamente morosa que vai tendo o respectivo projeto, em virtude de circunstâncias ocasionais, alguns cidadãos cheios de fé e de boa vontade resolveram abreviar o aparecimento da folha, adiantando á empresa o dinheiro suficiente para perfazer a quantia de 15:000\$000, isto é, a realização do capital da 1ª prestação.²⁷⁵

Os empréstimos seriam pagos pela folha republicana “à medida que se for efetuando a cobrança das ações já subscritas e das que forem d’ora em diante”.²⁷⁶ Os “companheiros audazes e resolutos” que “resolveram apressar a cousa, adiantando à empresa o dinheiro suficiente para perfazer a quantia de 15:000\$000 que é o indispensável para o aparecimento da folha, isto é, a realização do capital da 1ª prestação” foram, além do próprio Júlio, José Dias Costa, Luís Leseigneur, Vitorino Carneiro Monteiro, Demétrio Ribeiro, Ramiro Barcelos, Gabriel Pinto Motta, Sebastião Pereira Barros, Henrique Martins Chaves, Cândido Pacheco Júnior, Júlio Pacheco.²⁷⁷ Os seis primeiros adiantaram a quantia de um conto de réis cada, de modo que se pode deduzir que os outros cinco dividiram entre si ações que, no total, somavam três contos de réis.²⁷⁸

Note-se que, observando o Quadro 2, das Comissões Executivas do PRR, podemos encontrar quatro nomes coincidentes: Luís Leseigneur, Demétrio Ribeiro, Ramiro Barcelos e Júlio de Castilhos. Outros dois ainda haviam sido eleitos suplentes da comissão executiva em 1884 (José Dias da Costa e Sebastião Barros) e outro foi suplente em 1885 (Júlio Pacheco). Ou seja, os subscritores da folha republicana que adiantaram capital para que o projeto se tornasse realidade faziam parte da cúpula do PRR no período.

²⁷⁴ Carta de Júlio de Castilhos a Eduardo Lima. Porto Alegre, 18 de outubro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 89-91.

²⁷⁵ Carta de Júlio de Castilhos a Antônio Augusto Uflacker. Porto Alegre, 26 de agosto de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 56-57.

²⁷⁶ Ibid, p. 56-57.

²⁷⁷ Carta de Júlio de Castilhos a Assis Brasil. Porto Alegre, 3 de agosto de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 43.

²⁷⁸ Ibid, p. 44.

Ainda que houvesse alguma dificuldade para reunir o capital necessário, como Castilhos apontava em muitas de suas cartas, deve-se observar que este capital foi reunido em menos de um ano. O valor de 50 mil réis de cada ação não constituía pouco capital. Mais uma vez comparando valores, tem-se que 50 mil réis correspondia ao valor de quatro reses de criar xucas.²⁷⁹ No caso dos republicanos que emprestaram um conto de réis (89,846 libras esterlinas), significa que estavam emprestando um valor correspondente ao de 80 reses de criar xucas. Isso nos permite concluir que se tratava de indivíduos pertencentes às camadas mais abastadas da sociedade rio-grandenses, em condições de despender uma quantia considerável em prol de um partido político e/ou uma causa.

Ao buscarmos informações sobre esses “audazes e resolutos” que subscreveram o adiantamento à empresa republicana, notamos que além de profissionais liberais – um engenheiro (Demétrio Ribeiro), um médico (Barcellos) e três advogados (Castilhos, Chaves e Monteiro) – havia ainda um relojoeiro (Leseigneur) e cinco comerciantes (os irmãos Pacheco, Motta, Costa e Barros). Como já demonstramos no primeiro capítulo e no início deste, esses profissionais liberais, mesmo quando atuavam no mundo urbano, não estavam desvinculados do mundo rural. Assim, fica evidente que a reunião, no interior do partido, de grupos ligados ao setor mais tradicional da economia sul-rio-grandense (pecuária) e de setores comerciais e urbanos foi essencial para a sobrevivência do partido e para a criação de uma imprensa republicana. Era um grupo minoritário, disposto a financiar a imprensa partidária que, segundo Castilhos, teria tornado o projeto possível. Como se lê no trecho da carta abaixo transcrito, as dificuldades em reunir o capital necessário junto aos correligionários, avaliava, estava relacionado a dois fatores:

A que é devida essa marcha trôpega do nosso projeto. Em parte à falta d’uniformidade d’esforços dos companheiros que se incumbiram da tarefa na campanha, e em parte à crise monetária que bateu às portas dos correligionários de fora devida a péssima safra de gados que tivemos.²⁸⁰

Sobre o primeiro ponto – a falta de uniformidade de esforços de companheiros – é preciso considerar que o grupo envolvido tanto no fortalecimento do partido quanto no projeto de criação da imprensa era bastante heterogêneo. Republicanos históricos que militavam desde

²⁷⁹ No inventário de Carolina Prates de Castilhos, cada res de criar xuca foi avaliada em 12 mil réis ou seja, 1,128 libras esterlinas. O valor de 50\$000 réis, em 1883, correspondia a 4,492 libras esterlinas. (Inventário *post-mortem*. Inventariada: Carolina Prates de Castilhos; Inventariante: Júlio Prates de Castilhos. Localização: APERS, Juízo de Órfãos, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1890, maço 11, n. 277, f. 64).

²⁸⁰ Carta de Júlio de Castilhos a Pereira da Costa. Porto Alegre, 20 de julho de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 24.

a década de 1870, os jovens bacharéis que se inseriram na década de 1880 ao projeto republicano no estado e, ainda, alguns conservadores que, descontentes com a política imperial, se somavam ao grupo. Tudo isso resultava na existência de diferentes projetos de republicanismo e de ação política que, como percebeu Castilhos, se tornavam um empecilho para o bom andamento do projeto do PRR.

Em relação ao segundo ponto – a crise monetária – Castilhos fazia referência aos problemas que atingiam as charqueadas no Rio Grande do Sul naquele momento e que também causavam prejuízos aos criadores de gado. Como muitos republicanos estavam envolvidos com o universo dos negócios com animais, ele acreditava que a empreitada de venda de ações sofria também o impacto desse cenário. Assim, o capital urbano, advindo das atividades comerciais, parece ter sido fundamental para a realização da folha. Mais do que isso, o trecho acima transcrito valorizava ainda mais o esforço do grupo de republicanos que “emprestou” capital ao jornal, entre os quais estava ele próprio. Há, de novo, uma tentativa de auto valoração de suas próprias ações, o que o ajudava a demarcar seu próprio espaço dentro do partido.

Note-se que seu nome estava entre os que emprestaram capital. Dado os recursos de que dispunha, não lhe seria tão custoso emprestar a quantia ao jornal. Entretanto, naquele mesmo mês de agosto tentou se livrar do compromisso assumido. Escreveu a Assis Brasil pedindo que, ao invés de enviar ao tesoureiro o dinheiro das ações que passasse, o fizesse a ele, Júlio, “para desempenhar-me do compromisso”. Assim, não precisaria “ter de adiantar dinheiro do meu bolso, o que me seria em extremo penoso, tanto mais quanto nem o tenho agora disponível”.²⁸¹ Em diversas ocasiões Castilhos solicitava ao irmão Francisco, seu sócio, o envio de alguma quantia.²⁸² Assim, poderia muito bem tê-lo feito para efetuar o empréstimo ao jornal. Mas, mais uma vez, percebe-se, na carta a Assis Brasil, a tentativa de construir uma imagem de sacrifício.

Fazer seu nome constar no grupo dos signatários que tiravam de seu bolso em prol da causa era essencial para assegurar uma posição central no interior do partido. Era uma forma de reforçar a ideia de que era ele o grande promotor da realização da folha. E fazia questão de expor isso, como o fez nas cartas, já citadas, a Tito Prates, em que se diz pai do *A Federação*, e a Honorato Mercado, na qual expõe todos os seus esforços pela folha.

Por outro lado, buscava demonstrar que o que fazia representava um grande sacrifício pessoal. Era esse o duplo discurso que construía. Para além do interesse em firmar posição no

²⁸¹ Carta de Júlio de Castilhos a Assis Brasil. Porto Alegre, 3 de agosto de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 44; 43.

²⁸² Sobre as solicitações de dinheiro que fez ao irmão Chiquinho ver: Carta de Júlio de Castilhos ao irmão Francisco Ferreira (Chiquinho). Porto Alegre, 30 de julho de [1883]. Apud VELHO, 2013, p. 27-30; e Carta de Júlio de Castilhos ao irmão Francisco Ferreira (Chiquinho). Porto Alegre, 4 de agosto de [1883]. Apud VELHO, 2013, p. 44-46.

interior do partido através da imprensa, cumpre destacar que Castilhos reconhecia a importância da folha para a existência do movimento e do partido republicano. Ele já havia atuado na propaganda republicana via imprensa acadêmica e compreendia o papel essencial que a imprensa possuía para o movimento. Como revelou em carta a Ernesto Alves, considerava que “Da organização d’uma grande imprensa depende, na presente fase dos espíritos na província, o rápido crescimento do jovem partido”.²⁸³ Assim, faria o que fosse necessário para tal.

A Joaquim Pereira da Costa, a quem chamava de Quinca, assinalava a necessidade de conseguir adiantar o valor das ações: “Era necessária esta medida ou outra semelhante, à vista da morosidade extraordinária com que se ia executando o projeto d’imprensa. A deixar as cousas continuarem na mesma marcha, não teríamos jornal tão cedo, com grave prejuízo do partido”.²⁸⁴ Atingida a primeira meta de conseguir os 15 contos de réis e encomendar, da Europa, o material tipográfico, em outubro de 1883, Castilhos escrevia a Antônio Augusto Uflacker e Venâncio Ayres, respectivamente gerente e redator do jornal, comunicando que estava a enviar o comunicado oficial da Comissão Executiva do PRR convocando-os a estar em Porto Alegre em dezembro, afim de preparar o lançamento do *A Federação* em 1º de janeiro do ano seguinte.²⁸⁵ Em outubro também iniciava uma nova tarefa: conseguir assinantes para o jornal.

Com essa intenção, Castilhos escreveu a vários correligionários e amigos, da província e de fora dela. Ao escrever para Eduardo Lima, correligionário de Itaqui, remetia “um crescido número de listas impressas para o fim de angariarem assinaturas para o nosso órgão”.²⁸⁶ Ao escrever para Vale Machado, liderança de São Martinho, fazia o mesmo pedido, remetendo as listas e indicando as vantagens que a nova folha apresentaria para seus assinantes:

[...] bem noticiosa, doutrinaria em todos os seus sentidos, perfeitamente moralizada e que se abstenha rigorosamente de toda a polemica pessoal, além, de não ser exclusivamente política. Liberais e conservadores indistintamente aí, como aqui acontece, certamente hão de assiná-la, desde que conheçam qual o espírito d’ela [...] o preço, como verá, é mais que módico, comparativamente ao preço dos demais jornais da província.²⁸⁷

²⁸³ Carta de Júlio de Castilhos a Ernesto Alves. Porto Alegre, 7 de setembro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 60.

²⁸⁴ Carta de Castilhos a Joaquim Pereira da Costa. Porto Alegre, 19 de outubro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 88.

²⁸⁵ Carta de Júlio de Castilhos a Uflacker. Sem local, 12 de outubro de [1883]. Apud VELHO, 2013, p. 83-84; Carta de Júlio de Castilhos a Venâncio Ayres. Porto Alegre, 13 de outubro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 84-85.

²⁸⁶ Carta de Júlio de Castilhos a Eduardo Lima. Porto Alegre, 18 de outubro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 90.

²⁸⁷ Carta de Júlio de Castilhos a Vale Machado. Porto Alegre, 20 de outubro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 94.

Castilhos também enviou listas de assinantes a Pinheiro Machado²⁸⁸, Venâncio Ayres²⁸⁹, e Assis Brasil. A este último revelava como estava transcorrendo o trabalho de conseguir assinantes:

Na presente ocasião te envio listas impressas para as assinaturas d'A Federação. Convém ativar esse trabalho, porque janeiro aproxima-se. *Temos remetido listas para toda parte.* Aqui na capital já temos regular número d'assinantes, e contamos aumentá-lo. Trabalhamos com esforço aqui. Todos os companheiros estão animados. Ainda bem.²⁹⁰

Em novembro *A Federação* já contava com cerca de “500 ou 600 assinantes” na capital. Segundo Castilhos, esse era “um facto notável e sem precedente aqui, onde de ordinário as folhas, não contam mai[s] de 400 assinantes” e projetava que “Se na campanha desenvolver-se atividade igual à que estamos aqui desenvolvendo, é de presumir que o nosso órgão começará com 1000 assinantes – pelo menos”.²⁹¹

Assim, em primeiro de janeiro de 1884 começou a circular *A Federação*. Além do capital recolhido com a venda de ações da empresa e das assinaturas, a folha também contava com os anunciantes. Não tivemos como apurar o valor de um anúncio na folha, mas é plausível que os anúncios constituíam via importante para manter o jornal. Entre os anunciantes, nomes de lideranças políticas eram comuns. Já em 1884 é possível encontrar anúncios do advogado Francisco da Silva Tavares, líder do Partido Conservador. No mesmo ano, o advogado Germano Hasslocher, então republicano, também anunciava o local de seu escritório.²⁹² Um seletivo grupo de republicanos ajudava a manter a folha, fazendo regulares anúncios de seus negócios. É o caso do advogado Júlio de Castilhos, do médico João Abbot e do também advogado Henrique Martins Chaves.

Apesar de Castilhos em várias cartas tratar do sucesso da folha, mantinha um discurso que enfatizava as dificuldades financeiras que o órgão de imprensa constantemente enfrentava e ressaltava sua disposição em se sacrificar por ela. Em novembro de 1884, antes mesmo de *A Federação* completar um ano de funcionamento, Castilhos escreveu:

²⁸⁸ Carta de Júlio de Castilhos a Pinheiro Machado. Porto Alegre, 27 de outubro de 1883. Apud VELHO. 2013, p. 100-101.

²⁸⁹ Carta de Júlio de Castilhos a Venâncio Ayres. Porto Alegre, 27 de outubro de 1883. Apud VELHO. 2013, p. 101-201.

²⁹⁰ Carta de Júlio de Castilhos a Assis Brasil. Porto Alegre, 20 de outubro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 92. Grifos nossos.

²⁹¹ Carta de Júlio de Castilhos a Assis Brasil. Porto Alegre, 9 de novembro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 110.

²⁹² Até onde pudemos apurar, Germano Hasslocher, durante a década de 1880 aderiu ao republicanismo. Na década de 1890, Germano acabou se tornando federalista.

Si é verdade que a Federação por cá provoca entusiasmo de todos, também não é menos certo que há muita falta de dinheiro. De sorte que por este motivo tenho me retraído de importunar os correligionários, que, na maioria, são desprovidos de fortuna. Todavia, tenho recebido algum dinheiro, e tenho esperança de levar uma quantia regular.

Já estive com o Venâncio, que está pronto para tudo.

Escreverei ao Assis Brasil, que também está disposto para o que der e vier, segundo me afirmou o Venâncio.²⁹³

Em janeiro de 1886, Castilhos escrevia a Leopoldo Teixeira Leite. O destinatário era filho do barão de Vassouras, Francisco José Teixeira Leite,²⁹⁴ tendo sido colega de Castilhos na Faculdade do Largo de São Francisco.²⁹⁵ Assim como outros da mesma geração, também se envolveu com o movimento republicano, sendo um dos fundadores do clube republicano do município de Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro.²⁹⁶ Por ocasião da venda de ações para a abertura do *A Federação*, em 1883, Castilhos o chamava de “companheiro”, depois que Leite havia adquirido dez ações da empresa republicana.²⁹⁷ Além da compra de ações, havia realizado um empréstimo a Castilhos no valor de 7:103\$340. A motivação de sua escrita ao ex-colega, em 1886, era justificar porque ainda não havia quitado a dívida. Mais uma vez, seus sacrifícios pelo jornal republicano eram citados:

Que tais tinham sido os sacrifícios [a mim impostos pela] manutenção da Federação, que não podia dentro do prazo solver o meu debito contigo, obrigado como tinha sido a despesas imprevistas com o órgão do nosso partido, reproduzindo-se mais ou menos o mesmo facto ocorrido em 1884.²⁹⁸

Exposição semelhante fez em maio de 1888, em carta a Pinheiro Machado. Relatando que, em novembro do ano anterior, *A Federação* esteve a ponto de desaparecer por questões financeiras, assinalava que ele e outros amigos haviam socorrido a empresa.²⁹⁹ Como é possível perceber, Castilhos construiu para os companheiros políticos um discurso que ressaltava seus

²⁹³ Carta de Júlio de Castilhos a um amigo [catalogação afirma ser Júlio Pacheco]. Sem Local, 24 de novembro de 1884. Localização: AHRs, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 4: Correspondência enviada, Caixa 10, Maço 47, Doc. 992/2.

²⁹⁴ Conforme A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano I, n. 120, p. 3, 26 maio 1884. Localização: BNDigital.

²⁹⁵ Teixeira Leite pertencia a mesma turma de Castilhos, tendo se bacharelado em 1881. Conforme ARCADAS. Antigos Alunos. Disponível em: < http://www.arcadas.org.br/antigos_alunos.php>. Acesso em 15/02/2017.

²⁹⁶ A Federação de nove de julho noticia a fundação deste clube republicano e cita Leopoldo Teixeira Leite como um de seus fundadores. Conforme: A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, Ano III, n.154, p. 1, , 9 julho 1886. Localização: BNDigital.

²⁹⁷ Carta de Júlio de Castilhos a Assis Brasil. Porto Alegre, 20 de outubro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 93.

²⁹⁸ Carta de Júlio de Castilhos a Leopoldo Teixeira Leite. Porto Alegre, 12 de fevereiro de 1886. Apud VELHO, 2013, p. 203.

²⁹⁹ Carta de Júlio de Castilhos a José Gomes Pinheiro Machado. Vila Rica, 15 de maio de 1888. Apud FRANCO, 1996, p. 53-55.

sacrifícios pessoais pelo partido e pela imprensa. Assinalava que havia investido tempo e capital na criação da folha. Seu capital e o de seus amigos.

Mas, se como viemos mostrando até aqui, Castilhos construiu um discurso que o colocava como protagonista da constituição da imprensa partidária republicana, por que teria se recusado a assumir o papel de primeiro redator? Na ocasião do Congresso Republicano de 1883, foi eleito redator da folha, cargo que recusou, tendo sido em seu lugar escolhido Venâncio Ayres. A recusa foi narrada por Castilhos em várias cartas que redigiu. A Antônio da Silveira Soares, correligionário de São Martinho, escreveu: “Conhece, portanto, as deliberações que foram tomadas, bem como a recusa que fiz do lugar de redator da futura folha republicana. Razões fortes me impediram de aceitar esse lugar. Foi eleito o nosso bom correligionário Venâncio”.³⁰⁰ Para a namorada Honorina Costa, Júlio escrevia a respeito:

Encerrou-se já o “Congresso republicano”. Do que nele ocorreu comunico-te apenas o que mais te possa interessar. Fui efetivamente eleito redator da futura Folha republicana, mas, apesar das maiores instâncias dos meus amigos, recusei esse cargo terminantemente. Essa recusa não foi mais do que resultado de uma deliberação anterior, profunda e maduramente meditada. Tive de ser insensível aos delicados e insistentes pedidos dos meus amigos e do meu partido, que queria confiar-me a honra de representa-lo na imprensa. Razões poderosas moveram-me a manter inalterável minha recusa; de viva voz te as exporei. Em meu lugar foi eleito Venâncio Aires.³⁰¹

Os motivos que levaram Júlio a recusar o cargo de redator, não são evidentes.³⁰² Entretanto, a partir de suas cartas é plausível pensar que as dificuldades que enfrentava em conseguir clientes para seu escritório de advocacia poderiam aumentar se tivesse seu nome figurando na primeira página de um jornal republicano, em um momento em que liberais e conservadores dominavam a política provincial. Além do mais, sabia que assumir a redação da folha roubaria tempo de suas atividades como advogado.

E foi o que ocorreu. Venâncio Ayres, pouco tempo ficou à frente da redação do jornal. Em fins de 1883 levantava a possibilidade de não se dirigir a capital para assumir a redação da folha, ideia de pronto refutada por Castilhos:

A substituição na redação do nosso órgão é agora mais que inconveniente – para falar-lhe com toda a franqueza. Primeiramente, acontece que não só o

³⁰⁰ Carta de Júlio de Castilhos a Antônio da Silveira Soares. Porto Alegre, 3 de agosto de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 33.

³⁰¹ Carta de Júlio de Castilhos a Honorina Costa. Porto Alegre, 27 de março de 1883. Apud CASTILHOS, 1993, p. 33.

³⁰² Sérgio da Costa Franco propõe que sua intenção de casar e constituir família tenha pesado na decisão. Discordando do autor, propomos que foram motivos profissionais que o levaram à recusa.

partido aqui conta ao certo com V., como também o público; a sua ausência inspirará algum desânimo àquele e casará surpresa a este, que não deixará de comentar a sua substituição repentina. E isto é importante e grave, perturbando de princípio a marcha da folha. Em segundo lugar, de pronto não há aqui quem o substitua. Acredite sem hesitar no que lhe digo, pois é a mais plena verdade, salvo si quisermos que a nossa folha tenha um mau princípio.³⁰³

Para evitar que Venâncio Ayres desistisse de imediato da redação, Júlio lhe faz uma proposta:

Mas para conciliar as cousas e evitar completos sacrifícios a V., que já tantos tem feito á nossa causa, lembro-me de indicar-lhe um expediente, que me parece eficaz. É isto: - V. assume a redação até que se reúna O Congresso, cuja convocação faremos – na hipótese – mais cedo do que é preciso. O Congresso, ouvindo as suas procedentes razões, elegerá outro.³⁰⁴

E foi assim que ocorreu.³⁰⁵ Venâncio assumiu a redação da folha mas, já em maio, foi realizado o Congresso Republicano no qual Júlio de Castilhos foi eleito novo redator.³⁰⁶ Permaneceu à frente da redação até 1888. Em fevereiro daquele ano, Castilhos se retirou, alegando dificuldades financeiras, à Fazenda da Boa Vista. As atividades advocatícias não conseguiam o manter na capital e, afinal, era das atividades criatórias que obtinha o sustento. Permaneceu na Boa Vista até fins de julho de 1889. De 20 de abril de 1888 a 1º de agosto do ano seguinte respondeu pela redação da folha Ernesto Alves, ainda que o nome de Castilhos permanecesse estampado como diretor de redação d'*A Federação* em seu cabeçalho. De volta à capital, somente a 2 de agosto de 1889, Castilhos reassumiria seu posto.

Outro passo importante era garantir a existência de representantes do *A Federação* em vários locais, a fim de que o número de assinantes pudesse crescer. No Rio Grande do Sul, em 37 municípios havia agentes do jornal.³⁰⁷ Fora do estado, o jornal também contava com agentes, como é possível perceber no quadro abaixo:

³⁰³ Carta de Júlio de Castilhos a Venâncio Ayres. Porto Alegre, 3 de novembro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 103-104.

³⁰⁴ Carta de Júlio de Castilhos a Venâncio Ayres. Porto Alegre, 3 de novembro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 104.

³⁰⁵ Encontramos outras duas cartas em que Castilhos trata do mesmo assunto com Venâncio Ayres, ambas também redigidas em novembro. Carta de Júlio de Castilhos a Venâncio Ayres. Porto Alegre, 10 de novembro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 109; e, Carta de Júlio de Castilhos a Venâncio Ayres. Porto Alegre, 28 de novembro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 130-131.

³⁰⁶ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano I, n. 111, p.1, 14 maio 1884. Localização: BNDigital.

³⁰⁷ A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, Ano I, n. 65, p. 1, 19 março 1884. Localização: BNDigital.

Quadro 3 – Agentes do *A Federação* em outras províncias - 1886

Agente	Província
Alfredo Luiz de Mello	Rio de Janeiro
Francisco de Almeida Nobre	São Paulo – Capital
Américo Martins dos Santos	São Paulo – Santos
Dr. Júlio de Mesquita	São Paulo – Campinas
Dr. Diogo de Assis Brasil	Minas Gerais – Ouro Preto
José Antônio d’Almeida Lisboa	Minas Gerais – Pouso Alegre
Pedro Ivo & Francisco Aureliano	Minas Gerais – Santo Antônio da Jacutinga
Capitão José Luiz Campos do Amaral Júnior	Minas Gerais – São Sebastião do Paraíso
Octaviano Ferreira de Brito	Minas Gerais – São Joaquim da Serra Negra

Fonte: *A Federação*. Porto Alegre, Ano III, n. 70, p.1, 27 março 1886. Localização: BNDigital.

Como afirmou Tassiana Saccol (2013), esses agentes tinham fundamental importância para o jornal, visto que além de conseguir assinaturas, faziam a distribuição do jornal e as cobranças. Ao nos indagarmos sobre os meios de recrutamento de tais agentes, evidenciam-se as mais diferentes ligações entre eles e os republicanos sul-rio-grandenses.

Alfredo Luiz de Mello era comerciante, residente na capital do Império. Segundo *A Federação*, Mello foi “o grande iniciador da propaganda abolicionista” em Rio Grande.³⁰⁸ Ainda no Rio de Janeiro, participou, junto a outros sul-rio-grandenses, da fundação, em 20 de agosto de 1885, do Club Rio-Grandense Vinte de Setembro.³⁰⁹

Diogo de Assis Brasil, agente em Ouro Preto, era o irmão mais novo de Joaquim Francisco de Assis Brasil. Residindo em Minas Gerais a estudos, pôde atuar como agente do jornal republicano rio-grandense. Em Campinas, o agente era Júlio de Mesquita, que foi colega de Júlio de Castilhos na Faculdade do Largo de São Francisco e que, como ele, também

³⁰⁸ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano I, n. 244, p. 1, 18 out. 1884. Localização: BNDigital.

³⁰⁹ A fundação do Clube Republicano na Corte foi noticiada pelo jornal *A Federação* nas edições de 24 de ago. e 4 de setembro de 1885. Conforme: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano II, n. 191, p. 1, 24 ago. 1885. Localização: BNDigital; e, A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, Ano II, n. 201, p. 1, 4 set. 1885. Localização: BNDigital.

participou, na época de estudante, do jornal acadêmico *A República*.³¹⁰ É muito provável que, em nome da antiga amizade, e incitando os sentimentos republicanos do ex-colega, Castilhos o tenha convidado para a função.

Esses três casos sugerem que os agentes eram recrutados entre correligionários residentes em outras províncias ou entre republicanos de outras províncias que possuíam ligação com alguma das lideranças rio-grandenses. O recrutamento de republicanos conhecidos também ocorreu na constituição de uma rede de correspondentes que escreviam ao *A Federação* para fornecer informações a serem publicadas. Castilhos acionou essa rede para compor o grupo de colaboradores do jornal.

Na edição de oito de abril de 1884, *A Federação* apresentava aos leitores seus colaboradores que, de outras províncias, escreviam fornecendo “notícias criteriosas e circunstanciadas de todos os pontos do país”. Eram eles: Bartholomeu de Assis Brasil que escrevia a coluna “Carta de S. Paulo”; dr. Amaro da Silveira, que assinava a coluna “Carta do Rio”; e Lúcio de Mendonça, que escrevia de Minas Gerais.³¹¹ Como apontou Tassiana Saccol a escrita destes correspondentes tinha o objetivo de informar “os rio-grandenses sobre os últimos acontecimentos políticos nacionais, trazendo um comentário crítico a respeito deles” (SACCOL, 2013, p. 60-61).

O recrutamento desses se assentava nas mais variadas relações pessoais entre correspondentes e membros da Executiva do PRR. Enquanto Diogo de Assis Brasil era agente do jornal em Minas Gerais, outro irmão de Joaquim Francisco de Assis Brasil, Bartholomeu, tornou-se correspondente da folha. Ele residia em São Paulo, onde frequentava a Faculdade de Direito e, assim como o irmão, se envolveu com o movimento republicano integrando o Clube 20 de Setembro.³¹²

Lúcio de Mendonça também foi aluno da Faculdade de São Paulo. Formou-se em 1877, ano em que Castilhos ingressou na escola sendo possível que ambos tenham convivido e trocado experiências naquele ano. Além do mais, na faculdade Mendonça foi colega de Tito Prates da Silva, primo de Castilhos, estreitando ainda mais as relações com os republicanos rio-grandenses. Depois de bacharelado, retornou à província natal, Rio de Janeiro, onde atuou como

³¹⁰ Júlio César Ferreira de Mesquita formou-se em 1883, dois anos depois de Castilhos. Ainda assim, frequentaram os bancos da faculdade em um mesmo período. Bacharelado, retornou a Campinas onde se envolveu com a política local (foi vereador de 1887 a 1890) e com o jornalismo (trabalhou nos jornais *Gazeta de Campinas* e *A Província de São Paulo*). Atuava também como correspondente do *A Federação*. Sobre Júlio de Mesquita ver RIBEIRO, 2015b.

³¹¹ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano I, n. 81, p.2, 8 abril 1884. Localização: BNDigital.

³¹² Bartholomeu acabou não se formando. Depois de afastado por atritos que teve com a direção da faculdade, não mais retornou. Sobre o episódio ver VAMPRE (1924) e SACCOL (2013).

promotor público. Em 1878 foi transferido a Minas Gerais, participando da fundação de clubes republicanos e colaborando com jornais locais. Foi assim que também se tornou correspondente do jornal *A Federação* em Minas Gerais.³¹³

Sobre Amaro da Silveira não conseguimos maiores informações. A 13 de abril de 1884, Castilhos escreveu a ela para tratar de sua ação como correspondente do jornal. É possível supor que havia uma relação de proximidade entre remetente e destinatário, afinal, Castilhos se dirigia a ele como “Amaro”. Anunciava que na edição do *A Federação* do dia anterior, a segunda carta enviada por Amaro foi publicada.³¹⁴ Junto a elogios, reiterava: “Uma [carta] e outra estão simplesmente – magnificas. Só me lembro de fazer esta exigência: que continues sem interrupção a prestar-nos o poderoso auxílio da tua pena”.³¹⁵

Além dos correspondentes nomeados na edição de oito de abril, encontramos outros nomes aos quais Castilhos escreveu diretamente pedindo a colaboração. Trata-se, como é possível perceber pelo teor das missivas, de velhos conhecidos ou então amigos próximos. É o caso do engenheiro Gaspar Reichsteiner e do advogado Alcides Lima. Reichsteiner constituía um correspondente diverso. As cartas que enviava caracterizadas pela “abundancia de notícias políticas”, eram utilizadas por Castilhos em seus escritos no jornal.³¹⁶ Além do mais, os constantes telegramas que Reichsteiner enviava à Federação contendo “notícias frescas e de palpitante novidade” eram publicados no jornal. Sobre estes, Castilhos escrevia:

Temos recebido sempre telegramas para a Federação, devidos á sua obsequiosidade. São aqui os telegramas que maior confiança merece e que mais cridos são para o público. Dia em que chega telegrama é sempre dia de numerosa reunião de curiosos ás portas da Federação, que muito lucra com essa espécie de reclame.³¹⁷

A Alcides Lima, Júlio também havia escrito, em 1884, solicitando auxílio: “Peço com insistência a tua colaboração, ainda que seja por meio de correspondências semanaes ou quinzenaes. A folha reclama o auxílio de todos; tenho certeza que o teu não se fará esperar”.³¹⁸

Alcides de Mendonça Lima frequentou a Faculdade do Largo de São Francisco praticamente no mesmo período que Castilhos, tendo se formado um ano depois dele (em

³¹³ Sobre Lúcio de Mendonça ver JUNQUEIRA, 2015.

³¹⁴ A carta de Amaro da Silveira foi publicada na coluna “Carta do Rio”. Conformem: SILVEIRA, Amaro da. Carta do Rio. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano I, n.84, p. 1-2, 21abril 1884. Localização: BNDigital.

³¹⁵ Carta de Júlio de Castilhos a Amaro Silveira. Porto Alegre, 13 de abril de 1884. Apud VELHO, 2013, p. 174.

³¹⁶ Carta de Júlio de Castilhos a Gaspar Reichsteiner. Porto Alegre, 14 de junho de 1885. Apud VELHO, 2013, p. 195.

³¹⁷ Ibid, p. 195. Grifos do autor.

³¹⁸ Carta de Júlio de Castilhos a Alcides Mendonça Lima. Porto Alegre, 18 de fevereiro de 1884. Apud VELHO, 2013, p. 162.

1882).³¹⁹ Assim como Castilhos, militou nos anos de faculdade, pelo republicanismo e abolicionismo, atuando também no jornalismo acadêmico. Foi também Alcides Lima, junto a Castilhos e Assis Brasil, membro do Club 20 de Setembro.³²⁰ De volta à província, residindo em Santana do Livramento, onde participou da fundação do clube republicano local, Lima era convocado por Júlio para colaborar com a folha republicana. Sua atuação, entretanto, foi para além de colaborador do *A Federação*. Em 1884 era apresentado pelo PRR como candidato à deputação geral pelo 4º círculo.³²¹

Pela carta enviada ao amigo Antônio Mercado a sete de dezembro de 1883, percebe-se que foi Júlio quem buscou constituir um grupo de correspondentes do jornal:

Já que ofereces os teus serviços, faço-te o seguinte pedido em nome da redação: podes ser o correspondente da folha aí em Campinas? Te comprometes a enviar quinzenalmente uma correspondência? E quando não for isso possível, ou mensalmente? Será um grande serviço que nos prestaria, pois de grande valor são as tuas cartas para o nosso público, que, por intermédio delas, conhecerá a vida gloriosa, não só do partido aí, como d'essa culta e adiantada província. No caso afirmativo, podes desde logo enviar a primeira carta para ser publicada nos primeiros números.³²²

Em 1879 Antônio Maria Honorato Mercado havia trocado a província natal por São Paulo. Lá, em um ano, cursou os preparatórios. Nos quatro anos seguintes, seria aluno da Faculdade de Direito, vindo a tornar-se bacharel em 3 de março de 1884.³²³ Foi, portanto, contemporâneo de Castilhos no Largo de São Francisco. Ainda no ano de 1884, Mercado seria colaborador do jornal, como faz referência Bartolomeu de Assis Brasil em seus escritos: “Os leitores da *Federação* já estão cientes do estado de quietação em que acha-se atualmente imersa esta ilustre capital, pela ausência dos frequentadores do velho convento de São Francisco, pois já lhes falou a este respeito o meu hábil companheiro Antônio Mercado”.³²⁴ Em 1889, podemos

³¹⁹ Mais informações sobre Alcides de Mendonça Lima ver LOPES; NOLL, 2015d.

³²⁰ Segundo Sérgio da Costa Franco, os estudantes sul-rio-grandenses da Faculdade do Largo de São Francisco organizaram o Clube 20 de Setembro. Nele, “o estudo da revolução Farroupilha e da História Rio-Grandense se tornaria um dos objetivos centrais”. O clube estava vinculado ao ideal republicano (FRANCO, 1996, p. 22).

³²¹ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano I, n. 274, p. 1, 27 nov. 1884. Localização: BNDigital. Tassiana Saccol explica sobre o funcionamento das eleições na década de 1880, considerando a divisão da província em círculos eleitorais: “A Assembleia Legislativa reunia 30 deputados, sendo 5 para cada um dos 6 círculos eleitorais em que o território do Rio Grande do Sul estava dividido. Nos pleitos, cada eleitor votava em apenas um candidato” (2013, p. 155).

³²² Carta de Júlio de Castilhos a Mercado. Porto Alegre, 7 de dezembro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 135.

³²³ Informações sobre a trajetória educacional de Mercado podem ser encontradas em: FORMATURA. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano I, n. 60, p. 2, 13 março 1884. Localização: BNDigital.

³²⁴ BRAZIL, B. A. Cartas de S. Paulo. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano I, n. 56, p. 1, 8 março 1884. Localização: BNDigital.

encontrar seu nome entre os candidatos à deputação provincial de São Paulo³²⁵, concorrendo pelo 9º distrito.³²⁶ Em 1892, o Partido Republicano de São Paulo apresentaria Mercado como candidato ao Senado.³²⁷

Como se percebe, para que *A Federação* pudesse se manter como um grande periódico, noticiando novidades de outras províncias em primeira mão, e chegando às mãos de leitores fora do Rio Grande do Sul, constituiu-se uma grande rede de colaboradores do jornal, que atuaram como financiadores, agentes ou correspondentes. Essa rede estava assentada em relações tecidas por laços de parentesco ou construídas a partir da Faculdade de Direito de São Paulo. Em comum, todos os membros haviam aderido ao republicanismo, boa parte ainda quando estudantes.

Observe-se ainda que parte importante dos agentes e correspondentes era composta por estudantes ou ex-estudantes, muitos dos quais antigos colegas e/ou amigos ou de Castilhos ou de alguma outra liderança republicana. Como se percebe, a rede de colaboradores não estava restrita aos alunos ou ex-alunos da Faculdade de Direito. Ela envolvia também estudantes de outras escolas, como a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica, ambas do Rio de Janeiro; e a Escola de Minas de Ouro Preto. Fica evidente que, assim como ocorreu no Largo de São Francisco, elas também se tornaram ambientes de propagação de ideias republicanas. Celso Castro (1995) aponta a presença, na Escola Militar, no Rio de Janeiro, de ideias como evolucionismo, positivismo, republicanismo e abolicionismo. Tais ideias, segundo o autor, estavam mais presentes nos clubes, grêmios e sociedades criadas pelos alunos, bem como em seus escritos, nas revistas literárias por eles fundadas.³²⁸

O que se percebe, também, é que essa rede se expandiu para diferentes províncias. Os colaboradores atuavam em diferentes lugares, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Retomemos o caso do Clube Vinte de Setembro, fundado no Rio de Janeiro em 1885. Dentre

³²⁵ CANDIDATURAS Republicanas. In: *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, Ano VI, n. 232, p. 2, 10 out. 1889. Localização: BNDigital.

³²⁶ A lei eleitoral nº 35, de 26 de janeiro de 1892, criou circunscrições eleitorais dentro dos estados. Segundo a divisão, “os estados que elegiam no máximo cinco representantes para a Casa constituíam um único distrito, enquanto os demais se mantinham divididos em circunscrições de três deputados, respeitando o critério de proporcionalidade (RICCI; ZULINI, 2014, p. 445). Em 1904, com a Lei Rosa e Silva, surgiram novos critérios de redistribuição de distritos. Os estados que elegiam até sete deputados possuíam apenas um distrito e os que elegiam um número maior de deputados, compunham distritos de cinco deputados por distrito. Maiores detalhes ver em RICCI; ZULINI, 2014.

³²⁷ *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, Ano IX, n. 55, p. 2, 8 março 1892. Localização: BNDigital.

³²⁸ Ao tratar da influência do positivismo na Escola Militar Celso Castro aponta que ele estava muito mais disseminado entre os alunos do que propriamente entre os professores. Se Benjamin Constant e Roberto Trompowsky pautavam o ensino de matemática nos ensinamentos de Comte, entre o conjunto de professores da escola, o positivismo não era hegemônico. Entre os alunos, entretanto, a doutrina despertava maior interesse a ponto de, em 1879, terem criado o Clube Acadêmico Positivista da Escola Militar (CASTRO, 1995, p. 66-67).

os membros da primeira diretoria do clube estavam o comerciante Alfredo Luiz de Mello na condição de presidente, José Romanguera da Cunha Corrêa (secretário), dr. Álvaro Chaves (orador) e José Barbosa Gonçalves (tesoureiro).³²⁹ Observe-se que, com exceção de Mello, que era um rio-grandino que instalou uma casa comercial na capital do Império, todos os demais eram estudantes ou ex-estudantes. Nesta condição, constituíam importante contato fora da província para os que, de Porto Alegre, articulavam a propaganda republicana.

Romanguera Côrrea era, na época, estudante na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. José Barbosa Gonçalves, irmão de Carlos Barbosa, encontrava-se na capital do Império naquele momento na situação de estudante do curso de Engenharia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.³³⁰ O único formado, naquele momento era Álvaro José Gonçalves Chaves. Bacharelou-se em 1883 em Direito, pela Faculdade de São Paulo. Naquele ano de 1885 estava instalado no Rio de Janeiro para trabalhar como advogado junto a Saldanha Marinho³³¹, um dos republicanos históricos que havia participado, em 1870, da fundação do Clube Republicano do Rio de Janeiro.³³²

Assim, é possível perceber que o uso de uma rede de relações que se espalhava por diferentes províncias foi essencial para que o Castilhos levasse adiante o projeto da imprensa republicana no estado. Sua capacidade em acionar laços pré-existentes para atuar em prol do partido e da imprensa partidária foi essencial tanto para a sobrevivência do PRR e do *A Federação*, quanto para sua própria projeção política.

A Federação teve papel central na construção do papel de liderança que Castilhos viria a assumir. Como diretor de redação do jornal, o nome de Castilhos figurava na primeira página. E ele sabia que essa visibilidade lhe garantiria importante papel de liderança. Em janeiro de 1884, ao escrever ao irmão Chiquinho e informar que estava assumindo, no lugar de Venâncio Ayres, a redação da folha republicana, afirmava:

Até aqui tenho trabalhado muito na folha; d'ora em diante ficarei acurvado ao peso do trabalho, que é enormemente penoso. Mas...quem não quer ser lobo não lhe vista a pelle. A minha dignidade pessoal e as minhas convicções políticas impõem-me severamente [palavra riscada] o dever de não recuar diante do perigo. Tenho, pois, de arcar com a laboriosa tarefa de redator da Federação, - **a posição de mais responsabilidade no nosso partido, mas também a mais gloriosa. Quem a desempenhar com honra e dignidade,**

³²⁹ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano II, n. 217, p. 1, , 25 set. 1885. Localização: BNDigital.

³³⁰ Formou-se engenheiro em 1887. Ver LOPES; NOLL, 2015c.

³³¹ CASTILHOS, Júlio de. Dr. Álvaro Chaves. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano VII, n. 45, p. 1, 24 fev. 1890. Localização: BNDigital.

³³² Sobre Saldanha Marinho ver LOPES, 2015a.

terá a reputação firmada definitivamente no seio do partido e perante o público da província.³³³

Novamente adotando um discurso que ressaltava os sacrifícios que lhe custava o trabalho à frente da imprensa, sua carta ao irmão Chiquinho demonstra que estava ciente da importância que havia em assumir a redação da folha. Era este um meio de firmar posição no interior do partido. Assim, no ano de 1884, o nome de Castilhos passou a figurar com certa frequência nas páginas do jornal republicano, seja como redator chefe, seja como candidato republicano. Foi este o ano em que Castilhos teve lançada sua candidatura à deputação provincial pelo 6º círculo eleitoral.

Deixando temporariamente a redação do jornal para excursionar em campanha eleitoral por diversos municípios, *A Federação* acompanhou as suas atividades como candidato, estampando, na maior parte das vezes em primeira página, relatos do entusiasmo que suas conferências causavam pelos municípios por onde passava.³³⁴ A carreira política de Castilhos era, portanto, alçada também pela própria folha republicana, que ajudava a lhe dar destaque, firmando posição dentro do partido.

Em 1886, o episódio que ficou conhecido como Questão Militar foi também explorado por Castilhos, e lhe garantiu, novamente, publicidade nas primeiras páginas de várias edições do *A Federação*. Como apontou Celso Castro, Questão Militar é o “nome dado a uma série de eventos iniciados em agosto de 1886 e que se prolongaram até maio de 1887”, envolvendo o governo imperial e grupos militares (CASTRO, 1995, p. 85).³³⁵

Um dos episódios da Questão Militar ocorreu em agosto de 1886, quando o tenente-coronel Sena Madureira, que comandava a Escola de Artilharia de Rio Pardo, no Rio Grande do Sul, depois de ter seu nome citado em discurso do senador e ex-ministro Franco de Sá, respondeu publicando artigo no jornal *A Federação*.³³⁶ A punição que lhe foi aplicada pela

³³³ Carta de Júlio de Castilhos a Chiquinho. Porto Alegre, 29 de janeiro de 1884. Apud VELHO, 2013, p. 142. Grifos nossos.

³³⁴ Ver, por exemplo: CASTILHOS, Júlio. Ao sexto distrito eleitoral. In: *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, Ano I, n. 213, p. 1, 16 set. 1884. Localização: BNDigital. Neste artigo, Castilhos se apresenta ao eleitorado do sexto distrito e se compromete a percorrer os municípios do sexto distrito, para expor, em comícios, seu programa de candidatura que “é o programa que foi elaborado pelo *Congresso* do meu partido”. Em outras edições do jornal é possível acompanhar a campanha eleitoral de Castilhos pelos municípios do sexto distrito. Em Triunfo: O DR. JÚLIO de Castilhos. In: *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, Ano I, n. 231, p. 1, 7 out. 1884. Localização: BNDigital. Em Rio Pardo: Cartas de Rio Pardo. In: *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, Ano I, n. 238, p. 1, 15 out. 1884. Localização: BNDigital. Em Cachoeira: EXCURSÃO eleitoral. In: *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, Ano I, n.244, p. 2, 22 out. 1884. Localização: BNDigital. Em Santa Maria: CONFERÊNCIA republicana. In: *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, Ano I, n. 256, p. 1, 6 nov. 1884. Localização: BNDigital.

³³⁵ Para maiores detalhes sobre a Questão Militar ver o capítulo 4 do livro de Celso Castro (1995, p. 85-103).

³³⁶ Dois anos antes, em 1884, quando Franco de Sá era ministro, o tenente coronel Antônio de Sena Madureira, comandante da Escola de Tiro de Campo Grande, foi punido com demissão do posto por não prestar informações

publicação do artigo, ordenada pelo ministro Alfredo Chaves, desagradou o Comandante das Armas e presidente da província do Rio Grande do Sul, Marechal Deodoro da Fonseca, configurando o que Castro denominou de “um confronto entre militares e governo” (CASTRO, 1995, p. 87). Na ocasião, Castilhos publicou em diversas edições do *A Federação*, na condição de diretor da redação, uma série de artigos defendendo Sena Madureira e atacando o autoritarismo do governo imperial.³³⁷ Se, como apontou Celso Castro, Castilhos aproveitou-se “da situação para atacar o regime monárquico”, também é verdade que, mesmo sem ter qualquer envolvimento direto com o episódio, Castilhos se envolvia em uma questão que tinha maior repercussão no mundo da política.³³⁸

Em meio a essa conjuntura de criação da imprensa partidária e do partido, espaços em que Castilhos pôde atuar e garantir relevância, este era também o momento em que, junto às ideias republicanas, ganhava espaço na discussão política e na imprensa, o abolicionismo. E esta foi mais uma importante frente de atuação de Castilhos na consolidação de seu papel de liderança dentro do PRR. Aliando imprensa e movimento abolicionista, o nome de Castilhos tornava-se cada vez mais conhecido no contexto da política sul-rio-grandense.

3.5 O abolicionismo de Castilhos: entre a dimensão política e pública e a prática privada

O jornal republicano *A Federação*, de 26 de setembro de 1884, anunciava, na primeira página, sob o título “São Martinho triunfando” a seguinte notícia:

Começou o movimento abolicionista em São Martinho, e começou patrioticamente. A família Castilhos, residente n’aquela município, libertou todos os escravos que possuía. A excelentíssima senhora dona Carolina Prates de Castilhos, respeitável progenitora do diretor da redação desta folha, o doutor Júlio de Castilhos, libertou todos os seus escravos, em número de 19. Francisco Ferreira de Castilhos libertou 2, Carlos Prates de Castilhos 2, doutor Revredo Barros 1 e a excelentíssima senhora dona Cecília de Castilhos 1. A São Martinho um bravo!³³⁹

sobre um episódio promovido pelos alunos da dita escola em homenagem a um jangadeiro cearense que havia se recusado a transportar escravos. Maiores detalhes sobre esse fato ver CASTRO, 1995, p. 78-78.

³³⁷ São alguns dos artigos publicados: CASTILHOS, Júlio. Arbítrio e inépcia. In: *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, Ano III, n. 217, p.1, 23 set. 1886. Localização: BNDigital; CASTILHOS, Júlio. O império e o exército. In: *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, Ano III, n. 220, p.1, 27 set. 1886. Localização: BNDigital; CASTILHOS, Júlio. Altivez perante o arbítrio. In: *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, Ano III, n. 221, p.1, 28 set. 1886. Localização: BNDigital; CASTILHOS, Júlio. Solidários na honra. In: *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, Ano III, n. 222, p.1, 29 set. 1886. Localização: BNDigital; CASTILHOS, Júlio. A classe militar. In: *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, Ano III, n. 223, p.1, 30 set. 1886. Localização: BNDigital.; CASTILHOS, Júlio. Solidariedade militar. In: *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, Ano III, n. 224, p.1, 1 out. 1886. Localização: BNDigital; e, CASTILHOS, Júlio. Governo e disciplina. In: *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, Ano III, n. 225, p.1, 2 out. 1886. Localização: BNDigital.

³³⁸ Sobre os episódios da Questão Militar ver também LOVE, 1975, p. 33-35.

³³⁹ *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, Ano I, n. 222, p. 1, 26 set. 1884. Localização: BNDigital.

Segundo o noticiado, a família Castilhos, menos de quatro anos antes da lei Áurea que pôs fim à escravidão no país, realizava um ato que era comemorado pelo jornal como patriótico e iniciante do movimento abolicionista em São Martinho. Carolina Prates de Castilhos, seus filhos e o genro Revoredo Barros libertavam seus escravos.

Quanto ao fato noticiado, duas questões são centrais. Primeiro, a adesão da família Castilhos ao movimento abolicionista que ganhava força deve ser compreendida em seu contexto. Como explica Marcelo Santos Matheus, na “província do Rio Grande do Sul, por exemplo, o ano de 1884 foi marcado por uma concessão em massa de alforrias [...] em quase todos os municípios, acompanhando o que as províncias do Ceará e do Amazonas já haviam feito” (MATHEUS, 2012, p. 19). O próprio jornal *A Federação* anunciava, na mesma edição, que em São Sepé (RS), 186 cartas de liberdade haviam sido concedidas.³⁴⁰ Assim, o comportamento dos membros da família Castilhos não é descolado de outros proprietários da província.

A segunda questão em relação à dimensão concreta, diz respeito à efetiva liberdade dos escravos dos Castilhos anunciada pelo jornal. Para tanto, é preciso considerar o teor parcial da notícia do *A Federação*, que não concedia detalhes acerca do ato que descrevia como marco do início do movimento abolicionista em São Martinho. A análise da documentação e correspondência familiar, entretanto, pode nos fornecer maiores indícios acerca das condições em que esta liberdade foi concedida e do destino destes escravos libertados.

Ocupemo-nos, um pouco, dos escravos libertados por Carolina. Como apontado na nota do jornal, Carolina libertava, em 1884, dezenove escravos. Eram, certamente, muitos dos escravos que com ela permaneceram após a divisão dos bens efetuada por ocasião da morte do marido, em 1871. Dos 56 escravos que a família possuía, 34 permaneceram como propriedade de Carolina.

Sabe-se que, antes de libertar seus 19 escravos, outros já haviam sido libertados pelo fundo de emancipação³⁴¹ visto que, na petição que ela fez em 1879, declarava ter esquecido de assentar na matrícula geral os escravos menores José e Félix, considerando-os livres. Essa

³⁴⁰ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano I, n. 222, p. 1, 26 set. 1884. Localização: BNDigital.

³⁴¹ A Lei do Ventre Livre (Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871) além de declarar livres todos os filhos de escravas nascidos a partir daquela data, abria também a possibilidade de escravos se emanciparem, autorizando a utilização de pecúlios para a compra de alforrias. A mesma lei criava, ainda, o Fundo de Emancipação, “cujo objetivo era promover a alforria gradual dos escravos existentes no Brasil” (LOUSADA, 2011, p. 1). O Fundo de Emancipação consistia em “uma contribuição que o governo Imperial atribuiu as Províncias e nos municípios, cujo escopo era auxiliar na libertação dos escravos através da indenização feita aos seus senhores” (FRANCO NETTO, 2013, p. 7).

petição indica não somente a condição de liberdade dos escravos menores em questão, como também, que Carolina já havia realizado o assentamento de alguns de seus escravos na matrícula geral para serem libertados. Por isso, em 1884, restava-lhe apenas dezenove.

Uma carta de liberdade assinada por Carolina, no dia 17 de setembro de 1884, ou seja, alguns dias antes da notícia vinculada no jornal, nos leva a questionar acerca das condições impostas na concessão de liberdade noticiada pelo jornal. Nesta carta de liberdade, Carolina afirmava: “Concedo liberdade ao meu escravo Felipe, matriculado sob o número 1717, *com a condição de me prestar serviços pelo prazo de 4 (quatro) anos*, a contar da data da presente carta, que mandei passar e firmo”.³⁴²

Não temos dados suficientes, além da proximidade das datas, para afirmar que Felipe era um dos dezenove escravos libertados a que se referia o jornal. Se for um deles, então, cumpre ressaltar que a liberdade concedida aos escravos, que era saudada pelo *A Federação*, era, na realidade, uma liberdade condicional, fato não anunciado. Caso Felipe não fosse um dos 19 escravos, cumpre considerar que Carolina ainda manteve escravos a seu serviço, apesar de libertar os dezenove noticiados. Ainda assim, a notícia aparece como nebulosa, carente de informações, permitindo-nos questionar as vias pelas quais ocorreu esta libertação.

Note-se também, em relação ao caso do escravo Felipe, que não era a primeira vez que Carolina concedia liberdade sob condições de antes lhes serem prestados serviços. Por ocasião da divisão dos bens da herança de Francisco, seu marido, Carolina requeria, em 1871, além do “estabelecimento e campos correspondentes denominados da Reserva, a baixela de prata e mais trastes da casa, *os escravos Salvador e Anacleto, para considerá-los livres depois de prestarem oito anos de serviços obrigatórios*”.³⁴³

A correspondência familiar reafirma a suspeita da libertação condicional. Em seis de abril de 1888, Carlos Prates de Castilhos escrevia da Fazenda da Reserva à mãe, Carolina, que naquele momento não se encontrava em sua casa. Entre os diversos assuntos tratados, Carlos informava à mãe que pretendia se mudar para sua própria casa, que julgava estar acabada em cerca de um mês e meio. Sobre a mudança, completava: “Se por ventura fizer a mesma mudança antes de sua chegada, prevenir-lhe-ei para mandar uma pessoa tomar conta da casa para não

³⁴² Carta de Liberdade concedida ao escravo Felipe por Carolina Prates de Castilhos. Reserva, 17 de setembro de 1884. Localização: AHRS, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 5: Carolina Prates de Castilhos – Documentos, Caixa 2, Maço 8, Doc.13. Grifos nossos.

³⁴³ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93, f. 46v. Grifos nossos.

ficar *ao cuidado dos negros e negras*”.³⁴⁴ Do escrito de Carlos, duas possibilidades surgem. Ou os *negros e negras* a que se referiam haviam sido libertados com condições de prestar, serviços por um determinado tempo, de modo que permaneciam ainda escravos; ou eram libertos que permaneceram trabalhando na fazenda dos Castilhos. De todo modo, fica evidente que *negros e negras* continuavam prestando serviços aos Castilhos em 1888.

Pouco depois, a 12 de maio de 1888, era Chiquinho quem escrevia para mãe Carolina. Também em sua carta é possível identificar a permanência de ex-escravos na propriedade e seu envolvimento com as atividades campeiras. Escrevia Chiquinho:

Minha Mãe. **Segue o (José) negrinho** com-os 6 cavalos de seu pedido. Desejo-lhes feliz viagem.

Para não ter de incomodar-lhe com uma novidade, vou contar-lhe uma: **O negrinho José** desapareceu há 4 dias. Desatendeu ao **Antônio (negro) e ele amarrou-o para vir trazerem-no**; porém, enquanto foi ao potreiro, ele ou alguém o desatou e saiu sem que alguém privasse. O que é fato, é que até agora não se tem sabido notícia alguma. É opinião geral que ele fosse para aí. **O Júlio, a quem consultei, foi da opinião que eu não desse maiores providências.** Supomos que ele aparecerá. O José andava muito malcriado e vadio e acreditamos que o Antônio tivesse razão.³⁴⁵

Antônio era possivelmente o mesmo Antônio preto e campeiro, descrito no inventário de Francisco, em 1871. Já o “negrinho José” poderia ser o mesmo José, menor, filho da escrava Joaquina, a quem Carolina se referia na petição, de 1879, declarando-o livre. Caso não se trate dos mesmos escravos, ainda assim a carta de Chiquinho, tal qual a enviada por Carlos, demonstra que, passados mais de três anos do ato de libertação noticiado pelo jornal, negros continuavam trabalhando nas propriedades da família. No caso da carta de Chiquinho, o relato acerca do castigo e da fuga do negrinho José sugerem que a continuidade do trabalho tenha ocorrido, se não sob a forma de escravidão, de uma semi-servidão. Lembramos ainda os libertos que continuaram prestando serviços à Carolina após o fim da escravidão, de que tratamos no capítulo anterior, prova de que estes nunca saíram da Fazenda da Reserva. Observe-se também, no trecho da carta acima transcrito, que Júlio “foi da opinião que eu não desse maiores providências”. Esse posicionamento do líder republicano e que se queria abolicionista visava

³⁴⁴ Carta de Carlos Prates de Castilhos a Carolina Prates de Castilhos. Reserva, 6 de abril de 1888. Localização: AHRGS, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 3: Carolina Prates de Castilhos – Correspondência Recebida, Caixa 2, Maço 6, Doc.35. Grifos nossos.

³⁴⁵ Carta de Chiquinho (Francisco Prates de Castilhos) a Carolina Prates de Castilhos. Sem local, maio de 1888. Localização: AHRGS, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 11: Correspondência entre diversos familiares, Caixa 3, Maço 14, Doc.19. Grifos nossos (Na catalogação consta equivocadamente carta de Chiquinha - irmã de Honorina de Castilhos - a Ana Costa).

salvaguardar-se de críticas quanto à possibilidade do “negrinho” fugido ser ainda tratado como escravo.

Percebe-se, portanto, que, se por um lado, o posicionamento de Júlio de Castilhos como republicano e abolicionista, influenciou os atos de outros membros, por outro lado a adesão ao movimento de libertação dos escravos, realizado pela família, deu-se com certas reservas. Não se pode esquecer que a atividade de criação de animais dos Castilhos foi, por muito tempo, dependente do trabalho escravo. Salvador e Anacleto, os dois escravos que Carolina requeria para receber como herança, em 1871, eram campeiros. Assim, apesar de se comprometer a lhes conceder a liberdade, obrigava-os a prestarem-lhe serviços por mais oito anos, tempo em que poderiam ensinar as lides do campo a outros escravos. Assim também se pode compreender a carta de liberdade concedida a Felipe, outro escravo campeiro.

O certo é que Carolina não podia abrir mão dos ex-escravos que, por muito tempo, atuaram nas atividades da fazenda. Não é à toa que, mesmo depois de libertos, seja por iniciativa de sua senhora, seja por iniciativa própria ou por ocasião da lei de 1888, alguns libertos ainda permaneceram na propriedade dos Castilhos, na condição de trabalhadores livres, como já demonstramos no capítulo anterior. Mas há mais uma questão a ser explorada no que se refere ao fato noticiado.

O anúncio da libertação dos escravos estampou a primeira página do jornal *A Federação*. O noticiário destacava que Carolina, que libertou todos os seus escravos, era “progenitora do diretor da redação desta folha, o doutor Júlio de Castilhos”. Poderíamos supor, a partir disso, que a publicação era parte de uma estratégia política de Castilhos, tanto para se promover dentro do próprio partido, angariando simpatias de abolicionistas, quanto para colocar o PRR à frente da liderança do movimento abolicionista da província. Afinal, o PRR não era o único partido envolvido, naquele momento, com a causa abolicionista.

Ângela Alonso aponta que “O abolicionismo cresceu firme em meados da década [de 1880] também no Rio Grande do Sul” onde, além dos republicanos, liberais e conservadores “confluíram para o Centro Abolicionista de Porto Alegre, inaugurado em 1883 no aniversário da promulgação da Lei do Ventre Livre” (ALONSO, 2015, p. 214). Essa confluência é possível de ser acompanhada nas movimentações do Centro Abolicionista no ano de 1884.

A Federação narra a grande “festa popular” ocorrida na noite de 30 de julho daquele ano “em honra ao triunfo moral da ideia abolicionista perante os poderes constituídos do paiz – a dissolução da câmara, escravagista em sua maioria”.³⁴⁶ Tratava-se das comemorações pela

³⁴⁶ MANIFESTAÇÃO Popular. In: *A Federação*, Porto Alegre, Ano I, n. 175, p. 1, 31 jul. 1884. Localização: BNDigital.

dissolução da Câmara após acirrada disputa e derrota do Conselheiro Dantas na sua tentativa de aprovar o Projeto 48, também conhecido como Lei dos Sexagenários. Como demonstrou Alonso (2015), Dantas não contou com maioria na Câmara para aprovação de seu projeto. Além de ter de enfrentar a oposição Conservadora, a ela se somou a dissidência Liberal. Sem meios para vencer a oposição na Câmara e no Senado, e sem apoio dos Conselheiros de Estado, apelou ao poder Moderador do Imperador que, na manhã do dia 30 de julho, dissolveu a Câmara, em maioria escravista, e convocou eleições para formar nova Câmara.³⁴⁷

Segundo *A Federação*, três grandes jornais da capital da província promoveram o ato da noite do dia 30. Eram eles: *A Reforma*, jornal do Partido Liberal; *Jornal do Comércio*; e *A Federação*, como órgão republicano. Participava também o Centro Abolicionista do Parthenon Literário. Percebe-se, portanto, neste ato, a confluência de diferentes correntes partidárias. Na fala que fizeram os republicanos Júlio de Castilhos e Ramiro Barcellos, durante os festejos, fica evidente a preocupação em angariar para o Partido Republicano os maiores méritos da luta abolicionista. Castilhos, em seu discurso, afirmava que “o partido republicano, mais do que os partidos constitucionais, vangloriava-se pela vitória alcançada, vitória que pertencia ao povo, que já principia a fazer sentir suas opiniões”.³⁴⁸ Para Ramiro Barcellos,

os republicanos, mais do que ninguém, deveriam regozijar-se da vitória moral que acabava de obter a causa da abolição, não só porque era uma ideia derivada de seus princípios, como também porque essa vitória importava a subordinação dos governos à vontade e à opinião nacional.³⁴⁹

A Federação, bem como as principais lideranças do PRR, se esforçavam para colocar o partido como grande articulador do movimento abolicionista da província. Tal estratégia visava, portanto, diminuir o papel dos demais partidos e, ao mesmo tempo, marcar a posição do PRR frente à campanha abolicionista que se alastrava cada vez com mais força.

Dias depois da “festa popular”, em 15 de agosto, novo ato abolicionista reunindo representantes de diferentes partidos. Desta vez motivada pelo êxito obtido pela comissão abolicionista do terceiro distrito da capital que declarava a região livre do trabalho escravo. Segundo relatório da comissão, foram encontrados no 3º distrito 159 escravos. Destes, 134

³⁴⁷ Sobre o projeto de Dantas e os enfrentamentos na Câmara ver ALONSO, 2015, p. 236-279 (Capítulo 7: Votos: a aliança movimento-governo).

³⁴⁸ MANIFESTAÇÃO Popular. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano I, n. 175, p. 1, 31 jul. 1884. Localização: BNDigital.

³⁴⁹ Ibid, p.1.

ficaram libertos e “conforme a declaração dos respectivos senhores, que no dia 7 de setembro farão entrega das cartas de liberdade”.

Segundo *A Federação*, não tardaria para que os demais 25 escravos fossem libertados visto que “Os respectivos senhores hão forçosamente ceder ante o humanitário movimento que tanto nobilita a civilizada capital do Rio Grande do Sul”.³⁵⁰ Compunham a comissão abolicionista do terceiro distrito, Antônio Onofre da Fontoura, José Pedro Alves, Júlio de Castilhos, Candido Pacheco, Miguel Werna (proprietário do jornal *O Século*), Mariano José do Canto e João Baptista de Oliveira Valle. Observe-se que entre os membros da comissão temos três lideranças republicanas: Castilhos, Alves e Pacheco.

As comemorações ocorridas na noite de 15 de agosto mais uma vez demonstram a confluência de lideranças dos três grandes partidos – Liberal, Conservador e Republicano – nas ações abolicionistas. Segundo narrado pelo *A Federação*, a multidão percorreu ruas da capital e pronunciamentos foram feitos em frente às casas de diversas lideranças abolicionistas, entre as quais estava a de Júlio de Castilhos, do chefe conservador Francisco da Silva Tavares e em frente à redação do jornal liberal *A Reforma*.³⁵¹

Observe-se, tanto em relação aos festejos dos dias 30 de julho e 15 de agosto, quanto em relação ao trabalho da comissão abolicionista do 3º distrito, que a presença do nome de Castilhos coloca-o na condição de liderança republicana no seio do movimento abolicionista. E, o jornal *A Federação*, ao narrar os fatos, fez questão de dar publicidade para o papel desempenhado por seu diretor de redação nos atos narrados.

Mas não era somente a figura de Castilhos que ganhava as páginas do jornal pelos atos abolicionistas. A esposa de Castilhos, Honorina, também aparecia, em 1884, na condição de presidente da comissão da *kermesse* pelo 3º distrito.³⁵² A *kermesse* era parte das comemorações da Independência do país organizada pelo Centro Abolicionista da capital. As comemorações ocorreram do dia seis ao nove de setembro. O primeiro dia foi marcado por um cortejo pelas ruas da capital com destino ao prédio da Câmara Municipal. No dia sete, ocorreu uma solenidade na Câmara Municipal, com a presença do presidente da província. Naquela ocasião foi realizada a entrega, à municipalidade, do “livro de registro do Centro Abolicionista, compreendendo a lista das libertações, nomeando os ex-senhores que alforriaram seus cativos

³⁵⁰ HURRAH pelo 3º distrito. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano I, n. 188, p. 1, 16 ago. 1884. Localização: BNDigital.

³⁵¹ O povo em festas! A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano I, n. 188, p. 1, 16 ago. 1884. Localização: BNDigital.

³⁵² CENTRO Abolicionista. A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano I, n. 182, p. 3, 8 ago. 1884. Localização: BNDigital.

e também aqueles que por impossível se tenham a isso negado”.³⁵³ Foi neste dia sete que iniciou a *kermesse*, que se estendeu por dois dias.

A participação de Honorina nos festejos como presidente da comissão da *kermesse* garantiu-lhe destaque no jornal republicano. Na edição do dia 1º de setembro, *A Federação* noticiava, em primeira página, que “A exma. sra. d. Honorina de Castilhos tem recebido os seguintes objetos para a *kermesse* abolicionista”, seguindo-se a lista de doadores e doações recebidas.³⁵⁴ A 5 de setembro novas doações para a *kermesse* eram noticiadas e, mais uma vez, o nome de Honorina estampava a primeira página: “A exma. sra. d. Honorina de Castilhos recebeu mais os seguintes objetos”.³⁵⁵

Os casos noticiados – sobre a libertação de escravos pela família Castilhos e sobre a participação de Júlio e Honorina em festejos abolicionistas – constituíram importante via para a construção de uma imagem de Castilhos como abolicionista. No caso específico da notícia sobre Carolina, filhos e genro, o fato noticiado procurava evidenciar que a família de um dos principais republicanos do estado realizava um ato exemplar pela abolição da escravidão, dando o tom de qual era a posição do partido e de uma de suas principais lideranças frente à questão.

Não é possível deixar de atentar para o fato de que a origem familiar legara a Castilhos um forte vínculo com a escravidão. O capital da família e também o seu, como demonstramos no capítulo anterior, esteve assentado na exploração da mão-de-obra escrava. Vale lembrar que, por ocasião do falecimento do pai, em 1871, Júlio havia herdado dois escravos.

Assim, na década de 1880 é evidente a preocupação de Castilhos em se desvincular de qualquer coisa que o ligasse à escravidão. Em 1883 Castilhos já havia demonstrado preocupação com fatos e atos que poderiam ligar seu nome à prática escravista. Buscou, neste sentido, evitar a publicidade dos negócios que envolviam escravos. É o que se percebe ao analisar quatro cartas que enviou ao irmão Chiquinho nas quais tratava da venda do escravo Aníbal. Ao que se pode inferir, Chiquinho, que residia em São Martinho, alugava os serviços de seu escravo na capital da província. Júlio intermediava o aluguel, cobrando e repassando os ganhos ao irmão, como fica evidente no seguinte trecho da carta escrita em agosto de 1883: “Estão em meu poder os 32\$000 do aluguel do Annibal durante o primeiro mez, que começou a 27 de junho e terminou a 27 de julho. Mais uma vez lhe peço que diga que destino quer V. que dê a esse dinheiro”.³⁵⁶

³⁵³ A FESTA da Abolição. *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, Ano I, n. 200, p. 2, 30 ago. 1884. Localização: BNDigital.

³⁵⁴ PARA a Kermesse. *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, Ano I, n. 201, p. 1, 1 set. 1884. Localização: BNDigital.

³⁵⁵ PARA a Kermesse. *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, Ano I, n. 205, p. 1, 5 set. 1884. Localização: BNDigital.

³⁵⁶ Carta de Júlio de Castilhos a Chiquinho. Porto Alegre, 4 de agosto de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 45.

Mas Júlio tinha ciência de que, se tornada pública sua relação com negócios envolvendo escravos, poderia ser politicamente prejudicado. Em carta de sete de setembro de 1883, Júlio relatava: “Não faz idéa como tenho andado constrangido n’esse negocio, apesar de ser ele tratado por um corretor, que é ao mesmo empregado do meu escriptorio. Tenho receio dos maldizentes e dos jornaes, que estão todos muito abolicionistas”.³⁵⁷ Em outra carta, de outubro de 1883, o temor de Júlio era reiterado ao irmão:

Em todo esse negocio não posso absolutamente aparecer, porque logo que se soubesse começariam os boatos, os commentarios calumniózos, os murmúrios, principalmente agora que estamos aqui em atmosfera puramente abolicionista. Quem aluga ou vende escravos actualmente aqui é alvo de tudo quanto se pôde dizer de mal, ja na imprensa, ja em reuniões. De sorte que nada posso fazer directamente com relação á venda do Annibal; [...]³⁵⁸

Margaret Bakos, analisando o caso, apontou três razões que justificam a aflição de Júlio expressa nas cartas:

A primeira era a incoerência entre a negociação de que ele participava e o programa do partido Republicano por ele idealizado, que condenava a escravidão. A segunda, porque sua atitude ia de encontro aos princípios positivistas em que o aforisma *Viver às claras* era impositivo, posto que ele se envergonhava e desejava sigilo sobre sua mediação no negócio de um ser humano. E, finalmente, a terceira razão era o receio que tinha, se conhecida essa participação no tráfico de escravos, do uso político do fato. Em torno dele poder-se-ia criar uma polêmica que poria em discussão sua coerência pessoal e sua carreira política (BAKOS, 2006, p. 18).

Assim, *A Federação* procurava, em suas páginas consolidar a imagem de Castilhos – e de sua família – como contrário à escravidão; um defensor da abolição. O ato da família e sua publicação no jornal tinham a função simbólica de imprimir à liderança de Castilhos e ao partido ao qual pertencia a faceta abolicionista de um tempo presente, dado que o passado era marcado pela escravidão.

Se é certo que havia a intenção do jornal de provocar essa sensação entre os contemporâneos, também é certo que essa imagem encontrou eco na posteridade. Nas duas grandes obras biográficas sobre Júlio de Castilhos, a de Othelo Rosa (1928) e Sérgio da Costa Franco (1995), é possível encontrar um Castilhos sempre simpático à abolição da escravidão. O primeiro apresenta um Castilhos em cruzada contra a escravidão. A luta abolicionista de

³⁵⁷ Carta de Júlio de Castilhos a Chiquinho. Porto Alegre, 7 de setembro de 1883. Apud VELHO, 2013, p. 65-66.

³⁵⁸ Carta de Júlio de Castilhos a Chiquinho. Porto Alegre, outubro de 1883. Apud VELHO, 2013 p. 79.

Castilhos, segundo Rosa, estava diretamente vinculada à defesa que fez da República. Franco, por sua vez, afirma que, diferentemente dos paulistas, “os gaúchos, sob a influência de Castilhos, entre outros, adotariam orientação muito mais radical” acerca da questão abolição da escravidão (FRANCO, 1996, p. 35).

Na historiografia, tal visão também esteve presente. Segundo Margareth Bakos (2005; 2006), o político sul-rio-grandense e seus seguidores fazia parte do grupo de positivistas que considerava a necessidade do fim da escravidão se dar de modo imediato e sem indenização. Ao analisar os textos escritos por Castilhos em *A Federação*, Bakos aponta que estes “Buscam a formação de uma posição político-partidária coesa contra a escravidão e a monarquia, fundamentada em seu conhecimento sobre o Positivismo de Auguste Comte” (BAKOS, 2006, p. 43). Love (1975) trata da questão referindo-se não diretamente a Castilhos, mas ao PRR.

Joseph Love destaca os dois momentos distintos de posicionamento do PRR em relação à questão da escravidão: em 1882, durante a Convenção, os republicanos, seguindo o exemplo dos paulistas em 1870, não tocaram no assunto; em 1884, porém, “os gaúchos conservaram-se inteiramente consistentes na condenação da escravidão em sua Província”. Se a observância de que foi a partir de 1884 que este posicionamento contrário tomou expressão entre os republicanos sul-riograndenses é pertinente, a explicação de Love para esse posicionamento nos parece problemática. Ele afirma que:

Em qualquer dos casos, os gaúchos podiam claramente permitir-se tomar, sobre esta importante matéria, uma atitude mais radical que a dos paulistas. De um lado, sua Província tinha bem menos escravos que São Paulo – apenas 8000 comparados a 107 000, em 1887. De outro, sua organização se formara uma década mais tarde que a dos paulistas, numa época em que a abolição se tornara muito mais popular (LOVE, 1975, p. 30).

Se a popularidade do projeto abolicionista, na década de 1880, teve influência direta no posicionamento dos republicanos em relação à questão da escravidão, o argumento de que a província tinha menos escravos é pouco eficiente. A historiografia já tem demonstrado a importância que a mão-de-obra escrava representou para a economia do Rio Grande do Sul.³⁵⁹

³⁵⁹ Como já assinalado no capítulo inicial da tese, foi na década de 1960 que Fernando Henrique Cardoso (1997) demonstrou a existência de escravidão no Rio Grande do Sul, dominante nas charqueadas. Na década de 1990, porém, Paulo Afonso Zarth (2002) e Helen Osório (2007) demarcaram sua importância na pecuária. Zarth demonstrou que na região do Planalto sul-rio-grandense, onde predominavam pequenas propriedades, a presença do trabalho escravo foi essencial. Nos anos 2000, inúmeros trabalhos reforçaram a importância e disseminação do trabalho escravo na província sulina. É o caso do trabalho de Paulo Roberto Staudt Moreira (2001), que evidenciou a presença escrava no espaço urbano de Porto Alegre, e de Luís Augusto Farinatti (2010a), que apresenta a escravidão como estrutural para a pecuária da província no século XIX. Sobre a importância do trabalho escravo na província ver também os trabalhos de Gabriela Garcia (2005; 2010), Thiago Leitão Araújo (2008) e Marcelo

Basta, para tanto, observar o caso da família Castilhos. Certo é que os 54 escravos que a família possuía no início da década de 1870 estavam longe do número do plantel de um cafeicultor paulista. Ainda assim, como viemos demonstrando até aqui, o sistema econômico da família era diretamente dependente da mão de obra cativa. Ou seja, a questão não estava no número de escravos, mas na dependência do sistema econômico e social do trabalho destes escravos.

De fato, como apontado por Love, é o ano de 1884 crucial no posicionamento dos membros do PRR em relação à escravidão. Neste sentido é importante observar que, ao tratar da posição de Castilhos a favor de uma abolição imediata e sem indenização, todos os autores fazem referência à posição assumida por ele a partir das páginas do *A Federação*, ou seja, a partir de 1884. Segundo Margareth Bakos, *A Federação* foi a primeira folha republicana do Rio Grande do Sul a radicalizar em relação à questão servil. Segundo a autora, os jornais republicanos que existiram antes do *A Federação*, nomeadamente *A Democracia* e *A Imprensa*, reproduziam, em boa medida, “a posição dos republicanos paulistas frente à situação servil”, ou seja, silenciavam quanto à questão da escravidão (BAKOS, 2006, p. 26).

É, entretanto, necessário lembrar que o ano de 1884 corresponde ao momento em que, na província e no país como um todo, se avultava o movimento abolicionista. O ato da família Castilhos, a preocupação em “pintar” Castilhos como um abolicionista e a própria postura abolicionista do jornal republicano devem ser compreendidas neste contexto. Não era mais possível sustentar ou silenciar ante a questão da escravidão, especialmente porque outros partidos brigavam pela liderança do movimento abolicionista.

Assim, o posicionamento mais radical em relação à necessidade de abolição tanto do PRR quanto de Castilhos parece ser uma resposta às necessidades do momento, quando o movimento abolicionista havia crescido a tal ponto que não poderia ser ignorado; e quando era preciso se impor ante outras correntes partidárias na liderança do movimento.

Se observarmos o posicionamento dos republicanos desde o início da década de 1880 percebe-se que o abolicionismo não era sua bandeira. De fato, republicanismo e abolicionismo não andaram incondicionalmente de mãos dadas no Rio Grande do Sul. A posição menos radical do PRR em relação à escravidão já aparecia na Convenção Republicana de 1882.

Otelo Rosa (1928, p. 65) aponta que a deliberação tomada naquele momento era a de que a propaganda republicana pregaria a abolição, tendo por base as medidas propostas pelos paulistas, quais sejam: a luta pela emancipação através do resgate de escravos e prevendo a

Matheus (2012). Faz-se referência também ao trabalho de Gabriel Santos Berute (2006), que trata do tráfico negreiro para o Rio Grande do Sul.

indenização dos proprietários, com o foco na substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre de imigrantes.

No Congresso Republicano de 1883 os delegados republicanos, através de votação, contra a vontade de Castilhos e outros seis delegados, suprimiram as deliberações acerca da escravidão estabelecidas no ano anterior. Foi somente no Congresso de 1884 que tais disposições foram restauradas, constando que, na província “a abolição deve ser imediata e pronta” (ROSA, 1927, p. 74).³⁶⁰ Era este exatamente o ano em que crescia, na província, o movimento pela abolição. Ano também, do surgimento do *A Federação*.

Para entender o posicionamento assumido pelo jornal, portanto, é preciso levar em conta o contexto de crescimento e radicalização do movimento abolicionista. *A Federação*, o PRR e Castilhos precisavam se posicionar em um cenário de crescente luta contra a escravidão e, de preferência, assumir a liderança desse movimento.

Vê-se, portanto, durante a década de 1880 um rápido crescimento do papel de Castilhos dentro do PRR. Sua ação à frente do jornal, no interior do partido e na dianteira do movimento abolicionista da província fizeram com que sua importância dentro do PRR aumentasse significativamente. Além do mais, soube de forma bastante eficiente, costurar laços que se solidificaram dentro do partido. Se é verdade que esses laços não evitaram dissidências partidárias após a ascensão dos republicanos ao poder, também é verdade que, na década de 1880 conferiram ao partido em fase de organização, a coesão necessária.

* * *

Que Castilhos se tornou a grande liderança republicana do Rio Grande do Sul, é, de fato, algo incontestável e tanto biógrafos quanto historiadores já o demarcaram. A questão que se colocou neste capítulo era a de compreender como essa liderança foi construída, entendendo que tal ocorreu antes mesmo da República ser instalada no país.

Se, no primeiro capítulo apontamos que a formação de Júlio de Castilhos como bacharel em Direito estava estritamente ligada ao capital gerado pelas atividades rurais e escravistas de sua família, neste segundo capítulo ficou evidenciado que a atuação de Castilhos no âmbito da política provincial, da fundação do PRR até sua atuação política após a proclamação da República, se manteve dependente das atividades econômicas rurais.

³⁶⁰ Sobre as deliberações na Convenção Republicana de 1882 e sobre os Congressos Republicanos subsequentes ver ROSA (1928).

O papel assumido por Castilhos no interior do partido no momento de sua fundação e nos anos imediatos; sua capacidade de acionar laços pré-existentes em prol da causa partidária; a liderança que assumiu na formação da imprensa partidária; e, por fim, sua inserção no movimento abolicionista marcaram o caminho percorrido por um jovem bacharel até o posto maior da liderança republicana do Rio Grande do Sul.

Assim, pode-se afirmar que o momento de formação do partido e da imprensa partidária foi essencial na determinação das lideranças republicanas. Foi, no caso do Rio Grande do Sul, o momento de afirmação de Castilhos. Se, em 1889, quando a República estava sendo proclamada, o PRR ainda não constituía, em termos numéricos, a grande força partidária da província, tinha já sua grande liderança ocupando papel central no movimento republicano. Alçado ao poder nos anos iniciais da República, essa liderança seria consolidada contando, então, com os recursos da máquina pública e de uma estrutura de relações de poder extremamente coesa, conforme destaca o próximo capítulo.

4 ENTRE CHEFE E “CORRELIGIONÁRIOS”: CONSTRUINDO A REPÚBLICA NOS MUNICÍPIOS

A partir da Proclamação da República, em 1889, profundas mudanças ocorreram na vida política do país. No Rio de Janeiro, pela manhã, o Ministério presidido por Ouro Preto³⁶¹ foi destituído por Deodoro da Fonseca. Segundo Celso Castro, “o pronunciamento de Deodoro havia sido o de um militar *troupier*, não o de um republicano” (CASTRO, 1995, p. 190). O mesmo autor aponta que a destituição do Ministério não ocorreu concomitante à proclamação da República. Esta teria ocorrido horas depois, apenas quando se espalharam notícias de que o Imperador pretendia convidar Gaspar Silveira Martins – inimigo de Deodoro no Rio Grande do Sul – para compor o novo Ministério.³⁶²

À noite, no mesmo dia da proclamação, foi constituído o governo provisório que tinha Deodoro da Fonseca como presidente da República. Os Ministérios eram compostos da seguinte maneira: Benjamin Constant no Ministério da Guerra, Quintino Bocaiúva nas Relações Exteriores, Rui Barbosa na Fazenda, Aristides Lobo no Ministério do Interior, Campos Sales na Justiça, Eduardo Wandenkolk na Marinha e Demétrio Ribeiro na Agricultura.³⁶³

Um dia após o ato comandado por Deodoro, o Imperador foi informado pelo governo provisório, via telegrama, que a República havia sido proclamada e que a Família Imperial tinha 24 horas para deixar o país. Se, no Rio de Janeiro, os eventos se precipitaram e provocaram rápidas modificações nos postos de comando, nos estados e nos municípios as modificações ocorreram em ritmos distintos.

Na província do Mato Grosso, por exemplo, como demonstra Gilmara Franco (2014), a notícia de que o Brasil não era mais uma monarquia e que se instalara uma República chegou somente a nove de dezembro de 1889, quase um mês após a proclamação no Rio de Janeiro.³⁶⁴ Na província do Rio Grande de São Pedro, a notícia sobre a implantação da República chegou num telegrama ainda no dia 15 de novembro, reproduzido no *A Federação*:

³⁶¹ Antes de 1847 era o Imperador que escolhia todo o Ministério. Após esse ano, o Imperador passou apenas “a recrutar o presidente do Conselho de Ministros que, por sua vez, distribuía as pastas aos seus correligionários”. Ao final do Império, as pastas ministeriais eram da Guerra, da Marinha, da Justiça, dos Negócios Estrangeiros, do Império e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (VARGAS, 2010, p. 69). Em junho, de 1889, o escolhido para presidir o Conselho dos Ministros foi Afonso Celso de Assis Figueiredo, o Visconde de Ouro Preto, político liberal. Antes já havia ocupado diversos cargos políticos, como deputado provincial, deputado geral, senador além de ter ocupado ministérios como da Marinha e da Fazenda.

³⁶² Joseph Love aponta que, durante o período em que Deodoro governou interinamente a província – em 1886 – Silveira Martins havia feito ataques públicos ao Marechal. Assim, “Deodoro considerava Silveira Martins um inimigo” (LOVE, 1975, p. 42).

³⁶³ Para uma análise mais detalhada sobre a Proclamação da República ver a obra de Celso Castro (1995).

³⁶⁴ O atraso se deve porque as notícias chegavam através de pacotes uma vez ao mês (FRANCO, 2014, p. 69).

Hoje fizemos distribuir o seguinte boletim:
 A “Federação” acaba de receber este telegrama, que lhe foi transmitida com o caráter de serviço nacional:
 Governo Provisório
 15 de novembro
 O povo, o exército e a armada vão instalar o Governo Provisório, que consultará a Nação sobre a convocação da Constituinte.
 Erguem-se aclamações gerais à República.
 Quintino Bocaiuva
 Viva a liberdade!
 Viva a República!
 Viva a Pátria Brasileira!³⁶⁵

No dia seguinte, o jornal afirmava que o telegrama havia sido disseminado em Porto Alegre na forma de boletim, o que deve ter causado grande agitação na capital.³⁶⁶ É difícil saber a que velocidade e a que tempo a notícia da instauração do governo provisório republicano chegou aos outros municípios do estado, visto que nem todos contavam com telégrafo, linha férrea de correio ou pacote.³⁶⁷ Seja como for, seria natural que a notícia sobre a mudança de regime político causasse espanto e incerteza no grosso da população. Os republicanos provavelmente calculavam o impacto negativo que o governo provisório poderia causar.

A instalação dos republicanos nos postos de governo derivava de um golpe militar realizado no Rio de Janeiro e, ante a circunstância dos republicanos rio-grandenses de serem minoria no estado, as decisões tomadas por eles deveriam ser no sentido de garantir a ordem e, ao mesmo tempo, o rápido domínio da política estadual. Esse foi, segundo Franco (1996), um dos motivos pelos quais teriam escolhido o marechal José Antônio Corrêa da Câmara, o Visconde de Pelotas, um renomado militar e antigo liberal, para ocupar o cargo de presidente do Estado.

É preciso também levar em conta a hegemonia que o partido Liberal e seu grande líder, Gaspar Silveira Martins, exerciam na política estadual. Ele era, definitivamente, o grande nome da política sul-rio-grandense. Sua prisão, logo após a Proclamação, foi uma tentativa de eliminação de um dos grandes obstáculos para o estabelecimento dos republicanos no poder. Ao assumir o Executivo, o Visconde de Pelotas também colaborou para acalmar os ânimos e permitir a ascensão republicana sem violentas contestações.

Naquele momento, Castilhos era uma liderança reconhecida no PRR devido ao seu envolvimento com a criação do partido e a fundação do jornal *A Federação*, contudo, ele ainda

³⁶⁵ BOLETIM da Federação. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano VI, n. 261, p. 2, 15 nov. 1889.

³⁶⁶ GOVERNO Provisório. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano VI, n. 262, p. 1, 16 nov. 1889.

³⁶⁷ Segundo um dicionário do início do século XIX, pacote ou paquebote é um “Gênero de embarcação ligeira para transportar cartas” (PINTO, 1832, p. 785).

não havia exercido nenhum cargo na administração estadual. Se as condições do momento levaram Visconde de Pelotas a ocupar o principal cargo da estrutura de poder estadual, Castilhos foi nomeado secretário de governo em 26 de novembro de 1889, cargo que manteve até assumir a presidência estadual em 1891, quando eleito pela Assembleia Estadual Constituinte.

Se a nomeação de um prestigiado militar, ex-liberal, na presidência do estado evitou maiores conflitos iniciais, isso não significou a consolidação dos republicanos no poder. O governo de Visconde de Pelotas não durou três meses e os anos que seguiram foram marcados por uma série de dificuldades para os republicanos. Houve constante troca de presidente do estado³⁶⁸, ocorreram diversas dissidências e o enfrentamento com liberais/federalistas que culminou, mas não se encerrou, na guerra civil de 1893-1895.

Neste contexto de forte agitação que o estado enfrentava, era necessidade urgente aumentar a base de apoio do PRR, sendo a estratégia utilizada fazê-lo a partir dos municípios. Foi nesta conjuntura que a atuação de Castilhos teve importância destacada. Na condição de chefe do partido, ele concentrou seus esforços para alinhar os municípios ao Executivo estadual. Isto se deu, em boa medida, pela subordinação das decisões políticas locais das municipalidades à organização formal do Estado republicano, mesmo que muitas das decisões governamentais fossem tomadas nos bastidores da informalidade, como será mostrado.

Foi naquela conjuntura de afirmação e expansão do republicanismo na administração estadual e municipal que houve a interação entre os níveis de poder (municipal/estadual). Nesta relação, algumas características se tornam visíveis como a intensa e constante troca de informações, favores e barganhas articuladas entre Júlio de Castilhos e uma diversidade de indivíduos espalhados em diferentes municípios do Rio Grande do Sul.

A comunicação entre chefe e “correligionários” se utilizava de dois importantes expedientes: a correspondência (cartas, telegramas, bilhetes) e as reuniões e audiências realizadas com Castilhos. Assim, ele mantinha concentradas em suas mãos a organização e as decisões políticas mais importantes, não somente do partido como do estado. São provas disso as missivas enviadas e recebidas por Castilhos e as inúmeras referências que ele próprio fez sobre reuniões de caráter político.

É importante destacar que a maior parte dessas missivas e reuniões, embora fosse, em muitos casos, de natureza administrativa e política, passavam ao largo do que poderia ser

³⁶⁸ Em um ano e oito meses, o Rio Grande do Sul teve seis governadores: Visconde de Pelotas, Júlio Frota, Francisco da Silva Tavares, General Bittencourt, General Cândido Costa e Fernando Abbott (FRANCO, 1996, p. 101).

considerada tarefa oficial do governo. Trata-se de uma série de pedidos, remetidos por indivíduos diversos, que sinalizam para a permanência da prática do clientelismo. Como veremos adiante, muitas decisões, como nomeações para cargos burocráticos, se deram num momento em que Castilhos sequer esteve no governo. Isto se deu pelo notável papel de líder político exercido por ele e também pela consolidação de seu poder arquitetado no seio das municipalidades.

Assim sendo, o capítulo tem o objetivo de demonstrar a importância que Castilhos teve nos anos iniciais da República, controlando a construção político-administrativa do Estado republicano no Rio Grande do Sul. Sinaliza, portanto, para os mecanismos que levaram à expansão dos republicanos nos municípios e à efetiva consolidação da posição de liderança de Castilhos no partido e na política sul-rio-grandense. Analisa também, através da correspondência deste líder e das relações que mantinha com municípios, as inúmeras interações que pautaram o processo de construção do Estado republicano.

Seu papel de liderança política residia, em boa medida, em sua capacidade de atender pedidos e de se relacionar com as heterogeneidades municipais e seus múltiplos atores políticos. Mesmo que se note a sobrevivência de práticas como o clientelismo, na relação entre Júlio e seus “correligionários”, o peso de sua liderança orientava um processo geral de legalidade do novo regime. Isto se dava através da conversão das decisões informais, produzidas por relações clientelistas, em deliberações formais da administração estadual.

4.1 Entre cartas, bilhetes e telegramas: liderança e relações pessoais

4.1.1 Da Figueira ao Palácio: o ir e vir da correspondência de uma liderança

Durante o período em que foi presidente, apesar do Palácio ser a residência oficial, era da Chácara da Figueira que Castilhos governava na maior parte do tempo. Em 1896, por exemplo, do total de 104 cartas e recados que enviou ao secretário Aurélio Viríssimo de Bittencourt as quais tivemos acesso, 97 foram remetidas da Chácara da Figueira.³⁶⁹ A partir de 1898, depois de ter deixado a presidência estadual, mesmo possuindo uma casa no centro da capital, era também na chácara que ele e a família passavam boa parte do ano.³⁷⁰

³⁶⁹ AHRS, APAVB, Maço 1.

³⁷⁰ Entre 1898 e 1903 Castilhos enviou 541 cartas e bilhetes ao secretário Aurélio. Destas, 379, ou seja, 70%, foram remetidas da Chácara da Figueira (AHRS, APAVB, Maços 1 a 9).

A Figueira era, segundo o inventário de Castilhos, uma chácara de “cento quarenta e oito mil metros quadrados de área superficial e nela existem casa construída de material, estrebaria, galpão e arvoredos”, adquirida por compra em agosto de 1896.³⁷¹ O nome era uma alusão à grande figueira que existia na propriedade e na sombra da qual muitas reuniões políticas foram promovidas por Castilhos. Em 24 de dezembro de 1900, Júlio relatava: “[...] estávamos em palestra, debaixo da Figueira, eu e os amigos Evaristo, Marcos, Montauray e Cherubim”.³⁷² A chácara estava “situada ao lado da estrada que se dirige d’esta cidade [Porto Alegre] para a Freguesia de Belém Velho, d’este Município”.³⁷³ Apesar de distar cerca de uma hora a cavalo do centro da cidade, era nela que Castilhos e família passavam a maior parte do ano.³⁷⁴

As longas estadas na Chácara da Figueira, entretanto, não o dispensavam das tarefas concernentes à administração estadual. Diariamente, o secretário Aurélio de Bittencourt enviava à chácara a correspondência, que deveria ser lida e respondida pelo chefe republicano. Praças a serviço de Castilhos, inclusive no período que não mais governou o estado, ficavam a seu dispor, levando e trazendo a correspondência do Palácio para a chácara e vice-versa.³⁷⁵ A dois de setembro de 1896, Castilhos escrevia, da Fazenda da Figueira, ao secretário avisando que estava enviando “junto um pacote com telegramas, que devem ser expedidos hoje”.³⁷⁶ Em 19 de novembro do mesmo ano, mais uma vez fazia referência ao abundante trabalho com missivas: “Mande hoje cedo uma pacotilha de telegramas ao Generoso para serem expedidos prontamente. Envio agora outra fornada abundante [...]”.³⁷⁷ Recados como este são frequentes e mostram que era da chácara que Castilhos conduzia o governo estadual.

Além de ofícios e telegramas enviados e recebidos diariamente, como praxe administrativa, para os mais variados destinos e com os mais distintos locais de origem, havia,

³⁷¹ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Dr. Júlio Prates de Castilhos; Inventariante: D. Honorina de Castilhos. Localização: APERS, Juízo de Órfãos, 3º Cartório, Porto Alegre, *Inventário*, Ano 1903, maço 19, n. 37, f. 21v.

³⁷² Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 25 de dezembro de 1900. Localização: AHRS, APAVB, Maço 5, doc. 447.

³⁷³ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Dr. Júlio Prates de Castilhos; Inventariante: D. Honorina de Castilhos. Localização: APERS, Juízo de Órfãos, 3º Cartório, Porto Alegre, *Inventário*, Ano 1903, maço 19, n. 37, f. 16v.

³⁷⁴ Combinando com seu secretário a ida do deputado Alfredo Varella para uma reunião na Figueira, Castilhos escreveu: “Resolvi designar o dia 14, segunda-feira, às 7 am, para a conferência com o Varella, [...] Peço-te, pois, que o procures, em meu nome, para lhe fazer de viva-voz o aviso, ponderando-lhe que poderá vir a carro ou a cavalo. Si a cavalo, [...] Dize-lhe que, para chegar aqui às 7 am., é preciso partir da cidade às 6”. Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 12 de janeiro de 1901. Localização: AHRS, APAVB, Maço 6, doc. 474.

³⁷⁵ Não foi possível encontrar maiores informações sobre os praças que faziam o transporte diário da correspondência de Castilhos para determinar se eram da Brigada Militar ou da Guarda Nacional.

³⁷⁶ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 21 de setembro de 1896. Localização: AHRS, APAVB, Maço 1, doc. 23.

³⁷⁷ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 19 de novembro de 1896. Localização: AHRS, APAVB, Maço 1, doc. 73.

ainda, a correspondência não oficial. Eram cartas, bilhetes e telegramas enviados e recebidos quase que todos os dias, para tratar de assuntos do âmbito político. A escrita foi a maneira encontrada por muitos sul-rio-grandenses que residiam distante da capital estadual para ter acesso ao chefe republicano, especialmente em um período em que os meios de transporte e as estradas poderiam tornar uma viagem um empreendimento de dias e o telefone ainda não era um meio de comunicação acessível à parcela significativa da população. A escrita foi também o meio utilizado por Castilhos para governar o Estado e cuidar da política republicana.

Além da correspondência, havia ainda o expediente de governo. Aurélio enviava à Júlio as pastas e este, depois de resolver, as devolvia. As mais diversas questões governamentais eram tratadas na Figueira. A 14 de dezembro de 1896, por exemplo, Júlio assinou, na Figueira, 400 títulos de colonos, contando com a ajuda da esposa: “Remeto a pasta das Obras Públicas. Assinei cerca de 400 títulos de colonos. Uff! Fiquei com o pulso fatigado. Valeu-me a Honorina, que se incumbiu do trabalho de passar o mata-borrão”.³⁷⁸ O recado de Castilhos a Aurélio, a oito de setembro de 1897, denota a cotidiana atividade política na Figueira:

Aurélio, logo após a retirada do João e Joaquim Ribeiro, que aqui estiveram muito tempo, recebi a pasta com expediente e telegramas. Eu estava começando a leitura d’estes, quando chegou um soldado com uma pilha de telegramas sobre uma novíssima crise na Cruz Alta! Dir-se-ia que eu me recolhi aqui propositalmente para resolver crises locais... Que importunações diabólicas! [...] ³⁷⁹

Aurélio Viríssimo de Bittencourt adquiria, neste contexto, papel central para Castilhos, tanto em suas atividades de governo quanto em suas funções políticas de chefe do PRR.

4.1.2 “amigo exemplar, devotado companheiro de jornada política”³⁸⁰: o secretário Aurélio Viríssimo de Bittencourt

O secretário Aurélio Viríssimo de Bittencourt tinha papel fundamental na condução dos negócios políticos estaduais. Aurélio havia ingressado na burocracia estadual ainda durante o tempo da Monarquia: em 1868 “foi provido como amanuense”; em 1871 “promovido para 2º oficial”; “em 1876 assumiu interinamente a Diretoria da 2ª seção; em 1877 foi elevado a

³⁷⁸ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 14 de dezembro de 1896. Localização: AHRS, APAVB, Maço 1, Doc. 99.

³⁷⁹ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio de Bittencourt. Figueira, 08 de setembro de 1897, às 4 ½ pm. Localização: AHRS, APAVB, Maço 2, Doc. 150.

³⁸⁰ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Sem Local, 01 de outubro de 1899. Localização: AHRS, APAVB, Maço 4, Doc. 337.

diretoria da 4ª seção e em 1878 foi promovido a diretor da 2ª seção. Ainda em 1884 “foi nomeado oficial de gabinete, onde permaneceu até 1886” (MOREIRA et al, 2009, p. 20-21). Já no período Republicano, com Júlio de Castilhos e depois Borges de Medeiros à frente da presidência estadual, Aurélio tornou-se Chefe de Gabinete do Presidente do Estado (MOREIRA, 2014).³⁸¹

Analisando a correspondência entre Aurélio de Bitencourt e Júlio de Castilhos, Paulo Moreira, Daniela de Carvalho, Jonas Vargas e Sherol dos Santos destacaram o papel central que o secretário teve durante o período republicano. Apontam os autores que

a correspondência trocada entre Aurélio e Júlio de Castilhos revela que no dia a dia da vida palaciana Aurélio foi fundamental na administração central, uma vez que permanecia a maior parte do tempo na secretaria da presidência, enquanto Castilhos mantinha-se afastado em sua chácara (MOREIRA et al, 2009, p. 21).

Quando da saída de Júlio de Castilhos da presidência estadual, manteve-se como secretário do governo de Borges de Medeiros mas, ainda continuava a prestar serviços ao chefe do PRR, como observou o próprio Medeiros em escrito em homenagem ao centenário do nascimento de Bittencourt:

Diretor-geral da secretaria de Estado dos Negócios do Interior e cumulativamente secretário no gabinete presidencial, durante grande parte do tempo em que tive a honra de presidir ao Rio do Sul [sic], relevantes foram então os seus serviços à administração pública e a mim, em particular, pela eficiente colaboração que costumava prestar-me com assiduidade ininterrupta. [...]
Sobre tudo isso, auxiliava ainda, diariamente, a Júlio de Castilhos, na expedição de sua correspondência política, reservada ou não.³⁸²

Como é possível perceber, o papel do secretário Aurélio foi essencial para Castilhos manter o controle da política estadual e, especialmente, das ações do próprio executivo estadual. Enquanto Júlio permanecia grande parte de seu tempo na Figueira, era Aurélio quem o mantinha informado dos acontecimentos no Palácio. Foi o que fez a 23 de setembro de 1896, ao escrever

³⁸¹ Maiores detalhes sobre a biografia de Aurélio Viríssimo de Bitencourt, especialmente sobre seu papel no governo estadual, ver MOREIRA et al, 2009; MOREIRA, 2014.

³⁸² Escrito de Borges de Medeiros em homenagem ao centenário do nascimento de Aurélio Viríssimo de Bitencourt. Sem local, outubro de 1949. Localização: AHRS, APAVB, Maço 9, Doc. 814.

para Júlio: “Dr. Júlio. Bons dias. Nenhuma novidade. Vão telegramas, jornais, carne e pão. Os cacetes³⁸³ andam à espreita, esperançosos de que venhais hoje á cidade”.³⁸⁴

Como atesta Medeiros, mesmo após Júlio deixar a presidência, Aurélio continuou trabalhando como seu secretário. Consultando os Arquivos Particulares Júlio de Castilhos e Aurélio Viríssimo de Bitencourt (AHRS) é possível notar que o fluxo de correspondência não diminuiu depois da saída de Castilhos da presidência. Ao contrário, se manteve praticamente na mesma intensidade: era diária e, por vezes, com mais de um bilhete enviado no mesmo dia.

Aurélio também mantinha Castilhos informado do que ocorria no palácio do governo, seja através das cartas e bilhetes diários, seja através de ligações telefônicas ou reuniões que tinha com o chefe republicano. Quem havia tido audiência com Borges de Medeiros; quais os telegramas que Borges havia recebido e quais havia enviado; para onde o presidente havia ido; enfim, toda a movimentação do palácio do governo passava pelo olhar de Aurélio que se encarregava de manter Castilhos informado.

Por vezes, as missivas enviadas por Aurélio a Júlio nos permitem pensar que o secretário atuava como uma espécie de espião dentro do Palácio, para além da anuência de Borges sobre a participação de Castilhos nos assuntos do executivo. Assim, por exemplo, em 31 de janeiro de 1900, às onze horas da manhã, Aurélio informava a Castilhos que “O dr. Medeiros saíra cedo a visitar as obras agronômicas e nada encontrei de novo nos papeis à vista”.³⁸⁵

Como é possível perceber pelas cartas e bilhetes, boa parte da correspondência de Castilhos passava pelas mãos de Aurélio, encarregado pelo chefe de encaminhar as respostas ou executar as medidas tomadas por Júlio. É o que se percebe, por exemplo, no bilhete enviado por Castilhos a Aurélio em 23 de setembro de 1896, no qual anota: “Envio alguns telegramas para serem expedidos hoje. Chamarás um telegrafista para expedi-los. Devolvo outros telegramas para providenciares de acordo com as notas a lápis azul”.³⁸⁶

Outras vezes fica ainda mais evidente que era Aurélio quem realizava a leitura das missivas e, após consultar Júlio, as respondia. Ao meio-dia de 27 de novembro de 1896 Aurélio escreveu a Júlio comunicando que “A propósito do telegrama do Dr. Victorino escrevi ao

³⁸³ Termo utilizado com frequência por Júlio de Castilhos e Aurélio de Bitencourt nos bilhetes e missivas para se referir às pessoas que iam ao Palácio ou à residência de Castilhos em busca de audiência.

³⁸⁴ Bilhete de Aurélio Viríssimo de Bittencourt a Júlio de Castilhos. Porto Alegre, 23 de setembro de 1896. Localização: AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Subsérie 1: Correspondência Enviada, Caixa 14, Maço 67, Doc. 27.

³⁸⁵ Carta de Aurélio Viríssimo de Bittencourt a Júlio de Castilhos. Porto Alegre, 31 de janeiro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Subsérie 1: Correspondência Enviada, Caixa 15, Maço 69, Doc. 317.

³⁸⁶ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bitencourt. Figueira, 23 de setembro de 1896. Localização: AHRS, APAVB, maço 1, doc. 27.

Furtado, de quem obtive resposta na carta inclusa. Adianto-vos, assim, dados para a vossa resposta”.³⁸⁷

Outras vezes, percebe-se que Júlio ficava diretamente dependente dos serviços de Aurélio. Parte da comunicação de Castilhos com outras lideranças republicanas ocorria através de cartas ou telegramas cifrados. Os sistemas de cifra eram variados e Júlio nem sempre os dominava, deixando a cargo de Aurélio o trabalho tanto de decifrar e transcrever, quanto de cifrar suas minutas. A 18 de novembro de 1898, por exemplo, Júlio escrevia a Medeiros sobre recado que deveria enviar ao Senador Pinheiro Machado: “Neste sentido, incluo a minuta de um longo recado cifrado, que, sendo um rápido resumo, ampliarás ou reformarás como melhor entenderes. As palavras sublinhadas devem ser convertidas em cifra, conforme a velha perícia do amigo Aurelio”.³⁸⁸

A importância adquirida por Aurélio extrapolou as tarefas puramente administrativas. Aurélio tornou-se fiel a Castilhos. Este, por sua vez, confiava muitas tarefas ao secretário, que participava, por exemplo, das reuniões realizadas por Castilhos na Figueira para decidir as chapas que concorreriam nos pleitos. Foi o que ocorreu, por exemplo, em 31 de dezembro de 1900. Naquele dia, estiveram presentes na chácara da Figueira, a convite de Castilhos, o presidente do Estado, Borges de Medeiros, Evaristo (na condição de secretário da Comissão Central do Partido Republicano), Marcos Alencastro e Aurélio. Tratava-se de uma conferência para decidir acerca da composição da chapa para a eleição de deputados estaduais que seria realizada em fevereiro do ano seguinte.³⁸⁹ Como se percebe, o papel de Aurélio ultrapassava o de secretário, tendo ele voz dentro do próprio PRR em suas decisões mais importantes.

4.1.3 Mais que um presidente, um chefe político: liderança para além da presidência estadual

A correspondência entre Castilhos e seu secretário denotam a grande quantidade de ofícios, cartas e telegramas que, quase que diariamente, o chefe republicano recebia e enviava. A intensa atividade de leitura e escrita que envolvia seus dias, seja na Figueira ou no Palácio, é atestada também pelo grande número de cartas e telegramas originários das mais diversas localidades do estado que localizamos no APJC.

³⁸⁷ Carta de Aurélio Viríssimo de Bittencourt a Júlio de Castilhos. Porto Alegre, 27 de novembro de 1896. Localização: AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Subsérie 1: Correspondência Enviada, Caixa 14, Maço 67, Doc. 73.

³⁸⁸ Bilhete de Júlio de Castilhos a Borges de Medeiros. Porto Alegre, 18 de novembro de 1898. Localização: IHGRS, FBM, Doc. 4076.

³⁸⁹ Carta de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 30 de dezembro de 1900. Localização: AHRS, FPAVB, Maço 5, Doc. 459.

Selecionando apenas aquelas que tem como ponto de origem algum lugar do estado e excluindo aquelas enviadas pelo secretário Aurélio ou por familiares próximos a Júlio de Castilhos – mãe, sogra, irmãos, cunhados, esposa e filho –, temos um total de 1309 missivas recebidas por Castilhos no período 1889-1903.³⁹⁰ O número de missivas originárias de algum local do Rio Grande do Sul era certamente muito maior. Em muitas cartas, entretanto, o remetente não apontou o local de onde estava escrevendo. É o que ocorre com as missivas enviadas a Castilhos por Evaristo Teixeira do Amaral.³⁹¹ Tivemos acesso a um total de 200 escritos, entre cartas e bilhetes, enviados por Evaristo do Amaral ao chefe republicano. Entretanto, em apenas 103 está expresso o local de onde escrevia.

Ainda que Evaristo não tivesse identificado o local de origem em suas missivas, podemos supor que ele se encontrava na capital, Porto Alegre, pois foi este seu local de atuação, como deputado e como redator e gerente do jornal *A Federação*. O mesmo ocorre com as missivas de Cherubim da Costa e José Montauray de Aguiar Leitão.³⁹² Assim sendo, se somarmos às 1309 aquelas que podemos inferir terem sido enviadas de Porto Alegre, o número sobe para 1554 missivas.

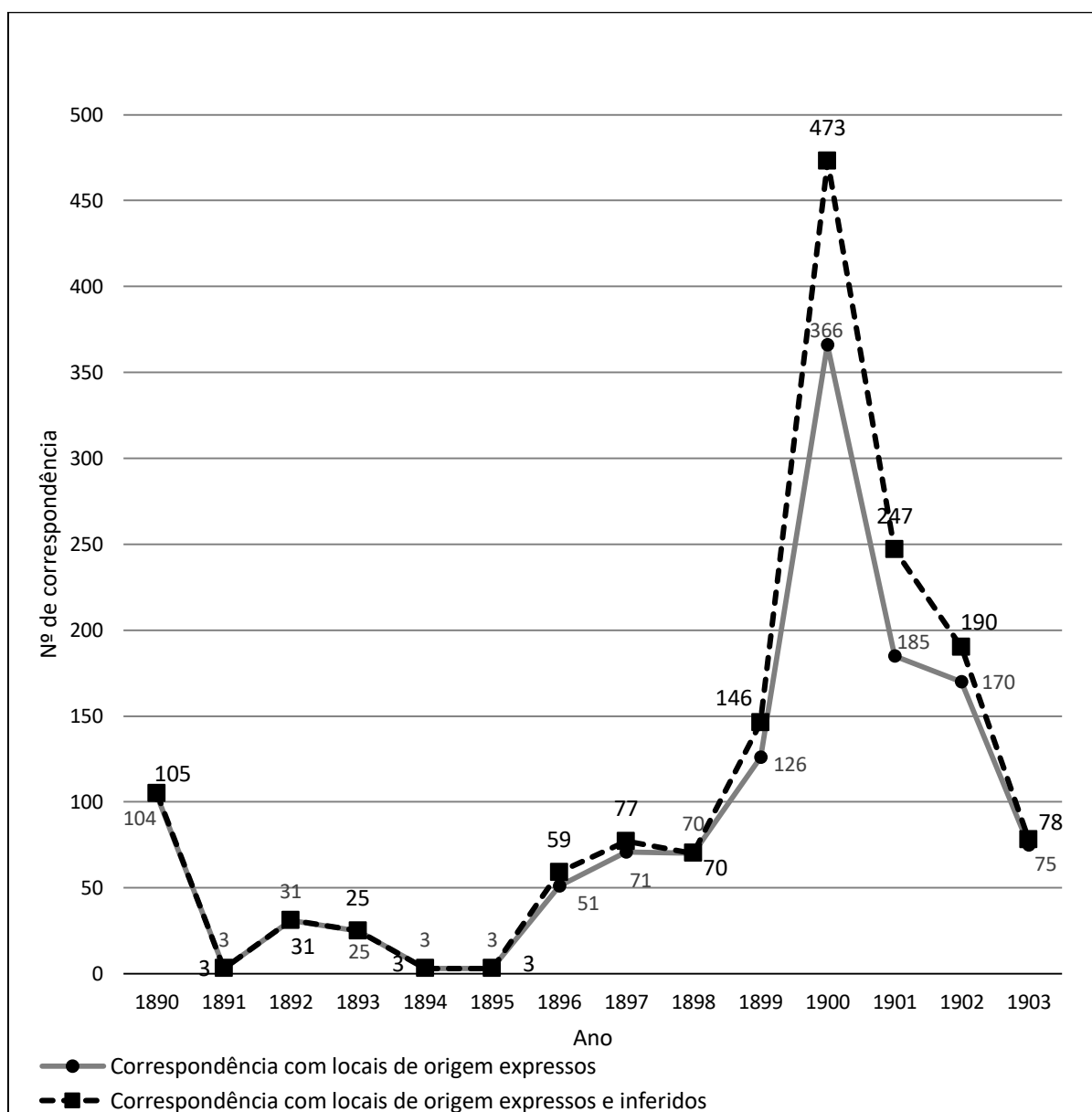
O gráfico abaixo apresenta a distribuição da correspondência passiva de Castilhos com origem no Rio Grande do Sul, a partir destes dois cenários. Um (linha contínua) que considera apenas as missivas em que há identificação expressa do local de remetência. São no total 1283 missivas, visto que de 26 não foi possível precisar o ano, apesar de sabermos que correspondem à década de 1890. O outro (linha pontilhada) considera também as missivas em que, apesar de não constar o local, podemos inferi-lo com base no autor. São, no total, 1510 missivas, visto que de 44 não há precisão do ano. Note-se, no gráfico, que este segundo cenário apenas provocou um aumento do número de missivas contabilizado, não significando variação ao longo do tempo.

³⁹⁰ Optamos por excluir da contagem a correspondência de familiares mais próximos (mãe, sogra, cunhados, esposa e filhos) por tratarem, na grande maioria dos casos, de assuntos particulares ou de negócio.

³⁹¹ Evaristo Teixeira do Amaral foi deputado estadual pelo PRR de 1891 até 1908, tendo depois sido eleito deputado federal. Membro e ativo participante da política sul-rio-grandense do início da República, Amaral manteve constante correspondência com Castilhos. Ver SILVA, 2015.

³⁹² Mais adiante trataremos mais especificamente dos casos de Evaristo Teixeira do Amaral, Cherubim da Costa e José Montauray de Aguiar Leitão.

Gráfico 1 - Correspondência passiva de Castilhos com origem no Rio Grande do Sul entre 1890-1903



Fonte: AHRS, APJC.

Observa-se, no gráfico, uma grande variação de recebimento de missivas por Castilhos. No período 1891-1895, o conjunto de correspondência é pequeno. Os anos de 1891, 1894 e 1895, somam apenas 9 cartas (três em cada ano). Por outro lado, os anos de 1900, 1901 e 1902 concentram a maior parte das missivas (cerca de 56% no primeiro cenário e pouco mais de 60% no segundo cenário).

Antes de propor qualquer tipo de conclusão para esta disparidade, cumpre ressaltar que o número de missivas com que trabalhamos certamente está longe de corresponder ao total das recebidas por Castilhos. Observe-se que o período 1891-1898 corresponde aos anos em que

Castilhos esteve à frente da presidência do Estado. Para este período, há, no APJC, um número diminuto de missivas (257, conforme gráfico), sendo que, para alguns anos específicos, elas são quase que inexistentes (caso dos anos 1891, 1894 e 1895). Sendo assim, é provável que, ao contrário do que mostra o gráfico, este tenha sido um período de intenso recebimento de missivas, como é possível supor pelas informações trocadas por Castilhos com seu secretário Aurélio de Bittencourt, em sua correspondência diária.³⁹³ Assim, levantamos algumas hipóteses que poderiam explicar esse reduzido número de missivas existente no APJC.

A primeira hipótese está relacionada à organização do fundo documental, suspeitando que missivas poderiam estar guardadas em outro fundo diretamente ligado à administração estadual. Essa hipótese, entretanto, não se confirmou quando consultamos o fundo Documentação dos Governantes (AHRs), local mais provável de guarda, visto que reúne a documentação dos governantes estaduais. O número de missivas que poderiam ser consideradas “extraoficiais” presente neste fundo alteraria muito pouco o gráfico.³⁹⁴ Uma segunda hipótese, bastante plausível, mas que não há como comprovar, propõe que parte da documentação não tenha sido preservada, de modo que alguns anos contam com uma representatividade menor de missivas.

Quanto aos motivos para a não preservação desta documentação, apesar de difícil de precisar, podem estar relacionados com os temas tratados e a intenção de não serem guardadas. Observe-se que, os anos que contabilizam o menor número de missivas correspondem ao período de ocorrência do *governicho*³⁹⁵ e da Revolução Federalista³⁹⁶.

Por questões de segurança ou mesmo para apagar marcas da violência que caracterizaram o período, Castilhos pode não as ter guardado. Essa hipótese parece ganhar força quando consideramos os escritos do secretário Aurélio a Castilhos. Percebe-se, no conjunto, que a regularidade diária é quebrada em alguns períodos que coincidem com momentos eleitorais. Como isso ocorre de modo regular é possível pensar que a não-guarda da

³⁹³ Trata-se da documentação presente na Série 9 do APJC, contendo missivas de Aurélio Viríssimo de Bittencourt a Júlio Prates de Castilhos e da documentação do APAVB, contendo missivas de Castilhos ao secretário.

³⁹⁴ Interessante notar que parece ter ocorrido uma confusão na separação de documentação, visto que, no APJC é possível encontrar documentos oficiais que deveriam ter sido guardados junto ao fundo Documentação dos Governantes. Essa confusão se deve, muito provavelmente, ao fato de que Castilhos mantinha documentos oficiais junto a seus documentos pessoais, gerando, ao final, essa imbricação documental.

³⁹⁵ Termo cunhado por Castilhos e seus seguidores para se referir, de modo pejorativo, à Junta Governativa que esteve à frente do governo estadual de novembro de 1891 a julho de 1892, após saída de Castilhos do governo em decorrência da oposição que se formou ante o golpe deodorista de 1891 que teve apoio de Castilhos. Formaram a junta governativa em novembro de 1891 o general Rocha Osório, Barros Cassal e Assis Brasil, que já militavam na oposição aos castilhistas.

³⁹⁶ Guerra civil que opôs federalistas e castilhistas e que se estendeu de 1893 a 1895.

documentação foi intencional. Castilhos pode ter decidido, por questões que não temos como definir, não guardar essa correspondência.³⁹⁷

A prática de descarte de correspondência não era incomum. Como aponta Castillo Gómez (1998), dependendo do tema tratado nas cartas, o fogo podia reclamá-las, garantindo maior confidencialidade e, inclusive, não perpetuando na memória experiências e tratativas pautadas pela violência.³⁹⁸ Esse pode ser um dos motivos que explicam a falta de correspondência entre 1891-1895.

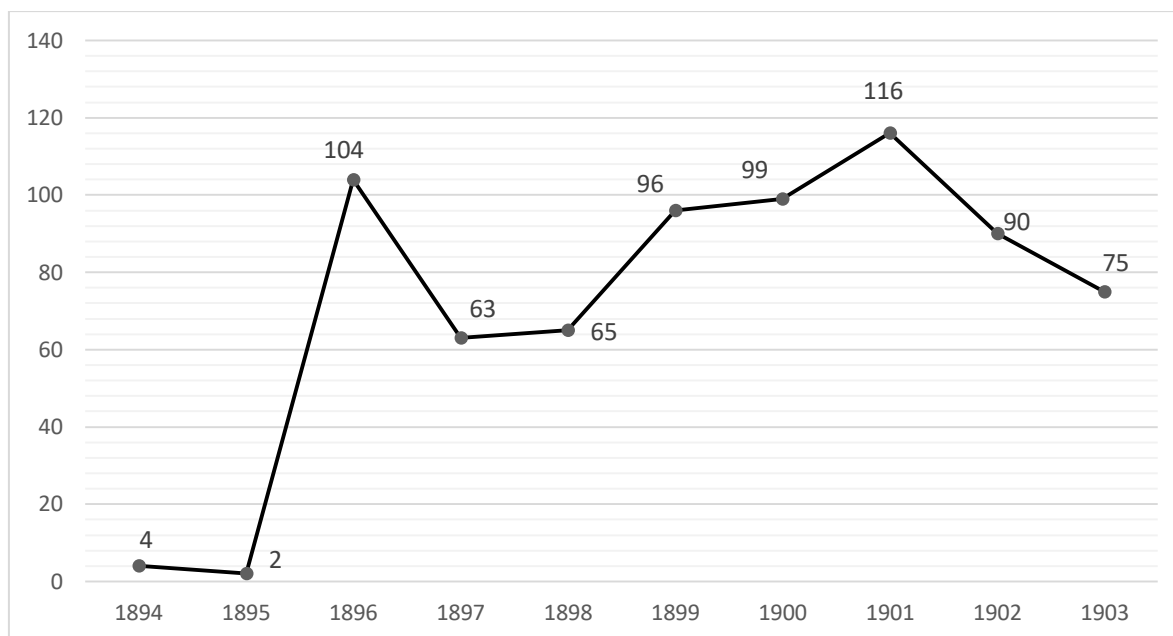
Apesar de todas as imprecisões que possam estar presentes no Gráfico 1, ele nos interessa por demonstrar a centralidade de Castilhos enquanto chefe político, visto que muitos se dirigiam a ele. Interessa também porque no período 1898-1903, Castilhos recebeu 922 missivas – quase 72% – do total de 1283 constantes no gráfico. Este foi o período em que Castilhos não ocupou a presidência do Estado, visto que em 1898 passava o cargo a Borges de Medeiros, eleito em 1897. Tal constatação nos permite concluir que Castilhos continuou exercendo papel central no seio da política estadual, mesmo quando não mais ocupava a presidência do Estado. É certo que ao deixar a presidência estadual se manteve à frente da chefia do partido. Esta parece ter sido uma opção de Castilhos: afastar-se da presidência para se dedicar, com mais atenção, às questões da política estadual e municipal, não respondendo diretamente pelo governo do estado. Entretanto, as cartas e telegramas que continuou recebendo tratavam de questões concernentes à administração pública, ou seja, deveriam ter sido enviadas a Borges de Medeiros e não a Castilhos. Vê-se, portanto, que deixar a presidência não significou afastar-se das funções administrativas. Mesmo não ocupando o cargo de presidente do estado, continuava participando e por vezes até comandando as decisões do governo.

Analisando a correspondência de Castilhos ao secretário Aurélio de Bittencourt tem-se uma imagem muito próxima desta apresentada pelo conjunto de missivas recebidas por Castilhos. Observa-se, no gráfico abaixo, que a saída de Castilhos do governo do estado não cessou ou diminuiu a atividade de se corresponder com o secretário, o que demonstra que Aurélio continuou trabalhando como secretário de Castilhos, mesmo após sua saída do governo:

³⁹⁷ Luciana Quillet Heymann (1997b) chama a atenção para o fato de que os arquivos particulares podem ter sido submetidos a uma série de seleções e intempéries, próprias de diferentes contextos que abrangem as decisões de guarda dessa documentação, tanto no nível privado quanto público, que justificam ausência de documentação relativa a algum período. Sobre arquivos pessoais ver HEYMANN, 1997b.

³⁹⁸ Também Fernando Bouza (1998) aponta inúmeros casos de ordens de queimas de cartas e outros papéis considerados perigosos ou incriminatórios na Espanha do século XVI.

Gráfico 2 - Missivas enviadas por Castilhos ao secretário Aurélio (1894-1903)



Fonte: AHRS, APAVB.

Como é possível observar no gráfico, não encontramos cartas, telegramas ou bilhetes enviados por Castilhos a Aurélio para o período 1889-1893 e, em relação aos anos 1894 e 1895, o número é muito reduzido. A tendência é a mesma do gráfico anterior, indicando a possibilidade de que a correspondência do período em questão não tenha sido preservada. Já em relação ao período 1898-1903, quando Castilhos não ocupava mais o cargo de presidente do Estado, temos um número bastante elevado de cartas: 541 ou 75,8% do total de missivas representadas no gráfico.

Observando mais atentamente o conteúdo da correspondência trocada entre Castilhos e seu secretário, novamente é possível perceber que a saída da presidência não provocou nenhuma ruptura. Castilhos continuou participando ativamente das decisões políticas e governamentais do Rio Grande do Sul. Questões relacionadas ao próprio governo estadual continuavam sendo tratadas por ele, que muitas vezes indicava a Borges de Medeiros, via recados enviados para Aurélio, como este deveria proceder em relação a questões da política estadual. Vejamos alguns exemplos.

Em 30 de janeiro de 1899 Júlio, escrevendo a Aurélio, recomendava que o “telegrama do Mibielli sobre a situação de Uruguaiana, julgo melhor aguardar a resposta do Frota, a quem o Medeiros deve pedi-la em novo recado”.³⁹⁹ Dias depois, a 3 de fevereiro, escrevia a Aurélio:

³⁹⁹ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bitencourt. Figueira, 30 de janeiro de 1899. Localização: AHRS, APAVB, maço 4, Doc. 261.

“Dize ao Medeiros, em resposta, que farei a revisão das emendas ao projeto de lei das terras logo que tiver uma folguinha, a qual ainda não pude conseguir. Fui tão precavido, que trouxe para cá o projeto e as emendas”.⁴⁰⁰ E, assim, podemos encontrar diversas cartas e bilhetes escritos por Castilhos a Aurélio demonstrando que muitas das tarefas administrativas continuavam sendo assistidas por Castilhos e que ele orientava como Medeiros deveria proceder.

Essa influência também é perceptível na documentação do Fundo Borges de Medeiros (IHGRS) onde se encontram missivas rascunhadas por Júlio em nome de Borges. Em julho de 1899, por exemplo, Castilhos enviava a Medeiros um rascunho endereçado à Comissão do Comércio, a Guilherme Dias e outros, de Livramento, no qual estava redigido:

Respondendo vosso telegrama, cabe-me cientificar-vos que Inspetor Fiscal tem informado estar agindo dentro da lei, no exercício suas atribuições, definidas no decreto estadual do 1º corrente, que consolidou disposições expressas de anteriores decretos governo federal sobre repressão contrabando fronteiras, para execução do convenio celebrado entre União e Estado.

Logo abaixo, Castilhos anotava um recado ao Presidente do Estado:

Penso que, por enquanto, basta esta resposta solerte...Devemos reservar as provisões do nosso arsenal para repelir as outras cargas prováveis dos contrabandistas de Livramento, que já estão pondo as barbas de molho, unicamente porque vêm arder a dos vizinhos ... Há de lhes chegar a vez...
Recado do Júlio.⁴⁰¹

Semelhante a esta minuta é possível encontrar outras tantas em que Castilhos escreve em nome de Borges, submetendo apenas à leitura e avaliação do presidente do Estado seu conteúdo. O próprio Borges parece que submetia a Castilhos muitas de suas decisões. A dois de dezembro de 1898, em bilhete a Castilhos declarava:

Também dou-te conhecimento da indicação do Vargas para o preenchimento dos ofícios de avaliadores.
Ele faz questão, conforme o declara, da nomeação de tal Arthur Uchoa; mas, segundo penso, esse pretendente carece de idoneidade moral e política, além

⁴⁰⁰ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bitencourt. Figueira, 3 de fevereiro de 1899. Localização: AHRS, APAVB, maço 4, Doc. 266.

⁴⁰¹ Minuta escrita por Júlio de Castilhos em nome de Borges de Medeiros à Comissão do Comércio, Guilherme Dias e outros. Sem local, 26 de julho de 1899. Localização: IHGRS, FBM, Doc. 30413.

de outras razões que aconselham a sua não nomeação. *Entretanto aguardarei a tua resolução a respeito.*⁴⁰²

Assim, parece evidente que, mesmo não estando na presidência, Júlio manteve em suas mãos a condução da política estadual. De fato, sua saída do cargo de presidente do Estado em 1898 não significou a diminuição de seu poder. Love considerou que, ao conduzir Borges de Medeiros ao cargo, Castilhos estava apenas transferindo as funções administrativas “para o seu leal, eficiente e inteligente protegido, Borges de Medeiros” (LOVE, 1975, p. 82). O que se percebe, pelo conjunto documental analisado, é que Medeiros era quem oficialmente respondia pelo cargo de presidente, mas era Castilhos quem tomava muitas das decisões, participando ativamente da condução do governo estadual.

Se Júlio manteve em suas mãos o controle da política estadual, mesmo não ocupando o Executivo, havia também o reconhecimento por parte de lideranças locais e correligionários de que era ele a grande liderança política do estado. Prova disso são as inúmeras cartas e telegramas que a ele foram dirigidas mesmo após sua saída da presidência, como já destacamos. Muitos eram os que, mesmo depois da saída de Castilhos da presidência, continuavam lhe escrevendo, seja para tratar de problemas políticos locais, seja para pedir cargos ou favores. Os remetentes reconheciam a continuidade de Castilhos como liderança, vendo nele a via de acesso para alcançarem objetivos, especialmente quando autoridades governamentais não atendiam a suas reivindicações e pedidos.

Isto fica evidente na carta que o intendente de Caxias do Sul, José Cândido dos Campos Júnior, enviou a Castilhos a dois de maio de 1900. Nesta, Campos Júnior pedia a Castilhos para interceder em favor de Antonio Kraeff, “collector d’esta villa, victima de sua boa fé e ignorância”, que fora “victima de um refinado espertalhão”. Não sabemos mais detalhes sobre o ocorrido. O que nos interessa aqui é que Campos Júnior afirma que já havia falado a respeito com Borges de Medeiros, então presidente do Estado, “mas obedecendo ao justo dever que tenho de jugar [sic] pelos companheiros que são merecedores, venho também invocar a valiosa justiça de V. Ex^a. em favor d’aquelle bom amigo”.⁴⁰³

Situação perecida aconteceu com João Alfredo Crespo, intendente de São Lourenço. Em 18 de outubro de 1899, ele escreveu a Castilhos reclamando da nomeação de Cândido Carvalho para o cargo de Delegado de Polícia, que teria ocorrido sem que o partido local fosse consultado.

⁴⁰² Bilhete de Borges de Medeiros a Júlio de Castilhos. Porto Alegre (Gabinete do presidente do Estado), 02 de dezembro de 1898. Localização: IHGRS, FBM, Doc. 4079. Grifos nossos.

⁴⁰³ Carta enviada por José Cândido de Campos Júnior a Júlio de Castilhos. Caxias, 02 de maio de 1900. Localização: AHRGS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondências recebidas, Caixa 8, Maço 40, Doc. 445.

Afirmava que, depois de atitudes inadequadas do delegado, procurara o Coronel Pedro Osório, informando-o da situação. Osório teria garantido que dispensaria o delegado, o que até então não havia ocorrido. Assim, afirmava que, “Continuando, porém, as cousas da mesma forma, resolvi dirigir-me à v. Ex^a. directamente afim de obter uma solução”.⁴⁰⁴

Mas não eram apenas os intendentos que buscavam a intervenção de Castilhos junto às esferas administrativas. Guilherme Echenique escreveu, de Pelotas, a 31 de novembro de 1901. Seu pedido era que Castilhos intervisse junto ao presidente do Estado a respeito da manutenção de uma estrada vicinal: “e como o amigo Luis Carlos me houvesse falado na conveniência de vossa intervenção amistosa, prontamente vos dei aviso do que ocorria”.⁴⁰⁵

Este fenômeno, entretanto, não foi observável apenas durante o governo Medeiros. Anos antes, logo após a Proclamação, quando Castilhos ainda não ocupava a presidência estadual, também era constantemente procurado, seja para tomar decisões, seja para intervir junto ao presidente estadual ou outras autoridades.

Assim, a 28 de março de 1890, Luis Carlos Massot escreveu a Castilhos para, em nome da Comissão Executiva, pedir que Júlio atendesse o pedido de transferência feito pelo Juiz Municipal de Rio Grande e pedir “a vossa intervenção junto ao Governador para obter-se o pagamento do aluguel do prédio ocupado pela secretaria”, pois “já foi feita esta reclamação [...] há um mês e ainda não foi atendida o que esperamos seja breve”.⁴⁰⁶ O Governador a que Massot se referia era Júlio Anacleto Falcão da Frota que permaneceu no cargo por menos de três meses.

Em 1892, quando o governo do Estado estava sob o comando de Fernando Abbott, Piratinino de Almeida escrevia de Pelotas com o “único fim [de] pedir sua valiosa intervenção para a nomeação do nosso bom correligionário Antonio Cortegaso, de praticante do Correio neste Estado”.⁴⁰⁷ Segundo Almeida, o referido correligionário era carteiro do correio em Pelotas, mas havia sido injustamente demitido, sendo seu pedido uma reparação justa.

Este cenário mostra que, mesmo não estando à frente do governo, Castilhos era referência para os correligionários do PRR que, ou não tinham seus interesses atendidos pelo governo ou viam nele aquele que poderia lhes garantir o atendimento de suas reivindicações. Love já havia observado essa característica da política sul-riograndense, chamando a atenção

⁴⁰⁴ Carta enviada por João Alfredo Crespo a Júlio de Castilhos. São Lourenço, 18 de outubro de 1899. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondências recebidas, Caixa 8, Maço 39, Doc. 355.

⁴⁰⁵ Carta de Guilherme Echenique a Júlio de Castilhos. Pelotas, 30 de novembro de 1901. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 9, Maço 42, Doc. 740.

⁴⁰⁶ Carta de Luiz Carlos Massot a Júlio de Castilhos. Pelotas, 28 de março de 1890. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 7, Maço 30, Doc. 45.

⁴⁰⁷ Carta de Piratinino de Almeida a Júlio de Castilhos. Pelotas, 01 de novembro de 1892. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 7, Maço 32, Doc. 151.

para o fato de que, na “posição de dirigente do partido, Castilhos reservava-se todas as grandes decisões políticas e a maioria das que eram menores”. Em relação ao período do primeiro mandato de Borges como governador, o autor completa: “Contudo, ninguém jamais levantou a questão de que era Castilhos quem ao mesmo tempo propunha e dispunha” (LOVE, 1975, p. 82).

Assim, sua recusa em assumir o cargo executivo logo após a instalação da República e a condução de Borges ao cargo, em 1897, não significou um afastamento das questões políticas. Ao contrário, afastado do cargo maior da administração estadual, Castilhos adquiria mais tempo para se dedicar às questões políticas. As reuniões com lideranças do PRR, as audiências concedidas a lideranças municipais e correligionários e a leitura e escrita de missivas tornavam-se parte de suas atividades cotidianas.

Cumprido, entretanto, destacar que ainda que fique evidente o papel central mantido por Castilhos após deixar o cargo de presidente do estado, não é possível colocar Borges de Medeiros no papel de simples subordinado, sem qualquer tipo de protagonismo. As cartas e bilhetes de Castilhos a Aurélio evidenciam o tipo de relação mantida entre os chefes republicanos. Ainda que Borges estivesse hierarquicamente submetido a Castilhos dentro da estrutura do PRR, o chefe do partido mantinha com o sucessor uma relação de amizade e respeito, considerando Borges de Medeiros extremamente competente para o cargo que estava ocupando. A 21 de dezembro de 1900, ao final de uma carta escrita a Aurélio, Castilhos recomendava: “É supérfluo dizer-te que deves mostrar ao Medeiros todas as cartas que te escrevo diariamente”.⁴⁰⁸

Se era Júlio de Castilhos quem tomava a maior parte das decisões, estas eram submetidas a Medeiros, como ocorreu no caso da definição dos candidatos à eleição federal de 1901. No sábado, 5 de janeiro de 1901, Castilhos combinava com Aurélio uma reunião, a ser realizada no dia seguinte, na Chácara da Figueira, para “dar a última de mão à chapa”. Estariam presentes, além do secretário, Evaristo, Marcos Alencastro, Cherubim e Marsicano. A decisão do diminuto grupo seria, após, submetida à aprovação do presidente da província. Segundo Castilhos, a chapa “ficará dependendo apenas da palavra final do Medeiros”.⁴⁰⁹

Na segunda-feira, Castilhos mais uma vez lembrava a Aurélio que as decisões tomadas no domingo deveriam ser submetidas a Medeiros: “[...] envio a lista dos candidatos, que está

⁴⁰⁸ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 21 de dezembro de 1900. Localização: AHRS, APAVB, Maço 5, Doc. 445.

⁴⁰⁹ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 05 de janeiro de 1901. Localização: AHRS, APAVB, Maço 6, Doc. 464.

como ficou ontem resolvido. Deves desde logo submete-la ao Medeiros, que ditará a palavra final”.⁴¹⁰

Boa parte da correspondência que Castilhos enviava era assinada tanto por Medeiros quanto por ele, como se lê no recado que dava a Aurélio: “Dize isto ao Medeiros, a quem peço que assine o meu nome nos telegramas inclusos, cujos termos ele alterará como entender”.⁴¹¹ Havia ainda os casos em que Júlio recomendava ao secretário que as missivas fossem, antes de serem enviadas aos destinatários, lidas por Medeiros: “Mando a carta para o Salvador Pinheiro. Vai aberta para o Medeiros lê-la”.⁴¹² A 17 de dezembro de 1900 escrevendo a Aurélio afirmava em relação a Medeiros:

Creio que já terás transmitido ao Medeiros os recados que foram objeto da nossa palestra de sábado, a vapor e à última hora. Dize-lhe que (mais uma vez afirmo) ele pode dispor de mim em tudo e para tudo, sem reserva de dia ou de horas. Uma palavra sua tem para mim o valor de um mandado. Quando julgar ele necessário um encontro nosso, bastará uma prevenção de véspera, porque, para servi-lo, não me custará ir a sua residência, na Praia de Belas, ou à cidade. Um benemérito como ele, que é um exemplo vivaz de conforto saudável n’estes tempos de anarquia e de descrença, merece a minha mais sincera e ilimitada dedicação de amigo e de confrade político.⁴¹³

Castilhos via em Borges um de seus mais leais companheiros. A dedicação de Medeiros ao partido e, especialmente, ao chefe era, para Castilhos, um “conforto saudável” depois das dissidências que o PRR havia sofrido ao longo da década de 1890. Lembremos que, entre os dissidentes estava Assis Brasil, não somente cunhado, mas especial amigo de Castilhos.

Se, como veremos mais adiante, a saída de Castilhos da presidência do Estado no início de 1898, para muitos era indicativo de que estaria investindo em uma maior presença na política nacional, especialmente com a possibilidade de tornar-se candidato à presidência da República, por outro lado não se descuidou da política estadual. Como é possível perceber tanto pelas missivas que diariamente recebia quanto pela sua correspondência com o secretário Aurélio Viríssimo de Bitencourt e com o próprio Borges de Medeiros, sua atuação na política estadual permaneceu central.

⁴¹⁰ Carta de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bitencourt. Figueira, 07 de janeiro de 1901. Localização: AHRS, APAVB, Maço 6, Doc. 465/1.

⁴¹¹ Ibid.

⁴¹² Carta de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bitencourt. Figueira, 17 de fevereiro de 1898. Localização: AHRS, APAVB, Maço 3, Doc. 195.

⁴¹³ Carta de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bitencourt. Figueira, 17 de dezembro de 1900. Localização: AHRS, APAVB, Maço 5, Doc. 439.

Assim, mesmo que com sua saída do executivo estadual, as questões nacionais tenham ocupado boa parte de seu tempo e sua ação, a política estadual não deixou de ser sua preocupação. Castilhos permaneceu como o grande articulador da condução da administração republicana no Rio Grande do Sul, atuando junto a Medeiros e ao mesmo tempo articulando questões e contendas da política nos municípios. Como se demonstrou, havia um reconhecimento do papel de liderança de Castilhos que advinha de lideranças municipais, correligionários, militares e de outros indivíduos, muitos dos quais desconhecidos.

4.1.4 “Falai, chefe, falai”: os “correligionários”

Como foi possível observar no Gráfico 1, Castilhos recebeu, durante a década de 1890 e os anos iniciais do século XX, uma grande quantidade de missivas. Eram ofícios, cartas, telegramas e bilhetes, ou seja, um conjunto de correspondência originária, em maior parte, de alguma localidade do Rio Grande do Sul. No quadro abaixo listamos os locais de origem destas missivas que compõe o APJC.⁴¹⁴

⁴¹⁴ Para elaborar este quadro e os mapas que seguem incluímos as 245 missivas de Cherubim da Costa, Evaristo Teixeira do Amaral e José Montauray de Aguiar Leitão que, apesar de não indicar o local, presumimos terem sido escritas em Porto Alegre.

Quadro 4 – Local de origem da correspondência passiva de Castilhos

	Local	Nº		Local	Nº
1	Porto Alegre	600*	45	Bento Gonçalves	6
2	Rio Grande	89	46	Soledade	5
3	Pelotas	82	47	Canguçu	5
4	Santa Maria	61	48	Lagoa Vermelha	5
5	Cruz Alta	56	49	Cacequi	5
6	Jaguarão	32	50	Santa Cristina do Pinhal	5
7	Caxias do Sul	30	51	Alfredo Chaves	5
8	Vila Rica	30	52	São Francisco de Assis	5
9	Uruguaiana	29	53	São Jose do Norte	5
10	Caçapava	29	54	Palmeira	4
11	Livramento	23	55	São Vicente Do Sul	3
12	São Leopoldo	21	56	São Lourenço	3
13	Estrela	21	57	Cima da Serra	3
14	São João de Camaquã	21	58	Conceição do Arroio	3
15	Bagé	19	59	Margem do Taquari	3
16	Encruzilhada	19	60	Santiago do Boqueirão	3
17	Alegrete	19	61	Arroio Grande	2
18	Santa Vitoria do Palmar	13	62	Gravataí	2
19	Rio Pardo	16	63	Pareci Velho	2
20	Quarai	15	64	Palma	2
21	São Martinho	15	65	Rosário	2
22	São Gabriel	13	66	Ijuí	2
23	São Borja	13	67	Rio Grande do Sul	2
24	Vacaria	13	68	Garibaldi	2
25	São Sebastião do Cai	12	69	São Francisco de Paula	2
26	Torres	12	70	Nova Trento	2
27	São Luís Gonzaga	11	71	Jaguari	2
28	Cachoeira	10	72	São Sepé	2
29	Taquari	10	73	Colônia Guarani	2
30	Lavras	10	74	Arroio do Só	1
31	São Jeronimo	9	75	Antônio Prado	1
32	Itaqui	9	76	Boa Vista	1
33	Caty	8	77	Bom Princípio	1
34	Montenegro	8	78	Santa Catarina da Feliz	1
35	Passo Fundo	8	79	Tupanciretã	1
36	Santa Cruz	8	80	Santo Ângelo	1
37	Dom Pedrito	7	81	Piratini	1
38	Santo Amaro	7	82	Chuí	1
39	Santo Antônio Da Patrulha	7	83	Pedras Brancas	1
40	Venâncio Aires	6	84	Povinho	1
41	Triunfo	6	85	Nova Petrópolis	1
42	Lajeado	6	86	Nova Milano	1
43	Taquara do Mundo Novo	6	87	Iraí	1
44	Dores de Camaquã	6	88	Cacimbinhas	1

Fonte: AHRS, APJC, Série 1: Assuntos de Estado; Série 4: Cargos, Provimmentos e Solicitações; Série 6: Conflitos e Sedições; Série 7: Telegramas; Série 8: Correligionários.

*Incluimos, entre as missivas de Porto Alegre, aquelas em que mesmo não constando o local de origem era possível supor a partir do remetente.

No conjunto documental analisado, há 87 diferentes locais de origem das missivas recebidas por Castilhos por remetentes de algum local do Rio Grande do Sul. Em apenas duas cartas não constam a especificação do local de onde foram enviadas, aparecendo apenas o estado. Nas demais, a especificação nem sempre se refere a um município, mas sim à localidade de origem. Veja-se, por exemplo, o caso das cartas remetidas de Ijuí. As duas missivas presentes no quadro foram enviadas em 1900. O município, entretanto, foi criado somente em 1912 (FEE, 1981, p. 17). Até 1912 o local pertencia ao município de Cruz Alta.

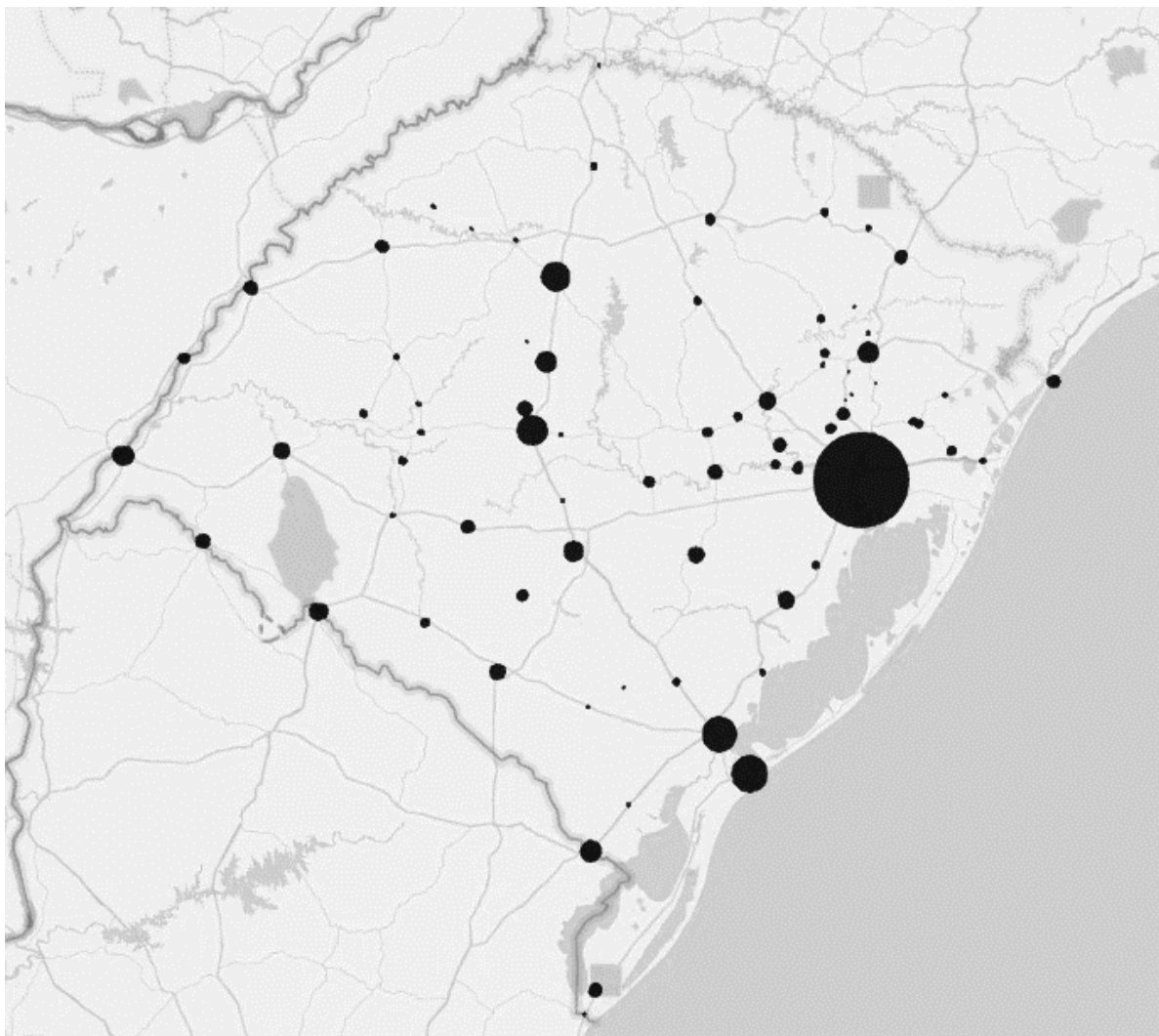
O mesmo ocorre com locais como Caty, Santa Catarina de Feliz e Nova Milano. No caso da denominada Caty ou Serra de Caty, tratava-se de uma região localizada entre os municípios de Livramento e Quaraí onde havia um posto militar. É de Caty que o general Telles escreveu a Júlio para informar sobre movimentações federalistas na fronteira. Santa Catarina da Feliz, por sua vez, era neste período apenas distrito do município de São Sebastião do Caí⁴¹⁵; Nova Milano, atual distrito de Farroupilha⁴¹⁶, pertencia, na época, ao município de Caxias do Sul, criado em 1890.

Para melhor visualizar de onde partiam as cartas recebidas por Castilhos, as distribuimos no mapa que segue abaixo, considerando a quantidade de missivas que partiu de cada local:

⁴¹⁵ O distrito de Santa Catarina de Feliz tornou-se município somente em 1949, sob a denominação de Feliz. Dados históricos sobre o município ver em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/feliz/historico>. Acesso 28 out. 2017.

⁴¹⁶ Farroupilha separou-se de Caxias do Sul somente em 1934. Dados histórico sobre o município ver em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/farroupilha/historico>. Acesso 28 out. 2017

Figura 9 – Locais de origem da correspondência enviada a Júlio de Castilhos (1890-1903)⁴¹⁷



Fonte: Mapa elaborado com software *PowerMap (Excel for Windows)* a partir de dados da correspondência passiva de Júlio de Castilhos (AHRS, APJC).

Observa-se uma densidade expressivamente maior em algumas regiões, enquanto que de outras é muito reduzida. Como é possível perceber tanto no mapa quanto no quadro, da maior parte dos locais têm-se apenas o registro de uma ou duas missivas ao longo de todo o período. De outros locais, porém, o número é expressivo.

A primeira constatação possível a partir do quadro e do mapa é que missivas partiam com destino a Porto Alegre dos mais distintos locais do Estado. Isto poderia nos levar a supor que existia uma rede de apoio construída pelo PRR que estava disseminada pelo Rio Grande do Sul. Esta foi a primeira conclusão a que chegamos. Entretanto, logo percebemos a necessidade

⁴¹⁷ Para a elaboração do mapa representado foi necessário atualizar os nomes dos municípios. Alguns locais, entretanto, não foram identificados pelo software.

de relativizá-la. Afinal, escrever ao chefe republicano por si só não pode ser tomado como indicativo de apoio político, mesmo que este fosse manifestado nas missivas.

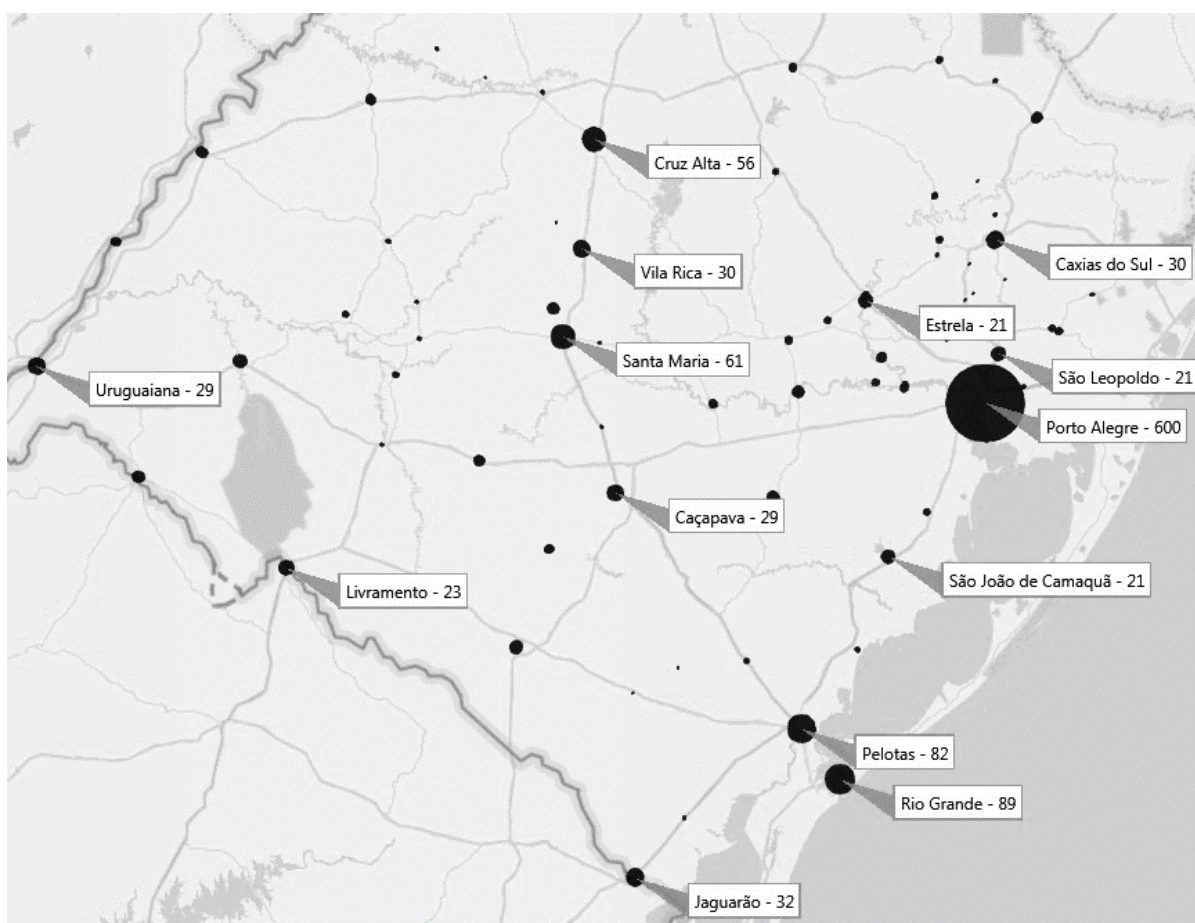
Além do mais, ao fazer o levantamento dos remetentes desta correspondência, verificamos que nas 1554 missivas somam-se 1235 diferentes nomes (isto excetuando os remetentes institucionais como comissão executiva municipal, câmara municipal, clube republicano ou alguma empresa e aqueles ilegíveis).⁴¹⁸ Este elevado número se deve ao fato de que a maior parte dos missivistas escreveu apenas uma ou duas vezes, ou seja, não mantinham correspondência com o chefe republicano.⁴¹⁹

Se o quadro e o mapa acima não atestam a existência de apoio ao PRR, por outro lado, podem oferecer indicativos acerca da importância política e econômica de algumas regiões. O mapa abaixo, por sua vez, destaca os locais de onde partiram mais correspondência. O critério utilizado foi o de destacar apenas os locais em que há registro de mais de vinte cartas, telegramas ou bilhetes ao longo de todo o período (1890-1903). O ponto de corte visou restringir, para fins de análise, o grupo de municípios campeões de missivas. Assim, são 14 os locais destacados:

⁴¹⁸ Este número está longe de ser exato visto que em alguns casos não foi possível decifrar a assinatura do remetente; e, em outras, o remetente não se identificou, assinando apenas como “um por todos” e, em outra, como “um republicano”. Ocorre também que a inexatidão em relação ao número de remetentes se deve aos homônimos ou mesmo à modos distintos de assinar diferentes missivas, o que pode ter dificultado a correta identificação.

⁴¹⁹ Dados mais específicos sobre o número de remetentes e de missivas enviadas por cada remetente serão especificados mais adiante.

Figura 10 – Densidade da correspondência passiva de Castilhos com destaque para localidades com maior número de missivas enviadas (1890-1903)



Fonte: Mapa elaborado com software *PowerMap (Excel for Windows)* a partir de dados da correspondência passiva de Júlio de Castilhos (AHRs, APJC).

Porto Alegre, capital do estado e, portanto, local onde as questões políticas estaduais eram tratadas, soma, no período, 600 missivas. São 137 remetentes distintos que escreveram de Porto Alegre. Há de se considerar que alguns, ao terem escrito, estão apenas de passagem pela capital do estado. É o caso de Firmino de Paula e Silva. Ocupante do cargo de subchefe da segunda região, Firmino escrevia a Castilhos a 13 de outubro de 1900, para marcar uma reunião com o chefe, a quem chamava de “primo e amigo”. De passagem em Porto Alegre, havia se hospedado em uma pensão na rua Jerônimo Coelho e avisava que “Aqui [na pensão] ou em Palácio receberei suas ordens, se quiser que eu vá hoje”.⁴²⁰

⁴²⁰ Carta de Firmino de Paula e Silva a Júlio de Castilhos. [Porto Alegre], 13 de outubro de 1900. Localização: AHRs, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 9: Firmino de Paula e Silva – Correspondência Enviada, Caixa 3, Maço 12, Doc. 14.

Outros escrevem de locais distintos, dado que deixavam seus locais de origem para atuarem na política estadual ou federal. É este o caso de Arthur Pinto da Rocha. A maior parte das cartas e telegramas que enviou a Castilhos foram emitidas do Rio de Janeiro.⁴²¹ Entretanto, algumas também partiram de Rio Grande e Porto Alegre. Natural de Rio Grande, Pinto da Rocha inseriu-se mais ativamente no universo político após a instalação da República. Isto porque, depois de anos residindo em Portugal, onde se bacharelou em Direito pela Universidade de Coimbra, retornou ao Rio Grande do Sul em 1891. Militando no PRR, em 1894 foi eleito à Assembleia Legislativa Estadual e à Câmara Federal por três mandatos, entre 1894 e 1903. Foi essa atuação distinta que explica a diversidade de locais de origem de sua correspondência.

As missivas originárias de todos os locais destacados no mapa centram-se, em grande maioria, em questões políticas, pedidos de favores, parabenizações ao chefe. Entretanto, algumas especificidades podem ser observadas. As missivas de Rio Grande revelam a importância não só política como econômica da região. Tratativas relacionadas ao porto e à alfândega não são incomuns. Nas missivas de Pelotas fica evidenciada a centralidade política do município. Dela escreviam indivíduos responsáveis pela política de outros municípios próximos como Piratini, São Lourenço, Herval, Jaguarão e Santa Vitória do Palmar. No conjunto de missivas que chegava da região central do estado – Santa Maria, Cruz Alta e Vila Rica – ficam evidenciadas as ligações pessoais de longa data existentes entre Castilhos e muitos dos remetentes. Afinal, era essa a região de onde Castilhos provinha. Há, ainda, a especificidade da região da fronteira com o Uruguai (Uruguaiana, Quaraí e Livramento), causada especialmente pela movimentação dos federalistas. Outros locais de destaque no mapa são aqueles com a presença de imigrantes germânicos e italianos (São Leopoldo e Caxias). A grande quantidade de missivas com conteúdo relacionado à política local demonstra o quão centrais essas localidades eram para o PRR, sobretudo porque concentravam grande quantidade de votos.⁴²²

Se tais missivas não podem ser tomadas como evidência da disseminação de uma rede de apoio ao PRR e, especialmente a Castilhos, resta indagar o conteúdo destas cartas, bilhetes e telegramas. Pode-se afirmar, de antemão, que os remetentes não podem ser tomados como um grupo homogêneo. Tratava-se de indivíduos bastante distintos e sua relação com o chefe

⁴²¹ Estas não foram contabilizadas por não terem sido enviadas do Rio Grande do Sul, foco da análise deste capítulo.

⁴²² O decreto da grande naturalização do início da República ampliou o número de eleitores existentes na região de imigração. Além disso, o dispositivo que excluía analfabetos da participação eleitoral teve menores efeitos sobre a população dessas regiões, dado o percentual maior de alfabetizados. Conforme dados do Censo de 1890, apresentados por Love (1975, p. 59), enquanto 84% dos habitantes de São Borja eram analfabetos, em São Leopoldo, “a principal colônia alemã”, o percentual não chegava a 55%.

republicano era, por consequência, também muito variada. A tabela abaixo relaciona o número de missivas enviada por cada remetente e nela fica evidente essa diferenciação.

Tabela 4 – Número de missivas enviadas pelos remetentes (1890-1903)

Missivas	Nº de remetentes	Remetentes em %
Apenas uma	991	79,9
Apenas duas	138	11,1
De 3 a 5	76	6,2
De 6 a 10	19	1,5
De 11 a 20	9	0,7
De 21 a 30	4	0,3
De 31 a 40	1	0,1
De 41 a 100	0	0,0
Mais de 100	2	0,2
Total	1240	100

Fonte: Correspondência passiva de Júlio de Castilhos (AHRs, APJC).

De todos os missivistas contabilizados, apenas dois indivíduos escreviam constantemente a Castilhos, visto que somam mais de cem cartas, bilhetes ou telegramas. Eles eram os já citados Evaristo Teixeira do Amaral (199 missivas) e Cherubim da Costa (133 missivas). Tratava-se, nos dois casos, de lideranças do PRR que atuavam muito próximo de Castilhos, convivendo com o chefe e participando das decisões políticas.

Evaristo Teixeira do Amaral Júnior era membro do PRR desde o período da propaganda. Depois da Proclamação, foi eleito deputado da Constituinte Estadual e, por toda década de 1890, atuou como deputado estadual. Foi também redator e gerente do jornal *A Federação*, o que motivou muitas de suas missivas a Júlio.⁴²³

Cherubim da Costa, por sua vez, foi de 1897 a 1904, chefe de polícia do estado (PENNA; GRAEBIN, 2010). Foi também diretor do Ginásio do Rio Grande do Sul, escola fundada em março de 1900.⁴²⁴ A maior parte da correspondência de Cherubim Costa com Castilhos se concentra nos anos de 1900 e 1901.

O terceiro maior remetente foi José Montauray de Aguiar Leitão. Nascido no Rio de Janeiro e formado em engenharia pela Escola Politécnica, transferiu-se ao Rio Grande do Sul como funcionário da Comissão de Terras e Estabelecimento de Imigrantes (BAKOS, 1998).

⁴²³ Dados biográficos de Evaristo Teixeira do Amaral Júnior ver SILVA, 2015.

⁴²⁴ Mais tarde o Ginásio se tornou o Instituto Júlio de Castilhos (1923) e, anos após, o Colégio Estadual Júlio de Castilhos (1942). Sobre O Ginásio do Rio Grande do Sul e o Colégio Júlio de Castilhos ver LIMA; LEDUR, 2000.

Aproximou-se dos republicanos sul-rio-grandenses e teve, a partir da década de 1890, grande atuação na política estadual. Por indicação de Castilhos foi eleito intendente da capital, Porto Alegre, em 1896, permanecendo no cargo de 1897 até 1924.⁴²⁵

Note-se que estes três grandes remetentes eram convidados por Castilhos para frequentar a Fazenda da Figueira, tanto para reuniões de conteúdo estritamente político, quanto para os encontros de lazer, realizados aos domingos, nos quais não deixavam de tratar de questões políticas. Na carta de Castilhos a Aurélio, de 12 de janeiro de 1901, por exemplo, ele recomenda ao secretário: “Não sei se desejas passear amanhã à Figueira. Caso afirmativo, debes convidar os amigos habitués: Evaristo, Marcos, Cherubim e Marsicano. Se o Montaury quiser, poderá vir também. O Evaristo e o Cherubim podem trazer os filhinhos, a convite do Honório e Edmundo”.⁴²⁶

Percebe-se, portanto, que se tratam de importantes figuras no âmbito da política estadual e é muito provável, apesar de não dispormos de grande parte da correspondência ativa de Castilhos, que suas cartas eram respondidas pelo chefe. O mesmo é possível supor em relação aos remetentes de mais de vinte cartas. São eles, respectivamente: Ramiro de Oliveira e Luiz Gonzaga de Azevedo, autores de 25 missivas cada um; Firmino de Paula e Silva, que enviou 24 missivas; e, José Cândido de Campos Júnior, autor de 21 escritos. Eles também tinham peso político importante, atuando em prol do PRR em seu município ou na região, englobando diversos municípios.

Ramiro de Oliveira foi chefe republicano em Santa Maria. Negociante⁴²⁷, escrevia com maior frequência a Castilhos para relatar a situação política local e de municípios próximos. Luiz Gonzaga de Azevedo, por sua vez, foi chefe político de Vila Rica sendo que, em 1896, se tornou intendente do município. Ambos atuavam na política de uma região que era extremamente cara a Castilhos, visto ser ele dela originário.

Firmino de Paula e Silva era mais do que correligionário. Ele era parente de Castilhos⁴²⁸, chefe do partido em Santo Ângelo, onde também foi intendente (1892-1896). Depois de ter participado com destaque na Revolução Federalista, Firmino se tornou subchefe de polícia, cargo que lhe garantiu controle sobre a região do centro do Estado. Tornou-se também chefe regional ao ser alçado ao cargo de subdelegado.

⁴²⁵ Sobre Montaury de Aguiar leitão ver BAKOS, 1998.

⁴²⁶ Honório e Edmundo são os filhos de Castilhos. Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 12 de janeiro de 1901. Localização: AHRS, APAVB, Maço 6, doc. 474.

⁴²⁷ O Jornal A Federação refere-se a Ramiro de Oliveira como “negociante”. Ver: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano IV, n. 92, p. 1, 25 abril 1887. Localização: BNDigital.

⁴²⁸ Ver Árvore Genealógica: Descendência de Antônia Maria de Bittencourt e Manoel da Silva Jorge (Anexo A).

Por fim, o sétimo maior remetente era José Cândido dos Campos Júnior, intendente de Caxias do Sul. Como Caxias foi município fundado em plena República (1890) é compreensível que as questões políticas fossem bastante prementes e resultassem em intensa correspondência, despertando o interesse de Castilhos. Na correspondência trocada entre Castilhos e Aurélio de Bittencourt é possível encontrar diversas referências às questões de Caxias e ao intendente Campos Júnior.⁴²⁹

A quantidade significativa de missivas que enviaram sugere a existência de um fluxo de correspondência entre eles e Castilhos. Apesar das especificidades locais das questões tratadas com o chefe, especialmente nos casos dos intendentes municipais, em comum, as missivas tratam de questões políticas como eleições, comportamento de oposições e ocupação de cargos públicos, sendo estes assuntos de interesse imediato de Castilhos como chefe do partido.

Deve-se levar em conta, entretanto, que não estar entre o grupo de maiores remetentes não significava não ser personagem importante da política estadual. Muitas cartas podem não ter sido preservadas, pelos mais diferentes motivos. Além disso, muitos eram os que se comunicavam com Castilhos por outro meio que não a escrita, ou seja, reuniam-se pessoalmente com o chefe. Veja-se, por exemplo, os irmãos Abbot, Fernando e João. Ambos tiveram papel essencial na política no Rio Grande do Sul. O número de missivas que enviaram a Castilhos constante no APJC, entretanto, é bastante diminuto. Para todo o período constam apenas oito missivas de Fernando Abbott⁴³⁰ e cinco de João Abbott⁴³¹.

Ao consultar a documentação composta por missivas de Castilhos a Aurélio de Bittencourt, porém, é possível encontrar referências de que os Abbot frequentavam a Chácara da Figueira e realizavam reuniões com Castilhos. A 28 de dezembro de 1900, Júlio escreveu ao secretário: “Ciente das tuas duas cartas de ontem, a última das quais foi recebida quando aqui

⁴²⁹ Há de se considerar também que a área colonial, tanto alemã quanto italiana, assumiu, na República, maior protagonismo, chamando a atenção das lideranças como Castilhos. Conforme demonstra Gertz (2010), nos anos iniciais surgiram partidos ligados a essas áreas como o Partido do Centro e o Partido Colonial.

⁴³⁰ Fernando Abbott era médico. Membro do PRR desde a década de 1880, foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte em 1890. Foi presidente do estado em 1891, tendo exercido, durante a década de 1890, mandatos como deputado estadual e deputado federal. Entre 1894 e 1897 assumiu o cargo de ministro plenipotenciário na Argentina. Depois de romper com Borges de Medeiros em 1906, candidatou-se à presidência do estado em 1907, concorrendo com Carlos Barbosa Gonçalves, candidato governista vencedor do pleito. Dados biográficos ver em: NOLL, 2015a.

⁴³¹ O médico João Abbott, irmão de Fernando, adentrou no PRR ainda no tempo da propaganda. Instalada a República, foi eleito em 1891 deputado à Assembleia Constituinte Estadual. Em 1895 assumiu a Secretaria estadual do Interior e Exterior, durante o governo de Castilhos. Depois da morte de Castilhos foi ainda eleito deputado federal. Dados biográficos sobre João Abbott ver: SILVA, 2015b.

estava o João Abbott, que se retirou à noite, depois de muito conversarmos agradavelmente sobre diversos assuntos”⁴³².

Apesar dos sete maiores remetentes não representarem sequer 1% do total dos missivistas, eles são responsáveis por pouco mais de 30% da correspondência (468 das 1554) que tem por origem algum local do Rio Grande do Sul e que se encontra no APJC. O restante – 1086 cartas, telegramas e bilhetes (70%) – foi enviada por 1233 indivíduos (que representam mais de 99% do total de missivistas). E este grupo que enviou poucas missivas é bastante heterogêneo. Nele é possível encontrar nomes centrais da política estadual como Borges de Medeiros, os irmãos Abbott, os irmãos Pinheiro Machado (José Gomes e Salvador) e Artur Pinto da Rocha, entre muitos outros. Também há inúmeros indivíduos que atuavam ativamente na política municipal, como é o caso de Piratinino de Almeida, Carlos Haag e Paulino Inácio Teixeira.

Há também, nesta lista, mais de mil nomes diferentes os quais não foi possível identificar. Eles escreveram apenas uma ou duas vezes a Castilhos e, em seus escritos, é possível perceber que não possuíam uma relação pessoal direta com o destinatário. É ainda provável que Castilhos sequer lhes respondia. Diferentemente dos maiores missivistas, é provável que estes não se correspondiam com Castilhos, ou seja, não havia um fluxo de cartas entre eles e o chefe republicano. Apenas tentavam um contato com um objetivo bastante específico. Normalmente escreviam em busca de algum favor.

Muitas dessas missivas iniciavam com uma autoapresentação do remetente – base para pensarmos que eram efetivamente desconhecidos para Castilhos. Em seguida, eram redigidos os pedidos e suas justificativas. Observe-se, por exemplo, a missiva de Antônio Joaquim da Silva Neto, escrita em 13 de setembro de 1892. Nela o remetente relata que está respondendo pelo crime de deserção. Segundo afirma, abandonou o Exército para se juntar às forças republicanas na Revolução de 1892. Visto os motivos de sua deserção, extremamente ligados às questões republicanas, pedia a proteção de Castilhos. Observe-se, no trecho abaixo transcrito, que o autor da carta inicia se apresentando e afirmando que Castilhos não o conhecia. Seguindo o relato do ocorrido para então pedir a proteção de Castilhos, justificando o motivo pelo qual deveria ser atendido. Escreveu Antônio Joaquim da Silva Neto:

Ilustre Cidadão Dr. Júlio de Castilhos
Cumprimento respeitavelmente a Vossa Senhoria e a Excelentíssima família.

⁴³² Carta de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 28 de dezembro de 1900. Localização: AHRS, APAVB, Maço 5, doc. 456.

Intemerato chefe, **quem tem a honra de dirigir estas linhas a Vossa Excelência talvez não seja por Vossa Excelência conhecido**, em todo o caso devo dizer que sou segundo Cadete do Exército pertencente ao 30º Batalhão de Infantaria, e que no cumprimento de um dever sagrado saí da Colônia Maior do Alto Uruguai, onde me achava destacado para me juntar às briosas forças do ilustre Dr. Pinheiro Machado, **afim de auxiliar a gloriosa Revolução de 17 de Junho que restaurou a legalidade**, levando Vossa Excelência ao cargo, que legalmente lhe competia, por que Vossa Excelência representa a opinião deste heroico Estado. [...]

Ilustre Chefe, é confiando no prestígio de Vossa Excelência **que eu imploro a vossa valiosa proteção, para não deixar que um admirador, um republicano e um pai de família seja sacrificado no seu futuro**, principalmente quando ainda puder prestar melhores serviços à República e ao partido que tem como chefe a Vossa Excelência, partido este que eu tanto tenho defendido na medida de minhas forças naquele Colônia onde me achava destacado.⁴³³

Vê-se, pelo teor da carta, que o pedido de Silva Neto se assentava em uma questão política. O crime que cometeu, de deserção, estava diretamente ligado ao seu engajamento político à causa castilhista nas disputas ocorridas em 1892. Restituído Castilhos ao poder, era a ele que recorria, esperando obter a reciprocidade desejada. Para além da questão pessoal do pedido, um aspecto dessa correspondência nos chama a atenção. O remetente busca proteção de Castilhos, demonstrando saber que o julgamento por seu crime não estava na alçada do poder Executivo estadual. O Exército estava diretamente subordinado ao Ministério da Guerra, mas Silva Neto confiava que Castilhos poderia intervir a seu favor nesta instância superior.

Silva Neto não estava tão equivocado. A ingerência do poder Executivo estadual, e especialmente de Castilhos, em outras instâncias não era incomum. Segundo Angélica Ricci Camargo, a lei nº 23, de 30 de outubro de 1891, determinou que “competiam ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores todos os assuntos relativos à administração da justiça federal e à Guarda Nacional em todo o país, à justiça local, Polícia e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal [...]” entre outros (2015, p. 12). Entretanto, como é possível observar na correspondência de Castilhos, muitas das nomeações e a organização dos quadros da Guarda Nacional no estado partiram de indicações do chefe estadual. Para isso, recorria a senadores e deputados castilhistas que estavam no Rio de Janeiro e que tinham acesso aos ministérios e ao próprio presidente da República.

Em outubro de 1899, Castilhos escreveu ao senador Pinheiro Machado pedindo “vosso empenho promoção major Octavio Carlos Pinto, caso seja decretada criação quadro

⁴³³ Carta de Antônio Joaquim da Silva [ilegível] Neto a Júlio de Castilhos. Porto Alegre, 13 de setembro de 1892. AHRN, APJC, Série 4: Cargos, provimentos e Solicitações, Subsérie 1: Recebidos, Caixa 4, Maço 17, doc. 33. Grifos nossos.

extraordinário proposto [ao] Congresso pelo Presidente”. No mesmo telegrama, pedia urgência nas nomeações da Guarda Nacional: “Urge ativeis nomeações guarda nacional Porto Alegre, conforme extensa proposta enviamos intermédio Possidônio. Assunto exige presteza, visto aproximações eleições federais. Devemos satisfazer amigos contemplados nova organização”.⁴³⁴ Percebe-se, inclusive, que o controle de tais nomeações era utilizado para fins políticos.

Quase um ano depois, Júlio escreveu a Vitorino Monteiro, deputado federal pelo Rio Grande do Sul, pedindo que garantisse, junto ao governo federal, a nomeação de Francisco José Sinch, já que Pedro Porto, “recentemente nomeado tenente coronel comandante do 2º regimento da 1ª brigada cavalaria guarda nacional de Porto Alegre” havia falecido.⁴³⁵

Além da correspondência pautada na procura de favores, havia, ainda, aqueles que escreviam para parabenizar Castilhos em algumas datas especiais. Três foram os momentos que geraram um grande número de missivas com este objetivo: o aniversário de Castilhos; o aniversário de restauração do poder castilhista no estado, rememorando a derrota do *governicho* em 1892; e o fim da administração de Castilhos à frente do Executivo estadual, em 1898. Assim, por exemplo, entre 23 e 30 de janeiro de 1898, Castilhos recebeu 54 missivas que o parabenizavam pela gestão à frente do governo estadual, visto que estava deixando o cargo de presidente do Estado. No ano de 1900, em 29 de julho, foram enviados, de diferentes localidades do Rio Grande do Sul, pelo menos 84 telegramas com parabenizações.

Essas missivas tinham os mais variados remetentes, abarcando desde companheiros de partido, amigos mais íntimos e chefes políticos municipais, até indivíduos que se autodefiniam admiradores e republicanos. Muitas dessas missivas eram assinadas de forma coletiva (o que também explica o grande número de remetentes que contabilizamos) ou representando algum órgão administrativo (Câmara Municipal ou Intendência) ou republicano (clube ou executiva municipal). Hilário Teixeira de Mello, por exemplo, enviou um telegrama de Jaguarão, a 25 de janeiro de 1898, em “nome dos funcionários da mesa de rendas estadual” felicitando pelo “momento deixardes governo, no qual vos cobristes de glória”.⁴³⁶ De Montenegro, em 17 de junho de 1900, um telegrama foi enviado em nome de oito indivíduos que se autoproclamavam

⁴³⁴ Minuta de telegrama escrita por Júlio de Castilhos a José Gomes Pinheiro Machado. Sem local, 7 de outubro de 1899. Localização: IHGRS, FBM, Doc. 30388.

⁴³⁵ Minuta escrita por Júlio de Castilhos para ser enviada por Aurélio Viríssimo de Castilhos ao deputado Vitorino Monteiro, no Rio de Janeiro. Sem local, 27 de setembro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Subsérie 3: Correspondência Enviada por Aurélio Viríssimo de Bittencourt em nome de Júlio de Castilhos, Caixa 16, Maço 74, Doc. 649.

⁴³⁶ Telegrama de Hilário Teixeira de Mello a Júlio de Castilhos. Jaguarão, 25 de janeiro de 1898. Localização: AHRS, APJC, Série 7: Telegramas, Subsérie 1: Recebidos, Caixa 6, Maço 24, doc. 148.

“correligionários”. No texto do telegrama constava: “Recebei entusiásticas felicitações nossos dedicados correligionários pela grande data de hoje que relembra restabelecimento legalidade e exprime pagina gloriosa civismo riograndense”.⁴³⁷

Como se percebe, o conjunto de missivistas estava longe de formar um todo homogêneo. Insistimos neste aspecto porque, ao não considerar a variedade dos remetentes estes poderiam ser agrupados sob um mesmo signo e, assim, perderíamos a riqueza do cenário político daquele momento inicial da República. Note-se, por exemplo, que foi isso que ocorreu quando da organização do APJC. A Série 8 deste Arquivo Particular é denominada de “Correligionários”, englobando 1259 missivas que, pelo simples fato de escreverem (nem que fosse apenas uma vez) a Castilhos e se autodenominarem republicanos, admiradores, amigos ou correligionários, acabaram por ser agrupados todos nessa mesma categoria – “correligionários”.⁴³⁸

Em relação à questão da autodenominação, é preciso ter alguns cuidados. Elas não podem ser entendidas como sinônimo da relação que cada indivíduo mantinha com Castilhos. Mais uma vez, é preciso preservar a diversidade característica dos remetentes. Richard Graham (1997) e José Murilo de Carvalho (2000) já chamaram a atenção para o significado alternativo que a autodenominação “amigo” poderia ter em missivas enviadas a chefes políticos.⁴³⁹ Segundo Graham, seu uso poderia implicar “troca de favores, e não necessariamente intimidade ou profundos sentimentos compartilhados” (1997, p. 304). No mesmo sentido argumenta Carvalho, ao afirmar ser esta “a qualificação julgada mais adequada para efeito de se conseguir o favor” (2000, p. 106). É da mesma forma que podem ser compreendidas outras autodenominações como “admirador”, “patrício” e “correligionário”.

No caso das missivas que analisamos, nem todas se referem a pedidos de favores. Sendo assim, é preciso considerar as múltiplas acepções que tais autodefinições poderiam ter, de acordo com o remetente e o tema da missiva. Desta maneira, o sentido de Assis Brasil se definir como amigo e correligionário de Castilhos era certamente distinto de um chefe local que

⁴³⁷ Telegrama de Alvaro Moraes, Frederico Lambert, Alberto Gottselig, Victor Silva, Felisberto P. Sousa Birnfeld, Albano Coelho, Francisco Varela e Dario Moraes a Júlio de Castilhos. Montenegro, 17 de junho de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 7: Telegramas, Subsérie 1: Recebidos, Caixa 6, Maço 25, doc. 221.

⁴³⁸ A Série em questão engloba apenas cartas e bilhetes. Os telegramas estão agrupados na Série 7, intitulada Telegramas. Assim, um mesmo indivíduo que tenha enviado uma carta e um telegrama teve suas missivas separadas em duas séries distintas. Há ainda outras cartas, de natureza semelhante, reunidas na Série 4: Cargos, Provisões e Solicitações. Nesta série constam mais 103 missivas enviadas de algum local do Rio Grande do Sul a Castilhos. Este problema certamente foi causado pela característica do arranjo documental realizado pelo Arquivo. Como as fontes foram recebidas sem que houvesse uma ordem original, o Arquivo agrupou as fontes seguindo seus critérios. Sobre a organização do fundo documental do APJC ver PENNA; GRAEBIN, 2009.

⁴³⁹ José Murilo de Carvalho, ao analisar as cartas com pedidos de favor escritas a Rui Barbosa aponta que muitos missivista se autodefiniam “amigo”. Segundo Carvalho, a “amizade é relação de mão dupla” de modo que se autodefinir amigo era uma maneira de “constranger” Rui Barbosa “a uma relação de amizade” e assim, conseguir o favor desejado (CARVALHO, 2000, p. 106).

buscava corresponder-se com Castilhos para tratar de questões da política municipal e utilizava na sua missiva as mesmas autodefinições; ou então de um pedinte que, em todo período, escreveu apenas uma vez ao chefe republicano em busca de favor.

“Criado” e “servo” são termos comuns de serem encontrados nas missivas dos que denominamos de “desconhecidos”. Mas, os mesmos termos, ainda que de forma menos recorrente, podem ser encontrados em missivas de chefes municipais, que tinham maior contato com Castilhos e desejavam demonstrar, através do uso dessas palavras, certa submissão e reconhecimento da autoridade do chefe. Considerando que esses chefes municipais assumissem o papel de cliente em uma relação clientelista com Castilhos, usavam os termos para demonstrarem o reconhecimento da condição de patrão que Castilhos exercia, incluindo-o assim em uma relação que previa lealdade e troca de favores.

Chegamos, assim, em um ponto central da discussão acerca da construção da liderança de Castilhos e que pode ter sido também na de tantos outros republicanos. A questão da permanência do clientelismo como prática política após a proclamação da República. Como à veremos, a prática se manteve, mas concomitante a outras práticas que visavam atender as formalidades de um Estado em construção que buscava por legitimidade.

4.2 “muito vos agradeceríamos a nomeação de nosso prestante amigo”: Júlio de Castilhos, o clientelismo e a legalidade do regime republicano

Na sessão de 20 de novembro de 1885 da Assembleia Legislativa Provincial, quando os deputados discutiam um projeto de reforma da polícia, Joaquim Francisco de Assis Brasil, único representante republicano eleito, questionava por que só naquele momento os liberais, que dominavam a Assembleia Provincial, apresentavam tal projeto. Para ele o motivo era muito claro: como antes ocupavam o poder, não tinham interesse em fazer tal reforma. Na acusação feita por Assis Brasil, a crítica referia-se ao uso de cargos como moeda eleitoral:

Ninguém será tão ingênuo que não compreenda as razões ocultas de uma coisa tão simples como esta: não convinha – confessemos a verdade – não convinha ao partido [Liberal] que ocupava o poder e repartia as graças acabar com os oficiais de polícia, abrir mão desse poderoso elemento de arranjos eleitorais.⁴⁴⁰

⁴⁴⁰ ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de. Discurso na Sessão de 20 de novembro de 1885. Apud PICCOLO, 1998, p. 503.

A acusação de Assis Brasil aos liberais, de que usavam cargos como uma moeda de troca no jogo político é muito parecida com a crítica presente no editorial do dia 26 de maio de 1884 do jornal republicano *A Federação*, que naquele momento contava com Júlio de Castilhos como diretor de redação. O editorial, intitulado “Desprestígio da auctoridade”, fazia uma crítica veemente ao sistema de nomeações de cargos públicos no Brasil pelo governo do Império, acusando que “servem-lhes de unico criterio a protecção de que dispõe o pretendente, ou os serviços politicos por elle prestados ou que poderá vir a prestar no exercicio do cargo”. Ainda segundo a coluna, as nomeações seriam feitas por “Favoritismo ou conveniencia partidária”.⁴⁴¹ No entanto, a prática política descrita acima, a qual foi condenada nos discursos parlamentares e na imprensa republicana não foi inteiramente abandonada pelo PRR.

A oito de abril de 1893, Cândido Propício Ribeiro escreveu de Rio Grande, sua única carta ao chefe republicano. Em uma missiva que ocupava pouco mais de duas páginas, ele se apresentava, informando que estava “servindo como carteiro de 2ª Classe no correio d’esta cidade” e que “o ordenado é pequeno, é verdade, mas vai dando para passar com minha família embora seja com mil privações”. Seguiu-se então, a motivação de sua escrita: “desejando porém, prestar-vos melhores serviços do que presto aqui e não podendo mostrar os meus ardentes desejos sem perceber ordenado embora igual ao que percebo aqui, venho pedir-vos uma colocação na Brigada Policial”. Depois de indicar o nome de “Ilustres Cidadãos” com os quais Castilhos poderia, na capital, obter mais informações sobre os serviços que prestara, Ribeiro encerrava sua carta afirmando: “não sou um aventureiro e sim um republicano e que desejo por vós derramar o sangue se for preciso”.⁴⁴²

A carta de Cândido Ribeiro é muito semelhante àquela enviada por Antônio Joaquim da Silva Neto alguns meses antes – a 13 de setembro de 1892 – a que nos referimos anteriormente. Missivas como estas são comuns de serem encontradas do APJC. O mote delas era fazer pedidos de favor ao chefe republicano. Havia duas maneiras de fazê-los. Uma se dava por vias formais, a partir de requerimentos encaminhados a alguma repartição do Estado.⁴⁴³ Outra forma era por vias informais, encaminhando pedidos de favor a alguma liderança que, pela posição política que ocupava, poderia conceder o desejado. Na definição de Carl Landé (1977), um “favor é

⁴⁴¹ CASTILHOS, Júlio. Desprestígio da autoridade. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano I, n. 120, p. 1, 26 maio 1884. Localização: BNDigital.

⁴⁴² Carta de Candido Propício Ribeiro a Júlio de Castilhos. Rio Grande, 08 de abril de 1893. Localização: AHRS, APJC, Série 4, Subsérie 1, caixa 4, maço 17, doc. 38.

⁴⁴³ É importante lembrar que existiam vias formais de realizar pedidos diretamente ao governo. Prova disso são os inúmeros requerimentos que podem ser encontrados junto à documentação governamental de séculos de administração.

algo recebido em termos mais vantajosos do que aqueles que podem ser obtidos por qualquer um ad hoc no mercado, ou que de maneira alguma podem ser obtidos no mercado”.⁴⁴⁴

Assim, o que encontramos no APJC são pedidos realizados diretamente ao chefe do partido, e não a uma repartição estatal ou agente administrativo, e que previam obter algo, normalmente cargo ou promoção, de maneira vantajosa. Provavelmente, tais pedidos não eram alcançados, ou não eram atendidos de modo mais imediato, se fossem realizados por vias formais. A escrita de missivas para fazer pedidos de favores por vias informais não é, certamente, uma novidade republicana. Richard Graham (1997) demonstrou que esta era uma prática corrente no Brasil monárquico. Em *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*, o brasilianista analisou 577 cartas recebidas por quatro políticos do Segundo Reinado. Essas cartas continham pedidos que, na grande maioria, eram em benefício de algum terceiro e não do próprio remetente.⁴⁴⁵ José Murilo de Carvalho (2000), por sua vez, demonstrou que esta prática se manteve após a instalação da República. O autor analisou um total de 1013 cartas com pedidos enviadas ao Ministro da Fazenda Rui Barbosa. Tanto para Graham quanto para Carvalho, o clientelismo era uma prática política. Carvalho concluiu que a correspondência e a análise dos pedidos a Rui Barbosa atestam o “enraizamento social do clientelismo político”, existente no Império e que se manteve na República. Em suas palavras, “houve perfeita continuidade entre o antigo e o novo regime no que se refere à abrangência da prática clientelista” (CARVALHO, 2000, p. 111).⁴⁴⁶

Tanto as missivas analisadas por Graham e Carvalho, quanto as que analisamos do APJC, são de caráter informal e se pautam em pedidos de favor (considerando a definição de favor de Landé). Entretanto, diferente de Graham e Carvalho que, nos trabalhos referidos, trataram apenas das cartas contendo pedidos, o universo de escritos que analisamos é mais amplo e o foco de nosso interesse não foram apenas os pedidos. Assim sendo, não contabilizamos em quantas missivas recebidas por Castilhos durante o período em análise havia pedidos de favores, até porque optamos por não categorizar as missivas por temas.

Essa opção deu-se, primeiramente, em função das dificuldades impostas pelos vários temas que se faziam presentes em uma só missiva. Deve-se lembrar, neste sentido, que a escrita

⁴⁴⁴ Todas as citações que apresentamos do texto de Landé em língua portuguesa foram transcritas de tradução realizada para fins didáticos. No original: “A favor is something received on terms more advantageous than those that can be obtained by anyone on ad hoc basis in the market place, or which cannot be obtained in the market place at all” (LANDÉ, 1977, p. XIV).

⁴⁴⁵ Para maior detalhes da análise das cartas empreendida por Graham ver o capítulo 8 (Padrões Clientelísticos) de sua obra (GRAHAM, 1997, p. 271-300).

⁴⁴⁶ Carvalho assinala a existência de outros trabalhos dedicados à análise de pedidos feitos a políticos através de missivas. Cita o trabalho de Elisa Pereira Reis (1990), Luciana Quillet Heymann (1997a), além do já citado trabalho de Graham (1997).

era, naquele período, um importante meio de comunicação de modo que, ao escrever, um indivíduo tratava de diversas questões. Veja-se, por exemplo, o caso da missiva enviada de Palma (RS) por Luiz Gonzaga de Azevedo, em dezembro de 1896.

Nela Azevedo trata de diversos assuntos. Informa Castilhos sobre a situação política local; pede proteção a um sobrinho, envolvido em um crime em São Leopoldo; trata da nomeação de suplentes de juízes distritais, indicando a Castilhos nomes; informa que tem se dedicado a trabalhar para as eleições próximas e, ainda, trata das instruções para as eleições que espera serem enviadas por Castilhos.⁴⁴⁷ Como se percebe, temas como felicitações, política local, eleições e pedidos podiam estar presentes em uma só missiva.

A segunda razão, e talvez a que deva ser considerada com mais atenção, se deve ao fato de que as missivas trabalhadas não podem ser agrupadas como se fosse um conjunto homogêneo. Isto porque os missivistas, inclusive aqueles que escreviam para fazer pedidos, eram bastante distintos, como já demonstramos. Podemos encontrar desde membros da Executiva Estadual do PRR, intendentes municipais e chefes políticos com poder mais amplo (como é o caso de Firmino de Paula e Bento Porto) até indivíduos “desconhecidos”. Mesmo que todos eles estivessem escrevendo em busca de algum favor, suas missivas tinham um peso distinto para o destinatário. É provável que os primeiros (membros da Executiva, intendentes e outros chefes políticos) tivessem maiores chances de ter seus pedidos atendidos do que os “desconhecidos”, muitos dos quais, talvez, nunca obtiveram resposta de suas cartas.

Algumas vezes os pedidos eram feitos em benefício próprio, caso das duas cartas a que aludimos anteriormente. Outras vezes, eram feitas em favor de terceiros. Neste caso, os missivistas, na grande maioria das vezes, eram chefes locais, que atuavam no âmbito municipal e tinham por intenção favorecer algum conhecido. É o que se percebe na carta enviada por Conrado Müller de Campos, chefe político de Rio Grande, enviada em outubro de 1899.⁴⁴⁸ Conrado, então presidente da União Cívica Republicana, fazia inúmeros pedidos a Castilhos:

Há bastante tempo já tenho a intenção de dizer-vos que nosso distinto amigo Coronel Perry deseja um lugar de conferente na alfândega daqui, lugar que já exerce interinamente. Como conferente Amaral presume obter remoção para alfândega nessa Capital, peço-vos de fazer entrar Coronel Perry nessa vaga, o que importará em vagar o lugar de guarda-mor aqui.

Para esse lugar muito vos agradeceríamos a nomeação de nosso prestante amigo Coronel Constantino Xavier! Há, porém, aqui uma dificuldade: Constantino não é do “quadro” só podendo aproveitar-lhe uma reorganização,

⁴⁴⁷ Carta de Luiz Gonzaga de Azevedo a Júlio de Castilhos. Palma, 7 de dezembro de 1896. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 7, Maço 36, doc. 199.

⁴⁴⁸ Em 1901 Conrado Müller Campos aparece no jornal A Federação como Intendente de Pelotas. Ver: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano XVIII, n. 47, p. 2, 23 fevereiro 1901. Localização: BNDigital.

e essa a da alfândega daí. [...] Teríamos assim a vantagem dupla de servir a um bom amigo e de vos deixar vago o lugar de guarda-mor aí para o qual, decerto, tereis superior candidato.⁴⁴⁹

É este o caso, também, da carta enviada por Carlos Barbosa, em 1900:

Ilustre Amigo e Chefe Dr. Júlio de Castilhos
Cordeais saudações.

O cidadão Luiz Gabriel de Paiva, nosso companheiro, guarda da mesa de Rendas Federais, d'esta cidade, cargo esse que exerce há doze anos, deseja obter o lugar de porteiro da Alfândega de Sant'Ana, a instalar-se brevemente, e eu empenho-me com o velho amigo e chefe afim de que influa para que consiga ele a ambiciosiada [sic] nomeação. Antecipando meus agradecimentos me subscrevo o amigo de sempre.

Carlos Barbosa⁴⁵⁰

Para os chefes locais, conseguir algum favor a um terceiro significava favorecer os seus, mas também constituía uma demonstração de sua liderança a nível local, atestando o acesso que tinham às autoridades superiores, como já assinalou Graham (1997) ao tratar do período imperial brasileiro. Para as lideranças municipais, essa era uma maneira de consolidar-se a nível local. Muitas das missivas contendo pedidos de favores atestam a permanência do clientelismo como prática política na República, asseverando o que já assinalaram Graham (1997) e Carvalho (2000). Outras, entretanto, revelam que houve diferentes relações e práticas que permearam a construção do novo regime. Para identificá-las, é preciso evitar as generalizações que podem derivar da quantificação e atentar para a própria definição de *clientelismo*.⁴⁵¹

Segundo Carl Landé, a relação patrão-cliente constitui “uma aliança diádica vertical” uma vez que corresponde a “uma aliança entre duas pessoas de *status*, poder ou recursos desiguais que acham útil ter como um aliado alguém superior ou inferior a si mesmo” (LANDÉ, 1977, p. 20). Os vínculos entre patrão e cliente constituem, portanto, “estructuras verticales”, ou seja, os indivíduos envolvidos ocupam lugares distintos em uma estrutura social, política ou econômica (SCOTT, 1985, p.35).

⁴⁴⁹ Carta de Conrado Müller de Campos a Júlio de Castilhos. Rio Grande, 25 de outubro de 1899. Localização: AHRs, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 39, doc. 358.

⁴⁵⁰ Carta de Carlos Barbosa a Júlio de Castilhos. Jaguarão, 5 de janeiro de 1900. Localização: AHRs, APJC, Série 4: Cargos, Provimientos e Solicitações, Subsérie 1: Recebidos, Caixa 4, Maço 17, doc. 60.

⁴⁵¹ Um exemplo de quantificação que resulta em generalização tem-se na análise que Carvalho (2000) fez das cartas de Rui Barbosa. Segundo o autor, 40% da correspondência do Ministro da Fazenda (1013 cartas) se referia a pedidos de favores. Mesmo que o autor tenha observado que o grupo de pedintes era bastante diverso, concluiu que tais cartas atestavam a existência de uma “razão clientelista”, sendo os pedintes clientes do “patrão” Rui Barbosa. O autor não considerou, entretanto, que nem todos os pedintes poderiam ser “clientes” de Rui. Alguns, como é o caso do próprio presidente Deodoro da Fonseca, um dos “pedintes”, estabelecia com Barbosa uma relação distinta da de patrão-cliente, dado que a aliança estabelecida entre Barbosa e Fonseca pode ser caracterizada muito mais como horizontal do que vertical.

Para James Scott, a base da troca entre patrão e cliente “se origina y refleja en la disparidad de su riqueza, poder y status relativos” (SCOTT, 1985, p. 37). Esta desigualdade também é expressa por Landé, que especifica que “O membro superior de tal aliança é chamado de patrão e o membro inferior de cliente”, de modo que patrão e cliente nunca estão em igualdade de condições, um em relação ao outro (LANDÉ, 1977, p. 20).

É importante ressaltar que a relação clientelista é uma aliança, de modo que cada parte envolvida – patrão e cliente – adere a ela de forma voluntária.⁴⁵² Nem patrões nem clientes podem, portanto, ser constrangidos à obrigatoriedade da relação. Ambos aderem à relação em busca do atendimento de seus interesses, lembrando que, como destaca Landé (1977), os objetivos perseguidos por patrões e por clientes não são convergentes. O que garante a existência e sobrevivência da relação é o atendimento dos interesses das duas partes envolvidas, ou seja, tanto do patrão quanto do cliente.

Levar em conta essa definição é importante para que relações dessa natureza possam ser diferenciadas de outras. Ainda que em muitas cartas seja possível identificar pedidos e concessões de favores, nem sempre a relação é estabelecida entre desiguais. Carl Landé, tratando das relações diádicas, aponta que elas podem ser horizontais ou verticais.⁴⁵³ Ambas existiram, e adentraram o mundo da política, tanto no período republicano quanto anteriormente. Luiz Alberto Grijó assinalou para a necessidade de considerar, além dos laços verticais (patronagem/clientela), os laços horizontais, com indivíduos de “estatuto econômico,

⁴⁵² Ao destacar o voluntarismo como uma das características centrais da relação patrão-cliente, Scott (1985) destaca que não pode haver qualquer espécie de exploração do patrão em relação ao cliente. Para o autor, a exploração acaba com a legitimidade da relação clientelista. Carl Landé, por sua vez, tem um entendimento um pouco distinto. Landé aponta uma diferenciação fundamental entre relações clientelistas e aquelas pautadas na exploração. Segundo o cientista político, as relações clientelistas exigem que o patrão trate o cliente de forma equitativa e que se interesse pelo seu bem-estar, algo ausente na maior parte das relações verticalizadas institucionalizadas (portanto impessoais), cuja marca principal é a exploração (1977, p. 27-28). Porém, se para Scott qualquer indício de exploração presente na relação inviabiliza a existência do clientelismo, para Landé, estruturas institucionais pautadas na exploração e relações de clientelismo são distintas, mas podem coexistir. Em caso de coexistência, a relação patrão cliente estaria funcionando como *addenda*. Neste sentido, Carl Landé acredita, por exemplo, que a relação patrão-cliente possa existir, como *addenda*, em uma relação institucionalizada de subordinação e exploração como é o caso da escravidão, algo impensável na perspectiva de Scott.

⁴⁵³ Segundo Landé (1977), a literatura antropológica utiliza diferentes termos para tratar das relações interpessoais e dos vários graus de complexidade e magnitude que podem assumir. Os termos em questão são: a) “relação diádica”, que pode ser horizontal ou vertical (nesta última estão as relação clientelistas) e que pressupõe uma “relação direta envolvendo alguma forma de interação entre dois indivíduos”. b) grupos diádicos não-corporados que, “são combinações de nível médio que consistem em conjuntos de relações diádicas ligadas entre si para alcançar objetivos delimitados em limitados períodos de tempo” (1977, p. 1). Como grupo, não tem “propriedade, interesses ou deveres próprios distintos daqueles de seus membros”, sendo que a “ação de grupo, então, é limitada a ajudar os membros individuais a promoverem os seus próprios interesses e a cumprirem as suas próprias obrigações (LANDÉ, 1977, p. 17-18). c) redes sociais, que para o autor são “a totalidade de relações diádicas ou de relações diádicas significantes que se encontram em um campo social” (p.1).

social e/ou político semelhante”, asseverando assim a existência de uma variedade de relações que podiam unir – ou afastar - indivíduos (GRIJÓ, 2005, p. 50).

É este o caso das trocas de favores que identificamos envolvendo Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado.⁴⁵⁴ Ao analisarmos mais detidamente a correspondência de Castilhos observamos a existência de dezessete missivas⁴⁵⁵ enviadas por Pinheiro Machado, sendo doze cartas, três telegramas e dois bilhetes. Castilhos também escreveu a Pinheiro Machado, mas poucas destas missivas se encontram no APJC.⁴⁵⁶ No total, localizamos apenas cinco missivas enviadas por Júlio a Pinheiro Machado.⁴⁵⁷

Das dezessete missivas de Pinheiro a Castilhos, onze eram cartas de recomendação, nas quais o senador apresentava recomendados para que Castilhos os colocasse sob sua proteção. Em alguns casos, Pinheiro fazia pedidos de cargos a seus recomendados. Foi o que aconteceu na carta enviada a Castilhos em 31 de agosto de 1901. Nesta, o senador apresentava e recomendava o Dr. Rodolpho de Faria. Segundo apontava, “Há meses telegrafei ao Borges pedindo-lhe que reservasse uma promotória para um recomendado meu, o qual, não podendo ir, substitui-o pelo Rodolpho”.⁴⁵⁸

Mas não era somente Pinheiro Machado que fazia pedidos a Castilhos. O inverso também ocorria, como se pode verificar no telegrama de setembro de 1902. Neste, Castilhos informava que Arthur Correa, que há 12 anos comandava o paquete “Rio Pardo”, “sendo aqui benquista”, fora substituído por Theotônio Pereira. O pedido de Júlio ao senador era pela reposição de Correa: “Peço urgência vosso eficaz esforço pela conservação amigo Correa. Podeis obter Presidente Salles ordem ficar sem efeito ato aludido”.⁴⁵⁹ Castilhos sabia da proximidade que Pinheiro Machado tinha com o presidente da República, de modo que a ele recorria para obter seu intento.

⁴⁵⁴ Pinheiro Machado ocupou o cargo de Senador em 1891 e só o abandonou com a sua morte, em 1915. Segundo Joseph Love, Pinheiro Machado era “o homem mais poderoso do Senado, nos anos 1905-15” (1975, p. 147).

⁴⁵⁵ De apenas uma não temos a data mas é possível supor que seja do período pós-proclamação por conta do conteúdo tratado. Cinco são da década de 1890 (uma de 1896, três de 1897 e uma de 1898) e o restante (onze missivas) foram enviadas entre 1900 e 1903. Ver: AHRs. Arquivo Particular Júlio de Castilhos. Série 8 – Correligionários, Subsérie 9 José Gomes Pinheiro Machado Correspondência enviada, maço 56; e, AHRs, APJC, Série 7: Telegramas, Subsérie 1: Recebidos, Caixa 6, Maço 24, doc. 105, 147 e 197.

⁴⁵⁶ Segundo é possível deduzir pelos recados de Júlio ao secretário Aurélio, o número de missivas trocadas entre Castilhos e Pinheiro Machado era bem maior. Há constantes menções de Castilhos ao recebimento de missivas do Senador e de cartas que deveriam ser enviadas ao Rio de Janeiro, para Pinheiro Machado. Ver: AHRs, APAVB.

⁴⁵⁷ Uma delas Júlio assina em conjunto com Borges de Medeiros, presidente do Estado.

⁴⁵⁸ Carta de José Gomes Pinheiro Machado a Júlio de Castilhos. Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1901. Localização: AHRs. Arquivo Particular Júlio de Castilhos. Série 8 – Correligionários, Subsérie 9 José Gomes Pinheiro Machado Correspondência enviada, maço 56.

⁴⁵⁹ Telegrama de Júlio de Castilhos a José Gomes Pinheiro Machado. [sem local], 3 de setembro de 1902. Localização: AHRs. Arquivo Particular Júlio de Castilhos. Série 7 – Telegramas, Subsérie 2 – Enviados, maço 26.

Como é possível perceber, entre Pinheiro Machado e Júlio de Castilhos existia uma linha de comunicação baseada em relações pessoais e na troca de favores que envolvia a nomeação para cargos públicos de recomendados seus. Não é possível afirmar que Pinheiro e Castilhos estabeleceram uma relação clientelista. Afinal, seria quase que impossível determinar quem desempenhava o papel de patrão e quem o de cliente nessa relação, visto que ambos ocupavam posições distintas na estrutura de poder e detinham recursos distintos. Assim também seria impossível determinar quem de fato tinha mais importância política no contexto republicano. Pinheiro Machado é apontado acertadamente pela historiografia como uma das grandes figuras da República. Senhor do Senado, controlava as eleições diplomando ou negando diploma a candidatos eleitos.

Tinha acesso a grandes figuras do cenário político nacional, como Campos Sales e Rosa e Silva. Por outro lado, Castilhos assumia o papel de senhor do Rio Grande do Sul, ocupando um espaço na política estadual que não seria ocupado com igual poder por nenhum outro republicano naquele momento, nem mesmo por Pinheiro Machado. Se Pinheiro Machado atuava em prol da consolidação da República no Rio de Janeiro, esse mesmo papel era assumido por Castilhos que, entretanto, atuava do Rio Grande do Sul. Fica evidente, assim, que tanto Castilhos quanto Pinheiro Machado, cada qual ocupando um espaço de poder distinto, tinham um poder que lhes era próprio, não tendo como “medir” quem, afinal, era mais importante na estrutura republicana.

É plausível pensar que ambos se equivaliam social e politicamente, de modo que o que se identifica neste caso é uma relação horizontal e não vertical. Uma relação horizontal que podia estar estabelecida em relações de amizade, coleguismo e até familiares. Castilhos e Pinheiro Machado eram velhos conhecidos. Suas famílias parecem ter sido bastante próximas desde antes da República.⁴⁶⁰ Em São Paulo, não chegaram a cursar direito na mesma turma, já que Pinheiro era mais velho, mas frequentaram a Faculdade de Direito no mesmo período.⁴⁶¹ De volta ao Rio Grande do Sul, fizeram parte do grupo que participou da fundação do PRR. Depois disso, as relações entre os dois parecem ter se aprofundado ainda mais. Pinheiro

⁴⁶⁰ No inventário de Francisco Ferreira de Castilhos, pai de Júlio de Castilhos, há uma declaração da viúva, Carolina Prates de Castilhos afirmando ter recebido do Doutor Antonio Gomes Pinheiro Machado a quantia de dois contos de reis. Apesar de não termos encontrado até o momento qualquer outra referência que explique a natureza da relação entre as duas famílias, o fato demonstra que Júlio de Castilhos e José Gomes Pinheiro Machado não eram desconhecidos. Ver: Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93, f. 47.

⁴⁶¹ Castilhos formou-se na turma de 1881, Machado na de 1878 de modo que, contando que um curso de Direito durava quatro anos, compartilharam da estada em São Paulo por pelo menos um ano.

Machado e sua mulher, Benedita, foram convidados por Júlio para apadrinhar a filha Otilia, em 1891.⁴⁶²

O caso de Júlio de Castilhos e Pinheiro Machado demonstra que, além do clientelismo, havia outros tipos de relações interpessoais que se misturavam à política da Primeira República. Amizade, parentesco e coleguismo eram outros fatores fundamentais que influíam no andamento da política e podem explicar trocas de favores e a lógica das nomeações políticas. Ter ciência dessa diferenciação de relações é importante para diferenciar o clientelismo de outros possíveis tipos de interações e decisões. É, portanto, através da análise qualitativa da documentação que podemos obter informações a este respeito preservando a especificidade dos atores envolvidos nas negociações políticas.

Em algumas missivas, por exemplo, foi possível encontrar indícios de que o pedido realizado foi atendido, graças às anotações que Castilhos fazia. É o caso da carta enviada por Egídio S. Borges, Benjamin Gomes, João Antunes da Silva e José Joaquim da Costa, de Santa Vitória, a 15 de dezembro de 1900. Eles desejavam que o chefe intercedesse junto ao governo federal pela exoneração de Júlio Augusto Wildt do cargo de fiscal de impostos de consumo no município, “o qual apesar de dizer-se republicano, tem entretanto, se desviado completamente, devotando-se a facção oposta”. No lugar de Wildt, propunham a nomeação do Tenente Coronel Juvêncio Alves Nunes, “abnegado companheiro de direção”, “correligionário este que se recomenda por todos os títulos e a quem devemos inúmeros serviços”. A troca proposta possivelmente foi efetuada, uma que vez que, no canto superior da primeira página da carta, encontramos uma observação feita pelo chefe republicano que diz: “Atendível. Júlio”.⁴⁶³

É provável que fosse este o recado que Júlio deixava a Borges de Medeiros, que era quem, na condição de presidente do Estado, poderia efetuar a troca do cargo de fiscal de impostos. O mesmo se pode pensar sobre os pedidos feitos por Lúcio Nunes, Cândido Dias de Carvalho Guimarães e Heliodoro Bramer para nomeação de Maximiliano de Almeida para o cargo de escrivão da coletoria estadual de Lagoa Vermelha e de Matheus Lopes Ferreira para suplente de juiz distrital em Barracão, segundo distrito do município. No canto superior

⁴⁶² Registro de batismo de Otilia, filha legítima do Dr. Júlio Prates de Castilhos e Honorina de Castilhos. Igreja Catedral da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus, 25 de março de 1891. Localização: AHCMPOA, Livro de Batismos, Paróquia Madre de Deus, Porto Alegre, n. 25, 1889-1891, f.82. O estudo do compadrio tem atraído a atenção de inúmeros pesquisadores, compondo uma vasta literatura especializada, dado sua importância não só como parentesco ritual, mas também na estruturação de redes sociais. Entretanto, não exploramos este nível de interação entre Castilhos e Pinheiro Machado, visto que a temática se distanciaria dos propósitos imediatos desta tese.

⁴⁶³ Carta de Egídio S. Borges, Benjamin Gomes, João Antunes da Silva e José Joaquim da Costa a Júlio de Castilhos. Santa Vitória do Palmar, a 15 de dezembro de 1900. Localização: AHRs, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 9, Maço 41, Doc.604.

esquerdo da carta, Júlio anotou: "Penso que devem ser atendidos. Júlio". No canto superior esquerdo, outra anotação, mas de Borges de Medeiros: "Nomeados. Medeiros".⁴⁶⁴

Outro indício de que pedidos eram atendidos está no fato de que muitos remetentes voltavam a escrever para agradecer. É esse o caso de José Barbosa Gonçalves, de Pelotas. A 20 de maio de 1899, Gonçalves escreveu a Castilhos para solicitar um cargo a seu cunhado:

Meu cunhado Luiz Tavares Alves Pereira, jovem engenheiro civil formado este ano na Escola Polytecnica, deseja muito exercer a profissão aqui no Estado. É moço inteligente, trabalhador, muito aproveitável.

Eu me sentiria muito feliz se ele viesse iniciar seu tirocínio a meu lado na qualidade de ajudante da Comissão de Dragagem que me está n'este momento confiada por indicação do meu chefe e com amigo.⁴⁶⁵

Luiz Tavares Alves Pereira era filho de Gervásio Alves Pereira, membro da junta administrativa de Pelotas, nomeada após a dissolução da Câmara Municipal, em 1889, por ocasião da instauração da República, e primeiro intendente do mesmo município (1891-1896). Gervásio também foi eleito deputado estadual para a Legislatura 1891-1895. Meses depois, a 31 de julho, o mesmo José Barbosa Gonçalves escrevia a Castilhos para agradecer o favor recebido: "Enquanto não posso apresentar de viva voz os meus agradecimentos pela nomeação do meu cunhado Luiz, vos envio n'estas linhas o testemunho da minha gratidão". Neste momento, utilizava o capital político concentrado por seu sogro Gervásio: "Meu sogro e seu amigo, Dr. Gervásio, que se acha ainda convalescendo da grave enfermidade que o atacou [...] está muito satisfeito por ficar com o filho junto a si justamente agora em que ele mais necessidade tem de mentor na vida prática".⁴⁶⁶

Mas, nem sempre os pedidos eram atendidos, como se vê na anotação que Castilhos fez no envelope da carta enviada por Florêncio Câmara, de São Leopoldo.⁴⁶⁷ Câmara escreveu em 30 de setembro de 1901, afirmando que "Dois amigos, os Srs. Marcelino Bandeira e Theodomiro Santo Major, pretendem o cargo de escrivão da coletoria desta cidade [São Leopoldo], cargo que deve vagar, visto achar-se preso e acusado de um crime grave o respectivo

⁴⁶⁴ Carta de Lúcio Nunes, Cândido Dias de Carvalho Guimarães e Heliodoro Bramer a Júlio de Castilhos. Lagoa Vermelha, 11 de janeiro de 1900. Localização: AHRS. APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 40, Doc. 384.

⁴⁶⁵ Carta de José Barbosa Gonçalves a Júlio de Castilhos. Pelotas, 20 de maio de 1899. Localização: AHRS. APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 39, Doc. 295.

⁴⁶⁶ Carta de José Barbosa Gonçalves a Júlio de Castilhos. Pelotas, 31 de julho de 1899. Localização: AHRS. APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 39, Doc. 330.

⁴⁶⁷ Ver Anexo C: Envelope com anotação de Castilhos.

funcionário”. O remetente ainda ponderava que a “nomeação de qualquer dos dois candidatos, agradaria aos nossos amigos”. Conforme a anotação feita por Castilhos no envelope da carta, provavelmente dirigida à Medeiros, Câmara não teve seu pedido atendido. Escreveu Castilhos: “Penso que não deve ser atendido. Convém avisar com urgência o Martins Costa para que não nomeie escrivão da coletoria de São Leopoldo sem que eu faça a indicação definitiva. Júlio”.⁴⁶⁸

Do que foi posto até aqui, pode-se concluir que: a) havia uma prática corrente entre a população de buscar favores junto a lideranças políticas sendo que muitos desses pedidos foram endereçados a Castilhos, mesmo no período em que ele não ocupou a presidência estadual. Poderíamos denominar isso de uma prática política pautada no clientelismo se for considerado que muitos dos remetentes que solicitavam favores eram de status inferior. Foi certamente a identificação da continuidade dessa prática que levou Graham a concluir que “não houve qualquer diminuição do clientelismo com a mudança de regime em 1889” (GRAHAM, 1997, p. 246). b) Castilhos, na condição de chefe do partido e reconhecido como liderança política por aqueles que lhe escreviam, tendo atendido muitos pedidos, fez uso do clientelismo como recurso para angariar apoiadores, negociar com lideranças locais e, assim, construir a dominação do PRR a nível estadual. Ou seja, ainda que, no período da propaganda republicana, Castilhos criticasse o regime monárquico condenado a prática de nomeações pautadas no “favoritismo e conveniência política”, vê-se que dela fez uso quando a política estadual estava sob seu controle.⁴⁶⁹

Há, ainda, que se considerar que as nomeações eram parte das negociações de Castilhos, como chefe do PRR, com os grupos locais, dos quais dependia o domínio do partido no estado. Em uma das missivas ao secretário Aurélio é possível identificar a preocupação do chefe republicano com a repercussão que uma nomeação poderia ter a nível municipal. Em 18 de fevereiro de 1898, tratando da nomeação de um ajudante de correio para Pelotas, avalia:

Ciente sobre o Nóbrega. **A nossa gente de Pelotas não se magoará com a nomeação d’ele? Para ajudante do correio ali? Não terá ela o seu candidato a esse cargo?** Julgo mais prudente que respostas por mim ao Nóbrega

⁴⁶⁸ Carta de Florêncio Câmara a Júlio de Castilhos. São Leopoldo, 30 de setembro de 1901. Localização: AHRS. APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência recebida, Caixa 9, Maço 42, Doc. 723.

⁴⁶⁹ Ver: CASTILHOS, Júlio de. Desprestígio da autoridade. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano I, n. 120, p. 1, 26 maio 1884. Localização: BNDigital. A crítica presente neste editorial era dirigida sistema de nomeações de cargos públicos no Brasil pelo governo do Império. Segundo a acusação, os cargos “servem-lhes de único critério a proteção de que dispõe o pretendente, ou os serviços políticos por ele prestados ou que poderá vir a prestar no exercício do cargo”. Ainda segundo o texto, as nomeações seriam feitas por “Favoritismo ou conveniência partidária”.

dizendo-lhe que já tinha sido proposto para ajudante Lopes dos Santos. Simplesmente isto.⁴⁷⁰

Observa-se, portanto, para além da centralização exercida tanto pelo governo, quanto pela executiva do PRR e por seu chefe Castilhos, que as decisões sobre ocupação de cargos passavam também pelas negociações entre os níveis estadual e municipal e que elas envolviam clientelismo e outros tipos de relações de cunho pessoal. Como é possível perceber na carta de Castilhos ao seu secretário, havia uma preocupação em atender as demandas dos municípios e de seus chefes. Concomitante com o atendimento dos anseios locais, na medida em que um pedido era atendido, o poder Executivo se assenhorava das decisões municipais.

Foi essa capacidade de Castilhos em lidar com a heterogeneidade dos municípios essencial na constituição tanto de sua liderança quanto da própria construção do Estado republicano, devido à estratégia de Júlio em levar o Executivo através de seu personalismo a diversas municipalidades. Desse modo, ocorria a centralização do poder no Executivo estadual, na medida em que se atendiam os desejos dos grupos políticos municipais. Concomitantemente, a procura pelo chefe e a preocupação do chefe em atender aos pedidos gerava, como efeito, a expansão da malha burocrática do Estado nos municípios.

Delimitando assim, como uma prática, queremos demarcar que o Estado republicano que estava em construção não era, em sua essência, clientelista. O clientelismo enquanto prática política é anterior à República, como já demonstrado pela historiografia. Não se pode esquecer que a política não era pautada unicamente por relações pessoais. Havia uma preocupação com a legalidade do regime republicano e, algumas vezes, era a impessoalidade que tinha espaço neste universo da administração ainda que fosse, na maior parte das vezes, apenas no discurso. A República como regime em construção se assentava em princípios modernos de igualdade, mérito e impessoalidade, estabelecendo regras e uma organização político-administrativa baseada na institucionalização e burocratização, buscando se afastar de qualquer resquício que lembrasse Estado imperial. Afinal, durante a década de 1880, um dos pontos da crítica à monarquia, sustentada pelos republicanos, foi exatamente a prática do favoritismo na concessão de cargos públicos.

Mesmo depois de proclamada a República, os republicanos faziam questão de demarcar as diferenças do novo regime em relação ao anterior no que concerne ao emprego de pessoas

⁴⁷⁰ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 18 de fevereiro de 1898. Localização: AHRs, APAVB, Maço 3, Doc. 196. Grifos nossos.

em cargos públicos. Alguns dias depois da instituição da República, *A Federação*, sob a direção de Castilhos, escrevia em sua primeira página:

A República é servida por homens – ela há de ter defeitos.

Mas, quanta diferença na quantidade e na qualidade d’esses defeitos, em comparação com os do império!

[...]

Não nos trouxe ao poder o capricho de um rei, nem viemos para servir os interesses de uma seita.

A República não se fez para os republicanos, mas para os brasileiros.

[...]

Não sabem que o que subiu não foi um bando, foi uma doutrina.

Os servidores d’essa doutrina estariam abaixo da missão mais grandiosa que jamais a Pátria Brasileira confiou a filhos seus, se tivessem outra consideração que não fosse a de bem servi-la.

Nós também demitimos, nós também nomeamos, mas só exclusivamente com esse critério.

Havemos de dispensar os funcionários incompatíveis com o bem público, e havemos de exigir os serviços dos cidadãos na altura de cooperar para a grandeza do Estado.

Mas ninguém suponha, nem os amigos, nem os adversários de ontem, que o ódio ou a gratidão inspirem a República na escolha de seus agentes.

Ódios não sabem ter sinão quem adora homens e não tem princípios.

Gratidão é um belo sentimento individual, mas uma palavra sem sentido, quando se trata da Pátria.

A Pátria não deve ser grata nem ingrata.

Os serviços que lhe fazeis, por maiores que sejam, são impostos pelo vosso dever.

Ninguém adquire direitos para com a Pátria.

Ninguém se exime nunca do dever de servi-la.

Está no critério dos homens que têm em suas mãos a autoridade escolher os servidores segundo as exigências dos respectivos cargos, e não fazer os cargos, segundo as exigências dos servidores.

Esse critério esperamos que hão de ter os homens que fizeram a Revolução.

[...] ⁴⁷¹

Têm-se, assim dois processos ocorrendo concomitantemente: por um lado, um novo Estado sendo formado, assentado em um discurso pautado em princípios de impessoalidade, igualdade e legalidade; de outro, velhas práticas, como o clientelismo, atuando na própria formação desse Estado. Práticas de favorecimentos pautados em relações pessoais se mantinham na informalidade, por vezes, inclusive, determinando muitos dos rumos políticos tanto a nível municipal, quanto estadual ou federal.

Isso justificaria, em boa medida, algumas atitudes do ministro Rui Barbosa condenando a prática do patronato, como demonstrou Carvalho (2000). Mesmo que, por vezes, Rui também

⁴⁷¹ CASTILHOS, Júlio de. Como procede a República. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano VI, n. 266, p. 1, 21 nov. 1889. Localização: BNDigital. Grifos nossos.

tenha recorrido à prática do favorecimento, Carvalho demonstra que ele condenava tal prática e que sua ação à frente do Ministério demonstra que “preferia as nomeações por concurso ou, no mínimo, justificadas pelo interesse público” (CARVALHO, 2000, p. 108). Mas Rui Barbosa não era “um estranho no ninho da pequena política”, como afirma Carvalho. Rui Barbosa era o que eram muitos republicanos engajados na construção do novo regime: indivíduos dotados de ideologia, que desejavam, a todo custo, demonstrar que a República era distinta do período anterior, que ela “não se fez para os republicanos, mas para os brasileiros”, como escreveu Castilhos no *A Federação*; mas, ao mesmo tempo, indivíduos que não conseguiam escapar de uma velha prática política, da qual a República era, enfim, dependente para sobreviver naqueles anos iniciais do regime.

Essa dupla imposição que sofriam os republicanos fica evidente no §6º do Artigo 71 da Constituição Rio-Grandense de 1891, que estabelece que:

Os cargos públicos civis serão providos, no grau inferior, mediante concurso, ao qual serão indistintamente admitidos todos os cidadãos, sem que aos concorrentes seja exigível qualquer diploma. O provimento dos cargos médios será feito em virtude de acesso por antiguidade e, excepcionalmente, por mérito. Os cargos superiores serão de livre nomeação do governo, com exclusão também de exigência de diploma.

Como se percebe, a Constituição estadual instituiu o princípio do preenchimento de cargos por concurso público, mas, ainda manteve alguns cargos reservados à “livre nomeação do governo”. É possível pensar que, no mais das vezes, esse artigo constitucional não passasse de mero formalismo e legalismo. Assim sendo, destacamos que o Estado republicano em construção nesse período não era, de maneira alguma, o que Landé denomina de “*clientelistic institution*”. Segundo Landé,

Quando relações institucionalizadas de subordinação pessoal estão fortemente incrustadas de *addenda* patrão-cliente ou quando tais relações fazem uso do modelo patrão-cliente em tal grau que virtualmente supõe-se que todos os subordinados se comportem e sejam tratados como clientes, pode-se falar de uma *instituição clientelística*” (LANDÉ, 1977, p. XXII).⁴⁷²

Ele era um Estado que se queria moderno, mas que não podia prescindir das vantagens que as relações pessoais poderiam oferecer em termos de ganhos políticos, especialmente no

⁴⁷² No original: “When institutionalized relationships of personal subordination are heavily encrusted with patron-client *addenda*, or when such relationships make use of the patron-client model to such a degree that virtually all subordinates are expected to behave, and are entitled to be treated like clients, one may speak of a *clientelistic institution*” (LANDÉ, 1977, p. XXII; Grifos do autor).

momento inicial da República, quando o Estado estava em processo de formação, se estendendo do nível federal até os estados e municípios. Assim, concordamos com Grijó que já assinalou que,

ao lado das instituições e regramentos objetivos do Estado, que pressupõem critérios universais e despersonalizados de relação com os agentes estatais, redes de relações de reciprocidade verticais, do tipo patronagem e clientela, e horizontais, do tipo parentesco e amizade instrumental, são usadas como formas de atender demandas as mais diversas, oriundas tanto do nível paroquial mais remoto como àquelas oriundas do centro nacional (GRIJÓ, 2005, p. 48-49)

Após 1889 os republicanos que tomaram o poder estavam envolvidos na construção de instituições republicanas. Consideramos que essas instituições não eram meras fachadas formais, por trás das quais atuavam práticas informais. Se as relações informais de poder foram importantes na organização da governabilidade republicana, as instituições formais tinham uma razão de ser dentro de um projeto de construção do Estado republicano.

Note-se também que apesar de Castilhos ser procurado, durante o período em que não esteve à frente da presidência e muitas das determinações partirem dele, ele sempre acabava por submeter suas decisões e ordens ao Executivo estadual. Assim, em muitas das missivas que enviava ao secretário Aurélio, comunicando alguma decisão ou mesmo ordenando algo, escrevia: “submeta ao Medeiros”, quando este era o presidente do estado. As minutas de telegramas rascunhadas por Castilhos que se encontram no Fundo Borges de Medeiros (IHGRGS) demonstram essa mesma dependência. Castilhos escrevia as minutas de telegramas e, ao invés de assinar seu nome, assinava o de Medeiros, para que Aurélio encaminhasse o telegrama ao destinatário em nome do presidente do Estado. Esses procedimentos eram necessários porque havia uma estrutura formal de poder que precisava ser respeitada. Como foi evidenciado, parte significativa das decisões de governo foi tomada por Castilhos. Entretanto, havia uma formalidade a ser observada. Como ele não era o presidente do Estado a partir de 1898, as nomeações e tomadas de decisão de âmbito administrativo, que fossem da competência do governo estadual, deveriam ser formalmente emitidas e assinadas por Medeiros, presidente do Estado.

Essa preocupação com a legalidade de todo o processo de construção da República não era característica somente dos republicanos sul-rio-grandenses. Tratava-se de um comportamento mais geral, condicionado à consolidação do regime republicano no país. Em 1896, o presidente Prudente de Moraes explicava ao general Cantuária, responsável pela

pacificação do Rio Grande do Sul após o fim da Revolução Federalista, que “fez questão do Sr. Castilhos no Governo do Rio Grande, porque era ele **o poder legalmente constituído**”.⁴⁷³

Ainda assim, práticas informais resistiam, mesmo que no âmbito do discurso não era aventada qualquer imbricação com elas. É por isso que a observação de Graham de que “não houve qualquer diminuição do clientelismo com a mudança de regime em 1889”, é verossímil (GRAHAM, 1997, p. 246). De fato o clientelismo não se encerrou com a proclamação da República. Essa prática política continuou a permear no âmbito da informalidade, como já assinalaram diversos autores e como atestam muitas das missivas recebidas e redigidas por Castilhos. Assim, entendemos o clientelismo como uma prática, arraigada na política republicana, porém os republicanos, assim como Castilhos, tinham ciência de que tais procedimentos na administração do Estado eram incoerentes com os princípios republicanos.

Por este motivo, aqueles que lideraram a Proclamação e a institucionalização do novo regime sabiam da importância de sustentar em seu discurso princípios universais, igualitários e moralizantes, interessados em demarcar a diferença em relação ao governo anterior. Contudo, muitas lideranças políticas também não rejeitavam tais práticas. Para elas, como se percebe pela grande quantidade de pedidos de favores, houve uma troca de comando no governo, mas este ainda tinha a função de atender aos seus desejos. Vejamos dois casos em que fica evidente que, para os remetentes, não havia distinções entre Monarquia e República, apesar da ciência de que a mudança de regime havia ocorrido.

Joaquim Martins Vinhas e Bernardino Claro da Conceição escreveram a Castilhos em outubro de 1890, portanto, onze meses depois de findado o Império. Em comum, os remetentes eram presos e escreviam, respectivamente, da cadeia civil de Santa Maria e da cadeia civil de Porto Alegre. Vinhas narra em sua carta as péssimas condições em que vivia na cadeia – “que é fria demasiadamente quase insuportável, de forma que estou inutilizando minha saúde” – e as ofensas, injustiças e ameaças que sofria, por questões particulares, dentro da prisão. Ao encerrar, pedia a proteção de Castilhos: “[...] conto desde já que Vossa Excelência não escaceará os meios para minha liberdade, o que asseguro-lhe ser tudo isto uma perseguição e vingança”.⁴⁷⁴

A carta de Bernardino Claro da Conceição é mais apelativa. Nota-se, pela caligrafia e ortografia do apenado, que ele não tinha completo domínio da norma culta de escrita. Ainda assim, escreveu a Castilhos pedindo perdão por seu crime, desejando ser posto em liberdade

⁴⁷³ Ofício do presidente da República, Prudente de Moraes, ao General Cantuária, em Porto Alegre. Capital Federal, 3 de junho de 1896. Localização: AN, Fundo Prudente de Moraes, Livro 7, Doc. 1242.

⁴⁷⁴ Carta de Joaquim Martins Vinhas a Júlio de Castilhos. Santa Maria, 05 de outubro de 1890. Localização: AHRS. APJC, Série 4: Cargos, provimentos e solicitações, Subsérie 1: Recebidos, Caixa 4, Maço 17, Doc. 026.

apesar de condenado à prisão perpétua. Bernardino argumenta que, preso de 1º de fevereiro de 1876, “tenho me conduzido da melhor forma possível pode provar com os livros da caza mesmo dos empregados q tem estado nesta caza podem dizer q todo este tempo a inda não dei lugar a sofrer umma repremsão”.⁴⁷⁵

Alegando bom comportamento e arrependimento, pedia a Castilhos que, “Pello a mor materno i paterno e pátrio que me salve q não a de ter des gosto de mim”. Ao final da carta, mostrava que estava ciente da mudança de regime e a ela recorria como mais um argumento para alcançar a liberdade: “Eu a inda não entre pros recurso mas oge como adoro a minha pátria mas que nunca e tenho fé de ser bom cidadão por que não e ziste mas o regime que me emtrrou em vida tão cruel mentes. Espero em V Exmo Compachô de mim”.⁴⁷⁶

Os casos acima citados demonstram que a prática de redigir requerimentos era comum, independendo do regime vigente e do extrato social dos requerentes. Não sabemos se os mesmos apenados não requereram também ao presidente do Estado⁴⁷⁷, mas o fato de escreverem a Castilhos, em 1890, demonstra que reconheciam o poder que o chefe partidário exercia na política estadual, mais especificamente, sua ingerência sobre o Executivo estadual e, provavelmente, foi por isso que a ele requereram. Ambos parecem ter aproveitado a mudança de regime para requerer a liberdade, sendo que Bernardino responsabilizava a Monarquia pela situação em que se encontrava.

Aos novos governantes, especialmente aqueles que desde as décadas de 1870 e 1880 militavam pela República, havia a difícil tarefa de dosar entre os valores universalistas que pautavam a construção do novo regime e velhas práticas que não podiam ser abandonadas sob o risco de não sustentar a República. Assim, entre o novo e o velho, a República foi sendo construída. Mas de fato, qual a diferença visível entre uma e outra? Entre muitos fatores, a atuação de Júlio de Castilhos é reveladora. Parece que de sua parte houve um grande esforço para “domesticar” os favores feitos aos chefes locais, os transformando em decisões do Executivo estadual.

Se na monarquia bastava qualquer requerimento a qualquer mandão local, na República era preciso o reconhecimento formal do Estado. Seguindo os indícios apresentados até aqui, podemos afirmar que Castilhos se empenhou em reduzir o poder dos chefes municipais na

⁴⁷⁵ Diferentemente de todas transcrições feitas, em que atualizamos a escrita, mantivemos a transcrição da missiva de Bernardino Claro da Conceição igual à original, com a finalidade de demonstrar que o preso não dominava a norma culta da escrita.

⁴⁷⁶ Carta de Bernardino Claro da Conceição a Júlio de Castilhos. Cadeia Civil em Porto Alegre, 23 de outubro de 1890. Localização: AHRS. APJC, Série 4: Cargos, provimentos e solicitações, Subsérie 1: Recebidos, Caixa 4, Maço 17, Doc. 026.

⁴⁷⁷ O presidente do Estado no período era o militar Cândido José da Costa.

medida em que fazia os favores adquirirem uma arquitetura formal submetendo os pedidos ao presidente do estado ou então fazendo parecer que os pedidos atendidos eram tratados pelo chefe do Executivo e não por ele, Castilhos. Isto resultaria na legitimidade necessária ao Estado republicano e no reconhecimento de que qualquer nomeação ou favor imediato só teria validade se tivesse o aval do Executivo, mesmo que tais decisões tivessem sua origem na informalidade.

Assim sendo, a atuação de Castilhos em prol da legalidade do novo regime, neste aspecto, era indissociável da estruturação e legitimação do próprio Estado republicano, uma vez que a proeminência de seu poder na política estadual aumentava na medida em que os favores eram concedidos e os pedidos eram atendidos sob a égide do Executivo. Muitas destas decisões eram tomadas por Júlio e um grupo seletivo de seus seguidores e outros correligionários espalhados pelos mais remotos rincões os quais, muitos deles, conseguiam se colocar na presença do chefe maior do PRR.

A correspondência entre Castilhos e o secretário Aurélio de Bitencourt permite remontar, através de resquícios, um cenário, ainda que vago, sobre a maneira pela qual Júlio tratava e recebia seus correligionários, bem como as motivações que os levavam até as audiências com ele na capital.

4.3 “Estou hoje sob a ameaça de uma onda de visitantes e importunos”⁴⁷⁸: as reuniões e as audiências de um chefe republicano

A cinco de março de 1898, da Chácara da Figueira, em Porto Alegre, Honorina, esposa de Júlio, escrevia à cunhada Adelaide, a quem chamava de mana. O papel utilizado por Honorina para redigir a missiva muito provavelmente foi retirado dos pertences do marido, visto contar com o timbre do palácio do governo do Estado. Júlio, naquela ocasião, já não era mais presidente do estado mas, como continuava mantendo intensa atividade política, extremamente ligada à administração estadual, como já visto, mantinha em sua residência materiais relativos ao governo estadual. O papel timbrado era um deles.

Na carta escrita, entre os diversos assuntos tratados, entre questões familiares e comentários políticos, a esposa de Castilhos afirmava:

Durante os últimos tempos da nossa re[sidên]cia [no] Palácio, vivi sempre contrariada. Além da má habitação e do péssimo serviço de criadagem em Porto Alegre, [...] aborrecia-me muito a necessidade de obsequiar **o grande**

⁴⁷⁸ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 16 de janeiro de 1900. Localização: AHRS, APAVB, Maço 5, D.oc. 368.

número de pessoas que diariamente sitiavam o Júlio, mesmo no seu gabinete particular.⁴⁷⁹

Entre as queixas de Honorina referentes ao período em que Júlio foi presidente do estado chama a atenção a menção ao “grande número de pessoas que diariamente sitiavam o Júlio”. Como presidente do Estado não era incomum que tivesse que realizar reuniões com outras lideranças políticas e que concedesse audiências a quem o procurasse. Após deixar a presidência, manteve a prática de reservar alguns dias da semana para atender intendentess municipais, lideranças locais e outros correligionários, como é possível depreender da carta de João Maia, escrita em uma quinta-feira de setembro de 1900: “Desde ontem, à noite, que me acho nesta capital, [...]. **Não sendo hoje dia de audiência** e realizando-se amanhã a eleição municipal, só sábado ser-me-á possível comparecer à vossa presença, se me concederdes uma hora desse dia para tal fim”.⁴⁸⁰

Anos antes, quando Castilhos ainda ocupava o cargo de presidente estadual, numa sexta-feira, 16 de outubro de 1896, às sete horas da manhã, Aurélio escrevia a Júlio avisando que este teria um dia cheio de audiências: “Lamento a caceteação que tivestes com a turma de oficiais alunos. Já não há longes para essa gente. Aqui vos aguardam outras turmas de diferentes espécies; então o Marcos Alencastro tem um arsenal de cousas a tratar. Trazei provisão de paciência”.⁴⁸¹

Alguns escreviam antes para marcar a audiência. Foi o caso de Henrique Schüler que escreveu a três de agosto de 1901, “pedindo de V^a. Ex^a. o grande favor, lhe conceder uma audiência reservada e marcar dia e hora” por “motivos [...] de grande importância e urgência”.⁴⁸² Outros, entretanto, apareciam sem sequer avisar, como relata Castilhos: “Ontem, à tarde, surgiu de súbito um grupo de visitantes”⁴⁸³

Como sugerem as frequentes reclamações de Júlio acerca das importunações, visitantes apareciam praticamente todos os dias. Apesar de manter-se na chácara com a intenção de evitar visitas não desejadas, essas ocorriam frequentemente. A 21 de setembro de 1896 queixava-se

⁴⁷⁹ Carta de Honorina de Castilhos a Adelaide. Porto Alegre, em 5 de março 1898. Localização: AHRS, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 7: Honorina de Castilhos – Correspondência enviada, Caixa 2, Maço 10, Doc. 2. Grifos nossos.

⁴⁸⁰ Carta de João Maia a Júlio de Castilhos. Porto Alegre, 27 de setembro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 9, Maço 41, Doc. 540. Grifos nossos.

⁴⁸¹ Carta de Aurélio Viríssimo de Bittencourt a Júlio de Castilhos. Porto Alegre, 16 de outubro de 1896. Localização: AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Subsérie 1: Correspondência enviada, Caixa 14, Maço 67, Doc. 50.

⁴⁸² Carta de Henrique Schüler a Júlio de Castilhos. Porto Alegre, 3 de agosto de 1901. Localização: AHRS, APJC, Série 4: Cargos, Provimmentos e Solicitações, Subsérie 1: Recebidos, Caixa 4, Maço 17, Doc. 84.

⁴⁸³ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio de Bittencourt. Figueira, 10 de outubro de 1900. Localização: AHRS, APAVB, Maço 5, Doc. 428.

com Aurélio: “Já sofri hoje 2 algozes aqui, - o Juvêncio e outro tipo de Gravatahy. Tratei-os bem, mas adverti que não mais me procurassem aqui”.⁴⁸⁴ Dias depois, a 23 de setembro, também da Figueira, escreveu a Aurélio, às duas horas da tarde: “Mais uma vez peço-te que me livres dos cacetes, que me atormentam aqui! Agora mesmo chegou a carro, o Angelo Poeta, que vem interromper importunamente o meu trabalho, isto é, a leitura dos anexos. Que teimosia irritante!”.⁴⁸⁵

A grande frequência com que recebia visitantes atrasava muitos de seus trabalhos. No mesmo ano de 1896, considerava que a mensagem à Assembleia ficara aquém do que desejava pois não conseguia escrever, visto que estava sempre sendo interrompido. No recado que escreveu às oito horas da manhã ao secretário afirmava:

Terça-feira irei à cidade. Combinaremos então o dia em que deverás vir para passarmos a limpo a mensagem, que d’ esta vez ficará muito aquém dos meus desejos. Os cacetes têm sido implacáveis! Aí, em Palácio, eu teria feito obra menos interrompida e mais aceitável, porque tornar-me-ia inacessível aos cacetes, o que aqui não me é possível fazer. Peço-te que evites, pelos meios ao teu alcance, que os importunos me venham roubar o tempo.⁴⁸⁶

A abertura dos trabalhos na Assembleia estava sendo protelada pela ausência de deputados. Querendo finalizar a Mensagem, em 23 de outubro, revelava a Aurélio o que fazia para escapar dos visitantes: “A mensagem vai adiantada. Estou certo de a concluir hoje folgadoamente, às 3 ou 4 horas da tarde, para o que já recomendei a todos de casa que declarem aos visitantes estar eu ausente”.⁴⁸⁷

É certo que, na condição de presidente do estado, Castilhos seria muito procurado, tanto por outras lideranças republicanas quanto por autoridades municipais. Borges de Medeiros, durante o período em que foi presidente, também se queixava dos inúmeros indivíduos que o procuravam no Palácio. Em 6 dezembro de 1900 Borges, indisposto, escreveu a Aurélio avisando que não iria ao Palácio. Ao final da missiva, fazia referência aos visitantes que certamente o procurariam no Palácio: “Que tenhas um dia agradável e, sobretudo, livre de

⁴⁸⁴ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio de Bittencourt. Figueira, 21 de setembro de 1896. Localização: AHRS, APAVB, Maço 1, Doc. 23.

⁴⁸⁵ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio de Bittencourt. Figueira, 23 de setembro de 1896. Localização: AHRS, APAVB, Maço 1, Doc. 27.

⁴⁸⁶ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio de Bittencourt. Figueira, 4 de outubro de 1896. Localização: AHRS, APAVB, Maço 1, Doc. 39.

⁴⁸⁷ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio de Bittencourt. Figueira, 23 de outubro de 1896. Localização: AHRS, APAVB, Maço 1, Doc. 59.

...cacetes [...]”.⁴⁸⁸ Era assim que tanto Medeiros quanto Castilhos se referiam àqueles que os procuravam.

O que chama a atenção em relação às audiências concedidas e às visitas inesperadas e insistentes, no caso de Castilhos, é que elas se mantiveram com a mesma regularidade depois que deixou o cargo de presidente do Estado. Algumas vezes ele se deslocava até o Palácio, para que as audiências ocorressem junto a Borges de Medeiros. Muitas, entretanto, aconteceram em sua residência ou mesmo na Chácara da Figueira. Assim como muitos a ele escreviam, outros tantos continuavam a procurá-lo, com a finalidade de tratar pessoalmente com o chefe os mais diferentes assuntos.

Nem todos, entretanto, eram recebidos sempre que desejavam. Foi o que aconteceu com esse grupo inesperado de visitantes: “Foram mal sucedidos. Não lhes apareci. É preciso desabituar, aos poucos, a chusma de importunos que me supõem escravizado permanentemente às suas solicitações e impertinências”.⁴⁸⁹ O mesmo parece ter ocorrido com o intendente de Caxias, José Cândido dos Campos Júnior. Em dois de maio de 1900 Campos Júnior afirmava que “Fui a essa cidade e só em viagem soube da ausência de V. Ex^a. Estive aí 11 dias e afinal vim embora sem ter a honra de falar a V. Ex^a. quando aliás tanta necessidade tinha de fazê-lo”.⁴⁹⁰ Mesmo políticos com algum renome, nem sempre conseguiam a audiência desejada com o chefe.

Foi o que aconteceu a Varella em janeiro de 1901. Segundo o próprio Castilhos relatou a seu secretário, Varella estava chegando a Porto Alegre e “Já eu previa que o Varella, ao chegar a Porto Alegre, exigiria imediata conferência comigo, pelo que lhe enviei insistente advertência telegráfica, no sentido de adiar a sua viagem para fevereiro. Ele teimou, e aí vem! Deve chegar amanhã à capital. E eu, que tantos serviços políticos urgentes, tenho a executar, hei de ficar condenado, desde logo, a entrevistas com o Varella?”⁴⁹¹

As queixas de Castilhos continuaram pelos anos seguintes. Em diversas missivas a Aurélio tratava das importunações que sofria. Entretanto, apesar das queixas, Castilhos recebia uma grande variedade de visitas e mantinha alguns dias da semana reservados para as audiências. Esta prática demonstra como mantinha sob sua avaliação e decisão muitas das

⁴⁸⁸ Carta de Borges de Medeiros a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Gabinete do Presidente do Estado em Porto Alegre, 6 de dezembro de 1900. Localização: AHRS, APAVB, Maço 5, Doc. 436.

⁴⁸⁹ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio de Bittencourt. Figueira, 10 de outubro de 1900. Localização: AHRS, APAVB, Maço 5, Doc. 428.

⁴⁹⁰ Carta de José Cândido dos Campos Júnior a Júlio de Castilhos. Caxias, 2 de maio de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 40, Doc. 445.

⁴⁹¹ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio de Bittencourt. Figueira, 10 de janeiro de 1901. Localização: AHRS, APAVB, Maço 6, Doc. 470.

questões políticas do Rio Grande do Sul. Em 1902, em um desabafo, demonstrava o quanto concentrava em suas mãos boa parte das tarefas políticas. Escrevendo a Aurélio, afirmava:

Veio também uma carta do Marcínio, que me pede conferência para ele e engenheiro belga Jadot! Ontem já me pediu uma o João Correa! Destarte não valia a pena ter eu vindo passar aqui alguns dias, para proporcionar recreio aos meus filhos. Vejo que assim a minha faina é ainda mais fatigante do que na cidade. Acresce a enorme correspondência que tenho a despachar, para cuja elaboração não disponho materialmente de tempo, porque sou eu sozinho a ler tudo, a estudar os assuntos respectivos e a responder todos os que me dirigem, como si eu dispusesse de maquinismos do meu invento...Sinto-me já impossibilitado de prosseguir n'essa tarefa supliciante, que tout le monde pretende continuar a impor-me interminavelmente. Entretanto, responderei logo ou amanhã ao João Correa e Marcínio. Que flagelante mortificação para mim, que sou de carne e osso, como todos os homens!⁴⁹²

No ano de 1903 as queixas de Castilhos em relação às audiências particulares aumentaram, em virtude, sobretudo, de seu estado de saúde, cada vez mais grave. Em setembro de 1903, em uma missiva a Aurélio, evidenciava como as visitas tornavam seu estado enfermo ainda mais grave:

Infelizmente, não tenho experimentado melhoras sensíveis. Persiste a dor local, que não me deixou passar bem a noite. Não quis aplicar a cocaína indicada pelo Protásio, porque é um mero paliativo anestésico, que não contribui para a cura. Estou deveras mortificado moralmente ante a pertinácia da tal faringite, que muito me aflige. O que desejo é que me deixem os amigos ficar em repouso da garganta; a presença de visitantes, seja qual for, só concorre para entreter a moléstia, porque me obriga a falar. O maior favor que me podem prestar é o de não me honrarem com suas visitas. Dirás ao Protásio que não é preciso tomar o incômodo de vir cá, salvo se tem nova indicação médica a fazer. Estou continuando os gargarejos.⁴⁹³

Como se percebe, Castilhos acumulava a maior parte das decisões políticas e era procurado, não somente através de missivas, mas também pessoalmente. Se estas audiências demonstram a atuação da liderança de Castilhos, atestam também que este era um importante meio de garantir a governabilidade naquela década inicial do novo regime. Assim como as missivas, as audiências proporcionavam um maior controle sobre a política estadual, aproximando republicanos e lideranças locais dos mais diferentes municípios do chefe republicano estadual. Era também nessas audiências que Castilhos: a) obtinha informações

⁴⁹² Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio de Bittencourt. Figueira, 14 de janeiro de 1901. Localização: AHRS, APAVB, Maço 7, Doc. 590.

⁴⁹³ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio de Bittencourt. Figueira, 11 de setembro de 1903. Localização: AHRS, APAVB, Maço 8, Doc. 760.

sobre os acontecimentos políticos municipais; b) negociava com autoridades locais; c) afirmava sua autoridade sobre todos os demais; d) se comunicava com seus clientes. Mesmo doente e com dificuldades, Castilhos mantinha em suas mãos importantes instrumentos de governabilidade.

Como é possível perceber, as audiências ocorriam com frequência e muitos assuntos eram tratados pessoalmente, não deixando muitas evidências de como eram conduzidos e o que efetivamente era tratado em detalhes. Sobre estas restaram apenas alguns resquícios, como os recados e comentários vagos feitos por Castilhos e Aurélio na correspondência que diariamente trocavam. Ainda assim, pode-se afirmar que elas foram centrais para a construção do Estado republicano em formação.

Outro instrumento essencial eram as reuniões que Castilhos marcava. Muitas dessas ocorriam aos domingos, na própria chácara da Figueira, quando Castilhos oferecia almoço aos seus convidados, algumas vezes acompanhados das respectivas esposas e filhos. O domingo não era somente reservado ao lazer, pois os homens se reuniam para tratar de assuntos importantes tanto para a política estadual quanto nacional, como a definição de chapa de candidatos para eleições, questão que trataremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

O grupo que frequentava a Figueira aos domingos ou mesmo em outras ocasiões era muito restrito. Aurélio de Bittencourt era presença constante, sendo ele o encarregado de convidar os demais indicados por Castilhos, normalmente membros da Comissão Central do PRR. Alguns nomes figuravam com frequência nos convites feitos por Castilhos. No ano de 1896, além de Aurélio e Borges de Medeiros, aparecem João Abbott, Montaury, Parobé e Evaristo do Amaral. Em 1901 os frequentadores das Figueira aos domingos e mais dias de realização de reuniões eram Evaristo Teixeira do Amaral, Cherubim, Marsicano, Marcos Alencastro, Montaury e Aureliano, além do secretário Aurélio e do presidente do Estado Medeiros. Os nomes que aparecem comparecendo às reuniões, especialmente em momento de montagem das chapas de candidatos para eleições nos fornecem indicativos de quem eram os que, junto a Castilhos, formavam a elite republicana na década de 1890 e início dos anos 1900. Eram estes que tomavam as principais decisões, que em última instância, dependiam do aval de Castilhos.

* * *

A década de 1890 correspondeu aos anos iniciais do regime republicano, quando toda a estrutura administrativo-burocrática estava em formação. O processo de construção das

instituições republicanas envolveu a ampliação do apoio ao PRR a nível municipal. Para tanto, o chefe do partido, que exercia controle sobre o governo estadual, tinha em suas mãos um dispositivo importante, qual seja, a distribuição de cargos, fossem eles de nomeação estadual ou mesmo federal. Os cargos, distribuídos aos correligionários com evidentes fins políticos, determinavam a expansão do PRR nos municípios.

Se indivíduos dos mais diferentes estratos sociais e com os mais diferentes objetivos escreviam a Castilhos ou o procuravam pessoalmente, também ficou evidenciado que ele soube construir uma relação de poder com os mais diferentes indivíduos que atuavam no âmbito municipal. Lidar com essa heterogeneidade e atender as demandas de chefes municipais foram mecanismos essenciais que asseguraram a Castilhos exercer seu papel de liderança. O capítulo evidenciou, portanto, que o município se tornou alvo central das investidas do chefe do partido.

Ainda que o clientelismo tenha sido fundamental na dinâmica política do período, o capítulo chamou a atenção para a preocupação de Castilhos em manter uma formalidade institucional. Assim, foi da combinação de estruturas formais e informais que resultou a ramificação da burocracia republicana, desenhando o que viria a ser o Estado republicano. Essa combinação foi resultado de necessidades imperantes no momento inicial do regime. A República se utilizou da velha máquina monárquica para se alicerçar, mas ainda assim, com o objetivo de constituir o novo Estado republicano. Neste processo, oposições e eleições eram temas centrais no que concerne à política municipal, como se verá no capítulo que segue.

5 “A MENINA DOS SEUS OLHOS”: OPOSIÇÕES, ELEIÇÕES E A CONSTRUÇÃO DA REPÚBLICA A PARTIR DOS MUNICÍPIOS

Como visto no capítulo anterior, a década de 1890 foi o momento essencial tanto para a constituição do novo regime político brasileiro, quanto para a afirmação da liderança política de Castilhos no estado. Seu papel de liderança foi consolidado através de estratégias como a manutenção de uma rede de comunicação e de relações de poder com os municípios e as lideranças locais, assegurando maior controle da política municipal.

Compreender a lógica política específica de cada município era indispensável tanto para a consolidação do regime quanto da autoridade partidária e política de Castilhos. Tal constatação nos leva a valorizar a esfera municipal e as relações que esta esfera manteve com os níveis superiores de poder – o estadual e federal.

A historiografia sobre a Primeira República é unânime em apontar que a instituição do novo regime resultou em um fortalecimento do poder estadual. O modelo federativo adotado ampliava a autonomia dos estados, especialmente se comparado ao que ocorria no período imperial, concedendo às oligarquias que dominavam o poder nos estados, ampla margem de controle sobre a política regional. Era este um modelo presente já na Constituição de 1891 e que foi aperfeiçoado durante o governo Campos Sales (1898-1902), visando garantir apoio das diversas oligarquias estaduais ao governo central instalado no Rio de Janeiro. Essa historiografia, por outro lado, aponta que a mesma autonomia concedida aos estados não foi estendida aos municípios. Estes, teriam constituído apenas palco de manobras e controles do situacionismo estadual.⁴⁹⁴

A proposta de análise do presente capítulo reserva papel distinto à esfera municipal. Demonstra que, se por um lado, a legislação pouca autonomia reservou aos municípios, por outro lado a intensidade da vida política municipal, visível na documentação analisada, permite supor que parte importante da construção do novo regime passava pela política municipal. Do mesmo modo, se por um lado as municipalidades foram submetidas às vontades das Comissões Executivas do partido que dominava cada estado, por outro lado os partidos dominantes estaduais tinham que assegurar o controle da política municipal e, para tanto, precisavam fazer uso das mais distintas estratégias (coerção, negociação, troca de favores, cooptação,

⁴⁹⁴ Esta perspectiva pode ser observada, por exemplo, em Edgar Carone (1974), Renato Lessa (1988), Joseph Love (1975; 1982) e Maria Efigênia Lage de Resende (2010). Também Victor Nunes Leal aponta para a existência de expedientes que garantiam aos “governos dos Estados tutelar as municipalidades, com vistas ao interesse político da concentração do poder na órbita estadual (1975, p. 81).

atendimento de demandas locais, etc). Assim, a implantação do modelo federalista colocou em cena outros tantos atores, muitos dos quais atuavam na esfera municipal e que não compunham o seletivo grupo da oligarquia estadual.

O que propomos neste capítulo é um entendimento distinto da esfera municipal. Os municípios não eram apenas o palco onde ocorriam manobras do governo estadual. As oposições que se articulavam a nível municipal preocupavam as lideranças estaduais. As movimentações eleitorais ocorriam efetivamente na esfera municipal. Era nesta esfera que ocorriam partes essenciais do processo eleitoral, como a qualificação de eleitores, o próprio pleito, a aceitação ou recusa de protestos e a primeira fase da apuração de votos. Ou seja, a política nos municípios foi intensa e preocupou lideranças estaduais. O interesse das lideranças estaduais em controlar a política municipal por si só já oferece indicativos sobre a importância que a dinâmica política municipal adquiriu no período em análise.

Júlio de Castilhos não se descuidou da questão municipal. O exercício de sua liderança ao longo da década de 1890 e dos primeiros anos do século XX se fez a partir do tratamento das oposições e do controle das eleições. A correspondência de Castilhos evidencia o constante envolvimento do chefe do partido com os mais diversos aspectos da organização política municipal, que abarcava desde a formulação de uma legislação que garantisse controle do poder estadual sobre a esfera municipal de poder, formas distintas de lidar com as oposições e os diversos mecanismos de condução dos pleitos eleitorais.

O presente capítulo demonstra que Castilhos, para dominar a política estadual, tinha ciência da necessidade de construir uma estrutura de controle da política municipal, que nunca era estável e que precisava ser acompanhada de perto.⁴⁹⁵ A partir de sua correspondência, busca analisar como o exercício da liderança partidária levou em consideração as forças políticas que emanavam da esfera municipal. Foi na relação com estas forças que Castilhos buscou construir a hegemonia do PRR no estado.

O capítulo está dividido em cinco partes. A primeira discute o papel do município enquanto esfera de poder no contexto do novo regime, atentando para os aspectos legais e para práticas políticas, nos quais Castilhos teve atuação marcante. A segunda, terceira e quarta parte têm por foco a relação do PRR, enquanto partido situacionista, e de Castilhos enquanto liderança partidária, com outros grupos políticos atuantes nos municípios, tais como partidos e facções de oposição, dissidências e adesistas. A parte final centra sua atenção nas eleições,

⁴⁹⁵ É importante ressaltar que a esfera municipal já foi tema de estudo de outros autores, ainda que em perspectiva distinta. Para o caso do Rio Grande do Sul republicano, podemos citar os trabalhos de Ramos (1990), mais interessada no período da propaganda republicana, e de Félix (1996), que tratou do período borgista.

reavaliando a centralidade delas no contexto político da República. Mostra que os pleitos foram mais do que fraudes e violência. Confere a eles destaque como legitimadores do regime, ponto essencial para construção de uma hegemonia partidária no estado. Mostra que Castilhos, enquanto chefe do partido e liderança estadual, foi um dos grandes protagonistas do processo eleitoral, interferindo diretamente nele com vistas a obter para seu partido a vitória.

Três hipóteses conduzem a narrativa do capítulo. A primeira trata do entendimento que Castilhos possuía acerca da esfera municipal: para o líder do PRR, o município era peça-chave na construção do novo regime. Manter um mínimo de domínio sobre a política local era essencial para assegurar o domínio da política estadual. A segunda hipótese atesta que a capacidade do PRR e, especialmente de Castilhos, em lidar com as heterogeneidades políticas de nível municipal, muitas das quais se constituíram em oposições – partidos, facções, dissidências e lideranças individuais – foi essencial na construção de um domínio político castilhista⁴⁹⁶ no estado. Castilhos e o PRR destinaram a essas oposições diferentes formas de tratamento, apesar do objetivo ser o mesmo: mantê-las sob controle. Por fim, a terceira hipótese que conduz o capítulo chama a atenção para a importância das eleições e de seu papel legitimador do regime republicano, fato que justificava a atenção que o processo recebeu de líderes republicanos, entre os quais estava Castilhos.

5.1 O município na República: aspectos da legislação e da prática política

Dia 20 de novembro de 1889. Na sessão da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí, os vereadores tomavam conhecimento de um ofício enviado dois dias antes pelo governo provisório do Rio Grande do Sul. O ofício informava que, “por decreto de 15 do corrente foi proclamada como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa, constituindo as províncias os Estados Unidos do Brasil”.⁴⁹⁷ O mesmo ofício determinava a dissolução da Câmara Municipal, sendo, em seu lugar, instalada uma comissão – a Junta Municipal – composta por três integrantes indicados pelo próprio Visconde de Pelotas.

As consequências das mudanças provocadas pela instituição da República rapidamente chegaram aos municípios no Rio Grande do Sul. Neste estado sulino, como se percebe pelo

⁴⁹⁶ Este capítulo apresentará uma análise das diversas oposições ao PRR que surgiram ao longo dos anos iniciais da República. Como se verá, muitas dessas oposições eram também republicanas, ainda que contrárias ao domínio do PRR. Assim, ao tratarmos especificamente dos republicanos ligados ao PRR, passaremos a utilizar o termo castilhistas, compreendendo que havia republicanos não-castilhistas.

⁴⁹⁷ SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Sessão do dia 20 de novembro de 1889. Localização: ACMVSSC, *Livro de Atas da Câmara Municipal*. São Sebastião do Caí: 1886-1890, f. 129v-130. Ofícios semelhantes devem ter recebido as Câmaras dos demais municípios sul-riograndenses.

ocorrido no município de São Sebastião do Caí, as Câmaras Municipais receberam o comunicado da mudança de regime através de ofício enviado pelo Visconde de Pelotas, primeiro presidente republicano do Estado. Fica evidente que, realizada a instalação do novo regime a nível federal e estadual, eram necessárias mudanças nos municípios. Por isto, uma das primeiras ações do novo regime foi a imediata substituição das Câmaras por Juntas Municipais.

As medidas tomadas na década de 1890, em relação aos municípios estavam para além da imediata dissolução de Câmaras e formação das Juntas Municipais. Esta foi apenas a primeira etapa de um rearranjo político que seria intenso ao longo dos anos seguintes. No caso do Rio Grande do Sul, tem-se dimensão da importância que a esfera municipal assumia para o PRR ao observarmos a Constituição estadual de 1891. Nela, fica evidente a intenção dos republicanos castilhistas em garantir o controle sobre a política local e evitar que a autonomia municipal colocasse algum empecilho ao domínio político do PRR. Havia, para tanto, respaldo na Constituição federal.

A Constituição da República, aprovada pela Assembleia Constituinte em 1891, garantia o princípio federativo no que concerne à organização estadual. O Artigo 63 permitia a cada estado elaborar sua própria Constituição, enquanto esta respeitasse “os princípios constitucionais da União”.⁴⁹⁸ Em relação aos municípios, entretanto, a questão do federalismo foi repassada aos estados, permitindo ao poder estadual deter maior controle sobre a política municipal.

Em *Coronelismo, Enxada e Voto*, Vítor Nunes Leal destaca que “O problema da eletividade do executivo municipal assumiu grande relevo doutrinário e prático na Primeira República, devido às frequentes violações desse princípio em diversos Estados”. Segundo Leal, tais violações eram possíveis graças à vitória da “corrente estadualista, cujo pensamento se corporificou na emenda de Lauro Sodré, que veio a ser o art. 68 da Constituição” (LEAL, 1975, p.116). O *Título III*, que se refere aos municípios, era composto apenas pelo artigo 68, que deixava aos Estados a prerrogativa de organização dos municípios, observando a autonomia municipal: “Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse”.⁴⁹⁹

Assim, apesar do artigo constitucional assegurar a autonomia municipal, ao deixar para os estados sua organização, possibilitou não somente uma variação das formas organizativas

⁴⁹⁸ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1891, Artigo 63. Apud BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 539. v. 8.

⁴⁹⁹ BRASIL, Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1891, Art. 68. Apud BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 540. v. 8.

como também abriu brechas para que os estados mantivessem maior controle sobre a política municipal. Quanto às variações das formas organizativas, Leal (1975) aponta, em relação ao executivo municipal, uma variedade de casos.

Em poucos estados as funções executivas municipais ficaram a cargo do presidente da Câmara. Era este o caso do Estado do Rio e do Rio Grande do Norte. Na maior parte dos estados, entretanto, foram criados executivos especiais, mas com diferentes denominações (prefeito, intendente, superintendente, agente executivo) (LEAL, 1975). No caso do Rio Grande do Sul, a Constituição estadual de 1891 previa, em seu artigo 63, que “O poder municipal será exercido na sede de cada município, por um intendente, que dirigirá os serviços, e por um conselho, que votará os meios de serem eles criados e mantidos”, sendo ambos eleitos por sufrágio de quatro em quatro anos (§único).⁵⁰⁰

O artigo 7º das Disposições Transitórias assegurava que o Executivo estadual nomeasse o primeiro intendente municipal: “Os intendentes serão nomeados pelo presidente do Estado no primeiro período municipal”.⁵⁰¹ Assim, o PRR tinha assegurado seu controle sobre quem ocuparia a Intendência municipal pela primeira vez. Havia, ainda, outros mecanismos, assegurados pela Constituição estadual, que podiam ser acionados pelo presidente estadual com o intento de influir na administração municipal.

O artigo 20º da Constituição estadual garantia o controle do Presidente do Estado sobre a força policial, sendo possível, então, se fosse o caso, sua utilização dentro dos limites municipais: “Art. 20 – Como chefe supremo do governo e da administração, compete ao Presidente, com plena responsabilidade”, entre outras, de “Mobilizar e utilizar a guarda policial dos municípios em casos excepcionais”.

Gunter Axt, analisando especialmente o período em que Borges de Medeiros ocupou a presidência do Estado, aponta que o controle do poder central estadual sobre a Polícia Judiciária foi um dos meios pelo qual ele assegurou maior controle sobre a política municipal. Escreveu Axt que:

a Polícia Judiciária compunha-se, nos Municípios, dos delegados e subdelegados, estando submetida ao Secretário do Interior e Justiça, à chefatura de polícia e às quatro subchefaturas regionais, as quais podiam dispor dos regimentos brigadianos, embora eles não estivessem sob seu comando direto. A Brigada Militar, por sua vez, registrava alto grau de fidelidades ao Palácio, bastando para isso mencionar que sobre ela vigia o

⁵⁰⁰ RIO GRANDE DO SUL. Constituição Rio-Grandense, 1891, Artigo 63. Apud BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 624. v. 8.

⁵⁰¹ RIO GRANDE DO SUL. Constituição Rio-Grandense, 1891, Disposições Transitórias, Artigo 7º. Apud BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 629. v. 8.

Código Penal da Armada, o qual, esgrimido pela Comandância, sempre indicada pelo Presidente do Estado, cominava sentenças, incluindo castigos corporais e a pena de morte, que apenas podiam ser apeladas ao mesmo Presidente (AXT, 2004, p. 69).

No mesmo artigo 20, o §18 da Constituição estadual permitia ao presidente do Estado “Declarar sem efeito as resoluções ou atos das autoridades municipais, quando infringirem leis federais ou do Estado”.⁵⁰² Esse dispositivo garantia ao governo estadual amplo controle sobre os municípios e era necessário ao governo estadual deter este controle visto que as alianças com as elites e lideranças locais eram, muitas vezes, frágeis, resultantes de alianças e acordos com grupos que não eram historicamente republicanos.⁵⁰³

O controle do poder estadual sobre a esfera municipal não foi característica somente do Rio Grande do Sul. Cláudia Viscardi (2017), aponta que no conjunto de 20 constituições estaduais que analisou, encontrou em 15 delas dispositivos que comprometiam a autonomia municipal.⁵⁰⁴ Como alerta a autora, o que muitos estudos apontaram como “especificidades que comporiam identidades regionais”, eram, na verdade, derivações “de influências que se davam no âmbito da macropolítica” (VISCARDI, 2017, p. 15). Ou seja, a construção de um aparato legal inibidor da autonomia municipal, identificado em diversos estados, estava de acordo com o previsto no modelo de República federativa adotado após 1889 e, especialmente, com a promulgação da Constituição de 1891.

Mesmo quando a legislação parecia garantir alguma autonomia aos municípios, essa nem sempre podia ser praticada. Veja-se, por exemplo, o caso do Rio Grande do Sul. Viscardi aponta que este estado estava na “contramão dessa postura” de comprometimento da autonomia municipal, pois “conferia maiores poderes aos conselhos municipais, podendo ele, inclusive, refutar projetos dos governadores, desde que em maioria” (VISCARDI, 2017, p. 89). A autora

⁵⁰² RIO GRANDE DO SUL. Constituição Rio-Grandense, 1891, Artigo 20º§18. Apud BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 616. v. 8.

⁵⁰³ Em meio às milhares de missivas recebidas por Castilhos uma nos chamou a atenção por fazer referência ao §18 do artigo 20 da Constituição, solicitando que o Presidente do Estado dele fizesse uso. Escreveu Guilherme Echenique, de Pelotas, em 1901: “[...] venho comunicar-vos que faço seguir hoje a petição que dirijo ao digníssimo Presidente do estado, impetrando que de acordo com o §18 do artigo 20 da Constituição Política me seja conferida a justiça que reclamo”. O caso que levou Echenique a fazer tal solicitação estava relacionado a uma decisão tomada pelo intendente. O remetente desejava a manutenção de uma estrada vicinal que, por requerimento do lindeiro, foi fechada com ordem do intendente. Como se percebe pelo caso relatado, a população sabia dos poderes que o presidente do Estado concentrava em suas mãos e, neste caso, o remetente requeria que o presidente fizesse uso destes poderes em detrimento do Intendente Municipal. (Carta de Guilherme Echenique. Pelotas, 30 de novembro de 1901. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 9, Maço 42, Doc. 740).

⁵⁰⁴ A análise completa que Viscardi fez das 20 constituições estaduais está presente no capítulo 2, *item 2.3 As cartas estaduais e os limites do federalismo* (p. 82-98), de sua mais recente obra *Unidos perderemos: A construção do federalismo republicano brasileiro* (2017).

provavelmente levava em consideração, para sustentar essa afirmação, os artigos 10 e 32 da Constituição estadual.

O artigo 10 previa que, “Dentro dos seis primeiros meses do período presidencial, o presidente escolherá livremente um vice-presidente [...]”⁵⁰⁵ e em seu parágrafo segundo subordinava a escolha à aceitação do nome pelos Conselhos Municipais: “§2º Tornando-se pública sem demora, o presidente não manterá a escolha se contra ela manifestar-se a maioria dos Conselhos Municipais”.⁵⁰⁶ O artigo 32, por sua vez, previa que qualquer lei, antes de ser promulgada pelo presidente do estado, deveria ser enviada aos municípios para ser analisada, sendo que no prazo de três meses “serão transmitidas ao presidente, pelas autoridades locais, todas as emendas e observações que forem formuladas por qualquer cidadão habitante do Estado”.⁵⁰⁷ O presidente então modificaria o projeto, julgando procedente as observações de municípios (§3º) e então converteria o projeto em lei que poderia ser revogada “se a maioria dos conselhos municipais representar contra ela ao presidente”.⁵⁰⁸

Em relação ao previsto no artigo 32, cabe lembrar que ele excluía de serem submetidas aos municípios diversas resoluções de competência da Assembleia estadual tais como as que se referiam ao orçamento, à criação de impostos e aos subsídios do presidente do Estado. Ou seja, sobre diversos assuntos, os conselhos municipais estavam excluídos de interferir. Além disso, a revogação de uma lei requeria representação da “maioria dos conselhos municipais”, o que exigiria uma mobilização conjunta dos municípios, algo muito difícil. Mas, o maior fator limitador da efetiva prática da ingerência municipal sobre assuntos estaduais previstos nos artigos 10 e 32 da Carta estadual era o domínio que o partido situacionista estadual possuía sobre a esfera de poder municipal. E foram vários expedientes que asseguraram esse domínio.

A substituição das últimas Câmaras Municipais do Império por Juntas nomeadas pelo governo provisório a que aludimos anteriormente, colocava nas mãos do PRR, que tomou o poder estadual com a Proclamação, a oportunidade de controlar as eleições dos primeiros Conselhos Municipais, como veremos na parte final deste capítulo. Há ainda de se considerar que a Constituição Estadual determinava que os primeiros intendentess, aqueles que seriam os

⁵⁰⁵ RIO GRANDE DO SUL. Constituição Rio-Grandense, 1891, Artigo 10º. Apud BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 613. v. 8.

⁵⁰⁶ RIO GRANDE DO SUL. Constituição Rio-Grandense, 1891, Artigo 10º§2. Apud BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 613. v. 8.

⁵⁰⁷ RIO GRANDE DO SUL. Constituição Rio-Grandense, 1891, Artigo 32, §2º. Apud BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 618. v. 8.

⁵⁰⁸ RIO GRANDE DO SUL. Constituição Rio-Grandense, 1891, Artigo 32, §4º. Apud BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 618. v. 8.

responsáveis por organizar os primeiros pleitos municipais, seriam nomeados pelo presidente do Estado.⁵⁰⁹ Havia, portanto, certo controle da política municipal, pelas vias legais.

Mais uma vez tem-se a ação direta de Castilhos na elaboração desse sistema de controle da esfera municipal. Para elaborar o projeto da Carta estadual foi designada uma comissão, formada por Júlio de Castilhos, Ramiro Barcellos e Assis Brasil. Entretanto, como referido pelo próprio Assis Brasil, o projeto foi de autoria pessoal de Castilhos, tendo sido aprovado pela Assembleia Constituinte Estadual com poucas alterações.⁵¹⁰ Se os aspectos centralistas e autoritários da Constituição revelam uma inspiração positivista, deve-se considerar também que derivavam de uma necessidade de aumentar as possibilidades de controle da política municipal.

Júlio Prates de Castilhos era, como seus biógrafos bem assinalaram, fervoroso leitor das obras de Comte. Entretanto, ao acompanhar seu trabalho diário de leitura e escrita de correspondência parece ficar evidente que suas ações, mais do que fruto de uma inspiração teórica, derivavam da necessidade constante de garantir o domínio sobre a política municipal e estadual, bem como de se relacionar com seguidores e opositores. O positivismo atraía, certamente, por melhor representar a possibilidade de manter esse domínio.⁵¹¹

Ainda que a grande preocupação do PRR fosse manter o domínio da política municipal, este deveria ser realizado observando a legalidade. Decisões não amparadas pela lei ou mesmo o uso da violência para garantir o controle da política local eram meios a utilizar em última instância. O domínio da política estadual, por parte do PRR e a ampliação de sua base de apoio nos municípios ao longo dos anos iniciais da República, como viemos mostrando até aqui, não sustenta a ideia de que os republicanos que ocupavam o poder podiam agir do modo que desejavam, sem qualquer compromisso jurídico ou mesmo político. Um caso exemplar foi o ocorrido por ocasião da fundação do município de Alfredo Chaves, separado de Lagoa Vermelha, em 1898.

No ano de 1898, Alfredo Chaves contava com uma população de 37.535 pessoas, segundo dados apresentados pelo Presidente do estado à Assembleia estadual.⁵¹² Quando da

⁵⁰⁹ RIO GRANDE DO SUL. Constituição Rio-Grandense, 1891, Disposições Transitórias, Artigo 7º. Apud BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 629. v. 8.

⁵¹⁰ Para maiores detalhes sobre a elaboração e discussão do projeto de Constituição estadual ver AXT, 2001, p. 62-63.

⁵¹¹ Para Gunter Axt (2002, p. 27) o positivismo foi “chamado a contribuir na justificativa teórica e formal do constitucionalismo pretendido”. Concordando com Axt, nos parece mais interessante compreender as ações dos republicanos ocupantes do poder a partir delas próprias, mais do que derivadas de uma ideologia ou corpo de ideias determinantes.

⁵¹² *Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros na 3ª sessão ordinária da 3ª Legislatura em 20 de setembro de 1899*. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d’A Federação, 1899, p. 24. Localização: Center for Research Libraries Global Resources Network,

fundação deste novo município, o presidente Borges de Medeiros pretendia que o primeiro intendente fosse nomeado por ele e se mantivesse no cargo pelo período de quatro anos. A base para tal intento era o já citado artigo 7º das Disposições Transitórias da Constituição estadual.⁵¹³ Consultando o chefe do partido sobre a questão, Medeiros encontrou posição adversa:

Dize aos Medeiros que vou ler a minuta do decreto sobre Alfredo Chaves, para responder à consulta com que me honrou. Quanto ao prazo durante o qual deve exercer o cargo o intendente de nomeação, discordo do que dizes: penso que este não deve servir por quatro anos, e, sim, até que se possa realizar a eleição. Depois esperei os motivos.⁵¹⁴

Posteriormente, Castilhos oferecia maiores detalhes a Borges. Segundo ele,

o primeiro período municipal de que fala o art. 7º das Disposições Transitórias, ao meu ver, é o quadriênio imediato à promulgação da Constituição e cujo início, segundo interpretação oficial dada pelo governo em repetidas decisões, foi contado da data da promulgação da Lei Orgânica, relativamente a cada município.⁵¹⁵

Assim, segundo Castilhos, o intendente nomeado em 1898 deveria governar até a realização de eleições municipais, que poderiam ser organizadas ante a adoção provisória de uma Lei Orgânica de outro município, que regularia o primeiro processo eleitoral.⁵¹⁶ Segundo Castilhos, ainda que fosse possível manter o intendente nomeado por quatro anos, apoiando-se no artigo 7º das Disposições Transitórias, tal “não convém politicamente”. Sua preocupação era “evitar que se diga ou se propale que o governo, forçando a interpretação do texto constitucional, coloca um município sob a sua imediata tutela, exercida por intermédio de um agente seu. Parece que esta consideração tem um certo valor”.⁵¹⁷

Provincial Presidential Report (1830-1930): Rio Grande do Sul. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>. Acesso em 18 set. 2017.

⁵¹³ RIO GRANDE DO SUL. Constituição Rio-Grandense, 1891, Disposições Transitórias, Artigo 7º. Apud BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 629. v. 8.

⁵¹⁴ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 02 de março de 1898. Localização: AHRS, APAVB, Maço 3, doc. 206.

⁵¹⁵ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 3 de março de 1898. Localização: AHRS, APAVB, Maço 3, doc. 209.

⁵¹⁶ Segundo Castilhos, a possibilidade de adotar a Lei Orgânica de outro município, de forma provisória, teria amparo na Constituição estadual, §2º do artigo 3º das Disposições Transitórias. Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 3 de março de 1898. Localização: AHRS, APAVB, Maço 3, doc. 209.

⁵¹⁷ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 3 de março de 1898. Localização: AHRS, APAVB, Maço 3, Doc. 209.

Medeiros acabou acatando as considerações de Castilhos.⁵¹⁸ Chama a atenção o cuidado de Castilhos com medidas que pudessem gerar uma repercussão política negativa. O temor de Castilhos não era infundado. Mesmo após a vitória castilhista sobre os federalistas na guerra civil de 1893-1895, as oposições se mantinham na ativa e qualquer fato poderia ser explorado por elas. Elas eram muitas, e também muitos foram os modos como o PRR se relacionou com elas.

5.2 “pretenderão esses homens ser os competentes para fazer a República?”: a vez dos castilhistas e o combate aos federalistas

Após 1889 o PRR se apresentou como o único partido republicano do Rio Grande do Sul e aquele que, por legitimidade, deveria se ocupar do poder. Firmar essa posição era uma maneira de legitimar o lugar que assumiu após o golpe que instaurou a República e, ao mesmo tempo, afastar outros grupos que pudessem pretender o governo. O editorial de 23 de novembro de 1889 do *A Federação*, intitulado *Organização de partidos*, demonstra a reação dos republicanos rio-grandenses ante a tentativa dos liberais de disputarem espaço e poder no novo regime. O texto faz referência a uma publicação da folha liberal *A Reforma*. Nela, os liberais não só manifestaram sua intenção de se manter agregados, sob o signo de liberais, separados dos republicanos, como também afirmavam o desejo de disputar o poder. O manifesto dos liberais ficou conhecido como “manifesto dos três Joaquins”.⁵¹⁹

Para *A Federação*, o intento dos liberais de se manter como partido separado era legítimo. O problema estava na vontade daquele grupo de participar da organização da República:

[...] a missão do poder atualmente é reorganizar a Pátria de acordo com o espírito republicano federativo; pretenderão acaso os homens que foram adversários da república até o dia 15 d’este mês, quer dizer, uma semana atrás, pretenderão esses homens ser os competentes para fazer a República?⁵²⁰

⁵¹⁸ Em carta a Aurélio, no dia seguinte às considerações relatadas, Júlio escreveu: “Estimo que o Medeiros tenha julgado procedentes as minhas observações sobre Alfredo Chaves”. Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 04 de março de 1898. Localização: AHRS, APAVB, Maço 3, Doc. 210.

⁵¹⁹ Segundo Sérgio da Costa Franco, “Em 19 de novembro, o último presidente da Assembléia (sic), Joaquim Pedro Salgado, mais o vice-presidente Joaquim Pedro Soares e o deputado Joaquim Antônio Vasques, deitaram manifesto através de A REFORMA em nome do Partido Liberal, sustentando que este representava a maioria da Província, era uma força, e como tal deveria ser respeitado. Mas esse documento que ficou conhecido como o ‘manifesto dos três joaquins’ só recebeu respostas duras e terminantes de A FEDERAÇÃO [...]” (FRANCO, 2004, p. 84). Sobre o manifesto ver também AXT, 2001, p. 56-57.

⁵²⁰ A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano VI, nº. 268, p. 1, 23 nov. 1889. Localização: BNDigital.

A postura dos republicanos em relação aos liberais que não aderiram ao PRR era, portanto, de mantê-los como adversários: aqueles que foram contrários à República e que, portanto, eram a encarnação póstuma do antigo regime imperial. Essa mesma pecha seria, mais tarde, atribuída ao Partido Federalista, organizado em 1892, com antigos membros do Partido Liberal somados a alguns conservadores e republicanos dissidentes. A eles também os republicanos atribuíam a etiqueta de defensores da forma monárquica de governo, sempre lembrando que seus antigos líderes pertenceram às hostes de um partido monárquico até 1889. A 12 de janeiro de 1892, *A Federação* fazia críticas contundentes à fundação do Partido Federal e a sua tentativa, e a de seu maior líder, Gaspar Silveira Martins, de se proclamarem republicanos:

De monarquistas decididos da véspera [do 15 de novembro] cambiaram-se em republicanos mais convictos que os próprios republicanos da velha guarda!

[...]

Nessa derradeira transformação o partido da *Reforma* passará a denominar-se partido *federal*.

Verá o público que com o mesmo despejo de sempre, ele em breve levantará com o sr. Silveira Martins a bandeira do unitarismo, patenteando mais uma vez o que temos repetido à sociedade: que não há n'essa gente o menor amor às ideias e sim a preocupação única de mandar

[...]

Ele muda sempre de disfarce conforme a comédia que lhe cabe representar!⁵²¹

Dias antes, o jornal já havia feito críticas às declarações dadas por Gaspar Silveira Martins quando de seu retorno da Europa. Segundo *A Federação*, o jornal *Gazeta de Notícias* havia publicado uma entrevista realizada por um de seus redatores com Silveira Martins que teria declarado “ser republicano e contrário à restauração da monarquia no Brasil”.⁵²² Em outra publicação, intitulada “Onde está a verdade?”, o jornal republicano questionava o comportamento dúbio de Silveira Martins que, segundo as “folhas gasparistas”, “se declarava adepto da república federativa, acrescentando que lhe parecia bem o regime estabelecido”, ao passo que o *Diário do Comércio*, do Rio de Janeiro, assegurava “que em uma visita ao ex-imperador, o sr. Gaspar manifestara esperanças restauradoras”.⁵²³

Como demonstrou Tassiana Saccol (2013), havia, no cenário de crise política que o Império atravessava na década de 1880, uma preocupação do PRR em se diferenciar dos partidos monárquicos. Na década seguinte, a preocupação foi capitanear para si a legitimidade

⁵²¹ COMÉDIA Antiga. In: A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, Ano IX, n. 10, p. 1, 12 jan. 1892. Localização: BNDigital. Grifos do autor.

⁵²² SERVIÇO Telegraphico. In: A FEDERAÇÃO, Ano IX, n. 4, p. 1, 5 jan. 1892. Localização: BNDigital.

⁵²³ ONDE está a verdade? In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano IX, n. 7, p. 1, 8 de janeiro de 1892. Localização: BNDigital.

de partido defensor da República, negando-a aos antigos monarquistas que se proclamavam convertidos ao republicanismo.

Se à oposição era negado espaço no republicanismo, a existência dela era essencial. Em primeiro lugar, porque agregava os republicanos, mantendo a existência de um lado opositor, a ser combatido. Segundo Axt, “a existência da oposição era, enquanto alteridade inimiga, garantia da unidade interna” (2001, p. 181). Por outro lado, a existência da oposição a qual poderia ser agregada a pecha de ser monarquista, também cumpria o papel de lembrar que o perigo da monarquia ainda não estava, de todo, vencido. Contribuíam para isso a existência de diversos movimentos monarquistas restauradores no Brasil.⁵²⁴

Janotti lembra que a “história do movimento monarquista é pontilhada por conjecturas, às quais os republicanos conferiram foro de verdades” (1986, p.11). No caso do PRR e de Castilhos, foi muito comum o uso do argumento de um possível ataque monarquista como maneira de angariar apoio federal. Neste sentido Loiva Félix já observou que em relação “à afirmação de que federalistas seriam uma ameaça à consolidação da República, por serem monarquistas e restauradores, ela não passa de uma imagem mental criada entre os legalistas, com o nítido propósito de captar o apoio do governo central” (FÉLIX, 1996, p. 67).

O discurso propalado por Castilhos e os demais líderes republicanos era o da existência de apenas dois lados políticos possíveis: a favor ou contra a República. No caso do Rio Grande do Sul, qualquer grupo ou partido distinto do PRR era logo acusado de ser contrário ao regime republicano. Como aponta Gunter Axt, a construção do discurso do PRR não “admitia a legitimidade de um projeto alternativo de República”: “Ou se era republicano, ou se era anti-republicano e, portanto, inimigo da Pátria” (AXT, 2001, p. 85). No caso de Castilhos e do PRR, o entendimento era ainda mais restrito pois ser republicano significava ser do PRR; não existia, em seu discurso, republicanismo fora do PRR. Assim, legitimava-se qualquer tipo de intervenção – até violenta – contra a oposição e se buscava evitar novas defecções.

Essa visão político partidária propalada no discurso castilhista se, por muito tempo, permeou o imaginário, não encontra eco na historiografia. Loiva Félix, por exemplo, enfatizou que ambos partidos – PRR e Federalista – possuíam programas claramente defensores da República como forma de governo, ainda que mantivessem posturas distintas em relação ao modo pelo qual ela deveria se constituir: presidencialista ou parlamentarista. Mostra que a

⁵²⁴ Maria de Lourdes Mônaco Janotti cita a fundação, em 1895, em São Paulo, do Partido Monarquista e em 1896, do Centro Monarquista do Rio de Janeiro (1986, p. 9).

grande bandeira dos federalistas, na década inicial da República, foi a luta contra a centralização autoritária prevista na Constituição estadual.⁵²⁵

Há, porém, uma outra visão que derivou do discurso castilhista e que, de certo modo, acabou por caracterizar a produção historiográfica, qual seja, o grande relevo concedido à oposição feita inicialmente pelos liberais e depois pelos federalistas. Pois, se eles eram um grande problema a ser enfrentado pelos republicanos castilhistas, não eram o único. A excessiva importância concedida à oposição capitaneada pelo partido de Gaspar Silveira Martins acabou por ocasionar um apagamento, na historiografia, de tantos outros modos de oposição. Não se quer negar a importância da oposição federalista, mas se pretende demonstrar que a oposição era muito mais plural.

Se a oposição federalista resultou em uma guerra que mergulhou o estado por três anos em combates – e este é com certeza um dos motivos pelos quais tanto destaque recebeu na historiografia⁵²⁶ – outras modalidades de oposição também foram combatidas pelo PRR ao longo da década de 1890, pois representavam perigo à construção da hegemonia castilhista.

Como demonstraremos, as oposições eram diversas e tomavam, muitas vezes, contornos locais e pessoalizados. Não chegavam a se articular regionalmente, mas ainda assim eram combatidas pelos castilhistas. Eram oposições que desafiavam a chefia pessoal de Castilhos, de modo que ele não poupou esforços em combatê-las.

5.3 “podem-nos riscar a todos do partido”: as diversas oposições

Ao tratar da organização do Partido Federalista no Rio Grande do Sul, Sérgio da Costa Franco (2007) analisa a formação, em diferentes momentos da década de 1890, de grupos ou partidos de oposição ao PRR. Em 1890, surgiu a União Nacional, sem caráter de partido, mas congregando liberais, conservadores e republicanos dissidentes do castilhismo. Para a eleição à Assembleia Constituinte Estadual, em 1891, nova configuração oposicionista, então com o nome de Partido Republicano Federal. Reunia membros da União Nacional com dissidentes republicanos como Demétrio Ribeiro e Barros Cassal. Segundo Sérgio da Costa Franco (2007) sua existência limitou-se ao pleito. Em 1892, com o retorno de Gaspar Silveira Martins, formou-se o Partido Federalista, aquele que se tornaria o grande opositor tanto no período castilhista

⁵²⁵ Interpretação semelhante tem Céli Pinto (1987).

⁵²⁶ Outro fator que pode ter colaborado é o fato de que muitos federalistas eram oriundos do antigo Partido Liberal, dominante na província ao final do período monárquico. Tal fato pode explicar o interesse de muitos trabalhos por esta oposição federalista.

quanto borgista.⁵²⁷ Ainda em 1896, logo após a guerra civil, momento em que os federalistas ainda não haviam se reorganizado, se formou o Partido Republicano Liberal, reunindo dissidentes como Demétrio Ribeiro, Barros Cassal, Antão de Faria e os nórnicos (como os irmãos Homero e Álvaro Batista e Pedro Moacyr, entre outros). Em 1897, entretanto, este partido já havia se dissolvido.

Como se percebe, para além da oposição dos antigos liberais, aglutinados no novo Partido Federalista, e de ex-conservadores que não se curvaram aos intentos dominadores do PRR, os republicanos castilhistas tiveram de enfrentar, ao longo da década de 1890, as oposições organizadas pelas diversas dissidências. A primeira, denominada por Céli Pinto (1987) de “dissidência positivista”, foi capitaneada pelos republicanos Demétrio Ribeiro e Pedro Moacyr, que denunciavam a falta de comprometimento do governo de Castilhos com os princípios ideológicos positivistas. Em 1891, novas dissidências. Era este o ano em que o presidente Deodoro da Fonseca fechara o Congresso. O pronunciamento de Castilhos em apoio ao presidente gerou novas defecções, entre as quais do amigo de longa data e cunhado, Assis Brasil. Em 1896, foi a vez dos republicanos Homero e Álvaro Batista romperem com o castilhismo para formar o grupo que viria a ser conhecido como “nórnicos”.⁵²⁸

Segundo Setembrino de Carvalho, um dos dissidentes, a origem do termo nórnicos pode ser assim explicada: “Origina-se a alcunha do fato de advogarmos, no manifesto político ao Rio Grande, o restabelecimento das antigas normas da fase da propaganda republicana para a escolha dos representantes do povo nas Assembléias (sic) políticas”. Segundo Setembrino, “Júlio de Castilhos havia tudo derogado para sobrepor ao pronunciamento de seus pares sua vontade imperativa e aviltante” (CARVALHO, 1950, p. 35).

A tentativa do PRR de negar o republicanismo a qualquer oposição ganhava novo significado a partir do surgimento das dissidências. Afinal, se o grupo que se formava a partir de uma cisão era também republicano, o PRR corria o risco de perder apoio federal. A carta de Campos Sales, então presidente de São Paulo, ao presidente da República, Prudente de Moraes sugere que isso possa ter ocorrido em 1897. Contrariando os republicanos castilhistas, Sales sugeria conceder cargos da Guarda Nacional aos dissidentes, como se percebe pelo trecho abaixo transcrito:

⁵²⁷ Para mais detalhes sobre a oposição ao PRR ver FRANCO, 2007. Especificamente sobre o Partido Federalista ver FERTIG; ROUSTON JUNIOR, 2010 e ROUSTON JUNIOR, 2016.

⁵²⁸ Essas primeiras dissidências também não passaram despercebidas no trabalho de Gunter Axt (2001). Tassiana Saccol, que em sua dissertação de mestrado analisou a trajetória de Assis Brasil (SACCOL, 2013), um dissidente do PRR, dedicou sua pesquisa de doutorado à análise das dissidências republicanas, com foco para além da primeira década republicana. Ver Saccol (2018).

Parece-me que neste momento é conveniente adotar uma política de prudência e precauções com relação ao sul. O norte absorve todas as atenções e todas as forças do governo, e isto de alguma parte fortalece e encoraja os agitadores da região oposta. Digo isto para advertir que é de toda a conveniência não fazer no Rio Grande o que se fez no Paraná com relação às nomeações para a Guarda Nacional. Em todo caso, existindo lá uma dissidência republicana, será bom que, quando tenha de haver nomeações, recaiam estas sobre o pessoal da dissidência, de preferência. Parece que agora o melhor será não cuidar de nomeações para evitar que, a pretexto de sofrer reações, se faça por lá qualquer agitação que agrave as complicações existentes.⁵²⁹

Aquele era o momento em que o governo federal estava envolvido no movimento que ocorria em Canudos e precisava, de toda maneira, evitar que também no Sul houvesse perturbações. À vista disso, Sales recomendava que as nomeações recaíssem sobre as dissidências, evitando, assim, problemas com elas. Não temos como saber se tais nomeações realmente aconteceram, mas se pode perceber que havia, além de uma oposição liberal, uma dissidência republicana forte.⁵³⁰ Além do mais, fica evidente que os republicanos que ocupavam o poder federal reconheciam o republicanismo de outros grupos políticos do Rio Grande do Sul, mesmo que não ligados ao PRR. Para o governo federal, a situação do Rio Grande do Sul não distava da de outros estados, ou seja, havia o reconhecimento da existência de diferentes grupos republicanos no estado que disputavam o poder, ao contrário do que propalava o discurso do PRR.⁵³¹

A sugestão de Sales poderia ter por base não somente o contexto conturbado que o Brasil enfrentava com a questão Canudos, como sugere a carta. Deve-se levar em conta que as relações entre o governo Prudente, apoiado por Sales, e o governo de Castilhos, no Rio Grande do Sul, haviam sido abaladas com o fim da Revolução Federalista por conta da anistia concedida aos partidários de Silveira Martins. Durante todo o ano de 1896, Prudente de Moraes empreendeu forte combate à tentativa de Castilhos de hostilizar federalistas e de incorporar tropas federais à Brigada Militar.⁵³²

⁵²⁹ Carta de Campos Sales a Prudente de Moraes. Gabinete do presidente do Estado de São Paulo, 28 de julho de 1897. Localização: AN, Série 2: Documentação avulsa – Correspondência, Caixa 5, Doc. 1578.

⁵³⁰ A medida proposta por Sales a Prudente poderia também ser uma retaliação à aproximação de Castilhos e Pinheiro Machado a Francisco Glicério, líder do Partido Republicano Federal que propôs candidatura à presidência distinta da proposta pelo Catete naquele ano de 1897, como veremos no próximo capítulo.

⁵³¹ Em Mato Grosso, o republicanismo se dividia entre o Partido Nacional e o Partido Republicano (FRANCO, 2014). No Paraná, o republicanismo pós-15 de novembro, dividia-se entre o Partido Republicano Federal, que reunia republicanos e antigos conservadores, e a União Republicana do Paraná, organizada pelos antigos liberais (SÊGA, 2008).

⁵³² No Fundo Prudente de Moraes, do Arquivo Nacional, há correspondência entre o presidente Moraes e o general João Thomaz Cantuária, enviado ao Rio Grande do Sul para garantir a pacificação após o fim da Revolução Federalista. Localização: AN, Fundo Prudente de Moraes.

Se somente esse quadro já nos fornece uma ideia do quão diversa era a oposição aos castilhistas, ao diminuirmos o foco de análise para a esfera municipal, podemos perceber que a oposição era muito mais plural. Na longa missiva de Otero – são 14 páginas – sobre a situação política do município de Rio Grande, é possível identificar uma variedade de grupos políticos que se opunham ao PRR em 1899. Segundo relatava, havia, em Rio Grande, cinco grupos políticos:

[...] de um lado a União Cívica com seu programa atuando simpaticamente sobre a massa popular e com seu pessoal ativamente reorganizando o partido republicano, ligado ao geral do Estado, mantendo o mesmo programa; [...] Do outro lado mestre Biboca, sem o prestígio de quem por tanto tempo foi cacique desta taba [...].

Havia, ainda, “os dissidentes de última hora”, os “federalistas e monarquistas” e os nórnicos. Segundo Otero, os dissidentes de última hora não tinham “programa, a não ser o de fazer o intendente; sem eleitorado nem membros para as mesas, se as tivessem de nomear”. Já o grupo dos federalistas e monarquistas, estavam “em diminuto número” no “alistamento e mais provavelmente apresentarão candidato de acordo com Biboca”. Os nórnicos, por sua vez, “são do Biboca”.⁵³³

Loiva Félix (1996) e Gunter Axt (2001) já apontaram que, no âmbito municipal, ocorria o enfrentamento de facções, que disputavam entre si, o apoio do partido estadual. As eleições municipais muitas vezes se tornavam o ápice dessas disputas internas. Algumas vezes, a disputa poderia levar a enfrentamentos com a própria executiva estadual do PRR, resultando em rupturas irreversíveis. Outras vezes, eram superadas e levavam a reconciliações.⁵³⁴ Como se percebe, constatar a existência de divisões internas, rupturas e facções não constitui nenhuma novidade. O argumento que se defende, neste capítulo, é o de que tais facções poderiam assumir o status de oposição ao partido dominante, preocupando as lideranças pelo âmbito que podiam alcançar.

Como se percebe pelo relato de Otero, as oposições nem sempre assumiam o caráter de grupo ou partido político. Ela poderia ser capitaneada por algum chefe político despojado de seu poder pelos republicanos. Pode ser este o caso do “mestre Biboca”, sobre quem não conseguimos mais informações. E pode também ter sido o caso de José Gabriel da Silva Lima, de Cruz Alta.

⁵³³ Carta de Otero a Júlio de Castilhos. Rio Grande, 15 de setembro de 1899. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 39, doc. 336.

⁵³⁴ Ver AXT, 2001, p. 108.

O rompimento de José Gabriel com o PRR já foi explorado por Joseph Love (1975) e Loiva Félix (1996). Para Love, o episódio demonstra não somente a insubordinação de um coronel local, como também exemplifica a punição que uma tal insubordinação poderia ocasionar, qual seja, a exclusão de seu nome na política local através do combate, com o uso da força, de qualquer tentativa de resistência.⁵³⁵

Conforme aponta Loiva Félix, José Gabriel era um antigo chefe político de Cruz Alta. Quando da proclamação da República, não tardou em aderir ao novo regime. Foi peça importante no município nos anos iniciais da década de 1890, quando o aparato institucional da República estava sendo formado, como demonstram as missivas que enviava a Júlio de Castilhos. Entretanto, a partir de 1899, quando de um desentendimento relativo à escolha de candidaturas à deputação federal, Zé Gabriel, como era mais conhecido em Cruz Alta, passou a adentrar as fileiras oposicionistas. Em carta a Castilhos afirmava que na “reunião feita no dia 26 da corrente [novembro de 1899] na Intendência Municipal para tratar-se da fundação de um colégio, Firmino de Paula”, parente de Júlio e chefe político na região, “declarou que tinha tido comunicação que os candidatos à deputação federal, por este distrito⁵³⁶, eram Alencastro, Germano Hasslocher e Angelo Pinheiro [...]”.

José Gabriel mostrava-se contrariado com o fato de não ter sido informado, de antemão, da lista de candidatos: “Fiquei admirado de ter ele sido informado antes de minha pessoa, tanto mais que lhe pedi declaração desses candidatos em minha carta de 19 do presente”. Em seguida afirmava que, após o anúncio feito por Firmino, “alguns eleitores declararam logo que não votavam nem em Germano nem em Ângelo, que pertence ao Estado de São Paulo”.⁵³⁷ Em seguida, afirma ainda que Firmino “aproveitou a ocasião” para pleitar “a futura eleição Municipal aqui, em novembro de 1900”, consultando os presentes na reunião “se aceitavam a dele ou a do José Gabriel”. Ao encerrar a carta, lançava o desafio “Assim o quer o homem, assim o tenha, veremos quem vence”.⁵³⁸

Joseph Love (1975) aponta que o rompimento do poderoso chefe local José Gabriel ocorreu em função da escolha para candidato à deputação federal de Germano Hasslocher.

⁵³⁵ Love aponta que em um ano depois José Gabriel teve a “oportunidade de revanche” e “teria ganhado sem dificuldade se o subcomandante da Segunda Região, General Firmino de Paula, não tivesse chegado com um contingente da Brigada Militar ‘para manter a ordem’” (LOVE, 1975, p. 86).

⁵³⁶ Segundo a lei n° 35, de 1892, o Rio Grande do Sul elegia 16 deputados à Câmara Federal, de modo que o estado estava dividido em 5 distritos. Como a lei eleitoral de 1904 (Lei Rosa e Silva) determinou que ao invés de três deputados, cada distrito elegeria cinco, o número de distritos no Rio Grande do Sul caiu para três. Sobre os distritos eleitorais ver RICCI; ZULINI, 2014.

⁵³⁷ Ângelo era irmão de José Gomes e de Salvador Pinheiro Machado.

⁵³⁸ Carta de José Gabriel da Silva Lima a Júlio de Castilhos. Cruz Alta, 30 de novembro de 1899. Localização: AHRs, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 39, Doc. 371.

Segundo Love, “em parte, o problema tinha suas origens na guerra, porquanto o candidato de Castilhos, Germano Hasslocher, se havia demonstrado, no princípio, ardente gasparista e somente abandonou o Partido Federalista após o massacre de Rio Negro” (1975, p. 86). Entretanto, como se percebe pela carta de Zé Gabriel a Castilhos, seu rompimento com o PRR não ocorreu apenas em função da candidatura de Hasslocher. Tratava-se de uma reação de José Gabriel à tentativa do PRR de substituir sua liderança local pela de Firmino de Paula. O antigo líder, entretanto, não aceitou pacificamente essa imposição.

Ainda em dezembro de 1899, escreveu a Evaristo do Amaral, pedindo que ele informasse a Castilhos sobre o teor da missiva. Nela, afirmava que o grande erro do Partido Republicano do Rio Grande do Sul foi apresentar Germano Hasslocher como candidato à deputação federal. E, com isso, criticava o que considerava a falsa moralidade do partido: “E depois vinham daí falar-me em moralidade de partido”. Por fim, sua carta era de rompimento com o partido: “[...] não votamos em Germano, e se isto é um crime, podem-nos riscar a todos do partido, que com a parte bem alta gritaremos. Tudo perdemos, menos a honra”.⁵³⁹

O receio de Castilhos era que a influência política de José Gabriel resultasse em maior recusa à candidatura de Germano Hasslocher. Preocupado, escreveu a doze de dezembro daquele mesmo ano ao senador Pinheiro Machado relatando que José Gabriel da Silva Lima havia repellido a candidatura de Hasslocher, “tendo aconselhado idêntico procedimento [aos] republicanos [de] Palmeira, Passo Fundo, Soledade, [...]”. Para o chefe republicano aquela atitude “importa grave infração [à] disciplina, desacato [à] direção central, menosprezo [ao] pronunciamento [do] partido”. Frente a isso, solicitava que Pinheiro Machado ajudasse a evitar que São Luiz e Boqueirão imitassem “tão perigoso exemplo”. A mesma solicitação já havia sido feita a “Firmino sobre Santo Ângelo, bem como [a] amigos [de] S. Borja”.⁵⁴⁰ Como se percebe, Castilhos tinha ciência da força política do antigo chefe de Cruz Alta e para combatê-lo acionou outras lideranças importantes, como o próprio senador Pinheiro Machado.

Os receios de Castilhos não eram infundados. José Gabriel, ciente de sua força política na região, escreveu a Castilhos em 20 de dezembro afirmando que esteve em Santo Ângelo mas que nada tratou de política, pois, segundo ele, “O meu galho é Cruz Alta e disto não me aparto”.⁵⁴¹ Percebe-se que o remetente estava tentando barganhar com o chefe estadual: não se

⁵³⁹ Carta de José Gabriel da Silva Lima a Evaristo do Amaral. Cruz Alta, 5 de dezembro de 1899. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 6: Evaristo Teixeira do Amaral, Caixa 11, maço 50, Doc. 1198.

⁵⁴⁰ Minuta de telegrama com caligrafia de Júlio de Castilhos, a ser enviado ao Senador Pinheiro Machado. Sem local, 12 de dezembro de 1899. Localização: IHGRGS, Fundo Borges de Medeiros, Doc. 30406.

⁵⁴¹ Carta de José Gabriel da Silva Lima a Júlio de Castilhos. Cruz Alta, 20 de dezembro de 1899. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 39, Doc. 373.

intrometeria em assuntos políticos de outros municípios, sobre os quais exercia influência, mas requeria reconhecimento de sua autoridade em Cruz Alta. O que estava em disputa, naquele momento, era a liderança local em Cruz Alta.

A posição assumida por Zé Gabriel contra a candidatura de Hasslocher constituía um empecilho à estratégia do PRR de eleger sempre todos os candidatos.⁵⁴² Foi por isso que a 30 de dezembro alguns republicanos castilhistas publicaram uma circular solicitando aos eleitores para sufragar o nome de Germano Hasslocher, junto à chapa proposta pelo PRR. O grupo afirmava não estar “de acordo com a deliberação do chefe coronel José Gabriel da Silva Lima” pois tal posição era “contra todos os interesses partidários”.⁵⁴³ Percebe-se que essas lideranças reconheciam a posição de mando que Zé Gabriel sustentava localmente, ao denominá-lo de “chefe”, mas se posicionavam contrariamente a ele.

A eleição ocorreu no dia 31 de dezembro e, como se percebe pela apuração das urnas, a força política de Zé Gabriel teve grande impacto em Cruz Alta. Enquanto que em todos os demais municípios que compunham o 2º distrito a votação de Hasslocher foi muito semelhante à dos demais dois candidatos do PRR, em Cruz Alta sua votação foi bem menor. Enquanto Alencastro fez 569 votos e Ângelo Pinheiro 556, Hasslocher recebeu apenas 195 votos.⁵⁴⁴ Mesmo que a votação alcançada por Hasslocher em todo o distrito tenha sido suficiente para sua eleição, e que os castilhistas tenham acusado “abstenção criminosa” e “ausência” de “oposições coligadas”⁵⁴⁵, fica evidente que em Cruz Alta a campanha de Zé Gabriel contra o candidato castilhista teve forte impacto. O episódio, porém, não se encerrou com o pleito.

Um dia depois de realizada a eleição, portanto, a 1º de janeiro de 1900, José Gabriel escreveu uma longa carta a Castilhos, justificando porque havia assumido posição contrária à candidatura de Hasslocher. Segundo informava, ficou descontente por só ter recebido a chapa a 3 de dezembro, sendo que, a 22 de novembro, a candidatura já havia sido propalada, “não tendo eu sido ouvido”. Como se percebe, a reclamação era a de que a executiva estadual não consultou as lideranças locais sobre a chapa de candidatos. Depois de justificar seu posicionamento sobre o pleito passado, reafirmava seu republicanismo: “Republicano sempre;

⁵⁴² No próximo subcapítulo, quando analisamos mais detidamente a condução do processo eleitoral, trataremos do sistema de votação em lista incompleta, adotado pelo PRR como estratégia para eleger seus candidatos a todas as vagas em disputa.

⁵⁴³ Circular assinada por Anibal Lopes da Silva, João Antonio de Oliveira, Lúcio Annes Dias, Veríssimo Lopes e Lourença L. de Moraes Gomes. Cruz Alta, 30 de dezembro de 1899. Localização: AHRS, APJC, Série 3: Atas Manifestos, mensagens e Panfletos, Caixa 4, Maço 16, Doc. 17.

⁵⁴⁴ BOLETIM Eleitoral. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano XVII, n. 3, p. 2, 04 jan. 1900. Localização: BNDigital.

⁵⁴⁵ AS ELEIÇÕES. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano XVII, n. 1, p.1, 02 jan. 1900. Localização: BNDigital.

oposicionista nunca”.⁵⁴⁶ Essa reafirmação de republicanismo denota intentos de reconciliação com o partido.

Dias depois, em carta a Cherubim Costa, fica evidente a intenção de Zé Gabriel de se manter no poder em Cruz Alta. Se queixava de ter escrito e telegrafado a Castilhos “sem haver merecido resposta”, repetindo o que já havia afirmado a Júlio: teve “firme propósito de retirar-me da política, depois do que se deu, mas o povo não o quer e me obriga a conservar-me no posto de seu chefe”. Afirmava ainda que “o principal motivo de sua inimizade com Firmino de Paula” era o apoio que este concedia, em Palmeira das Missões, a Olegário. Mais adiante, entretanto, deixava evidente que disputava com Firmino a chefia de Cruz Alta: “Quer por força ser chefe d’aqui. Deve esquecer disso que nunca o será, porque é abominado por todo este povo”.⁵⁴⁷ A disputa com Firmino vinha ocorrendo há alguns meses. Em maio, escrevendo a Castilhos, oferecia informações sobre a não aceitação de Firmino em Palmeira e Cruz Alta, argumentando que “os que serviram na Brigada dele não o querem aturar mais” e que outro chefe político – João Maia – teria dito que “Firmino sobre política é um desastre”.⁵⁴⁸

Mais do que seu desacordo com a candidatura de Hasslocher, fica evidente que o cerne do conflito foi a tentativa do PRR de substituir a autoridade local de Zé Gabriel pela de Firmino de Paula e Silva, homem de confiança do PRR e parente de Castilhos. E foi por isso que o conflito se estendeu por todo ano de 1900.

Também na correspondência de Firmino é possível perceber a disputa pela liderança local. A 14 de janeiro de 1900, Firmino relatava a Castilhos que José Gabriel “enfurecido e desorientado gritava pelas ruas contra o governo e contra vossa pessoa e abraçava ao Gabriel Arcanjo, João Demétrio e outros federalistas dizendo-lhes que contassem com ele e chamando-os de correligionários”. Segundo Firmino, houve ainda relatos de que o antigo chefe “continuava na faina de arregimentar resistência dizendo que seria o chefe do partido conservador e que seria candidato a Intendente”.⁵⁴⁹ A disputa pela liderança local estava estabelecida e ainda que Firmino contasse com o apoio de Castilhos, a força política local de

⁵⁴⁶ Carta de José Gabriel da Silva Lima a Júlio de Castilhos. Cruz Alta, 1 de janeiro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, maço 40, Doc. 376/1.

⁵⁴⁷ Carta de José Gabriel da Silva Lima a Cherubim da Costa. Cruz Alta, 7 de janeiro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 18: Cherubim da Costa Correspondência Recebida, Caixa 13, maço 66, Doc. 1402.

⁵⁴⁸ Carta de José Gabriel da Silva Lima a Júlio de Castilhos. Cruz Alta, 11 de maio de 1899. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, maço 39, Doc. 288.

⁵⁴⁹ Carta de Firmino de Paula e Silva para Júlio de Castilhos. Cruz Alta, 14 de janeiro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 9: Firmino de Paula e Silva Correspondência Expedida, Caixa 3, Maço 12, Doc. 004.

Zé Gabriel se tornou um grande desafio para o PRR, como ficou evidente pelo resultado da eleição de 1899.

A ameaça de José Gabriel de concorrer à intendência de Cruz Alta causou grande preocupação aos castilhistas. Firmino e outros chefes locais, como João Maia, escreveram diversas cartas a Castilhos para relatar a situação política de diversas localidades ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 1900. Tratavam, nessas cartas, do trabalho de qualificação de eleitores, da formação de mesas e da campanha eleitoral, buscando sempre reafirmar que a maior parte da população estava ao lado do PRR, contra José Gabriel.⁵⁵⁰ Em outubro de 1900, o desafeto dos castilhistas de Cruz Alta cancelou uma reunião que havia convocado sob a seguinte alegação: “não temos a liberdade que gozamos no tempo da monarquia”.⁵⁵¹ Vê-se que, naquele momento, o tom da crítica de Zé Gabriel havia mudado. Se em janeiro de 1900 reafirmava seu republicanismo, em outubro do mesmo ano fazia uma séria crítica ao regime republicano.

De fato, na eleição de 1900 para a intendência municipal, José Gabriel se lançou como candidato de oposição. Como se percebe pela figura abaixo, fez uso de circulares para pedir votos, uma prática comum no período, como veremos adiante.

⁵⁵⁰ Ver, por exemplo, cartas de Firmino de Paula e Silva a Júlio de Castilhos datadas de 30 de janeiro e 06 de fevereiro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 9: Firmino de Paula e Silva Correspondência Expedida, Caixa 3, Maço 12, Doc. 005 e 006.

⁵⁵¹ Circular de cancelamento de reunião do partido assinada por José Gabriel da Silva Lima. Cruz Alta, 10 de outubro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 3: Atas, Manifestos, Mensagens e Panfletos, caixa 4, Maço 16, Doc. 21.

Figura 11 – Circular para eleição à Intendência Municipal (Cruz Alta, 1900)

Cruz Alta, 5 de Novembro de 1900.

—

Amigo e Srs _____

Tendo sido apresentada por meus amigos para o cargo de Intendente Municipal venho pedir-lhe o seu voto na eleição que se vai fazer no dia 1.º de Dezembro deste anno.

Conta pois que me prestará o seu auxilio e o de seus amigos, pelo que muito grato lhe serei.

Seu co-religionario e amigo
José Gabriel da Silva Lima.

Fonte: Circular para eleição à Intendência Municipal. Cruz Alta, 5 de novembro de 1900. Anexo à carta de João Maia a Júlio de Castilhos. Cruz Alta, 11 de novembro de 1900. Localização: AHRs, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 9, Maço 41, doc. 581.

Além da circular acima apresentada, outra circular solicitando votos não somente para intendente e vice-intendente, mas também para quatro conselheiros, chama a atenção porque nela os candidatos, entre os quais José Gabriel, se intitulavam “representantes da maioria do partido republicano de Cruz Alta”, deixando evidente que o partido local havia se cindido. Ao mesmo tempo, a circular deixava evidente que o rompimento era local, pois a nível estadual mantinham sua filiação ao PRR, pois se auto intitulam “Republicanos conhecidos e de serviços feitos ao intemerato partido republicano do Estado”.⁵⁵² A estratégia do grupo dissidente era se sustentar como parte do PRR, a fim de angariar votos, mesmo que suas candidaturas fossem mal vistas e combatidas pela própria executiva estadual do PRR.

A candidatura de José Gabriel preocupou os castilhistas. É o que se pode supor ao observar que, do dia 7 até 22 de novembro de 1900, Castilhos enviou nove missivas a Cruz Alta tratando da organização do pleito. Os destinatários eram diversas lideranças locais como o intendente Serafim Fagundes, Firmino de Paula e Silva e João Maia.⁵⁵³ A 14 de novembro, faltando cerca de duas semanas para o pleito, revelava a João Maia que estava “persuadido [de que] Zé Gabriel vai ficar apavorado, fugindo [da] luta, ainda que de última hora, graças providências tomadas”.⁵⁵⁴ O PRR detinha diversos dispositivos para impedir a vitória de José Gabriel. Podia, inclusive, anular o pleito caso ele vencesse.⁵⁵⁵ Mas era preferível vencer, sem ter de recorrer a outros expedientes.⁵⁵⁶

Apesar de toda disputa, o pleito terminou com a vitória do PRR. No *A Federação*, junto ao anúncio da vitória de seu candidato Lúcio Annes Dias, o PRR afirmava que “José Gabriel foi repellido pelo eleitorado que em todo o município, em todas as mesas, com exclusão apenas de uma, lhe inflingiu (sic) tremenda derrota”.⁵⁵⁷ O comentário da folha republicana, porém,

⁵⁵² Circular para eleição à Intendência Municipal. Cruz Alta, 9 de novembro de 1900. Anexo à carta de João Maia a Júlio de Castilhos. Cruz Alta, 11 de novembro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 9, Maço 41, doc. 581.

⁵⁵³ Localização: AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Subsérie 3: Correspondência enviada por Aurélio Viríssimo de Bittencourt em nome de Júlio de Castilhos, Caixa 16, Maço 74.

⁵⁵⁴ Minuta escrita por Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt para ser enviada a João Maia, de Cruz Alta. Sem local, 14 de novembro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Subsérie 3: Correspondência enviada por Aurélio Viríssimo de Bittencourt em nome de Júlio de Castilhos, Caixa 16, Maço 74, Doc. 664.

⁵⁵⁵ Em 1896, foi o que fez em relação ao pleito ocorrido em Povinho. Em carta a Aurélio relatava: “Sobre a eleição do Povinho já dei a solução, há dias, convencido da necessidade de anular-se a eleição de uma sessão para evitarmos o desastroso governo municipal do Fausto”. Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 30 de outubro de 1896. Localização: AHRS, APAVB, Maço 1, Doc. 38.

⁵⁵⁶ Sobre a preferência em vencer pleitos a fazer uso de outros expedientes, trataremos mais especificamente quando analisaremos o papel das eleições, ao final deste capítulo.

⁵⁵⁷ CRUZ Alta: Eleição Municipal. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano XVII, n. 277, p. 2, 3 dez. 1900. Localização: BNDigital.

mascarava o grau de disputa que envolveu o pleito. Pelo resultado anunciado é possível perceber que a vitória não ocorreu de modo tão tranquilo como queriam fazer parecer.

Lúcio Annes Dias, o candidato castilhista, somou 636 votos ao passo que José Gabriel 301 votos. Como se percebe, José Gabriel fez um terço dos votos do município. Em alguns distritos, como Tupanciretã e Cadeado, a diferença de votos que garantiu a vitória de Annes Dias foi muito pequena, respectivamente 9 e 10 votos. Em outro distrito (Ponche Verde) a candidatura oposicionista chegou a vencer por 32 votos. Ainda que derrotado, sua votação pode ser considerada expressiva, visto que contra sua candidatura pesava todo o poder do PRR. E, neste caso, parece ter sido necessário o uso da força. Segundo Joseph Love (1975, p. 86), “José Gabriel teria ganhado sem dificuldade se o subcomandante da Segunda Região, General Firmino de Paula, não tivesse chegado com um contingente da Brigada Militar ‘para manter a ordem’”. De fato, em novembro Castilhos escreveu duas cartas a João Maia anunciando que Firmino estava se dirigindo a Cruz Alta.⁵⁵⁸

Diante de um resultado tão apertado e buscando meios de mascarar uso da força a que recorreu, a Executiva estadual do partido fez uso de seu jornal para estabelecer e propalar a sua versão dos fatos. Como se lê no trecho abaixo transcrito, o partido afirmava a tranquilidade e liberdade com que ocorreu o pleito:

A eleição, que foi pleiteadíssima e para a qual o candidato derrotado e os seus agiram com a máxima liberdade, percorrendo todo o município em desenfreada cabala, correu sob a máxima calma e ordem, sem incidente algum, nem reclamação, exercendo-se em toda a sua maior latitude a livre soberania do voto.⁵⁵⁹

E a disputa não acabou no dia do pleito. Dias depois, quando da diplomação dos eleitos, foi “apresentado pelo coronel José Gabriel” o que *A Federação* denominou de “um protesto banal”, que acabou sendo “desprezado pela maioria do Conselho Municipal”.⁵⁶⁰ Ficava muito difícil ao candidato opositor impor algum protesto ou recurso ao pleito, visto que o governo municipal acabaria sempre por refutá-lo, atendendo aos interesses da direção castilhista.

⁵⁵⁸ Minutas escritas por Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt para serem enviadas a João Maia, de Cruz Alta. Sem local, 12 e 14 de novembro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Subsérie 3: Correspondência enviada por Aurélio Viríssimo de Bittencourt em nome de Júlio de Castilhos, Caixa 16, Maço 74, Doc. 662 e 664.

⁵⁵⁹ CRUZ Alta: Eleição Municipal. In: *A FEDERAÇÃO*, Porto Alegre, Ano XVII, n. 277, p. 2, 3 dez. 1900. Localização: BNDigital.

⁵⁶⁰ CRUZ Alta: Apuração. In: *A FEDERAÇÃO*. Porto Alegre, Ano XVII, n. 285, p. 2, 12 dez. 1900. Localização: BNDigital. O telegrama enviado por Augusto Pestana a Castilhos, no dia anterior, mencionava que José Gabriel havia apresentado protesto que, entretanto, “não foi aceito pela junta apuradora”. Telegrama de Augusto Pestana a Júlio de Castilhos. Cruz Alta, 11 de dezembro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 7: Telegramas, Subsérie 1: Recebidos, Caixa 6, Maço 25, Doc. 355.

Como se percebe, se não havia espaço para a vitória de oposições, por outro lado é preciso levar em conta que elas existiram e adquiriram diferentes formas. Desde partidos políticos até dissidências e grupos capitaneados por alguma liderança pessoal. A existência de oposições no âmbito municipal deixava muitos indivíduos em posição de ter que reafirmar ou até mesmo provar sua lealdade a Castilhos. Como as relações pessoais a nível local eram muito próximas e variadas, a oposição que um indivíduo lançava à candidatura oficial, como o fez Zé Gabriel, deixava muitos em condição suspeita ante o chefe estadual. Luiz Gonzaga de Azevedo, amigo de José Gabriel, escreveu a Castilhos com o intuito de afirmar que “apesar de eu ser amigo particular dele [José Gabriel], sou o primeiro como sempre fui a reconhecer que não presta para chefe” pois “é homem de rabo grande, e não de hoje, sempre foi capaz de bandalheirinhas”. Segundo Azevedo, o antigo chefe cruz-altense “era bem político, o que hoje não é pelo muito que tem errado, e tenho quase certeza continuará a errar”.⁵⁶¹ Na missiva de Azevedo ficava evidente a existência de um grupo político capitaneado por José Gabriel, que identificava como “gabrielista”. Demarcava, em sua escrita, que não era “Gabrielista ou outra qualquer coisa” e reiterava sua condição de republicano:

[...] quero que se convença o amigo de uma vez para sempre, eu sou Republicano e muito seu amigo – e o dia que por circunstâncias seja quais elas forem (que eu não creio) o amigo deixe de ser militante ativo na política do estado, eu serei seu companheiro; e eu também de minha parte lhe garanto, que a não militar a seu lado serei um pacífico cidadão, e é quem me tem na atividade é o amigo Dr. Castilhos.

Do episódio que gerou a cisão do partido republicano em Cruz Alta tratada até aqui, algumas questões merecem destaque: a) o PRR teve que enfrentar, nos anos iniciais da República, oposições que não eram nem Liberais, nem federalistas. Tratava-se de grupos oposicionistas que surgiam por vezes de forma efêmera, mas ainda assim, geram certo desconforto aos castilhistas, pois desafiavam seu poder; b) essas oposições eram, muitas vezes, restritas ao âmbito municipal, mas poderiam, em alguns casos, tornar-se oposições maiores, como demonstrou o medo do PRR de que São Luís, Boqueirão e São Borja poderiam acabar influenciados pela dissidência de José Gabriel; c) a oposição poderia assumir caráter apenas local e episódico, como no caso do desacordo sobre determinada candidatura, ou poderia se converter em uma crítica mais tenaz ao próprio regime republicano – ainda que esta fosse apenas discursiva – como fez José Gabriel acusando falta da liberdade que, segundo ele, existia

⁵⁶¹ Carta de Luiz Gonzaga de Azevedo a Júlio de Castilhos. Vila Rica 13 de abril de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 40, Doc. 432.

no período da Monarquia; e d) as oposições nem sempre assumiam a forma de partido político, sendo muitas vezes uma oposição pessoalizada. No caso em análise, havia um grupo contrário às determinações da Executiva estadual do partido, que estava agregado em torno da liderança de José Gabriel. Os membros desse grupo passaram a ser identificados como “gabrielistas”, numa clara referência à liderança exercida por José Gabriel.

5.4 As alianças do PRR e os adesistas

A autoprocamação do PRR como sendo o único partido defensor da República, por direito e história, somada à centralidade assumida por Castilhos e à imposição do positivismo como doutrina norteadora da administração estadual, ajudaram a sustentar, na historiografia, a ideia de que o Estado republicano, tanto na esfera estadual quanto municipal, tenha sido construído com a exclusão de elementos liberais. Essa ideia está presente em trabalhos como o de Ana Reckziegel (2007), Gunter Axt (2001) e Francisco das Neves Alves (1995). Axt, neste sentido afirma:

Convictos de que a transigência para com os liberais terminaria atrelando o Partido Republicano ao rolo compressor dos gasparistas, os republicanos fecham-se cada vez mais em torno do sectarismo. Minoritários na Província, guindados ao teatro do poder por uma quartelada, pretendiam preservar suas trincheiras da contaminação de adesistas poderosos de undécima hora. Iniciou, assim, a grande derrubada dos liberais dos cargos públicos e a substituição das posições de comando nos municípios (AXT, 2001, p. 57).

Segundo Reckziegel (2007, p. 25-26), “o PRR mostrou uma postura sectária e contrária aos adesistas de última hora”, procedendo à “derrubada dos liberais dos cargos públicos”. Essa situação de exclusão dos liberais, entretanto, teria se agravado após a revolução Federalista (1893-1895). Ela é apontada por Cláudia Wassermann (2004, p. 278) como a responsável por transformar “o Rio Grande do Sul em um reduto do PRR e das idéias [sic] positivistas, afastando do poder qualquer liderança de oposição”. Isso porque a vitória na guerra garantiu a permanência dos republicanos castilhistas no poder e a continuidade administrativa, prevista pelo modelo autoritário de influência positivista.

Assim, como se percebe, é corrente a ideia de que, ao assumirem o poder, os republicanos alijaram de todo e qualquer cargo os antigos liberais. De fato, havia a preocupação, por parte de Castilhos e de outras lideranças republicanas, de manter o domínio sobre o Estado. Mas, não é possível ignorar que, naquele momento inicial, os republicanos constituíam minoria

numérica no estado. Frente a este fato, não podiam correr o risco de uma agitação e enfrentamento no momento inaugural do regime. Era preciso garantir a ordem no estado para que a República pudesse sobreviver como regime e, assim, eles próprios garantirem o domínio na esfera estadual. Foi essa a motivação que os levou a convidar o Visconde de Pelotas, militar e um antigo membro do Partido Liberal, ao posto de presidente do Estado já em 1889. Segundo Axt, “o Marechal José Antônio Corrêa da Câmara garantiu a aceitação da República em terras gaúchas, costurando a adesão dos militares” (2001, p. 56).

Uma análise mais detalhada das lideranças e da política municipal desse período inicial da República também nos leva a questionar a ideia de sectarismo republicano pois demonstra que o cenário era muito mais plural na relação entre republicanos históricos e as outras tendências políticas. Em trabalho anterior já demonstramos que, no âmbito municipal, a posição do PRR em relação à exclusão de antigos liberais não foi tão rígida. No caso que analisamos, no município de São Sebastião do Caí, assim que proclamada a República, a Câmara Municipal foi dissolvida e no seu lugar nomeada uma Junta, composta por três integrantes, dois dos quais eram antes vereadores, membros do Partido Liberal. Um dos integrantes, Paulino Inácio Teixeira, que em seguida ocupou por duas vezes o cargo de Intendente Municipal, era, antes de 1889, líder do Partido Liberal do município.⁵⁶²

Loiva Félix notou, a partir da análise dos casos de Cruz Alta e Palmeira das Missões, que houve dois modos de proceder por parte do PRR na fase inicial da República. Um, previa a ação de “substituir as lideranças locais identificadas com os monarquistas”. A segunda, era a de “cooptação política dos coronéis do município, integrando-os ao partido, e dando-lhes a ideia (que variou em grau) de participação no poder”. Segundo Félix essa tarefa foi mais fácil tanto menor fosse o número de coronéis (FÉLIX, 1996, p. 119). Quando as disputas internas no município eram maiores, maior se fazia a necessidade de intervenção do poder estadual, que tinha como premissa sobrepor-se às lideranças municipais. Para efetivar isso, o uso da força se fez, em muitos casos, necessária, como demonstrou Félix (1996, p. 120).

Assim, parece que tanto no caso de São Sebastião do Caí quanto no de Cruz Alta, e certamente de tantos outros municípios do Rio Grande do Sul, a cooptação de lideranças locais tenha sido uma opção viável para um partido que ainda não tinha assentada suas bases. Em São Sebastião do Caí, tratava-se de antigas lideranças liberais que se mantiveram no poder convertidas ao republicanismo; no caso de Cruz Alta, a chefia coube a um antigo chefe conservador, também adesista. Não possuindo uma base forte e não contando com maioria

⁵⁶² Ver MARTINY, 2010.

numérica, restava ao PRR construir sua própria base sem a necessidade inicial de enfrentamento com grandes e poderosos líderes locais. O PRR não foi exceção nesta estratégia. Em diversos outros estados, a força numérica dos partidos republicanos estava muito aquém de enfrentar os partidos imperiais. Assim, antes de um enfrentamento direto, muitas lideranças republicanas optaram pela negociação.⁵⁶³

A República, neste momento inicial, apesar de proclamada não estava sob totais garantias. Qualquer episódio que provocasse maior fragilidade deveria ser evitado. Assim sendo, lideranças municipais liberais que se mostravam dispostas a aderir e defender a nova ordem podiam se somar às fileiras republicanas. A muitas dessas lideranças, a troca de lado soava interessante, visto que mantinham a posição política local já ocupada anteriormente. Relativiza-se, assim, a visão que taxava o PRR de sectário e excludente de elementos que não fossem republicanos históricos. O comportamento observável é de um PRR que buscava submeter os chefes locais ao poder do Executivo estadual.

Se por um lado o PRR sustentou, como vimos, um discurso sectário em relação à pretensão dos antigos liberais e membros do recém-fundado Partido Federalista de se autoproclamarem republicanos, por outro lado aceitou em suas hostes antigos liberais. Na política municipal, o PRR precisou adotar uma estratégia ainda mais flexível, visto que a simples troca de antigos líderes por novos e, por vezes, desconhecidos republicanos, não se sustentaria e faria crescer a oposição. Era preciso negociar e, se necessário, estar aberto à adesão de antigos liberais. Do mesmo modo procedeu em relação aos conservadores. Porém, no caso destes últimos, a aproximação ocorreu antes mesmo da instauração da República, chegando a assumir caráter de aliança partidária.

Gunter Axt (2001, p. 56) afirma que os conservadores “rechearam as hostes republicanas”, “desgostosos com o Império”, especialmente depois da ascensão dos liberais ao poder com o Gabinete Visconde de Ouro Preto, em junho de 1889. No Rio Grande do Sul, a nomeação de Gaspar Silveira Martins, o grande líder liberal, à presidência da província, insuflou ainda mais o descontentamento. Tassiana Saccol (2013), analisando a primeira vitória eleitoral republicana à Assembleia estadual, ainda na década de 1880 – de Joaquim Francisco

⁵⁶³ Observa-se que a historiografia que trata da instituição da República e do Partido Republicano no Rio Grande do Sul demarca a fragilidade numérica do partido. Entretanto, esta foi a característica de grande parte dos estados brasileiros: no momento da proclamação os republicanos não constituíam o partido majoritário em suas províncias. Alguns estados sequer partido republicano possuíam. Viscardi, por exemplo, aponta que segundo “estudiosos do tema, o movimento republicano em Minas Gerais foi tardio e pouco dinâmico, principalmente quando comparado a seus similares em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (VISCARDI, 2000, p. 4). Gilmara Franco (2014), por sua vez, demonstra que em Mato Grosso foi somente após a República que se constituíram partidos republicanos. Aqui, tem-se um exemplo de abordagens que identificam como especificidades regionais o que, na realidade, se repetia em outros estados, pois derivada de influências da macropolítica (VISCARDI, 2017, p. 15).

de Assis Brasil –, apontou que ela decorreu da estratégia do PRR de se aliar aos conservadores. A autora demonstrou que muitos republicanos advinham de famílias ligadas ao Partido Conservador, o que explicaria a relativa facilidade com que se firmaram as alianças entre esses dois grupos políticos, já nos anos 1880.⁵⁶⁴

Para o PRR, essa aproximação com os conservadores precisava ser cautelosa. Se por um lado aumentava as chances republicanas em eleições, por outro lado corria o risco de ser acusado de monarquista, fato que certamente podia ser politicamente explorado pela oposição. Como fica expresso na carta que Castilhos enviou a Júlio Pacheco⁵⁶⁵, alguns meses antes da instalação do novo regime, os republicanos buscaram mais do que simples adesões de conservadores. Exigiam que essas adesões se tornassem públicas. Na aludida missiva, Castilhos tratava da necessidade de tornar público, através de manifesto, a adesão ao republicanismo de Domingos Francisco dos Santos, uma das lideranças do Partido Conservador.⁵⁶⁶ Segundo Castilhos, todas as impressões que relatava a Pacheco foram deliberadas em conjunto com Assis Brasil.

Como é possível perceber no trecho da missiva abaixo transcrito, a manifestação pública da adesão de Domingos dos Santos tinha por função aumentar a confiança aos próprios republicanos na vitória e, também, inspirar outros conservadores a seguir o exemplo de um de seus líderes e, assim, fortalecer a candidatura do PRR nas eleições à deputação federal.

Convém que as adesões se tornem públicas quanto antes, por vários motivos: 1º, porque irão animar o partido na província e [estimular nossos eleitores a tomarem parte] na próxima eleição, na esperança da vitória em um ou mais círculos, de sorte que o trabalho eleitoral dos republicanos será o mais ativo possível; 2º, porque a iniciativa do Domingos e dos conservadores que o acompanham na capital se propagará facilmente por toda a província, visto que na campanha há naturalmente verdadeira ansiedade da parte da melhor porção do partido conservador por separar-se do monarquismo, para não submeter-se ao jugo do Gaspar e para fugir à hesitação em que vive, segundo estou informado e segundo o que observo n'este município, no de Santa Maria e Cruz Alta; de sorte que tal iniciativa determinará um geral pronunciamento no sentido republicano;⁵⁶⁷

⁵⁶⁴ A autora cita como lideranças republicanas advindas de famílias conservadoras, entre outros: Júlio de Castilhos, Venâncio Ayres e os irmãos Abbott. Ver subcapítulo 3.3.1 Líderes republicanos – famílias conservadoras: alguns casos para análise, da dissertação de Saccol (2013, p. 143-147) onde a autora explora as ligações familiares dos republicanos com o Partido Conservador.

⁵⁶⁵ Como vimos no capítulo anterior, Júlio Pacheco era uma das lideranças republicanas na capital.

⁵⁶⁶ Sobre Domingos Francisco dos Santos ver CAMARA, 2015, p. 29-30.

⁵⁶⁷ Carta de Júlio de Castilhos para Júlio Pacheco. Sem local, sem data. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 4: Correspondência enviada, Caixa 10, Maço 47, Doc. 992/1.

Para Castilhos, bastava que um conservador o fizesse para que outros seguissem o seu exemplo e, assim, o PRR estaria mais fortalecido para enfrentar Gaspar Silveira Martins.

Basta que um dê o exemplo, para desafiar nos outros a imitação. O incêndio se propagará de município em município, e veremos assim reproduzido o fenômeno social que se produziu ao tempo da agitação abolicionista, a qual, não há dúvida, está aquém da agitação republicana, quanto à intensidade. Penso que vocês devem fazer n'este sentido o máximo esforço.⁵⁶⁸

Mas a manifestação pública de Domingos dos Santos era essencial também para que ficasse evidente que a aproximação entre conservadores e republicanos significava a adesão dos primeiros ao republicanismo e não a adesão dos últimos ao monarquismo. Castilhos sabia que essa aliança poderia ser explorada politicamente pelos liberais, de modo que afirmava:

[...] não havendo previamente um pronunciamento público, torna-se moralmente impossível qualquer acordo eleitoral da nossa parte com os conservadores, não só em virtude da nossa sistemática intransigência, como também para evitar que o Gaspar, com a sua característica perfídia, procure fazer crer ao povo que estamos eleitoralmente aliados com os conservadores no seu atual caráter de monarquistas, podendo tal manobra gasparista ser-nos muito prejudicial, escudada em aparências enganosas;⁵⁶⁹

Mais adiante, Castilhos lembrava da importância de enfraquecer Silveira Martins e volta sua atenção para o 5º círculo, onde os liberais apresentavam como candidato o Conselheiro José Francisco Diana, que era, naquela ocasião, Ministro dos Negócios Estrangeiros⁵⁷⁰:

Demais, lembro-te que no 5º círculo a eleição tem caráter especial e valor bem considerável. Basta dizer que ali temos por competidor um candidato que é ministro, um ministro há muito prometido pelo Gaspar aos povos. Derrotando tal candidato, que é o frade Diana, infligiremos ao Gaspar a mais humilhante das derrotas; derrotado de tal ordem, que até pode produzir uma crise ministerial e tornar, portanto, ainda mais aguda a crise do império. Devemos, pois, carregar a mão no 5º círculo, fazendo todo o esforço para alarmar ali o Gaspar, se não for possível derrotá-lo.⁵⁷¹

⁵⁶⁸ Carta de Júlio de Castilhos para Júlio Pacheco. Sem local, sem data. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 4: Correspondência enviada, Caixa 10, Maço 47, Doc. 992/1.

⁵⁶⁹ Carta de Júlio de Castilhos para Júlio Pacheco. Sem local, sem data. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 4: Correspondência enviada, Caixa 10, Maço 47, Doc. 992/1.

⁵⁷⁰ Na edição n. 257 do jornal a Federação de 1889 encontramos referência ao Conselheiro Dantas como Ministro dos Negócios estrangeiros. Ver: CONFLICTO Internacional. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano VI, n. 257, p.1, 11 nov. 1889. Localização: BNDigital.

⁵⁷¹ Carta de Júlio de Castilhos para Júlio Pacheco. Sem local, sem data. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 4: Correspondência enviada, Caixa 10, Maço 47, Doc. 992/1.

Fica evidente que Castilhos, já antes da chegada dos republicanos ao poder, mantinha certo protagonismo na execução de estratégias que visavam fortalecer o partido e combater a oposição. A Pacheco, admitia a possibilidade de não conseguirem derrotar os liberais; ainda assim, o intento era de enfraquecê-los.

Vê-se, também, que a aproximação com os conservadores era feita com cuidado, evitando que fosse politicamente explorada pelos liberais. O manifesto público de Domingos Santos, de que trata a carta de Castilhos, foi, afinal, escrito em 8 de julho daquele mesmo ano e publicado dois dias depois no *A Federação*. Do longo manifesto assinado por Domingos dos Santos, destacamos os trechos em que lembrava que havia sido “conservador extremado” e monarquista, mas que, a partir daquele momento, estava se filiando à ideia republicana:

Digo, antes que me digam, e para tirar-lhes mesmo o trabalho de repetir, que fui conservador extremado, e como tal amava com o mais entranhado afeto a monarquia.

[...] Fui monarquista, que sempre dei razão aos pobres reis contra os seus povos rebeldes e maus!

[...]

Colocado entre a monarquia e a minha Pátria, tive afinal o heroísmo de decidir-me por esta.

Não creio que a ideia republicana, a que me filio de hoje em diante, tenha muito a lucrar com a minha adesão.

[...]

Consolo-me dessas falhas com a esperança de que a república há de ser feita pela nossa mocidade.⁵⁷²

Observa-se, no final do trecho acima transcrito, que o ex-líder do Partido Conservador delegava a construção da República a “nossa mocidade”. É possível que com isso estivesse fazendo referência ao fato de que estava deixando o palco político, que deveria ser ocupado por uma nova geração; mas, também não podemos esquecer a relativa juventude dos membros do PRR, de modo que a mocidade a que Domingos se referia poderia muito bem ser a mocidade do PRR, a quem a velha geração do Partido Conservador, a exemplo dele, deveria delegar a condução das questões políticas a partir de então.

Se o manifesto colocava os republicanos como os legítimos ocupantes do poder, também era útil por atacar o maior dos adversários dos republicanos – Gaspar Silveira Martins – como evidencia o trecho abaixo:

A monarquia hoje está com o sr. Silveira Martins, o que equivale a declará-la falida, porque s. ex. não é monarquista.

⁵⁷² À PROVÍNCIA. In: A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, Ano VI, n. 155, p. 1, 10 jul. 1889. Localização: BNDigital.

Transigiu com ela, porque ambos estavam em crise!

[...]

Nunca me submeteria ao sr. Silveira Martins, porque ele tem veleidades de ser senhor e eu nenhuma de ser escravo!⁵⁷³

Ao final, o ex-líder conservador convidava seus antigos companheiros a seguir seu exemplo, afirmando que: “espero-vos muito brevemente nos novos acampamentos, onde me acho, e nos quais flutua a bandeira única, capaz de fazer esta Pátria grande, e feliz!”.⁵⁷⁴

As exigências de Castilhos e Assis Brasil, de que houvesse um manifesto público da parte do líder conservador para que assim se firmasse uma aliança entre republicanos e conservadores para a eleição à deputação federal foram atendidas, mas não surtiram o efeito esperado. No 5º círculo, os republicanos apresentaram a candidatura de Ernesto Alves;⁵⁷⁵ os liberais, do comendador Diana. Este último se elegeu com um número bastante significativo de votos em comparação à votação feita pelo republicano. Segundo informações do *A Federação* sobre a apuração no 5º círculo, o Comendador Diana recebeu 1350 votos, enquanto Ernesto Alves foi o terceiro mais votado, com 337.⁵⁷⁶

Alguns meses depois do manifesto público e do pleito, a República foi proclamada e, ainda em novembro, o jornal *O Conservador* passaria a denominar-se *O Patriota*.⁵⁷⁷ Em seu artigo inaugural, assinado por Domingos Francisco dos Santos⁵⁷⁸, o jornal firmava “apoio incondicional à nova ordem das coisas”.⁵⁷⁹ Segundo João Victor Camara, esse processo de reposicionamento do jornal estava diretamente ligado a um processo mais amplo, qual seja, o reposicionamento de lideranças conservadoras que aderiram ao Partido Republicano e passaram a apoiar o governo provisório estadual.

Mas nem sempre a aproximação de republicanos e conservadores se dava de maneira satisfatória e exitosa. O que é possível perceber é que havia uma intenção, por parte da Executiva estadual do PRR e do próprio Castilhos, de congregar elementos conservadores com

⁵⁷³ À PROVÍNCIA. In: A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, Ano VI, n. 155, p. 1, 10 jul. 1889. Localização: BNDigital.

⁵⁷⁴ Ibid.

⁵⁷⁵ Ernesto Alves nasceu em Rio Pardo em 1862. Foi colega de Castilhos e Assis Brasil no Colégio Gomes, em Porto Alegre, e depois na Faculdade de Direito de São Paulo, onde se bacharelou em 1883. Participou ativamente da fundação do Partido Republicano no Rio Grande do Sul e dirigiu o jornal *A Federação* em 1889. Sobre Ernesto Alves ver: LOPES; NOLL, 2015d.

⁵⁷⁶ APURAÇÃO. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano VI, n. 220, p. 2, 26 set. 1889. Localização: BNDigital.

⁵⁷⁷ Sobre o jornal *O Patriota* ver trabalho de João Victor Camara (2015).

⁵⁷⁸ Segundo João Victor Camara, Domingos dos Santos “foi o primeiro dirigente conservador envolvido diretamente na gerência do jornal do partido a manifestar apoio à causa republicana, antes mesmo da instauração do regime republicano em 15 de novembro de 1889” (2015, p. 29).

⁵⁷⁹ “O PATRIOTA”. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano VI, n. 266, p. 1, 21nov. 1889. Localização: BNDigital.

vista a fazer frente à oposição liberal, no âmbito municipal. O esperado, todavia, não era uma simples aliança, decorrente da adesão. Tratava-se de submissão ao PRR.

Entretanto, a nível local isso nem sempre era bem compreendido. A relação entre republicanos e antigos conservadores assumia dimensões conflituosas. Foi o que aconteceu em São Martinho, como é possível perceber nas missivas enviadas por Júlio Pereira dos Santos a Castilhos, em março e abril de 1890.

Júlio Pereira dos Santos era um antigo membro do Partido Conservador de São Martinho. Em 1888, como vereador, assumiu a presidência da Câmara Municipal. O vice-presidente da Câmara era, na ocasião, Antônio Pinto Ribas, um membro do Partido Republicano.⁵⁸⁰ Cerca de três meses antes da proclamação da República, Santos já havia aderido ao republicanismo, participando, da fundação do Clube Republicano de São Martinho, do qual foi eleito vice-presidente.⁵⁸¹ Em janeiro de 1890, quando o governo provisório, depois de dissolver a Câmara Municipal, nomeou uma Junta para administrar o município, Júlio Pereira dos Santos era o presidente dessa Junta.⁵⁸² Também foi eleito, no mesmo ano, membro da Comissão Executiva do PRR de São Martinho.⁵⁸³

A 13 de março de 1890, Santos escreveu a Castilhos. Entre os diversos assuntos relacionados à política de São Martinho afirmava que “Temos tido alguma contrariedade na nossa política, visto que um grupo do antigo partido Conservador, capitaneado por Afonso dos Santos, pretende mover-nos oposição sistemática”. Segundo ele, “com a maior prudência temos procurado congregar os melhores elementos de ambos os partidos; sendo porém, impossível uma união sincera com esse grupo”, em função das “exigências e imposições filha do despeito e de interesses inconfiável”.⁵⁸⁴ Como é possível perceber, as adesões eram lidas de maneiras distintas pelos atores envolvidos no processo político.

Em outra missiva, de 1º de abril, o centro da questão que dividia republicanos e ex-conservadores em São Martinho dizia respeito aos moldes pelos quais a união entre os dois grupos era feita. Como vimos em relação ao manifesto do ex-líder conservador na capital, Domingos Francisco dos Santos, Castilhos e Assis Brasil desejavam que esse deixasse evidenciada sua adesão ao republicanismo, o que também significava sua submissão ao novo

⁵⁸⁰ SÃO Martinho. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano V, n. 23, p.2, 27 jan. 1888. Localização: BNDigital.

⁵⁸¹ ADHESÕES Republicanas. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano VI, n. 178, p. 2, 6 ago. 1889. Localização: BNDigital.

⁵⁸² SÃO Martinho. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano VII, n. 12, p. 2, 15 jan. 1890. Localização: BNDigital.

⁵⁸³ SÃO Martinho. In: A FEDERAÇÃO. Porto Alegre, Ano VII, n. 96, p. 1, 15 jan. 1890. Localização: BNDigital.

⁵⁸⁴ Carta de Júlio Pereira dos Santos a Júlio de Castilhos. São Martinho, 13 de março de 1890. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 7, Maço 30, Doc. 42.

partido. No caso de São Martinho é possível perceber que parte dos conservadores não aceitou se submeter ao PRR, como sinaliza o relato de Júlio Pereira dos Santos:

Temos nos esforçado para ver se conseguimos congruar os elementos divergentes ao partido republicano, porém tem sido baldado o nosso intento, quanto ao grupo conservador capitaneado por Afonso dos Santos, **que acostumado a ser mandão não se resigna ao papel único que lhe cabe (o de colaborar); pretende impor-nos suas [ilegível] e absurdas pretensões** e como não estamos dispostos aceita-los, **ameaçam-nos ligarem-se aos liberais!** Estes, a seu turno esforçam-se para esse fim e procuram arregimentar as forças em debandada.⁵⁸⁵

Os conservadores tinham em suas mãos uma importante moeda de barganha na negociação com os republicanos: a existência de uma oposição liberal. Se a intenção dos republicanos era de que ex-conservadores aderissem e se submetessem ao PRR, eles também desejavam espaço e, para tanto, jogavam com a possibilidade de aliança com os liberais.

Este cenário é bastante plausível em um período de reacomodação de forças políticas, dadas as profundas mudanças ocorridas na estrutura institucional do país. Ainda assim, deve-se considerar também outra possibilidade: a de que os republicanos dos municípios buscavam atingir seus objetivos junto à executiva estadual do PRR e ao próprio Castilhos e, para tanto, podem ter lançado mão de estratégias de barganha. No caso das duas cartas de Júlio Pereira dos Santos, depois de relatar os embaraços que aquele grupo de conservadores causava e o perigo de que se aliassem com os liberais, pleiteia a nomeação de um juiz para a Comarca de São Martinho, uma reivindicação que estava demorando para ser atendida. Na carta de março cobrava de Castilhos o provimento da Comarca: “Já estamos quase desanimados com a nossa Comarca, tanto mais que estamos vendo serem providas tantas outras e até criarem novas; entretanto São Martinho que o Dr. Assis diz ser a menina dos seus olhos ainda não pode conseguir a pretexto de falta de juízes!”. E, ameaçava afirmando que a criação trazia implicações políticas, pois neutralizaria críticas adversárias: “A Comarca além de ser um ato de justiça é de grande alarme para nossa política na atualidade, pois já começam os adversários a acharem que não sairá”.⁵⁸⁶

Na missiva de abril, logo após tratar da ameaça de aliança entre conservadores e liberais, afirmou: “O que é preciso é que o amigo nos dê força moral, provendo-se a Comarca quanto

⁵⁸⁵ Carta de Júlio Pereira dos Santos a Júlio de Castilhos. São Martinho, 1 de abril de 1890. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 7, Maço 30, Doc. 47. Grifos nossos.

⁵⁸⁶ Carta de Júlio Pereira dos Santos a Júlio de Castilhos. São Martinho, 13 de março de 1890. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 7, Maço 30, Doc. 42.

antes e nomeando-se Aureliano, Comandante Superior, conforme prometeu”.⁵⁸⁷ Como se percebe, o “perigo” de uma oposição também era utilizado pelos próprios republicanos a nível municipal para barganhar favores e cumprimento de promessas para com as lideranças estaduais. Havia, portanto, uma relação de poder pautada tanto em uma hierarquia partidária quanto estatal; mas a dependência que o partido governista tinha em relação à dinâmica política municipal, como veremos mais adiante, autorizava chefias locais a barganhar e negociar com as lideranças estaduais.

A aceitação de “novos republicanos” causou, em algumas ocasiões, desconforto à Castilhos e à executiva estadual do PRR. Alguns republicanos históricos buscavam se colocar como os mais legítimos e aqueles que deveriam receber apoio incondicional do chefe estadual. Não seria equivocado afirmar que, nos municípios, muitos correligionários do PRR não compreenderam a estratégia de aliança condicionada à submissão que Castilhos impunha aos antigos conservadores e liberais que adentravam o partido, ou não a aceitaram. Esse pode ter sido o motivo pelo qual Alcides Lima⁵⁸⁸ escreveu a Castilhos em 1890, tratando de questões políticas de Livramento: “Peço-te que dê todo apoio aos nossos **companheiros históricos**, porque são os únicos ali dedicados a ti e ao partido. Foram os únicos que não bateram palmas ao governo Tavares, são mais os únicos com quem o partido pode contar em qualquer emergência”.⁵⁸⁹

Alcides Lima fazia referência ao período em que o conservador Francisco da Silva Tavares, na condição de vice-governador, exerceu o Executivo estadual, durante alguns dias do mês de maio de 1890. Lima fazia uma distinção entre os republicanos que militaram no partido desde a década de 1880 e aqueles que, advindos do Partido Conservador, haviam aderido ao republicanismo. Lima era um dos tantos republicanos que se mostravam contrariados em relação às adesões de ex-conservadores e de ex-liberais ao PRR.

Ainda que a aliança com ex-conservadores desagradasse muitos republicanos históricos, buscar apoio dos conservadores foi uma estratégia interessante para o PRR, e isto especialmente nos municípios. A força dos antigos liberais no estado e o fato de que os republicanos eram numericamente inferiores, tornou mais necessária a aproximação. Percebe-se que, mais do que

⁵⁸⁷ Carta de Júlio Pereira dos Santos a Júlio de Castilhos. São Martinho, 1 de abril de 1890. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 7, Maço 30, Doc. 47.

⁵⁸⁸ Alcides de Mendonça Lima era da mesma geração de Castilhos. Nasceu em 1859, em Bagé (RS), tendo estudado nos colégios São Pedro (de Rio Grande) e Gomes (em Porto Alegre). Em seguida, seguiu para São Paulo, onde bacharelou-se em Direito em 1882, um ano depois de Castilhos. Em 1882 foi nomeado promotor público em Livramento e Juiz Municipal em Pelotas. Depois de proclamada a República foi eleito deputado constituinte em 1890 e deputado federal (1891-1893). Sobre Alcides Lima ver: LOPES; NOLL, 2015e.

⁵⁸⁹ Carta de Alcides Lima a Júlio de Castilhos. Pelotas, 09 de outubro de 1890. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 7, Maço 30, Doc. 122. Grifos nossos.

combater as diferenças, Castilhos buscava subordinar ex-liberais e ex-conservadores dispostos a adentrar as fileiras republicanas.

Ao longo da década de 1890 essas alianças e adesões adquiriram maior importância visto que as inúmeras dissidências obrigaram o PRR a buscar novos apoios para fortalecer o partido. O cenário político-partidário era muito dinâmico. Ao mesmo tempo em que muitos republicanos deixaram as fileiras do PRR – inclusive grandes lideranças como Assis Brasil, Barros Cassal, Pedro Moacir e Aparício Mariense, entre outros –, alguns federalistas aderiram ao PRR, como fica evidente em uma carta enviada da Intendência Municipal de Vila Rica, provavelmente no início do século XX. Na missiva, o autor não identificado⁵⁹⁰ escrevia ao “companheiro e amigo Jaques”⁵⁹¹, fazendo referência aos “vilões covardes” que “passaram-se com armas e bagagens para os arraiais do Castilhismo bandido”, ou seja, aos membros do partido federalista que mudaram de lado e foram se somar aos castilhistas, como se lê no trecho transcrito abaixo:

Sentindo a falta de velhos e bons companheiros que ainda se acham ausentes, não desanimei da luta, comecei logo sem vacilações a **reorganização de nosso valoroso partido que felizmente se acha expulgado (sic) dos vilões covardes da estopa de Tico Barrozo e outros que passaram-se com armas e bagagens para os arraiais do Castilhismo bandido**; e que nos fizemos um grande favor, **ficando o nosso partido limpo** e com um pessoal apto para o que se oferecer, os adversários aqui conhecem a grande vantagem da qualidade e nº de nossa gente sobre eles, assim é que tenho tido muito trabalho porém acho-me compensado por ver a união e pujança de nosso partido.⁵⁹²

O domínio do partido Liberal era, ainda nos primeiros anos do regime republicano, muito forte em vários dos municípios do Rio Grande do Sul. A simples deposição de lideranças liberais resultaria em grandes problemas para o PRR. Era preciso negociar: é bem possível que cargos funcionaram como moeda de troca para a adesão de antigos liberais ao republicanismo. A adesão, muitas vezes, foi voluntária, pois muitas das lideranças imperiais não estavam dispostas a perder seus cargos.

Ainda que os conservadores tenham se aproximado do PRR nos anos finais da Monarquia, a preocupação dos republicanos era de transformar alianças em adesões. Tudo para que não corresse o risco de ser acusado de monarquista. Ou seja, mesmo que a aproximação

⁵⁹⁰ A missiva não é assinada, mas utiliza papel timbrado da Intendência Municipal de Vila Rica.

⁵⁹¹ Não sabemos também quem era esse Jaques a quem foi dirigida a carta.

⁵⁹² Carta de autor não identificado a Jaques. Gabinete da Intendência de Vila Rica, s.d. de 19[?]. Localização: AHRs, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 2: Correspondência entre correligionários, Caixa 10, Maço 45, Doc. 929. Grifos nossos.

remetesse aos anos iniciais da República, os conservadores ainda constituíam um problema a ser enfrentado nos anos iniciais do novo regime. Até porque, o espaço ocupado por conservadores adesistas, especialmente os de última hora, gerava grande descontentamento entre os republicanos históricos. Para além disso, havia ainda aqueles ex-conservadores que, apesar de aderirem ao republicanismo, rejeitavam a submissão ao PRR.

Mas, como vimos, os problemas do PRR iam para além dos partidos de origem imperial. Ao longo da década de 1890 os republicanos castilhistas tiveram que enfrentar a oposição de diversas dissidências, de outros partidos que se organizavam e até de lideranças individuais que criavam verdadeiras facções políticas em torno de sua autoridade. Os republicanos castilhistas, apesar de ocuparem os cargos centrais da República a nível estadual, precisavam enfrentar constantemente novas oposições.

O “problema” das oposições foi preocupação central de Castilhos e do PRR ao longo da década de 1890 e diretamente a ele estava ligada a questão dos pleitos. Vencer as eleições era essencial no processo de construção e legitimação do novo regime, bem como uma forma de se sobrepor às oposições e adquirir reconhecimento do poder federal.

5.5 “Estou alerta, confiante vitória todo transe”⁵⁹³: as eleições republicanas

As eleições não eram uma novidade republicana. Elas faziam parte da vida política imperial, como bem demonstrou Richard Graham (1997). No seu já clássico *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*, o brasilianista sinalizou a centralidade das eleições no Brasil Imperial, demonstrando que elas ocorriam com grande frequência: a cada quatro anos para eleger deputados e vereadores; a cada vez que um senador falecia e, então, outro precisava ser eleito para seu lugar; havendo ainda as eleições de juízes de paz nos municípios e a votação para escolha dos eleitores.

Se considerarmos os cargos elegíveis, podemos supor que o processo eleitoral adquiriu maior importância após a instituição do regime republicano, visto que se ampliaram os cargos a ser preenchidos por via eleitoral. Se antes, no Império, o poder Legislativo – senadores (vitaliciamente), deputados gerais, deputados provinciais e vereadores – para além de outros cargos como os de juízes de paz, passavam pelo aval dos pleitos, com a República, o grupo de

⁵⁹³ Minuta escrita por Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt, para ser enviada para o general Firmino de Paula, em Cruz Alta. Sem local, 22 de novembro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Subsérie 3: Correspondência enviada por Aurélio Viríssimo de Bittencourt em nome de Júlio de Castilhos, Caixa 16, Maço 74, Doc. 667.

políticos eleitos foi ampliado. Aos antes dependentes do voto se somaram aqueles que ocupavam os Executivos federal, estadual e municipal, ou seja, o presidente da República, os presidentes de Estado e os intendentess.

A historiografia sobre o período republicano não ignorou a temática das eleições. Inúmeros trabalhos colocaram os pleitos no centro do debate, concedendo destaque a três questões. A primeira é a reduzida participação eleitoral da população brasileira nos pleitos, bem assinalada na obra de José Murilo de Carvalho. O autor destaca que a instituição do novo regime não levou à esperada ampliação da cidadania política, visto que a manutenção da exigência de alfabetização e a exclusão de mulheres reduziu o eleitorado brasileiro a 2% da população total do país, segundo dados da eleição presidencial de 1894 (CARVALHO, 1987, p. 43)⁵⁹⁴. Os dados apresentados por Carvalho para o Rio de Janeiro, não modificam esse cenário geral. Para a eleição à Assembleia Constituinte, em 1890, foram alistados 5,5% da população total. O alto grau de abstenção, entretanto, reduzia ainda mais a participação. Na eleição presidencial de 1894, por exemplo, apenas o equivalente a 1,3% da população do Rio de Janeiro tomou parte no pleito (CARVALHO, 1987, p. 85).

Sobre este ponto, há algumas discordâncias. Viscardi questiona a afirmação de que durante a República tenha ocorrido uma redução do coeficiente de participação eleitoral. Ela lembra que a diminuição foi provocada ainda durante o Império, com a promulgação da Lei Saraiva (1881) que introduziu o critério de alfabetização. Se até 1880 cerca de 10% da população participava do processo eleitoral, após 1881 esse percentual caiu para 1%.⁵⁹⁵ Segundo argumenta Viscardi, ainda que pequeno, houve um aumento da participação eleitoral durante os anos iniciais da República, se comparado aos anos finais do Império. Além disso, a autora aponta que mesmo após o fim da Primeira República, a participação não cresceu muito. Em 1933 foram apenas 3,3% da população, sendo que somente após 1945 o percentual ultrapassou 10% (VISCARDI, 2017, p. 111). Aponta também que a legislação eleitoral republicana introduzia mecanismos que aumentavam o eleitorado, como acabar com o critério censitário e permitir o direito de voto para alguns menores de 21 anos conquanto fossem casados, bacharéis, oficiais ou clérigos.⁵⁹⁶

⁵⁹⁴ Originalmente publicada em 1987.

⁵⁹⁵ Dados presentes em CARVALHO, 2008, p. 43.

⁵⁹⁶ Outro argumento interessante utilizado pela autora é a comparação com o contexto internacional. A autora demonstra que não foi somente no Brasil que a cidadania teve dificuldades para ser ampliada. Neste sentido, assevera que a “cidadania ativa, nos moldes da França ou dos Estados Unidos, eram exceções, das quais a grande maioria dos países não compartilhava, entre eles, o Brasil” (VISCARDI, 2017, p. 110).

Há ainda de se considerar que o impacto da exigência de alfabetização não foi homogêneo. Ao diminuir o foco de análise para a esfera municipal constata-se que o impacto foi menor. Preservar as especificidades nos fornece uma imagem mais completa do quão complexo era o cenário político no início da República. Em alguns municípios rio-grandenses, por exemplo, é possível observar um significativo aumento do eleitorado ocasionado, em especial, pela grande presença de imigrantes. Esse aumento teve duas causas centrais. A primeira tem relação com o grande percentual de alfabetização entre a população imigrante, atendendo a uma das exigências da legislação eleitoral. A segunda tem relação com a lei de grande naturalização de 1890, que declarava brasileiros todos estrangeiros que não se manifestassem em contrário, permitindo assim que se transformassem em eleitores.⁵⁹⁷ Não há, portanto, conforme aponta Viscardi, argumento para sustentar que a República foi a grande vilã no quesito participação política através do voto.

A segunda questão relacionada às eleições é sua vinculação ao sistema coronelista⁵⁹⁸, dado que os pleitos eram o momento central de reafirmação da dependência e, por vezes, até subjugação da população votante em relação aos coronéis locais. Neste sentido, é incontestável o grande impacto e influência que a obra de Vitor Nunes Leal teve sobre a historiografia. Em *Coronelismo, Enxada e Voto*, Leal traçou uma vinculação direta entre coronelismo e sistema eleitoral:

esses remanescentes de privatismo [uma das condições do coronelismo] são alimentadas pelo poder público, e isto se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável (LEAL, 1975, p. 20).

Muitos trabalhos subsequentes se voltaram para a análise da presença do coronelismo como marca forte da República brasileira. Assim, abundaram estudos sobre o coronelismo nos mais diferentes estados da federação e, em muitos deles, as eleições foram objeto de análise. O problema deste tipo de análise está na submissão da eleição e do voto ao poder do coronel. Tal entendimento desconsidera a autonomia e poder de barganha que os eleitores possuíam em relação ao voto, como mostraremos adiante.

⁵⁹⁷ A historiografia já destacou a disparidade no percentual de votantes em regiões de colonização. Ver, sobre isso: LOVE, 1975; RECKZIEGEL, 2007. Segundo Reckziegel, com a República, mudou o cenário político do Rio Grande do Sul pois o crescimento econômico e populacional deram maior importância política a outras áreas, em detrimento da campanha, como as regiões da Serra e do Litoral. Isso ocorreu porque nessas regiões havia um maior grau de alfabetismo, tendo sido este um dos critérios determinantes para ser eleitor (RECKZIEGEL, 2007, p. 32).

⁵⁹⁸ Sobre coronelismo ver LEAL (1975), QUEIROZ (1976; 2006) e CARVALHO (1998).

O terceiro ponto e aquele que é o mais recorrente na historiografia, vincula as eleições às fraudes e violência. Muitos são os relatos de contemporâneos, as acusações na imprensa da época e os protestos em atas eleitorais acusando as fraudes eleitorais. Da mesma maneira, é possível encontrar relatos sobre a coerção que eleitores sofriam antes e durante os pleitos. O sistema eleitoral, corroído pelos mais diversos modos de fraude, que iniciavam no alistamento eleitoral, passavam pelo bico de pena e acabavam na Comissão de Verificação de Poderes, tornavam a ascensão de um candidato dependente não somente do voto, mas de toda uma estrutura de controle dos pleitos centralizada, no mais das vezes, pelo partido situacionista em cada estado. O destaque conferido a estes três aspectos tornou os pleitos em mero teatro político, aparecendo o voto como moeda de troca dentro deste sistema amplo que se estendia da esfera federal até as menores localidades.

Que tais procedimentos eram comuns, não se questiona. Bem ao contrário, na documentação analisada é possível encontrar referências que atestam sua prática. Mas as eleições não eram somente fraude e violência. Outras práticas e procedimentos também marcaram o processo e receberam bem menos atenção dos estudiosos do período. Assim, acabou por se produzir uma visão reduzida do fenômeno eleitoral, como já observaram Viscardi (2017) e Ricci e Zuline (2016).

Trabalhos mais recentes têm questionado essa visão das eleições como marcadas pela fraude e violência. Não as querendo negar ou minimizar, os trabalhos buscam, na análise dos processos eleitorais do período, uma visão mais completa da complexidade que envolvia esses momentos. Sobre essa nova perspectiva de análise que procura “ir além da imagem clássica dos pleitos republicanos” escrevem Ricci e Zulini:

Não se questiona, aqui, o recurso à fraude e à violência nessa época, indubitável. A nosso entender, porém, o foco sobre ambos os elementos invariavelmente deturpou a compreensão de como se organizavam os escrutínios na Primeira República e, sobretudo, a captura do jogo político que os caracterizava (RICCI; ZULINI, 2016, p. 198).

Os autores defendem que fraude e violência não eram “condições suficientemente capazes de manter sobre controle o resultado das urnas”, sendo “o domínio partidário da máquina administrativo-eleitoral, entendida aqui como a estrutura organizacional necessária à realização dos escrutínios segundo as prescrições legais da época, a melhor aposta no intento de se diminuir a incerteza dos pleitos que se seguiam” (RICCI; ZULINI, 2016, p. 201). Para isso, buscaram analisar as três etapas burocráticas que envolviam as eleições, quais sejam: o alistamento e qualificação dos eleitores, a composição das mesas eleitorais e a diplomação dos

eleitos pelas Juntas Apuradoras. Em outro trabalho (RICCI; ZULINI, 2013), atentaram para outra etapa burocrática essencial neste processo, ou seja, para o trabalho da Comissão de Verificação de Diplomas.

Concordando com os autores sobre a necessidade de observar o processo a partir do “domínio partidário da máquina administrativo-eleitoral” para além do binômio fraude-violência, buscamos analisar, a partir da correspondência de Castilhos e da imprensa partidária, como o PRR garantia o controle das eleições (RICCI; ZULINI, 2016, p. 201). Para isso atentaremos não somente para as diversas fases do processo eleitoral, já destacadas por Ricci e Zulini, mas também para as articulações que ocorriam no interior do PRR, especialmente a partir da ação de Castilhos, como chefe do partido estadual.

É certo que o resultado dos pleitos garantia, no mais das vezes, por todo o período em análise, a vitória aos partidos situacionistas que, no caso do Rio Grande do Sul, correspondia ao PRR. Entretanto, como veremos, as eleições preocupavam e ocupavam as lideranças do partido. Como observou Viscardi (2017), a existência de fraude já denotava a existência de competição. Vencer os pleitos era fundamental, mesmo que a oposição se abstivesse de participação. Afinal, eram eles que legitimavam o próprio sistema republicano.

Como observou Carvalho (1987), a instalação da República era a “implantação de um sistema de governo que se propunha, exatamente, trazer o povo para o prosaetrio da atividade política” (1987, p.11). Para os políticos do Oitocentos o rito eleitoral colocava algumas questões centrais, segundo Graham, tais como como a acomodação das oposições, que garantiam uma participação mesmo dentro de um sistema que não lhes possibilitava ascender à vitória eleitoral, e a legitimidade do próprio sistema político.

É certo que nem todos os republicanos pensavam as eleições e a participação política de modo igual. Cristina Buarque de Holanda (2009) trata das diferentes correntes de pensamentos imperantes no seio da República brasileira e de como elas compreendiam a representação política. O entendimento dos positivistas era distinto dos republicanos liberais. Ao contrário dos liberais, os positivistas entendiam que os “homens comuns são objeto, e não sujeito, da representação” (HOLANDA, 2009, p. 81). Deste modo, os representantes não precisavam estar sujeitos à aprovação dos pleitos. Entretanto, foram vencidos nas discussões da Assembleia Constituinte de 1891, que consagrou as eleições como fundamento da representação. Derivou deste fato o entendimento dos positivistas de que os pleitos adquiriam apenas função

legitimadora: tratava-se de uma concessão formal, dado que o espírito público, diferentemente deles, entendia que a legitimidade das instituições dependia da sanção eleitoral.⁵⁹⁹

Nos municípios, as disputas eleitorais adquiriam sentido próprio. Loiva Félix observou que “a eleição era o momento mais importante da exteriorização da disputa pelo poder local, sobretudo enquanto possibilidade de serem obtidas as graças do governo estadual, assegurando-se, com isto, a continuidade do reconhecimento social do prestígio político” (FÉLIX, 1996, p. 105). Mais do que fundamento de legitimidade mediante a sanção dos eleitores, era o reconhecimento da autoridade pelo poder estadual, visto que a vitória estava diretamente vinculada ao apoio obtido da executiva estadual.

Assim sendo, mesmo excluindo grande parte da população da participação nos pleitos, a República mantinha o caráter legitimador com a manutenção de tal rito. Isso explica a preocupação de lideranças em garantir a menor abstenção eleitoral possível. Como o voto era facultativo, levar os qualificados às urnas em dias de pleito era uma tarefa essencial para as lideranças políticas, visto que os empecilhos para a participação eram muitos. Aqueles que conseguiam sucesso, vangloriavam-se de seu trabalho. João Raimundo da Silva vibrava com o “resultado esplêndido” alcançado na eleição municipal. Segundo ele, em “37 anos que milito na política não vi um resultado igual, e depois que foi proclamada a República, aqui na Cidade, o maior número de votos até agora conhecido foi de quatrocentos e nesta eleição quase atingiu a 600 [...]”.⁶⁰⁰

Outros, que fracassavam na tarefa de convencer os eleitores qualificados a participar dos pleitos, tinham que explicar ao chefe do partido, o motivo das abstenções. Gervásio Lucas Annes escreveu de Passo Fundo, em janeiro de 1897 para justificar a votação “insignificante” ocorrida no município. As causas estavam relacionadas à fenômenos naturais e à ausência de infraestrutura no município: “A nossa votação foi insignificante, mas foi devido a uma bomba d’água que caiu aqui no dia da eleição, precedida de um mês de chuvas torrenciais. Ora, não há uma ponte no município, os arroios privaram grande parte dos eleitores de virem votar”.⁶⁰¹ Observa-se que, junto à explicação que concedia ao chefe do partido, Lucas Annes barganhava com Castilhos a participação de eleitores nos pleitos com investimentos que deveriam ser feitos pelo governo estadual no município. Para além das chuvas, a ausência de pontes seria o grande fator limitador da participação eleitoral.

⁵⁹⁹ Sobre a questão da representação política segundo os princípios positivistas ver HOLANDA, 2009, p. 80-84.

⁶⁰⁰ Carta de Raimundo Corrêa da Silva a Jango. Sem local, sem data. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 2: Correspondência entre Correligionários, Caixa 10, Maço 45, Doc. 927.

⁶⁰¹ Carta de Gervásio Lucas Annes a Júlio de Castilhos. Passo Fundo, 14 de janeiro de 1897. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 7, Maço 37, Doc. 214.

Dois anos depois, Francisco Hilebrand escrevia a Paulino Ignácio Teixeira, intendente de São Sebastião do Caí, para explicar porque em Nova Petrópolis, 5º distrito do município, não havia ocorrido eleição.⁶⁰² Segundo sua explicação, no dia marcado para o pleito teriam comparecido apenas os mesários das duas sessões e seis eleitores, não se realizando o pleito “em vista de tão insignificante número de eleitores”. Hilebrand alegava que o aviso para a realização da eleição havia chegado muito tarde, não tendo sido possível avisar todos eleitores. Entretanto, observava que mesmo os que foram avisados não compareceram e, diante do fato, apontava os motivos para tão grande abstenção. As causas apontadas não eram naturais ou relacionadas à falta de investimentos do governo, como no caso de Passo Fundo. Resultava, ao contrário, da apatia e da ação deliberada dos eleitores. Dentre os motivos elencados, três nos chamam a atenção.

O primeiro seria “o grande indiferentismo do p[essoal] deste distrito que não podem compreender a importância das eleições e não querem sacrificar nem um dia útil para cumprir um dever patriótico”. Outro motivo apontado era a simpatia de muitos locais aos “revolucionários”: “nota-se desde muito tempo pouca afluência nas eleições que sempre diminuiu, principalmente desde os tempos da revolução”, sendo este procedimento animado “pelos antigos chefes locais”. O terceiro motivo seria o fato de que “Em geral porém todos atribuem pouca importância à eleição de hoje dizendo que como não há oposição nas urnas e havendo só um candidato este seria eleito até sem votos deste distrito”.⁶⁰³

Como se percebe pelo último motivo elencado, manter uma oposição participativa dos pleitos – menos como eleitores e mais como candidatura, assegurando que não houvesse possibilidade de ela vencer – era importante porque justificava a necessidade de mobilização dos eleitores. Mas também, porque garantia o sentido de disputa que deveria envolver o pleito. Às oposições deveria sempre ser concedida a esperança de vencer, ainda que não houvesse possibilidade de vitória; participando a oposição, o eleitorado republicano seria mais facilmente mobilizado. A ausência de candidatura de oposição resultava no que ocorreu em Nova Petrópolis: os eleitores não compareceram ao pleito porque “não há oposição nas urnas”, de modo que o eleitorado local considerou que o candidato único era eleito mesmo sem seus votos.

⁶⁰² Trata-se de uma cópia da carta de Francisco Hilebrand a Paulino Ignácio Teixeira que se encontra no APJC. É possível supor que o intendente de São Sebastião do Caí tenha encaminhado cópia da missiva que recebeu de Hilebrand a Júlio de Castilhos, por se tratar de um assunto de interesse do chefe do partido. É provável que o próprio Castilhos tenha interrogado Teixeira sobre a grande abstenção que ocorreu na eleição e este utilizou a cópia da carta para se explicar.

⁶⁰³ Cópia de carta de Francisco Hilebrand a Paulino Ignácio Teixeira. Nova Petrópolis, 08 de abril de 1899. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 2: Correspondência entre Correligionários, Caixa 10, Maço 45, Doc. 949.

Como vimos destacando, a eleição tinha papel legitimador para a República, de modo que a abstenção dos eleitores não era desejável.

Viscardi aponta que outro fator desmobilizador do eleitorado era a violência: “Temia-se mais que se desejava participar dos processos eletivos” (2017, p. 118). Esse foi o motivo que desmobilizou muitos eleitores de tomar parte no pleito municipal de Palmeira das Missões, em 1900, segundo relatou Serafim de Moura Reis:

O Subdelegado do Campo Novo, [...], tiroteou dias antes da eleição com armas de guerra algumas casas de amigos meus da povoação, com o fim de amedrontar; assim fez desde o dia 18 à tarde até o dia que terminou-se a eleição, com o fim calculado de privar os meus companheiros de exercerem o direito de votarem, como conseguiu arredar mais de trinta eleitores, e assim despendiam muita munição de guerra, em tão má hora a ele confiada.⁶⁰⁴

É possível que o relato de Reis consistisse em estratégia para angariar o apoio do chefe contra a oposição local que sofria⁶⁰⁵, bem como conseguir a demissão do referido subdelegado, a qual já havia solicitado ao subchefe de polícia. Ainda assim, seu relato demonstra como o uso da violência constituía uma forma eficiente de desmobilização do eleitorado. Nem sempre ela era utilizada para garantir a votação desejada. Ela também poderia servir para objetivos opostos – desmobilizar o eleitorado opositor –, como parece ter ocorrido em Palmeira. Assim, tomar parte nas eleições exigia dedicação que nem sempre os eleitores estavam dispostos a dispensar. Como se percebe, os eleitores barganhavam não somente o voto, mas também a própria participação no pleito.

Por vezes, as próprias lideranças incentivavam a abstenção eleitoral, como uma forma de punir o partido ou um candidato com o qual não compactuavam. Foi o que fez o próprio Castilhos, em 1898, durante a eleição presidencial, recomendando ao eleitorado republicano rio-grandense que se abstinêsse de comparecer às urnas. Era contra a candidatura de Campos Sales à presidência, mas também não desejava apoiar a candidatura opositora, de Lauro Sodré.⁶⁰⁶ Naquela ocasião, o PRR utilizou o jornal *A Federação* para recomendar abstenção

⁶⁰⁴ Carta de Serafim de Moura Reis a Júlio de Castilhos. Palmeira das Missões, 27 de agosto de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência recebida, Caixa 9, Maço 41, Doc. 520.

⁶⁰⁵ A escolha do candidato à intendência de Palmeira das Missões provocou uma cisão no partido republicano local. Enquanto a Executiva central do PRR indicava como candidato Serafim de Moura Reis, outro líder local, não aceitando, lançou candidatura própria. Era Josino dos Santos, que segundo relatou Reis, “só na véspera do dia da eleição é que fez público aos seus que não fossem às urnas”. Carta de Serafim de Moura Reis a Júlio de Castilhos. Palmeira das Missões, 27 de agosto de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência recebida, Caixa 9, Maço 41, Doc. 520.

⁶⁰⁶ Este episódio e os motivos que levaram Castilhos a recomendar abstenção eleitoral serão analisado mais detidamente no capítulo final desta tese.

eleitoral aos seus correligionários e Castilhos cobrou de autoridades locais quando essa abstenção não foi cumprida. Em carta a Aurélio, revelava surpresa pela votação alcançada por Campos Sales em São Sebastião do Caí e Caxias do Sul e afirmava que, em relação ao caso de Caxias, cobraria explicações do intendente municipal, Campos Júnior:

Dos dados que hoje enviaste causou-me espécie apenas o que se refere à votação de São Sebastião e Caxias, a qual julgo relativamente alta. Onde foram os maragatos engendrar aqueles sufrágios? Penso que em ambos os municípios houve republicanos que não se abstiveram, especialmente em Caxias, onde não consta a existência de maragatos. O Campos Júnior descuidou-se provavelmente. Ela ainda há de explicar-me como puderam C. Salles e Rosa obter lá 96 votos!⁶⁰⁷

Ao mesmo Aurélio, indagava, dois dias depois: “A propósito: como se explicarão os 91 votos que o C. Salles obteve em P. Fundo, onde os maragatos estão arredios e excluídos do alistamento eleitoral?”⁶⁰⁸ Chama a atenção, nesta observação de Castilhos, a exclusão dos maragatos do alistamento. Essa era possível pois o partido situacionista do estado controlava a “máquina administrativo-eleitoral”, como apontaram Ricci e Zulini (2016), tudo de acordo com a legislação vigente.

As fases do processo eleitoral foram definidas ao longo dos primeiros anos da República. Quatro dias depois de proclamada a República, o decreto nº 6, de 19 de novembro de 1889, já demonstrava a preocupação em definir quem poderia ser eleitor, uma vez que a delimitação do eleitorado era ponto essencial no controle dos pleitos. Este decreto inicial evidenciava a intenção dos novos ocupantes do poder em não ampliar a participação da população, visto que manteve como critério para ser eleitor a alfabetização, já introduzido no Império com a Lei Saraiva⁶⁰⁹: “Consideram-se eleitores, [...], todos os cidadãos brasileiros, no gozo dos seus direitos civis e políticos, que soubessem ler e escrever”.⁶¹⁰ Este primeiro decreto

⁶⁰⁷ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 02 de março de 1898. Localização: AHRS, APAVB, Maço 3, Doc. 206.

⁶⁰⁸ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 04 de março de 1898. Localização: AHRS, APAVB, Maço 3, Doc. 210.

⁶⁰⁹ A introdução do critério alfabetização em 1881 levou a uma queda drástica no número de eleitores no Brasil. A lei de 1881 acabou com o sistema de eleição indireta, mas a exigência de alfabetização teve forte impacto sobre o eleitorado.

⁶¹⁰ BRASIL. Decreto nº 6, de 19 de Novembro de 1889. Artigo 1º. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6-19-novembro-1889-508671-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 01 out. 2017.

determinava que seria o Ministério do Interior o responsável por expedir “as instruções” e organizar “os regulamentos para a qualificação e o processo eleitoral”.⁶¹¹

Frente à necessidade de realização de eleições para a Assembleia Constituinte, o decreto nº 200-A, de 8 de fevereiro de 1890⁶¹², determinava como deveria ocorrer a qualificação de eleitores. Segundo essas normas o processo ficava a cargo de uma comissão distrital composta pelo juiz de paz mais votado do distrito, pelo subdelegado da paróquia e por um eleitor do distrito “nomeado pelo presidente da Câmara ou Intendência Municipal”.⁶¹³

O trabalho dessa comissão distrital era, em seguida, revisado por uma comissão Municipal composta pelo juiz municipal do termo, pelo presidente da Câmara ou Intendência Municipal e pelo delegado de polícia. Somente pela composição destas comissões já é possível ter uma ideia de que o grupo que se ocupou do poder estadual – no caso do Rio Grande do Sul, o PRR – mantinha o controle do alistamento. Como assinalou Viscardi, “Já se nota nesse decreto [nº 200-A] o controle do Executivo sobre os processos eleitorais” (2017, p. 113).

Esse controle era garantido pela influência do Executivo estadual – representante do partido republicano dominante no estado – sobre os poderes municipais. Afinal, como já apontamos, uma das primeiras medidas do governo provisório instalado a nível estadual foi dissolver as antigas Câmaras Municipais para, no lugar delas, instalar Juntas Municipais compostas por indivíduos indicados pelo presidente do Estado. Assim, também, logo houve a substituição dos juízes municipais e delegados de polícia, por republicanos ou adesistas cooptados pelo PRR⁶¹⁴. Dito isso, ficava evidente que já no alistamento de eleitores o controle das eleições ficava nas mãos dos situacionismos estaduais já que Juízes, Câmara e delegados de polícia eram representantes dos interesses do PRR. Assim, não raro as oposições tinham negado o alistamento de seus correligionários. Foi o que deve ter acontecido em Passo Fundo em 1898, onde, segundo Castilhos, os maragatos foram “excluídos do alistamento eleitoral”.⁶¹⁵ Ainda que existisse o expediente do “recurso” ao qual cidadãos não qualificados poderiam

⁶¹¹ BRASIL. Decreto nº 6, de 19 de Novembro de 1889. Artigo 2º. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6-19-novembro-1889-508671-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 01 out. 2017.

⁶¹²BRASIL. Decreto nº 200-A, de 8 de fevereiro de 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-200-a-8-fevereiro-1890-516313-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 01 out. 2017.

⁶¹³ Ibid.

⁶¹⁴ Segundo Gunter Axt, os “delegados e os subdelegados de polícia eram funcionários escolhidos geralmente de comum acordo entre os manda-chuvas locais e o comando palaciano”, sendo que os “cargos poderiam ser preenchidos por qualquer cidadão, não havendo requisição de diplomas ou necessidade de concurso público” (AXT, 2002, p. 71; 72).

⁶¹⁵ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 04 de março de 1898. Localização: AHRS, APAVB, Maço 3, Doc. 210.

recorrer, este ficava nas mãos do juiz de Direito da comarca, também nomeado pelo presidente do Estado.⁶¹⁶

Se o decreto de fevereiro de 1890 determinava o modo de proceder o alistamento eleitoral, foi o Regulamento Alvim, ou Decreto nº 511, de 23 de Junho de 1890, que regulamentou como deveria proceder a eleição do Primeiro Congresso Nacional⁶¹⁷. Segundo o regulamento as eleições deveriam ser feitas por distritos de paz quando o número de eleitores não excedesse 250 ou por seções de distrito de paz se o número ultrapassasse 250 eleitores. O recebimento das cédulas, a “apuração dos votos e mais trabalhos da eleição” seriam conduzidos por uma mesa eleitoral composta, segundo o Artigo 13, da seguinte maneira:

No distrito de paz, sede do município, do presidente da Câmara ou Intendência Municipal como presidente, de dois membros desta corporação e de dois cidadãos eleitores, todos por ele designados;
Nos outros distritos de paz e nas respectivas seções, de um presidente e de quatro cidadãos eleitores, designados todos pelo presidente da Câmara ou Intendência.

Mais uma vez fica perceptível o controle que a Câmara ou a Intendência Municipal possuíam sob o processo eleitoral.⁶¹⁸ Mantendo em suas mãos a condução do processo eleitoral nos municípios, influiu diretamente no processo de escolha dos ocupantes dos principais cargos (Intendência e Conselho Municipal), mais fácil ficava ao PRR controlar a política local.

Não era difícil, portanto, ao situacionismo estadual, controlar os pleitos. Eleito o Congresso Constituinte e aprovada a primeira Constituição da República, ela mantinha a alfabetização como critério⁶¹⁹ para ser eleitor e determinava que “o processo da eleição e da apuração será regulado por lei ordinária”.⁶²⁰

A lei ordinária a que se referia a Constituição foi promulgada a 26 de janeiro do ano seguinte, sob o nº 35. Ela regulamentava o processo para as eleições federais, de presidente e vice-presidente, deputados e senadores. Essa lei regulamentou as eleições federais até a

⁶¹⁶ O artigo 54 da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul determinava que os Juizes de Comarca seriam “nomeados pelo presidente do Estado, mediante concurso realizado perante o Supremo Tribunal, dentre os concorrentes que forem julgados habilitados sem dependência de diploma”. RIO GRANDE DO SUL, Constituição Rio-Grandense. Apud BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 622. v. 8.

⁶¹⁷BRASIL. Decreto nº 511, de 23 de junho de 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-511-23-junho-1890-518227-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 01 out. 2017.

⁶¹⁸ Essa mesma observação já fez Viscardi (2017, p. 113).

⁶¹⁹ BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891). Art. 70 §1º. Apud BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 541. v. 8.

⁶²⁰ BRASIL. Constituição da república dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891). Art. 47 §3º. Apud BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 535. v. 8.

promulgação da Lei Rosa e Silva, em 1904. Ao tratar da composição das mesas eleitorais, a legislação garantia controle do poder local sobre a condução do pleito, poder este que na maior parte das vezes representava os interesses do situacionismo estadual.⁶²¹

Não é intenção analisar detalhadamente a legislação eleitoral do período.⁶²² O que se pretende é apenas demonstrar que a legislação facilitou o domínio do situacionismo estadual sobre os pleitos. Os governistas construíram uma estrutura eleitoral que lhes garantia a vitória. Esse domínio foi ainda mais alargado porque o Artigo 34 da Constituição de 1891 facultou aos estados legislar sobre as eleições estaduais e municipais. Assim sendo, no Rio Grande do Sul a Lei nº 18, de 12 de janeiro de 1897, passou a regular o processo eleitoral (AXT, 2001, p. 190).

A existência de legislação eleitoral estadual fez com que os pleitos seguissem normas distintas. Deste modo, enquanto a legislação federal consagrava o voto secreto, a legislação estadual mantinha o voto a descoberto, sendo este justificado por Castilhos em sua Mensagem à Assembleia dos Representantes em 20 de setembro de 1897: “[...] o voto a descoberto, que, como não cesso de proclamar, é mais uma salutar garantia da moralidade dos comícios, com proveito direto da educação cívica”.⁶²³ A manutenção do voto aberto garantia ao PRR controle ainda maior sobre os votos dos eleitores.

Entretanto, Ricci e Zulini (2016) apontam que, para além do “monopólio partidário da máquina administrativo-eleitoral”, controlando as três fases dos escrutínios (alistamento e qualificação de eleitores, composição das mesas eleitorais e diplomação pelas Juntas Apuradoras), era necessário aos partidos “persuadir, mobilizar e controlar o eleitorado”. Se a violência física foi um meio, não foi o único, apontam os autores, que sugerem a existência de um “mercado eleitoral dinâmico”. Este mercado envolvia campanha eleitoral, fraudes e compra de votos.

Ainda que as fraudes e a violência fossem meios suficientes para garantir a vitória, não eram os ideais. Outros meios precisavam ser acionados para garantir a vitória uma vez que havia a preocupação latente com as questões legais e com a moralidade do processo. Foi por isso que os pleitos ocupavam e preocupavam Castilhos, na condição de chefe do partido.

⁶²¹ Não é nossa intenção tratar exaustivamente da legislação eleitoral do período. Apenas destacamos alguns aspectos que são essenciais para a análise desenvolvida.

⁶²² Para uma análise mais detalhada da legislação eleitoral do período ver RICCI; ZULINI, 2014.

⁶²³ *Mensagem à Assembleia de Representantes do estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Júlio Prates de Castilhos na 1ª Sessão Ordinária da 3ª Legislatura em 20 de setembro de 1897*. Porto Alegre: Tipographia de Cesar Reinhart, 1997. p. 14. Localização: Center for Research Libraries Global Resources Network, Provincial Presidential Report (1830-1930): Rio Grande do Sul. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>. Acesso em 18 set. 2017.

As eleições não ocorriam de forma concomitante. A votação para a presidência do Estado e da República eram em datas distintas e também não ocorriam no mesmo dia das Legislativas. A escolha de senadores e deputados federais podiam ocorrer juntamente à escolha de deputados estaduais, não coincidindo, entretanto, com as eleições municipais. Assim, como é possível supor, pleitos ocorriam com frequência e o chefe estava sempre ocupado em garantir que seu partido obtivesse sucesso em todos eles. É o que se pode observar na correspondência de Castilhos com seu secretário.

Mas o trabalho do partido e, em especial, de seu chefe, em prol da vitória nos pleitos iniciava antes mesmo da qualificação eleitoral. O primeiro passo era a definição do dia em que o pleito iria ocorrer. Começava nesta tarefa a desigualdade entre partido situacionista e oposições, afinal, a data das eleições estaduais e municipais eram definidas pelo governo estadual que a determinava conforme melhor conviesse ao partido. Em missiva de 29 de dezembro de 1900 ao secretário Aurélio, Castilhos comentava sobre a fixação da data do próximo pleito ficando evidente que a definição atenderia às necessidades do PRR:

Quanto à eleição, respondo: é certo que conversei com o Marcos sobre a conveniência de ser ela efetuada em 1º de fevereiro, para o que me entenderia com o Medeiros. Não o fiz, porque depois reconheci que a **fixação oficial do dia depende da confecção da lista de candidatos**, a qual, a seu turno, está dependendo de uma detida conferência com o Medeiros, Marcos, Evaristo (como secretário da Central) etc., bem assim de certas consultas particulares individualizadas. Gato escaldado de água fria tem medo... **O dia deve ser marcado de modo que, no decurso do prazo, haja tempo de se fazer a consulta prévia, de se receber a resposta dos municípios, de se proclamar a chapa definitiva com indispensável antecedência.**⁶²⁴

O passo seguinte consistia na escolha dos candidatos. Sobre essa etapa Joseph Love apontou que

O costume de convocar sessões plenárias frequentes do partido, que tinha sido praxe durante os anos de agitação contra o Império, foi abandonado no caótico período que sucedeu ao nascimento da República, e, suspensa a guerra [Federalista], o chefe do partido não viu nenhuma razão para retomá-lo. Efetivamente, nenhum congresso do PRR ocorreu entre 1889 e 1923 (LOVE, 1975, p. 82).

Ainda que o autor acertadamente tenha apontado para a não ocorrência de convenções do partido para a escolha de candidatos, é preciso considerar que o processo era mais demorado

⁶²⁴ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 29 de dezembro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Maço 5, Doc. 457. Grifos nossos.

e complexo pois, ainda que Castilhos assumisse centralidade na definição da lista, não podia prescindir de negociações com lideranças locais e do convencimento do candidato indicado.

Como se lê no excerto acima transcrito da carta de 29 de dezembro de 1900, a tarefa de elaboração da lista de candidatos envolvia Castilhos e alguns poucos republicanos próximos a ele. Algumas vezes, ocorreu consulta à Comissão Central do PRR; outras vezes, apenas um representante desta participava. Foi o que ocorreu em 1900, quando apenas Evaristo do Amaral, secretário da Central foi chamado a participar.

Era Castilhos quem convidava algumas poucas lideranças do partido para, junto com ele, elaborar a lista de candidatos. Tratava-se de um grupo seletivo, escolhido por ele. Estes eram chamados a sua residência, na parte central da capital, ou mais frequentemente na Chácara da Figueira. Depois do almoço oferecido pelo chefe, o grupo se reunia para definir os nomes que comporiam a chapa de candidatos. Esse grupo, que discutia e formava as listas de candidatos, variou pouco ao longo do tempo. Aurélio de Bittencourt, Borges de Medeiros e Evaristo do Amaral eram nomes frequentes entre os presentes nestas reuniões informais na Figueira. Aparecem também, José Montaury, Marco Alencastro, João Abbot, Cherubim e Marsicano. Castilhos mantinha sob sua ingerência uma das partes essenciais da fase inicial de organização dos pleitos, que era a escolha dos candidatos.

Toda essa movimentação ocorria meses antes das eleições. Assim, visando preparar a lista dos candidatos à deputação federal e estadual para o pleito de 1897, Castilhos reuniu, na Chácara da Figueira, no domingo, 22 de novembro de 1896, “muitos amigos em agradável convivência, inclusive o João [Abbott] e o Simch”. Mais do que um encontro festivo este foi um momento de reunir lideranças republicanas para esboçar “a lista de candidatos à deputação federal”.⁶²⁵

Era este apenas um esboço pois, como Castilhos revelou a Aurélio, pretendia, a 30 daquele mês, “reunir a comissão central para tratar da chapa”.⁶²⁶ A reunião do dia 30 acabou não ocorrendo pois o mau tempo impediu Castilhos de sair da Figueira.⁶²⁷ Foi somente a 2 de dezembro que pôde se reunir com a Comissão Central, como indica o recado enviado a Aurélio:

⁶²⁵ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 23 de novembro de 1896. Localização: AHRs, APAVB, Maço 1, doc. 75.

⁶²⁶ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 29 de novembro de 1896. Localização: AHRs, APAVB, Maço 1, doc. 84.

⁶²⁷ Em inúmeras cartas escritas por Júlio a Aurélio encontramos referência a adiamentos de viagens da Figueira ao palácio por conta das chuvas que deixavam quase que intransitável o trajeto.

“Dize ao Evaristo [Teixeira do Amaral] que não esqueça de convidar os companheiros de comissão para a reunião hoje, às 8 da noite”.⁶²⁸

Em 1900, assim vimos, a mobilização se repetiu. No dia 31 de dezembro se reuniam com Castilhos, a seu convite, o presidente Borges de Medeiros, Aurélio de Bittencourt, Evaristo Teixeira do Amaral e Marcos Alencastro. Segundo Castilhos, não havia feito “o convite aos Secretários por me parecer desnecessário, podendo depois o Medeiros conversar com eles”. Ainda assim, avisaria João Abbott, “que está mais próximo, para evitar possível queixume”.⁶²⁹

Depois de fechada a lista, antes de anunciar oficialmente os nomes dos candidatos, era necessário consultar tanto os candidatos, para saber se estavam dispostos, bem como as autoridades locais, a fim de confirmar apoio ao candidato indicado. Na missiva a Aurélio citada anteriormente de 29 de dezembro de 1900, Castilhos mencionava as “consultas particulares individualizadas” e a “consulta prévia” que precisava realizar, devendo antes de “proclamar a chapa definitiva”, “receber a resposta dos municípios”.⁶³⁰ Em 1º de janeiro de 1901 Castilhos enviava a Medeiros “as minutas das consultas telegráficas” que seriam enviadas aos candidatos. Era importante consultar os candidatos porque estes, uma vez eleitos, deveriam estar dispostos a participar das reuniões na Assembleia, Câmara ou Senado.⁶³¹ A recomendação era de que, depois de alterar o que considerasse necessário, Medeiros assinasse em seu nome e no do próprio Castilhos.⁶³² No dia seguinte, os telegramas de consulta aos candidatos já haviam sido expedidos.⁶³³

Cerca de dois dias depois, chegavam as respostas das consultas. Nem sempre a resposta era positiva. Gervásio Alves, um dos indicados em 1901, “ofereceu recusa” por ter estado doente. O trabalho de Castilhos era, então, propor “o nome que o deve substituir”.⁶³⁴ Outro indicado, Mostardeiro, alegou “por entre protestos de gratidão e solidariedade, não lhe ser

⁶²⁸ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 2 de dezembro de 1896. Localização: AHRS, APAVB, Maço 1, doc. 88.

⁶²⁹ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 30 de dezembro de 1900. Localização: AHRS, APAVB, Maço 5, doc. 459.

⁶³⁰ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 29 de dezembro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Maço 5, Doc. 457.

⁶³¹ O não comparecimento de deputados às sessões do Legislativo era muito comum. Por vezes, atrapalhava o funcionamento própria casa, como ocorreu em 1896, quando a sessão de abertura dos trabalhos da Assembleia estadual foi por várias vezes adiada porque os deputados eleitos não compareciam. Ver cartas de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Localização: AHRS, APAVB, Maço 1.

⁶³² Carta de Castilhos a Aurélio de Bittencourt. Figueira, 01 de janeiro de 1901. Localização: AHRS, APAVB, Maço 6, doc. 460.

⁶³³ Carta de Castilhos a Aurélio de Bittencourt. Figueira, 02 de janeiro de 1901. Localização: AHRS, APAVB, Maço 6, doc. 461.

⁶³⁴ Carta de Castilhos a Aurélio de Bittencourt. Figueira, 04 de janeiro de 1901. Localização: AHRS, APAVB, Maço 6, doc. 462.

possível anuir a sua inclusão”.⁶³⁵ Segundo Aurélio, o indicado “alegou motivos frívolos e terminou pela não aceitação”.⁶³⁶

A recusa de alguns indicados exigia reelaboração da lista. Assim, Castilhos convidava Aurélio, Evaristo, Marcos, Cherubim e Marsicano para nova reunião, a 6 de janeiro, na Figueira “para dar a última demão à chapa, que ficará dependendo apenas da palavra final do Medeiros”. Segundo Castilhos, “Urge rematar tal serviço, tendo em vista o prazo da eleição”.⁶³⁷

Além da consulta direta aos indicados, circulares eram enviadas para as Executivas municipais do partido com a finalidade de obter o aval destas para a lista de candidatos. A 7 de janeiro de 1901, Castilhos orientava sobre a distribuição das circulares de consulta: “quanto aos pontos mais remotos, deve ser preferida a via telegráfica, com o pedido de resposta urgente, que, aliás, cumpre inserir em todas as circulares”.⁶³⁸ As remessas dessas circulares tinham centralidade no processo. Sobre elas, Castilhos recordava “o esquecimento de dezembro de 1899” que “serviu de pretexto à rebeldia do José Gabriel, da qual tantos aborrecimentos me advieram até agora”.⁶³⁹ Castilhos fazia referência à queixa de José Gabriel de não ter sido consultado sobre os candidatos à deputação federal pelo distrito. Como vimos anteriormente, incomodado por não ter sido informado de que Germano Hasslocher era um dos indicados, acabou por romper com o partido e ofereceu oposição na eleição municipal que se seguiu.

Assim, em 1901, Castilhos recomendava cuidado com a remessa das circulares por via telegráfica e postal. Segundo o chefe, “Não convém antecipar aquelas [telegráficas] a estas [postal], para evitar possíveis queixumes ou frioleiras dos chefes locais que tivessem conhecimento da chapa respectiva, por intermédio dos abelhudos de outros municípios, antes de receberem as remetidas pelo correio”.⁶⁴⁰ Era esta uma prevenção a reclamações e queixas que poderiam resultar em dissidência.

A dissidência também era evitada justificando, a determinados chefes locais, as exclusões operadas na lista de candidatos. Foi o que fez ao telegrafar “ao Fernando e Aparício,

⁶³⁵ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 04 de janeiro de 1901. Localização: AHRS, APAVB, Maço 6, Doc. 462.

⁶³⁶ Carta de Aurélio Viríssimo de Bittencourt a Júlio de Castilhos. Sem Local, 04 de janeiro de 1901. Localização: AHRS, APJC, p. 262 do livro.

⁶³⁷ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio de Bittencourt. Figueira, 05 de janeiro de 1901. Localização: AHRS, APAVB, Maço 6, Doc. 464.

⁶³⁸ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio de Bittencourt. Figueira, 7 de janeiro de 1901. Localização: AHRS, APAVB, Maço 6, Doc. 465/1.

⁶³⁹ Idem.

⁶⁴⁰ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 09 de janeiro de 1901. Localização: AHRS, APAVB, Maço 6, Doc. 467.

explicando-lhes, respectivamente, as exclusões do Bello Brandão e Trois”. Fazia isso para abafar “no nascedouro recriminações prováveis ou previstas”.⁶⁴¹

Tendo os aceites dos candidatos e a anuência das Executivas municipais do partido, a lista era, então, divulgada através de publicação no jornal do partido. Por vários dias seguidos os nomes dos candidatos do partido eram publicados na primeira página do jornal, convidando o eleitorado a sufragá-los. Depois de divulgada a lista dos candidatos do partido, era preciso enfrentar possíveis reações de desagrado. Foi o que ocorreu em 1892. A 13 de novembro, Francisco Cavalcanti escreveu a Castilhos inconformado por não ver o nome de seu sogro na lista de candidatos à deputação estadual:

[...] soube que foi publicada a chapa de deputados ao Congresso do Estado, chapa em que, por muitos princípios, inclusive a combinação, deveria ter sido incluído o nome de meu sogro Snr. Eduardo Maurell. Republicano extremado e intransigente, tem ele sido um dos mais dedicados companheiros, não só lutando heroicamente na imprensa diária, como trabalhando para arrastar, como arrastou consigo, seus irmãos, parentes, agregados e vizinhos na Serra e que não são poucos, parecendo-me por isso de grande alcance político a não desgostar homens de sua têmpera.⁶⁴²

Apesar das queixas, Francisco Cavalcanti nada conseguiu. Meses depois, em março de 1893, escrevendo novamente a Castilhos afirmava nunca ter pedido nada para si, apenas para seu sogro mas “não consegui, limito-me a guardar esta queixa do partido republicano”.⁶⁴³

Anos depois, foi Abel Gomes, uma das lideranças republicanas de Rio Grande, quem escreveu a Castilhos para reclamar da lista dos candidatos à deputação estadual apresentada pelo partido na qual havia, “manifesta desigualdade em partilha, cabendo 4 candidatos [a] Pelotas, 2 a Jaguarão e nenhum ao Rio Grande”. Gomes nomeou de “injusta” a exclusão de Rio Grande da lista e argumentou que o fato “vai autorizar explorações adversários e profundos descontentamentos amigos localidade”. Lembrava Castilhos da “crônica rivalidade entre Rio Grande e Pelotas”, de modo “que o partido republicano do Rio Grande não pode ser colocado em condições inferioridade com o de Pelotas e que deve ter candidatos em igualdade para evitar queixas e explorações”.⁶⁴⁴

⁶⁴¹ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 09 de janeiro de 1901. Localização: AHRS, APAVB, Maço 6, Doc. 467.

⁶⁴² Carta de Francisco Cavalcanti a Júlio de Castilhos. Sem Local, 13 de novembro de 1892. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 7, Maço 32, Doc. 153.

⁶⁴³ Carta de Francisco Cavalcanti a Júlio de Castilhos. Pelotas, 29 de março de 1893. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 7, Maço 33, Doc. 161.

⁶⁴⁴ Telegrama de Abel Gomes a Júlio de Castilhos. Rio Grande, 29 de janeiro de 1897. Localização: AHRS, APJC, Série 7: Telegramas, Subsérie 1: Recebidos, Caixa 6, Maço 24, Doc. 91.

No caso da escolha de candidatos para cargos municipais, o sistema era um pouco distinto e Castilhos ficava mais dependente das negociações e indicações de lideranças locais. Algumas vezes, as indicações partiam dos próprios municípios; outras vezes, era Castilhos quem indicava, depois de se informar sobre a situação política municipal com líderes locais. Em algumas missivas é possível perceber que a escolha de candidatos municipais dependia de consulta prévia que Castilhos fazia aos municípios, como ocorreu em relação à escolha dos candidatos a intendente de Taquari, Alegrete e Conceição do Arroio. Para João Pereira, o escolhido como candidato em Taquari, Júlio informou: “Consultado por amigos aí, declaro julgar acertada escolha vossa pessoa candidato cargo intendente próxima eleição, conforme vos manifestei aqui pessoalmente”.⁶⁴⁵

A Freitas Valle Filho, de Alegrete, escreveu: “Agradecendo vossa comunicação, congratulo-me partido republicano Alegrete pela acertada escolha vossa pessoa para candidato cargo intendente. Sou plenamente solidário com tão expressiva demonstração confiança política, que bem mereceis. Contai sempre meu apreço, estima pessoal”.⁶⁴⁶

Em 1900 Castilhos enviava a Aurélio uma minuta de telegrama que deveria ser enviada em seu nome a Pedro Mendonça, intendente de Conceição do Arroio. A minuta informava Mendonça de que ele deveria concorrer à reeleição: “Consulta amigos daí, penso deveis ser escolhidos candidato partido local cargo intendente próxima eleição. Confio não recusareis renovação mandato honroso, que exprime justa confiança política”.⁶⁴⁷

Como se percebe, mais do que simples resultado da decisão pessoal de Castilhos, o processo de escolha dos candidatos às eleições era complexo, demandando tempo e negociações. Ainda que Castilhos assumisse centralidade no processo, não podia prescindir de ouvir outras lideranças republicanas, tanto a nível estadual quanto local. Era esta uma maneira de inteirar-se das especificidades locais para aprimorar o controle sobre a política municipal.

Os próximos passos que o chefe deveria organizar era a campanha eleitoral dos candidatos e a publicação de orientações aos eleitores, tarefas que consumiam tempo e eram

⁶⁴⁵ Minuta escrita por Júlio de Castilhos para ser enviada por Aurélio de Bittencourt a João Pereira, de Taquari. Sem local, 14 de setembro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Subsérie 3: Correspondência enviada por Aurélio Viríssimo de Bittencourt em nome de Júlio de Castilhos, Caixa 16, Maço 74, Doc. 646.

⁶⁴⁶ Minuta escrita por Júlio de Castilhos para ser enviada por Aurélio de Bittencourt a Freitas Valle Filho, de Alegrete. Sem local, 2 de outubro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Subsérie 3: Correspondência enviada por Aurélio Viríssimo de Bittencourt em nome de Júlio de Castilhos, Caixa 16, Maço 74, Doc. 651.

⁶⁴⁷ Minuta escrita por Júlio de Castilhos para ser enviada por Aurélio de Bittencourt a Pedro Mendonça, de Conceição do Arroio. Sem local, 14 de setembro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Subsérie 3: Correspondência enviada por Aurélio Viríssimo de Bittencourt em nome de Júlio de Castilhos, Caixa 16, Maço 74, Doc. 645.

fundamentais para a vitória. Ricci e Zulini apontaram que a análise que realizaram das contestações revelou “uma característica pouco esperada para a experiência republicana: se fazia campanha eleitoral” (2016, p.213). De fato, a campanha eleitoral era essencial e a imprensa partidária assumia papel central nesta tarefa. Como vimos no segundo capítulo, a candidatura de Castilhos à deputação teve ampla divulgação nas páginas do jornal *A Federação*, que noticiava com entusiasmo as excursões eleitorais realizadas pelo candidato.

Essas excursões eleitorais não eram realizadas apenas pelos candidatos. Chefes regionais e locais do partido excursionavam pelos distritos antes dos pleitos para diagnosticar a situação local, se informar sobre a ação de oposições, fazer previsões de resultados e convencer os eleitores. O resultado de uma dessas excursões foi narrado por Luiz Gonzaga de Azevedo, de Vila Rica, em 29 de outubro de 1896:

Conforme lhe comuniquei fiz minha incursão política, pelo 2º e 3º Distrito, a onde eles [dissidentes] alardeavam ter muitos votos, qual minha surpresa e creia, é verdade nestes dois Distritos eles não levam 20 votos as Urnas é uma verdadeira miséria, não podem estar mais desprestigiados do que estão, a Eleição não resta a menor dúvida, eles perdem e perdem até para o Federais, que também vão as urnas, se arrematarão e estão trabalhando pensando tirar proveito desta dissidência [...].⁶⁴⁸

O trabalho de lideranças municipais era essencial na conquista de votos. Eles utilizavam os mais diferentes recursos e estratégias para angariar os votos necessários à vitória do partido. E isso incluía fazer promessas que, por vezes, eram difíceis de serem cumpridas. Foi o que fez José Cândido dos Campos Júnior, intendente de Santa Tereza de Caxias (atual Caxias do Sul) para angariar votos na eleição de 1901. A 14 de janeiro, escreveu a Castilhos congratulando pela vitória eleitoral obtida pelo PRR. Na mesma missiva pedia para que fosse providenciado “as nomeações de professores para a vila de Nossa Senhora do Loreto” e “o prolongamento das ruas”. Segundo Campos Júnior, “Parece que nas Secretarias d’Estado há má vontade”, sendo as medidas fundamentais já que “Tendo para eleição jogado com essas medidas, tenho sido interpelado e ficado sem poder justificar-me”.⁶⁴⁹ Algo parecido parece ter ocorrido com José Luís Esteves, Júlio Petersen e Ernesto Alves da Silva que afirmavam ser “de toda conveniência

⁶⁴⁸ Carta de Luiz Gonzaga de Azevedo a Júlio de Castilhos. Vila Rica, 29 de outubro de 1896. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 7, Maço 36, Doc. 190.

⁶⁴⁹ Carta de José Cândido de Campos Júnior a Júlio de Castilhos. Intendência Municipal de Santa Tereza de Caxias, 14 de janeiro de 1897. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Maço 37, Doc. 213.

política que se faça alguma coisa antes da eleição e mesmo antes de concluir o alistamento” acerca da estrada de Santa Maria.⁶⁵⁰

Outra forma de angariar votos era distribuindo circulares. Essas circulares eram impressas em folhetos avulsos e distribuídas ao eleitorado. Poderiam ser circulares assinadas pelos próprios candidatos (como vimos em relação à circular de José Gabriel), ou por lideranças locais ou, ainda, assinadas por Castilhos. Algumas vezes era ele próprio quem orientava acerca da elaboração das circulares. Em 1902, por exemplo, foi realizada eleição para Intendente em São Leopoldo. Castilhos enviou ao secretário Aurélio o texto de uma circular recomendando o candidato do partido republicano Guilherme Gaelzer Netto. A circular deveria ser assinada pelos membros da Comissão Executiva de São Leopoldo. Junto ao texto da circular, havia uma recomendação do chefe: “A proclamação deve ser impressa como circular e distribuída profusamente em avulsos no interior do município”.⁶⁵¹

Também em 1902, Castilhos publicou um “Manifesto ao Rio Grande do Sul”. Tratava-se de um impresso de oito páginas de texto no qual Castilhos indicava a reeleição Borges de Medeiros.⁶⁵² Proclamando seu apoio à manutenção do presidente do Estado no cargo, afirmava: “Pertence indubitavelmente a esse número de beneméritos mandatários sociais o dr. Borges de Medeiros. O Rio Grande do Sul deve reelegê-lo. Tal é a minha convicção, maduramente meditada desde muito.”⁶⁵³

Raimundo Corrêa da Silva, provavelmente escrevendo de São Leopoldo, revelou que a última eleição havia sido um sucesso em função da distribuição de uma circular de Castilhos que foi traduzida para o alemão e distribuída ao eleitorado. O motivo era exposto na missiva:

O que muito concorreu para este resultado eleitoral foi o amigo Guilherme, mandar traduzir o manifesto do Chefe e imprimir uns 5000 avulsos em alemão e pôr em cada envelope um exemplar e subscrever com o nome do eleitor qualificado, e este recebendo o manifesto assignado pelo Dr. Júlio de Castilhos, ficara entusiasmado julgando vir diretamente e ser uma carta, o que muito ajudou.⁶⁵⁴

⁶⁵⁰ Carta de José Luis Esteves, Júlio Petersen e Ernesto Alves da Silva a Júlio de Castilhos. Sem local, sem data. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 7, Maço 28, Doc. 11.

⁶⁵¹ Minuta de Circular de Proclamação de Candidato escrita por Júlio de Castilhos para que Aurélio de Bittencourt passasse a limpo e enviasse a Jacob Wickert, de São Leopoldo. Sem local, janeiro de 1902. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 4: Correspondência enviada, Caixa 10, Maço 47, Doc. 992/9.

⁶⁵² CASTILHOS, Júlio. *Manifesto ao Rio Grande do Sul* (A propósito da eleição presidencial do Estado) Para o período de 1903 a 1908. Porto Alegre: Oficinas a vapor da Livraria do Commercio, 1902. Localização: AHRS, APJC, Série 3: Atas, manifestos, mensagens e Panfletos, Caixa 4, Maço 16, Doc. 27.

⁶⁵³ *Ibid*, p. 5-6.

⁶⁵⁴ Carta de Raimundo Corrêa da Silva a Jango. Sem local, sem data. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 2: Correspondência entre Correligionários, Caixa 10, Maço 45, Doc. 927.

Mas não era somente com campanha que os republicanos castilhistas garantiam os votos necessários à eleição de seus candidatos. Outro procedimento utilizado nos pleitos aos cargos legislativos era a elaboração e expedição de “instruções eleitorais”. Para os casos que conseguimos acompanhar através da documentação, esta tarefa ficou a cargo de Evaristo Teixeira do Amaral. A seis de dezembro de 1896, escrevia Castilhos a Aurélio: “Espero que com o Evaristo concluas hoje o trabalho de transmissão das instruções eleitorais”.⁶⁵⁵ Em resposta, no mesmo dia, Aurélio escrevia: “Do serviço eleitoral apenas ficou para amanhã as circulares do 1º distrito, via postal. O Marcos Avelino se encarregará de a tudo atender com interesse”.⁶⁵⁶ No dia seguinte, pela manhã, Júlio respondia: “Estou certo de que as instruções eleitorais não são expedidas com a devida exatidão e presteza”.⁶⁵⁷ A 14 de dezembro Castilhos fazia novamente referência às instruções: “As respostas à minha circular são satisfatórias. Oxalá que em toda parte observem as instruções! Neste caso, nossa vitória será infalível”.⁶⁵⁸

Mas, afinal, o que eram essas instruções a que aludia Castilhos e que poderia garantir a vitória do PRR? No APJC encontramos um documento que nos ajuda a compreender o que eram as instruções. Trata-se de um papel intitulado “Instruções para a distribuição de votos na eleição federal de 30 de Dezembro”.⁶⁵⁹ É provável que elas se referiam ao pleito de 30 de dezembro de 1896, que tinha por objetivo sufragar nomes à deputação federal.

Segundo a legislação eleitoral em vigor, ou seja, a lei nº 35 de 26 de janeiro de 1892⁶⁶⁰, “Para a eleição de deputados, os Estados da União serão divididos em distritos eleitorais de três deputados, equiparando-se aos Estados, para tal fim, a Capital federal” (Artigo 36).⁶⁶¹ O Rio Grande do Sul estava dividido em cinco distritos eleitorais. Cada distrito elegia três deputados federais, com exceção do 1º distrito que elegia quatro, somando, no total, 16 deputados

⁶⁵⁵ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 6 de dezembro de 1896. Localização: AHRS, APAVB, Maço 1, Doc. 89.

⁶⁵⁶ Carta de Aurélio Viríssimo de Bittencourt a Júlio de Castilhos. Porto Alegre, 6 de dezembro de 1896. Localização: AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Subsérie 1: Correspondência enviada, Caixa 14, Maço 67, Doc. 84.

⁶⁵⁷ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 7 de dezembro de 1896. Localização: AHRS, APAVB, Maço 1, Doc. 91.

⁶⁵⁸ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 14 de dezembro de 1896. Localização: AHRS, APAVB, Maço 1, Doc. 100.

⁶⁵⁹ Instruções para a distribuição de votos na eleição federal de 30 de Dezembro. Localização: AHRS, APJC, Série 1: Assuntos de Estado. Subsérie 1: Documentos Recebidos, Caixa 1, Maço 1.

⁶⁶⁰ BRASIL. Estabelecimento do processo para as eleições federais – Lei nº 35 (26 de janeiro de 1892). Apud BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 309. v. 3.

⁶⁶¹ BRASIL. Estabelecimento do processo para as eleições federais – Lei nº 35 (26 de janeiro de 1892), Art. 36. Apud BONAVIDES; AMARAL, 2002, p. 320. v. 3.

federais.⁶⁶² Ainda segundo a mesma legislação eleitoral, “cada eleitor votará em dois terços dos deputados do distrito” (Artigo 36, § 3º).

Levando em consideração a legislação eleitoral, as instruções do PRR ao seu eleitorado visavam garantir uma distribuição de votos que resultasse na eleição de todos os seus candidatos, ainda que cada eleitor apenas sufragasse dois terços deles. Assim, no caso do 1º distrito, que contava com quatro candidatos, cada eleitor votaria em apenas três. A estratégia do PRR era garantir uma votação igual para todos os candidatos de modo que, no final, todos acabassem eleitos. Assim, o envio de instruções de votação aos eleitores republicanos se tornou uma prática de controle dos pleitos.

Segundo as instruções, cada Comissão Executiva municipal do partido deveria instruir seus eleitores a votar em uma série fechada de candidatos. No caso do primeiro distrito, com quatro candidatos⁶⁶³, estes deveriam ser distribuídos em quatro séries, como se vê no quadro abaixo:

Quadro 5 – Séries de candidatos para distribuição de votos para eleição de quatro deputados

Série 1	Série 2	Série 3	Série 4
Candidato A	Candidato B	Candidato C	Candidato D
Candidato B	Candidato C	Candidato D	Candidato A
Candidato C	Candidato D	Candidato A	Candidato B

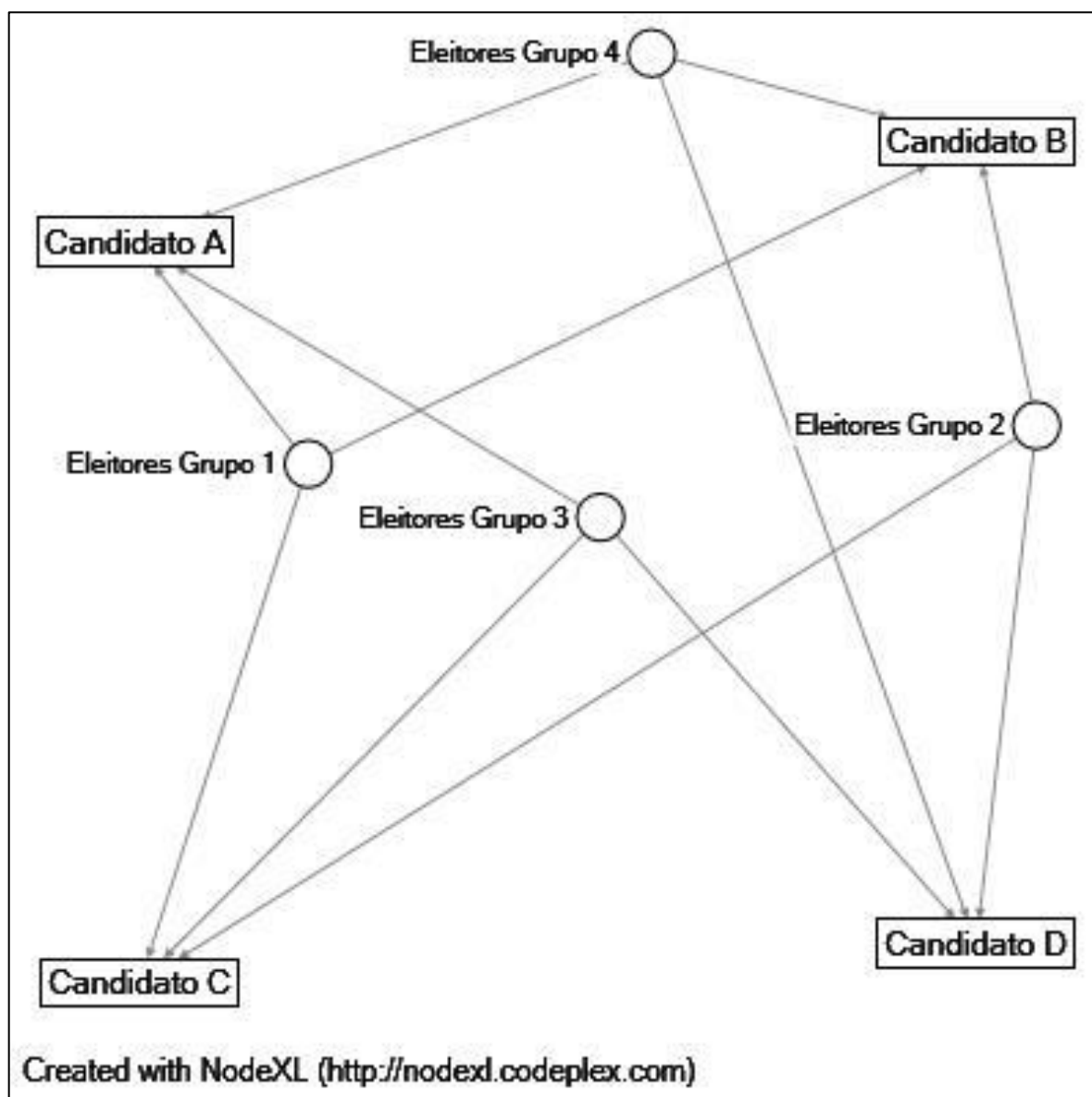
Fonte: Instruções para a distribuição de votos na eleição federal de 30 de Dezembro. Localização: AHRS, APJC, Série 1: Assuntos de Estado. Subsérie 1: Documentos Recebidos, Caixa 1, Maço 1.

Os eleitores do PRR de cada mesa eleitoral do 1º distrito seriam divididos em quatro grupos iguais, sendo que cada grupo votaria em uma das séries propostas pelo partido. Deste modo, ao final do pleito, todos os candidatos estariam eleitos com o mesmo número de votos. A figura abaixo representa a distribuição hipotética de votos de uma mesa eleitoral do 1º distrito (portanto, havia quatro deputados a serem sufragados) composta por 200 eleitores do PRR. Cada grupo representado na figura abaixo pelas esferas seria composto por 50 eleitores cada.

⁶⁶² Ver tabela “Magnitude dos Estados e suas Respectivas Subdivisões Distritais durante a Primeira República” em RICCI; ZULINI, 2014, p. 446.

⁶⁶³ Eram candidatos segundo o documento: José de Almeida Martins Costa Júnior, Marçal Pereira Escobar, Plínio da Costa Casado e Francisco Alberto Guillon.

Figura 12 – Instrução para distribuição de votos na eleição de quatro deputados federais pelo 1º distrito



Fonte: Instruções para a distribuição de votos na eleição federal de 30 de Dezembro. Localização: AHRs, APJC, Série 1: Assuntos de Estado. Subsérie 1: Documentos Recebidos, Caixa 1, Maço 1.

Como se percebe, cada grupo de 50 eleitores votou em uma das quatro séries de candidatos previamente determinada pelo partido. Ao final, todos os candidatos receberam iguais 150 votos. Com esta distribuição igualitária de votos, as oposições encontravam dificuldades de eleger algum representante. Este tipo de estratégia não foi uma invenção do partido ou de seu chefe. Em 11 de novembro de 1900, João Maia, escrevia de Cruz Alta para consultar o chefe acerca de orientações para a eleição municipal. A dúvida de João Maia era se os republicanos castilhistas deveriam “votar em lista completa de 7 candidatos, ou se devemos pôr em prática o sistema inglês de voto incompleto, de que trata Lastarria nas suas ‘Lições de

política positiva’ e por nós já posto em prática aí”.⁶⁶⁴ Tratava-se, portanto, de um sistema de distribuição de votos presente na literatura, a qual alguns castilhistas tinham acesso, como foi o caso de Maia.

José Victorino Lastarria, o autor citado por Maia em sua missiva, era advogado, escritor e político chileno. Em 1868 se declarou positivista e em 1874 publicou *Lições de política positiva*. Nesta obra, segundo Zenobio Saldivia (2004), Lastarria “emplea el método positivo para el análisis de los estudios sociológicos, políticos y administrativos”. Segundo Saldivia, havia, no Chile, duas grandes tendências positivistas. Uma, composta pelos positivistas com doutrina religiosa, que buscavam instaurar a Religião da Humanidade; a outra, a qual pertencia Lastarria, era dos positivistas intelectuais, que aplicavam o Positivismo à realidade do país, empregando as ideias de Comte com certa flexibilidade, compartilhando mais as ideias de Littré (SALDIVIA, 2004).⁶⁶⁵

Na obra, Lastarria analisa três “sistemas de aplicación del sufragio”: o sistema de voto acumulativo, o sistema de voto incompleto e o sistema de voto proporcional. Para o autor, o voto proporcional é o “único sistema experimental, practicable y por consiguiente científico, que realiza fundamentalmente los principios del gobierno representativo” (LASTARRIA, 1875, p. 361). Isto porque esse sistema garantia representação às minorias. Os outros sistemas – voto acumulativo e voto incompleto –, apesar de também permitirem representação das minorias, poderiam ser manipulados de tal forma que a maioria conseguiria eleger todos seus candidatos, e a minoria nenhum.

Foi por essa possibilidade de controlar a distribuição dos votos que o sistema incompleto foi adotado pelos castilhistas. Em resposta à consulta feita por Maia, Castilhos confirmava a adoção do sistema inglês de voto incompleto, apontando já ter sido ele adotado em outros pleitos. Segundo Castilhos,

[...] cada eleitor poderá votar somente quatro conselheiros; mas eleição nossos sete ~~ficará garantida~~ será provável ou certa, uma vez que, apurada previamente nossa maioria eleitoral infalível, forem confeccionadas e distribuídas, nos distritos ou mesas, cédulas discriminadas de acordo processo que temos aplicado eleições de federais, estaduais.⁶⁶⁶

⁶⁶⁴ Carta de João Maia a Júlio de Castilhos. Cruz Alta, 11 de novembro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 9, Maço 41, Doc. 581.

⁶⁶⁵ Sobre José Victorino Lastarria ver: SALDIVIA, 2004; e, SALDIVIA, 2003.

⁶⁶⁶ Minuta escrita por Júlio de Castilhos para ser enviada por Aurélio Viríssimo de Bittencourt a João Maia, de Cruz Alta. Sem local, 22 de novembro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Subsérie 9: Correspondência enviada por Aurélio Viríssimo de Bittencourt em nome de Júlio de Castilhos, Caixa 16, Maço 74, Doc. 668. Trecho riscado no original.

Fica evidente que para obter o sucesso desejado, era preciso se certificar de que o PRR detinha dois terços do eleitorado e disciplinar os votos desses eleitores. Garantir dois terços do eleitorado não era tarefa impossível visto que controlavam as comissões de alistamento e qualificação de eleitores. Mas esse trabalho pressupunha ter conhecimento de seu eleitorado e garantir que ele atendessem às orientações partidárias. Além disso, antes da ocorrência dos pleitos os chefes locais faziam um levantamento do número de eleitores com que o partido podia contar, confirmando-se, então, a adoção do sistema de distribuição de votos. De Alegrete, Benício escreveu a Castilhos, em fevereiro de 1901, para confirmar a adoção do sistema frente à ampla maioria de votos com que o partido poderia contar:

Há chapa dissidente: Fontoura, Tristão, Meneses, Hugolino Cruxen, Dr. Maciel, Cezar Dias. Calculo alcançará 900 votos em Dom Pedrito, Livramento, Uruguaiana, Quaraí. Calculando cerca de 4000 chapa oficial, todo distrito, penso desnecessário alterar distribuição votação entretanto aguardo ordens.⁶⁶⁷

Quanto à necessidade de disciplinar seu eleitorado, essa era tarefa que envolvia a Comissão Central do PRR e as comissões executivas municipais do partido. Na mesma carta já citada, Maia argumenta sobre os perigos da adoção do sistema de voto incompleto pois, “dado que se cometesse um erro qualquer no cômputo dos votos de que pudéssemos dispor, ou se desse o caso de ocorrer alguma confusão, aliás muito fácil de dar-se, atendendo-se à pouca prática de que dispõe o pessoal que aqui trata de eleições”.⁶⁶⁸ Lastarria já havia assinalado que, do mesmo modo que o sistema poderia garantir “á la mayoría todo el triunfo”, elegendo todos os candidatos e nenhum da minoria, também poderia resultar em derrota para a maioria, visto que estaria facilitado “á la minoria la eleccion de dos representantes em três, cuando la mayoría no es bastante compacta para ponerse de acuerdo” (LASTARRIA, 1875, p. 350). Assim sendo, o PRR não poderia correr o risco de algo dar errado.

Se as comissões executivas municipais tinham dificuldades, era a comissão Central do PRR ou o próprio Castilhos quem as instruíam sobre como proceder. Frente ao medo de Maia sobre a “pouca prática de que dispõe o pessoal que aqui trata de eleições”, Castilhos o

⁶⁶⁷ Telegrama de Benício para Júlio de Castilhos. Alegrete, 04 de fevereiro de 1901. Localização: AHRS, APJC, Série 7: Telegramas, Subsérie 1: Recebidos, Caixa 6, Maço 25, Doc. 359.

⁶⁶⁸ Carta de João Maia a Júlio de Castilhos. Cruz Alta, 11 de novembro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 9, Maço 41, Doc. 581.

tranquilizava, afirmando que “poderei enviar instruções detalhadas sobre modus faciendi, si forem necessárias”.⁶⁶⁹

Para o pleito de 1901, visando eleger deputados federais, Castilhos escreveu a Aurélio acerca das instruções que deveriam ser enviadas aos municípios com vista a garantir correta distribuição dos votos:

Pondera o Evaristo que a proclamação definitiva [dos candidatos] poderá ser publicada a 31 ou 1º. Não concordo. Deve ser feita antes, visto que, tendo lugar a 11 a eleição, é preciso que a chapa final correspondente a cada distrito, fique conhecida de todas as respectivas localidades cerca de 10 dias de antecedência, para haver tempo de se confeccionarem as cédulas dos votantes de acordo com as instruções que a Central tem de expedir sobre o processo da distribuição dos votos, garantidores dos três terços...⁶⁷⁰

O processo de distribuição de votos partia, portanto, da Comissão Central do PRR, em Porto Alegre. As instruções sobre como os votos do eleitorado castilhista deveriam ser distribuídos eram enviadas da capital para os municípios. Como é possível perceber, Castilhos não considerava confiável deixar tudo a cargo das comissões municipais:

É mister cogitar de tudo isto, mesmo porque, sem os devidos condimentos, mandados de Porto Alegre, o pratinho não sairá bem feito nas localidades, como sabemos por experiências sucessivas. A este propósito, convém que o Marcos confeccione, desde já, a minuta das aludidas instruções, que devem reproduzir, mutatis mutandis, as que foram expedidas para a eleição estadual de 1897.⁶⁷¹

É certo que essa distribuição de votos era idealizada pelo PRR e fica evidente, pelas queixas de Castilhos ao afirmar que “o pratinho não sairá bem feito nas localidades, como sabemos por experiências sucessivas”, que muitas vezes o sistema encontrou dificuldades para funcionar do modo idealizado. Entretanto, podemos também supor que, em muitos pleitos, a adoção do sistema de voto incompleto assegurou a vitória do PRR pois na documentação encontramos recorrentes referências ao uso desse sistema, tanto em eleições federais quanto estaduais e municipais, em diferentes períodos.⁶⁷²

⁶⁶⁹ Minuta escrita por Júlio de Castilhos para ser enviada por Aurélio Viríssimo de Bittencourt a João Maia, de Cruz Alta. Sem local, 22 de novembro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt, Subsérie 9: Correspondência enviada por Aurélio Viríssimo de Bittencourt em nome de Júlio de Castilhos, Caixa 16, Maço 74, Doc. 668. Grifos do autor.

⁶⁷⁰ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 09 de janeiro de 1901. Localização: AHRS, APAVB, Maço 6, Doc. 467.

⁶⁷¹ Carta de Júlio de Castilhos a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Figueira, 09 de janeiro de 1901. Localização: AHRS, APAVB, Maço 6, Doc. 467.

⁶⁷² Encontramos referências às instruções sobre distribuição de votos nos anos de 1896, 1897, 1899, 1900 e 1901.

Além das instruções enviadas pela Comissão Central do partido, a disciplina do eleitorado era assegurada por outros dois expedientes, quais sejam: a confecção prévia das cédulas dos eleitores – como fica evidente na carta de Castilhos a Aurélio, de 9 de janeiro de 1901, quando trata da necessidade de “haver tempo de se confeccionarem as cédulas dos votantes de acordo com as instruções que a Central tem de expedir sobre o processo da distribuição dos votos” - e o fato do voto, segundo a legislação estadual, ser aberto. Pode-se supor que este sistema de distribuição de votos foi utilizado também em outros estados pois a adoção do modelo de cédulas prontas não era uma especificidade do PRR. Viscardi, sobre isso, escreveu:

As cédulas já vinham com os nomes dos candidatos, quando impressas, pois o voto era em lista fechada. Na maior parte dos processos eleitorais da Primeira República o eleitor poderia votar em qualquer papel, podendo inclusive trazê-lo de sua própria casa. Esse nível de informalidade facilitava o controle do voto pelos chefes locais, que facilmente poderiam entregar ao eleitor a cédula pronta, diminuindo a sua margem de escolha (VISCARDI, 2017, p. 114).

Como sabemos que, em última instância, havia um controle do partido estadual sobre os chefes locais, pode-se afirmar que o sistema facilitava o controle do partido situacionista estadual sobre os pleitos nos municípios. Além do mais, fica evidente que a legislação eleitoral garantia esse controle. Uma prática aparentemente ilegal era facilitada por dispositivos legais.

Isso nos demonstra que o PRR possuía um forte controle sobre seu eleitorado, que se mostrava disciplinado seguindo as instruções de votação do partido. Também demonstra que a fraude e a violência eleitoral não eram recursos usados em primeira mão. Se o partido se preocupou em regular os votos de seu eleitorado em um sistema que certamente demandava bastante trabalho, foi porque desejava vencer os pleitos legalmente. A fraude seria, neste contexto, um outro recurso.

O domínio da máquina pública garantia ao partido situacionista estadual vantagens ante a oposição. Como vimos, facilitava o controle do processo de alistamento e qualificação de eleitores bem como das mesas eleitorais. Na carta de Luiz Gonzaga de Azevedo, de 29 de outubro de 1896, o autor apontava a importância de garantir o controle sobre as mesas eleitorais: “se conseguíssemos as nomeações das mesas, teremos a vantagem de fazer correr a Eleição sem ponto algum de nulidade, com toda a liberdade”.⁶⁷³ Havia, como se percebe, uma preocupação

⁶⁷³ Carta de Luiz Gonzaga de Azevedo a Júlio de Castilhos. Vila Rica, 29 de outubro de 1896. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 7, Maço 36, Doc. 190.

em garantir total controle do processo eleitoral, visando assim evitar a prática da fraude e da violência durante os dias de pleitos.

Mas também permitia que utilizassem o próprio erário público em prol do partido. Em 1901, quando do envio de circulares para as comissões executivas municipais afim de consultar sobre sua concordância em relação à lista dos candidatos a deputados por distrito, Borges indicava que “O Evaristo pode enviar diretamente ao telégrafo do Estado as circulares eleitorais, porque o Parobé está prevenido sobre a dispensa da taxa”.⁶⁷⁴

Se as eleições estaduais e federais exigiam atenção do chefe do partido estadual, os pleitos municipais não eram de menor importância, como se percebe pela consulta à documentação. Castilhos mantinha contato direto com as lideranças municipais, como já assinalamos no capítulo anterior. Correspondências e audiências eram um modo de se manter informado sobre o que ocorria nos maiores e menores municípios, dos mais distantes lugares do estado. O controle da política municipal era essencial para que o domínio do PRR se consolidasse. As eleições municipais concorriam para a formação de uma base de apoio ao PRR nos municípios, essencial para que o partido gerenciasse os alistamentos de eleitores e as mesas eleitorais, tanto de eleições municipais quanto estaduais e federais. Como bem lembrou Viscardi, o sistema eleitoral “permitia que candidaturas independentes ou vinculadas a partidos menores se lançassem em alguns municípios, lideranças populares poderiam surpreender os candidatos das chapas oficiais, ao receber um número muito significativo de adesões” (VISCARDI, 2017, p. 118). Foi o que ocorreu em Cruz Alta, quando da candidatura de José Gabriel à Intendência Municipal em 1900, tratada neste capítulo.

Na análise da documentação do líder republicano que realizamos fica evidenciado que as eleições tinham importantes funções, como mobilizar a militância e as lideranças espalhadas pelo estado. Questões relacionadas à política local e à realização de pleitos eram recorrentes nas missivas enviadas e recebidas por Castilhos. Informes sobre o resultado de pleitos e tratativas quanto à escolha de candidatos estavam presentes entre os motivos de muitas escritas. Assim, nos parece oportuno pensar que as eleições se apresentavam, neste contexto inicial do regime, como peça fundamental da consolidação da República e expressão maior da atuação de lideranças republicanas e, sobretudo, de Castilhos. Eram elas peça-chave na construção da dominação política, especialmente no momento inicial do regime, quando a tarefa primordial era consolidar e legitimar a nova ordem.

⁶⁷⁴ Carta de Borges de Medeiros a Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Sem local, 08 de janeiro de 1901. Localização: AHRS, APAVB, Maço 6, Doc. 465/3.

Neste contexto, a vitória nos pleitos tinha, para o PRR, uma dupla função. Internamente, era condição para se afirmar no poder, garantindo a hegemonia política no Estado e controlando a política municipal; externamente, tinha a função de demonstrar o poder do partido e assim angariar o apoio federal. Contando com o apoio federal, o partido assegurava sua posição de domínio no estado. Para o líder maior do PRR, especificamente, os pleitos eram o momento de evidenciar e afirmar seu poder e influência não somente sobre a política estadual, mas especialmente sobre as lideranças locais. Era o momento de testar sua força e, ao mesmo tempo, de testar a lealdade de seus seguidores, bem como de punir aqueles que eram considerados traidores.

* * *

Oposições e eleições eram temas recorrentes, tanto na correspondência de Castilhos, quanto nas reuniões e audiências que realizava em Porto Alegre. Manter sob controle esses dois aspectos da política eram essenciais para construção do domínio do PRR no estado. O exercício da liderança por parte de Castilhos passava, como se chamou a atenção neste capítulo, pelo domínio da política municipal, *locus* de ação de oposições e de realização dos pleitos.

Ainda que os municípios tenham perdido autonomia dentro do marco legal construído pelos republicanos que se ocuparam do poder, eles ainda mantinham boa parte da efervescência da vida política brasileira. Eram o espaço de atuação de lideranças locais, onde se realizavam os pleitos e a primeira fase da apuração eleitoral. Essas lideranças locais, ainda que muitas vezes atuassem subordinadas ao poder estadual – e dele constituíam representantes – não o faziam como simples submissão. Negociações, barganhas e até rupturas caracterizavam a relação poder estadual-poder local, como já demonstrou Loiva Félix (1996).

Castilhos, como líder estadual buscou por diversos meios manter controle sobre os municípios sul-rio-grandenses. A tarefa não era simples, mas foi sustentada por uma rede de relações que construiu com lideranças locais e correligionários e pela legislação federal e estadual que garantiu o domínio sobre a estrutura político-administrativa e eleitoral municipal. A existência de oposições era tolerada, até porque tinham importante papel na manutenção da unidade do partido e na busca de apoio federal. As eleições, por sua vez, cumpriam o papel de fator legitimador da República e do poder exercido pelos que ocupavam o poder. Se fraudes e violências eram dispositivos possíveis e muitas vezes empregados, antes deles a vitória deveria se dar por outros mecanismos, dentro dos marcos legais do regime.

6 UM REPUBLICANO QUE NÃO FOI PRESIDENTE: LIDERANÇA NACIONAL E EMBATES REPUBLICANOS

Vila Rica, 10 de outubro de 1897. Carlos Prates de Castilhos escrevia ao irmão Júlio, que se encontrava em Porto Alegre, capital do estado. Esta era a terceira carta que enviava. Das duas anteriores não obteve resposta. A carta tratava de negócios familiares, especificamente da compra da Fazenda da Reserva, localizada em São Martinho. Depois da morte do pai, Francisco Ferreira de Castilhos, em 1871, e da mãe, Carolina Prates de Castilhos, em 1890, a fazenda ficou dividida entre os herdeiros, os sete filhos ainda vivos e um neto, Murilo, filho de Clara, também falecida.

A intenção de Carlos era comprar as partes pertencentes aos irmãos e sobrinho para tornar-se único proprietário. Conforme explicava, o estabelecimento estava “em ruínas e sendo todo meu, eu farei o melhoramento que entender mais útil e preciso”. Na carta, Carlos fazia uma proposta de compra: “Portanto vou fazer-te a minha última proposta. Pago pelo teu e do campo de fora três contos setecentos mil reis [...]”. Ao encerrar a carta, Carlos tocava em um assunto político: “Conjecturo que tu deixa a presidência do estado e será colocado na dos Estados Unidos do Brasil, será mais uma glória que tens sabido e conquistado pelo elevado patriotismo e talento”.⁶⁷⁵

A missiva de Carlos a Júlio é dotada do que Antonio Castillo Gómez (1998) denominou de *mistura narrativa*, ou *hibridação textual de escritas de âmbito privado*. Escritos tipicamente autobiográficos – como é o caso de diários e de cartas⁶⁷⁶ – tornam presentes, mais do que a história do próprio autor, a história da sociedade e os acontecimentos políticos e econômicos do tempo em que foi produzida.⁶⁷⁷ Tem-se nestas fontes, uma intersecção entre escrita pública e privada que, apesar de não ser intencional, pode muito bem hoje servir ao pesquisador como fonte de pesquisa sobre a vida pública do período (CASTILLO GÓMEZ, 1998, p. 352).

Júlio de Castilhos encerrou seu mandato como presidente do estado do Rio Grande do Sul, em janeiro daquele ano, tendo encaminhado Antônio Augusto Borges de Medeiros à sucessão. Depois de eleito, Borges assumiu a chefia do governo estadual, mas Júlio permaneceu à frente da condução da política estadual, no cargo de chefe do Partido Republicano Rio-

⁶⁷⁵ Carta de Carlos Prates de Castilhos a Júlio de Castilhos. Vila Rica, 10 de outubro de 1897. Localização: AHRGS, APJC, Série 5: Assuntos Privados de Júlio de Castilhos, Subsérie 2: Correspondência Recebida, Caixa 5, Maço 20, Doc. 16.

⁶⁷⁶ James Amelang (2003) classifica cartas e diários como escritas autobiográficas.

⁶⁷⁷ Um bom exemplo é oferecido por James Amelang (2003) que demonstra que os escritores de diários muitas vezes escreviam mais uma história de sua cidade ou dos acontecimentos políticos de seu tempo do que a história de sua própria vida.

Grandense (PRR), como já visto. A suspeita de Carlos sobre o destino político do irmão não era sem fundamento.

Júlio de Castilhos chegou muito perto de se tornar candidato à presidência da República naquele ano. Entretanto, na convenção do Partido Republicano Federal (PRF), oposição à candidatura governista, ocorrida poucos dias antes de Carlos escrever ao irmão, a candidatura de Júlio foi preterida em favor de Lauro Sodré. Ao que se pode supor, Carlos não teve notícias atualizadas do que havia ocorrido na semana anterior na capital federal. Sua carta, entretanto, demonstra que estava ciente de que a candidatura de Júlio à presidência era uma possibilidade e, por isso, conjecturava que o irmão estava deixando a presidência do estado para se candidatar à do país.

A mesma percepção parece ter tido Manoel do Nascimento Vargas. No telegrama que enviava a 30 de janeiro de 1898, parabenizando o chefe pela gestão à frente do Executivo estadual, no momento em que Castilhos deixava o cargo, acrescentava: “hoje fora governo estado poderá melhor cuidar Brasil”.⁶⁷⁸ Como é possível perceber, havia, entre os correligionários de Castilhos, a percepção de que, uma vez fora da administração estadual, poderia ele se dedicar à política nacional.

Este capítulo analisa a Convenção de 1897 do Partido Republicano Federal (PRF) e os demais eventos políticos que a ela estiveram relacionados, como a reunião que a precedeu e o processo eleitoral de 1898. O ponto de partida da escolha da temática do capítulo foi a constatação de que, em 1897, Júlio de Castilhos foi um dos nomes cotados para concorrer à presidência da República. O fato dele ter sido lembrado por lideranças e por eleitores de diversos estados permite uma conclusão imediata: apesar de não residir na capital federal, Castilhos tinha forte presença nos maiores círculos de poder e era reconhecido como referência nacional. Ele, entretanto, não agradava a todos. Enquanto muitos políticos o apoiavam, havia os que o combatiam.

Investigar os motivos que o tornaram um pré-candidato, saber quem o apoiava e quem o rejeitava e os argumentos que sustentavam cada posição pode trazer à tona práticas políticas essencialmente relacionadas à construção da República brasileira. A análise dos episódios relacionados à Convenção do PRF nos aproxima da tentativa de compreender a complexa dinâmica que envolvia a escolha de candidatos presidenciais, tais como disputas, articulações e alianças, e torna evidentes as cisões entre os republicanos.

⁶⁷⁸ Telegrama de Manoel do Nascimento Vargas a Júlio de Castilhos. São Borja, 30 de janeiro de 1898. Localização: AHRS, APJC, Série 7: Telegramas, Subsérie 1: Recebidos, Caixa 6, Maço 24, Doc. 193.

A opção que fizemos de analisar o processo sucessório através de um político que sequer chegou a ser candidato à presidência se deve ao fato de que, através de casos como este, é possível acessar um outro universo de disputas e negociações que nem sempre é perceptível ao observar a escolha dos candidatos situacionistas e vencedores. A historiografia privilegiou a análise dos casos que tiveram êxito. As sucessões presidenciais são sempre analisadas a partir da escolha dos candidatos vencedores. Analisar o processo de escolha de um candidato opositorista, por sua vez, permite observar outros aspectos tão ou mais importantes acerca do funcionamento da política.

O capítulo reforça o argumento construído por trabalhos recentes, como o de Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (2012), sobre a importância das articulações e alianças entre elites estaduais como determinantes na condução da política nacional. Por trás da hegemonia da oligarquia paulista, sempre lembrada pela historiografia com base na análise dos políticos que ocuparam a presidência nos primeiros anos, tem-se distintas ideologias, interesses pessoais, alianças políticas que aproximavam uns e afastavam outros no universo daqueles que se denominavam republicanos, fossem eles históricos ou adesistas.

A partir da análise do processo sucessório de 1897/1898, tendo por ênfase a candidatura opositora, este capítulo sugere que: 1) diversos políticos republicanos, não somente paulistas, possuíam os requisitos necessários para disputar o cargo de presidente da República; 2) havia requisitos mais importantes que a origem geográfica para definir o candidato; e, 3) a escolha de um candidato colocava em disputa concepções e interesses distintos.

As fontes utilizadas são, basicamente, correspondência e jornais. É importante frisar que, tentamos, sem sucesso, localizar as atas da convenção do PRF de 1897. Observou-se que entre os principais autores que tratam da história do partido, nenhum deles faz referência a tais atas. Limitam-se a citar e até transcrever as atas de fundação do partido, mas não as atas das convenções. Assim, optamos por trabalhar com dois grandes periódicos existentes no período na capital federal, com tendências políticas diferentes, mas que noticiavam de forma mais detalhada os acontecimentos. De forma complementar e entrecruzada, utilizamos a correspondência do Arquivo Particular Júlio de Castilhos (do AHRS) e do Fundo Prudente de Moraes (do AN).

6.1 O Partido Republicano Federal: da tentativa de construir uma unidade à cisão republicana

Na noite de 6 de outubro de 1897, no edifício do Senado, no Rio de Janeiro, foi realizada a Convenção do Partido Republicano Federal (PRF). Os delegados participantes, representantes dos vinte estados mais o Distrito Federal, decidiram, naquela ocasião, o nome do candidato do partido à presidência da República, que disputaria o pleito de março do ano seguinte. O nome escolhido pelos delegados para representar o PRF se tornava o candidato da oposição, aquele que disputaria a presidência com o indicado pelo Catete. Assim, em 1897, os republicanos, divididos, apresentaram dois candidatos à presidência.

É bom lembrar que nem sempre o PRF foi oposição. Na eleição anterior, participou da indicação de Prudente de Moraes. Em 1897, passados poucos anos, apresentava um candidato opositor. Frente a este fato, indagamos sobre os motivos da mudança de posicionamento político do PRF. Para tanto, antes de analisarmos o episódio da Convenção, cumpre uma rápida incursão sobre o processo que levou à criação do PRF e sua posterior cisão com o governo federal, essenciais para compreendermos as discussões que nortearam a escolha do candidato opositor em 1897.

Há, na historiografia, uma carência de pesquisas específicas sobre o PRF. O único trabalho encontrado foi realizado por José Sebastião Witter (1987; 1999).⁶⁷⁹ Contudo, o partido é referido, com frequência, nos estudos sobre o período, especialmente quando se trata das sucessões presidenciais de 1893/94 e 1897/98.⁶⁸⁰

O PRF foi fundado em 1893, sob a liderança da bancada federal de São Paulo e com a participação de diversas lideranças estaduais. Conforme aponta Witter (1999), o partido começou a ser organizado em julho daquele ano, quando uma reunião realizada a convite de Francisco Glicério e Aristides Lobo, reuniu diversos senadores e deputados. Segundo Vamireh Chacon (1998)⁶⁸¹, cinco reuniões ocorreram até a aprovação do programa do partido em 30 de julho de 1893.

As sugestões de nomes para o partido foram diversas: Partido Republicano Constitucional, Conservador, Construtor até, finalmente, definir-se pelo Federal. Conforme a

⁶⁷⁹ Existem duas publicações de José Sebastião Witter sobre o PRF. Optamos por trabalhar com a publicação de 1999 por ser ela mais completa uma vez que a publicação de 1987 é uma versão reduzida.

⁶⁸⁰ Especificamente sobre o PRF encontramos apenas os trabalhos de José Sebastião Witter (1987; 1999). Entretanto, referências ao PRF podem ser encontradas em Edgar Carone (1974), Maria do Carmo Campello de Souza (1982), Renato Lessa (1988), Vamireh Chacon (1998), Backes (2004), Campos Sales (1983) e Cláudia Viscardi (2012).

⁶⁸¹ Originalmente publicado em 1981.

ata da reunião do dia 30 de julho, estiveram presentes Joaquim Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Nina Ribeiro, Prudente J. de Moraes Barros, Aristides da Silveira Lobo, Francisco Glicério, Thomaz Delfino, Dr. Manoel Victorino Pereira, Dr. A. Coelho Rodrigues, Francisco de Paula Rodrigues Alves, Gil Diniz Goulart e Antonio Nicolau Monteiro Baena.⁶⁸² Alguns destes nomes, como veremos, reaparecerão no momento da convenção de 1897, quatro anos depois.

Mas, qual era o sentido da criação do PRF? Os partidos republicanos criados antes de 1889 tinham apenas conotações regionais. Vamireh Chacon (1998) lembra que, em 1887, o Manifesto do Congresso Republicano Federal (ou Nacional) tentou, em vão, “unificar o movimento no Partido Republicano Brasileiro”. O estatuto previa que a direção do partido seria entregue a um Congresso Federal, “composto por dois delegados de cada província e dois pelo Município Neutro, o Rio de Janeiro capital, que deveria eleger o Conselho Federal integrado por cinco pessoas” (CHACON, 1998, p.57).

Entretanto, a ideia de unificação não vingou. Com a Proclamação da República, a consequente dissolução dos partidos monárquicos e a formação de novos partidos republicanos nos estados, a fórmula se repetia, como observou Alcindo Guanabara:

Ao invés dos dois grandes partidos nacionais, regendo uniformemente todos os departamentos administrativos do País, apareceram em cada um deles agremiações diversas, compostas de elementos colhidos indiferentemente nos seus remanescentes, pleitando ardentemente a posse do poder que, uma vez obtida, era defendida com ardor e intolerância que raiava pela ferocidade. A política federal ficou destarte sem unidade (GUANABARA, 2002, p. 18).⁶⁸³

Em alguns estados, o Partido Republicano foi organizado ainda na década de 1870, caso do Rio de Janeiro e São Paulo. Em outros, somente seria organizado na década seguinte, sendo este o caso do Rio Grande do Sul.⁶⁸⁴ No caso de Mato Grosso, como demonstra Gilmara Franco (2014), dois partidos republicanos foram criados após a proclamação da República. Isto, contudo, não significa que não houvesse republicanos na província antes.

Como mostra a autora, desde 1883, Mato Grosso contava com um jornal republicano – *A República* – e um núcleo de republicanos. Entretanto, o partido – ou melhor, os partidos – foram organizados somente depois de instalado o novo regime. O presidente do estado nomeado pelo Governo Provisório, Antônio Maria Coelho, esteve à frente da organização do Partido Nacional, “agremiação partidária de face republicana” (FRANCO, 2014, p. 76). Generoso

⁶⁸² Ver em Vamireh Chacon (1998, p. 277-279) o estatuto e programa do PRF, definido em 30 de julho de 1893.

⁶⁸³ Originalmente publicado em 1902.

⁶⁸⁴ Sobre a formação do Partido Republicano nas diversas províncias ver: BOEHRER, 1959.

Ponce, antes membro do Partido Liberal e presidente da Assembleia Provincial, esteve à frente da criação do Partido Republicano.

Segundo Guanabara, esta falta de unidade criou um sério problema ao governo central que, para garantir a governabilidade necessária em sua relação com o Congresso, “era obrigado a reagir, a ameaçar ou a lisonjear as facções que dominavam nos Estados para obter dos seus representantes do Poder Legislativo os elementos necessários para se manter” (GUANABARA, 2002, p. 18-19). Tratava-se de partidos estaduais que, em períodos de definição dos processos sucessórios nacionais, se articulavam em alianças a fim de definir o candidato à presidência.

É o que demonstrou Cláudia Viscardi analisando os processos sucessórios durante a Primeira República. Para a autora, as sucessões presidenciais “consistiam nos arranjos políticos mais importantes da Primeira República”, uma vez que “Através delas, é possível perceber como se compunham e decompunham parcerias políticas entre as unidades federadas, tornadas autônomas, a partir da Constituição de 1891” (VISCARDI, 2012, p. 25). Assim, o surgimento do PRF, em 1893, contrastava com esse cenário político, buscando promover uma unidade nacional em torno da sigla.

Conforme José Witter (1999), diversos fatores concorreram para a formação de um partido de âmbito nacional, como se pretendia o PRF. A falta de coesão na Câmara dos Deputados e no Senado para constituir um núcleo político de sustentação do regime; a necessidade de consolidação das instituições republicanas; a situação crítica que passava o país desde o governo de Deodoro da Fonseca; o temor de um continuísmo florianista e a necessidade de conduzir as eleições presidenciais explicam o movimento, liderado em boa medida pelos paulistas, para a formação de um partido que, no âmbito nacional, pudesse consolidar a coesão e disciplina partidária. Witter (1999) lembra também as dificuldades dos anos 1893 e 1894: os movimentos armados nos estados do Sul (a *Revolução Federalista*) e a crescente ideia parlamentarista que se espalhava por todo o país configuraram-se como boas razões para a fundação de um partido com pretensões unitárias e defensor da República presidencialista.

No programa do partido, definido em 1893, a defesa da Constituição Federal aparece em primeiro lugar: “1º - Sustentar e defender a Constituição de 25 de fevereiro; trabalhar por sua fiel execução e pela verdade do regime que ela criou”. Os demais quatro tópicos tratam do “respeito à liberdade eleitoral” e “difusão do ensino popular” (2º tópico), da afirmação da autonomia estadual (3º tópico), do reequilíbrio do orçamento (4º tópico) e da “prática de todas as liberdades constitucionais” (5º tópico).⁶⁸⁵

⁶⁸⁵ Programa (cópia) do Partido Republicano Federal, representado por seus cinco primeiros tópicos. Sem referência. Sem Local, 30 de julho de 1893. Localização: AN, FPM, Série 1: Códices, Subsérie: Livro 2, Notação

Referindo-se à fundação do PRF, Renato Lessa afirma que “Tratava-se da organização em 1893 do primeiro partido político, de caráter nacional, após a dissolução dos partidos monárquicos” (LESSA, 1988, p. 75). Para Cláudia Viscardi, era esta uma “tentativa de criação de um partido de âmbito federal” que “visava a reunir os principais grupos dissidentes, no jogo político oligárquico” (VISCARDI, 2012, p. 75). Assim sendo, a criação de um partido unitário fez-se congregando as mais distintas tendências políticas. Foi o que observou Campos Sales:

O Partido Republicano Federal recebera das mãos dos seus organizadores uma bandeira tão ampla que podia abrigar à sombra os representantes de todas as ideias, mesmo as mais contrapostas – os federalistas e os unitaristas, os presidencialistas e os parlamentaristas. As divergências no tocante à resolução dos problemas da administração igualmente não criavam incompatibilidades no mesmo acampamento, e sob a mesma bandeira podiam estar sem constrangimentos moral ou político, agrupados os adeptos de todos os processos, embora os mais contraditórios (SALES, 1983, p. 71-72).⁶⁸⁶

Análise semelhante apresentava Tavares de Lyra, para quem o PRF era “um partido de governo, que congregava em seu seio o situacionismo das diferentes unidades da Federação, entre cujos representantes se acotovelavam republicanos históricos e adesistas acomodáticos, presidencialistas e parlamentaristas, conservadores e reacionários...” (LYRA, 1944, p. 197). O PRF era, de fato, “*uma catedral aberta a todos os credos*”, segundo definição de Belisário de Souza (Apud LYRA, 1944, p. 198).

Um pouco na contramão de todos os demais trabalhos que se referem à heterogeneidade da composição do PRF, Ana Luiza Backes define o PRF como a “união dos republicanos históricos”, destacando que o fato de ser “o partido da República” conferia-lhe uma coesão que estava acima das diversas correntes que congregava (BACKES, 2004, p. 70, grifos do autor). Para a autora, a fundação do PRF atendia à necessidade de reforçar o papel dos republicanos históricos no novo regime. Segundo ela, a criação do partido resultava da “percepção das elites de que, para governar, era necessário organizar uma base parlamentar sólida, sob o comando dos republicanos históricos” (BACKES, 2004, p. 70).

De fato, o PRF tinha como base programática a defesa da Constituição, portanto, da República presidencialista, demarcando posição contra as correntes parlamentaristas que se alastravam pelo país. Entretanto, consideramos que este programa comum não pode desfazer a imagem de um partido extremamente heterogêneo, que congregava as mais distintas correntes

365. São os mesmos tópicos transcritos por José Witter da Ata Especial de Organização e Programa Partido Republicano Federal (WITTER, 1999, p. 142-143).

⁶⁸⁶ Originalmente publicado em 1908.

políticas. Backes dá menos relevo a essa heterogeneidade visando reforçar seu argumento sobre a existência de um projeto nacional que se sobrepôs ao regionalismo e ao federalismo, tese por ela defendida.

Tem-se, portanto, em 1893, a formação de um partido com definição de um programa e que realizava reuniões e convenções, cuja atuação esteve em grande medida ligada aos assuntos da política nacional, atuando de forma ativa na sucessão presidencial e nas discussões parlamentares. Na *Ata Especial de Organização e Programa* do PRF fica evidenciado o intento do partido, fundado no Rio de Janeiro, de construir uma estrutura partidária nacional, que se fizesse presente em todos os estados e municípios. Nesta *Ata* constava como base para a constituição do partido:

1º - Os Estados e o Distrito Federal, com o concurso dos municípios naqueles, e das antigas paróquias neste, elegerão como melhor convier ao regime peculiar a cada um, as suas convenções ou diretórios locais que, por sua vez, escolherão dois delegados à Convenção do partido Republicano Federal (Apud WITTER, 1999, p. 140).

Contudo, ainda que a intenção dos fundadores do PRF fosse estender a presença do partido ao âmbito dos estados e municípios, este intento não se confirmou na prática. O que se observa é a formação de um partido a nível nacional, com a participação de representantes de diversos estados, a maior parte senadores e deputados, cuja ação estava vinculada à formação de uma base parlamentar de apoio à presidência e à condução da sucessão presidencial. Mais à frente, após a cisão de 1897, esse partido teria especialmente uma atuação parlamentar, como demonstrado por Ana Luiza Backes (2004). Em relação aos estados e municípios, o que se observa, ao invés da formação de núcleos do partido, é a manifestação de agremiações partidárias já existentes a favor ou contra o PRF.

Joseph Love, ao tratar do Partido Republicano Conservador, criado por Pinheiro Machado em 1910, o compara com o PRF. Além de muitas das lideranças de ambos partidos serem as mesmas – caso de Pinheiro Machado e Quintino Bocaiúva –, ainda possuíam semelhanças no que se refere à estrutura partidária. Eram, segundo Love, partidos de tipo *caucus*⁶⁸⁷, ou seja, “cada Estado (inclusive o Distrito Federal) era representado por uma delegação de duas pessoas perante as convenções nacionais e a estas cabia eleger comissões

⁶⁸⁷ Segundo Bert A. Rockman, o termo *caucus* pode “ter a significação de bancada, comitê, bloco. Nesse caso refere-se a grupos informais que votam em bloco”. Segundo o autor, nos Estados Unidos o termo “geralmente refere-se às escolhas de delegados às convenções partidárias feitas secretamente por um grupo dirigente, sem a participação dos demais membros que dela deveriam participar” (ROCKMAN, 1994, p. 56).

nacionais de sete pessoas” (LOVE, 1975, p. 160). O PRR, em ambos os casos, juntou-se tanto ao PRF quanto, depois, ao PRC, apoiando uma coalizão nacional, sem abrir “mão de sua soberania” (LOVE, 1975, p. 161).

A adesão do PRR ao PRF, entretanto, não ocorreu de imediato. Ao observarmos os dados apresentados por Witter (1999) com base na ata de fundação do PRF, percebe-se que a criação do partido congregou efetivamente todos os estados da Federação, com exceção de apenas um – o Rio Grande do Sul.⁶⁸⁸ Witter afirma que, assim como Pernambuco, o Rio Grande do Sul constituiu um “grupo bastante distinto dentro do partido” (WITTER, 1999, p. 110). A peculiaridade de Pernambuco, que havia participado da fundação do partido, estava no fato de que a bancada pernambucana, uma das mais ativas no Senado e na Câmara dos Deputados, por muitas vezes assumiu posição distinta da orientação partidária do PRF. Já sobre o Rio Grande do Sul, que era o único estado a não participar da fundação do PRF, Witter escreveu:

Não se fizeram representar dentro do PRF. Entendemos que não houvesse condições para essa participação na vida partidária da República, no momento que nos ocupa, uma vez que era intensa a agitação no Sul e impossível, portanto, o comparecimento de políticos que se opunham ao governo, num partido que tinha apoio do próprio Presidente da República (WITTER, 1999, p. 110).

A explicação de Witter para a ausência do Rio Grande do Sul na criação do partido é bastante convincente. A criação do PRF coincide com a eclosão da guerra civil no estado, que opôs republicanos castilhistas a federalistas. Como já especificado antes, o PRF começou a ser organizado em julho de 1893. Em fevereiro daquele mesmo ano, portanto alguns meses antes, havia estourado a *Revolução Federalista*. Pinheiro Machado e Ramiro Barcellos, então senadores pelo Rio Grande do Sul, deixaram a capital federal para participar da guerra. Assim, faz sentido a ausência de sul-riograndenses nas fileiras do PRF neste momento inicial, dado que as principais lideranças estaduais estiveram diretamente envolvidas no conflito.

De acordo com Lessa (1988), a fundação do PRF tinha dois objetivos básicos. O primeiro era “criar um grupo parlamentar majoritário para sustentar o governo” de Floriano Peixoto. O segundo objetivo, era preparar o processo sucessório, tanto as eleições presidenciais quanto legislativas (LESSA, 1988, p. 76). Parece evidente, assim, a relação entre a fundação do partido e as eleições de 1894. Como destaca Carone (1974, p. 129-130), em abril de 1893 foi fundado o partido e em setembro foi realizada a convenção que apontou Prudente de Moraes

⁶⁸⁸ Em relação à não representação do Rio Grande do Sul na fundação do PRF ver tabela 2 em WITTER, 1999, p. 84.

como sucessor de Floriano Peixoto. Portanto, a criação do PRF tinha clara intenção de coordenar o processo sucessório de Floriano Peixoto.

Em relação ao objetivo eleitoral, a escolha conduzida pelo PRF do candidato à presidência rompia com as intenções do próprio presidente da República de manter-se no cargo e dava fim ao período de domínio militar. Para Witter, a escolha do candidato sucessor mobilizou diferentes correntes que se uniram no PRF: “Estamos convencidos que não fosse a proximidade do término do período do governo de Floriano, dificilmente, em 1893, se teria conseguido reunir os políticos brasileiros para uma recomposição partidária” (WITTER, 1999, p. 35). Floriano opôs-se à candidatura de Prudente de Moraes, mas acabou por aceitá-la, frente às pressões do PRF.

Sem adversários, os candidatos do PRF, Prudente de Moraes e Manuel Vitorino Pereira, como vice-presidente, acabaram eleitos em março de 1894.⁶⁸⁹ A eleição de 1894 é a única classificada por Cláudia Viscardi como “monopólica”, ou seja, “ocorreu no período em que nenhum outro estado ousava ameaçar a hegemonia paulista sobre a Federação” (VISCARDI, 2012, p.67). Acreditamos que concorreu também para este caráter monopólico o fato de que o PRF, que havia indicado o sucessor e que dominava o Legislativo, era um jovem partido, recém-fundado. Dominado pelo PRP e por Francisco Glicério, o PRF ainda não sofria as cisões que, no processo sucessório seguinte, o tornariam mais frágil e determinariam sua derrota nas eleições presidenciais. A força inicial do PRF foi notada por Renato Lessa. Segundo este autor, logo que fundado, sob a direção de Glicério, o partido “passou a controlar a totalidade das bancadas estaduais no congresso” (LESSA, 1988, p. 76).

Entretanto, durante a nova legislatura, inaugurada em maio de 1895, o PRF, que havia sido responsável pela indicação de Prudente de Moraes para ser o sucessor de Floriano, acabou por afastar-se do presidente. É o que constata Cláudia Viscardi ao afirmar que o período do governo de Prudente de Moraes, de 1894 a 1898, foi marcado “pela oposição entre antigos florianistas, reunidos em torno do PRF de Glicério, e anti-florianistas, capitaneados pela liderança de Prudente de Moraes” (VISCARDI, 2012, p. 73).

O afastamento entre florianistas e o presidente ocorreu em função de diversas ações do novo governo e do posicionamento assumido por algumas lideranças do partido, como

⁶⁸⁹ Segundo Edgar Carone (1974, p. 131), Prudente de Moraes recebeu 290 883 votos e Manoel Vitorino 266 000 votos. Os dados apresentados pela Biblioteca da Presidência da República diferem um pouco: Prudente de Moraes teria sido eleito com 276.583 votos e o vice-presidente, Manuel Vitorino Monteiro, com 249.638 votos (<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/prudente-moraes>). Apesar da não exatidão dos números, interessa ressaltar que a eleição de 1894, de acordo com Lessa, contou com altos índices de abstenção, como o foram todas as outras eleições presidenciais (LESSA, 1988, p. 76).

Francisco Glicério. Entre as ações governamentais apontadas por Renato Lessa estão o rompimento com militares, a anistia concedida aos federalistas do Rio Grande do Sul e a nomeação do marechal Bitencourt, um paulista anti-florianista, para a pasta do Ministério da Guerra. Estes são alguns dos fatores que dificultaram as relações entre PRF e Prudente de Moraes (LESSA, 1988, p. 77-78).

Em setembro de 1896, um republicano cuja identidade ainda não conseguimos identificar, escreveu do Rio de Janeiro a Júlio de Castilhos e, entre os diversos assuntos tratados, apontava as dificuldades pelas quais passava já naquele ano o PRF. Segundo seu relato, Francisco Glicério iria “ao Norte trabalhar para reforçar o P.R.F., visto que por aqui se está desmantelando”. Na mesma carta, fazia referência à falta de unidade dos republicanos e questionava a liderança política exercida por Glicério:

Existe entre os velhos republicanos uma falta de censo comum, que espanta. Que podia lembrar-se de fazer o Xico chefe de um grande partido? Tem ele a respeitabilidade que corresponde a tal posição? – Não. Mil vezes não. Um trampolim político só se estiliza como instrumento e em certos casos.⁶⁹⁰

A divisão do partido se tornou cada vez mais evidente, com reflexos inclusive no mais alto poder do país: o vice-presidente, Manoel Vitorino, passou a fazer frente ao presidente, cerrando fileira com os gliceristas. A oposição atingiu tal monta que foi, inclusive, marcada por um atentado contra o presidente em início de novembro de 1897, levando ao desterro de muitos senadores e deputados ligados ao PRF, condenados sob acusação de participação no episódio.

O atentado ocorreu depois do retorno de Prudente de Moraes ao cargo, após um período de afastamento por motivo de doença. Entre os acusados de tramar o assassinato estavam Francisco Glicério e o próprio vice-presidente, Manuel Vitorino, que, entretanto, não foram condenados.⁶⁹¹

Se, no momento da formação do PRF, estas contradições não impossibilitavam a formação do partido e acabaram sendo superadas com o objetivo de garantir o apoio necessário a Floriano e conduzir sua sucessão, ao longo da administração Prudente de Moraes se mostraram insustentáveis, como ocorreu em relação às decisões do governo no tocante aos revoltosos do sul do país.

Buscando colocar fim ao conflito que opunha federalistas e castilhistas no Rio Grande do Sul, o governo propôs a anistia aos revoltosos. Segundo Campos Sales, esta era a única via

⁶⁹⁰ Carta de [ilegível] a Júlio de Castilhos. Rio de Janeiro, 17 de set. de 1896. Localização: AHRGS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 7, Maço 36, Doc. sem número.

⁶⁹¹ Sobre o atentado contra o presidente ver Lessa (1988, p. 85).

para assegurar as instituições republicanas. Em seus escritos tratando do assunto, argumentou que “a normalidade na administração da República dependia fundamentalmente da pacificação daquela região do país, onde, [...], perdurava a guerra civil, cuja ação reflexa se fazia naturalmente sentir por toda a parte, ameaçando a ordem interna” (SALES, 1983, p. 69). Entretanto, uma importante ala do PRF, comandada por Glicério, colocou-se contra a concessão da anistia.

O processo que levou ao rompimento entre partido e governo recebeu a atenção de muitos autores e as explicações são múltiplas. Além da questão da Federalista no Rio Grande do Sul, cita-se a heterogeneidade dos membros do partido; a incompatibilidade entre os líderes Francisco Glicério e Prudente de Moraes; e uma série de episódios que levaram ao rompimento definitivo com o episódio do requerimento de J. J. Seabra.

O episódio relacionado ao requerimento de J. J. Seabra ocorreu em 28 de maio de 1897. Frente à nova ameaça de invasão do Rio Grande do Sul por federalistas, o governo ordenou a remessa de armas e munições que existiam na Escola Militar. Diante da decisão, os alunos da Escola se rebelaram. O governo reprimiu os revoltosos, que foram desligados da Escola e enviados a diversos corpos do Exército no Sul e no Norte. Na sessão da Câmara de 28 de maio J. J. Seabra – que havia sido opositor do governo Floriano Peixoto – apresentou requerimento que visava congratular o presidente Prudente por ter mantido a ordem pública no episódio. Neste ínterim, lembramos que a Escola Militar era, em grande medida, florianista.

Francisco Glicério assumiu posição contrária ao requerimento que, em votação, acabou sendo rejeitado. Tendo Glicério vencido na Câmara, uma *vária* publicada no Jornal do Comércio, “ao que tudo indica sob orientação do Catete”, afirmava que a opinião de Glicério não representava nem a política de parte do Congresso, nem a do Presidente da República. Estava decretada a cisão do PRF. Dias depois, concorrendo para a presidência da Câmara, Glicério foi derrotado.

Foi assim que, em 1897, menos de quatro anos depois de sua fundação, o PRF cindia-se em dois grupos bastante distintos. De um lado os *prudentistas*, também denominados *republicanos*, que romperam com o partido. Assumiam uma postura anti-florianista. De outro lado, ainda se mantendo ligados ao PRF, os *gliceristas*, também denominados de florianistas ou *concentrados*.

O uso dos termos *gliceristas* e *prudentistas* para designar os dois grupos que se originaram da cisão do PRF, em 1897, é corrente na historiografia e fazem referência direta aos nomes das lideranças de cada um destes grupos. Neste trabalho, adotamos o uso de tais termos com a ressalva de não pressupor qualquer tipo de homogeneidade. Quer-se afirmar com isso,

por exemplo, que dentre os *gliceristas* havia políticos que assumiam postura mais distante do líder Francisco Glicério. O mesmo pode ser observado em relação aos *prudentistas*.

Mais recorrente entre os contemporâneos são as designações *republicanos* e *concentrados*. Campos Sales, em 1908, fez referência aos dois grupos utilizando-se destas designações (SALES, 1983, p. 125). Há, entretanto, na historiografia, um desacordo acerca de quem eram os *concentrados* e quem eram os *republicanos*. Para Edgar Carone, “A cisão definitiva faz com que o Partido Republicano Federal se divida em ala majoritária, chamada de *Concentração*, pró-Prudente e com maioria no Congresso; e minoritária, de gliceristas, chamados de *Republicanos*, que continuam dirigindo o partido” (CARONE, 1974, p. 162). Com base em Carone, diversos outros autores reproduziram a relação Concentração-prudentistas e Republicanos-gliceristas.

Entretanto, outros autores, como Maria do Carmo Campello Souza (1982)⁶⁹², Renato Lessa (1988) e Ana Luiza Backes (2004), apresentam uma relação inversa: os *concentrados* eram os *gliceristas* e os *republicanos* os *prudentistas*. Campello Souza não somente demarca a atuação parlamentar destes dois grupos como também especifica sobre sua composição:

O Congresso se organizava *grosso modo* em dois grupos: Concentrados e Republicanos, divisões do antigo Partido Republicano Federal. Os primeiros ligavam-se à linha ‘jacobina’, basicamente sustentada pelas representações do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. O segundo grupo era vinculado ao presidente da República, formado de modo geral pelos Estados da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Maranhão, Rio de Janeiro e a maioria paulista” (SOUZA, 1982, p. 181).

Se o desencontro de informações dos autores deixava dúvidas, foi uma carta escrita por Aurelino Leal a Júlio de Castilhos, a 19 de abril de 1900, que nos auxiliou a esclarecer quem eram os *republicanos* e quem eram os *concentrados*. Aurelino narrava, em sua carta, as dificuldades que tinha como “candidato a um lugar na Câmara Federal, pelo terceiro distrito da Bahia” por pertencer “à política baiana e ativa da Concentração, que tem o fim supremamente invejável de salvar a República da garra dos que a tem traído”.⁶⁹³ Segundo Aurelino, era também “inimigo pessoal do fatídico governador de meu pobre Estado”. Por ser da oposição, temia não obter o reconhecimento de sua deputação caso fosse eleito.⁶⁹⁴

⁶⁹² Publicado originalmente em 1968.

⁶⁹³ Segundo Cláudio Beserra de Vasconcelos, Aurelino de Araújo Leal disputou, em 1899, seu primeiro cargo eletivo. Eleito deputado estadual, não obteve reconhecimento “em virtude de questões políticas”, assumindo o cargo somente depois da eleição de Severino Vieira, em 1900. Sobre Aurelino Leal ver VASCONCELOS (2015).

⁶⁹⁴ Carta de Aurelino Leal a Júlio de Castilhos. Rio de Janeiro, 19 de abril de 1900. Localização: AHRGS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 40, Doc. 437.

Neste período governava a Bahia Luiz Viana que, após a cisão do PRF, aderiu à ala *prudentista*.⁶⁹⁵ Aurelino, assim, nos ajudou a resolver o problema da nomenclatura dos grupos. Se pertencia à *Concentração* e era adversário de Viana, um prudentista, resta concluirmos que os *gliceristas* eram os *concentrados* e, os *prudentistas*, os *republicanos*.

É preciso lembrar, ainda, que a divisão existente entre *republicanos* e *concentrados*, criada pela cisão no PRF em 1897, teve reflexos também na política estadual. Tomemos como ponto de análise o caso do Rio Grande do Sul. Como já apontamos anteriormente, o estado não tomou parte na fundação do PRF em 1893 e, também, não participou do processo sucessório de Floriano Peixoto, que resultou na escolha da candidatura de Prudente de Moraes.⁶⁹⁶ Entretanto, em 1897, momento da cisão do PRF, observa-se uma tomada de posição do PRR e de suas principais lideranças.

Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado e Vitorino Monteiro são protagonistas na convenção dos *gliceristas*, o primeiro aparecendo como possível candidato do partido à presidência da República e, os outros dois, no papel de delegados representantes do estado. A mesma questão – a concessão da anistia aos revoltosos federalistas do Rio Grande do Sul – que havia indisposto Prudente de Moraes e Francisco Glicério, se tornando uma das causas para a cisão do PRF, pode explicar a adesão de Castilhos ao grupo dos *gliceristas* em 1897, e sua indisposição em relação aos *prudentistas*.⁶⁹⁷ Na narrativa de Carone sobre o acordo de paz fica evidenciado o posicionamento mais próximo entre Francisco Glicério e os castilhistas, contrários ao acordo:

No dia 9 de julho de 1895 realiza-se o encontro, em Pelotas, onde são discutidas as condições de paz [...]. A proposta é imediatamente enviada para o governo, que procura sondar a opinião de políticos em evidência e do Ministério. Campos Sales, Manuel Vitorino, Leopoldo de Bulhões, Ubaldino do Amaral e muitos outros são unânimes em aceitar o protocolo do acordo, [...]; porém, dois grandes nomes situacionistas discordam: Francisco Glicério e Quintino Bocaiúva acham que a paz é um acinte à política do Marechal Floriano Peixoto e defendem a rendição incondicional dos rebeldes. Esta posição, que prenuncia a futura cisão do Partido Republicano Federal, é a

⁶⁹⁵ Sobre a política baiana ver SAMPAIO, 1995. Luiz Viana, ao encerrar seu mandato encaminhou como sucessor Severino Vieira. A adesão de Vieira à ala dos prudentistas pode ser apontada a partir da constatação de sua participação na convenção prudentista de 1897 que escolheu como candidato à presidência da República Campos Sales. Ver: A CONVENÇÃO. In: O PAIZ, Rio de Janeiro, Ano XIV, n. 4756, p. 1, 11 out. 1897. Localização: BNDigital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_02&pasta=ano%20189&pesq=>>. Acesso em 12 fev. 2015. Todas as demais edições do jornal *O Paiz* foram consultadas no mesmo sítio.

⁶⁹⁶ Segundo Raymundo Faoro, na convenção de 1893 estiveram ausentes “algumas ‘brigadas’, entre as quais as de Minas Gerais, Estado do Rio e Rio Grande do Sul” (FAORO, 1998, p. 555).

⁶⁹⁷ Sobre as discussões em torno da paz selada com os federalistas e a anistia ver Carone (1974, p. 144-145) e Sales (1983, p. 69-72).

mesma que a de Pinheiro Machado, representante oficial do castilhismo (CARONE, 1974, p. 144).

Ao que parece, o posicionamento dos castilhistas era mais anti-prudentista do que uma posição favorável aos gliceristas. Não é à toa que, depois das eleições de 1898, houve uma clara aproximação entre os castilhistas e o governo de Campos Sales. Deve-se, entretanto, tomar o cuidado de não reduzir a participação estadual ao grupo majoritário ou àquele que ocupava o poder estadual.

Se feito isso, diríamos que o Rio Grande do Sul, no momento da cisão, colocou-se ao lado dos gliceristas. Tal afirmação incorre na simplificação e não dá visibilidade ao fato de que os prudentistas também contaram com o apoio de republicanos sul-riograndenses. As dissidências republicanas, contrária aos castilhistas, aderiram, no momento da cisão, à ala dos prudentistas. Assim, na convenção governista que escolheu Campos Sales como candidato, representando o Rio Grande do Sul, estiveram presentes Antão de Faria e Pedro Moacyr. Ambos eram antigos membros do PRR que haviam rompido com Castilhos.

Antão de Faria, quando membro do PRR, ocupou importantes postos na política nacional. Logo depois da Proclamação da República, foi nomeado superintendente de Obras Públicas do Rio Grande do Sul, durante o governo de José Antônio Correia da Câmara. Foi também deputado constituinte em 1891, Ministro da Agricultura, Viação e Obras Públicas e Ministro da Fazenda durante o governo Floriano Peixoto. Foi por ocasião da *Revolução Federalista* (1893-1895) que aderiu à dissidência republicana, alinhando-se aos federalistas.⁶⁹⁸ Pedro Moacyr, por sua vez, chegou a ser redator chefe do jornal *A Federação* entre 1892 e 1894, tendo sido também, deputado estadual e federal eleito pelo PRR. Em 1896, entretanto, rompeu com Castilhos e aderiu ao Partido Federalista, pelo qual foi também eleito deputado federal naquele mesmo ano. Quando das convenções ocorridas em 1897, Moacyr já era um dissidente republicano no Rio Grande do Sul.⁶⁹⁹ Assim, o caso de Faria e Moacyr sinalizam para a necessidade de levarmos em conta, em relação à cisão do PRF, as diferentes posições assumidas pelas parcialidades políticas estaduais.

A ruptura do PRF fez-se sentir, com mais peso, na eleição presidencial de 1898, que contou com duas chapas de candidatos, uma ligada à situação, indicada pelo Catete, e outra de oposição, proposta pelo PRF. Os republicanos prudentistas se apresentavam, após a cisão, sob a sigla do Partido Republicano, tendo retirado do nome a designação de Federal. Os gliceristas,

⁶⁹⁸ Sobre Antão de Faria ver MELO, 2015.

⁶⁹⁹ Sobre Pedro Moacyr ver LOPES, 2015b.

por sua vez, mantiveram o nome Partido Republicano Federal. Como é possível perceber pela carta enviada por Campos Sales a Prudente de Moraes, a 10 de julho de 1897, a intenção do líder da oposição, Francisco Glicério, após a cisão, era efetivamente organizar um partido:

A gente do Glicério tem feito passar telegramas escandalosamente mentirosos para [o jornal] a República e para o Paiz. Ele está aqui isolado, sem uma só adesão das diretorias locais e sem elementos para o partido que vai organizar e que será fraquíssimo, quase nulo. A manifestação que ele tem foi coisa de meter dó. Pouca gente e pessoal sem responsabilidade.⁷⁰⁰

Em nova carta, dois dias depois, Campos Sales sinalizava mais uma vez para as dificuldades que Glicério estava encontrando para a composição do partido de oposição:

O Glicério nada tem conseguido e parece que volta para aí bastante contrariado pelas grandes decepções que tem sofrido. Não me consta de um só diretório que o tenha apoiado. Só resta-lhe reunir os fragmentos esparsos pelas localidades para com eles fazer algum simulacro de partido.⁷⁰¹

Ainda que o partido liderado por Glicério tenha sido apenas uma agremiação de nível nacional, contando com apoio de parcialidades políticas estaduais e longe de agregar a maioria dos republicanos, no pleito presidencial de 1898 apresentou candidatura própria. A maior parte dos trabalhos que fazem referência ao PRF simplesmente apontam que a eleição de 1898 constituiu o último suspiro do partido, ao apresentar um candidato opositor aos republicanos legalistas.

A candidatura de Lauro Sodré teria significado a cartada final do PRF opositor. À pequena votação alcançada por Sodré, seguiu o desaparecimento do partido. Glicério não conseguiu sustentar sua liderança no Congresso. A própria postura do novo presidente, Campos Sales, que se mantinha afastado de qualquer compromisso partidário, ajudou a desagregar ainda mais o partido. O “general das 21 brigadas”, como era conhecido Glicério, não conseguiu se reeleger para a legislatura de 1900-1902.⁷⁰² Somente em 1902, eleito senador, voltou a ocupar cargo legislativo.

Da constatação desta cisão resultou uma interpretação reducionista. Se em relação à fundação do partido em 1893 a historiografia sublinhou a heterogeneidade dos políticos que o

⁷⁰⁰ Carta de Campos Sales a Prudente de Moraes. São Paulo, 10 de julho de 1897. Localização: AN, FPM, Série: 2 – Documentação avulsa, Subsérie: 4 – Correspondência, doc. 1574. Grifos do autor.

⁷⁰¹ Carta de Campos Sales a Prudente de Moraes. São Paulo, 12 de julho de 1897. Localização: AN, FPM, Série: 2 – Documentação avulsa, Subsérie: 4 – Correspondência, doc. 1575.

⁷⁰² Francisco Glicério era conhecido como o “general das 21 brigadas” porque, como líder do PRF, controlava “a totalidade das bancadas estaduais no congresso” (LESSA, 1988, p. 76).

compunham, ao tratar da cisão esta heterogeneidade desapareceu da explicação, como se cada um dos grupos constituíssem uma homogeneidade política.⁷⁰³ Diga-se, portanto, ao contrário, que por trás de gliceristas e prudentistas, manteve-se a heterogeneidade observada anteriormente em relação ao PRF.

Note-se ainda, em relação à historiografia, o grande peso que é dado ao processo de fundação do partido e a sua cisão e, em contrapartida, o grande silêncio em relação à postura dos gliceristas após o rompimento em 1897. Há um silêncio historiográfico acerca da própria escolha de Sodré como candidato. Normalmente é apresentada a ideia de que o PRF selou suas apostas de forma unânime em Sodré.

É o que ocorre, por exemplo, na análise apresentada por Witter (1999), que minimiza a importância da convenção do PRF de 1897. Afirma o autor que “Houve mais uma convenção, mas sem qualquer repercussão que pudesse lembrar aquelas de 1893 e 1894” (WITTER, 1999, p. 126). Sobre a sucessão de Prudente ainda afirma que “Não havia mais um partido relativamente organizado para assumir a liderança da campanha sucessória, como acontecera em 1893. Ainda assim, aquilo que restara do Partido Republicano Federal buscava congregar forças em torno do nome de Lauro Sodré” (WITTER, 1999, p. 129-130).

Discordando desta simplificação do processo político após a cisão do PRF, propomos uma análise mais atenta acerca da escolha de Sodré como candidato. Como ocorreu a escolha do candidato do PRF? Quem participou dela? Houve, de fato, unanimidade na escolha? Estas são algumas das questões que guiaram a análise da convenção do partido.

6.2 “Depois de calorosa discussão”: a reunião prévia e a convenção para a escolha do candidato opositor

Em 1898, as eleições presidenciais contaram com duas candidaturas, uma ligada à situação, indicada pelo Catete, e outra de oposição, proposta pelo PRF. Assim, enquanto na convenção realizada a 10 de outubro de 1897, o Partido Republicano governista apresentava Manuel Ferraz de Campos Sales como candidato à presidência, o Partido Republicano Federal havia decidido, alguns dias antes, a seis de outubro, em convenção do partido, pela candidatura de Lauro Sodré.

A escolha de Campos Sales parece ter ocorrido sem grandes discussões. Fazia parte do denominado grupo de *republicanos históricos*, não sendo figura nova no cenário político da

⁷⁰³ É o caso da interpretação de LESSA (1988) e de WITTER (1999).

República. Como aponta Celso Castro (1995), ele teve participação direta na articulação do golpe que pôs fim à monarquia. Por volta de 1887, “Serzedelo Corrêa encontrou-se com os republicanos Campos Sales e Aristides Lobo, que lhe pediram para interceder junto ao visconde de Pelotas no sentido de mostrar a conveniência de se proclamar a República” (CASTRO, 1995, p. 96). Uma vez proclamado o novo regime, Sales esteve entre os republicanos que formaram o governo provisório junto ao presidente Deodoro da Fonseca, estando à frente do Ministério da Justiça (de 1889 a 1891).

Segundo Alcindo Guanabara, Sales “era dos republicanos tradicionais, o que, tendo maior soma de responsabilidades na República, mais afastado se conservara do Partido Republicano Federal” (GUANABARA, 2002, p. 29). Na época em que foi proposta sua candidatura à presidência, em 1897, era presidente do estado de São Paulo e um dos atores centrais da política nacional. Analisando a correspondência passiva de Prudente de Moraes, durante o período em que ocupou a presidência da República, é possível observar o papel ativo que teve Campos Sales na condução de temas fundamentais da política naquele momento.⁷⁰⁴ Sua ingerência nas questões do governo federal incluía desde a indicação de terceiros a cargos até a tratativa de assuntos considerados essenciais para a sobrevivência do regime.

Em sete de dezembro de 1894, por exemplo, escreveu a Prudente de Moraes recomendando atenção ao “dr. Pedro de Castro Sodré, atualmente cônsul em Valparaíso, no Chile” que, como “brasileiro patriota e verdadeiro propagandista das causas da nossa terra”, estava “sofrendo constantes e injustas preterições”, de modo que, apontava Sales, “merece ser aproveitado em lugar melhor, onde também poderá melhor servir ao governo”.⁷⁰⁵

Em outra carta, datada de cinco de março de 1897, de caráter “Confidencial”, conforme especificou o remetente, o assunto tratado era Canudos e a necessidade de acabar com o conflito, visto que favorecia os monarquistas no seu intento de fragilizar a República, segundo avaliava Sales.⁷⁰⁶ Estes são apenas alguns dos temas das cartas escritas por Campos Sales ao então presidente da República que demonstram seu envolvimento direto na tratativa de assuntos do âmbito federal. A escolha de seu nome para candidato à presidência sucedendo Prudente de Moraes derivava da posição que ocupava como um dos dirigentes da política brasileira.

Assim como os republicanos situacionistas, a oposição, representada pelos *concentrados* organizados no PRF, também apresentou candidato à presidência. Segundo relato

⁷⁰⁴ Localização: AN, FPM, Série: 2 – Documentação avulsa, Subsérie: 4 – Correspondência.

⁷⁰⁵ Carta de Campos Sales para Prudente de Moraes. São Paulo, 07 de dezembro de 1894. Localização: AN, FPM, Série: 2 – Documentação avulsa, Subsérie: 4 – Correspondência, doc. 1528.

⁷⁰⁶ Carta de Campos Sales a Prudente de Moraes. São Paulo, 05 de março de 1897. Localização: AN, FPM, Série: 2 – Documentação avulsa, Subsérie: 4 – Correspondência, doc. 1565.

do jornal *O Paiz*, a Convenção do PRF ocorreu sem grandes agitações, sendo que o resultado final da eleição secreta foi de 42 votos para Lauro Sodré como presidente e 42 votos a Fernando Lobo Leite Pereira como candidato a vice-presidente.⁷⁰⁷ Ou seja, os delegados representantes de vinte estados mais o Distrito Federal (eram dois delegados por estado) votaram de forma unânime na Convenção.

Se *O Paiz* sugere uma escolha unânime e tranquila, a consulta a outro periódico – a *Gazeta de Notícias* – nos leva a relativizar essa caracterização. A *Gazeta de Notícias* também noticiou o fato, mas, diferentemente de *O Paiz*, destacou os enfrentamentos ocorridos entre grupos defensores de diferentes candidaturas. Assim, considerando o relato feito na *Gazeta de Notícias*, diferentemente da escolha do candidato governista, a definição do candidato do PRF foi bem mais complicada, revelando que, para além da oposição criada entre gliceristas e prudentistas, dentro de uma parcialidade existiam opiniões divergentes que não seriam facilmente superadas.

Segundo a *Gazeta*, antes da votação na convenção do partido, Francisco Glicério fez um longo discurso dirigido a seus colegas delegados. Ao final, diferentes grupos se manifestaram: “As últimas palavras do orador foram abafadas por uma salva de palmas e gritos de ‘vivas a Lauro Sodré!’ interrompidos por outros gritos de um grupo que dava vivas a Júlio de Castilhos”. Segundo o jornal, encerrada a votação, os enfrentamentos continuaram: “O grupo castilhista então prorrompe em gritos, alguns insultuosos, chamando os convencionais de traidores”. As agressões marcaram o evento: “Encerrada a sessão no meio do maior entusiasmo, cá fora, no terreiro do senado o grupo esperava o chefe do partido oposicionista [Francisco Glicério] e agrediu-o quando ele tomava o carro”.⁷⁰⁸

Sobre a narração dos fatos realizada de forma distinta pelos dois jornais é preciso levar em conta que, apesar de ambos serem republicanos, considerados periódicos governistas, suas linhas editoriais assumiram posições distintas após a cisão ocorrida no PRF.⁷⁰⁹ O jornal *O Paiz*, que tinha Quintino Bocaiúva como redator-chefe, assumiu uma posição mais próxima do PRF, como especificou na edição do dia 12 de outubro de 1897: “O fato de estarmos hoje ao seu lado [de Lauro Sodré, ou seja, do PRF], nas fileiras dos que reprovam a conduta do governo do Dr.

⁷⁰⁷A CONVENÇÃO. In: O PAIZ, Rio de Janeiro, Ano XIV, n. 4752, p. 2, 07 out. 1897. Localização: BNDigital.

⁷⁰⁸A CONVENÇÃO. In: GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano XXIII, n. 280, p. 2, 07 out. 1897. Localização: BNDigital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_03&pa sta=ano%20189&pesq=>>. Acesso em 12 fev. 2015. Todas as demais edições do jornal *Gazeta de Notícias* foram consultadas no mesmo sítio.

⁷⁰⁹Sobre *O Paiz* ver: BRASIL, 2015. Sobre a *Gazeta de Notícias*, ver: LEAL, 2015.

Prudente de Moraes [...]”.⁷¹⁰ Assim, compreende-se o porquê de não ter noticiado os embates entre os diferentes grupos que marcaram a Convenção do partido.⁷¹¹

Em relação à *Gazeta de Notícias*, Carlos Eduardo Leal destaca que, “Com o início da Primeira República, a *Gazeta de Notícias* passou a se identificar plenamente com a situação, funcionando nos primeiros tempos como órgão antimonarquista e depois como defensora das elites agrárias” (LEAL, 2015, p. 2). No momento da cisão, colocava-se favorável ao grupo situacionista, ligado ao Catete. Assim, na narração dos fatos da Convenção, destacou e pormenorizou os embates no interior do grupo dos republicanos do PRF.

Foi graças à notícia veiculada pela *Gazeta de Notícias* que tivemos acesso à informação da falta de unidade entre os republicanos federais, que teria, inclusive, assumido contornos mais violentos no dia da Convenção. Relato parecido fez Campos Sales, em 1908, sobre a Convenção do PRF:

Segundo a narração dos que testemunharam o fato, ao entrar o Sr. Glicério na sala das sessões, romperam das galerias, repletas de assistentes, ruidosas manifestações de desagrado à sua pessoa, ao que ele respondeu levantando vivas à República, ao Exército e ao general Artur Oscar. As mesmas manifestações reproduziram-se mais estrepitosas e ameaçadoras quando ele anunciou o resultado do escrutínio. Fora do recinto, ao retirarem-se os convencionais, redobram as vaias, chegando mesmo alguns dos mais exaltados a se dirigir, aos gritos de “Mata! Mata!”, a um carro em que se supunha estar o chefe do Partido Republicano Federal. Tal era no seio deste partido a exaltação produzida pela escolha dos candidatos à presidência da República (SALES, 1983, p. 74).

Certamente devemos levar em conta que Campos Sales estava tratando da escolha de seu opositor nas referidas eleições. Além do mais, como apontado por Guanabara (2002), nunca havia assumido posição muito próxima do PRF. Ainda assim, é preciso considerar haver uma convergência entre o relato de Campos Sales e o noticiado pela *Gazeta de Notícias*.

Outra notícia veiculada no mesmo periódico concedia maiores informações acerca das divisões internas no partido e dos preparativos realizados para que a Convenção criasse uma falsa imagem de unidade. Trata-se da notícia da realização de uma reunião prévia que teria ocorrido na noite anterior, portanto, a cinco de outubro, na residência do deputado Rodolfo

⁷¹⁰ OS CANDIDATOS. In: O PAIZ, Rio de Janeiro, Ano XIV, n. 4757, p. 1, 12 out. 1897. Localização: BNDigital.

⁷¹¹ Se no momento da cisão do PRF *O Paiz* coloca-se favorável ao grupo de Glicério, numa posição marcadamente anti-Prudente de Moraes, depois que a convenção do Partido Republicano determinou Campos Sales como candidato o jornal não assume posição em relação as duas candidaturas: “Entre Lauro Sodré e Campos Sales *O Paiz* não tem o direito de escolha, porque ao nosso coração de republicanos ambos se apresentam dignos do sufrágio popular, ambos encerram tradições, ambos exprimem o devotamento incondicional ao regime, [...]”. Ver: OS CANDIDATOS. In: O PAIZ, Rio de Janeiro, Ano XIV, n. 4757, p. 1, 12 out. 1897. Localização: BNDigital.

Miranda, no Rio de Janeiro. O intuito dela era decidir o nome do candidato que seria levado à Convenção, sendo que três nomes foram cogitados como possíveis candidatos do PRF à presidência. Eram eles: Quintino Bocaiúva, Lauro Sodré e Júlio de Castilhos.

Seus nomes não surgiram de forma repentina e episódica. Tratava-se, nos três casos, de republicanos históricos, reconhecidas lideranças desde o tempo da monarquia. Também é interessante observar que esta não foi a única vez que ambos foram cotados para disputar o cargo da presidência. No caso do vencedor da Convenção, Lauro Sodré, seu nome já havia sido cogitado para o cargo em 1894. Ele era uma preferência de Floriano Peixoto, que, entretanto, não conseguiu sustentar a candidatura ante a pressão do PRF pelo nome de Prudente de Moraes (CARONE, 1974).

Nascido no Pará, Lauro Nina Sodré saiu de seu estado natal para estudar na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, entre 1876-1884. Assim como tantos outros militares da Escola, Sodré foi ativo participante das questões que, durante a década de 1880, indispueram um grupo de militares com o governo imperial. Tornou-se adepto do republicanismo, participando da criação do Clube Republicano no Pará, em 1886, e dos episódios que conduziram ao golpe militar em 15 de novembro de 1889 (CASTRO, 1995, p. 81). Durante a década de 1890 tornou-se um grande florianista, tendo sido o único presidente de estado a se colocar contra o golpe de estado perpetrado por Deodoro da Fonseca em 1891.⁷¹²

O nome de Quintino Bocaiúva também não era novo no meio político. Como demonstra Celso Castro (1995), assim como Sodré, também participou ativamente do movimento que levou ao golpe em 1889, na condição de chefe nacional do Partido Republicano. Compôs o governo provisório instalado na noite do dia 15 de novembro, na condição de Ministro das Relações Exteriores. Seu nome era lembrado por lideranças republicanas sempre que o assunto era a sucessão presidencial.

A partir de 1900, o nome de Quintino Bocaiúva novamente circulou nos bastidores do meio político como possível candidato ao Executivo federal. Hermínio Francisco do Espírito Santo, escrevendo ao cunhado, Júlio de Castilhos, a 14 de outubro de 1900, citava o nome de Quintino como possível candidato à presidência. Escrevia Hermínio: “Por fim dizem que o candidato do C. Salles à Presidência da República é o Quintino”.⁷¹³ Antônio Azeredo, liderança mato-grossense, em carta a Castilhos datada de 14 de março de 1901, manifestava seu apoio à

⁷¹² Sobre Lauro Sodré ver FREIRE, 1997.

⁷¹³ Carta de Hermínio Francisco do Espírito Santo a Júlio de Castilhos. Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1900. Localização: AHRGS, APJC, Série 5: Assuntos Privados de Júlio de Castilhos, Subsérie 2: Correspondência Recebida, Caixa 5, Maço 20, Doc. 47.

candidatura de Bocaiúva. Azeredo afirmava que o preferido por Campos Sales para sucedê-lo na presidência era Rodrigues Alves, mas considerava que “a preterição do Quintino por ele [Campos Sales] é uma verdadeira injustiça”.⁷¹⁴

Diante deste quadro, é possível perceber que, tanto no caso de Sodré quanto de Castilhos e Bocaiúva, tratava-se de *republicanos históricos*, atuantes muito antes do golpe de 1889, mas com trajetórias políticas bastante distintas que, no entanto, os habilitava a serem potenciais candidatos. Dos três, apenas Sodré era um militar de carreira. Optar por ele significava tentar recolocar um militar na presidência.

Segundo o noticiado no dia seis de outubro, a escolha do candidato do PRF à presidência foi realizada na reunião prévia do dia anterior, através de três escrutínios. No primeiro, Lauro Sodré, Júlio de Castilhos e Quintino Bocaiúva receberam cada um 13 votos. No segundo, Sodré recebeu 26 e Castilhos 13. No último, Lauro Sodré “obteve unanimidade”. Mais uma vez destacando a falta de unidade, o jornal apontava que a escolha do candidato ocorreu “Depois de calorosa discussão”.⁷¹⁵

Novas informações sobre a reunião foram concedidas pelo mesmo jornal no dia seguinte. Apesar do autor afirmar que se tratava de “informações, rigorosamente exatas” do ocorrido, não se pode deixar de considerar a posição política nitidamente contrária aos gliceristas assumida pelo jornal.⁷¹⁶ De acordo com as novas informações, haviam comparecido à reunião prévia 38 delegados, representantes estaduais, sendo que Torquato Moreira, representante do Espírito Santo, apesar de não comparecer, havia enviado “uma carta declarando que aceitava a candidatura do Sr. Quintino”. A reportagem do dia anterior já acusava a falta de outros três delegados, representantes de Goiás, Alagoas e Santa Catarina.

Antes da votação, os delegados presentes manifestaram-se em relação aos candidatos que consideravam dever concorrer pelo partido. Como declarava o jornal, três nomes haviam sido cogitados. A figura abaixo permite visualizar as preferências dos delegados manifestadas no início da reunião do dia cinco de outubro. Trata-se de uma representação das preferências dos delegados por estado. Observe-se que, das 39 manifestações, quatorze eram a favor da

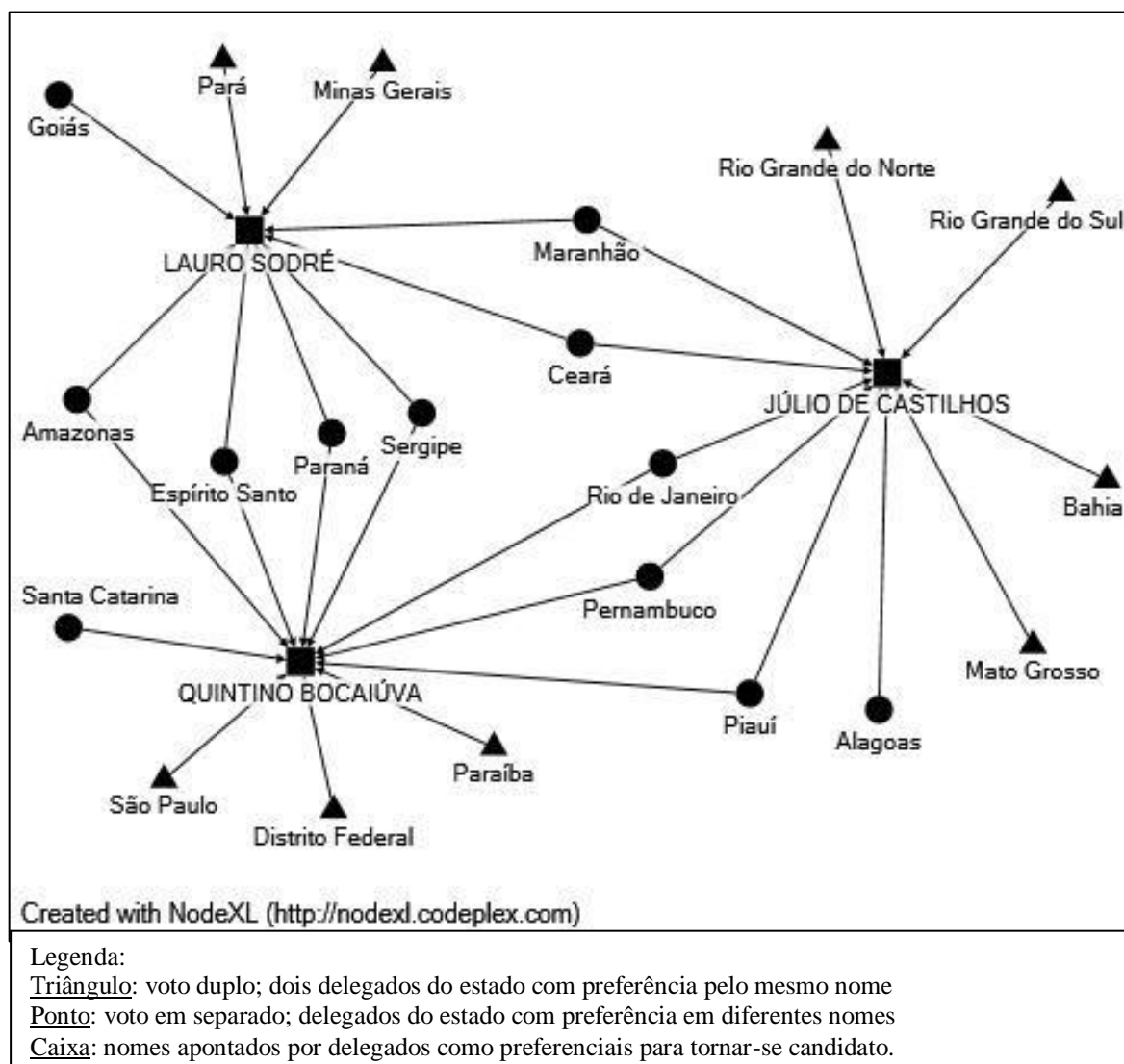
⁷¹⁴ Carta de Antônio Azeredo a Júlio de Castilhos. Praia do Botafogo, 14 de março de 1901. Localização: AHRGS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 9, Maço 42, Doc. 631.

⁷¹⁵ CONVENÇÃO. In: GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano XXIII, n. 279, p. 1, 06 out. 1897. Localização: BNDigital.

⁷¹⁶ Esta e todas as demais referências ao segundo relato sobre a reunião prévia estão em: VOTAÇÃO Prévia. In: GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano XXIII, n. 280, p. 1, 07 out. 1897. Localização: BNDigital. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_03&pasta=ano%20189&pesq=. Acesso em 12 fev. 2015.

candidatura de Quintino Bocaiúva, outras quatorze indicaram Júlio Prates de Castilhos e onze afirmavam preferir Lauro Sodré.

Figura 13 – Preferência de candidato à presidência da República, por estado, manifestada pelos delegados na reunião prévia do PRF (1897)



Fonte: Elaborado no software *NodeXL* com base nas informações disponíveis em: VOTAÇÃO Prévia. In: GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano XXIII, n. 280, p. 1, 07 out. 1897. Localização: BNDigital.

Nota-se, pela *Figura 13* que, dos 21 estados, apenas os delegados de nove manifestaram-se a favor do mesmo candidato (triângulos): quatro em Castilhos, três em Quintino e dois em Sodré. Destes, poderia se supor um comportamento pautado em interesses estaduais. É o caso especialmente dos delegados do Pará, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, que defenderam, em conjunto, a candidatura das lideranças originárias de seus estados, respectivamente, Lauro

Sodré, Júlio de Castilhos e Quintino Bocaiúva. Entretanto, como é possível observar no diagrama, a maior parte dos delegados estaduais não agiu de forma conjunta, indicando que suas escolhas poderiam estar pautadas em outras motivações, para além dos interesses estaduais. A divisão de opiniões era evidente, inclusive entre delegados do mesmo estado (pontos).

A figura também demonstra não haver qualquer relação entre preferência por um candidato de acordo com a região geográfica dos delegados. Os representantes dos estados do Sul, como fica evidente, dividiam-se entre os três nomes. Os dois delegados do Rio Grande do Sul se manifestaram a favor de Castilhos; o único delegado de Santa Catarina presente afirmou preferir Bocaiúva como candidato; os dois delegados representantes do Paraná, por sua vez, eram de opinião distinta, preferindo um Bocaiúva e outro Lauro Sodré.⁷¹⁷ Divisão semelhante pode ser observada em relação às demais regiões do país.

Apesar de não constar na figura acima, visto que para sua elaboração consideramos apenas a primeira opção de cada delegado, três delegados que se manifestaram a favor de Bocaiúva, afirmaram ter como segunda opção Castilhos. Trata-se dos delegados do Amazonas, Paraíba e Rio de Janeiro. Quintino Bocaiúva aparece também como segunda opção de quatro delegados que indicaram Lauro Sodré (os dois delegados do Pará, um do Maranhão e um de Minas Gerais) e do delegado do Rio de Janeiro, que apresentou Castilhos como primeira opção.

718

De acordo com o noticiado, depois das manifestações de cada delegado, foram realizados três escrutínios até que o candidato fosse definido. No primeiro escrutínio, os três candidatos empataram, cada qual com 13 votos. No segundo, Sodré e Júlio de Castilhos foram os mais votados, com 14 e 13 votos respectivamente, sendo que Quintino recebeu 12 votos. Por fim, o terceiro escrutínio, entre Sodré e Júlio, decidiu pelo primeiro como candidato com 26 votos contra 13 a favor de Castilhos. Como se percebe, ao contrário do que foi noticiado pelo jornal *O Paiz*, não houve qualquer unanimidade em torno do nome de Sodré.

Nota-se que, pelas manifestações iniciais dos delegados que participaram da reunião prévia, a cinco de outubro, Lauro Sodré era o menos cotado a tornar-se candidato. As

⁷¹⁷ Seria plausível supor que a posição assumida pelos representantes de Santa Catarina e Paraná, que não se manifestaram a favor de Castilhos, pudesse ter relação com a Revolução Federalista, visto que ela chegou a atingir esses dois estados. Entretanto, não foi possível encontrar evidência dessa relação. No caso do delegado de Santa Catarina, Lauro Müller, além de criticar as ideias parlamentaristas defendidas por Silveira Martins, ele se incorporou à força expedicionária legalista que buscava impedir o avanço dos federalistas do Rio Grande do Sul sobre Santa Catarina. Sobre o envolvimento de Lauro Müller na Revolução Federalista em Santa Catarina ver CACHAPUZ, 2015. Sobre a Revolução Federalista no Paraná ver: SÊGA, 2008 e PRIORI et al. 2012.

⁷¹⁸ No Anexo D, ao final do trabalho, é possível encontrar um quadro com a relação dos delegados e suas preferências manifestadas na reunião prévia.

preferências estavam concentradas em Castilhos e Bocaiúva. No momento do primeiro escrutínio, percebe-se que Júlio e Quintino perderam cada um a preferência de um delegado, tendo Sodré somado dois votos que não teve quando das manifestações. No momento do segundo escrutínio, mais outro voto dirigiu-se a Sodré. Quando do terceiro e último escrutínio, com Quintino Bocaiúva fora da disputa, percebe-se que todos os votos antes destinados a ele parecem ter se concentrado em Sodré, já que Júlio manteve a mesma votação nos três escrutínios, como é possível observar na tabela abaixo:

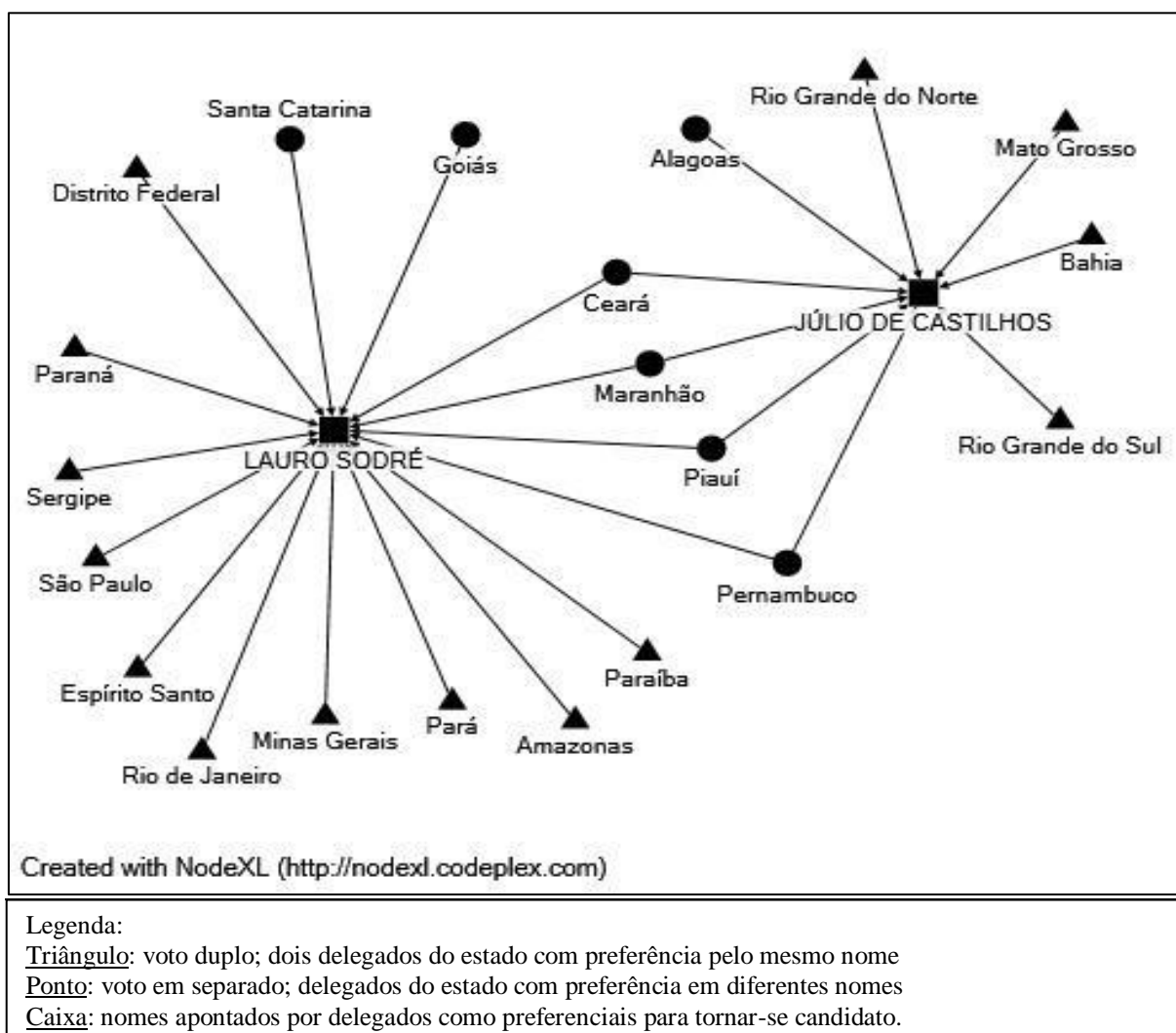
Tabela 5 – Preferência e votação dos delegados do PRF, por candidato, na reunião prévia (1897)

Candidatos internos	Manifestações	1º escrutínio	2º escrutínio	3º escrutínio
Lauro Sodré	11	13	14	26
Júlio de Castilhos	14	13	13	13
Quintino Bocaiúva	14	13	12	-
TOTAL	39	39	39	39

Fonte: Tabela elaborada com base nas informações disponíveis em: VOTAÇÃO Prévia. In: GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano XXIII, n. 280, p. 1, 07 out. 1897. Localização: BNDigital.

Considerando os votos destinados a cada candidato nos escrutínios e as manifestações iniciais dos delegados, foi possível elaborar uma representação da distribuição dos votos do escrutínio final (3º escrutínio), que foi secreto. Não há como confirmarmos que esta foi efetivamente a opção de cada delegado, mas, com base em suas manifestações iniciais, podemos supor que a distribuição dos votos tenha ocorrido de forma muito próxima ao representado pela figura abaixo:

Figura 14 – Possível distribuição de votos, por estado, no terceiro escrutínio da reunião do PRF em 1897



Fonte: Diagrama elaborado no software *NodeXL* apontando possibilidade de distribuição de votos, com base nas informações disponíveis em VOTAÇÃO Prévia. In: GAZETA de Notícias, Rio de Janeiro, Ano XXIII, n. 280, p. 1, 07 out. 1897. Localização: BNDigital.

Como é possível perceber, em comparação com a figura anterior (*Figura 13*), para compor a *Figura 14* estamos supondo que houve uma migração de votos de Quintino Bocaiúva para Lauro Sodré. Consideramos possível também que o delegado do Rio de Janeiro, apesar de manifestar-se a favor de Castilhos, no momento da votação tenha resolvido votar em conjunto com o outro delegado representante de seu estado, uma vez que havia manifestado ser também simpático à candidatura de Quintino Bocaiúva.

Fica evidente, comparando as duas figuras, que foi a migração da preferência de Bocaiúva para Sodré que, em grande medida, explica como o último, que inicialmente era o menos cotado, passou a ser o escolhido, se tornando o candidato do PRF. Percebe-se, nesta

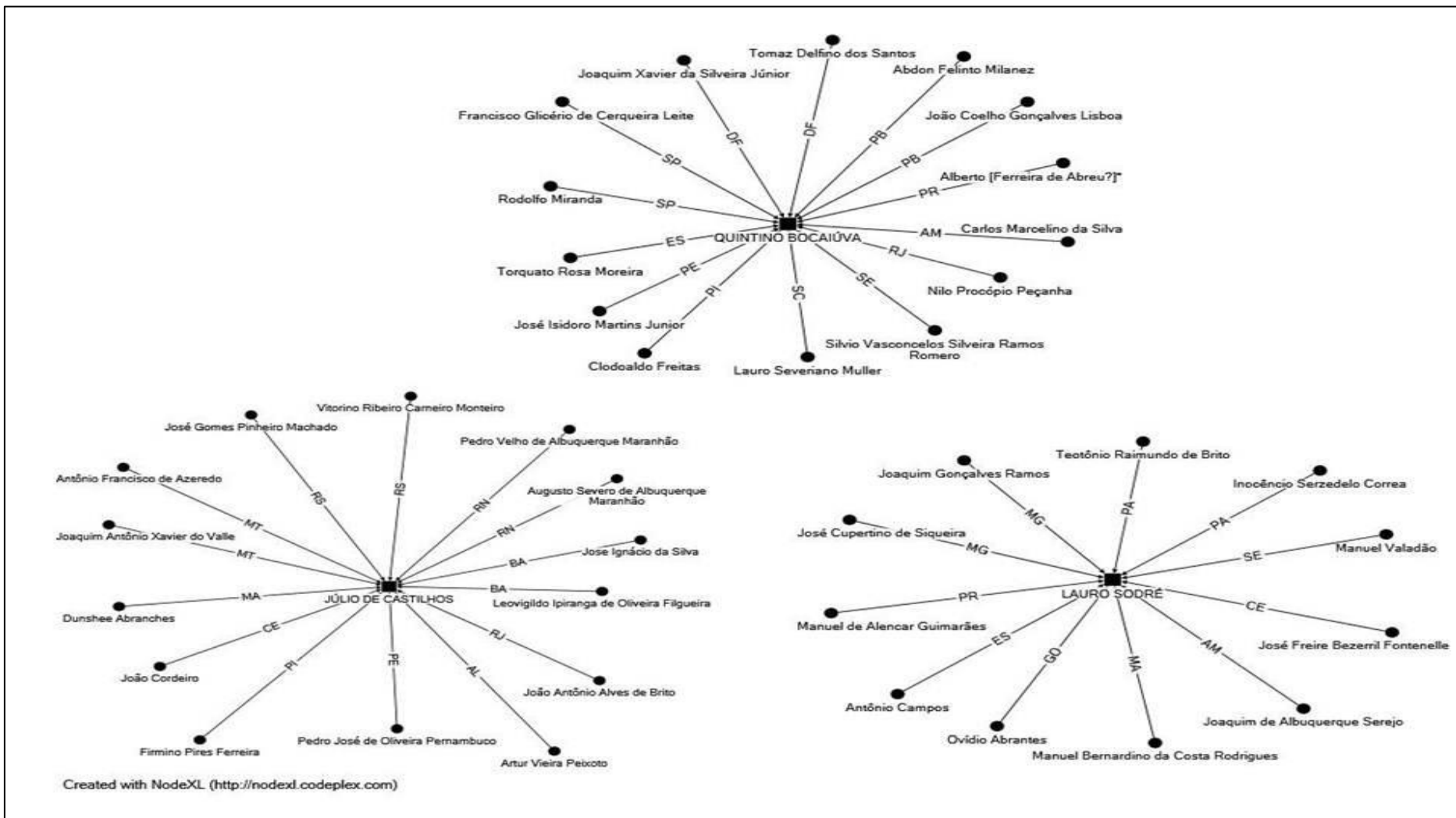
última figura, que foi em torno de Lauro Sodré que mais representações estaduais votaram de forma conjunta (triângulos). Também é possível observar, em relação aos maiores estados em termos de peso político – Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia – que seus delegados, por ocasião do escrutínio final, votaram em conjunto.⁷¹⁹ Entretanto, estes estados estavam divididos em suas preferências. Os dois primeiros aderiram à candidatura de Lauro Sodré, enquanto o Rio Grande do Sul capitaneou a candidatura de Castilhos, contando com o apoio da Bahia.

Ainda que no último escrutínio os delegados da maioria dos estados tenham votado em conjunto (triângulos), concordado em relação à escolha do candidato, nos parece insuficiente compreender a eleição do candidato apenas com base em critérios estaduais.⁷²⁰ A grande divisão de preferências apresentada a partir das manifestações dos delegados (*Figura 13*) nos leva à necessidade de buscar compreender as escolhas dos delegados a partir de outros critérios, como, por exemplo, os interesses individuais. Assim, buscamos observar as preferências manifestadas por cada delegado e seu possível comportamento no escrutínio final através de uma representação mais individualizada, como expressam as figuras 15 e 16, expostas na sequência:

⁷¹⁹ Sobre o peso político de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia ver Joseph Love (1975).

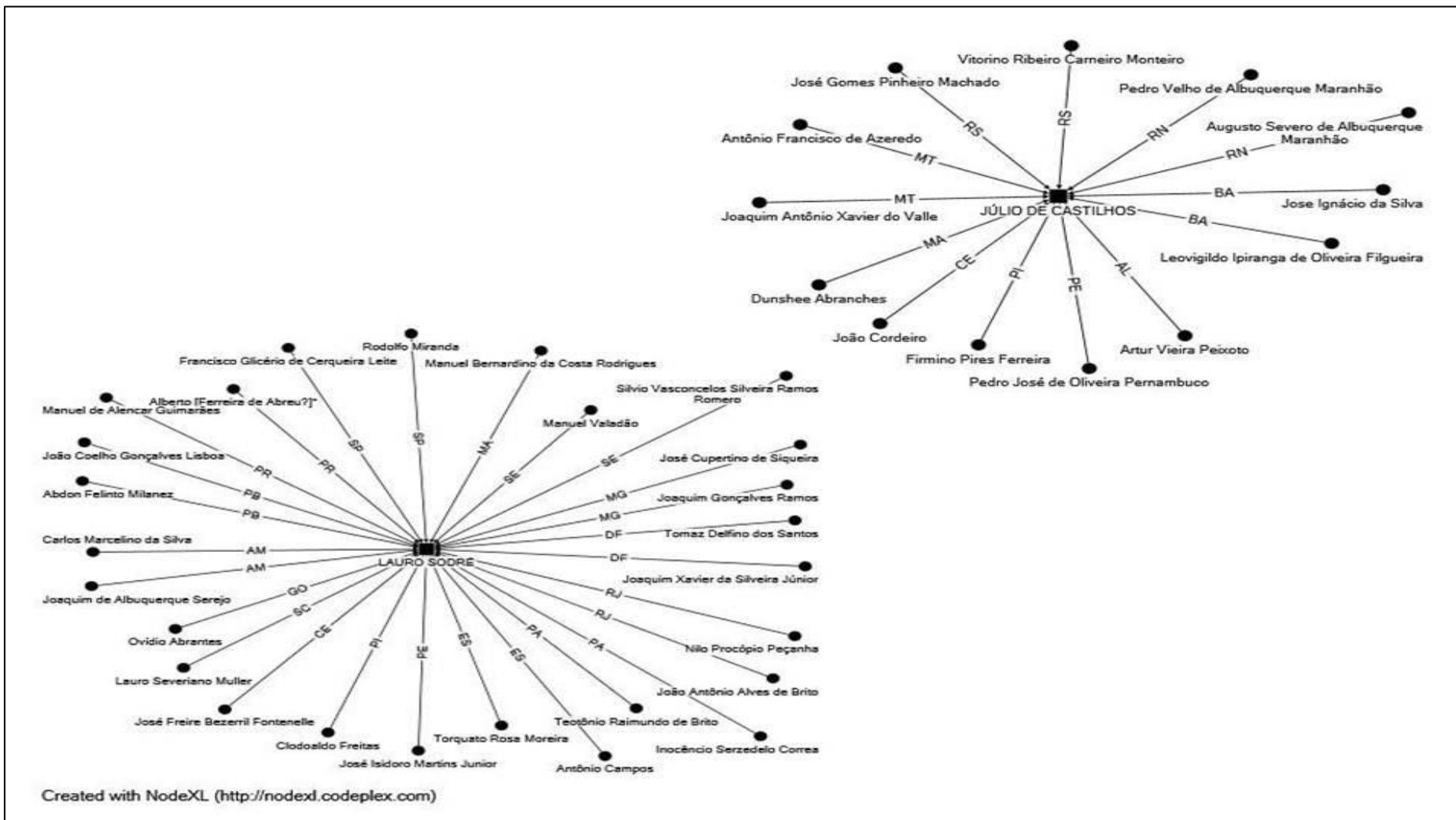
⁷²⁰ Somente os delegados do Ceará, de Pernambuco, Maranhão e Piauí votaram em candidatos distintos.

Figura 15 - Preferência de candidato, por delegado, manifestada na reunião prévia do PRF (1897)



Fonte: Elaborado no software *NodeXL* com base nas informações disponíveis em: VOTAÇÃO Prévia. In: GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano XXIII, n. 280, p. 1, 07 out. 1897. Localização: BNDigital.

Figura 16 – Possível distribuição de votos, por delegado, no terceiro escrutínio da reunião prévia do PRF (1897)



Fonte: Diagrama elaborado no software *NodeXL* apontando possibilidade de distribuição de votos, com base nas informações disponíveis e: VOTAÇÃO Prévia. GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano XXIII, n. 280, p. 1, 07 out. 1897. Localização: BNDigital.

A partir das figuras acima, que representam as preferências por delegado, é possível observar, em um nível agregado de escolhas, algumas regularidades comportamentais. No caso da *Figura 15*, têm-se três distintos comportamentos – ou o que Barth (2000) denominou de *padrões de ação* – observáveis a partir da ação de 39 delegados. Frente a uma situação em que se tornava necessário fazer uma escolha, alguns delegados decidiram pelo nome de Bocaiúva; outros por Castilhos; e, outros, ainda, por Sodré.

Na *Figura 16*, que representa uma hipotética distribuição de votos no escrutínio final da reunião prévia, ante apenas duas possibilidades de escolha, novos *padrões de ação* ou comportamentos podem ser observados. Os delegados que antes haviam optado por Sodré e Castilhos, mantêm seu comportamento. Aqueles que antes haviam preferido Bocaiúva, sem ter esta possibilidade, agiram todos da mesma forma, convertendo seus votos a Sodré. Comparando as figuras 15 e 16, pode-se identificar uma característica dos padrões e formas assinalada por Barth: ao observá-las no nível agregado, percebe-se que “variam e emergem continuamente” (BARTH, 2000, p. 176).

Estas regularidades comportamentais, entretanto, são as formas observáveis em uma escala macroanalítica. Contudo, é preciso ir além da identificação de padrões ou perfis de ação observados em nível de agregado. Seguindo a proposta de Fredrik Barth (2000), podemos analisar as escolhas em uma escala microscópica atentando às escolhas individuais, que foram feitas com base em recursos e valores individuais considerados dentro de um universo de possíveis. O antropólogo entende “os acontecimentos constitutivos da vida social como essencialmente micro, realizados pelos atores (indivíduos e grupos)” (Barth, *apud* ROSENTAL, 1998, p. 158). Assim, propõe atentar para as escolhas individuais, dado que elas revelam “o uso que cada um faz da margem de manobra de que dispõe numa situação dada, do seu universo de possíveis” (ROSENTAL, 1998, p. 159).

Dada a impossibilidade, pela falta de documentação, de aprofundar nosso conhecimento sobre cada indivíduo envolvido na reunião prévia, trataremos daqueles sobre os quais possuímos algum indício presente na documentação com que trabalhamos. Observe-se, por exemplo, os delegados que se manifestaram e votaram, nos três escrutínios realizados, a favor de Castilhos. No caso dos delegados representantes do Rio Grande do Sul, o interesse de cada um era óbvio. Ambos eram membros do PRR, aliados de Castilhos e defensores de sua candidatura à presidência.

Para José Gomes Pinheiro Machado, entretanto, estas não eram as únicas motivações. Como vimos, os laços que o ligavam a Castilhos não eram somente políticos. Pinheiro Machado era compadre de Júlio. O compadrio, entretanto, ratificava uma ligação que era anterior. Suas

famílias eram próximas, como sugere a declaração realizada por Carolina Prates, em 1871, no inventário de seu marido, de que havia recebido de Antônio Gomes Pinheiro Machado, pai de José Gomes, dois contos de réis.⁷²¹

Além disso, quando Júlio se transferiu para São Paulo, a fim de cursar Direito, Pinheiro Machado ainda se encontrava na cidade, finalizando seu curso.⁷²² Assim, a escolha de Pinheiro Machado por ocasião da reunião prévia certamente estava pautada nestas condições pessoais. Em relação aos delegados de outros estados é difícil identificar a existência de interesses diversos aos estritamente políticos e ideológicos envolvidos na preferência que tinham por Castilhos. Entretanto, é possível crer que cada um possuía interesses particulares. Observemos o caso de Joaquim Antônio Xavier do Valle, delegado por Mato Grosso.

Segundo Paulo Moreira (2014), Xavier do Valle nasceu em Mato Grosso em 1824 e assentou praça em 1837. Em 1852 chegou ao Rio Grande do Sul, quando “expedicionou com o 2º Batalhão de Infantaria ao Estado Oriental do Uruguai” (MOREIRA, 2014, p. 106). Nesta província permaneceu, o que, certamente, permitiu que se aproximasse do líder republicano Júlio de Castilhos. Assim, diante da necessidade de decidir qual seria o candidato do PRF à presidência, Xavier do Valle parece ter optado por aquele que poderia lhe proporcionar favores futuros. E este, dentre as opções, era Júlio de Castilhos.

Não tardou para que Xavier do Valle recorresse a Castilhos em busca de favores. A 17 de junho de 1899, do Rio de Janeiro, onde atuava ainda como deputado federal pelo Mato Grosso⁷²³, escreveu a Castilhos pedindo para que este nomeasse o seu “genro Paula Soares” e conservasse no posto de fiscal a “Arthur Pinto de Sousa Neves, genro de meu compadre e amigo Dr. Manoel Martins dos Santos Ponce”.⁷²⁴ Em outubro do mesmo ano, em outra carta, novas solicitações:

A Alfândega d’essa Capital, deve ser instalada em janeiro próximo, porque o respectivo projeto de lei, sem dúvida alguma, há de passar no Senado e até Novembro estará sancionado com a redação imperativa da Câmara, onde foi iniciado. Desejo imensamente que nas nomeações que hão de se fazer, sejam contemplados meus filhos Luiz Xavier do vale, escriturário da Alfândega d’aqui, como 1º da d’aí, lugar correspondente ao seu atual emprego; Antônio

⁷²¹ Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93, f. 47.

⁷²² José Gomes Pinheiro Machado bacharelou-se em 1878. Ver: ARCADAS, 2008.

⁷²³ Entre 1903 e 1905 Xavier do Valle foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul.

⁷²⁴ Carta de Joaquim Antônio Xavier do Valle a Júlio de Castilhos. Rio de Janeiro, 17 de junho de 1899. Localização: AHRs, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 39, Doc. 305.

Xavier do Vale, ex 4º escriturário da Delegacia Fiscal, como fiel de armazém e meu genro Felipe de Paula Soares como administrador das capatorias.⁷²⁵

No caso de Antônio Azeredo, outro delegado representante de Mato Grosso, observa-se, através de cartas enviadas para Castilhos, que ambos mantinham uma relação próxima, sobretudo no que tange às questões políticas. É provável que tenham se conhecido em 1890, quando ambos participaram da Constituinte federal. João Edson Fanaia (2015) aponta ainda que Azeredo era amigo de Pinheiro Machado, o que pode ter pesado em sua preferência pelo líder sul-riograndense no momento da reunião em 1897.

A documentação consultada também sugere uma proximidade pessoal entre Castilhos e o delegado representante da Bahia, Leovigildo Filgueiras, bem como deste com outros políticos sul-riograndenses, aliados de Castilhos. Em 1899, Leovigildo escreveu a Júlio informando que, “Tendo sabido que, a sua patriótica iniciativa, vai fundar-se em Porto Alegre uma Faculdade Livre de Direito e que meu ilustrado amigo vai reger a cadeira de Filosofia do Direito, que é a que foi-me confiada, na Faculdade Livre de Direito da Bahia, quando se a fundou”, enviaria “dois exemplares do meu programa de ensino, assim como dois exemplares do discurso inaugural do respectivo curso”, proferido em 1892.

Filgueiras especificava que assim seria possível harmonizar “os nossos programas, desde que nos inclinamos ambos para a mesma escola filosófica, como identificados já nos encontramos na vida, no sentimento, na ação e no ideal políticos”. Apontava, ainda, ter recebido os recados de Júlio através de “meus distintos companheiros da Câmara, ou antes de bancada, porque, (não sei se soube), constitui-me honorário da bancada rio-grandense desde 1896”, tecendo elogios à atuação de Pinheiro Machado e Cassiano do Nascimento.⁷²⁶

O posicionamento do delegado baiano na reunião, a favor da candidatura de Castilhos, pode ter relação, portanto, com o fato dele se identificar ideologicamente com Castilhos, visto que possuíam “a mesma escola filosófica”, mas também por sua proximidade com os demais políticos sul-riograndenses atuantes no Rio de Janeiro, como é o caso de Pinheiro Machado.

Esse estudo microanalítico permite “pôr em cena um indivíduo ativo e racional, operando escolhas próprias”, assim como considera a incerteza que envolve a troca interindividual (ROSENTAL, 1998, p. 158). Cada escolha individual depende dos recursos de que cada um dispõe, das suas obrigações e da sua previsão das ações e relações de outros atores.

⁷²⁵ Carta de Joaquim Antônio Xavier do Valle a Júlio de Castilhos. Rio de Janeiro, 07 de outubro de 1899. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 39, Doc. 351.

⁷²⁶ Carta de Leovigildo Filgueiras a Júlio de Castilhos. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1899. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 39, Doc. 296.

Trata-se de uma escolha pautada em previsão em estado de incerteza. Incerteza porque a ação individual necessita considerar as ações e reações dos outros atores, que são em grande medida imprevisíveis.

Assim, considerando os diversos interesses e valores individuais em jogo, pode-se explicar porque Sodré, que não era o mais cotado, acabou sendo escolhido candidato. Sua vitória esteve ligada, ao que podemos supor, a uma forte rejeição ao nome de Castilhos. Identificar os fatores que fundamentavam esta rejeição é o tema do próximo subcapítulo. Por hora, cabe destacar alguns pontos essenciais para compreendermos a dinâmica política marcante no pleito que iria consolidar o domínio civil sobre a presidência da República.

Se a escolha do candidato governista, Campos Sales, pode ter criado uma falsa imagem de preferência unânime dos republicanos em torno de um nome, a análise apresentada da escolha do candidato pelo PRF relativiza esta visão. Além de ter provocado a existência de uma disputa eleitoral, demonstrando que o nome de Sales estava longe de ser unanimidade entre os republicanos, ainda mostra que as divisões internas no grupo opositor eram grandes.

Assim, a escolha dos candidatos à eleição realizada em 1898, demonstra não somente a existência de uma rivalidade republicana derivada da cisão do PRF, como também evidencia que o próprio grupo dos gliceristas não pode ser entendido como coeso e unitário em suas decisões e interesses. Mesmo após a cisão com os prudentistas, os gliceristas ainda congregavam grupos e interesses distintos. A cisão não significou o alcance de uma coesão interna entre os que se mantiveram ligados ao partido de oposição ao grupo prudentista. A escolha de Sodré, portanto, esteve longe de ser uma opção unívoca do grupo. Essa divisão interna, para além do domínio eleitoral governista e das fraudes ocorridas, ajuda a explicar a inexpressiva votação que Sodré alcançou no pleito.

No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, os castilhistas, que participaram da convenção sendo representados por Pinheiro Machado e Vitorino Monteiro, aconselharam aos eleitores que se abstivessem do pleito de 1º de maio de 1898. Outros, mesmo sendo simpatizantes do PRF, descontentes com a escolha do candidato, mantiveram o apoio a candidaturas individuais. Foi o que fez um grupo de republicanos de Batatais (SP), que recomendaram aos eleitores manter seu voto em Castilhos para presidente, caso que será analisado mais detidamente em seguida.

Por fim, outra consideração merece ser feita. Ainda que a decisão da escolha do candidato fosse uma atribuição da convenção formada por delegados representantes dos estados, e estes estavam claramente divididos, nem a decisão nem a divisão interna podem ser compreendidas de forma meramente restrita ao grupo que participava diretamente da escolha

(os delegados). A preferência por um ou outro candidato e a divisão entre os delegados tinha respaldo político mais amplo, como foi possível perceber pelas manifestações públicas de grupos distintos no momento da Convenção.

Se na convenção todos os delegados seguiram a orientação da executiva do partido definida na reunião do dia anterior, votando em Sodré, as manifestações do grupo castilhista, que foram, segundo narrou o jornal, bastante agressivas, dão conta da divisão de opiniões existentes naquele momento.

6.3 “no momento atual o Sr. Castilhos não é indicado nem para a política nem para a administração do país”: disputas e opiniões

A rejeição de Castilhos por parte da maioria dos convencionais nos leva a questionar as motivações dos delegados para recusar a candidatura do político sul-riograndense. Uma primeira hipótese seria considerar que sua ligação com os militares, em uma conjuntura de consolidação do poder civil sobre a República, pudesse ter sido determinante. Entretanto, apesar de possível, não parece ter sido este o fator determinante para os delegados do PRF, visto que ao escolher como candidato Lauro Sodré – portanto, um militar –, os convencionais propunham o retorno do grupo alijado da presidência desde a eleição de Prudente de Moraes.

Assim, a recusa pelo nome de Castilhos parece não ter relação com o conflito militares *versus* civis que marcou o período. A consulta a correspondências e jornais fornece indícios de alguns fatores que podem ter sido determinantes.

6.3.1 A liderança do “estadista de Campinas”

É plausível pensar que a escolha de Sodré e a recusa do nome de Castilhos estavam ligadas também à preferência da grande liderança do PRF, Francisco Glicério. É o que sugere a carta escrita pela esposa de Castilhos, Honorina, a cinco de março de 1898, à cunhada Adelaide. Em outubro do ano anterior (portanto, no mesmo mês em que ocorreu a convenção do PRF), Adelaide havia enviado uma carta e, meses se passaram até que Honorina respondeu.

Entre pedidos de desculpas pela demora em escrever e manifestações de gratidão e amizade, questões políticas eram comentadas pelas cunhadas. Escrevia Honorina: “Li com toda atenção as suas informações e juízos sobre o que se passou na **Convenção do Glicério** a respeito da **escolha de candidaturas à Presidência da República**”. Na carta, Honorina fez menção ao comportamento desleal de Glicério durante a Convenção e concordava com a

cunhada; Júlio não foi escolhido para candidato por conta de Glicério: “Você tem toda a razão quanto à **deslealdade do Glicério** e outros políticos que obedeceram à sanha d’ele”.⁷²⁷

Outra carta, esta enviada por Aurélio Viríssimo de Bittencourt a Júlio de Castilhos, em 25 de outubro do ano anterior, ou seja, pouco tempo depois de realizada a convenção, também colocava Glicério como o grande articulador da escolha do candidato federal. Escrevia o secretário de Castilhos:

Vossos telegramas foram logo entregues ao Godinho. O de resposta ao dr. Cassiano é de desmostear o estadista manqué de Campinas, que a esta hora estará sentindo todo o peso consequencial das suas perfídias rabulices na Convenção. Puseram-nos de margem; arranjem-se, pois, como puderem, sem associar a nossa responsabilidade ao seu fatal e triste destino.⁷²⁸

O “estadista manqué de Campinas” a que se referia Aurélio era Francisco Glicério. Chamá-lo de estadista manqué era, a uma só vez, reconhecer o papel de liderança exercido por Glicério e assinalar seu fracasso enquanto tal. Assim como fez Honorina, Aurélio de Bittencourt também atribuía a Glicério a responsabilidade pelo resultado da Convenção. Em outra carta escrita por Aurélio a Júlio, em dez de janeiro de 1903 – tendo portanto já passado mais de cinco anos da convenção –, o secretário mais uma vez apontava Glicério como o responsável pelo resultado. Escrevia na carta, na qual se referia a Glicério como o “estadista de Campinas”:

Aqui está o Germano, nédio e palrante. Conta as histórias de Glycerio e Pinheiro, intrigados um com o outro. Bem feito, porque este cometeu o pecado de brindar os republicanos nas pessoa do estadista de Campinas, que nós rio-grandenses trazemos na garganta desde as tramoias da Convenção.⁷²⁹

Mas afinal, quem era Glicério, qual seu peso político e como atuou contra Castilhos na convenção de 1897? Francisco Glicério de Cerqueira Leite não surgiu como liderança política apenas em 1893, quando da fundação do PRF. A proeminência que adquiriu por ocasião da fundação do partido derivava, em boa medida, dos contatos pessoais e, principalmente, de sua atuação política nos anos anteriores. Apesar de não ter concluído o curso de Direito na Faculdade de São Paulo, durante a estadia na capital da província esteve em companhia de

⁷²⁷ Carta de Honorina de Castilhos a Adelaide. Porto Alegre, em 5 de março 1898. Localização: AHRS, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 7: Honorina de Castilhos – Correspondência enviada, Caixa 2, Maço 10, Doc. 2. Grifos nossos.

⁷²⁸ Carta de Aurélio a Júlio de Castilhos. Porto Alegre, 25 de outubro de 1897. Localização: AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior, Subsérie 1: Correspondência enviada, Caixa 14, Maço 68, Doc. 191. Grifo do autor.

⁷²⁹ Carta de Aurélio a Júlio de Castilhos. Sem local, 10 de janeiro de 1903. Localização: AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior, Subsérie 1: Correspondência enviada, Caixa 15, Maço 72, Doc. 584. Grifos do autor.

outros futuros republicanos, como Manuel Ferraz de Campos Sales, Teófilo Otoni, Bernardino Campos e Prudente de Moraes (RIBEIRO, 2015a).⁷³⁰ Assim, em 1893 não era um desconhecido no meio político. Bem ao contrário, era conhecido de muitos dos principais republicanos que estavam à frente do Governo Federal.

Sua atuação como republicano começou bem cedo. Glicério foi membro do Partido Radical que, em 1873, se transformou no Partido Republicano Paulista (PRP).⁷³¹ Naquele ano havia participado da Convenção de Itu e do Primeiro Congresso Provincial do Partido Republicano Paulista. Ao longo deste período, colaborou com diversos jornais republicanos. Eleito, em 1881, para a Câmara Municipal de Campinas, teve atuação importante na eleição de 1882 para a Câmara dos Deputados, na qual os republicanos conseguiram eleger três deputados: Campos Sales e Prudente de Moraes, por São Paulo e Álvaro Botelho, por Minas Gerais.

Já na República, durante o governo de Deodoro da Fonseca, exerceu o Cargo de Ministro da Agricultura (de janeiro de 1890 a janeiro de 1891) e Ministro interino da Justiça, com o afastamento de Campos Sales (de 1889 a 1891) por doença. Líder da Câmara dos Deputados em 1892, Glicério era, incontestavelmente, uma das grandes lideranças republicanas no país, o que lhe abriu caminho para o papel central que exerceu dentro do PRF. Vamireh Chacon chegou a afirmar que “O Partido Republicano Federal tinha sido Glicério” (1998, p. 84).

O relato do *Jornal do Brasil*, que tinha na direção Rui Barbosa, evidenciava a participação central de Francisco Glicério na organização do partido. O jornal relatava, a oito de julho de 1893, sobre os procedimentos adotados por Glicério com a finalidade de formar o partido:

Nas férias parlamentares que findaram em maio, o sr. Deputado Francisco Glicério ocupou-se muito em reunir elementos para a formação de um partido que deve ter como programa a defesa da Constituição de 24 de fevereiro. Nesse sentido dirigiu-se aos governadores de quase todos os Estados e a influências políticas do país, quase todos filiados, porém, as parcialidades que sustentam o Governo atual.⁷³²

Reparemos que esta proeminência de Glicério no interior do partido também foi assinalada por Honorina em sua carta à cunhada Adelaide, referindo-se à convenção do PRF

⁷³⁰ Glicério teve que abandonar o curso e retornar a Campinas devido ao falecimento de seu pai. Informações biográficas sobre o político ver: RIBEIRO, 2015a.

⁷³¹ O Partido Liberal Radical surgiu no Brasil em 1868. Entre as propostas estavam a extinção da Guarda Nacional, Senado temporário e eletivo, extinção do poder Moderador e substituição do trabalho servil pelo livre (CHACON, 1998, p. 36).

⁷³² Relato (cópia) referente ao artigo publicado no *Jornal do Brasil* sobre a atuação do deputado Francisco Glicério em reunir elementos para a formação de um partido. Sem local, 08 de julho de 1893. Localização: AN, FPM, Série: 1 – Códices, Subsérie: 2 – Livro 2, Notação 363

como a “convenção do Glicério”. Assim, é plausível pensar que o papel de liderança exercido por Glicério no momento da reunião prévia de 1897 pode ter sido determinante para que a candidatura de Castilhos tenha sido preterida e Sodré tenha saído vencedor.

Ao atentar para os discursos dos delegados naquela reunião, percebe-se que a preferência inicial de Glicério era por Quintino Bocaiúva. Entretanto, por ocasião da segunda votação, quando Quintino acabou excluído, o apoio de Glicério se voltou para Sodré, preterindo Castilhos. Este último não era o candidato desejado por Glicério, como sugerem as cartas de Honorina e Aurélio. O relato da *Gazeta de Notícias* confirma tais impressões. Segundo o periódico, depois da manifestação pública dos delegados indicando suas preferências (que davam possibilidades reais de Castilhos ser o indicado), Glicério fez nova fala “salientando a necessidade de ponderação na escolha”.

O seu discurso era nitidamente contra a candidatura de Castilhos: “Anuncia-se, verdade ou exagero, que o Rio Grande do Sul vai ser invadido. Como receberá o país um candidato envolvido numa luta armada no seu Estado?”.⁷³³ Glicério fazia referência aos rumores de que estava sendo organizada uma nova invasão federalista, via Uruguai, ao Rio Grande do Sul, para derrubar o governo de Castilhos. Como vimos, seu discurso parece ter surtido efeito.

Nossas suspeitas sobre a ação determinante de Glicério na recusa do nome de Castilhos pela maioria dos convencionais também é confirmada por uma publicação no jornal *O Nacionalista*, do município de Batatais (SP).⁷³⁴ Em artigo intitulado *O nosso candidato*, o órgão de imprensa do Partido Republicano Nacional, que tinha como redator-chefe o Dr. Carlos Silva, manifestava-se contra a decisão da convenção do PRF preterindo o nome de Castilhos como candidato. Segundo o artigo publicado, ao não escolher Castilhos o Partido Federal corria o risco de uma “possível dispersão de votos e consequente vitória do candidato governista”.

Também para *O Nacionalista*, Glicério foi o responsável pela recusa do nome de Castilhos. O jornal considerava que houve um erro estratégico da parte do líder do partido: “O general Glycério querendo fazer vingar na Convenção a candidatura de Quintino, cometeu um erro. Combatendo a candidatura de Castilhos pela maneira que o fez, cometeu erro mais grave”. Segundo o artigo, Glicério teria alegado outro motivo contra a candidatura de Castilhos, além da possibilidade de invasão federalista no Rio Grande do Sul. O motivo da recusa do nome de

⁷³³ VOTAÇÃO Prévia. In: GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano XXIII, n. 280, p. 1, 07 out. 1897. Localização: BNDigital.

⁷³⁴ Todas as transcrições que seguem foram retiradas de: Jornal *O Nacionalista*. Batatais (SP), Ano 1, n. 30, p. 1, 28 out. 1897. Localização: AHRN, APJC, Série 10: Folhetos e Jornais, Caixa 16, Maço 75, Doc. 8. Trata-se de um exemplar do jornal enviado a Castilhos. Não há qualquer referência sobre quem o enviou. Apenas, no cabeçalho da primeira página, há a seguinte anotação manuscrita: “Cidadão Dr. Júlio Prates de Castilhos. Dr. Presidente do estado do Rio Grande do Sul – Porto Alegre”.

Castilhos estava no fato de ele ser “tido como radical”, motivo pelo qual Glicério reforçava a impossibilidade de sua candidatura. Como é possível verificar no trecho abaixo, este segundo motivo desagradou profundamente o Partido Republicano Nacional de Batatais, que se considerava parte da ala radical do PRF:

Já hoje não é segredo para ninguém que os ponderosos motivos alegados por aquele chefe [Glicério] para repudiar essa candidatura, não foram unicamente a iminência de uma nova invasão do Rio Grande e a necessidade de Castilhos naquele governo para impedi-la. Para ninguém deixaria de ser isso um motivo insuficiente, senão um pretexto fútil.

S. Exc. alegou que, *embora injustamente* Castilhos é tido como radical e que nessas condições a sua candidatura não seria bem recebida.

Foi esse um erro imperdoável em um chefe político de responsabilidades como o Sr. Glicério.

S. Exc. deveria ver como vê toda a gente, que são os radicais do seu partido que a este dão cor e a força de que ele dispõe. Não deveria ter-se esquecido que há pouco em S. Paulo anunciava que vinha reorganizar o verdadeiro partido republicano, o partido jacobino.

A partir do cruzamento das informações de correspondências e dos jornais é possível perceber a ação protagonista de Glicério contra a candidatura de Castilhos. Entretanto, se, como sugerimos, Glicério teve participação importante na condução do resultado da escolha do candidato do PRF, a derrota de Castilhos não pode ser reduzida à opinião e vontade do líder paulista. Neste sentido também é preciso lembrar que, se muitos delegados manifestaram parecer favorável à candidatura do chefe sul-rio-grandense (17, no total), outros 22 sequer citaram seu nome. Nos três escrutínios realizados, Castilhos recebeu apenas um terço dos votos (13 votos do total de 39). Percebe-se, portanto, como já destacado anteriormente, uma divisão muito clara entre os delegados, qual seja, os que eram a favor e os contra Castilhos.

Reduzir a compreensão do resultado final da convenção às ações de Glicério significaria retirar de cada delegado participante o protagonismo da escolha e de suas próprias ações. Foi, portanto, a interdependência entre os atos de Glicério conduzindo a reunião e os atos de cada delegado, que tiveram de fazer sua escolha, que nos permite compreender o resultado final deste episódio excluindo Castilhos da disputa pela presidência. Cada delegado, ainda que influenciado pela opinião e liderança de Glicério, foi em grande medida o responsável pela decisão de ter votado em um ou outro candidato.

Também vale lembrar que, a exemplo de Glicério, outros delegados manifestaram-se abertamente contra a candidatura de Castilhos. A fala destes, reproduzida no noticiário da *Gazeta de Notícias*, oferece algumas pistas sobre os motivos que podem ter sido determinantes

na recusa da candidatura de Castilhos, para além do que desejava Glicério.⁷³⁵ Para entender o processo de escolha deve-se considerar também o *meio* no qual era evidente a existência de diferentes projetos de República em disputa. E esta disputa, que envolvia distintos projetos de República e interesses pessoais, tomou forma no interior do próprio partido oposicionista no momento da escolha de seu candidato presidencial.

6.3.2 “a opinião pública não corresponde a estas ideias”: República, positivismo e violência

A escolha de Lauro Sodré e a recusa de Castilhos como candidato do PRF à presidência da República era resultado de um jogo de interesses, não somente partidários, mas, principalmente, pessoais. Os interesses de Glicério, a grande liderança do partido, foram fundamentais, mas os demais delegados também agiam visando atender a seus próprios interesses.

Esses interesses, nem sempre ficavam evidentes e, para nós, talvez seja muito mais difícil acessá-los. Ainda assim, alguns dos delegados, ao manifestar-se a favor de um ou outro candidato, buscaram justificar sua preferência. Ainda que esse manifesto nem sempre possa corresponder aos motivos que guiavam as escolhas, servem-nos como uma análise da retórica que utilizaram para justificar suas escolhas. No caso daqueles que se manifestaram abertamente contra a candidatura de Castilhos, sua fala indica como justificavam a posição assumida.

Entre os que se manifestaram contra a candidatura de Castilhos estava José Isidoro Martins Júnior. Na sua fala, o deputado pernambucano sinalizava para fatores que impossibilitavam a candidatura do chefe sul-rio-grandense. Martins Júnior considerava ter ele próprio muito em comum com Castilhos, seja como adepto da doutrina positivista, seja como admirador do exército. Ponderava, entretanto, que “a opinião pública não corresponde a estas ideias”. Positivismo e a proximidade com o exército eram fatores não desejados para um candidato à presidência, segundo o deputado.

É interessante notar que os mesmos critérios apontados por Martins Júnior como inviabilizadores da candidatura de Castilhos seriam também aplicáveis a Lauro Sodré. Entretanto, o delegado não fez qualquer menção a Sodré, militar e adepto da doutrina positivista, em quem, supomos, acabou votando após Bocaiúva ser eliminado da disputa.⁷³⁶ Assim, os argumentos que mobilizou para justificar a contrariedade da candidatura de Castilhos

⁷³⁵ Todas as manifestações dos delegados transcritas a seguir tiveram por fonte: VOTAÇÃO Prévia. In: GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano XXIII, n. 280, p. 1, 07 out. 1897. Localização: BNDigital.

⁷³⁶ Ver Américo Freire (1997, p. 8-11) sobre a relação de Sodré com o positivismo.

podem ter sido apenas recurso para defender a candidatura de seu preferido, Quintino Bocaiúva. Sobre esse, Martins Júnior afirmava que era “o chefe venerado da democracia”, com quem a opinião pública estava.

Contudo, ainda que os argumentos contra Castilhos tenham sido meramente retóricos, visando a defesa de Bocaiúva, percebe-se, na fala do deputado, que os valores e ideias defendidos por Castilhos poderiam ser mobilizados contra sua candidatura. Castilhos não era militar, mas mostrara-se muitas vezes simpático a estes⁷³⁷, além do que, a crença positivista da necessidade de uma ditadura positiva como melhor via para chegar ao governo ideal não era vista de bom grado nem pela opinião pública, mas muito menos por alguns setores republicanos. Ao apresentar Bocaiúva como “chefe venerado da democracia”, ficava claro que Castilhos era seu oposto, defensor da ditadura.

Para José Freire Bezerril Fontenelle, que havia deixado o cargo de presidente do Ceará, contra a candidatura de Castilhos pesava outra questão fundamental. Segundo ele, que se manifestava a favor da candidatura de Lauro Sodré, Castilhos “afeta elementos de opiniões católicas”. É possível pensar que Fontenelle estava referindo-se à filiação ideológica de Castilhos ao positivismo, o que o afastaria da religião católica. Assim como no caso da justificativa utilizada por Martins Júnior, também este argumento utilizado por Fontenelle, parece ser apenas um pretexto para combater a candidatura de Castilhos, uma vez que o mesmo delegado que se manifestava contra Castilhos por ele desagradar à opinião católica, defendia a de Lauro Sodré, outro positivista defensor da liberdade religiosa. Segundo Elisabete da Costa Leal, Lauro Sodré “assumiu publicamente que seguia a Religião da Humanidade” e “publicava textos de propaganda do positivismo” (LEAL, 2006, p.21).

É certo que Castilhos nunca foi um adepto da Religião da Humanidade criada por Comte. Essa sua posição em relação à religião gerou, inclusive, severas críticas por parte do Apostolado Positivista. Segundo Sérgio da Costa Franco, após a morte de Castilhos, Teixeira Mendes, à frente da direção da Igreja Positivista, o censurou “por ter mantido uma atitude dúbia em relação à Igreja da Humanidade” (FRANCO, 1996, p. 170).

Assim, também, não se afastou de todo do catolicismo. Como pudemos constatar em consulta aos Livros de Batismo da Paróquia Madre de Deus, de Porto Alegre, Júlio e sua esposa,

⁷³⁷ Basta recordamos os episódios que ficaram conhecidos como Questão Militar, ocorridos em 1886 e 1887. Júlio de Castilhos publicou diversos artigos no jornal *A Federação* em defesa do Exército e contra a postura assumida pelo Império, que, segundo acusava, atacava a honra da instituição militar. O envolvimento de Castilhos com a Questão Militar já foi tratado no segundo capítulo desta tese.

Honorina, batizaram seus filhos segundo o ritual cristão e católico.⁷³⁸ Entretanto, a análise de uma carta redigida por Júlio e endereçada ao secretário da Devoção do Menino Deus, em 1900, demonstra que ele estava ciente dos incômodos políticos que sua orientação positivista poderia lhe causar. Na carta, que recebeu uma versão impressa para distribuição gratuita, Castilhos recusava o cargo de Juiz componente da Mesa Administrativa da Devoção, para o qual havia sido eleito.

Na sua escrita utilizou vários argumentos para explicar sua recusa ao cargo, entre os quais um de ordem moral que é o fato de não estar filiado à Devoção, “nem a qualquer outra confraria da mesma natureza”.⁷³⁹ Mas, sabia que a sua recusa poderia ser explorada por adversários políticos, como é possível perceber pelo seguinte trecho da carta: “Não há malquerença tacanha e deturpadora, que logre fazer prevalecer a meu respeito a coima de irreligioso, ou que ouse reputar-me irreverente para com a Igreja Católica”.⁷⁴⁰ E, mais adiante insistia: “Não me preocupa, todavia, o que possa ainda engendrar contra mim a hostilidade da difamação boçal. Estou afeito, desde sempre, a sobrepor-me à calúnia”.⁷⁴¹

Como uma forma de defender-se de acusações como a de irreligioso ou não-católico, em diversas passagens afirmava sua ligação e respeito pelo catolicismo:

No tocante à profunda reverencia que consagro à fé católica, não pode ser ela licitamente inquinada de dubiedade, nem merecer qualquer suspeita fundada. Serve-lhe de corroboração sistemática e invulnerável o modesto conjunto da minha conduta publica, desprentensiosa e singela, mas moralmente íntegra e sempre coerente.⁷⁴²

⁷³⁸ Registro de batismo de Júlia, filha legítima de Júlio Prates de Castilhos e Honorina de Castilhos. Igreja Catedral da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus, 12 de dezembro de 1885. Localização: AHCMPOA, Livro de Batismos, Paróquia Madre de Deus, Porto Alegre, n. 23, 1885-1887, f.22; Registro de batismo de Otilia, filha legítima do Dr. Júlio Prates de Castilhos e Honorina de Castilhos. Igreja Catedral da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus, 25 de março de 1891. Localização: AHCMPOA, Livro de Batismos, Paróquia Madre de Deus, Porto Alegre, n. 25, 1889-1891, f.82; Registro de batismo de Eugênia, filha legítima do Dr. Júlio Prates de Castilhos e Honorina de Castilhos. Igreja Catedral da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus, 22 de abril de 1890. Localização: AHCMPOA, Livro de Batismos, Paróquia Madre de Deus, Porto Alegre, n. 25, 1889-1891, f. 35-35v; Registro de Batismo de Ambrosina Maria Conceição, filha legítima do Dr. Júlio Prates de Castilhos e Honorina de Castilhos. Igreja Catedral da Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus, 30 de dezembro de 1905. Localização: AHCMPOA. Livro de Batismos, Paróquia Madre de Deus, Porto Alegre, n. 31, 1901-1906, f. 89.

⁷³⁹ Carta de Júlio de Castilhos ao Secretário da Devoção do Menino Deus. Porto Alegre, 22 de ago. 1900. Impressa. p. I. Localização: AHRS, APJC, Série 5: Assuntos Privado de Júlio de Castilhos, Subsérie 1: Correspondência enviada, caixa 5, maço 19, doc. 2.

⁷⁴⁰ Carta de Júlio de Castilhos ao Secretário da Devoção do Menino Deus. Porto Alegre, 22 de ago. 1900. Impressa. p. III. Localização: AHRS, APJC, Série 5: Assuntos Privado de Júlio de Castilhos, Subsérie 1: Correspondência enviada, caixa 5, maço 19, doc. 2.

⁷⁴¹ Carta de Júlio de Castilhos ao Secretário da Devoção do Menino Deus. Porto Alegre, 22 de ago. 1900. Impressa. p. VII. Localização: AHRS, APJC, Série 5: Assuntos Privado de Júlio de Castilhos, Subsérie 1: Correspondência enviada, caixa 5, maço 19, doc. 2.

⁷⁴² Carta de Júlio de Castilhos ao Secretário da Devoção do Menino Deus. Porto Alegre, 22 de ago. 1900. Impressa. p. IV. Localização: AHRS, APJC, Série 5: Assuntos Privado de Júlio de Castilhos, Subsérie 1: Correspondência enviada, caixa 5, maço 19, doc. 2.

Em outra passagem da carta escreveu: “Quanto a mim, desperta e incessantemente há de despertar homenagens profundas a gloriosa religião do prodigioso S. Paulo, do grandioso S. Bernardo (...) e de outros e outros inesquecíveis servidores do catolicismo e da Humanidade”.⁷⁴³

Castilhos parecia ciente de que seus adversários explorariam o fato, utilizando-se de sua orientação positivista. Diante disto, afirma que o positivismo em nada o afastou do catolicismo:

[...] ainda no alvorecer da minha adolescência, empreendi timidamente o estudo dos livros portentosos do mestre dos Mestres – Augusto Comte, cujos inextinguíveis ensinamentos, elucidando cientificamente a legitimidade histórica e a benemerência da religião católica, que, aliás, desde o berço nutria os sentimentos da minha infância, fizeram ressaltar, com sabedoria genial, soberana justiça e imponente eloquência, a imensa grandeza moral da missão fecundante exercida na evolução humana pelo catolicismo.⁷⁴⁴

Como se percebe, o mesmo argumento que Castilhos, em 1900, antevia como sendo utilizados por adversários para prejudicá-lo – o fato de sua orientação positivista colocá-lo contra o catolicismo – foi explorada pelo delegado Fontenelle como argumento de recusa da candidatura castilhista anos antes, em 1897.

Mas, retornando à reunião do dia 5 de outubro, a fala de Francisco Glicério é ainda mais esclarecedora e traz um argumento fundamental para compreendermos a recusa do nome de Castilhos, não somente por Glicério mas também por parte dos demais 25 delegados que preferiram Sodré:

no momento atual o Sr. Castilhos não é indicado nem para a política nem para a administração do país, que se pode salvar, mau grado medidas exclusivas do governo, do Congresso, do judiciário. A situação pede um homem que atenuar gradativamente as agruras do presente: este homem lhe parece o Sr. Quintino.⁷⁴⁵

Ao fazer referência ao “momento atual”, aponta ser Castilhos inadequado. Ao não considerá-lo “indicado nem para a política nem para a administração do país”, poderia estar afirmando que o modo de fazer política de Castilhos não era o ideal. Mas, qual seria o modo de

⁷⁴³ Carta de Júlio de Castilhos ao Secretário da Devoção do Menino Deus. Porto Alegre, 22 de ago. 1900. Imprensa. p. VI. Localização: AHRs, APJC, Série 5: Assuntos Privado de Júlio de Castilhos, Subsérie 1: Correspondência enviada, caixa 5, maço 19, doc. 2.

⁷⁴⁴ Carta de Júlio de Castilhos ao Secretário da Devoção do Menino Deus. Porto Alegre, 22 de ago. 1900. Imprensa. p. V. Localização: AHRs, APJC, Série 5: Assuntos Privado de Júlio de Castilhos, Subsérie 1: Correspondência enviada, caixa 5, maço 19, doc. 2.

⁷⁴⁵ VOTAÇÃO Prévia. In: GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano XXIII, n. 280, p. 1, 07 out. 1897. Localização: BNDigital.

Castilhos fazer política que não agradava? Lembramos que o jornal *O Nacionalista* criticava Glicério por ter acusado Castilhos de ser radical. Algumas ações do chefe sul-rio-grandense à frente do governo estadual caracterizavam sua ação como radical. Foi ele, por exemplo, o autor do projeto da Constituição estadual aprovada em 1891, que concentrava o poder no executivo estadual e reservava ao Legislativo funções meramente orçamentárias. Sob sua direção, os republicanos combateram a oposição federalista em uma guerra civil que ficou marcada por métodos extremamente violentos de execução dos adversários, como a degola. Enfim, o modo radical de Castilhos fazer política estava pautado no autoritarismo e no uso da violência.

Vencidas as dificuldades impostas pelos anos iniciais, esta forma de política, ao menos no plano dos discursos de algumas lideranças republicanas, não tinha mais espaço naquele momento. Note-se que, ao se referir às “agruras do presente”, Glicério colocava Castilhos em outro plano: o passado. Pode-se pensar que, se alguns anos antes o autoritarismo e a violência que caracterizaram a administração de Castilhos no Rio Grande do Sul foram uma espécie de “mal necessário” para garantir a sobrevivência da República em seus anos iniciais, agora, quando a luta era para salvar a República dos males que ela própria desenvolvera, este tipo de comportamento não poderia mais ser aceito. Por isso, Quintino, que segundo Martins Júnior representava a democracia, era para Glicério aquele que poderia atenuar “gradativamente as agruras do presente”.

Cada vez mais a ala positivista de matriz autoritária, defensora de um governo forte e centralizado, perdia espaço dentro do círculo republicano.⁷⁴⁶ Para melhor compreender essa mudança, a ideia de “processo civilizador” utilizada por Luís Alberto Grijó (2010) em relação aos conflitos políticos ocorridos no Rio Grande do Sul durante a Primeira República é bastante útil. Grijó observa que a violência que marcou a *Revolução Federalista*, em 1893-95 não mais se repetiu nos conflitos posteriores ocorridos no estado (revoluções de 1923, 1930 e 1932). Isto porque,

Com o tempo e pelo efeito das várias transformações pelas quais o estado passou nas primeiras décadas do século XX, se foi desenrolando um processo civilizador, marcado pela tradição bacharelesca brasileira, que afetou as

⁷⁴⁶ Cristina Buarque de Holanda apresenta a existência de duas matrizes do positivismo no Brasil. Ambas, acreditavam na necessidade de conduzir a sociedade a um estado positivo, pautado na ciência e no progresso. Entretanto, o que as diferenciava era o meio para atingir tal estado. Uma matriz é denominada pela autora de autoritária, representada tanto pelo Apostolado Positivista, fundado no Rio de Janeiro em 1881, e pelo castilhismo, enquanto filosofia política aplicada no Rio Grande do Sul por Júlio de Castilhos. Outra, representada pelo positivismo ilustrado (de Pereira Barreto, Alberto Sales, Pedro Lessa e Ivan Lins), tinha na educação o principal instrumento para a reforma social. Para os primeiros, a organização positiva da sociedade seria alcançada pela condução do governo por uma minoria esclarecida. Para os ilustrados, somente através da educação universal. Sobre as matrizes positivistas ver HOLLANDA, 2009, p. 74-98 (Capítulo 2: Representação como substância).

condutas e modos de ver o mundo correntes. Não que, com isso, a violência física fosse descartada como instrumento legítimo do jogo político, mas seus limites ficaram mais restritos em benefício de formas polidas e formalização de conduta e ação (GRIJÓ, 2010, p. 183).

O autor pauta-se na ideia de processo civilizador tal qual entende Norbert Elias (1994), ou seja, uma “mudança na conduta e sentimentos humanos”, através de constrangimentos sociais que são internalizados pelos indivíduos e que regulam seus comportamentos. Este “processo civilizador”, no qual as condutas e modos de ver o mundo eram cada vez menos pautados na violência, parece se impor neste momento, ao menos no discurso de muitos republicanos.

Nos anos finais do século XIX, a violência não poderia mais assumir papel central como recurso para garantir a consolidação da República. Júlio de Castilhos, que governava seu estado de forma autoritária, combatendo seus adversários com violência, não era o desejado para a República, que deveria ser consolidada em suas instituições. Assim, a preocupação com a verdade eleitoral e a própria *política dos estados*, pautada em negociações entre governo federal e os estados, implantada por Campos Sales alguns anos depois, parece em grande medida refletir essa ideia de abandono de antigas práticas – entre as quais estava a violência – em prol da República.

É certo que, como apontou Grijó (2010), na prática, a violência continuou a ser utilizada como recurso, sendo inclusive “instrumento legítimo do jogo político”. Entretanto, o discurso político era pautado em uma nova proposta, que colocava tais instrumentos em segundo plano. Neste sentido, não se deve desconsiderar o momento em que ocorria a reunião do PRF: concomitante à última investida – esta, vitoriosa – do Exército contra o arraial de Canudos. Encerrava-se, com a destruição de Canudos, um ciclo de repressão a revoltas que agitou os primeiros anos da República.

Entre as maiores revoltas desta primeira década estão, além de Canudos, a Revolta da Armada (RJ) e a Revolução Federalista (RS). Entretanto, se estas são as mais marcantes e lembradas pela historiografia, não se deve esquecer os diversos confrontos entre oligarquias estaduais que marcaram o momento inicial da República. A instauração do regime e o posterior golpe de Deodoro, em 1891, tiveram repercussão no âmbito estadual. É o que se percebe ao observar, por exemplo, o caso de Mato Grosso. Gilmar Franco (2014) demonstra que, logo depois da Proclamação da República foram fundados dois partidos que se autodenominavam republicanos – o Partido Nacional Republicano e o Partido Republicano – e que passaram a disputar o controle da política estadual. O golpe de Deodoro e sua posterior renúncia tiveram

reflexo na política mato-grossense: capitaneado pelo Partido Nacional Republicano, o governo de Manuel Murinho, do Partido Republicano foi deposto, sendo instalada uma junta governativa. A ação resultou de uma ação pelas armas.⁷⁴⁷

Mas Canudos, como lembra Jaqueline Hermann (1996), tinha importância singular, uma vez que a ele estava vinculado um debate político maior – e bem distante das questões do arraial de Belo Monte – a saber: as disputas entre militares e civis pelo controle da presidência da República.⁷⁴⁸ Hermann lembra, neste sentido, que foi em 1897, já quase no ano final do primeiro governo civil, de Prudente de Moraes, que ocorreu a terceira expedição ao arraial, “a primeira que incluía forças e comando federais”, que acabou sendo derrotada (HERMANN, 1996, p. 82). A derrota desta expedição deu força aos militares para questionar o primeiro governo civil, do presidente Prudente de Moraes. Este, por sua vez, tomou Canudos como questão de honra para a salvação do governo. Daí, a importância dada à quarta e vitoriosa expedição, comandada por forças federais, contra o arraial na Bahia.

Para além da disputa civis *versus* militares que estava assentada na questão de Canudos, a destruição do arraial representava também, como diria Francisco Glicério, “a vitória definitiva da República”.⁷⁴⁹ Seja porque como justificativa para sua destruição construiu-se um discurso de que os sertanejos resistiam ao novo regime pregando a defesa da Monarquia, seja porque criou-se a ideia de que o arraial representava o atraso e a barbárie, contrários à ideia de progresso e civilização que a República buscava imprimir ao país.

Como aponta Vanessa Monteiro (2009), a República procurou relacionar Canudos à barbárie e ao atraso. A vitória sobre o movimento resistente no sertão da Bahia significava o triunfo da civilização sobre a barbárie, do progresso sobre o atraso, como ficou evidente na Mensagem do Presidente Prudente de Moraes ao Congresso Nacional em maio de 1897, na qual afirmava:

[...] a causa da legalidade e da civilização, em breve vencerá a ignorância e o banditismo. Canudos vai ser atacado em condições de não ser possível um novo insucesso: dentro em pouco a divisão do Exército, ao mando do General Arthur Oscar, destroçar os que ali estão envergonhando a civilização.⁷⁵⁰

⁷⁴⁷ Para mais detalhes sobre o confronto ocorrido em Mato Grosso ver FRANCO, 2014.

⁷⁴⁸ Assim como para Jaqueline Hermann (1996), Consuelo Novais Sampaio (1995) também identifica a luta contra Canudos como resultado de uma disputa política entre diferentes grupos que nenhuma relação tinham com o arraial de Belo Monte. Entretanto, se para Hermann a disputa era no âmbito da política nacional, entre civis e militares, para Sampaio resultou de disputas oligárquicas regionais (no caso, entre gonçalvistas e vianistas). Ver SAMPAIO, 1995; HERMANN, 1996; HERMANN, 1997.

⁷⁴⁹ A CONVENÇÃO. GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano XXIII, n. 280, p. 1-2, 07 out. 1897. Localização: BNDigital.

⁷⁵⁰ Mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Senhor Presidente Prudente de Moraes, 1897, p. 151. Apud HERMANN, 1996.

Em outubro de 1897, a disputa entre civis e militares, que Jaqueline Hermann (1996) identificou como causa central da hipervalorização que o arraial adquiriu em termos políticos, foi também explorado na disputa entre prudentistas e gliceristas. Se a vitória de Canudos representava o fortalecimento do presidente Prudente de Moraes, seus adversários gliceristas exploraram a vitória como derivada da ação do exército. Lembremos que entre os gliceristas, havia muitos representantes do florianismo. É o que se pode perceber na fala de Glicério durante a Convenção do PRF em seis de outubro. A vitória de Canudos foi saudada na abertura da convenção na sala do Senado:

Restabelecido o silêncio, o Sr. Glicério toma a palavra e diz que antes de proceder aos trabalhos referentes à escolha dos candidatos à suprema magistratura da república, não pode esquecer a importância da missão de que cada um de está investido no momento, não se devendo olvidar o orgulho republicano que naturalmente assalta a todos e que a todos comove pela **vitória do exército nacional contra esse movimento audacioso dos inimigos das instituições republicanas.**

Sim; não é possível deixar de, ao iniciar os trabalhos da convenção, dar expansão aos sentimentos republicanos pelo fato a que se referiu: **a vitória definitiva da República** nos ínvios sertões da Bahia.⁷⁵¹

Na fala de Glicério, vê-se reproduzido o discurso legitimador do massacre operado no sertão baiano, qual seja, o de que Canudos se configurou como “inimigo das instituições republicanas”. Sua derrota selava a vitória da República. O responsável por este triunfo, segundo Glicério, não era o governo federal do presidente Prudente, mas sim o Exército Nacional: a vitória final sobre o arraial foi comandada pelo general Arthur Oscar de Andrade Guimarães, um “florianista vermelho” (HERMANN, 1996). Era esta uma leitura condizente com sua postura florianista.

Entretanto, é preciso lembrar que, se por um lado, foi criado um discurso legitimador das ações federais contra o arraial pautado na oposição Canudos/barbárie/atraso *versus* República/civilização/progresso, por outro lado, as tropas republicanas também fizeram uso da violência, fato largamente denunciado pela imprensa da época, após a vitória sobre o arraial. Assim, os grupos mais radicais, defensores de métodos violentos, acabaram enfraquecidos na cena política, como aponta Hebe Mattos: “As denúncias do verdadeiro genocídio cometido pelo Exército, que degolou praticamente todos os remanescentes vivos do arraial, como já visto,

⁷⁵¹ A CONVENÇÃO. In: GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano XXIII, n. 280, p. 1-2, 07 out. 1897. Localização: BNDigital. Grifos nossos.

enfraqueceram o jacobinismo e as propostas de ditaduras positivistas, reforçando o poder civil da oligarquia paulista” (MATTOS, 2012, p. 112).

Assim, se contra as ameaças ao regime – e Canudos era visto como ameaça – o uso de violência e a “barbárie” foram necessários, a vitória sobre o arraial fechava um ciclo. Outro deveria se iniciar, não mais pautado na violência. A partir de então, a República deveria ser construída com base no ideal de civilização. Neste sentido, Castilhos também era visto como parte desse ciclo que se fechava, dado o caráter de suas ações políticas à frente do governo estadual. Não se encaixava no ciclo que se pretendia inaugurar como pós-Canudos. É neste contexto que a fala de Francisco Glicério contra a candidatura de Castilhos pode ser compreendida.

Na escrita de Alcindo Guanabara (2002), entretanto, podemos encontrar outra razão que sustentava a postura daqueles que eram contra a candidatura de Castilhos. Guanabara tece um comparativo entre Campos Sales e Castilhos. Destaca suas semelhanças e diferenças. Ambos eram “republicanos tradicionais” que se mantiveram afastados do PRF, apesar de não o combater. Entretanto, quando da cisão do partido, em 1897, ambos tiveram posturas distintas. Enquanto Campos Sales, como governador de São Paulo não assumiu compromissos com nenhuma das facções em que se dividiu o PRF, Castilhos tomou posição contrária aos reacionários (prudentistas), tonando-se segundo o autor,

[...] alvo de todas as investidas e ataques desses reacionários, não só porque governava o estado que mais os amedrontava, como porque pessoalmente era com razão tido como o chefe religiosamente obedecido da parte adiantada dos republicanos civis e militares e, conseqüentemente (sic), o homem capaz de impedir que a obra de destruição dos princípios republicanos se viesse a consumir (GUANABARA, 2002, p. 30).

Os motivos apontados por Guanabara para a postura de ataque dos reacionários contra Castilhos podem ser bastante esclarecedores em relação à contrariedade de Glicério e outros delegados à candidatura de Júlio. O papel de liderança exercido por Castilhos em seu estado “amedrontava” os demais chefes políticos nacionais, que não desejavam a liderança castilhista, até então mantida restrita ao âmbito estadual, em proporções nacionais. A paixão que Castilhos despertava em seus seguidores era por demais ameaçadora.

Como se percebe, para além da influência de Glicério, a fala dos deputados contrários a Castilhos revela que a recusa da candidatura do líder sul-rio-grandense esteve pautada em uma série de fatores, entre os quais se destacam o universo ideológico ao qual havia se filiado e seu modo de governar. Naquele momento em que se encontrava a República, passada quase uma década de sua instalação, o positivismo e a violência como recurso eram refutados.

Vale lembrar que, Cláudia Viscardi, ao analisar a dinâmica dos processos sucessórios, apontou as três prerrogativas listadas por Afonso Arinos como “indispensáveis para tornar-se Presidente do Brasil, no contexto da Primeira República”, quais sejam, “ser uma *liderança*, ter sido *republicano histórico* e se originar de um dos *grandes estados* da Federação” (VISCARDI, 2012, p. 60).⁷⁵²

Castilhos poderia atender estas três prerrogativas. Entretanto, como a própria autora lembra, “tais requisitos não bastavam”, dado os “critérios excludentes que impediam que um indivíduo, detentor de todas as prerrogativas acima, chegasse ao poder” (VISCARDI, 2012, p. 60-61). São estes “critérios excludentes” que devem ser buscados para entender a recusa pelo nome de Castilhos. No caso analisado, seu posicionamento ideológico, ligado ao positivismo, derivando deste seu suposto afastamento da doutrina católica, e seu modo de governar autoritário, constituíram os critérios de exclusão, que se sobrepuseram às demais prerrogativas que o habilitavam ao cargo.

Entretanto, para além das prerrogativas e dos critérios excludentes deve-se levar em consideração também que a escolha de um candidato à presidência dependia dos arranjos e alianças não somente entre estados mas entre lideranças estaduais. Esses arranjos entre lideranças estaduais, por sua vez, derivavam de um universo de microdecisões, onde cada político envolvido no processo sucessório fazia uso de uma racionalidade própria, de acordo com interesses e recursos que mobilizavam. Um candidato à presidência era, portanto, resultado de uma cadeia complexa de microdecisões interdependentes. Mas, Júlio desejava ser candidato? Ainda que esta seja uma questão de difícil resolução, tentamos uma aproximação.

6.4 “Quem menos se incomodou foi o Júlio”: os estados e a política nacional

Na carta escrita por Honorina à Adelaide, em 1898, a esposa de Júlio de Castilhos tratava da derrota do marido na Convenção de outubro do ano anterior. Segundo ela, “Quem menos se incomodou foi o Júlio, que, como você sabe, não era candidato, nem desejava sê-lo. Ele sentiu um grande alívio por não se ter visto na contingência de recusar solenemente a candidatura, se tivesse sido escolhido pela maioria da convenção”.⁷⁵³

⁷⁵² Viscardi (2012) faz referência à obra de Afonso Arinos de Melo Franco (1976), *Um estadista da República*.

⁷⁵³ Carta de Honorina de Castilhos a Adelaide. Porto Alegre, em 5 de março de 1898. Localização: AHRS, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 7: Honorina de Castilhos – Correspondência enviada, Caixa 2, Maço 10, Doc. 2.

Também Otelo Rosa, um dos principais biógrafos de Júlio de Castilhos, afirma que Júlio não possuía qualquer interesse em se tornar candidato. Segundo Rosa, ao ser comunicado sobre a deliberação de torná-lo candidato “em nome de um partido nacional em organização” – trata-se do PRF – “Castilhos responde recusando peremptoriamente o seu assentimento” (ROSA, 1928, p. 18). O autor chega a transcrever um telegrama enviado por Castilhos a Pinheiro Machado afirmando que não seria candidato. Ainda segundo o biógrafo, a resposta de Castilhos teria feito Manoel Vitorino Pereira, então vice-presidente da República, telegrafar-lhe elogiando sua postura patriótica.

Entretanto, é preciso considerar que tanto Rosa quanto Honorina tinham interesses evidentes em minimizar a derrota de Castilhos na convenção. Honorina, na condição de esposa, e Otelo Rosa, enquanto fervoroso republicano. Afinal, o biógrafo de Castilhos foi deputado estadual pelo PRR e secretário de Borges de Medeiros na década de 1910. Ou seja, ambos, ao avaliar e expor a opinião do chefe do PRR, preferiram ressaltar sua recusa a ser candidato ao invés de reconhecer que o nome de Castilhos foi recusado pela maior parte dos convencionais.

Mas não é somente a desconfiança em relação aos informantes – no caso, Otelo Rosa e Honorina – que nos fazem levantar a hipótese de que Castilhos tinha interesse em se candidatar à presidência da República. Um dos grandes informantes de Castilhos acerca do que ocorria na capital federal foi Pinheiro Machado. A 15 de maio de 1897, portanto pouco antes do requerimento apresentado por J. J. Seabra que levou à cisão do PRF, Pinheiro Machado escreveu a Júlio de Castilhos informando sobre os acontecimentos políticos na capital.

Indicava a eminência de um rompimento entre Glicério e Rosa e Silva, o que considerava “inevitável e imediato”, mas também “útil à República”.⁷⁵⁴ Ainda sobre Glicério, apontava a habilidade deste em vencer a oposição dos representantes de Pernambuco. Diante da conjuntura política que relatava, Pinheiro aconselhava Castilhos:

Julgo acertado escreveres carta expansiva e amistosa ao Glicério. Tenho motivos para isto aconselhar-te. Toda esta agitação, como bem compreendes, tem como escopo a futura presidência da República. Estão se desovando. O Marechal Victorino, que é também candidato, continua a frequentar festas chilenas, escola militar etc. [...].⁷⁵⁵

⁷⁵⁴ Como os acontecimentos posteriores demonstram, a cisão entre Glicério e Rosa e Silva efetivamente ocorreu. Francisco de Assis Rosa e Silva, um dos grandes nomes da bancada de Pernambuco, foi o nome escolhido pelo Partido Republicano para candidatar-se à vice-presidência na eleição de 1898, compondo a chapa vitoriosa de Campos Sales.

⁷⁵⁵ Carta de José Gomes Pinheiro Machado a Júlio de Castilhos. Rio de Janeiro, 15 de maio de 1897. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 9: José Gomes Pinheiro Machado – Correspondência enviada, Caixa 12, Maço 56, Doc. 1261.

Como é possível perceber, a futura eleição para a presidência estava no horizonte de preocupações de Pinheiro Machado e Júlio de Castilhos. O conselho dado ao governador do Rio Grande do Sul, no sentido de uma aproximação amistosa com Glicério, que era reconhecidamente uma das grandes lideranças na definição dos rumos políticos nacionais, demonstra a vontade dos políticos sul-riograndenses de participar ativamente do processo de escolha do sucessor de Prudente de Moraes. E, a julgar pela posição assumida por Pinheiro Machado no momento da Convenção do PRF em outubro, a intenção era, efetivamente, transformar o então governador do estado do Rio Grande do Sul em candidato à presidência.

Os delegados representantes do Rio Grande do Sul na convenção do PRF eram o senador Pinheiro Machado e o deputado federal Victorino Monteiro. Segundo relato da Gazeta de Notícias, o senador “foi quem por mais tempo falou”, afirmando que a situação política do país “pede menos candidatos para a eleição do que para a emergência da ação reconstrutora do país”.⁷⁵⁶ Defendeu, para tanto, a candidatura de Júlio de Castilhos, sendo acompanhado também em sua manifestação por Victorino Monteiro.

Podemos supor, dada a centralidade que tiveram os discursos de Francisco Glicério e Pinheiro Machado na reunião prévia do partido, a existência de um conflito entre duas lideranças distintas. Glicério e Pinheiro assumiram, ao longo dos primeiros anos da República, papel central na política nacional. Naquele momento, em 1897, militavam no grupo opositor ao Catete e estavam disputando a liderança daquele grupo, cada um posicionando-se de forma distinta em relação à escolha do candidato à presidência: Pinheiro Machado defendia a escolha de Castilhos; Glicério refutava veementemente Castilhos, preferindo Bocaiúva e Sodré.

Juntando os dois momentos – o da carta e o da convenção – é possível afirmar que Júlio estava ciente de que Pinheiro defenderia sua candidatura à presidência. Se tentou dissuadir o companheiro político e compadre de tal intento, não sabemos. Mas os acontecimentos que seguiram à convenção dão fortes indícios de que Castilhos não ficou satisfeito com o resultado da escolha dos convencionais. Preterido, não somente se absteve de apoiar a candidatura de Sodré como logo depois aproximou-se do presidente eleito, Campos Sales. Posição semelhante assumiu Pinheiro Machado: “Derrotado, manteve discreto apoio à candidatura de Lauro Sodré e aderiu rapidamente ao nome vitorioso, tornando-se o principal articulador político do novo governo” (VISCARDI, 2012, p. 82).

O jornal Gazeta de Notícias, do Rio de Janeiro, nos dias que se seguiram ao pleito de 1º de março de 1898, noticiava sobre o ocorrido em diversas partes do país. No dia três, um

⁷⁵⁶ VOTAÇÃO Prévia. In: GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano XXIII, n. 280, p. 1, 07 out. 1897. Localização: BNDigital.

telegrama enviado de Pelotas, Rio Grande do Sul, informava sobre as eleições naquele estado. O telegrama destacava a pouca participação de eleitores, afirmando que “Correu friamente o pleito”. Os motivos para tão pouca participação estavam no fato de que “Os partidos não convocaram os correligionários e os castilhistas recomendaram abstenção pela imprensa”.⁷⁵⁷

Também Américo Freire aponta que, depois da escolha do candidato do PRF à eleição, os pré-candidatos perdedores abandonaram a candidatura opositora: “Em pouco tempo, os partidários de Castilhos e Bocaiúva afastaram-se da candidatura dissidente e promoveram movimentos de aproximação à candidatura oficial” (FREIRE, 1997, p. 6-7). Se este movimento foi de fato uma iniciativa dos pré-candidatos perdedores, fica ainda difícil de afirmar, mas claro está que o resultado da convenção não havia agradado os castilhistas.

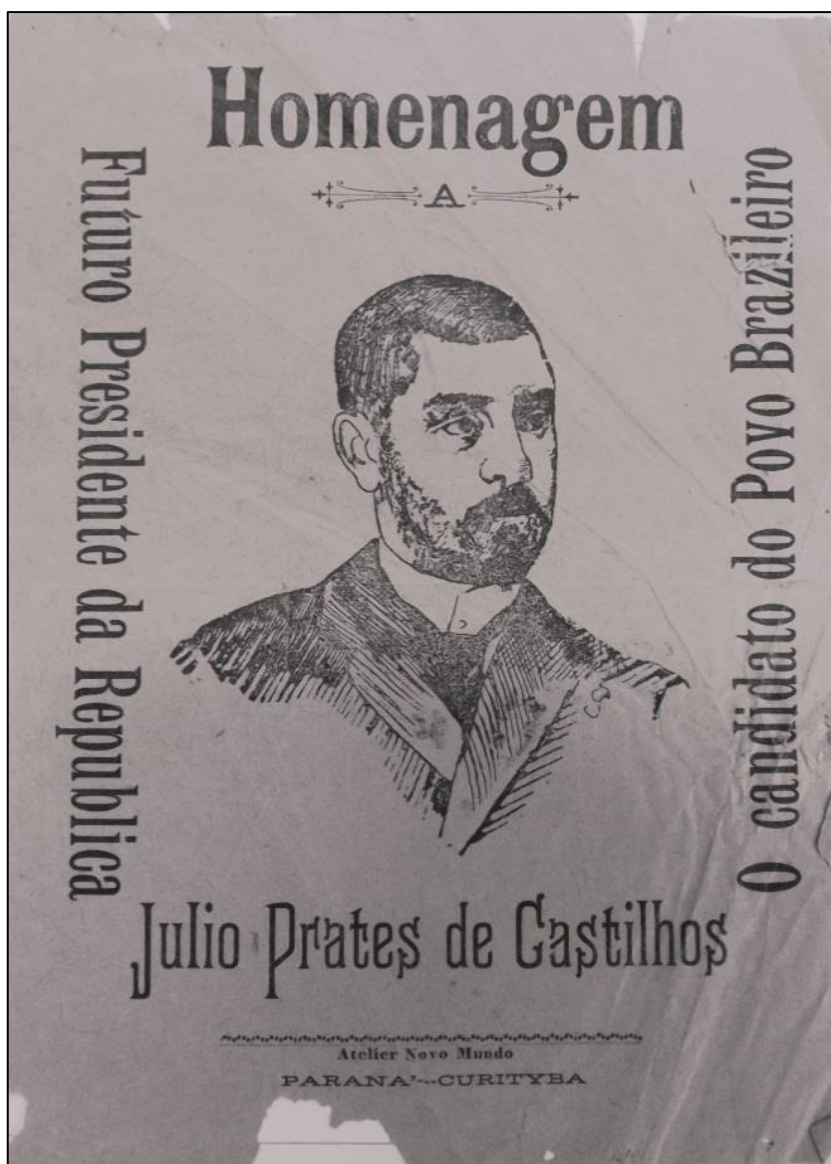
6.5 “O Candidato do Povo Brasileiro”: Júlio de Castilhos como liderança nacional

Não sabemos precisar o ano nem os locais por onde o panfleto abaixo reproduzido circulou. Sabemos apenas que foi impresso no estado do Paraná, no Atelier Novo Mundo, de Adolfo Alencar Guimarães, entre os anos finais do século XIX e os primeiros anos do século XX.⁷⁵⁸ Como é possível perceber, o folheto apresentava Júlio Prates de Castilhos como candidato à presidência da República. Possivelmente poderia referir-se à eleição presidencial de 1898, mas também a de 1902, quando mais uma vez seu nome foi lembrado. Também nada sabemos acerca de quem patrocinou a impressão do folheto, nem das suas motivações. Apenas podemos inferir que, a impressão se baseava no reconhecimento de Castilhos enquanto liderança republicana apta a ocupar o maior cargo da República.

⁷⁵⁷ ELEIÇÃO Presidencial. GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano XXIV, n. 62, p. 1, 03 março 1898. Localização: BNDigital.

⁷⁵⁸ Segundo Fernanda Cássia dos Santos (2010), o Atelier Novo Mundo foi fundado na década final do século XIX.

Figura 17 – Panfleto em homenagem a Júlio Prates de Castilhos



Fonte: Panfleto, sem data. Localização: AHRs, APJC, Série 3: Atas, Manifestos, Mensagens e Panfletos, caixa 4, maço 16, doc. 2.

Como já visto, apesar do folheto sugerir a candidatura de Castilhos, ele nunca foi candidato oficial. Ainda assim, e o folheto é prova disso, havia uma parcela de republicanos que se mobilizaram para ter o republicano sul-riograndense como presidente. Sua morte, em 1903, acabou com qualquer esperança de ver Castilhos presidente. Ou talvez não, já que sua postura autoritária poderia se manter como empecilho intransponível para acessar tal cargo, como parece ter sido o caso em 1897. O fato é que a contingência de sua morte não nos permite fazer outras afirmações além de conjecturar sobre as possibilidades.

Sabemos que a candidatura de Castilhos foi preterida no processo de escolha do PRF opositor em 1897. Entretanto, não se pode deixar de considerar que seu nome figurava

entre os lembrados como possível candidato, o que demonstra sua projeção nacional enquanto liderança republicana. Todo o processo interno do partido levou à rejeição de seu nome. Mas, era ele um dos três nomes que havia disputado a vaga, reconhecido por parte significativa dos políticos do país como liderança apta a participar do pleito.

Segundo aponta Tavares Lyra, o nome de Castilhos figurava como possível candidato à presidência antes mesmo da cisão do PRF. Afirma Lyra que,

Em fins de 1896, três eram os candidatos que pareciam viáveis: Bernardino Campos, Júlio de Castilhos e Quintino Bocaiuva. Prudente não aceitava os dois últimos. Desejava o primeiro, seu Ministro da Fazenda, também preferido pelos que com ele privavam na intimidade [...]” (LYRA, 1944, p. 205).

O reconhecimento de Castilhos como liderança apta a ser candidato presidencial não se restringiu apenas aos convencionais que nele votaram na reunião prévia à convenção. Nem aos seus seguidores e partidários sul-riograndenses. A defesa de sua candidatura ultrapassava interesses estritamente regionais. Como vimos, membros do Partido Republicano Nacional de Batatais (SP) não aceitaram a candidatura de Sodré e mantiveram a de Castilhos. Os radicais de Batatais se sentiam traídos e acusavam a incoerência de Glicério.

No momento do rompimento do PRF com o governo, Glicério havia aceito o apoio do Partido Nacional tendo, inclusive, afirmado “que esse partido [o PRF] ia ser reorganizado com a orientação radical”.⁷⁵⁹ No momento da escolha do candidato, entretanto, o nome de Castilhos era recusado por Glicério por ser radical. Diante deste quadro, o artigo publicado no jornal manifestava que, mesmo tendo sido recusada pelo PRF, o Partido Nacional mantinha a candidatura de Castilhos:

A candidatura de Castilhos, além disso, existia e existe, conquanto não tenha sido adotada pelo Partido Federal e independente da indicação do Partido Nacional.

Este, pois, nada mais tem a fazer do que sufragar o nome do bravo republicano rio-grandense.

O candidato do partido Nacional à presidência da República é – JÚLIO DE CASTILHOS.⁷⁶⁰

⁷⁵⁹ O NACIONALISTA. Batatais (SP), Ano 1, n. 30, p. 1, 28 out. 1897. Localização: AHRS, APJC, Série 10: Folhetos e Jornais, Caixa 16, Maço 75, Doc. 8.

⁷⁶⁰ O NOSSO candidato. In: O NACIONALISTA, Batatais (SP), Ano 1, n. 30, p. 1, 28 out. 1897. Localização: AHRS, APJC, Série 10: Folhetos e Jornais, Caixa 16, Maço 75, Doc. 8.

Assim também, eleitores de diversos estados brasileiros, no momento da eleição, depositaram o voto no seu nome. Os números não são precisos. Walter Costa Porto aponta que Castilhos recebeu, no pleito de 1898, 621 votos, tendo sido o terceiro nome mais votado, atrás, somente, de Campos Sales e Lauro Sodré (PORTO, 2002, p. 166). Já os números apresentados na edição d'*O Paiz*, de 6 de março de 1898, são diferentes. Os resultados parciais da eleição publicados naquela edição apontam a preferência de parte do eleitorado por Castilhos. Segundo noticiado pelo jornal, até aquele momento, a apuração parcial dos votos apontava que Castilhos havia recebido 1.041 votos, contra 184.298 de Campos Sales e 22.381 de Lauro Sodré.⁷⁶¹

Na edição do dia 4 de março do mesmo jornal, ao especificar a votação parcial por estado, observa-se que Castilhos recebeu votos no Distrito Federal (252 votos), na Bahia (109 votos), no Rio de Janeiro (266) e em Minas Gerais (119).⁷⁶² Evidencia-se que, apesar da pequena votação que alcançou – até porque não era, efetivamente, candidato oficial – seu nome era reconhecido como parte do grupo de lideranças republicanas nacionais com potencial chance de exercer a presidência.

Além disso, é preciso considerar que o processo sucessório de 1897, não foi o único em que Castilhos apareceu como possível candidato. Seu nome foi também cogitado para as sucessões seguintes, em 1902 e 1906. A 15 de agosto de 1899, de Aracaju, Sergipe, escreveu Liberato Augusto de Souza manifestando apoio à candidatura de Castilhos:

[...] será de grande felicidade para o Brasil a escolha da distinta e ilustrada pessoa de V. Excia. para presidente da república e agora tenho assentado em bases sólidas este meu juízo e neste sentido, farei tudo quanto em minhas forças couber, já nos quartéis; por meio de cartas a companheiros em outros Estados e já entre reuniões de amigos e confio no patriotismo abnegado de V. Excia. que, se for o eleito, como espero, levará esta grande nação a altura dos destinos que aí estão traçados pela própria natureza.⁷⁶³

Menos de dois anos depois, em agosto de 1901, José Bento Paes de Barros escrevia para Júlio contando que havia mandado “queimar algumas dúzias de foguetes”, “da porta de meu modesto estabelecimento comercial” para comemorar o anúncio feito pelo “grande Patriota Barbosa Lima” tornando “público a candidatura” de Júlio de Castilhos à presidência. Segundo o remetente da carta, o anúncio “mostra aos patriotas a nova e esperançosa fase que a pátria

⁷⁶¹ ELEIÇÃO Presidencial. In: O PAIZ, Rio de Janeiro, Ano XIV, n. 4901, p. 1, 06 março 1898. Localização: BNDigital. Walter Costa Porto apresenta outros números para a eleição de 1898. Segundo Porto, Castilhos teria recebido 621 votos, tendo sido o terceiro mais votado entre os candidatos à presidência (PORTO, 2002, p. 166).

⁷⁶² ELEIÇÃO Presidencial. In: O PAIZ, Rio de Janeiro, Ano XIV, n. 4899, p. 1, 04 março 1898. Localização: BNDigital.

⁷⁶³ Carta de Liberato Augusto de Souza a Júlio de Castilhos. Aracajú, 15 de agosto de 1899. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, caixa 8, maço 39, doc. 322.

brasileira tomará estando debaixo da direção d'um pulso de ferro, que será uma continuidades (sic) do grande edifício cons[truído] pelo imortal Marechal de Ferro".⁷⁶⁴

De fato, o nome de Castilhos circulava mais uma vez nos círculos políticos como possível candidato. Assim informava Hermínio Francisco do Espírito Santo ao cunhado:

Queria lhe comunicar o que todos os dias aqui conversamos em política, e, já se sabe, **seu nome constitui tema forçado**, de que você deve estar aborrecido. Sem espírito de intriga, conto-lhe para seu governo o que há pouco lhe disse o Basílio Luz, que se confessa [ilegível] seu partidário. Conversando sobre os manejos políticos do Campos Salles na candidatura presidencial, me disse: falei a respeito com o Pinheiro, e achei-o [ilegível]. **Ele entendia que sua candidatura deve ser sustentada com afinco pela deputação do estado [...]**⁷⁶⁵

Também Antônio Azeredo, político de Mato Grosso, que participou da convenção de 1897, defendendo a candidatura de Castilhos, mais uma vez, em 1901, assumia, em carta enviada a Castilhos a 14 de março de 1901, que o chefe republicano do Rio Grande do Sul era uma de suas preferências:

Se eu pudesse fazer um candidato à presidência da República, neste período de dificuldades, serias tu, mas não só não queres, como sei que achas que a República ainda não retribuiu a Quintino os serviços inolvidáveis por ele prestados à propaganda. E apesar do Salles querer impor o Rodrigues Alves à presidência, eu penso que um trabalho bem dirigido entre o Pinheiro e o Rosa pode determinar a derrota do Presidente.⁷⁶⁶

Entretanto, como sabemos, mais uma vez Castilhos não se tornou candidato. O nome escolhido foi Rodrigues Alves, atendendo à preferência do presidente Campos Sales, como bem destacou em sua carta Azeredo. Para Sales, a escolha de Alves significava a continuidade da política econômica que havia sido iniciada em seu governo (VISCARDI, 2012, p. 77). A escolha, porém, provocava desconforto entre os republicanos, como evidenciou Azeredo na mesma carta.

⁷⁶⁴ Carta de José Bento Paes de Barros a Júlio de Castilhos. São Paulo, 24 de agosto de 1901. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, caixa 9, maço 42, doc. 708.

⁷⁶⁵ Carta de Hermínio Francisco do Espírito Santo a Júlio Prates de Castilhos. Rio de Janeiro, 14 de junho de 1901. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 5, Maço 20, oc. 58. Grifos nossos.

⁷⁶⁶ Carta de Antônio Azeredo a Júlio Prates de Castilhos. Praia do Botafogo, 14 de março de 1901. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 9, Maço 42, Doc. 631. Grifos nossos.

O político mato-grossense relatava as agitações que ocorriam na capital da República e tratava da sucessão presidencial. Afirmava que “o Campos Salles quer a fim e força, eleger o Rodrigues Alves para o substituir na presidência”. Sobre esta indicação, fazia considerações:

Realmente é um homem de merecimento o atual governador de São Paulo, mas as indisposições contra o Salles são tais, e estas já chegaram até o exército, que a imposição de mais um paulista pode determinar realmente uma revolução, porque além do mais, essa candidatura desagradada profundamente aos velhos republicanos.⁷⁶⁷

Contra a candidatura de Rodrigues Alves pesava, além de ser paulista (seria o terceiro presidente paulista!), o fato de ser ele um republicano de última hora: “O Rodrigues Alves é um homem probo e inteligente, mas é um republicano de última hora, e a preterição do Quintino por ele é uma verdadeira injustiça”. Este comentário de Azeredo manifestava o desgosto em relação à condição de Alves como um adesista ao Partido Republicano após a proclamação da República, em oposição à condição de Quintino Bacaiúva, um republicano histórico.

Cláudia Viscardi destaca, em sua análise sobre as sucessões presidenciais, as “mazelas” que pesavam contra Rodrigues Alves. Segundo a autora, além de não ter sido um republicano histórico, já que durante o período imperial havia militado no Partido Conservador, ele ainda havia sido contrário à abolição (VISCARDI, 2012, p. 77).

Se Alves era republicano de última hora, não era, entretanto, figura desconhecida dentro dos quadros do governo republicano, por ter sido ministro da Fazenda nos governos Floriano Peixoto e Prudente de Moraes.⁷⁶⁸ Como sabemos, apesar dos desgostos de alguns em relação à escolha de Alves, ele acabou se tornando candidato e, no Rio Grande do Sul, obteve o apoio do PRR. Durante o mês de fevereiro de 1902, o jornal *A Federação* publicou, por diversas edições, uma nota da Comissão Central do PRR apoiando a candidatura presidencial de Rodrigues Alves, em detrimento do seu opositor Ubaldino do Amaral.⁷⁶⁹

Mais uma vez, mesmo não sendo candidato, Castilhos recebeu votos de eleitores de diferentes estados. Conforme publicado no jornal *A Federação*, na edição do dia oito de abril, a exemplo do que já havia ocorrido em 1898, muitos eleitores manifestaram-se, no pleito, a favor de Castilhos. Segundo a nota:

⁷⁶⁷ Carta de Antônio Azeredo a Júlio Prates de Castilhos. Praia do Botafogo, 14 de março de 1901. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 9, Maço 42, Doc. 631.

⁷⁶⁸ Francisco de Paula Rodrigues Alves foi ministro da Fazenda entre 1891 e 1892, durante o governo Floriano Peixoto, e entre 1894 e 1896, durante o governo Prudente de Moraes (dados sobre a composição dos Ministérios ver <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/campos-salles/ministerios>. Acesso em 12 fev. 2015).

⁷⁶⁹ Ver, por exemplo: ELEIÇÃO Presidencial. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano XIX, n. 37, p. 1, 12 fev. 1902. Localização: MALRS.

Não foi só no Rio Grande do Sul que a candidatura do nosso eminente chefe dr. Júlio de Castilhos se impôs à consideração pública como uma esperança da salvação da Pátria.

Os Estados da União Brasileira acariciaram-na; consubstanciou-se na alma nacional o seu vulto egrégio e crer nele é ter esperanças num futuro promissor. Infelizmente, por uma dessas ilusões momentâneas que velam a alma nacional, não foi sufragado o seu excelso nome.⁷⁷⁰

Walter Costa Porto (2002) também apresenta dados referentes à eleição de 1902. Castilhos aparece como o quarto nome mais votado, tendo recebido 1343 votos para presidente e outros 884 votos para vice-presidente (PORTO, 2002, p. 168).

Não sendo candidato nem em 1898, nem em 1902, pouco antes de sua morte seu nome continuava aparecendo como possível candidato ao pleito de 1906. Em agosto de 1903, era Adelaide quem escrevia a Honorina e em sua carta, podemos encontrar referência à possibilidade de Júlio tornar-se presidente em 1906.

Já vou me enchendo mais de esperanças de vê-los por aqui; não já, mas talvez d'aqui há 3 anos. **Você já deve saber que aqui se preparam cheios de coragem para trabalhar e mesmo para lutar para que o Júlio venha como presidente da República em 1906.** Não imagina a animação que já reina entre nós. Desejo de coração que este sonho que há tantos anos acalentamos se realize; será um dia de grande regozijo para todos nós.⁷⁷¹

Como é possível perceber, ainda que Júlio de Castilhos nunca tenha se tornado candidato oficial para a presidência da República, seu nome esteve constantemente entre aqueles que eram lembrados para concorrer ao cargo. A constante presença de seu nome como possível candidato à presidência, a existência de um setor de republicanos que desejava sua candidatura e um número, mesmo que pequeno de eleitores que nos pleitos depositavam seu voto nele, demonstram que o político reunia alguns requisitos necessários para ocupar o cargo.

Se anteriormente analisamos os motivos que podem ter levado à recusa do nome de Castilhos pelos convencionais do PRF, cumpre agora indagarmos sobre os fatores que o tornavam um potencial candidato. Em que argumentos se apoiavam aqueles que sustentavam sua candidatura? Quais seriam os requisitos para os defensores do Castilhos “Candidato do Povo Brasileiro”?

⁷⁷⁰ Dr. JÚLIO de Castilhos. In: A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano XIX, n. 82, p. 1, 08 abril 1902. Localização: MALRS.

⁷⁷¹ Carta de Adelaide do Espírito Santo a Honorina de Castilhos. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1903. Localização: AHRs, APJC, Série 9: Assuntos Familiares, Subsérie 6: Honorina de Castilhos – Correspondência recebida, Caixa 2, Maço 9, Doc. 14. Grifos nossos.

Já nos referimos anteriormente ao fato de Castilhos reunir as prerrogativas para tornar-se presidente. Era uma liderança nacionalmente reconhecida; era um republicano histórico; e, por fim, advinha de um dos grandes estados da federação. Entretanto, do mesmo modo apontamos que reunia critérios excludentes, especialmente ligados a sua adesão ao positivismo, ao modo autoritário de governar, ao histórico de uso da violência no enfrentamento da oposição no Rio Grande do Sul e ao apoio que recebia dos grupos mais radicais. Eram estes critérios que o desabilitavam ao cargo. Os defensores de sua candidatura, porém, apresentavam argumentos para defender sua candidatura.

Se por um lado sua forma enérgica de governar tornou-se um fator de exclusão, como ficou evidente na convenção de 1897, para os defensores de sua candidatura, este era um argumento constantemente utilizado em sua defesa. Segundo seus partidários, ele representava a salvação do regime, o homem que, com punhos de ferro, seria capaz de salvar a República, fazendo-a reencontrar seu caminho. Na carta de 1903, a qual já fizemos referência, Adelaide afirmava acerca da possibilidade do irmão tornar-se candidato em 1906: “O País precisa de um homem honesto e enérgico para endireitá-lo”.⁷⁷²

Devido a esta forma de condução do governo, não faltaram aqueles que comparassem Castilhos ao ex-presidente marechal Floriano Peixoto. Para alguns, Castilhos era o continuador da obra do *Marechal de Ferro*.⁷⁷³ O artigo publicado no jornal *O Nacionalista*, de Batatais, assim se referia a Castilhos: “o primeiro entre os primeiros, o bravo republicano de cujos serviços a República não pode prescindir”. E acrescentava que “os serviços de Castilhos são imprescindíveis à República, além de vermos no bravo e incansável auxiliar de Floriano Peixoto o homem capaz de salvar a Pátria da derrocada tremenda que lhe prepara o atual governo, [...]”.⁷⁷⁴

É o que se pode perceber, também, na carta de Raul do Nascimento Guedes, presidente da Comissão Benjamin Constant, que escreveu em março de 1899, da Capital Federal. Raul pedia a Castilhos que usasse de sua influência no sentido de conseguir que o governo brasileiro perdoasse “a dívida de guerra que o governo imperial impôs” ao Paraguai, por ocasião da guerra vencida, bem como devolvesse ao país vizinho “as laureadas relíquias, perdidas nessa

⁷⁷² Carta de Adelaide do Espírito Santo a Honorina de Castilhos. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 1903. Grifo do autor. Localização: AHRS, APJC, Série 9: Assuntos Familiares, Subsérie 6: Honorina de Castilhos – Correspondência recebida, Caixa 2, Maço 9, Doc. 14. Grifos do autor.

⁷⁷³ Floriano Peixoto ficou conhecido como o Marechal de Ferro em decorrência de sua atuação enérgica contra os diversos movimentos rebeldes que ocorreram durante seu governo.

⁷⁷⁴ O NACIONALISTA, Batatais (SP), Ano 1, n. 30, p. 1, 28 out. 1897. Localização: AHRS, APJC, Série 10: Folhetos e Jornais, Caixa 16, Maço 75, Doc. 8.

desastrada luta”. O que mais nos chama a atenção nesta correspondência é a forma como Raul se refere a Júlio de Castilhos:

A vós que dignamente sois o chefe político dos mais avançados republicanos brasileiros; a vós em quem a República deposita as mais caras esperanças, convencida de que **no posto supremo do seu governo sereis o continuador da obra de regeneração pátria começada pelo seu egrégio Fundador e heroicamente firmada pelo glorioso Marechal de Ferro; [...]**.⁷⁷⁵

Em outra carta, endereçada a Castilhos por um anônimo que se identifica como “Um Rio Grandense”, mais uma vez o chefe do PRR é saudado por sua postura enérgica e apontado como o salvador da República. Afirma o remetente, em novembro de 1900, que, diante das intenções do vice-presidente Rosa e Silva de difamar Quintino Bacaiúva, provável candidato à presidência da República, para apresentar um que seja do seu agrado, é tarefa de Castilhos evitar que tal feito aconteça:

Cumpre-vos na qualidade de chefe, pôr-vos de atalaia, pois o vosso nome do Amazonas ao Prata é o lembrado em todas as conversações e apreciações do estado decadente do nosso País como o nosso Redentor – até almejando como Ditador Único capaz de salvar-nos desta situação.⁷⁷⁶

Como é possível perceber, a República estava sendo construída e reconstruída com base em diferentes concepções ideológicas. No discurso da elite dirigente que ocupava a esfera de poder federal, sobretudo a partir de 1897, predominava o entendimento de que era necessário abandonar métodos mais violentos na tarefa de reconstruir a República. Entretanto, apesar de neste momento os grupos mais radicais terem perdido espaço, persistiam aqueles que se manifestavam de modo favorável a uma política mais firme, defendendo, inclusive, como é o caso do “Rio Grandense” autor da carta acima mencionada, a existência de um ditador.

O embate entre estas diferentes concepções era cotidiano e tomava contornos maiores a cada sucessão presidencial. A participação de Castilhos nas discussões políticas tanto de seu estado quanto nacionais se encerrou, entretanto, em 1903, por ocasião de seu falecimento. No Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros assumiu, não sem contestações, a direção do partido e

⁷⁷⁵ Carta de Raul do Nascimento Guedes a Júlio de Castilhos. Rio de Janeiro, 9 de março de 1903. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 39, Doc. 271. Grifos nossos.

⁷⁷⁶ Carta de “um Rio Grandense” a Júlio de Castilhos. Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1900. Localização: AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 39, Doc. 588.

se manteve à frente do governo. No país, a cada nova sucessão presidencial, os debates reacendiam.

* * *

Da análise de todos os acontecimentos relativos à escolha do candidato à presidência da República pelo PRF, algumas considerações podem ser tecidas. Se a existência de uma candidatura opositora por si só demonstra a falta de unidade entre os republicanos que estiveram à frente do governo na primeira década do novo regime, as diferentes posições defendidas dentro do PRF, a favor de candidaturas distintas, reforça ainda mais esse cenário. Qualquer tentativa de atribuir uma unidade aos republicanos, seja ideológica ou de ação, resulta em descompasso com o processo político observado.

Outro ponto central diz respeito ao papel exercido pelas lideranças. Como é possível perceber, a reunião prévia e a Convenção congregaram diversas lideranças estaduais. Na reunião estiveram presentes representantes de vinte estados brasileiros mais o distrito federal. Eram senadores e deputados federais que, residindo e atuando na capital federal, detinham o poder de articular politicamente com seus estados. Além disso, chama a atenção as ações de uma liderança maior dentro o grupo de líderes estaduais, representado na figura de Francisco Glicério, articulador da escolha do candidato.

Há de se considerar, a partir do que foi apresentado, que o alto percentual obtido por Campos Sales no pleito de 1898 – pouco mais de 90% dos votos – pode esconder dinâmicas e disputas que permeavam o jogo político. Não se deve esquecer que a maior parte dos presidentes foi eleita com grandes percentuais, mesmo em eleições muito disputadas, como demonstra Viscardi (2012). O alto percentual pode ser explicado, por exemplo, pela abstenção do eleitorado, que foi significativa. Além disso, no caso da eleição de 1898, o fato do candidato opositor ser militar pode ter tido maior peso na determinação do vencedor.

Parece evidente que a recusa por parte da Convenção do PRF da candidatura de Castilhos não significou seu desaparecimento da cena política nacional. Depois de 1897, seu nome foi por outras vezes lembrado como potencial candidato. Entretanto, apesar de lembrado, nunca foi efetivamente candidato. Se diversas eram as opiniões contrárias a sua candidatura, sua morte, em 1903, tirou todas as possibilidades de se tornar presidente.

O capítulo buscou apresentar Castilhos como uma liderança, cuja ação e reconhecimento ultrapassavam as fronteiras estaduais. Ele era uma liderança republicana nacional, assim reconhecido por aqueles que ocupavam posição semelhante. Assim, em meio a

conflitos, negociações e alianças, através de ações de lideranças atuantes em diferentes esferas, a República foi construída.

CONCLUSÃO

Após muitas páginas, a pergunta que fica é: o que é possível aprender sobre política a partir dos fragmentos de vida deixados por Júlio de Castilhos? Essa questão é intrínseca à indagação geral que guiou a presente tese: como ele se tornou um líder político? A proposta micro-analítica de partir do particular para o geral pode ser, no caso da pesquisa realizada, sintetizada neste questionamento. A análise do processo de constituição da liderança de Castilhos e suas ações como chefe do PRR, no contexto de estruturação da República no Brasil, evidenciaram aspectos importantes da política estadual e nacional do período compreendido entre os anos de 1882 e 1903. Revela os mecanismos pelos quais foi construída a governabilidade nos anos iniciais da República.

Os resultados obtidos derivam da leitura de vasta documentação como: cartas, bilhetes, telegramas, inventários, testamentos, registros eclesiásticos, jornais e também documentação oficial de presidentes; todos que de forma direta e indireta ofereciam informações sobre a atuação de Castilhos, sobre sua família, bem como sobre o contexto em que se deu o desenvolvimento de suas ações. Foi de vital importância, neste aspecto, o cruzamento de informações do material empírico e a utilização da informática na construção do banco de dados organizado para armazenar nomes e indícios, como sugere a micro-história. Ao propor um trabalho seguindo a proposta de historiadores como Ginzburg e Levi, buscou-se, através de uma análise do micro, revelar aspectos da política brasileira que poderiam passar despercebidos se o foco fosse o macro. A análise das cartas e dos bilhetes de cunho pessoal permitiu acessar práticas, negociações e modos de tomar decisões que foram essenciais para a governabilidade da República que estava sendo implantada no país.

O período analisado correspondeu ao momento chave para a sobrevivência do novo regime. Recém instalada, a República necessitava de legitimidade e estabilidade. As ações de lideranças republicanas demonstram a constante tensão entre antigas práticas políticas, como o clientelismo, e a tentativa de afirmar um Estado impessoal, ainda que muitas vezes não passasse de um discurso.

Para compreender a formação do Estado republicano brasileiro optamos por analisar a partir da ação de uma liderança republicana. Para tanto, era necessário compreender como determinado indivíduo ascendeu a essa posição política, ou seja, buscar pelos mecanismos que foram essenciais na construção de uma liderança. Assim sendo, a trajetória de Júlio de Castilhos evidencia como famílias que detinham poder econômico acabaram concentrando também poder político na fase inicial da República. Estes dois aspectos combinados davam condições a um

indivíduo adentrar no mundo da política, como já demonstrado pela historiografia. Desse modo, adquirir o título de bacharel em Direito, uma maneira de abrir as portas da política, requeria altos recursos e uma rede familiar disposta a auxiliar na formação de um de seus membros. Tratava-se de um investimento que envolvia vários parentes que, como vimos, podia perpassar gerações. Os Castilhos investiram na educação de seus filhos e, ainda que Júlio tenha sido o único a ter um título de bacharel, seus irmãos também estudaram, contando sempre com o apoio de familiares.

Os recursos utilizados provinham da atividade comercial que sua família realizava, vendendo gado para as charqueadas e mulas para Sorocaba. A análise que realizamos sobre o funcionamento dessas atividades demonstrou que se tratava de uma família com diversos membros dedicados a mesma atividade comercial, que atuavam como uma grande rede de auxílio mútuo. Ao concentrar a análise na composição da família a qual Júlio pertencia, foi possível concluir que ele não era um estreante no mundo da política entre seus familiares. Diversos outros membros da família Prates já atuavam no cenário da Corte imperial. Júlio estava, portanto, dando continuidade a algo que já era comum no universo familiar ao qual pertencia.

A inserção da família em atividades econômicas ligadas ao mercado interno interprovincial, baseada no uso da mão-de-obra escrava, demonstrou que Castilhos não diferia, em termos de origem socioeconômica, da elite imperial, confirmando o que outros autores já haviam apontado: que a base socioeconômica da elite republicana era muito semelhante à imperial. Evidenciou-se também que mesmo formado como bacharel e atuando na advocacia na capital da província, Júlio não deixou de investir e obter recursos de atividades ligadas ao setor pecuário, seguindo o que seus familiares há décadas faziam.

Disponer de recursos, além de facilitar uma formação educacional, tornava mais fácil a atuação política. Foi graças à boa condição financeira que lhe foi legada pelo pai que ele pôde, depois de formado bacharel, passar a residir na capital de sua província natal, ao invés de retornar a São Martinho. Poder residir em Porto Alegre garantiu-lhe participação ativa no movimento republicano que estava em curso desde a década de 1870, bem como, possibilitou que atuasse na fundação do partido e da imprensa partidária.

A condição econômica favorável também ajudou a reforçar sua posição dentro do partido, na medida em que dispunha de recursos e tempo para investir nas atividades políticas. Como visto, durante o ano de 1883 atuou decisivamente para reunir o capital necessário para iniciar as atividades do jornal partidário *A Federação*, dispendendo para isso, recursos próprios

e de correligionários. Na década de 1880, mesmo tendo instalado um escritório de advocacia, era às atividades partidárias que mais tempo dedicava.

Projetar-se politicamente passava por duas fases. A primeira era marcada pela conquista de seu espaço de liderança dentro do próprio partido, ocorrida durante a década de 1880. A segunda fase era de conquista de liderança na política estadual, que ocorreu durante a década de 1890. A conjuntura de instalação da República foi essencial para isso.

Em relação à primeira fase, ficou evidenciado que Castilhos se utilizou de meios variados para conquistar seu espaço dentro do PRR. Primeiramente, era essencial seu envolvimento com o próprio movimento de fundação do partido. Ele participou do Congresso republicano que levou à criação do PRR e desde logo passou a figurar entre a elite do partido, participando de diversas Comissões Executivas ao longo da década. Além disso, como já apontado, atuou com destaque na fundação da imprensa partidária. Como revelou em suas missivas, sabia da importância da imprensa para o fortalecimento do partido, para manter ativa a militância republicana espalhada pelos municípios e até em outras províncias. Além disso, como demonstrado, a projeção da liderança de Castilhos também foi construída a partir do jornal. Seu nome passou a figurar com frequência nas páginas do *A Federação*, que noticiava suas ações num esforço para que ele fosse reconhecido como líder político.

A campanha abolicionista e a Questão Militar tiveram, neste contexto, papel fundamental, sendo que as páginas do *A Federação* serviram para projetar Castilhos, seja publicando seus artigos críticos à Monarquia, seja propagandeando suas ações pró-abolição a partir de 1884. O comportamento dele e de outros republicanos, que demoraram a se posicionar publicamente acerca da questão escravidão é compreensível quando lembramos que, boa parte deles provinha de famílias escravistas.

Entretanto, quando a partir de 1884, o movimento abolicionista tomou maior força, percebe-se um esforço seu e do partido em assumir a dianteira da campanha, como uma maneira de se projetar politicamente. Vê-se, então, o mesmo Castilhos filho de um escravista; aquele que de herança havia recebido dois escravos e que negociava, na capital da província, o aluguel do escravo de seu irmão, apenas alguns anos depois sendo descrito pelo *A Federação* como um grande líder abolicionista que estava à frente de uma campanha para eliminar a escravidão na capital da província; aquele cuja família promovera a libertação de todos seus escravos antes mesmo da lei Áurea (ainda que o fato da libertação ser condicional tenha sido ocultado pelo mesmo jornal).

A segunda fase da construção dessa liderança correspondeu ao período pós-Proclamação. Durante o período imperial, ainda que atuante politicamente, Castilhos não havia

exercido nenhum cargo público. Uma vez instalada a República, passou a se ocupar diretamente da estruturação do Estado republicano no Rio Grande do Sul. Logo assumiu o cargo de Secretário de Estado. Em 1891 e de 1893 a 1897, ocupou o Executivo estadual. Após esse período, cuidou de escolher seu sucessor, Borges de Medeiros, e encaminhar sua eleição.

A década de 1890 e os anos iniciais do século XX constituíram o momento de consolidação de sua liderança no estado e também em âmbito nacional. Para compreender como isso ocorreu, as missivas que recebia de diferentes locais do estado e a correspondência que trocava com seu secretário, Aurélio Viríssimo de Bittencourt, forneceram bons indícios. Como evidenciado, Júlio, mesmo deixando a presidência do Estado manteve concentradas em suas mãos boa parte das decisões. E parte importante dessas decisões dizia respeito às questões municipais. Ele identificou nos municípios a via não somente de assegurar a sobrevivência do regime instalado como também de consolidar seu poder. Para isto, ter controle sobre a política municipal era essencial. Assim, manteve contato constante com lideranças atuantes nos municípios, atento às pluralidades políticas, buscando atender suas demandas. Esse contato era feito através de correspondência, mas também através da concessão de audiências.

Ainda que a República tenha diminuído a autonomia municipal, Castilhos investiu na construção de uma rede de apoiadores espalhados pelo estado, buscando manter efetivo controle sobre suas ações. A construção dessa rede de apoiadores requeria que algumas práticas existentes no período imperial e condenadas pelos republicanos não fossem abandonadas. É o caso do clientelismo. Ainda que os republicanos sustentassem um discurso que condenasse privilégios e a distribuição de cargos e favores através de critérios partidários, na prática, se serviram deles. A constante procura por favores sinalizava que a troca de regime político no país não levou à superação de um modo de fazer política que era muito mais antigo e arraigado.

Entretanto, concomitante à sobrevivência dessas práticas informais, percebe-se a preocupação em fazer com que elas passassem pela via formal. Se Júlio era quem recebia pedidos de favores, era Borges de Medeiros, responsável pelo Executivo estadual a partir de 1898, quem deveria oficialmente recusar ou atender tais pedidos. Era por isso que Castilhos repassava a Borges a execução, depois que ele próprio julgava o que deveria ou não ser atendido.

Da relação de Castilhos com os municípios, dois apontamentos centrais podem ainda ser feitos. Primeiro, fica evidente, como diversos autores já apontaram, que era o Executivo estadual e o próprio chefe do PRR que concentravam poderes. Havia um forte controle das decisões municipais por parte do presidente do Estado que passavam pelas deliberações de Castilhos. Segundo, e não menos importante, é a evidência da importância que a esfera

municipal adquiriu na década inicial do período republicano. O tempo que Castilhos dedicava para tratar de assuntos municipais por si só já evidencia que não se tratavam de questões de menor valor. Assim sendo, é pertinente afirmar que para compreender a construção da República no Brasil é preciso considerar também a dinâmica política municipal e sua relação com a esfera estadual de poder.

Se de um lado vislumbram-se muitas críticas ao modelo centralizador do Império feitas pelo grupo que passou a defender a República como melhor caminho, o modelo adotado pela Constituição de 1891, ainda que apregoasse uma maior autonomia para os estados da Federação, não deixou de se estruturar em imbricadas relações entre os três níveis de poder – o municipal, estadual e federal. À hierarquia existente entre esses níveis contrapôs-se uma relação de dependência que tornava imprescindível aos níveis estadual e federal atentar para a dinâmica política municipal. Essa dependência estava assentada sobretudo na centralidade que as eleições assumiram enquanto legitimadoras do poder daqueles que conduziam o processo de construção da República.

Era nos municípios que as eleições ocorriam; era deles que poderia partir o apoio que um chefe estadual necessitava para governar; esse apoio, por sua vez, era essencial para que o chefe pudesse obter reconhecimento de sua importância frente ao governo federal. Neste cenário, o que se identifica são autoridades municipais negociando com a esfera estadual; lideranças locais barganhando favores em troca de apoio político; fazendo pedidos e reclamando do não atendimento de solicitações. Era essencial, para que um indivíduo pudesse construir e manter uma posição de destaque na política estadual, que ele considerasse as diferentes demandas locais. Castilhos parece ter compreendido isso.

Se os temas das missivas que partiam dos municípios eram diversos, as inúmeras referências às eleições fossem municipais, estaduais ou federais, demonstravam sua importância para a República. Sabemos que elas não eram uma invenção republicana, pois como demonstrado por outros autores, faziam parte do cotidiano da vida política do Império. Entretanto, adquiriram sentido distinto com o novo regime, de modo que a preocupação com a formalidade e legalidade, observada em relação à permanência de práticas informais, também pôde ser observada quando analisamos a preparação que uma eleição gerava. Ainda que a oposição se abstinhasse muitas vezes de participar dos pleitos; ainda que o resultado esperado fosse sempre a vitória situacionista; ainda que houvesse maneiras de barrar vitórias indesejadas, usando recursos como a verificação dos poderes; mesmo que não fosse difícil e infrequente fazer uso da violência e das mais variadas formas de fraudes; havia, apesar de tudo, uma preocupação em conceder aos pleitos a formalidade necessária. Afinal, as eleições eram

essenciais para consolidação do regime que havia sido instalado a partir de um golpe. Eram os pleitos que legitimavam o poder daqueles que se ocuparam das instituições após 15 de novembro. Por isso, era necessário que ocorressem e que proporcionassem uma imagem de que seu resultado representava a vontade soberana dos eleitores.

Foi por isso que muitas missivas recebidas e enviadas por Júlio tratavam de eleições. Também foi por isso que os pleitos ocupavam parte significativa de seu tempo. O trabalho de preparação iniciava meses antes de sua ocorrência. Era necessário definir candidatos, preparar o alistamento eleitoral, preocupar-se com a composição das mesas, dedicar-se à campanha eleitoral, escrever artigos para serem publicados no jornal e organizar como deveria ocorrer a distribuição de votos dos eleitores republicanos a fim de garantir que todos os candidatos do partido fossem eleitos.

Percebe-se, portanto, que o processo de constituição da República na década de 1890 foi acompanhado por esforços de legitimação do regime que envolvia observar uma ordem legal e formal. Evidencia-se que Castilhos tinha interesse direto em garantir legitimação do regime e consolidá-lo. Motivos para esse interesse? A análise realizada apontou que havia a crença de que a República era, de fato, o melhor regime para o país. O contato que tiveram com ideias republicanas e as “novas ideias” (positivismo e evolucionismo) que circulavam pelas faculdades quando estudantes certamente influenciava seu ideário político. Mas, é possível também que interesses estritamente pessoais tenham pesado: Castilhos ascendeu ao poder com a República; consolidá-la era também assegurar sua própria posição política.

Se Castilhos é conhecido por sua liderança estadual, pouco se sabe sobre sua atuação nacional. Acompanhar o processo de escolha do candidato opositor ao Catete para eleição de 1898 evidenciou que, assegurada sua condição de liderança no Rio Grande do Sul, Júlio buscou conquistar maior espaço na política nacional. Entretanto, uma combinação de causas interrompeu esse processo. A não aceitação de seu nome para candidato à presidência da República, em 1897, foi seguida de sua morte em 1903. O projeto de ampliação da sua esfera de atuação chegava ao fim.

A recusa do nome de Castilhos à presidência pelos convencionais do PRF demonstrou também que uma significativa mudança havia sido operada no processo de construção da República. Se logo após a proclamação o uso de violência era encarado como uma forma de garantir a sobrevivência do regime instalado, ao final da década não constituía mais um recurso aceito. A República havia sobrevivido, as dificuldades iniciais superadas e, na virada do século, imperava entre os republicanos a recusa pelo uso da violência. Castilhos, aos olhos de outras lideranças republicanas, representava o autoritarismo florianista considerado ultrapassado.

Ele era conhecido por muitos como o “continuador” da obra do Marechal Floriano Peixoto, como o homem que garantiu a República no Rio Grande do Sul logo após 15 de novembro de forma autoritária e tratando adversários de modo implacável. Se essa violência era considerada necessária, na conjuntura de instalação do regime, quase uma década depois, não tinha mais utilidade. Canudos foi o último episódio sangrento que a República enfrentou. Era esse o discurso de muitas lideranças republicanas. Castilhos não se encaixava na República desejada a partir de 1897. Ele representava o velho; o autoritarismo; a fase que havia sido superada. Por isso não poderia ser presidente.

Havia, entretanto, aqueles que apoiavam sua candidatura, demonstrando que os projetos para política nacional eram distintos. A convenção do PRF de 1897 evidenciou a existência de dois desses projetos: um deles simbolizado pela pré-candidatura de Quintino Bocaiúva, representante de uma República mais liberal e democrática; outro, representado pela pré-candidatura de Castilhos, caracterizada pelo radicalismo, que poderia resultar em um governo ditatorial.

Essa imagem autoritária pode ser confirmada pelos artigos inflamados que escrevia no *A Federação* atacando a oposição federalista, ou em suas próprias ações ao longo da primeira década, sintetizadas na violência que caracterizou a guerra civil de 1893-1895. Era essa a imagem conhecida nacionalmente do líder sul-rio-grandense: Castilhos e violência se tornaram elementos indissociáveis para outras lideranças. Entretanto, a documentação trabalhada demonstra outra face da liderança de Castilhos. Se ele centralizava grande parte das decisões, ele também negociava com chefes municipais, reunia seu pequeno grupo de correligionários em sua chácara para reuniões e concedia audiências para deliberar sobre questões políticas importantes.

Esta era a face menos conhecida de Castilhos entre os republicanos. Sua militância, entretanto, prezava pela centralidade do Executivo e flertava com o militarismo. Esta convicção de que era necessário o uso da força para estabelecer a República, poderia fazer sentido nos anos iniciais do regime, quando a força era recurso necessário para garantir a sobrevivência de um regime que carecia de base legal. Porém, conforme houve a adesão e o apoio ao republicanismo cresceu e a República foi sendo institucionalizada, a utilização de formas autoritárias, ainda que utilizadas, eram condenadas.

Castilhos, certamente compreendeu bem aquele momento inicial, assegurando no Rio Grande do Sul a República de forma enérgica, acompanhada de barganhas e atendimento de interesses de chefes locais. Contudo, sua atuação como líder político mudou pouco diante de uma conjuntura que se alterava rápida e dramaticamente. Seu modo de ação durante a primeira

década republicana e a guerra de 1893-1895, constituíram uma marca tão forte de seu modo de governar, que Castilhos e autoritarismo se tornaram elementos indissociáveis na leitura de outras lideranças políticas. Ele não percebeu que era necessária uma mudança de discurso para obtenção de uma política mais agregadora, fazendo com que políticos com seu perfil não tivessem mais espaço no cenário nacional.

Da análise realizada cabe destacar, ainda, a importância de utilizar não apenas as denominadas *fontes oficiais*, documentos produzidos no âmbito institucional-administrativo, quando se objetiva compreender a política de determinado período. Ao partir de um arquivo particular como o APJC, um universo mais amplo e complexo pôde ser acessado. Vislumbraram-se aspectos que muito possivelmente não o seriam se a pesquisa utilizasse apenas documentos que compõem fundos com documentação oficial. Assim, por exemplo, muitas das nomeações assinadas por Borges de Medeiros no período 1898-1903, que se encontram no fundo Documentos dos Governantes, era resultado de deliberações que Castilhos tomava na Chácara da Figueira e que repassava ao presidente do Estado para serem efetivadas.

Deste modo, trabalhar com um acervo particular permitiu acessar os bastidores da política, onde boa parte das decisões eram tomadas. Pouco saberíamos, também, acerca da preparação dos pleitos, se não tivéssemos analisado a correspondência de Castilhos com Aurélio, marcando reuniões, concedendo instruções e tratando de detalhes para garantir a vitória. Atentar para os bastidores também demonstrou que muitas decisões governamentais eram tomadas fora do Palácio. As reuniões que ocorriam à sombra da figueira da chácara de Júlio concentraram grande parte das decisões administrativas. Nota-se assim que o público e o privado se confundiam e as decisões partidárias se misturavam com as governamentais.

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Angela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, p. 35-55, p. 2000.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALONSO, Angela. **Ideias em Movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Francisco das Neves. Oposições e Dissidências no Rio Grande do Sul (1896-1908): Tentativas de Rearticulação. **Biblos**, Rio Grande, n. 7, p. 189-211, 1995.

AMELANG, James. **El vuelvo de Ícaro: la autobiografía popular em la Europa Moderna**. Madrid: Siglo XXI, 2003.

ARAÚJO, Thiago Leitão de. **Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)**. 2008. 333 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2008.

ARCADAS. **Antigos Alunos**. Disponível em: < http://www.arcadas.org.br/antigos_alunos.php>. Acesso em 15/02/2017.

ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. **Política e Poder nos primeiros anos da República: a correspondência entre Júlio de Castilhos e seu secretário, Aurélio Viríssimo de Bittencourt**. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

AXT, Gunter. Constitucionalidade em debate: a polêmica Carta Estadual de 1891. **Revista Justiça & História**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 1-29, 2002.

AXT, Gunter et al. (org.). **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005.

AXT, Gunter. **Gênese do estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1829)**. 2001. 455 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2001.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2001.

BACKES, Ana Luiza. **Fundamentos da ordem republicana: repensando o Pacto Campos Sales**. 2004. 218 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 2004.

BADDINI, Cássia Maria. **Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.

BAKOS, Margaret Marchiori. Júlio de Castilhos e a campanha abolicionista. In: AXT, Gunter et al. (org.). **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p. 217-227.

BAKOS, Margaret Marchiori. **Júlio de Castilhos: Positivismo, Abolição e República**. Porto Alegre: IEL; EDIPUCRS, 2006.

BAKOS, Margaret Marchiori Bakos. Marcas do Positivismo no governo municipal de Porto Alegre. **Estudos Avançados**, v. 12, n. 33, p. 213-226, 1998.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida. Sergipe – Governadores e Presidentes da Província (1821-1889) In: **SUBSÍDIOS Biográfico-genealógicos** (parte II). [s.l.]: [s.e.], [s.d.]. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/sergipe-II.pdf>. Acesso em 27 out. 2017.

BARTH, Fredrik. Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades. In: BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 167-186.

BERTRAND, Michel. De la familia a la red de sociabilidad. **Revista Mexicana de Sociología**, México, v. 61, n. 2, p. 107-135, abril-jun. 1999.

BERTRAND, Michel. Elite y redes sociales um Guatemala al tempo de la independência. In: BERTRAND, Michel (coord.). **Configuraciones y redes de poder: um análisis de las relaciones sociales em America Latina**. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2002a, p. 111-132.

BERTRAND, Michel. Los modos relacionales de las élites hispano-americanas coloniales: enfoques y posturas. **Anuário del IEHS**, Tandil, n. 15, p. 61-80, 2000.

BERTRAND, Michel. Redes sociales, poder e identidade em las sociedades latino-americanas (siglos XVI-XX). In: BERTRAND, Michel (coord.). **Configuraciones y redes de poder: um análisis de las relaciones sociales em America Latina**. Caracas: Fondo Editorial Tropykos, 2002b, p. 5-13.

BERTRAND, Michel; MOUTOUKIAS, Zacarías; POLONI-SIMARD, Jacques. El análisis de los grupos sociales: balance historiográfico y debate crítico (Presentación). **Anuário del IEHS**, Tandil, n. 15, p. 17-21, 2000.

BERUTE, Gabriel Santos. **Dos escravos que partem para os portos do Sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790-c.1825**. 2006. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Originalmente publicado em 1949.

BOEHRER, George C. A. **Da Monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 3.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2002. v. 8.

BORGES, Luiz Adriano Gonçalves. **Senhor de homens, de terras e de animais: a trajetória política e econômica de João da Silva Machado (Província de São Paulo, 1800-1853)**. 2014. 347 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2014.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **Usos & Abusos da História Oral**. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 183-191.

BOUZA, Fernando. **Imagem e Propaganda: Capítulos de historia cultural del reinado de Felipe II**. Madris: Akal, 1998.

BRASIL, Bruno. O Paiz. **Hemeroteca Fundação Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, 2 abril 2015. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/artigos/o-paiz/>. Acesso em 12 fev. 2015.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal – República. **Ministros: Hermínio Francisco do Espírito Santo**. Brasília: STF, [s.d.]. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=183>. Acesso em 03/12/2014.

CACHAPUZ, Paulo Brandi. Verbete: Müller, Lauro. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/M%C3%9CLLER,%20Lauro.pdf>>. Acesso em 12 fev. 2015.

CAMARA, João Victor. **“Volto de novo a ocupar estas columnas”**: Reposicionamento Político do Jornal *O Patriota* no Alvorecer da república (1889). 54f. 2015. Trabalho de Conclusão (Licenciatura em História) – Departamento de História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.

CAMARGO, Angélica Ricci. **Ministério da Justiça e Negócios Interiores: um percurso republicano (1891-1934)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/wp-content/uploads/2016/01/Ministerio_justica_negocios_interiores.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2017.

CAMPOS, Eudes. Nos caminhos da Luz, antigos palacetes da elite paulistana. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.13, n.1, p.11-57, jan.-jun. 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. Originalmente publicado em 1962.

CARDOSO, Fernando Henrique. Dos governos militares a Prudente-Campos Sales. In: FAUSTO, Bóris (dir.). **O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8.

ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. v. 8, t. 3, p. 17-57. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira).

CARDOZO, José Carlos da Silva. “**Como se fosse meu filho**”? As crianças e suas famílias no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre (1860-1899). 2015. 337 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2015.

CARDOZO, José Carlos da Silva. **Enredos tutelares**: o Juizado de Órfãos e a (re)organização da família porto-alegrense no início do século XX. 2011. 251 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2011.

CARONE, Edgar. **A República Velha** (evolução política). São Paulo: DIFEL, 1974.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite política imperial; *Teatro de Sombras*: a política imperial. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Originalmente publicado em 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. In: CARVALHO, José Murilo. **Pontos e Bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 130-154.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo: Brasil, 1870-1891. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 27, n. 45, p.141-157, jan/jun 2011.

CARVALHO, José Murilo de. Rui Barbosa e a Razão Clientelista. **Revista Dados**, v. 43, n. 1, Rio de Janeiro, p. 83-117, 2000.

CARVALHO, Marechal Setembrino. **Memórias**: Dados para a História do Brasil. Rio de Janeiro: [s.e.], 1950. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/imagens/dossies/contestado/CARVALHOMarechalSetembrinode.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

CARVALHO, Mário Teixeira de. **Nobiliário sul-riograndense**. 2. ed. Porto Alegre: Renascença; Edigal, 2011. Originalmente publicado em 1937.

CASTILHOS, Júlio de. **Cartas de Júlio de Castilhos**. Porto Alegre: IEL; AGE, 1993.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. La fortuna de lo escrito: funciones y espacios de la razón gráfica (siglos XV-XVII). **Bulletin Hispanique**, Bordeaux, t. 100, n. 2, p. 803-829, 1998.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República**: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

CHACON, Vamireh. **História dos partidos brasileiros**: discurso e práxis dos seus programas. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Originalmente publicado em 1981.

COHEN, Esther. **Júlio de Castilhos**. PortoAlegre: Tchê!, 1985.

COHN, Marjorie Rocha. **A Fazenda Santa Sofia: cafeicultura e escravidão no Vale do paraíba Mineiro, 1850-1882**. 2013. 122 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

CORRÊA, André do Nascimento. **Ao sul do Brasil Oitocentista: escravidão e estrutura agrária em Caçapava, 1821-1850**. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

DAUDT FILHO, João. **Memórias**. 4. ed. Santa Maria: Ed. UFSM, 2003. Originalmente publicado em 1936.

DOSSE, François. **O Desafio Biográfico: escrever uma vida**. São Paulo: Editora da USP, 2009.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

ESPÍRITO SANTO, Miguel Frederico do. Esboço Biográfico de Júlio de Castilhos. In: AXT, Gunter et al. (org.). **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano**. Porto Alegre: Nova Prova, 2005. p. 19-30.

FANAIA, João Edson. Verbete AZEREDO, Antônio. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da primeira República 1889-1930**. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AZEREDO,%20Ant%C3%B4nio.pdf>. Acesso em 20/05/2015.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998. v. 2. Originalmente publicado em 1957.

FARINATTI, Luís Augusto. **Confins Meridionais: Famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)**. Santa Maria: Ed, da UFSM, 2010a.

FARINATTI, Luís Augusto. Domesticação, técnica e paisagem agrária na pecuária tradicional da campanha Rio-Grandense (século XIX). In: COSTA, Benhur Pinós da; QUOOS, João Henrique; DICKEL, Mara Eliana Graeff (orgs.). **A sustentabilidade da região da Campanha-RS: práticas e teorias a respeito das relações entre ambiente, sociedade, cultura e políticas públicas**. Santa Maria: UFSM, 2010b.

FEE – FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS: 1803-1950**. Porto Alegre: FEE/Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1981.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. Originalmente publicado em 1987.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

FERTIG, André; ROUSTON JUNIOR, Eduardo. O Partido Federalista na Assembleia dos Representantes: ideias e discursos (1913 e 1916). **Cadernos de Pesquisa Cdhis**, Uberlândia, v. 23, n. 2, jul./dez. 2010.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. O papel da Comissão Verificadora de Poderes da Câmara Federal para a articulação do Estado Brasileiro durante a Primeira República. In: ENCONTRO REGIONAL (ANPUH-MG), 18., 2012, Mariana. **Anais...** Ouro Preto: EDUFOP, 2013a. Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340624650_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOANAISSANPUH-VITORFONSECAFIGUEIREDO.pdf. Acesso em: 20/06/2015.

FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. Reconstrução da ordem: a reforma do presidente Campos Sales e o papel da Comissão Verificadora de Poderes para República Brasileira (1892-1930). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 6., 2013, Maringá. **Anais...** Maringá: [s.n.], 2013b. Disponível em: http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/544_trabalho.pdf. Acesso em: 20/06/2015.

FONTELLA, Leandro Goya. **Sobre as ruínas dos Sete Povos**: estrutura produtiva, escravidão e distintos modos de trabalho no Espaço Oriental Missioneiro (Vila de São Borja, Rio Grande de São Pedro, c. 1828 – c. 1860). 2013. 282 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910. 2004. 363 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2004.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1879-1830). 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAIZ, Priscila. A Dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 59-87, 1998.

FRANCO NETTO, Fernando; ANTOCZECEN, Inês Valéria. A aplicabilidade do fundo de emancipação de escravos e as irregularidades em Castro/PR. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 6., Maringá. **Anais...** Maringá, 2013. Disponível em: http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/191_trabalho.pdf. Acesso em 15 fev. 2017.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1976.

FRANCO, Gilmara Yoshihara. **A o(Я)dem republicana em Mato Grosso**: disputas de poder e rotinização das práticas políticas (1889-1917). 2014. 229 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, SP, 2014.

FRANCO, Sérgio da Costa. **A Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul (1835-1889)**: crônica histórica. Porto Alegre: CORAG, 2004. Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/biblioteca/LinkClick.aspx?fileticket=7rql_XHGwSA%3D&tabid=3101&language=pt-BR. Acesso em 25 jan. 2017.

FRANCO, Sérgio da Costa. Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no século XIX. **Justiça & História**, Porto Alegre, v. 1, n. 1-2, 2001. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/65406/gauchos_academia_direito_franco.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Júlio de Castilhos e sua época**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

FRANCO, Sérgio da Costa. O Partido Federalista. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.). **República**: República Velha (1989-1930). Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 89-128, v. 3, t. 1. (Coleção História do Rio Grande do Sul). p. 129-170.

FREIRE, Américo. **Entre a insurreição e a institucionalização**: Lauro Sodré e a República carioca. Textos CPDOC n. 26, 1997.

FREITAS, Décio. **O homem que inventou a ditadura no Brasil**. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.

GARCIA, Graciela Bonassa. **O domínio da terra**: conflitos e estrutura agrária na Campanha rio-grandense Oitocentista. 2005. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2005.

GARCIA, Graciela Bonassa. **Terra, Trabalho e Propriedade**: a estrutura agrária da Campanha Rio-Grandense nas décadas finais do período Imperial (1870-1890). 2010. 208 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2010.

GIL, Tiago Luís. **Coisas do caminho**: Tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810). 2009. 372 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

GINZBURG, Carl; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991. Originalmente publicado em 1989.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179. Originalmente publicado em 1986.

GOMES, Ângela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 7-24.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 244-280, 1989.

GOMES, Luciano Costa. Estrutura produtiva e hierarquia econômica entre criadores de gado da Vila de São Gabriel: 1846-1851. In: JORNADAS DE JÓVENES INVESTIGADORES DE

LA ASOCIACIÓN DE UNIVERSIDADES GRUPO MONTEVIDEO, 16., 2008, Montevidéo. **Anais...**Montevidéo: Universidad de la República, 2008. p. 4319-4328.

GERTZ, René. A República no Rio Grande do Sul: política, etnia e religião. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 4, n. 2, p. 38-48, jul./dez. 2010.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Apóstata do germanismo ou alemão arrivista: a trajetória de Lindolfo Collor até a revolução de 1930. **Anos 90 – Revista do PPG em História**, n. 15, p. 25-35, 2001/2002.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In: CORADINI, Odaci Luiz (Org.). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008. p. 85-102.

GRIJÓ, Luiz Alberto. **Ensino Jurídico e política partidária no Brasil**: a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937). 2005. 325 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Entre a barbárie e a civilização: os conflitos armados no período republicano. In: NEUMANN, Eduardo Santos; GRIJÓ, Luiz Alberto (org.). **O continente em armas**: uma história da guerra no Sul do Brasil. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. p. 159-184.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Foi o PRR em “partido político”? **Logos**, Canoas, p. 65-68, 1999.

GUANABARA, Alcindo. **A presidência Campos Sales**. Brasília: Senado Federal, 2002. Originalmente publicado em 1902.

GRYNSZPAN, Mário. Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti. **Revista brasileira de ciências sociais**, n. 14, p. 73-90, out., 1990.

HAMEISTER, Martha Daisson. **O Continente do Rio Grande de São Pedro**: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c. 1727-c.1763). 2002. 287 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2002.

HERÉDIA, Vania. A industrialização da zona colonial italiana: um estudo de caso da indústria têxtil do nordeste do Rio Grande do Sul. **FEE**, Porto Alegre, p. 1-17, 2000. Disponível em <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s3a7>>. Acesso em 18/09/2015.

HERMANN, Jaqueline. Canudos Destruído em Nome da República: Uma reflexão sobre as causas políticas do massacre de 1897. **Tempo**, v.2, n.3, p. 81-105, 1996.

HERMANN, Jaqueline. Canudos: a terra dos homens de Deus. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 16-34, 1997. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/113/109> Acesso: 02/05/2015.

HEYMANN, Luciana Quillet. **As obrigações do Poder: Relações Pessoais e Vida Pública na Correspondência de Filinto Müller**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) –

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 1997a.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo Histórico: Uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos Históricos**, n. 19, p. 41-66, 1997b.

HOLANDA, Cristina Buarque de. **Modos de Representação Política**: o experimento da Primeira República brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados unidos na década de 1860. **Estudos Históricos**, n. 27, p. 84-109, 2001.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JUNQUEIRA, Eduardo. Verbetes MENDONÇA, Lúcio de. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MENDON%20C3%87A,%20L%20C3%BAcio%20de.pdf>. Acesso em 15/04/2017.

KINKENDALL, Andrew J. **Class Mates**: Male student culture and the making of a political class in 19th century Brazil. Lincoln & London: University of Nebraska Press, 2002.

KÜHN, Fábio. A prática do Dom: família, dote e sucessão na fronteira da América Portuguesa. In: JORNADA SETECENTISTA, 5., 2003, Curitiba. **Anais...** Curitiba: [s.n.], 2003. Disponível em <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/A-pr%20C3%A1tica-do-Dom-fam%20C3%ADlia-dote-e-sucess%20C3%A3o-na-fronteira-da-Am%20C3%A9rica-Portuguesa-F%20C3%A1bio-K%20C3%BChn.pdf>. Acesso em: 06/08/2015.

KÜHN, Fábio. **Gente da Fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII. 2006. 479 f. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2006.

LANDÉ, Carl H. Introduction: The Dyadic Basis of Clientelism. In: SCHMIDT, Steffen W. et al. (Orgs.). **Friends, Followers, and Factions**: a reader in political clientelism. Los Angeles; London: University of California Press, 1977.

LASTARRIA, J. V. **Lecciones de Política Positiva professadas en la Academia de Bellas Artes**. Paris; México: Librería de A. Bouret e Hijo, 1875.

LEAL, Carlos Eduardo. Verbetes: Gazeta de Notícias. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GAZETA%20DE%20NOT%20C3%8DCIAS.pdf>>. Acesso em 12 fev. 2015.

LEAL, Elisabete da Costa. **Filósofos em Tintas e Bronze**: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá. 298 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975. Originalmente publicado em 1949.

LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira**. São Paulo: IUPERJ, 1988.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Originalmente publicada em 1985.

LEVI, Giovanni. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. **Revista Tempo**, Niterói, v. 20, n. 36, p. 1-20, 2014. Disponível em: < http://www.historia.uff.br/tempo/site/wp-content/uploads/2014/11/TEMPO_0003615_06-11_PT.pdf>. Acesso em 28 maio 2015.

LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 133-161. Originalmente publicada em 1991.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & Abusos da História Oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 167-182.

LIMA, Otavio Rojas; LEDUR, Paulo Flávio (Orgs.). **Julinho: 100 anos de história**. Porto Alegre: AGE, 2000.

LOPES, Raimundo Hélio. Verbete MOACIR, Pedro. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015b. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MOACIR,%20Pedro.doc.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

LOPES, Raimundo Helio. Verbete: MARINHO, Saldanha. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015a. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MARINHO,%20Saldanha.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

LOPES, Raimundo Hélio; NOLL, Izabel. Verbete LIMA, Alcides de Mendonça. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015e. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Alcides%20de%20Mendon%C3%A7a.pdf>>. Acesso em 05 ago. 2017.

LOPES, Raimundo Helio; NOLL, Izabel. Verbete: BARCELOS, Ramiro. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015a. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BARCELOS,%20Ramiro.pdf>. Acesso em 15 abr. 2017.

LOPES, Raimundo Helio; NOLL, Izabel. Verbete: OLIVEIRA, Ernesto de. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015d. Disponível em:< <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OLIVEIRA,%20Ernesto%20de.pdf>>. Acesso em 11 set. 2017.

LOPES, Raimundo Helio; NOLL, Izabel. Verbetes: RIBEIRO, Demétrio. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015b. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/RIBEIRO,%20Dem%C3%A9trio.pdf>. Acesso em 15/04/2017.

LOPES, Raimundo Helio; NOLL, Izabel. Verbetes: GONÇALVES, José Barbosa. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015c. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GON%C3%87ALVES,%20Jos%C3%A9%20Barbosa.pdf>. Acesso em 15/04/2017.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 225-250.

LORIGA, Sabina. **O pequeno x: da biografia à história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LOUSADA, Cátia. Fundo de emancipação e famílias escravas: o município Neutro na lei de 1871. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2011.

LOVE, Joseph. **A Locomotiva: São Paulo na Federação brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975. Originalmente publicado em 1971.

LYRA, A. Tavares. A cisão do Partido Republicano Federal em 1897: um documento inédito (palestras). **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 184, p. 195-206, jul./set. 1944.

MARTINY, Carina. **“Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”** – Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). 363 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

MATHEUS, Marcelo Santos. **Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil**. São Leopoldo: Oikos; Ed. Unisinos, 2012.

MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). **A abertura para o mundo: 1889-1930**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (Coleção História do Brasil Nação: 1808-2010). p.85-131.

MELO, Demian de. Verbetes FARIA, Antão Gonçalves de. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FARIA,%20Ant%C3%A3o%20Gon%C3%A7alves%20de.pdf>. Acesso em: 20 maio 2015.

MENZ, Maximiliano. **A integração do Guarani Missioneiro na Sociedade Rio-grandense**. 2001. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2001.

MONTEIRO, Vanessa Sattamini Varão. Canudos: guerras de memória. **Mosaico**, Rio de Janeiro, Edição 1, Ano 1, 2009. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/mosaico/?q=artigo/canudos-guerras-de-mem%C3%B3ria>. Acesso em 02/05/2015.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt et al. Percursos biográficos de um burocrata devoto: Aurélio Viríssimo de Bittencourt (1849/1919). In: ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. **Política e Poder nos primeiros anos da República**: a correspondência entre Júlio de Castilhos e seu secretário, Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Porto Alegre: Edipucrs, 2009. p. 15-22.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. O Aurélio era preto: trabalho, associativismo e capital relacional na trajetória de um homem pardo no Brasil Imperial e Republicano. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 40, n. 1, p. 85-127, jan.-jun. 2014.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. **Os cativos e os Homens de Bem**: Práticas e representações sobre o cativo em porto Alegre na segunda metade do século XIX (1858/1888). 2001. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2001.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**: Nabuco de Araújo sua vida, suas opiniões, sua época. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1899. Versão PDF disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/179441>. Acesso: 26/10/2015.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República: o Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo do Liberalismo excludente** – da Proclamação da República à Revolução de 1930. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 1, p. 13-44. (Coleção O Brasil Republicano). Originalmente publicado em 2003.

NOLL, Izabel. Verbete ABBOTT, Fernando. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015a. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ABBOTT,%20Fernando.pdf>. Acesso em 20 ago. 2017.

OSÓRIO, Helen. **O Império Português no Sul da América**: estancieiros, lavradores e comerciantes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007.

PENNA, Rejane; GRAEBIN, Cleusa Maria. Arquivo Particular Júlio de Castilhos: Cartas, Bilhetes e Anotações Pessoais como Fontes Históricas. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v.4, n. 2, p. 55-73, jun. 2009.

PENNA, Rejane; GRAEBIN, Cleusa Maria. Política e Ditadura Científica: as relações entre o chefe republicano Júlio de Castilhos e o Chefe de Polícia Cherobin da Costa. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v.2, n. 3, p. 1-5, jul. 2010.

PEREIRA, Cláudio Nunes (org.). **Genealogia Tropeira: Missões – Região Noroeste, séculos XIX e XX.** [s.l.]: [s.n.], 2008. v. 5.

PEREIRA, Cláudio Nunes (org.). **Genealogia Tropeira: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, séculos XVII, XVIII e XIX.** [s.l.]: [s.n.], 2006a. v. I.

PEREIRA, Cláudio Nunes (org.). **Genealogia Tropeira: Rio Grande do Sul, séculos XIX e XX.** [s.l.]: [s.n.], 2004a.

PEREIRA, Cláudio Nunes (org.). **Genealogia Tropeira: Rio Grande do Sul, séculos XIX e XX.** [s.l.]: [s.n.], 2004b. v. II.

PEREIRA, Cláudio Nunes (org.). **Genealogia Tropeira: Rio Grande do Sul, séculos XIX e XX.** [s.l.]: [s.n.], 2006b. v. III.

PICCOLO, Helga Landgraf (Org.). **Coletânea Discursos Parlamentares: Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul 1835-1889.** Porto Alegre: Assembleia Legislativa do estado do RS, 1998. v. 2.

PICCOLO, Helga I. L. Júlio de Castilhos, redator na imprensa acadêmica em São Paulo. In: AXT, Gunter et al. (org.). **Júlio de Castilhos e o paradoxo republicano.** Porto Alegre: Nova Prova, 2005, p. 85-95.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Vicente de Souza, um homem de cor e homem universal: posicionamentos sobre raça na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro no final do século XIX. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 8., 2017, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2017. p. 1-17. Disponível em <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/8encontro/Textos8/anaflviamagalhespinto.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

PINTO, Céli Regina Jardim. A política Riograndense na República Velha: A percepção das oposições. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 5, n. 8, p. 83-111, mar. 1987.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Contribuição ao estudo da formação do Partido Republicano Rio-Grandense (1882-1891).** 1979. 148 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1979.

PINTO, Natália. **A Benção Compadre: Experiências de parentesco, escravidão e liberdade em Pelotas, 1830/1850.** 2012. 250 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2012.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da Lingua Brasileira.** Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

PINTO, Surama Conde Sá. **Só para iniciados...o jogo político na antiga capital federal.** Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2011.

PORTO, Walter Costa. **O voto no Brasil.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2002. Originalmente publicado em 1989.

PRADO, Maria Emília. **Memorial das Desigualdades: Os impasses da cidadania no Brasil 1870/1902**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

PRIORI, Angelo et al. A Revolução Federalista e o cerco da Lapa. In: PRIORI, Angelo et al. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012. P. 23-33. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-03.pdf>>. Acesso em 15 maio 2017.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. p.161-216.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Bóris (dir.). **O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. v. 8, t. 3, p. 172-212. (Coleção História Geral da Civilização Brasileira). Originalmente publicado em 1997.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. **O Partido Republicano Rio-Grandense e o Poder Local no Litoral Norte do Rio Grande do Sul – 1882/1895**. 284 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1990.

RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. 1893: A Revolução além Fronteira. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (dir.). **República: República Velha (1889-1930)**. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 23-56, v. 3, t. 1. (Coleção História do Rio Grande do Sul).

REIS, Elisa Pereira. Opressão burocrática: o ponto de vista do cidadão. **Estudos Históricos**, n. 6, p. 161-179, 1990.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. de. **O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c. 1822 - c.1853)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do Liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 1, p. 89-120. (Coleção O Brasil Republicano). Originalmente publicado em 2003.

REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão (Prefácio). In: LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. Originalmente publicado em 1989.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 15-38. Originalmente publicado em 1996.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. Verbete GLICÉRIO, Francisco. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015a. Disponível em <

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/GLIC%C3%89RIO,%20Francisco.pdf>>. Acesso em 13 fev. 2015.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. Verbetes MESQUITA, Júlio de. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015b. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MESQUITA,%20J%C3%BAlio%20de.pdf>. Acesso em 15/04/2017.

RICCI, Paolo. ZULINI, Jacqueline Porto. Nem só à base do cacete, nem apenas com presentes: sobre como se garantiam votos na Primeira República. In: VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; ALENCAR, José Almino de (org.). **A República Revisitada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

RICCI, Paolo. ZULINI, Jacqueline Porto. Partidos, Competição Política e Fraude Eleitoral: A Tônica das Eleições na Primeira República. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 443-479, 2014.

RICCI, Paolo; ZULINI, Jacqueline Porto. Quem ganhou as eleições? A validação dos resultados antes da criação da Justiça Eleitoral. **Revista de Sociologia e política**, v. 1, n. 45, p. 91-105, mar. 2013.

ROCKMAN, Bert A. Política nos Estados Unidos: Tendências nas últimas quatro décadas. **Estudos Avançados**, v. 8, n. 21, São Paulo, p. 51-77, 1994.

ROSA, Othelo. **Júlio de Castilhos: perfil biográfico e escritos políticos**. Porto Alegre: Globo, 1928.

ROSENTAL, Paul-André. Construir o “macro” pelo “micro”: Fredrik Barth e a “microstoria”. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998, p. 151-172. Originalmente publicado em 1996.

ROUSTON JUNIOR, Eduardo. **O Partido Federalista na Primeira República Brasileira: Imprensa e Discursos Parlamentares**. 2016. 229 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.

SACCOL, Tassiana Maria Parciannelo. A elite da propaganda republicana Rio-Grandense: um perfil sociológico. In: SOUTO, Cíntia Vieira et al. **Espaços de saber e poder: instituições e seus agentes na perspectiva da história social**. Porto Alegre: Memorial do Ministério público do Estado do Rio Grande do Sul, 2014, p. 59-74. Versão PDF.

SACCOL, Tassiana Maria Parciannelo. **De líderes históricos a opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907)**. 2018. 182 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2018.

SACCOL, Tassiana Maria Parciannelo. **Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880)**. 2013. 210 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

SALDIVIA, Zenobio. El Positivismo y su Impacto em Chile. **Crítica.cl**, Santiago, Año XX, 2004. Disponível em: <http://critica.cl/ciencias-sociales/el-positivismo-y-su-impacto-en-chile>. Acesso em 08/10/2017.

SALDIVIA, Zenobio. José Victorino Lastarria: del Romanticismo al Positivismo. **Crítica.cl**, Santiago, Año XX, 2003. Disponível em: <http://critica.cl/biografias/jose-victorino-lastarria-del-romanticismo-al-positivismo>. Acesso em: 07/10/2017.

SALES, Campos. **Da Propaganda à República**. Brasília: Editora da UnB, 1983. Originalmente publicado em 1908.

SAMPAIO, Consuelo Novaisr. Repensando Canudos: o jogo das oligarquias. **Revista FAEEBA**, n. especial (Canudos), 2. ed., jan/jun. 1995. p. 5-23.

SANTOS, Fernanda Cássia dos. Proibido para moças: masculinidades, moralidade e erotismo nos “romances para homens” – Curitiba, 1910-1924. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278297721_ARQUIVO_fernandacassia_dossantos.pdf Acesso em 22/06/2015.

SANTOS, Sherol dos. **Apesar do cativo**: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824). 2009. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2009.

SARMENTO, Sílvia Noronha. **A Raposa e a Águia**: J. J. Seabra e Rui Barbosa na Política Baiana da Primeira República. 2009. 143 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2009.

SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. **Métis: história & cultura**, v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Em busca da terra da promessa**: a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: VAINFAS, Ronaldo; CARDOSO, Ciro Flamarion. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2012. p. 187-205.

SCHWARTZMAN, Simon. A ciência no Império. **Parcerias Estratégicas**, Brasília-DF, v. 17, n. 34, p. 155-176, jan-jun 2012. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/662/611. Acesso em 20 março 2016.

SCOTT, James C. Patron-Client Politics and Political Change in Southeast Asia. **The American Political Science Review**, v.66, n. 1, p. 91-113, mar. 1972. Disponível em: www.jstor.org/stable/1959280?origin=JSTOR-pdf. Acesso em 22 jul. 2017.

SÊGA, Rafael Augusto. **Tempos Belicosos**: a Revolução Federalista no Paraná. 2. ed. Curitiba: Instituto memória, 2008.

SILVA, Camila Borges da. Mercê e Nobilitação: a construção das elites imperiais através dos hábitos das ordens honoríficas. In: BESSONE, Tânia Maria; NEVES, Lucia Maria Bastos P.; GUIMARÃES, Lucia Maria P. (org.). **Elites, Fronteiras e Cultura do Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013, p. 33-64.

SILVA, Izabel Pimentel da. Verbetes ABBOTT, João. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015b. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/ABBOTT,%20Jo%C3%A3o.pdf>. Acesso 20 ago. 2017.

SILVA, Izabel Pimentel da. Verbetes COSTA, Joaquim Pereira da. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015c. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/COSTA,%20Joaquim%20Pereira%20da.pdf>. Acesso em 08/06/2017.

SILVA, Izabel Pimentel. Verbetes: AMARAL JÚNIOR, Evaristo Teixeira. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930**. São Paulo: CPDOC/FGV, 2015. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/AMARAL%20J%C3%9ANIOR,%20Evaristo%20Teixeira%20do.pdf>. Acesso em 15/04/2017.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em Perspectiva**. 13. ed. São Paulo: DIFEL, 1982, p. 162-226. Originalmente publicado em 1968.

SPALDING, Walter. Propaganda e propagandistas republicanos no Rio Grande do Sul. **Revista do Museu Júlio de Castilhos**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 57-136, jan. 1952.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. **Tropas em marcha**: o mercado de animais de carga no centro-sul do Brasil imperial. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

TESSLER, Marga Inge Barth. Em busca da jurisdição perdida. **Interesse Público – IP**, ano 16, n. 85, p. 115-153, maio/jun. 2014. Disponível em <http://www.editoraforum.com.br/ef/wp-content/uploads/2014/08/Em-busca-da-jurisdicao-perdida.pdf>. Acesso em: 22/11/2015.

TODESCHINI, Cláudio J. B. (org.). **Júlio de Castilhos**: Poliantéia mandada publicar pelo Museu Júlio de Castilhos, por ocasião dos 75 anos do falecimento de seu patrono. Porto Alegre: EMMA/SEC; DAC; IEL, 1978.

TRINDADE, Hégio. Aspectos políticos do sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). In: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 119-191.

VAMPRE, Specer. **Memórias para a história da Academia de São Paulo**. São Paulo: Saraiva & Cia, 1924. v. 2.

VARGAS, Jonas Moreira. As duas faces do coronel Valença: Família, poder local e mediação política em Santa Maria (1850-1870). In: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran

(orgs.). **Nova História de Santa Maria:** contribuições recentes. Santa Maria: [s.n.], 2010a. p. 227-242.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a corte:** a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889). Santa Maria: UFSM, 2010b.

VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas Margens do Atlântico:** Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). 2013. 505 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

VASCONCELOS, Cláudio Bessera de. Verbete LEAL, Aurelino. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República 1889-1930.** São Paulo: CPDOC/FGV, 2015. Disponível: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEAL,%20Aurelino.pdf>. Acesso em: 20/05/2015.

VÉLEZ RODRIGUES, Ricardo. **Castilhismo:** uma filosofia da República. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brades; Caxias do Sul: UCS, 1980.

VELHO, Keter. **Teu amigo certo:** Júlio de Castilhos correspondência inédita. Porto Alegre: Edijuc, 2013.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico. In: JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA, 1. 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: FEE, 2000. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s11a2.pdf>. Acesso em: 28/10/2015.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias:** uma revisão da “política do café com leite”. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Unidos perderemos:** a construção do federalismo republicano brasileiro. Curitiba: CRV, 2017.

WASSERMANN, Claudia. O Rio Grande do Sul e as elites gaúchas na Primeira República: guerra civil e crise no bloco do poder. In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al. (Orgs.). **Capítulos de História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

WITTER, José Sebastião. **Partido Republicano Federal (1893-1897).** São Paulo: Brasiliense, 1987.

WITTER, José Sebastião. **República, política e partido:** o PRF e a política dos governadores. Bauru: EDUSP, 1999.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno:** o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.

ZARTH, Paulo Afonso. **História Agrária do planalto gaúcho:** 1850-1920. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1997.

FONTES

1. ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ – RS (ACMVSSC)

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. Câmara Municipal. Sessão do dia 20 de novembro de 1889. Localização: ACMVSSC, Livro de Atas da Câmara Municipal. São Sebastião do Caí: 1886-1890, f. 129v-130.

2. ARQUIVO HISTÓRICO DA CÚRIA METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE – RS (AHCMPOA)

a) Habilitações Matrimoniais

AHCMPOA, Habilitação Matrimonial. Ano 1900, caixa 343, n. 24. Noivo: Emílio de Castilhos; Noiva: Matildes dos Santos.

AHCMPOA, Habilitação Matrimonial. Ano 1903, caixa 344, n. 11. Noivo: Artur Franco de Souza; Noiva: Júlia de Castilhos.

AHCMPOA, Habilitação Matrimonial. Ano 1906, caixa 345, n. 28. Noivo: Heitor Annes Dias; Noiva: Carolina Castilhos Revoredo.

b) Livros de Batismo

AHCMPOA, Livro de Batismos da Paróquia Madre de Deus, n. 23, 1885-1887.

AHCMPOA, Livro de Batismos da Paróquia Madre de Deus, n. 25, 1889-1891.

AHCMPOA, Livro de Batismos da Paróquia Madre de Deus, n. 27, 1893-1895.

3. ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE SANTA MARIA – RS (ACDSM)

ACDSM. Batismos de São Martinho. Livro n. 1, 1845-1852; Livro de casamentos de São Martinho. Livro n. 1, 1845-1855.

ACDSM. Batismos de São Martinho. Livro n. 2, 1855-1863.

ACDSM. Casamentos de São Martinho. Livro n. 2, 1855-1882.

4. ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE OSÓRIO – RS

ACDO. Livros de Batismo. Santo Antônio da Patrulha.

5. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL (AHR)

a) Arquivo Particular Júlio de Castilhos (APJC)

AHR, APJC, Série 1: Assuntos de Estado, Subsérie 1: Documentos Recebidos, caixa 1, maço 1.

AHR, APJC, Série 1: Assuntos de Estado, Subsérie 2: Correspondências Recebidas, caixa 1, maço 2.

AHR, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 1: Francisco Ferreira de Castilhos – Correspondência e documentos recebidos, caixa 2, maços 3 e 4.

AHR, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 2: Francisco Ferreira de Castilhos – Correspondência enviada, caixa 2, maço 5.

AHR, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 3: Carolina Prates de Castilhos – Correspondência Recebida, caixa 2, maço 6.

AHR, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 4: Carolina Prates de Castilhos – Correspondência enviada, caixa 2, maço 7.

AHR, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 5: Carolina Prates de Castilhos – Documentos, caixa 2, maço 8.

AHR, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 6: Honorina de Castilhos – Correspondência recebida, caixa 2, maço 9.

AHR, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 7: Honorina de Castilhos – Correspondência enviada, caixa 2, maço 10.

AHR, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 8: Honorina de Castilhos – Documentos, caixa 2, maço 11.

AHR, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 9: Firmino de Paula e Silva – Correspondência enviada, caixa 3, maço 12.

AHR, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 10: Firmino de Paula e Silva – Correspondência recebida, caixa 3, maço 13.

AHR, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 11: Correspondência entre diversos familiares, caixa 3, maço 14.

AHR, APJC, Série 2: Assuntos Familiares, Subsérie 12: Documentos Diversos, caixa 3, maço 15.

AHR, APJC, Série 3: Atas, Manifestos, Mensagens e Panfletos, caixa 4, maço 16.

AHR, APJC, Série 4: Cargos, Provimentos e Solicitações, Subsérie 1: Recebidos, caixa 4, maço 17.

AHRS, APJC, Série 4: Cargos, Provimientos e Solicitações, Subsérie 2: Enviados, caixa 4, maço 18.

AHRS, APJC, Série 5: Assuntos Privados de Júlio de Castilhos, Subsérie 1: Correspondência enviada, caixa 5, maço 19.

AHRS, APJC, Série 5: Assuntos Privados de Júlio de Castilhos, Subsérie 2: Correspondência recebida, caixa 5, maço 20.

AHRS, APJC, Série 5: Assuntos privados de Júlio de Castilhos, Subsérie 3: Recibos e Notas, caixa 5, maço 21.

AHRS, APJC, Série 6: Conflitos e Sedições, caixa 5, maço 22.

AHRS, APJC, Série 7: Telegramas, Subsérie 1: Recebidos, caixa 6, maços 23, 24 e 25.

AHRS, APJC, Série 7: Telegramas, Subsérie 2: Enviados, caixa 6, maço 26.

AHRS, APJC, Série 7: Telegramas, Subsérie 3: Telegramas entre correligionários, caixa 6, maço 27.

AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, caixa 7, maços 28 a 38; caixa 8, maços 39 e 40; caixa 9, maços 41 e 42; caixa 10, maços 43 e 44.

AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 2: Correspondência entre correligionários, caixa 10, maço 45.

AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 3: Diversos, caixa 10, maço 46.

AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 4: Correspondência enviada, caixa 10, maço 47.

AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 5: Evaristo Teixeira do Amaral – Correspondência enviada, caixa 11, maços 48 e 49.

AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 6: Evaristo Teixeira do Amaral – Correspondência recebida, caixa 11, maço 50.

AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 7: José Montaury de Aguiar Leitão – Correspondência enviada, caixa 12, maço 54.

AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 8: José Montaury de Aguiar Leitão – Correspondência recebida, caixa 123, maço 55.

AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 9: José Gomes Pinheiro machado – Correspondência enviada, caixa 12, maço 56.

AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 10: Antônio Augusto Borges de Medeiros – Correspondência enviada, caixa 12, maço 57.

AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 11: Antônio Augusto Borges de Medeiros – Correspondência recebida, caixa 12, maço 58.

AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 12: João José Pereira Parobé – Correspondência enviada, caixa 12, maço 59.

AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 13: João José Pereira Parobé – Correspondência recebida, caixa 12, maço 60.

AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 14: José Bento Porto – Correspondência enviada, caixa 12, maço 61.

AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 15: José Bento Porto – Correspondência recebida, caixa 12, maço 62.

AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 16: Salvador A. Pinheiro Machado – Correspondência enviada, caixa 12, maço 63

AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 17: Cherubim da Costa – Correspondência enviada, caixa 13, maços 64 e 65.

AHRS, APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 18: Cherubim da Costa – Correspondência recebida, caixa 13, maço 66.

AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior, Subsérie 1: Correspondência enviada, caixa 14, maços 67 e 68; caixa 15, maços 69 a 72.

AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior, Subsérie 2: Correspondência caixa 16, maço 73.

AHRS, APJC, Série 9: Aurélio Viríssimo de Bittencourt Júnior, Subsérie 3: Correspondência enviada por Aurélio Viríssimo de Bittencourt em Nome de Júlio Prates de Castilhos, caixa 16, maço 74.

AHRS, APJC, Série 10: Folhetos e Jornais, caixa 16, maço 75.

b) Arquivo Particular Ariosto Borges Fortes (APABF)

AHRS, APABF, Genealogia João Rodrigues Prates, maço 7, doc. 24.

c) Arquivo Particular Aurélio Viríssimo de Bittencourt (APAVB)

AHRS, APAVB, Correspondência Recebida, Maços 1 a 8.

d) Documentação dos Governantes

AHRS, Documentação dos Governantes, A8 – 261.

AHRS, Documentação dos Governantes, A8 – 262.

AHRS, Documentação dos Governantes, Correspondência CG – 62.

6. ARQUIVO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL (IHGRS)

a) Fundo Borges de Medeiros

AHRS, FBM, Série: Correspondência.

7. ARQUIVO NACIONAL (AN) - BRASIL

a) Fundo Floriano Peixoto (FFP); Data limite: 1863-1924; Código de referência: BR AN, RIO Q6.

AN, FFP, Seção: Governo Legal, Série: Correspondência, Subsérie: Telegrama (BR AN, RIO Q6 LEG COR TEL).

AN, FFP, Seção: Governo Legal, Série: Correspondência, Subsérie: Cartas (BR AN, RIO Q6 LEG COR CAR).

AN, FFP, Seção: Governo Legal, Série: Correspondência, Subsérie: Copiadores (BR AN, RIO Q6 LEG COR COP).

b) Fundo Prudente de Moraes (FPM); Data limite: 1841-1908; Seção de guarda: SDP.

AN, FPM, Série: 1- Códices, Subsérie 1 – Livro 1.

AN, FPM, Série: 1 – Códices, Subsérie: 2 – Livro 2.

AN, FPM, Série: 1 – Códices, Subsérie: 7 – Livro 7.

AN, FPM, Série: 2 – Documentação avulsa, Subsérie: 4 – Correspondência.

c) Fundo Ordens Honoríficas (FOH); Data limite: 1808-1890; Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Código de Referência: BR RJ AN RIO69.

AN, FOH, Decretos Honoríficos, Oficial da Ordem da Rosa, caixa 789, doc. 90. PRATES, Fidélis Nepomuceno. Rio de Janeiro, 02.12.1854.

AN, FOH, Decretos Honoríficos, Comendador da Ordem da Rosa, caixa 789, doc. 69. PRATES, Fidêncio Nepomuceno. 07.05.1887.

AN, FOH, Decretos Honoríficos, Hábito da Ordem da Rosa, caixa 789, doc. 71. CARVALHO PRATES, Fidélis Nepomuceno de. Porto Alegre, 29.01.1846.

AN, FOH, Decretos Honoríficos, Hábito da Ordem da Rosa, caixa 789, doc. 71. PRATES, Feliciano José Rodrigues Prates. Porto Alegre, 29.01.1846.

AN, FOH, Registro Geral de Mercês, L. 62, Fl, 74v, Col. 137. PRATES, Feliciano José Rodrigues. Carta patente confirmando-o no emprego de Capitão do regimento de cavalaria miliciana na Vila do Rio Pardo. Rio de Janeiro, 13.10.1820.

AN, FOH, Graças Honoríficas. CASTILHO, Francisco Ferreira de.

8. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (APERS)

a) Inventários

Inventário *post-mortem*. Inventariado: Júlia de Castilhos Franco; Inventariante: Arthur de Castilhos Franco. Localização: APERS, Cartório do Cível e Comércio, 4º Cartório, Porto Alegre, *Inventário*, Ano 1961, n. 277.

Inventário *post-mortem*. Inventariado: Fidélis Nepomuceno de carvalho Prates; Inventariante: Cândida Flora de Carvalho Prates e outros. Localização: APERS, Cartório do Cível, São Gabriel, *Inventário*, Ano 1868, maço 1, n. 8.

Inventário *post-mortem*. Inventariado: Carolina Prates de Castilhos; Inventariante: Júlio Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1890, maço 11, n. 277.

Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Ferreira de Castilhos; Inventariante: Carolina Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfão e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1871, maço 3, n. 93.

Inventário *post-mortem*. Inventariado: Luiza Borges Fortes de Castilhos; Inventariante: Carlos Prates de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfãos e Ausentes, Júlio de Castilhos, *Inventário*, Ano 1883, maço 8, n. 206.

Inventário *post-mortem*. Inventariado: Maria Eufrásia da conceição; Inventariante: Carlos Moreira de Castilhos. Localização: APERS, Cartório Órfãos e Ausentes, Santo Antônio da Patrulha, *Inventário*, Ano 1844, maço 2, n. 46.

Inventário *post-mortem*. Inventariado: Caros Moreira de Castilhos; Inventariante: Umbelina Amália de Castilhos. Localização: APERS, Juizado de Órfãos, Santo Antônio da Patrulha, *Inventário*, Ano 1858, maço 7, n. 218.

Inventário *post-mortem*. Inventariado: Salvador Martins França; Inventariante: Inocência de Castilhos França. Localização: APERS, Juízo de Órfãos, 2º Cartório, Porto Alegre, *Inventário*, Ano 1907, maço 78, n. 2182.

Inventário *post-mortem*. Inventariada: Honorina de Castilhos; Inventariante: Arthur Franco de Souza. Localização: APERS, Cartório de Órfãos e Ausentes, Porto Alegre, *Inventário*, Ano 1905, Maço 19, n. 375.

Inventário *post-mortem*. Inventariado: Dr. Júlio Prates de Castilhos; Inventariante: D. Honorina de Castilhos. Localização: APERS, Juízo de Órfãos, 3º Cartório, Porto Alegre, *Inventário*, Ano 1903, maço 19, n. 375.

Inventário *post-mortem*. Inventariado: José Carrilho Revoredo Barros e sua mulher; Inventariante: Galeno de Revoredo Barros. Localização: APERS, Juízo de Órfãos, 3º Cartório, Porto Alegre, *Inventário*, Ano 1907, maço 4, n. 62.

Inventário *post-mortem*. Inventariado: Francisco Antônio da Costa; Inventariante: Ana Martins da Costa. Localização: APERS, Órfãos e Provedoria, 1º Cartório, Pelotas, *Inventário*, Ano 1886, maço 59, n. 1048.

b) Testamentos

Testamento. Testador: Carlos Moreira de Castilhos; Testamenteiro: Francisco Ferreira de Castilhos. Localização: APERS, Órfãos e Provedoria, Santo Antônio da Patrulha, *Testamento*, Ano 1860, maço 2, n. 45, f. 2.

Testamento. Testador: Fidélis Nepomuceno de Carvalho; Testamenteira: Cândida Flora de Carvalho Prates. Localização: APERS, Provedoria, São Gabriel, *Testamento*, Ano 1865, maço 6, n. 129, f. 1.

c) Lista de qualificação de votantes

Lista Geral dos Cidadãos Qualificados Votantes no 1º Distrito de Pelotas. Pelotas, 03 de fevereiro de 1865. Localização: APERS, maço 2.

9. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – BRASIL (FBN – BRASIL)

Guia para pagamento pelo Ministério do Império, relativo a diploma da Ordem da Rosa, concedido ao Barão de Antonina. [s.l.], 1855. Localização: FBN – BRASIL. Fundo Coleção Documentos Biográficos. Original, Manuscrito. Código de referência: C-0424, 067 n.004.

Guia para retirar a Carta das Honras de Grandeza, concedido ao barão de Antonina. [s.l.], 1860. Localização: FBN – BRASIL. Fundo Coleção Documentos Biográficos. Código de referência: C-0424, 067 n. 005, doc. 2.

Guia de pagamento passada a Feliciano Prates, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, para que possa obter carta de privilégio exclusivo, durante seis anos, para construção de alambiques de sua invenção destinados à fabricação de aguardente. [s.l.], 1853. Original, Manuscrito. Localização: FBN – BRASIL. Fundo Coleção Documentos Biográficos, Série Privilégios Industriais. Código de referência: C-1007, 053.

Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando licença para jurar por procurador, Hábito da Rosa. [s.l.], 1853. Localização: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL – BRASIL (FBN – BRASIL). Fundo Coleção Documentos Biográficos. PRATES, Feliciano José Rodrigues. Original, Manuscrito. Código de Referência: C-0168,001, n.001.

Requerimento encaminhado ao Ministério do Império solicitando seu procurador José Xavier Ferreira, licença para prestar juramento necessário, a fim de que possa seu constituinte gozar a mercê da Ordem da Rosa. [s.l.], 1866. Localização: FBN – BRASIL. Fundo Coleção

Documentos Biográficos. CASTILHO, Francisco Ferreira de, capitão. Original, manuscrito. Código de referência: C-0977,037.

Minuta de Ofício ao inspetor da Tesouraria da Fazenda do Paraná tratando da prestação de contas que deve ser feita por Feliciano Nepomuceno Pratis. Rio de Janeiro, 15/12/1863. Localização: FBN – BRASIL. Fundo Coleção Galvão, Série: Documentos Administrativos. ABRANTES, Miguel Calmon du Pin e Almeida, marques de. Cópia, manuscrita. Código de Referência: I-34,13,070.

10. MEMORIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL (MALRS)

A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano XIX, n. 82. Localização: MALRS.

A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano XIX, n. 37. Localização: MALRS.

11. MUSEU JÚLIO DE CASTILHOS (MJC)

MJC. Documentos manuscritos de Júlio de Castilhos.

12. SÍTIO CÂMARA DOS DEPUTADOS - BRASIL

BRASIL. Decreto nº 511, de 23 de junho de 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-511-23-junho-1890-518227-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 01 out. 2017.

13. SÍTIO CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES GLOBAL RESOURCES NETWORK

Mensagem enviada à Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo Presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros na 3ª sessão ordinária da 3ª Legislatura em 20 de setembro de 1899. Porto Alegre: Oficinas Typographicas d'A Federação, 1899, p. 24. Localização: Center for Research Libraries Global Resources Network, Provincial Presidential Report (1830-1930): Rio Grande do Sul. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>. Acesso em 18 set. 2017.

Mensagem à Assembleia de Representantes do estado do Rio Grande do Sul pelo Presidente Júlio Prates de Castilhos na 1ª Sessão Ordinária da 3ª Legislatura em 20 de setembro de 1897. Porto Alegre: Tipographia de Cesar Reinhart, 1897. Localização: Center for Research Libraries Global Resources Network, Provincial Presidential Report (1830-1930): Rio Grande do Sul. Disponível em: < http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/rio_grande_do_sul>. Acesso em 18 set. 2017.

14. SÍTIO FAMILY SEARCH

BRASIL, Rio Grande do Sul, Registros Diversos, Transmissão de Notas, Livro 6, Cruz Alta, 1847-1852. Escritura pública de compra e venda que faz Manoel Joaquim d'Abreu Macedo a Francisco Ferreira de Castilhos. f. 13v-15. Disponível em: <https://familysearch.org/pal:/MM9.3.1/TH-1942-26862-9808-15?cc=1985805&wc=SW74-VZ4:264198901,264242601>. Acesso 05 ago. 2015.

15. SÍTIO HEMEROTECA DIGITAL – BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL (BND)

BNDigital. A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, Ano I ao Ano XX (diversas edições). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=388653&pasta=ano%20190&pesq=>. Acesso em 11 ago. 2015 a 25 set. 2017.

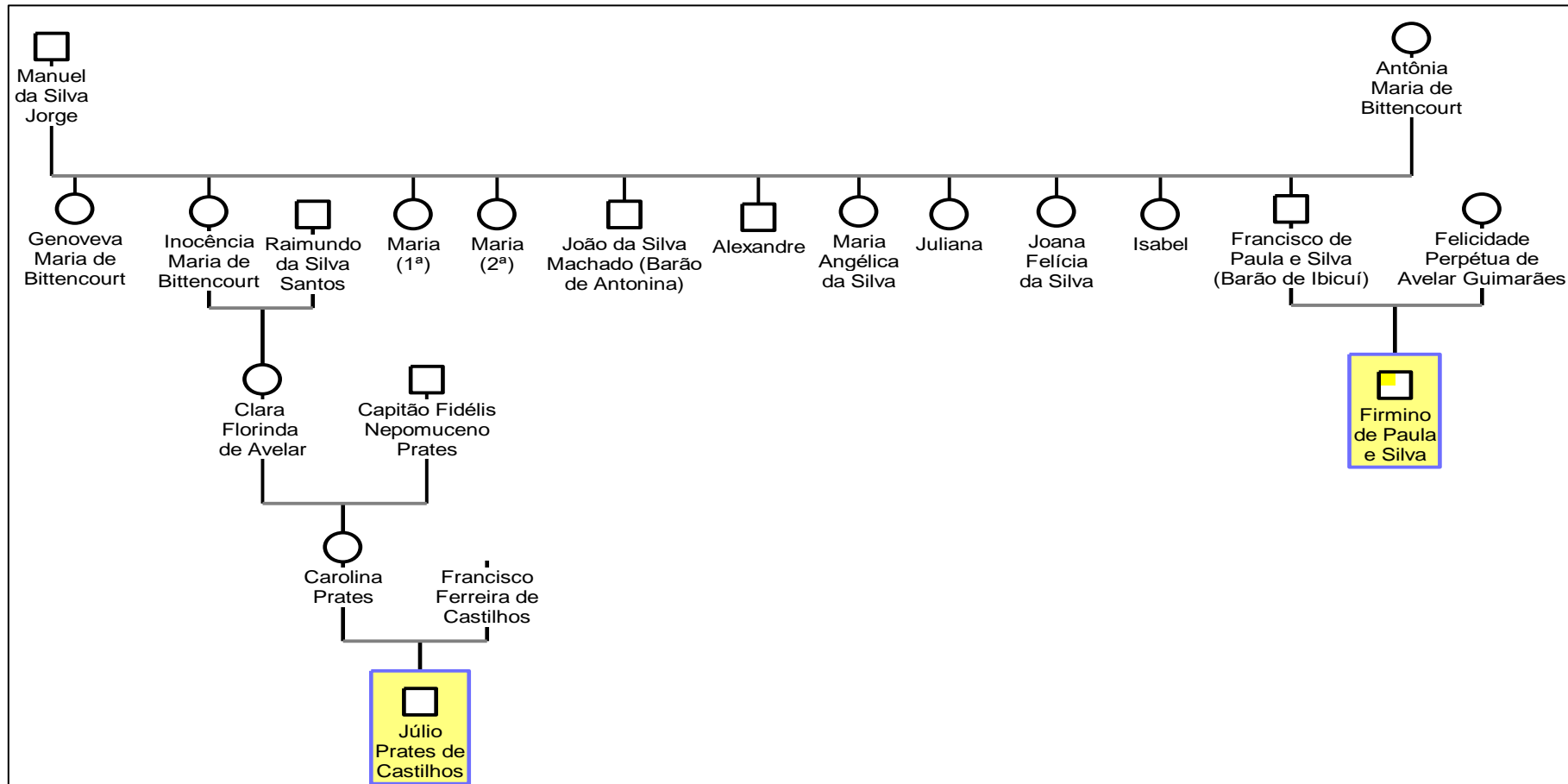
BNDigital. GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, Ano XXIII (n. 279, 280) e Ano XXIV (n. 62). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_03&pasta=ano%20189&pesq=. Acesso em 12 fev. 2015.

BNDigital. O PAIZ, Rio de Janeiro, Ano XIV (n. 4752, n. 4756, n. 4757, n. 4899 e n. 4901). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_02&pasta=ano%20189&pesq=. Acesso em: 12 fev. 2015.

16. SÍTIO NÚCLEO DE PESQUISA EM HISTÓRIA ECONÔMICA E DEMOGRÁFICA (NPHEd)

NPHEd. *Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872*. Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html;jsessionid=2ac625afe469f43635d3f58b78c9>. Acesso em 27 ago. 2015.

ANEXO A – FIGURA

Figura 1: Árvore Genealógica: Descendência de Antônia Maria e Bittencourt e Manoel da Silva Jorge⁷⁷⁷

Fonte: PEREIRA, 2006a.

⁷⁷⁷ A árvore genealógica aqui apresentada é parcial, não incluindo todos os indivíduos da descendência de Manoel da Silva Jorge e Antônia Maria de Bittencourt, pois tem como objetivo destacar a relação de parentesco existente entre Júlio de Castilhos e Firmino de Paula e Silva.

ANEXO B - FIGURA

Figura 2: Carta com anotação a lápis de Castilhos

Como que deve
 ser entendido,
 Julio

Lagoa Vermelha, 11 de janeiro de 1900.

Min. Sr. Sr. Julio de Castilhos

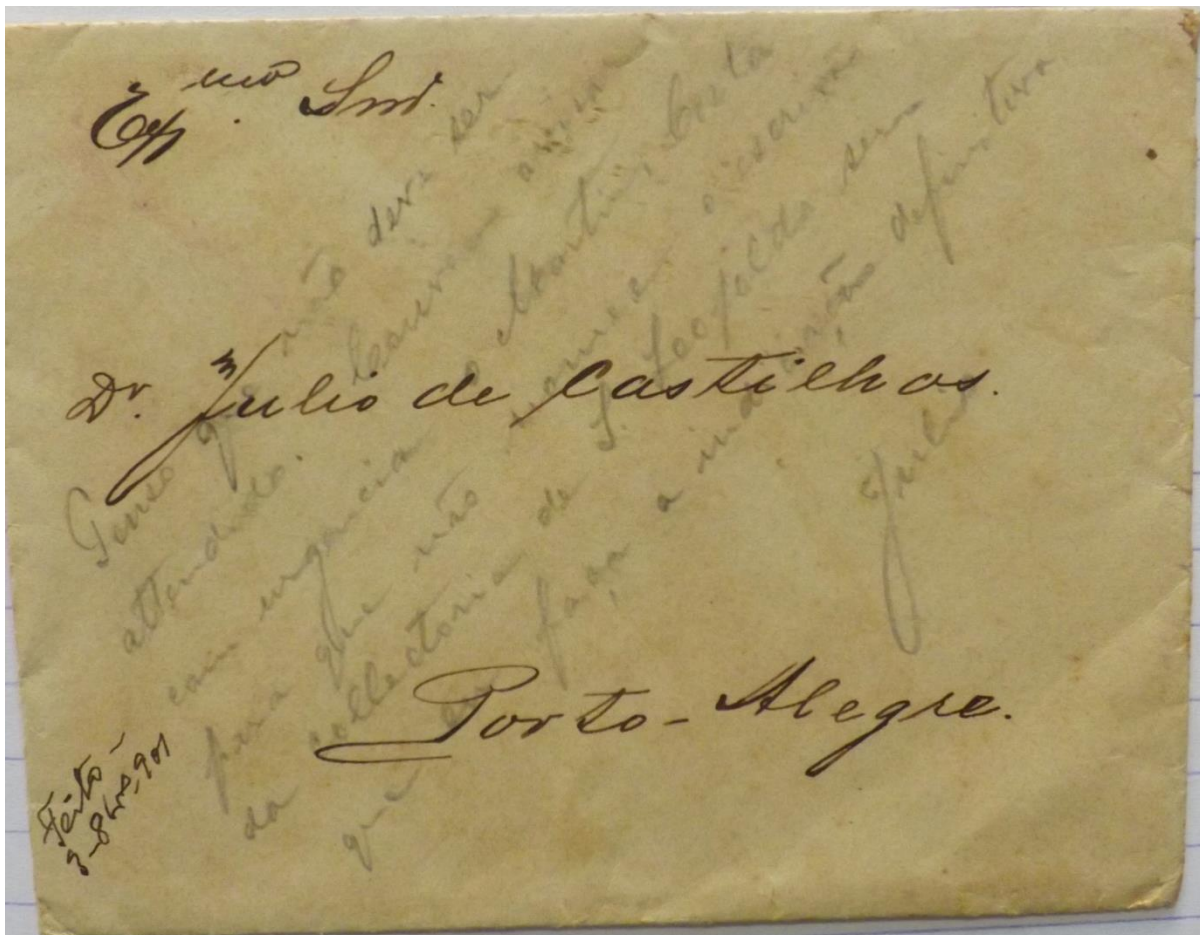
Cumprimentamo-vos.

Tendo o Sr. Zeferino Salles de Bittencourt Libeira, perdido a exoneração do cargo de escrivão da Collectoria estadual desta villa e mesmo deixado o cargo, pedimos para ser nomeado em substituição Maximiliano de Almeida; e mais a nomeação de Mathias Lopes Ferreira, para suplente de juiz districtal do 2º districto deste municipio, no Barracão, em lugar de Zeferino Salles de Bittencourt Libeira Filho que

Carta de Lúcio Nunes, Cândido Dias de Carvalho Guimarães e Heliodoro Bramer a Júlio de Castilhos. Lagoa Vermelha, 11 de janeiro de 1900. Localização: AHRS. APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência Recebida, Caixa 8, Maço 40, Doc. 384.

ANEXO C – FIGURA

Figura 3: Envelope com anotação a lápis de Castilhos



Envelope de carta de Florêncio Câmara a Júlio de Castilhos. São Leopoldo, 30 de setembro de 1901. Localização: AHRs. APJC, Série 8: Correligionários, Subsérie 1: Correspondência recebida, Caixa 9, Maço 42, Doc. 723.

ANEXO D - QUADRO

Quadro 1 – Preferência de cada delegado do PRF para candidato à presidência da República

Delegado	Estado que representava	Preferência de voto manifestada	Segunda preferência
Carlos Marcelino da Silva	Amazonas	Quintino Bocaiúva	Júlio de Castilhos
Joaquim de Albuquerque Serejo	Amazonas	Lauro Sodré	
Inocêncio Serzedelo Correa	Pará	Lauro Sodré	Quintino Bocaiúva
Teotônio Raimundo de Brito	Pará	Lauro Sodré	Quintino Bocaiúva
Manuel Bernardino da Costa Rodrigues	Maranhão	Lauro Sodré	Quintino Bocaiúva
Dunshee Abranches	Maranhão	Júlio de Castilhos	
Manuel Valadão	Sergipe	Lauro Sodré	
Clodoaldo Freitas	Piauí	Quintino Bocaiúva	
Firmino Pires Ferreira	Piauí	Júlio de Castilhos	
João Cordeiro	Ceara	Júlio de Castilhos	
José Freire Bezerril Fontenelle	Ceara	Lauro Sodré	
Artur Vieira Peixoto	Alagoas	Júlio de Castilhos	
Pedro Velho de Albuquerque Maranhão	Rio Grande do Norte	Júlio de Castilhos	
Augusto Severo de Albuquerque Maranhão	Rio Grande do Norte	Júlio de Castilhos	
Abdon Felinto Milanez	Paraíba	Quintino Bocaiúva	
João Coelho Gonçalves Lisboa	Paraíba	Quintino Bocaiúva	Júlio de Castilhos
Silvio Vasconcelos Silveira Ramos Romero	Sergipe	Quintino Bocaiúva	
José Isidoro Martins Junior	Pernambuco	Quintino Bocaiúva	
Pedro José de Oliveira Pernambuco	Pernambuco	Júlio de Castilhos	
Leovigildo Ipiranga de Oliveira Filgueiras	Bahia	Júlio de Castilhos	
Jose Ignácio da Silva	Bahia	Júlio de Castilhos	
Torquato Rosa Moreira	Espirito Santo	Quintino Bocaiúva	
Antônio Campos	Espirito Santo	Lauro Sodré	
Nilo Procópio Peçanha	Rio de Janeiro	Quintino Bocaiúva	Júlio de Castilhos
João Antônio Alves de Brito	Rio de Janeiro	Júlio de Castilhos	Quintino Bocaiúva
Tomaz Delfino dos Santos	Distrito Federal	Quintino Bocaiúva	
Joaquim Xavier da Silveira Júnior	Distrito Federal	Quintino Bocaiúva	
Joaquim Gonçalves Ramos	Minas Gerais	Lauro Sodré	Quintino Bocaiúva
José Cupertino de Siqueira	Minas Gerais	Lauro Sodré	
Francisco Glicério de Cerqueira Leite	São Paulo	Quintino Bocaiúva	
Rodolfo Miranda	São Paulo	Quintino Bocaiúva	
Ovídio Abrantes	Goiás	Lauro Sodré	
Joaquim Antônio Xavier do Valle	Mato Grosso	Júlio de Castilhos	
Antônio Francisco de Azeredo	Mato Grosso	Júlio de Castilhos	
Lauro Severiano Muller	Santa Catarina	Quintino Bocaiúva	
Alberto [Ferreira de Abreu?]	Paraná	Quintino Bocaiúva	
Manuel de Alencar Guimarães	Paraná	Lauro Sodré	
José Gomes Pinheiro Machado	Rio Grande do Sul	Júlio de Castilhos	
Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro	Rio Grande do Sul	Júlio de Castilhos	

Fonte: Diagrama elaborado com base nas informações disponíveis em GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, n. 280, 7 out. 1897, p. 1. Localização: BNDigital.